O entendimento do presente escapa a quem tudo ignora do passado. Só é possível ser contemporâneo do seu tempo conhecendo e tomando consciência das heranças, sejam elas consentidas ou contestadas. O objectivo deste livro é, precisamente, estudar o passado em função do presente — e mesmo do futuro —, oferecendo uma síntese dos principais factos históricos dos últimos dois séculos e meio.

Quais as causas da Revolução Francesa e de que forma mudou esta o rosto do mundo? Que é o liberalismo? Qual a melhor definição de democracia? Por que surgiu o socialismo? E o nacionalismo? Que aconteceu para que quase todos os países da Europa se tenham envolvido na Primeira Guerra Mundial? Quais as características do fascismo e do comunismo? Como se tornou o Japão a importante potência económica que é hoje? O mundo árabe constituirá realmente uma ameaça? Que será da Europa no século XXI?

A estas e muitas outras perguntas responde, com clareza e rigor, esta *Introdução à História do Nosso Tempo* — uma obra acessível que permitirá a todos os leitores o esclarecimento de algumas questões que pareciam ambíguas e a aquisição das bases históricas indispensáveis à compreensão do presente.

-375-8
23755

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO

DO ANTIGO REGIME AOS NOSSOS DIAS

RENÉ RÉMOND

«Com efeito, se [...] o estudo do passado encontra a sua razão de ser na contribuição que traz à compreensão das situações e das questões, das forças e das mentalidades que compõem o mundo de hoje, não conviria recuar até aos primeiros frémitos que anunciam a convulsão revolucionária do fim do século XVIII? A Revolução Francesa de 1789 certamente, mas também a vaga revolucionária que assola o mundo ocidental no último quartel do século e que tem origem na declaração de independência dos Estados Unidos, em 1776. Porém, como o significado de uma mudança só pode apreciar-se pela referência ao estado precedente e a apreciação do efeito de uma revolução está subordinada à comparação com o regime que derruba, é forçoso recordar os traços essenciais da sociedade do antigo regime. Eis a razão por que este [livro] tem aproximadamente, como ponto de partida, os meados do século XVIII. São então um pouco mais de duzentos anos, ou seja, a duração de seis ou sete gerações, que constituem a matéria e medem a extensão desta síntese [...] Dois séculos ao longo dos quais o rosto do mundo, a composição das sociedades, as relações entre os povos, as condições de vida e talvez mesmo as mentalidades e as sensibilidades mudaram mais do que durante os milénios anteriores [...]

Título do original francês: *Introduction à l'histoire de notre temps*

Tradução: *Teresa Loureiro*
Revisão do texto: *José Soares de Almeida*
Capa: *Armando Lopes*
Fotocomposição: *Gradiva*
Impressão e acabamento: *Tipografia Guerra*

Rua Almeida e Sousa, 21, r/c, esq. — 1399-041 Lisboa
Telefs. 21 397 40 67/8 — 21 397 13 57 — 21 395 34 70
Fax 21 395 34 71 — Email: gradiva@ip.pt
URL: http://www.gradiva.pt
1.ª edição: *Setembro de 1994*
2.ª edição: *Janeiro de 2003*
Depósito legal n.º 189 120/2002

Índice

SEGUNDA PARTE

A REVOLUÇÃO (1789-1815)

TERCEIRA PARTE

O SÉCULO XIX (1815-1914)

QUARTA PARTE

O SÉCULO XX — DE 1914 AOS NOSSOS DIAS

Advertência

Se o uso, na abertura de uma obra, da advertência ao leitor tem outra justificação para além da formal, tal verifica-se neste livro. Ela impõe-se tanto por uma questão de necessidade como de cortesia: de facto, este livro tem a marca das circunstâncias que precederam a sua publicação e uma simples alusão às mesmas é, sem dúvida, a melhor forma de lhe definir o objecto e a intenção. Ele saiu directamente de um curso leccionado no Instituto de Estudos Políticos de Paris que se destinava aos estudantes do 1.º ano dito preparatório. Trata-se de um ensino de carácter geral, sem preocupações eruditas, com a única ambição de introduzir no entendimento do mundo contemporâneo um auditório mais virado para o exercício das responsabilidades activas do que atraído pelo conhecimento desinteressado. Persuadido desde há muito de que o ensino oral e a escrita pertencem a géneros completamente diferenciados e de que um curso, mesmo de qualidade, não faz um bom livro, nunca teria pensado em apresentar ao público os apontamentos de que se alimentavam as minhas lições. Além disso, tendo conhecimento por experiência própria das dificuldades da síntese, sei como é demorada toda a investigação e estou demasiado convencido da necessidade da análise para ter meramente concebido o projecto — quão presunçoso — de encerrar dois séculos de história nas páginas de um livro. Foi a amizade de Michel Winock que acabou por me convencer de que, se o curso tinha prestado algum serviço a um auditório de estudantes, a sua leitura não seria talvez completamente inútil para um público mais vasto, desejoso de compreender o seu tempo. Se pensarmos que o entendimento do presente escapa a quem ignora tudo do passado e que só é possível ser contemporâneo do seu tempo tendo conhecimento das heranças, consentidas ou contestadas, não deveria então um ensino que se propõe estudar o passado em função do presente — e mesmo do futuro — interessar outros para além dos adolescentes que fazem os respectivos cursos?

Com a condição de não disfarçar a sua verdadeira natureza e de lhe deixar, para o melhor e para o pior, as suas características originais tanto na forma como no conteúdo, preservou-se o tom oral, suprimindo-se unicamente as repetições necessárias à pedagogia directa e reduzindo-se a parte dos avisos e das recapitulações, insuportáveis na leitura. Cabe ao leitor julgar se a manutenção de um tom mais directo, eco abafado de um ensino que aspirava a restituir a vida aos acontecimentos do passado, compensa até ao absurdo a expressão menos rigorosa que é o resgate quase inevitável por esse tipo de ensino.

Os principais inconvenientes para o conteúdo que poderão advir do género escolhido justificam que nos alonguemos numa explicação prévia. Composto para alunos que estudaram durante anos história no ensino secundário e que, ao contrário dos seus colegas das universidades que vão ensinar história durante toda a vida, não tencionavam prosseguir o estudo para além do ano em curso, esse ensino devia não apenas apoiar-se nos conhecimentos adquiridos, pressupondo, portanto, o conhecimento da relação dos factos, mas também bastar-se a si próprio. O presente trabalho não é, assim, um manual: não apresenta um resumo dos acontecimentos. Recorre a maior parte das vezes a alusões que compete ao leitor decifrar e esclarecer: a sua leitura não dispensa o conhecimento das circunstâncias. Confesso que, ao reler a versão policopiada deste curso, senti a cada instante um desejo furioso de reintroduzir, por meio de notas de rodapé, todas as referências exactas dos factos evocados apenas sub-repticiamente. Mas desisti, pois as notas teriam devorado a totalidade das páginas: estaria a tentar escrever uma história geral, como já existem algumas e excelentes. Mais valia deixar a este curso os seus traços de origem, incluindo os defeitos, do que chegar a um resultado abastardado.

Os inconvenientes inerentes ao género poderiam ser agravados — embora talvez também legitimados — pela amplitude do assunto tratado: dois séculos de história do mundo. Nada menos. Esta extensão, fixada pelo programa de estudos, tem uma justificação objectiva. Com efeito, se no Instituto de Estudos Políticos o estudo do passado encontra a sua razão de ser na contribuição que traz à compreensão das situações e das questões, das forças e das mentalidades que compõem o mundo de hoje, não conviria recuar até aos primeiros frémitos que anunciam a convulsão revolucionária do fim do século XVIII? A Revolução Francesa de 1789 certamente, mas também a vaga revolucionária que assola o mundo ocidental no último quartel do século e que tem origem na declaração de independência dos Estados Unidos, em 1776. Porém, como o significado de uma mudança só pode apreciar-se pela referência ao estado precedente e a apreciação do efeito de uma revolução está subordinada à comparação com o regime que derruba, é forçoso recordar os traços essenciais da sociedade do antigo regime. Eis a razão por que este curso tem aproximadamente, como ponto de partida, os meados do século XVIII. São então um pouco mais de duzentos anos, ou seja, a duração de seis ou sete gerações, que constituem a matéria e medem a extensão desta síntese encurtada. Dois séculos ao longo dos

quais o rosto do mundo, a composição das sociedades, as relações entre os povos, as condições de vida e talvez mesmo as mentalidades e as sensibilidades mudaram mais do que durante os milénios anteriores. A densidade do período acentua até à caricatura a tendência de todo o ensino para a simplificação. Como meter uma tal superabundância de acontecimentos dentro dos limites necessários sem subverter as evoluções, contrariar os tempos, escamotear preparações e maturações?

A tentativa expõe-se a outro risco: o da sistematização *a posteriori*. Como é forte para o historiador, conhecedor da sequência dos factos, a tentação de atribuir aos acontecimentos uma racionalidade que o contemporâneo era incapaz de discernir não apenas devido à incapacidade do seu olhar, mas também porque a realidade histórica a não comportava de modo algum! Ao olhar de um ponto demasiado alto o desenrolar circunstancial, perde-se de vista a contingência dos encadeamentos, o improviso das situações. É, pois, essencial reafirmar a importância da conjuntura, reencontrar o papel do acontecimento, a influência das individualidades, em suma, reabilitar o fortuito e restituir a importância ao singular. Esta profissão de fé não implica de modo algum que não haja também uma certa lógica das evoluções. É falso o dilema a que certas escolhas pretendem limitar-nos: a alternativa entre o reconhecimento de um determinismo da história integralmente orientada para a consecução de um fim único e derradeiro e a sua dissolução numa infinidade de situações sem tom nem som. Por não se deixar reduzir à lógica dos nossos sistemas de pensamento e de interpretação, a experiência histórica não foge a toda a racionalidade. É possível admitir ao mesmo tempo que a história apresenta algumas grandes orientações e que os processos pelos quais estas se manifestam e se realizam comportam em cada momento uma pluralidade de combinações possíveis. É precisamente no esforço para discernir estas linhas mestras e desenhar os eixos principais da evolução no decurso dos últimos séculos que este curso encontra a sua razão de ser.

Todo o estudo histórico se situa no ponto de intersecção de duas dimensões, as mesmas cujo entrecruzamento define a posição da história de todo o ser e de toda a colectividade: o tempo e o espaço. As referências cronológicas acabam de ser expostas: delineemos o cenário geográfico. No último terço de um século que assistiu à emancipação dos países colonizados não seria possível existir outra história contemporânea que não fosse universal: de hoje em diante já nada justifica que limitemos o nosso campo de observação à Europa e menos ainda à França. O ensino da história em França sofreu durante muito tempo de um ponto de vista quase exclusivamente ocidental, quando não mesmo de um preconceito galocêntrico que levava a apreciar-se a experiência dos outros países em função da nossa história nacional. Ora, se o anacronismo, que consiste em projectar as preocupações de um tempo — o nosso —, o seu vocabulário e os seus conceitos no passado, é realmente um pecado mortal em história, não é menos grave o erro que leva a imaginar as sociedades contemporâneas tomando como modelo a nossa. Tal erro leva a menosprezar tanto a diversidade dos povos

como a singularidade de cada experiência. Os efeitos são ainda mais nocivos quando o espírito do sistema, legitimando o preconceito e a preguiça intelectual, não receia erigir em dogma o postulado de que todos os países devem passar pelas mesmas etapas de uma evolução uniforme. É — ou deveria ser — uma das virtudes principais da cultura histórica dilatar as nossas estreitezas e alargar a nossa experiência, tornando-nos contemporâneos de outros tempos e cidadãos de outros povos. Também só existe verdadeira história quando alargada às dimensões do Globo.

E, no entanto, como se verá, a maior parte das páginas que se seguem continua a ser consagrada à história da Europa. Apesar do que acima se disse, esta preponderância dada ao nosso continente não é puramente arbitrária. Tem uma justificação, mais legítima do que simples razões de facto, tais como este curso ter sido ministrado num estabelecimento de ensino francês ou ainda o nosso conhecimento do passado ser muito desigual conforme os continentes. É um facto que para alguns a história de África, por exemplo, só agora começa a ganhar forma: a inexistência da escrita e a indiferença dos historiadores europeus em relação a essa história antes da colonização têm como consequência ser hoje impossível consagrar aos povos de África o lugar a que a envergadura do continente, a antiguidade do seu povoamento e a diversidade das tradições lhes dariam direito. A verdadeira razão é histórica: desde o dealbar dos tempos modernos que a Europa representou na história do mundo um papel que não corresponde à sua própria importância, simples verificação que não comporta nenhum juízo de valor sobre as riquezas das respectivas civilizações. É verosímil que as civilizações da Índia ou da China tenham sido mais requintadas do que a da Europa; é certo que são mais antigas: numa altura em que os países europeus faziam ainda figura de bárbaros, o Extremo Oriente atingira já um elevado grau de evolução. Também é verdade que foi a Europa que, de facto, com o seu avanço técnico e intelectual, tomou a iniciativa, se apoderou do comando e partiu ao encontro dos outros. Foram os navegadores e exploradores europeus, os conquistadores vindos da Europa, que descobriram, reconheceram, organizaram, exploraram o universo. Esta anterioridade teve consequências incalculáveis: a Europa impôs ao resto do mundo a sua organização política e administrativa, os seus códigos, as suas crenças, os seus modos de vida, a sua cultura e o seu sistema de produção. É em relação à Europa que os outros povos tiveram, de boa ou má vontade, de se definir, fosse para a imitar e adoptar o modelo ocidental, ou, pelo contrário, para o combater e recusar. Num e noutro caso, o Asiático e o Africano afirmaram-se, tomaram consciência de si próprios por referência ao Europeu. Também as relações entre a Europa e os outros continentes definem um dos eixos fundamentais da história dos últimos séculos. Eis as razões pelas quais, sem ser infiel à convicção de que a história deve ser universal, será dado aos acontecimentos que afectaram primeiro a Europa — revoluções políticas ou sociais, industrialização, êxodo rural, sistemas ideológicos, despertar do sentimento nacional, afirmação do Estado-nação — um lugar que poderá parecer desproporcionado e que o seria na verdade se nos abstraíssemos

da repercussão, directa ou indirecta, que cada um destes fenómenos teve no exterior da Europa.

A fim de determinar com precisão o objectivo deste empreendimento, impõe-se uma última indicação, relativa à natureza dos factos considerados: na multiplicidade dos factos que se oferecem à observação do historiador, foi feita uma escolha deliberada a favor do político e do social. Sem nos dispersarmos na procura de difíceis e sempre decepcionantes definições, dizemos que por política se entenderá tudo quanto se relacione, de uma maneira ou de outra, com o governo dos homens: organização do poder, exercício e conquista da autoridade, forças constituídas para esse fim, tensões internas e conflitos externos. Quanto ao social, o substantivo *sociedade* é mais satisfatório do que o adjectivo a que a prática conferiu uma acepção restritiva, como se, no social, só existisse uma classe — os operários da indústria — e uma questão — a que é colocada à sociedade pela existência deste proletariado. O estudo destes factos sociais é o das sociedades, da sua organização, isto é, de todo o conjunto dos diversos grupos que as compõem, das suas relações, de direito e de facto, das considerações de princípio que fixam o seu lugar no conjunto e das relações de força, de poder ou de riqueza que os aproximam ou opõem.

Conceder, assim, uma atenção privilegiada aos factos políticos e sociais implica duas convicções: que uns e outros existem por si próprios, têm uma consistência própria e dispõem de uma certa autonomia em relação às realidades de uma outra ordem; que, além disso, há entre as duas séries de factos relações pelo menos tão estreitas como em qualquer outra, em particular com as realidades económicas, as que envolvem as relações do homem com a Natureza, a matéria, a terra, a energia e a sua actividade produtiva. Se o assunto materializado neste livro apresenta alguma originalidade, é na conjunção desses dois pressupostos que ela poderá residir. Após mais de vinte anos consagrados a tentar decifrar os fenómenos políticos e a investigar-lhes as causas consolidou-se a minha convicção inicial de que pertencem, na verdade, a uma ordem da realidade autónoma que tem uma especificidade própria e cuja explicação deve ser prioritariamente procurada nessa mesma ordem. O mesmo se passa com os factos sociais: não constituem o simples reflexo de uma realidade mais fundamental: têm também uma existência relativamente autónoma. Afirmar, assim, a autonomia do político e do social não significa de modo algum que os erijamos em sectores totalmente independentes dos outros domínios da história: em particular tal não significa que se ignore a infância, muitas vezes assaz determinante, que a evolução da conjuntura económica ou o progresso técnico podem exercer sobre o governo das sociedades e as relações entre as classes. Mas estamos convencidos de que, com algumas excepções, os factores económicos, política e socialmente neutros — ou ambivalentes —, só intervêm no encadeamento dos acontecimentos políticos ou na dialéctica das relações sociais pela mediação de realidades intermediárias, psicológicas ou ideológicas. Por outras palavras, não pensamos que toda a realidade histórica se resuma, em última instância, às relações de produção, nem que todos os conflitos que têm

por lugar a sociedade se reduzam à luta de classes, nem tão-pouco que o homem se defina essencialmente pelo lugar que ocupa no processo de transformação da Natureza e que o trabalhador seja, em si mesmo, mais decisivo do que o habitante, o crente ou o cidadão. A realidade social é mais rica, mais variada, mais complexa também do que a imagem simplificada que nos propõem todos os sistemas explicativos.

Rejeitar as interpretações monistas por causa da simplificação excessiva, afirmar, pelo contrário, a pluralidade dos factos e dos princípios de explicação, não resolve, no entanto, o problema de fundo, o das relações causais. Ora, quando se propõe estudar conjuntamente o político e o social, está a apresentar-se o problema em toda a sua extensão e no seu nó mais inextricável — pela via das relações entre os regimes políticos e as ordens das sociedades: haverá alguma relação entre aqueles e estas e de que natureza? Serão os regimes que exprimem e traduzem na organização do poder uma certa ordem social e poder-se-á então estabelecer uma estreita correspondência entre a classificação dos tipos de governo, exercício favorito da filosofia política, e as distinções entre os tipos de sociedade? Ou reagirão os regimes em função da evolução das estruturas sociais? Mais do que formular abstractamente propostas teóricas, permitimo-nos remeter o leitor para o corpo da obra: verá que a nossa preferência vai para um sistema de relações complexas cujo sentido não está fixado irrevogável e unilateralmente, mas pode, segundo as situações e as sociedades, inverter-se: o tipo de causalidade mais frequentemente observado na história e que, em definitivo, nos parece propor a tradução menos inadequada da realidade é a causalidade recíproca ou circular.

Pensarão talvez que nos rodeámos de preocupações apreciáveis para apresentarmos uma perspectiva expedita da história contemporânea. Sem dúvida, mas não há nem será possível haver um olhar absolutamente inocente sobre a história. Sem que por isso seja forçoso concluir que a objectividade é impossível, toda a leitura do passado tem a marca do seu tempo e exprime uma opinião pessoal. Não exige a honestidade que se enunciem em plena luz do dia os seus pressupostos?

PRIMEIRA PARTE

O ANTIGO REGIME (1750-1789)

1

O homem e o espaço: mundo conhecido e mundo ignorado

O primeiro passo a dar é voltar ao ponto de partida, isto é, cerca de duzentos anos atrás. Precisamos menos de memória do que de imaginação para concebermos o mundo tal como era por volta de 1750, tudo o que os homens desde então lhe acrescentaram em obras (construções, organização do espaço), assim como as modificações das suas estruturas mentais.

Como se apresenta o mundo em meados do século XVIII?

1.1. O mundo não está unificado

Impõe-se à partida uma verificação carregada de consequências: em 1750, para a humanidade, o mundo não existe como uma unidade; não é concebido como tal e, se o é para alguns espíritos, não é vivido como experiência. Compreenderemos melhor o alcance desta observação por comparação. Actualmente, um acontecimento, por pouco interesse que apresente, é imediatamente propagado, levado ao conhecimento do mundo inteiro, que deste modo se torna espectador e ao mesmo tempo actor. Todo o planeta está coberto de uma densa rede de informações que põe em contacto todas as partes do mundo. No plano do conhecimento, através do canal da informação e dos meios de comunicação, o mundo constitui presentemente uma unidade efectiva e basta um curto período para que todos os homens — ou quase — sejam informados de um dado acontecimento.

Outro exemplo: as relações económicas e a interdependência que se estabeleceu progressivamente entre os diferentes países. A determinação dos preços

A maior parte nunca transpõe as fronteiras do seu pequeno rincão e ignora o resto do mundo; desto modo, vive numa dependência muito estrita no interior desse pequeno grupo.

Consequência económica: como se sabe, os mercados são limitados. As unidades de produção devem bastar-se a si próprias. É ainda a economia de subsistência, em que se deve produzir praticamente tudo aquilo de que se precisa, pois as trocas são quase totalmente inexistentes.

O mundo do século XVIII também não conhece a unidade. As diferentes partes do Globo não entraram ainda em relação umas com as outras. Ignoram-se mutuamente; chegam mesmo a ignorar a existência alheia. Muito poucos homens têm uma visão de conjunto do planeta. Os Japoneses ou os Chineses conhecem bem os seus vizinhos e podem mesmo ter uma ideia do que é o Extremo Oriente, mas não sabem quase nada do resto. Mesmo os Europeus só têm ainda uma visão fragmentária e confusa do conjunto da humanidade.

O mundo parece formado por humanidades separadas. Entre elas existem numerosas trocas, embora limitadas e intermitentes, ocasionais, à mercê das correntes de circulação. Os mercadores árabes, no périplo do oceano Índico, puseram em comunicação a Índia com a África oriental e a Malásia. Em África as caravanas ligam com regularidade os países do Magrebe à África negra. Mas as trocas continuam a ser muito reduzidas e insuficientes para darem uma visão global do continente africano ou do oceano Índico.

1.2. As etapas do reconhecimento do mundo: dos Descobrimentos à conquista do espaço — a epopeia geográfica

Convém, no entanto, registar que nos meados do século XVIII esta situação se encontra em vias de modificação. É uma consequência dos Descobrimentos e do que se lhes seguiu desde o princípio dos tempos modernos. Em 1750 está-se, de certo modo, a meio caminho entre o dealbar dos tempos modernos e a situação caracterizada actualmente pela universalidade, a unicidade e a instantaneidade. Em 1750, graças às iniciativas dos Ocidentais, o conhecimento geográfico do Globo fez já grandes progressos. Foram os Europeus que começaram a estabelecer um sistema unificado de conhecimento e, por isso, foram eles que partiram à descoberta do mundo. A epopeia geográfica foi escrita por alguns países europeus. Nenhum facto modelou tão poderosamente a fisionomia do mundo actual, imprimindo em todos os países a marca de uma civilização, aquela que fora elaborada na extremidade ocidental da Europa.

Porquê os Europeus? Eis uma das perguntas mais interessantes, mas também uma das mais difíceis de responder. Como sempre em semelhantes assuntos, tratou-se de um concurso de circunstâncias: evitemos ceder à tentação simplificadora de privilegiarmos um tipo de causas em detrimento das demais.

Alguns factores são intelectuais ou morais: os Europeus sentiram o desejo e conceberam a possibilidade de descobrir o mundo: curiosidade, ânsia de saber, de estender os limites do mundo conhecido. Para os portugueses que rodeiam Henrique, *o Navegador*, desde os meados do século XV os motivos são especificamente científicos. A estes motivos científicos juntam-se outros, igualmente desinteressados, de ordem religiosa: a universalidade do cristianismo, a vontade de levar até aos limites da Terra a mensagem evangélica em conformidade com as palavras de Cristo antes da sua ascensão.

É também necessário referir os motivos mais interesseiros. Motivos comerciais: a procura de novas vias de acesso às riquezas da Ásia. Motivos políticos: a vontade de poder das nações e a rivalidade que elas transpõem da Europa para os teatros externos. Os primeiros países descobridores fazem tudo para conservarem o segredo das suas descobertas, indo ao ponto de fazerem desaparecer os navegadores estrangeiros que se aventurem pelas mesmas rotas. Mas estes diversos motivos só conduziram a descobertas porque existiam os meios necessários.

Meios científicos: aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação, que permitem desenhar mapas, fazer levantamentos, progressos ligados ao desenvolvimento da astronomia e da hidrografia. O avanço científico da Europa ocidental é talvez um dos factores mais determinantes.

Meios técnicos: o navio é o meio de exploração habitual. Até à revolução dos transportes, no século XIX, caracterizada sobretudo pela aplicação do vapor aos caminhos de ferro, a terra presta-se menos à penetração do que o mar. Dada a sua extensão, a sua massa, os seus relevos, dada a hostilidade dos indígenas, o continente torna-se frequentemente um obstáculo quase intransponível, enquanto os mares põem em comunicação as costas mais distantes. Reencontramos o avanço cronológico dos países marítimos em relação aos países continentais.

Após a prosperidade dos mares fechados, que caracteriza os finais da Idade Média e dá vantagem aos portos italianos — Génova e Veneza — e aos do Báltico, verifica-se um deslocamento do eixo da actividade marítima em benefício das costas marítimas da Europa ocidental. Começa por ser a extremidade sudoeste — a Península Ibérica, o pequeno Portugal — que progride ao longo da costa africana antes de dobrar o cabo da Boa Esperança e de descobrir a Índia; depois segue-se a Espanha, que, num ápice, atravessa o Atlântico. Portugal e Espanha aproveitam esta anterioridade para edificarem impérios coloniais, que, à escala de então e tendo em conta a distância relativa, possuem uma prodigiosa extensão.

No século XVIII estes impérios estão já em declínio. Tomaram-lhes então o lugar a França, a Inglaterra, as Províncias Unidas e mesmo os países escandinavos. No século XVII os Suecos fixaram-se em alguns pontos da América do Norte: encontram-se ainda na Pensilvânia vestígios de estabelecimentos suecos anteriores à chegada dos Ingleses. Antes de se chamar Nova Iorque, a futura metrópole americana teve o nome de Nova Amsterdão: os Holandeses, que foram os primeiros, estabeleceram aí uma feitoria.

Muito mais tarde, a Alemanha e a Itália juntar-se-ão ao grupo das potências coloniais, mas só depois de terem realizado a sua unificação política. O facto,

tanto para uma como para outra, de terem entrado tão tarde na corrida às colónias influenciará a orientação das respectivas políticas mundiais.

A lista dos países que tiveram um papel importante no reconhecimento e na conquista do mundo resume-se a estes que referimos. A Rússia tem também o seu lugar nesta lista, mas a sua expansão é de natureza diferente: trata-se de um país continental e opera por contiguidade. A Rússia expandiu-se na Ásia através de uma espécie de dilatação da própria massa territorial, e não, como aconteceu com os países acima enumerados, por um salto transoceânico em direcção a países separados por milhares de quilómetros.

Este apanhado cronológico comporta um ensinamento. Se, na verdade, os Europeus se anteciparam, tal não se verificou por parte de todos os europeus: houve um avanço da Europa ocidental e, acessoriamente, da Europa central. Para as relações entre a Europa e o mundo, capítulo essencial da história europeia, existem duas Europas profundamente diferentes: uma teve um papel decisivo, a outra um papel inexistente. Estas duas Europas correspondem a dois tipos de sociedades. Existem sociedades marítimas — adoptemos por agora esta denominação provisória —, que se caracterizam por uma organização mais diferenciada, nomeadamente com uma burguesia numerosa e activa, uma economia em que o comércio externo detém um lugar apreciável, e sociedades continentais, quase exclusivamente orientadas para a terra, cuja economia é totalmente agrária. Provavelmente, prolongando esta distinção, no plano das formas políticas, seremos levados a descobrir algumas correlações entre esta dualidade geográfica, estes tipos de sociedades e os respectivos regimes.

Assim, fica a dever-se à iniciativa da Europa que o resto do mundo tenha sido descoberto. É a Europa que começa por estabelecer laços entre um continente e outros e por tecer essa rede de noções das quais o nosso mundo unificado é actualmente herdeiro.

Se passarmos agora da Europa para os outros países e dos países descobridores aos países descobertos, verificaremos que o conhecimento começou, naturalmente, pelas costas aonde os navegadores arribavam e que estas descobertas não se fizeram por uma ordem lógica, de proximidade decrescente: a face da Terra oposta à Europa foi conhecida antes de estar acabada a exploração de regiões mais próximas. Deste modo, o mundo austral, os antípodas, ou seja, a região exactamente oposta à Europa, foram explorados muito antes da África central. É por volta de 1770-1775 que os navegadores britânicos ou franceses — Cook, La Pérouse, Bougainville — descobrem os arquipélagos da Oceânia, entre os quais o Taiti. Só um século mais tarde é que os grandes exploradores — Brazza, Livingstone, Stanley — descobriram as nascentes do Zambeze e a bacia interior do Congo.

Em meados do século XVIII subsistem ainda enigmas, grandes lacunas, assinalados nos mapas da época por manchas brancas ou pela menção *terra incognita*. Diversos problemas atormentam a imaginação dos geógrafos, como, por exemplo, o das «passagens»: a passagem do Nordeste e a passagem do Noroeste, que deveriam permitir passar através do mar livre do Atlântico setentrional ao Pacífico pelo norte do continente europeu e asiático ou pelo norte do continente americano. O pretexto de Chateaubriand para a sua viagem à América em 1791 é o de descobrir a passagem do Noroeste. Outro enigma é a nascente dos principais rios, americanos ou africanos. Quer se trate do Nilo, do Congo, do Níger ou do Zambeze, quer do Amazonas, conhecem-se as embocaduras, por vezes troços dos seus cursos interiores, mas é impossível estabelecer o traçado completo. É no século XIX que os exploradores resolverão, pouco a pouco, estes diversos enigmas.

Esta descoberta progressiva constitui também um capítulo da história geral, que toca de perto a história intelectual e política da humanidade: a história intelectual, sim, porque ela avalia o progresso do conhecimento, e também a história política, visto que a colonização segue a exploração.

A segunda metade do século XVIII constitui uma etapa decisiva desta história. Em poucas décadas a situação modifica-se rapidamente. A curiosidade científica é intensa: é uma das componentes do movimento das luzes. Paralelamente, as técnicas progridem e fornecem aos homens meios mais rápidos, mais aperfeiçoados, mais eficazes, para satisfazerem a sua curiosidade. Expedições de todos os géneros esforçam-se por arrancar os segredos que a Terra ainda esconde. A face ainda desconhecida da Terra, o avesso do mundo conhecido, o Pacífico, os arquipélagos, excitam particularmente a curiosidade. Diversas expedições partem à exploração do continente austral, que se supunha ser o contrapeso da massa das terras emersas do hemisfério norte. Nas vésperas da Revolução Francesa, a diferença entre as partes conhecidas do Globo e as desconhecidas já não é a mesma que em 1750.

Na charneira dos dois séculos (1798), a expedição militar ao Egipto torna-se uma verdadeira expedição científica, constituindo um modelo de investigação. Se a expedição ao Egipto não altera o nosso conhecimento da geografia — o Egipto já era conhecido —, revela uma outra dimensão, o passado da humanidade. A humanidade começou a encontrar o seu passado com a inesperada descoberta das riquezas escondidas em Pompeia e Herculano. O regresso às origens da sua história é outra etapa da procura empreendida pelo espírito humano desde há dois séculos. Entre 1750 e os dias de hoje o homem tomou consciência do seu domínio espacial; actualmente conhecemos melhor o passado da humanidade do que há dois séculos e descobrimos numerosas civilizações desaparecidas.

No século XIX a exploração por via terrestre substitui a exploração marítima, ou completa-a, e os exploradores, partindo das regiões que já conheciam, embrenham-se no interior das terras e tentam completar o *puzzle*. Exporemos adiante as consequências políticas, sociais, demográficas e económicas destas descobertas. Na América do Norte dá-se um alargamento para oeste: Jefferson envia, logo após a aquisição da Luisiana (1803), uma expedição em direcção às montanhas Rochosas: subida do vale do Missuri, descoberta das Rochosas, da Califórnia e junção entre o Leste e o Oeste dos Estados Unidos em meados do século XIX. Na Ásia central o avanço deve-se à iniciativa dos Russos, mas é

sobretudo em África que os progressos são mais sensíveis. No princípio do século XIX quase não se conhece um décimo do continente. No início do século XX são poucas as regiões ainda inexploradas. Expedições polares, que integram ingleses, americanos e noruegueses, lançam-se então à conquista dos dois pólos: o pólo norte em 1909 e o pólo sul em 1911. Pode dizer-se que nas vésperas do primeiro conflito mundial a humanidade adquirira já um conhecimento praticamente total do Globo.

1.3. A época do mundo acabado começou

A experiência é recente: só duas gerações é que a adquiriram. Só então começa aquilo a que Valéry chamou «a época do mundo acabado» num sugestivo ensaio escrito aproximadamente nesta altura e compilado em *Regards sur le monde actuel*. Compreenda-se *acabado* em dois sentidos: completo, mas, ao mesmo tempo, limitado. Até então existia mais espaço do que aquele que a humanidade podia ocupar. A partir daí ela atingiu os seus limites em todas as direcções. O mundo conhecido coincide actualmente com o mundo inteiro. Já não há diferença entre o mundo objectivo, tal como existia, e o mundo tal como a humanidade o conhecia.

O homem não tardará a sentir-se comprimido, embora subsistam ainda imensos espaços a conquistar e a ordenar. A humanidade está, globalmente, na mesma situação que os camponeses dos países que sofrem de fome de terras quando são demasiado numerosos para a terra disponível.

O remate final da descoberta do mundo é um dos elementos que contribuem para o agravamento das rivalidades entre as nações e para o aparecimento do imperialismo. As grandes potências disputam entre si os restos ainda por atribuir com cada vez maior aspereza porque são os últimos. As potências colonizadoras retardatárias, como a Itália e a Alemanha, estão duplamente desenfreadas. Não constitui uma mera coincidência a simultaneidade do fim da exploração e do aparecimento dos conflitos mundiais. Toda uma série de problemas que começamos a pressentir vai surgindo a pouco e pouco: a falta de terras; para as cidades, o abastecimento de água, a qualidade do ar, todos os problemas com que se terá de debater a humanidade de amanhã.

No entanto, se é inegável que a humanidade atingiu os confins da Terra, o mesmo não acontece com a história dos Descobrimentos: ainda subsistem alguns enigmas à superfície do Globo. Existe sobretudo a terceira dimensão: a vertical. Não nos aperceberemos bem do significado histórico das descobertas mais recentes se não as integrarmos numa perspectiva a longo prazo que as apresente como o capítulo mais recente de uma história que começou ao mesmo tempo que a da humanidade. Terceira dimensão: tanto o são as conquistas dos cumes montanhosos como a conquista das profundezas dos mares, e mais ainda a conquista do espaço. A conquista dos espaços interestelares é o prolongamento da epopeia geográfica empreendida desde há séculos. Tendo dado a volta do mundo, o

homem transporta para o exterior do planeta o seu desejo de conhecer, a sua curiosidade e os meios técnicos que soube criar.

Alonguei-me para lá do século XVIII para restabelecer a perspectiva. Evidentemente ainda aí não chegámos em 1750: a humanidade não existe ainda como unidade. Há somente humanidades separadas e descontínuas. O mundo surge então como uma justaposição de sociedades estranhas entre si. Devido à falta de meios de informação e de comunicação, estas estão mais separadas umas das outras do que actualmente. Seguem caminhos paralelos e ignoram-se. Por exemplo, os Franceses não sabem praticamente nada sobre os Japoneses, e vice-versa. Em contrapartida, estas sociedades são menos diferentes uma das outras do que actualmente: entre elas existem grandes analogias e as semelhanças sobrelevam as diferenças. A humanidade ainda não enveredou por vias divergentes. Hoje em dia entre as sociedades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas cavam-se abismos capazes de desencorajar o esforço dos que pretendem reduzi-los. No século XVIII não há um afastamento muito pronunciado entre o nível e o modo de vida das civilizações mais requintadas e os dos países mais primitivos. Têm em comum o laço com a terra, uma economia principalmente rural; a sociedade assenta ainda nos ritmos naturais e na exploração do solo.

2
O povoamento

2.1. A dimensão demográfica

Acabámos de falar da humanidade, mesmo de diversas humanidades. Que representam elas numericamente? Qual é, em 1750, o efectivo global e como se repartem os homens no espaço? Após a dimensão geográfica, a dimensão demográfica. Só há pouco tempo foi estudada como realidade autónoma e os historiadores e sociólogos deram ao factor demográfico a importância que lhe é devida. É, no entanto, um dos dados essenciais e que comanda em grande parte os outros. É impossível fazer um estudo objectivo da evolução política e das relações entre os países sem ter em conta a quantidade. É o suporte de muitas outras coisas. Para os Estados, o poder numérico é a condição sem a qual muitos grandes projectos estão condenados ao malogro. A evolução demográfica de uma sociedade tem incidências, negativas ou positivas, noutros aspectos da sua vida. Por isso, a nossa descrição da Europa e do mundo nas vésperas da Revolução Francesa ficaria incompleta se não soubéssemos então quantos seres humanos contavam e como se distribuíam pelas unidades territoriais.

Se a pergunta é fundamental, a resposta continua incerta. As informações de que dispomos são fragmentárias. Conhecemos mal o número de homens e os contemporâneos ainda estavam mal informados. Por mais surpreendente que isso

possa parecer, estamos mais bem informados do que os contemporâneos. Os nossos conhecimentos retrospectivos progrediram. Na época o interesse pela demografia mal começa a despertar. Até então não se haviam preocupado com a contagem dos seus administrados. Começa-se a compreender que o homem é um factor de riqueza para a economia e de poder para o Estado. Os soberanos inauguram uma política de imigração. Procuram igualmente saber o número dos seus súbditos. Paralelamente a estas considerações interessadas, a curiosidade científica suscita o estudo da população: a ciência demográfica nasce no século XVIII. É mais um aspecto do progresso científico, com o mesmo valor que a geografia, a astronomia, a hidrografia: as ciências sociais beneficiam do seu primeiro surto. É da segunda metade do século XVIII que datam muitos dos nossos métodos demográficos, é também nesta altura que alguns demógrafos equacionam os problemas que ainda hoje preocupam a consciência colectiva, como é o caso do famoso ensaio de Malthus sobre a população, em 1798.

Ao mesmo tempo que desperta o interesse, surgem novos métodos de investigação; reencontramos, como para as descobertas, a interacção entre o desejo e as possibilidades, as motivações e os meios. Até então os métodos de investigação eram raros e defeituosos. Não existia nenhuma operação comparável aos nossos modernos recenseamentos; nenhum Estado empreende — e *a fortiori* praticamente com regularidade — esta espécie de contagem sistemática, e isto por diversas razões de ordem psicológica e prática. Na verdade, qualquer operação estatística suscita uma animosidade comparável às que as investigações fiscais ou económicas podem actualmente provocar entre os comerciantes ou os industriais: associada à tributação ou à milícia, a operação é impopular. Enfim, a administração não está preparada para levar a cabo tais operações.

Os contemporâneos estão, assim, limitados à utilização de meios indirectos. É através de hipóteses e verificações que chegamos a estimativas aproximativas. Os procedimentos são diversos. Um deles consiste em extrapolar a partir dos movimentos da população, ou seja, pelos números anuais de nascimentos e óbitos, tendo em conta o que consideramos ser a duração média de vida: calculamos assim qual terá sido a população global do país em estudo. Um outro método consiste em contar os fogos, isto é, as habitações, e em multiplicar o número por um coeficiente — a média do número pressuposto de pessoas que vivem na mesma casa.

Assim, os contemporâneos, e não só os curiosos por estatísticas ou os apaixonados pela demografia, mas também a administração, os governantes, não sabem o número de habitantes da França, da Inglaterra ou da Espanha. Imaginem o que isto significa: os governos, mesmo os mais absolutos, cuja legitimidade não é contestada por ninguém, estão, na sua acção quotidiana, menos bem armados do que os governos mais débeis do século XX. Ignoram a quantos milhões aproximadamente ascende o número de habitantes, contribuintes, mobilizáveis. Os soberanos, por mais absolutos, desconhecem sobre quantos súbditos se estende a sua soberania. A sua situação é análoga à dos Estados

actualmente menos desenvolvidos, que nunca fizeram um recenseamento e não têm uma administração capaz de o levar a bom termo. Tais considerações servem tanto para a França como para a Espanha ou para a China de há alguns anos atrás, quando não se sabia, com uma margem de erro de cerca de 100 milhões, o total de chineses.

As nossas informações são, assim, frágeis. E, para mais, a situação que acabo de indicar é a dos países civilizados. Que dizer das regiões da África central ou da América Latina? No entanto, por muito frágeis que sejam estas estimativas, dão-nos uma ideia do que é, por volta de 1750, o povoamento humano e a sua repartição. Vejamos os resultados destes numeramentos, sem esquecermos estas reservas de métodos e de documentação. Daí podemos tirar alguns ensinamentos.

2.2. A população e o seu crescimento

Em 1750 avalia-se o efectivo total de seres humanos em cerca de 700 milhões. Sendo estes números, por si próprios, desprovidos de significado, devemos compará-los com o efectivo actual da população mundial. As últimas estatísticas publicadas pela Organização das Nações Unidas indicavam, aproximadamente, 4000 milhões de homens. Deste modo, em pouco mais de duzentos anos a população do mundo quintuplicou. Esta comparação dá-nos a noção da mudança e justifica a expressão *revolução demográfica.*

O crescimento não foi regular nem constante. A curva abriu-se a pouco e pouco, aproximando-se da vertical. Eis alguns marcos escalonados de cinquenta em cinquenta anos:

1750 — cerca de 700 milhões
1800 — 800 milhões
1850 — 1100 milhões
1900 — 1540 milhões
1950 — 2509 milhões
1976 — 4000 milhões

De 1950 a 1976 a população mundial aumentou, portanto, 1500 milhões. Este crescimento em apenas um quarto de século é vertiginoso: ultrapassa, só por si, a população mundial de 1750.

As causas desta evolução demográfica são múltiplas: algumas têm a ver com a diminuição da mortalidade devido aos progressos da higiene, outras com as modificações das estruturas da economia e da sociedade. Teremos ocasião de evocar em si mesmos alguns destes grandes factos ligados à revolução demográfica. Primeiro convém tomar nota da importância do fenómeno. É um dos factos humanos mais importantes e mais carregados de consequências. Os efeitos desta revolução demográfica são inumeráveis e estão na raiz de todos os nossos problemas contemporâneos.

2.3. A repartição entre os continentes

Em 1750 a repartição da população é muito desigual. Ao lado de regiões fortemente povoadas existem outras praticamente desabitadas. Aliás, desde meados do século XVIII o crescimento não se produziu em todos os continentes ao mesmo ritmo: revelaremos discordâncias na expansão demográfica.

A assimetria é muito marcada entre o Velho Mundo — Europa, Ásia, África — e o Novo Mundo — a América —, que se encontra praticamente vazio. Estima-se que em 1750 não existiam mais de 12 milhões de homens em todo o continente americano (em 1800 o número aproxima-se dos 18 milhões), ou seja, 2% da população mundial.

Estes poucos milhões estão, por sua vez, desigualmente repartidos. É a América do Sul que leva vantagem, com três quartos da população do continente, vivendo ao sul do istmo do Panamá, nos impérios coloniais espanhol e português. População muito heterogénea, pois compreende tanto os descendentes dos autóctones estabelecidos nos planaltos da cordilheira dos Andes e no México como os herdeiros dos conquistadores, que constituem uma estrutura colonial cujas estratificações sociais coincidem com as diferenças de raças: à população indígena sobrepõe-se a dos dominadores.

Na América do Norte os Índios são pouco numerosos: é provável que nunca tenham ultrapassado 1 milhão em todo o espaço ocupado actualmente pelo Canadá e pelos Estados Unidos. O núcleo de origem francesa é pouco numeroso: quando a França teve de ceder o Canadá e a Luisiana (1763), os canadianos franceses seriam cerca de 60 000. O resto é muito heterogéneo, originário da Inglaterra, da Suécia, da Dinamarca ou das Províncias Unidas. Em 1750 conta-se cerca de 1 milhão de colonos nas treze colónias da coroa da Inglaterra.

Da Oceânia não se sabe praticamente nada. Só em 1750 será reconhecida. Um ponto de interrogação em face de um número que se limita a indicar uma ordem de valores: talvez 1 milhão de indígenas.

A esmagadora maioria da população mundial encontra-se então concentrada na Europa, na Ásia e em África. O homem está ainda longe de ter ocupado o seu domínio; espaços imensos esperam ainda ser conquistados e habitados.

A distribuição no interior do mundo antigo é também uma das mais desiguais. De África sabemos pouca coisa. Arriscamos números, mas não temos nenhum meio de os verificar. Fala-se de 100 milhões em 1800, tendo em conta a parte mais povoada de África, a África branca, a do Magrebe e do Egipto, a África das cidades. Mas é necessário recordar que em 1750 a população da África negra diminuía, desde há dois séculos e meio, devido ao tráfico de escravos, que provoca uma hemorragia demográfica; este facto teve consequências incalculáveis e constituiu o primeiro grande movimento migratório da história moderna: talvez 10 ou 15 milhões de africanos tenham sido arrancados ao seu continente e deportados para a América. Primeiro lado do triângulo: os navios partem das costas atlânticas carregados de vidrilhos com os

quais os negociantes compram os escravos. Segundo lado: é o encaminhamento para os portos do Novo Mundo, onde os escravos são vendidos. Terceiro lado: graças ao produto da venda, os navios regressam a França e a Inglaterra carregados de rum, açúcar e tabaco. É um elemento essencial para a prosperidade dos grandes portos franceses e britânicos. O luxo e o esplendor arquitectónico de Bordéus ou Nantes assentam em parte no comércio de «pau de ébano». O tráfico prolongar-se-á durante o século XIX, apesar de ter sido objecto de diversas interdições. Os plenipotenciários reunidos em Viena em 1815 proibi-lo-ão, e foi para fazerem respeitar esta interdição que a França e a Inglaterra concederam uma à outra o direito que esteve na origem de muitos conflitos diplomáticos ou de flutuações de humor da opinião pública.

Se o tráfico de escravos acaba de extinguir-se no século XIX, as suas consequências perdurarão nos três continentes interessados. Se para a Europa foi uma fonte de riqueza, para a África esta hemorragia está na origem da penúria de homens de que a economia de diversos Estados da África central ainda sofre actualmente. O tráfico desorganizou as trocas, abalou os fundamentos das sociedades africanas, provocou a fuga das populações litorâneas para o interior. Para a América é a origem do problema negro, sob formas que variaram desde a escravatura até à guerra da secessão e, desde a sua abolição, em 1863, as suas sequelas com a segregação e a integração racial: o problema tem um grande peso na vida política dos Estados Unidos.

A Ásia é o continente mais povoado de todos. Mais do que todos os outros reunidos: 450 milhões em 700, isto é, perto de dois terços. Por outras palavras, dois homens em três são asiáticos, o que ainda hoje se verifica, embora numa proporção menor. Em 1975 o continente asiático continha ainda 57% da população global. Em dois séculos a proporção passou de 64% para 57%. Os dois países mais povoados do mundo são asiáticos: a China, com 800 milhões, e a Índia, com 600 milhões. Só a Índia tem hoje mais habitantes do que toda a Ásia há dois séculos atrás.

Apercebemo-nos, através destes valores, de um traço constante na história demográfica: esta predominância demográfica, esta predominância maciça da Ásia, que faz dela o grande reservatório da humanidade. Não existe nada de comparável no mundo às multidões da Ásia, aos seus formigueiros rurais ou urbanos. São cidades asiáticas sete dos vinte maiores aglomerados populacionais actuais: Tóquio, a primeira de todas, com cerca de 15 milhões, Xangai, Ósaca, Pequim, Calcutá, Bombaim e Seul. Assim, a Ásia tem a supremacia tanto no que se refere à população global como à concentração nos centros urbanos.

Esta população encontra-se distribuída muito desigualmente sobre a superfície do continente asiático. Espaços imensos permanecem totalmente desertos. A população agrupa-se no perímetro do continente, desenhando uma espécie de grinalda, com a Índia, a península indochinesa, a China e o arquipélago japonês.

Em 1750 estas multidões nada pesam na balança das forças políticas, apesar de estes países terem civilizações antigas, requintadas, por vezes mesmo superiores às da Europa.

A Europa é bastante menos povoada do que a Ásia, mais do que a África e muito mais do que a América. Em 1750 estima-se em cerca de 140 milhões o total de europeus. Num total de 700 milhões, este número representa um quinto. Dois homens em três são asiáticos; podemos acrescentar que um homem em cinco é europeu. Se a Europa está, assim, na segunda posição, muito atrás da Ásia, distancia-se dela no que respeita à densidade.

A relação de densidade concede à Europa uma primazia que nenhum continente lhe pode contestar: tem as taxas mais elevadas e certamente é justo pensar que entre a densidade e a expansão da Europa não há uma mera coincidência. É verosímil que os Europeus tenham encontrado nesta densidade um dos impulsos para a sua expansão na superfície do Globo. No século XVIII a Europa é, muito mais do que a Ásia, uma reserva ilimitada de homens. É na Europa que os grandes movimentos migratórios da humanidade encontrarão o seu ponto de partida no século XIX: cerca de 60 milhões de europeus expatriar-se-ão. No século XVIII, o movimento era mais limitado e só afectava ainda algumas centenas de milhares de indivíduos. Recordemos os valores: 60 000 canadianos de origem francesa nas margens do São Lourenço, 1 milhão de colonos nas treze colónias inglesas.

O grande movimento de emigração desencadear-se-á após as guerras da Revolução e do Império e tomará uma amplitude considerável. Não impediu, no entanto, o crescimento muito rápido da população da Europa, apesar do défice que deveria ter resultado da partida de 60 milhões de europeus e dos «ganhos cessantes» da sua descendência. Sem dúvida que o crescimento da Europa em dois séculos foi inferior ao da América (passando de 12 ou 15 milhões para 440), mas foi superior ao da Ásia e na ordem do quádruplo.

São estes os valores brutos, repartidos por grandes massas. O nosso planisfério começa a animar-se e podemos já dispor nele fragmentos de humanidade, valores ponderados segundo a extensão do território.

Estes fragmentos da humanidade continuam separados, o povoamento desigual, descontínuo, compartimentado. Existem núcleos densos, separados uns dos outros e que se ignoram: não têm mesmo a possibilidade de entrar em contacto uns com os outros, tendo em conta a mobilidade muito reduzida de que dispõem então os agrupamentos humanos. Esta descontinuidade contribui para a manutenção de uma grande diversidade das condições de vida, de mentalidades e de civilizações.

2.4. O mundo simultaneamente subpovoado e superpovoado

Em termos relativos, o mundo de 1750 deve parecer-nos muito povoado: 700 milhões, contra 4000 milhões actualmente. O universo está subpovoado e, contudo, em 1750 já se encontra superpovoado em certos lugares. Aos contemporâneos afigura-se mesmo no limite do superpovoamento. É que a própria noção de superpovoamento é relativa: é a resultante momentânea de uma relação, cujos termos variam constantemente, entre o número de homens e as suas possibilidades de

existência. Ora, estas possibilidades de existência — a subsistência e o emprego — não são definidas de uma vez por todas, modificam-se. Teríamos, sem dúvida, tendência, actualmente, por causa da importância dada ao problema da fome, a privilegiar a primeira em detrimento do segundo. Há quarenta anos, devido à grande crise económica e à gravidade do desemprego, teríamos concedido menos atenção ao problema das subsistências e mais ao do emprego, ou melhor, ao do subemprego. Na verdade, é preciso tomar em consideração os dois aspectos.

As subsistências

Na economia de antigo regime, a capacidade de um país para sustentar a sua população é estritamente limitada pelo volume dos recursos alimentares. Seja qual for o seu grau de desenvolvimento, todos os países estão sujeitos à mesma lei; só mais tarde surgirá uma diferença (que depois se consolidará) entre as economias que a partir de então estão libertas da dependência em relação ao problema das subsistências e os dois terços da humanidade que, ainda hoje, conhecem o problema da fome como toda a humanidade o conhecia há duzentos anos.

Em 1750 o volume da produção é, portanto, limitado por um constrangimento aparentemente inexorável. É um dado determinante do regime demográfico em todas as sociedades de antigo regime: vivem todas na obsessão da escassez, da qual ainda nenhuma conseguiu subtrair-se. Durante a Revolução Francesa é uma das componentes das jornadas revolucionárias: o abastecimento defeituoso, a inquietação da população parisiense, a ruptura dos *stocks*, desencadeiam surtos insurreccionais e a coincidência entre o calendário das dificuldades de abastecimento e o das peripécias revolucionárias é frequentemente impressionante. Será assim em França até às vésperas da revolução de 1848. Só desde meados do século XIX podemos dizer que a França está ao abrigo deste receio, com excepção, claro, das circunstâncias excepcionais ligadas à guerra, à derrota e à ocupação estrangeira, como em 1940-1944.

Assim, até meados do século XIX para a França, um pouco mais cedo para a Inglaterra, muito mais tarde para o resto do continente europeu, mas actualmente ainda para a maior parte dos outros continentes, a vida da população e as suas possibilidades de crescimento demográfico são comandadas, ritmadas, pela produção dos cereais, entre outros bens alimentares. Está-se à mercê de uma má colheita, das intempéries, de um Verão chuvoso ou de um Inverno tardio; exemplo clássico é o da Irlanda em 1846, onde a fome vitima meio milhão de habitantes e condena outro meio milhão à emigração. E é à custa desta diminuição brutal que os que ficam podem sobreviver. Apercebemo-nos, graças ao caso-limite deste país exclusivamente agrícola, da fatalidade dos processos atmosféricos que ritmam a capacidade da agricultura e, consequentemente, o quantitativo da população.

No século XVIII, em alguns pontos privilegiados, os homens começam a subtrair-se a esta dependência. A revolução agrícola, os progressos da agronomia, a descoberta feita pelos Britânicos da possibilidade de integrar a criação de

gado na agricultura, a supressão do pousio e, em consequência, a reconquista de um terço do solo abrem a esperança de perspectivas inesperadas.

O emprego

Não é suficiente haver alimento para todos. É ainda necessário que os que não têm terra possam ganhar a vida, obter os recursos que lhes permitam alimentar-se. Ora, no antigo regime, a situação caracteriza-se, na maior parte dos países europeus, por um excedente de mão-de-obra. A revolução demográfica precedeu a revolução industrial; por outras palavras, o crescimento da população antecedeu a expansão das possibilidades de emprego. Toda uma população excedentária de indigentes está à espera de trabalho.

Correndo o risco de repetir até à saciedade este género de comparação — mas só ele pode isentar-nos de projectarmos sobre a França e a Inglaterra do século XVIII as realidades dos nossos dias —, estes dois países conhecem então uma situação análoga à da Itália meridional, que dispõe de um excedente de mão-de-obra, no qual as economias industriais da Europa do Norte gostam de ir abastecer-se para satisfazerem as suas necessidades de trabalhadores. Estas sociedades estão sobrecarregadas com um excedente de população: vagabundos, indigentes, que andam de aldeia em aldeia ou se amontoam nos subúrbios das aglomerações. O que por vezes se chama «quarto estado» é constituído por vários milhões destes seres errantes. Na população parisiense representam um quarto ou um quinto. Noutros países, onde a ordem pública não é tão eficazmente assegurada como nas monarquias absolutas, esta massa de trabalhadores sem emprego alimenta o banditismo; o bandoleirismo é consequência do desemprego em Itália, nos estados da Igreja, no reino de Nápoles (na Calábria), na Grécia, em Espanha.

Teremos ainda de esperar pela revolução industrial e pelos seus efeitos para que, pelo menos na Europa, se reabsorva a pouco e pouco o excedente de população; mas todos os países ditos em vias de desenvolvimento conhecem este problema, seja em África, seja na América Latina; estas massas miseráveis, apinhadas nos subúrbios, nos bairros-de-lata, nas favelas, são os irmãos dos caminheiros, dos vagabundos, da Europa ocidental dos meados do século XVIII.

3
A organização social do antigo regime

Encarámos, sucessivamente, o espaço sem os homens, depois contámos, recenseámos e repartimos os homens pelo espaço. Mas os homens não são meras individualidades isoladas: pertencem a agrupamentos, vivem em sociedade. É então necessário situar estes homens nos conjuntos políticos e sociais que

constituem. Este terceiro ponto de vista demorar-nos-á mais do que os dois precedentes, pois faz parte do próprio corpo do nosso estudo.

3.1. Os princípios de toda a organização social

Os homens são apanhados num conjunto de relações sociais que derivam do seu *habitat*, da sua condição profissional, da natureza da sua actividade e também das concepções inspiradoras da sociedade. Encontram-se associados em pirâmides de agrupamentos sobrepostos, enquadrados em sistemas sociais.

Todas as sociedades são diferenciadas: esta afirmação não é válida apenas para as sociedades do antigo regime, mas também para as sociedades anteriores a ele ou para as sociedades contemporâneas. Não existem sociedades uniformes no interior das quais os indivíduos sejam absolutamente intermutáveis. Todas as sociedades se decompõem — e organizam — num número maior ou menor de grupos intermediários entre a poalha dos indivíduos e a sociedade global. Isto por razões de ordem prática: mesmo que não tivesse justificação, esta diferenciação seria imposta às sociedades por necessidades materiais, que resultam da divisão das tarefas, da velha lei da divisão do trabalho, que se aplica a todas as sociedades. Mesmo nas sociedades primitivas existe uma distinção entre os que têm como função preservar a segurança do grupo e que combatem e os que, ao abrigo da protecção assim assegurada, trabalham para garantirem a subsistência do grupo.

Esta distinção implica outras: nos hábitos de vida, nos costumes, nos códigos. A interdição feita aos nobres de trabalharem, cuja sanção para os que a transgredissem era a derrogação, é consequência e efeito jurídico de tal distinção. Além da diferenciação das funções, imposta por necessidades de ordem prática, surgem outras distinções, de consideração, de estatuto jurídico, e que resultam das concepções em vigor, da representação que os indivíduos têm das relações sociais, de sistemas de valores morais e sociais. É, por exemplo, a ideia de que o serviço de Deus deve preceder todas as actividades terrenas que justifica a proeminência do clero sobre as outras ordens na sociedade do antigo regime. É uma diferenciação de funções, mas legitimada por uma concepção das relações entre o espiritual e o temporal. Do mesmo modo, o preconceito que confere maior estima à actividade espiritual do que às actividades manuais está na origem da hierarquia social que coloca as profissões liberais, as «artes liberais», acima daquilo a que se chamava «artes mecânicas», abandonadas a uma mão-de-obra frequentemente servil.

Assim, a organização social é a resultante de, pelo menos, dois tipos de factores: uns económicos e técnicos (divisão do trabalho, distribuição das tarefas, especialização profissional) e os outros culturais, intelectuais, ideológicos, filosóficos. A sociedade soviética actual, por razões tanto ideológicas como materiais, coloca, na escala dos salários, os intelectuais ou os técnicos acima de todas as outras categorias.

A sociedade do antigo regime, como todas as sociedades, é a expressão destas duas ordens de factores. Acabo de dizer: *a* sociedade do antigo regime. Na verdade, a afirmação é inexacta, pois, falando correctamente, não existe *uma* sociedade do antigo regime, da mesma maneira que actualmente não poderíamos falar de uma sociedade do século XX. Desafio quem quer que seja a propor uma descrição válida para todas as sociedades que compõem o mundo de 1978. Sociedade do século XVIII ou sociedade do século XX são abstracções por simplificação. De uma maneira geral, devemos desconfiar sempre que se fale da realidade, social ou política, no singular: o número habitual da história e da realidade é o plural. É então *das* sociedades do antigo regime que é conveniente falar, mesmo que existam certas analogias ou traços comuns entre si.

Não as passarei todas em revista, exactamente por causa da sua diversidade. É essencialmente da sociedade europeia do antigo regime que vou esquematizar os traços principais. Muitos destes traços serão realmente válidos para o resto das sociedades que encontraremos mais tarde, quando estudarmos as relações estabelecidas entre a Europa e os outros continentes.

3.2. As actividades profissionais

Alguns caracteres dominantes definem as sociedades da Europa do antigo regime e permitem organizar um inventário das actividades.

A sociedade rural

À partida, devemos sublinhar a esmagadora predominância da sociedade rural sobre a sociedade urbana.

Tal facto é ainda verdadeiro em 1789 para todos os países do mundo. Actualmente, já não se poderia dizer o mesmo, mas seria necessário estabelecer uma classificação das sociedades contemporâneas em função das que são predominantemente urbanas e daquelas que são predominantemente rurais. Esse princípio de classificação não seria de nenhuma utilidade para a sociedade do antigo regime, visto que em todos os países, sem excepção, a sociedade rural domina. Mesmo os países mais avançados, economicamente e socialmente mais desenvolvidos, como a Inglaterra, as Províncias Unidas e a Itália do Norte, têm ainda uma forte maioria de rurais. Na França, em 1789, numa população global que podemos estimar em 26 ou 27 milhões de habitantes, mais de 20 milhões vivem no campo; noutros países, a população rural não representa 80%, mas 85%, 90%, 95%.

A superioridade do campo sobre a cidade estende-se a todos os aspectos da vida social. É válida para a distribuição dos homens e também para o rendimento nacional: em 1780, os rendimentos dos campos representam ainda quase três quartos do rendimento nacional total. O mesmo se passa quanto aos investimentos. Com excepção, talvez, das cidades hanseáticas, das Províncias Unidas, de

uma parte da Inglaterra e de alguns portos, a forma habitual de aplicar o dinheiro é na terra. Não que a renda fundiária — o rendimento proporcionado pela posse ou pela exploração da terra — assegure benefícios superiores aos outros investimentos, bem pelo contrário; o rendimento dos capitais aplicados no comércio, interno ou externo, é infinitamente mais remunerador. Se a burguesia francesa aplica normalmente os seus proventos na terra, é porque aí encontra mais segurança; deste ponto de vista, a desastrosa experiência feita no princípio da regência com o sistema de Law só podia ter encorajado os investimentos fundiários. As razões essenciais desta ligação pertencem ao foro da psicologia colectiva: numa sociedade dominada por valores rurais só a posse da terra é digna de consideração, só ela enobrece. É ela que está na origem da ascensão social.

Sociedade rural não é sinónimo de população agrícola. A distinção é importante: a população agrícola é aquela que vive directamente do trabalho da terra, a cultiva e dela retira a sua subsistência. Comporta uma hierarquia de posições. No cume, os proprietários exploradores, aqueles que na sociedade rural da França do antigo regime eram conhecidos como *laboureurs**, têm suficientes bens ao sol para não precisarem de arrendar terras alheias. No mais baixo da escala estão os que trabalham a terra sem a possuírem.

Entre a posse da terra e o trabalho da terra, as relações podem ser diversas e revestir múltiplas formas, que tanto se confundem como se dissociam, segundo as regiões da Europa. Os regimes que definem estas relações dependem, por um lado, de factores propriamente económicos e, por outro, de factores jurídicos ou políticos, instituições, códigos, regras impostas pelo direito.

Exemplo de factor económico: o endividamento, fenómeno clássico de todas as sociedades rurais, drama de todos os camponeses do mundo, de todos os tempos, da antiguidade greco-latina (Sólon ou os Gracos), da China anterior à revolução agrária, dos agricultores americanos nos tempos da grande crise. O endividamento é um problema crónico que se põe a todas as sociedades rurais. Tem como consequência despojar os componeses e transferir a posse da terra daqueles que a detinham para os usurários, os bancos ou os prestamistas.

A par dos factores económicos aparecem também factores sociais ou jurídicos. Deste ponto de vista, observam-se na Europa anterior à Revolução Francesa diferenças muito marcadas. Além disso, verificam-se evoluções em sentido contrário: a Europa oriental parece enveredar por uma via exactamente oposta àquela que os camponeses da Europa ocidental seguem. A Europa está longe de formar uma unidade, tornando-se impossível falar no singular de uma sociedade de antigo regime como se apresentasse traços análogos de uma ponta à outra do continente.

* *Laboureur*, na origem, aquele que dispunha de terra suficiente para lavrar com animais. Esta definição recobre depois um conjunto de proprietários desafogados e corresponde, de algum modo, à de lavradores em algumas épocas e regiões de Portugal. *(N. do R.)*

No Oeste da Europa

No Oeste da Europa (é sobretudo verdade para a França), um movimento lento, mas contínuo, tende, há vários séculos, a emancipar os homens da terra. A servidão quase desapareceu. Calcula-se que haverá pouco menos de 1 milhão de servos na França do antigo regime, cuja condição melhorou sensivelmente. O desaparecimento da servidão é a ruptura do vínculo que sujeitava o homem à vontade de um senhor e a uma dada terra. É uma etapa capital na evolução que a pouco e pouco liberta o indivíduo e lhe permite escolher a sua residência, o seu ofício, o seu emprego; esta mobilidade aumentará nos séculos XIX e XX.

Contudo, os direitos feudais perpetuam um sinal tangível da dependência do camponês em relação aos senhores. Mas a realidade desses direitos não cessou de se amenizar. Com efeito, é geralmente em dinheiro que esses direitos são liquidados. O montante foi definido num passado distante e, mais tarde, o movimento da alta dos preços, que implica a depreciação da moeda, aliviou singularmente esse encargo. Esta progressiva diminuição provocará o fenómeno da reacção nobiliária.

Com o desaparecimento da servidão, a redução progressiva dos direitos feudais, o camponês, em França e numa parte da Europa ocidental, sente-se senhor em sua casa. Considera como sua a terra que trabalha. Tem a garantia de nela poder permanecer e de a transmitir aos filhos. A Revolução Francesa, enquanto revolução social, consagrará este movimento secular. Não inverte a tendência, antes a aproxima do termo. Sem ela teriam sido, provavelmente, necessários vários séculos para se chegar à extinção dos direitos feudais. A revolução vai aboli-los em duas etapas — noite de 4 de Agosto, decretos da Convenção em 1793. Tal é o significado das medidas tomadas pelas assembleias revolucionárias sobre a matéria: consagram como um direito um movimento irreversível iniciado vários séculos antes.

Na Europa central

Mais a leste, na Europa central (possessões dos Habsburgos, Alemanha e leste do Elba), a situação é bem diferente: a servidão ligada à economia fundiária é a condição normal. Após os desastres da guerra dos Trinta Anos, a aristocracia reconstituiu os grandes domínios. A economia é essencialmente agrária; há muito pouco dinheiro, poucas trocas. Na falta de dinheiro e na impossibilidade de os proprietários formarem uma mão-de-obra assalariada, estes vêem-se obrigados a reduzi-la à servidão. A servidão é uma componente essencial e como que a contrapartida do sistema económico e social. De que serviria aos grandes proprietários da Bóemia ou da Hungria disporem de vastos domínios se não tivessem mão-de-obra para os explorar? A servidão é uma necessidade, na medida em que ainda não existe uma economia monetária que comporte a circulação e as trocas.

A servidão durará na Europa central até ao século XIX, apesar de ter sido sujeita a um certo número de proibições. Em 1781 José II aboliu a servidão pessoal, ou

seja, a forma mais humilhante, a que se afigurava ao espírito do século como a mais contrária à dignidade do homem, a servidão que ligava o indivíduo, não ao solo, mas a um senhor, a que parecia irmã da escravidão. Em 1807, logo após a derrota de Jena, quando a Prússia empreendeu um conjunto de reformas destinadas a modernizar-se para que pudesse encarar ulteriormente uma prova de força com a França da revolução, suprimiu a servidão. Em 1848, beneficiando da revolução na Áustria, a grande Assembleia Constituinte abolirá os vestígios da servidão. Assim, na parte central da Europa é preciso esperar por meados do século XIX para que desapareçam, por um acto legislativo, os resquícios da servidão, que fora, durante séculos, o sistema de relações entre a terra e o homem.

Na Rússia

Mais a leste, na Rússia, a evolução é inversa. A servidão acaba de desaparecer no Ocidente, mas mantém-se no centro, onde as suas posições começaram já a ser desorganizadas. A leste estende-se. A Rússia não a conheceu praticamente até ao século XVI. Desde então tende a tornar-se uma regra. É nesse ponto que a história russa diverge fundamentalmente da do resto da Europa. É a política dos czares que alarga a servidão; Pedro, *o Grande*, Isabel, Catarina, obedecem a duas ordens de considerações. Para eles o meio de recompensarem a fidelidade dos nobres é primeiro dar-lhes terras; no entanto, que vale a terra sem a mão-de-obra? Reencontramos a mesma necessidade inelutável. É-lhes então concedida, ao mesmo tempo que o domínio, a mão-de-obra, uma ou mais aldeias, com as suas «almas», como se diz na literatura russa do século XIX. Em França o rei pode dar uma pensão aos nobres: a economia é já suficientemente monetária, o rei é suficientemente rico para o fazer. O czar não pode dar mais do que aquilo que tem: terra e homens.

A esta razão juntam-se razões administrativas. Poder-se-ia dizer da Rússia setecentista do século XVIII que era subadministrada. Os czares não dispõem de pessoal suficiente para administrar um território tão amplo e para enquadrar a população. Recordemos o que dissemos da distância relativa e da dispersão dos homens em vastíssimos espaços. No século XVIII a Rússia não é governável pelos métodos e pelas práticas de uma administração centralizada. O soberano vê-se, assim, obrigado a deixar a administração dos homens nos senhores; cede aos proprietários o cuidado de administrar, de manter o Estado civil, de exercer a justiça, de lançar os impostos, de fornecer milicianos ao exército. Em contrapartida, os homens pertencem-lhes. A servidão não é mais do que uma peça de um sistema social que é uma sobrevivência do feudalismo. Será preciso esperar pelo ucasse libertador de 1861, pelo qual o czar Alexandre II tomou a iniciativa de abolir a servidão.

Assim, em 1750 muitos camponeses europeus estão ainda submetidos a diversas dependências: servidões, direitos feudais. Mas algumas coacções são mais horizontais do que verticais: as que advêm já não da sobreposição de uma

ordem autoritária, mas de costumes, de tradições, de regulamentos adoptados em comum. São as chamadas «obrigações comunitárias» ou «serventias colectivas», expressões que designam a mesma realidade.

Estas obrigações estão em relação directa com as condições da economia. São impostas, em primeiro lugar, pelo estado da agricultura, dos conhecimentos e das possibilidades agrícolas, das condições técnicas, pela divisão das terras, o fraco rendimento, a necessidade de associar numa mesma área a produção de cereais e a criação de um rebanho. Estas exigências de ordem técnica serão mais tarde consagradas pelas obrigações jurídicas, sancionadas em caso de infracção. O conjunto destas serventias, que se elaborou pouco a pouco, vem de um passado extremamente antigo e remonta a milénios: estas obrigações são bastante anteriores ao feudalismo; comparativamente, a servidão é recente.

Desenvolveram-se nas regiões de campos abertos, onde as parcelas se entrelaçam e tornam indispensável o cultivo em conjunto: é necessário plantar as mesmas sementes, fazer a colheita ao mesmo tempo. Daí decorre um certo número de interdições. Os camponeses, mesmo que sejam proprietários de pleno direito, não podem cultivar o que querem, nem variar de culturas a seu bel-prazer. Os afolhamentos são fixados pela tradição. Eles não podem tão-pouco murar ou fechar as suas terras, pois, logo que a colheita é feita, o rebanho comunitário tem de ter acesso à sua parcela; é o que se chama a *vaine pâture*. Toda a actividade está, assim, inscrita numa rede cerrada de obrigações que a comunidade local procura fazer respeitar. Não existe individualismo agrário. Esta é a situação tanto das comunidades francesas da Champagne e da Picardia como das aldeias alemãs e húngaras ou do *mir* da planície russa. Por toda a parte, comunidades fortemente constituídas encerram as iniciativas dos indivíduos em limites estreitos fixados pelo costume, pelas tradições, pelas autoridades locais. Esta dependência económica prolonga-se por uma obrigação social que regula todos os pormenores da existência: os usos, os costumes, mesmo as crenças, são impostos pela comunidade. Não há mobilidade nem liberdade. As coisas passam-se de modo um pouco diferente nas regiões de campo fechado, de *bocage**, onde o *habitat* disperso dá aos indivíduos uma mais ampla margem de iniciativa; mas isto constitui uma excepção em relação a sociedades rurais fortemente organizadas e estruturadas.

No século XVIII o caso da Inglaterra é diferente. É, juntamente com a Rússia, a segunda anomalia na Europa: a Inglaterra começa a seguir uma via original. A sua agronomia está mais avançada; os proprietários ingleses podem vedar o seu domínio, pedindo uma autorização ao Parlamento: são os *enclosure acts*. Uma vez vedadas, as propriedades são frequentemente transformadas: o cultivo dos cereais é substituído por culturas de forragens e pela pecuária, mais remuneradora e que exige menos mão-de-obra. Ao mesmo tempo desenha-se um movimento de concentração da terra.

* *Bocage*, regime agrário, próprio de algumas regiões da França, caracterizado pela delimitação clara das explorações agrícolas, separadas por sebes vivas ou renques de árvores. *(N. do R.)*

De início, a transformação é assim económica, posto que exija uma formalidade jurídica. Implica consequências sociais. Com a concentração da terra, a classe dos pequenos proprietários, os *yeomen*, é progressivamente despejada. E ganha força uma aristocracia de grandes proprietários fundiários, que é ao mesmo tempo proprietária da terra, senhora da administração local, e detém a esmagadora maioria dos lugares no Parlamento.

Eis a diversidade das condições em que vive a população agrícola da Europa do antigo regime.

Mas a sociedade rural não se compõe unicamente dos camponeses, dos agricultores. Ao seu lado, no campo, existe igualmente uma população numerosa que não vive directamente do trabalho da terra: artífices rurais, comerciantes rurais, todos os que exercem pequenos ofícios a meio caminho entre a agricultura e a indústria.

A Europa do século XVIII possui uma indústria rural dispersa. Na verdade, no século XVIII a agricultura e a indústria não se opõem como actualmente. Hoje em dia a agricultura está no campo e a indústria na cidade; nessa época entremeavam-se. Cidade e indústria não se atraem necessariamente. As cidades estão longe de serem em todos os casos centros industriais. As funções específicas das cidades são outras: função de troca, com o comércio e a banca, ou função administrativa e intelectual, raramente a actividade industrial. Reciprocamente, a indústria encontra-se pouco concentrada: não tem ainda necessidade de máquinas, de energia, de mão-de-obra importante. Pode dispersar-se pelo campo. A indústria fixa-se perto dos cursos de água, que fornecem a energia para accionar moinhos, prensas de papel, forjas, martelos, ou na proximidade das florestas, que lhe dão o combustível necessário. A indústria doméstica difundiu-se até nas pequenas aldeias. Muitos camponeses têm também um ofício. A indústria proporciona-lhes durante o Inverno um trabalho complementar, um salário adicional. Os mercadores fornecem-lhes a matéria-prima e revendem os produtos fabricados. Há assim toda uma circulação de produtos e de trocas na qual as aldeias estão integradas. Deste modo, dada a osmose entre o trabalho da terra e a indústria caseira e dadas as obrigações impostas pelas comunidades agrícolas, a sociedade rural do antigo regime é muito diferente da nossa.

A sociedade urbana

As cidades

Sobre o sustentáculo que a sociedade rural estabeleceu em toda a parte desenham-se as cidades. A existência de cidades como conjuntos organizados é tão antiga como a das sociedades. Trata-se de um elemento constitutivo de todas as sociedades. Mas o fenómeno urbano pode revestir-se das formas mais diversas e a sua importância quantitativa variar no tempo e no espaço.

No século XVIII o fenómeno encontra-se ainda pouco desenvolvido. É a contrapartida do predomínio da sociedade rural; só uma pequena minoria vive

na cidade. Existem numerosas cidades, mas muito poucas grandes cidades. Em 1800, mesmo a Inglaterra — que, no entanto, se adianta na via da urbanização ao resto da Europa e mais ainda aos outros continentes — não tem mais de cinco cidades com mais de 100 000 habitantes, havendo vinte e três em toda a Europa. Em França, Paris reúne, nas vésperas da Revolução Francesa, cerca de 650 000 habitantes; todavia, não podemos generalizar a partir de Paris, que é um monstro. Com exclusão de Paris, só Lyon ultrapassa — embora por pouco — a cota dos 100 000, com cerca de 135 000 habitantes.

O fenómeno está desigualmente repartido pela Europa. O grau de urbanização varia de maneira considerável de região para região em função da antiguidade da urbanização de cada uma. *Grosso modo*, as regiões urbanizadas desenham uma espécie de faixa orientada de noroeste para sueste da Europa ocidental, desde as costas do mar do Norte e do Báltico até à parte setentrional da Itália, Adriático e mar Tirreno. Esta nebulosa é composta pelas cidades hanseáticas, pelas cidades holandesas, portos das Províncias Unidas (Amsterdão, Delft, tiveram o seu século de ouro nos princípios do século XVII, depois de terem sido libertadas da tutela da coroa de Espanha); pelas cidades flamengas mais antigas, que tiveram em muitos casos de conquistar a sua liberdade aos bispos e algumas das quais, desde o século XIII, eram centros activos graças ao comércio e à tecelagem de panos e peles; pelas cidades alemãs do vale do Reno, da Baviera, na Suábia, na Francónia, no sopé dos Alpes, na saída dos desfiladeiros por onde passam as vias de comunicação entre a Europa do Norte e a Europa do Sul, entre todas essas partes activas da Europa; finalmente, pelas grandes cidades da Itália setentrional, Milão, Verona, e os portos, Veneza, Génova. Eis, desenhado sumariamente, o mapa das maiores zonas urbanas.

Se momentaneamente nos abstrairmos dos meados do século XVIII e considerarmos a Europa da actualidade, descobriremos algumas analogias. O mapa dos centros urbanos, da concentração humana, das grandes vias de comunicação, das auto-estradas, reconstitui hoje essa trajectória orientada de noroeste para sueste, do mar do Norte até à Itália, que deixa a França um pouco a oeste.

A existência e a prosperidade destas cidades estão em muitos casos ligadas a certas indústrias (têxtil e por vezes também indústrias mais modernas, como a tipografia, em Lyon), mas é entre o negócio e a cidade que o laço é mais estreito. A cidade é, em primeiro lugar, um centro de trocas, sejam sazonais (as feiras periódicas), sejam permanentes. Foi do comércio que nasceu a maior parte dos grandes centros urbanos.

Esta correlação entre a actividade das trocas e a cidade tem consequências quanto à composição social da população urbana. A burguesia é antes de mais uma burguesia de mercadores, de negociantes. Existe uma verdadeira hierarquia desde o pequeno retalhista, o regatão, até ao negociante que faz comércio com o resto do mundo conhecido. Trata-se portanto de comércio interno e de comércio externo, continental e marítimo.

Os portos

A maior parte das grandes cidades são portos. Em Itália, para Veneza e para Génova, a prosperidade económica traduz-se politicamente na independência. Veneza e Génova são repúblicas soberanas que conseguirão preservar a independência até às convulsões da revolução. O mesmo se passa nas Províncias Unidas, onde os portos detêm a primazia. Em Inglaterra, Londres, capital política, é um grande porto de mar. Em França também se verifica esta concomitância entre a importância dos centros urbanos e a actividade marítima. A seguir a Paris e Lyon, por ordem decrescente, sucedem-se Marselha, com 90 000 habitantes, Bordéus, com 84 000, Roven, com 72 500, e Nantes, com 57 000, estes valores referem-se às vésperas da Revolução Francesa. Entre Roven e Nantes situa-se Lille, que se incorpora na constelação das cidades têxteis da Flandres. É significativo que, entre as sete primeiras cidades de França, quatro sejam portos, três dos quais do Oeste: Bordéus, Roven e Nantes.

A geografia dos centros urbanos modificou-se desde então. Nas vésperas da revolução mais de metade dos grandes centros urbanos estavam situados a oeste do meridiano de Paris. Actualmente é a leste do mesmo meridiano que encontramos as regiões mais activas, mais povoadas e mais industrializadas. Há aqui uma mudança profunda na distribuição do rendimento nacional e na estrutura das actividades. Para se retomar a distinção, agora clássica, entre França dinâmica e França estática, nas vésperas da revolução a França dinâmica é a França do Oeste; hoje é a do Leste, e sabemos bem os problemas que implica para o ordenamento do território a reanimação das regiões em declínio do Oeste e do Sudoeste.

As burguesias

Da mesma forma que descrevemos diversas sociedades do antigo regime, falaremos em seguida de diversas burguesias do antigo regime, diferentes nas suas origens, nas suas actividades profissionais, no seu modo de vida. Ao lado de uma burguesia que vive do comércio existe uma burguesia intelectual e da administração, uma burguesia das profissões liberais, a que gravita à roda dos parlamentos.

A burguesia, seja de comércio ou de função, está muito desigualmente desenvolvida através da Europa. A sua amplitude depende do grau de desenvolvimento dos países, o qual varia em função do desenvolvimento económico e da difusão dos conhecimentos. No domínio económico, sabemos que as sociedades marítimas tomaram um avanço considerável em relação às sociedades continentais. É o mesmo que dizer que no Ocidente encontramos uma burguesia importante que não tem equivalente no Leste, onde, salvo raras excepções, nada se interpõe entre um campesinato de servos e uma aristocracia de grandes proprietários, boiardos russos ou magnates húngaros.

A inexistência de burguesia tem consequências para a economia e para a governação da Europa oriental. A ausência de uma classe que disponha de

capitais e desejosa de os investir, instruída, culta, capaz de tomar iniciativas, força o Estado a substituir-se-lhe. Na Rússia e na Prússia é o poder que suscita a indústria, que desenvolve o país. É uma das características do regime. Uma política económica de iniciativa governamental, com intervenção do Estado, é uma das características do despotismo iluminado, e não é um acaso que o mapa do despotismo iluminado coincida com o dos países onde a burguesia é praticamente inexistente. Pressentimos, assim, numa medida que será necessário precisar, que o estado da sociedade modela a forma do regime político e concorre para fixar a natureza do governo.

Em França a situação é completamente diferente: existe desde há séculos uma burguesia importante, activa, rica, culta, mas muito pouco audaciosa, sendo assim o Estado obrigado a desempenhar o papel de empresário. A França possui uma tradição de iniciativa governamental, de que o sistema colbertista é a expressão mais acabada. Esta burguesia não desempenha em França o papel que a vemos representar em Inglaterra, onde se encontra na origem do progresso. As razões são essencialmente psicológicas e culturais e sublinham bem o peso de factores não económicos. Se o Estado se vê assim obrigado a substituir a burguesia é porque a burguesia se desvia da economia. Por um lado, ela compra terras, o que, como já vimos, equivale a dizer que, no fundo, está mais ávida de consideração do que de lucros. Procura a honorabilidade, aspira a identificar-se com a nobreza. O código dos valores sociais desvia assim os capitais do comércio ou da indústria e esteriliza-os na compra de terras, sem que haja qualquer preocupação em modernizar a sua exploração ou melhorar o seu rendimento. Por outro lado, a burguesia compra cargos. É a consequência da venalidade dos ofícios. Devido à organização defeituosa das finanças, a monarquia francesa nunca soube aproveitar os recursos da sua política; esteve sempre reduzida a viver de expedientes. Um desses expedientes consistia em vender os cargos de justiça e administrativos. Esses cargos tentam a burguesia, pois fornecem-lhe essa consideração de que está ávida e uma possibilidade de os seus herdeiros ascenderem à nobreza. A terra e os cargos, eis para onde vão em França os recursos da burguesia.

3.3. Ordens e classes

Após a descrição da sociedade em função da sua localização no espaço, das suas actividades profissionais e da distinção entre cidade e campo, convém considerar agora os aspectos jurídicos. Qual é o lugar, qual é o estatuto deste ou daquele grupo no todo social? Quais são as relações de dependência e de hierarquia entre os diferentes grupos que, reunidos, compõem a sociedade do antigo regime?

Tomarei a França como exemplo. É a primeira sociedade a ser profundamente modificada pela revolução e sem dúvida alguma ilustra melhor a diversidade dos princípios de organização que se entrecruzam.

A análise da sociedade francesa pode polarizar-se à roda de duas noções: ordem e classe, que se relacionam com a organização. Introduzem-lhe distinções e divisões: há pluralidade de ordens, como haverá pluralidade de classes. Detêm-se aí as suas analogias: não se referem à mesma concepção de organização social e procedem de princípios diferentes.

Consideraremos alternadamente o que são as ordens e o que são as classes, quais as ordens existentes no antigo regime e de que classes podemos já discernir os contornos, enfim, quais as relações de oposição ou, pelo contrário, quais as semelhanças existentes entre ordens e classes. Descobrimos assim a anatomia desta sociedade, submetendo-a a duas radiografias: uma que tem como princípio de investigação a noção de ordem e outra a noção de classe.

As ordens, as classes

Em princípio, a sociedade do antigo regime só conhece as ordens. Portanto, só se pode falar de classes a seu respeito. Pelo contrário, a noção de ordem inscrita nos textos corresponde à mentalidade do tempo. É uma noção essencialmente jurídica. A ordem define-se por um estatuto. Daí que possamos falar indiferentemente de ordem ou de estado: o terceiro estado é a terceira ordem. Os dois termos são intermutáveis, sendo «estado» outra forma da palavra «estatuto». A ordem define-se, efectivamente, por um estatuto que comporta ao mesmo tempo prerrogativas e obrigações, devendo umas e outras normalmente equilibrar-se. As obrigações encontram a sua contrapartida nas prerrogativas e estas justificam-se pelo desempenho dos cargos que incumbem à ordem considerada.

Noção e realidade jurídicas são completamente estranhas à economia. Com as ordens, a fortuna, tal como a actividade profissional, não é um critério decisivo. Pessoas com níveis de vida muito diferentes podem perfeitamente pertencer à mesma ordem. Por exemplo, a burguesia mais rica coabita, no seio da mesma ordem — o terceiro estado —, com os mendigos e os vagabundos que evocámos. Juridicamente, a sua situação é a mesma: têm o mesmo estatuto. Reciprocamente, dois homens pertencentes a duas ordens diferentes podem ter um rendimento comparável e o mesmo nível de vida. Trata-se, pois, de uma realidade social irredutível à classe.

Pertence-se a uma ordem pelo nascimento no seio da nobreza ou do terceiro estado. Pode ascender-se por vocação no caso do clero, que propõe possibilidades de ascensão social aos plebeus: muitos conseguiram, fazendo carreira na Igreja, ascender aos mais altos cargos não só eclesiásticos, mas também políticos e administrativos, ministeriais ou diplomáticos. Esta sociedade não se encontra fossilizada: as ordens não são castas; há possibilidades de enobrecimento. A aristocracia francesa, nas vésperas da revolução, é composta, numa proporção muito forte, por descendentes de famílias que, dois ou três séculos antes, não eram nobres, mas que obtiveram do rei cartas de enobrecimento ou usurparam um título de nobreza.

Discernimos a propósito do clero a origem longínqua da diferenciação em ordens: em certa medida, procede de uma divisão das tarefas e é por esse facto que apresenta algumas afinidades com a divisão em classes, pelo menos nos seus princípios. A divisão da sociedade do antigo regime em três ordens assenta originariamente numa diferenciação de funções. O clérigo, o eclesiástico, tem como função rezar pela comunidade, prestar culto a Deus. A estas funções essenciais juntam-se outras ocasionais: o ensino, a assistência. O nobre assegura a defesa: combate, protege; acessoriamente, julga. O terceiro estado trabalha.

Esta repartição das funções que engendra uma distinção em ordens é, ela própria, reflexo de um sistema de valores. Alguns desses valores são religiosos, dada a preeminência do serviço de Deus sobre as outras actividades. Os outros são valores sociais; daí a distinção entre quem combate e quem trabalha e a preeminência concedida a quem usa a espada.

Se a ordem é uma noção jurídica, a classe não tem expressão jurídica. É uma simples realidade de facto, raramente consagrada pelo direito. Não o foi antes de 1789, não o é tão-pouco desde então: perante a lei, todos os indivíduos são iguais. Sendo a lei a mesma para todos, não tem em conta as classes, mesmo que, na realidade, a sociedade seja desigual a heterogénea.

As ordens não são iguais entre si; com a diversidade, esta sociedade comporta a desigualdade pela hierarquia. A primeira ordem é o clero, em seguida vem a nobreza e em último lugar o terceiro estado. A desigualdade não é então interpretada como uma excepção vergonhosa, uma derrogação da lei: é antes o estado normal. A nossa sociedade contemporânea tem má consciência quando verifica a desigualdade. Tal não se passa na sociedade do antigo regime, que assenta explicitamente nessa mesma desigualdade: a desigualdade é tida por legítima, pois é a expressão da diferença das dignidades, das tarefas e das situações.

Cada ordem tem o seu estatuto próprio, e captamos neste ponto um traço característico do antigo regime político: não é uniforme. O antigo regime desconhece leis únicas. É uma das inovações da revolução de 1789 a instauração da igualdade perante a lei, da igualdade perante o imposto, da igualdade perante os encargos, e é nisso que a nossa sociedade contemporânea mais difere da sociedade do antigo regime.

O antigo regime parte do reconhecimento da diversidade das situações e consagra-a juridicamente. O antigo regime é o regime da lei particular. No limite, diríamos que existem tantas leis como destinatários e, se não há tantos indivíduos, há no mínimo tantas comunidades. Não existe um regime municipal único: dada aldeia tem a sua carta, as suas franquias, as suas liberdades, diferentes da municipalidade vizinha. O mesmo se passa com as províncias e com as ordens. O antigo regime é o regime da lei particular, isto é, do privilégio. Tal é o significado original, etimológico, de privilégio. A palavra tomou desde então um outro sentido e actualmente atribuímos-lhe um valor pejorativo; mas, na origem, a palavra designa apenas uma lei particular. Para se penetrar no entendimento da sociedade do antigo regime, é necessário compreender os princípios

em que ela assenta: diversidade da sociedade, pluralidade das ordens, hierarquia e multiplicidade das leis.

Estes privilégios comportam um sistema de direitos e de deveres que se equilibram. A nobreza tinha um dever: assegurar a defesa e a protecção. Em troca, estava dispensada de trabalhar e autorizada a lançar os direitos feudais. Por seu lado, o clero, para exercer o ofício divino, devia estar liberto de todo o trabalho servil e cabia aos fiéis assegurar o seu sustento.

Cada uma destas ordens tem a sua representação distinta no seio dos estados gerais.

A organização social e o seu envelhecimento

Era esta a situação inicial. No século XVIII, a situação transformou-se profundamente. Esta organização envelheceu: perdeu as suas razões de ser. A evolução da governação, das relações sociais e da economia alterou progressivamente e rompeu com o equilíbrio entre direitos e deveres. A opinião pública começa a tomar consciência disso. Sob a fachada das ordens aparece uma outra classificação social em que as classes se opõem: do confronto entre as ordens tradicionais e as novas classes sairá a revolução social de 1789.

A distinção tradicional por ordens deixou de corresponder a necessidades tão urgentes como na Idade Média ou no princípio dos tempos modernos. Passa a ser uma sobrevivência e, como tal, está condenada a prazo. É uma sobrevivência por diversas razões, de ordem política, social e económica.

A centralização monárquica

Primeiro é o desenvolvimento de uma forma de regime mais recente: a monarquia absoluta. O desenvolvimento de uma monarquia centralizada, administrativa, em que o poder se concentra nas mãos de um soberano único, retira a essa organização social a sua razão de ser e a sua justificação. Com efeito, à medida que o monarca e os seus conselheiros retomam estas ou aquelas atribuições que incumbiam à aristocracia, os privilégios desta perdem a sua legitimidade. A partir de então rompe-se o equilíbrio tradicional entre os seus deveres e direitos. Aliviada de algumas das suas funções sociais, a nobreza pretende ainda assim conservar os privilégios, honoríficos ou pecuniários, que funcionavam como compensação.

Durante vários séculos, um processo inexorável tranferia as principais funções sociais da aristocracia militar e proprietária para a monarquia administrativa: a defesa, com a criação de um exército permanente a soldo do rei e que dispensa o recurso à nobreza belicosa. É com Luís XIII que, pela última vez, se recorre ao *bau* e ao *arrière-bau**, segundo o velho costume medieval. A partir

* *Bau*, na origem, direitos e deveres que decorriam da obrigação do serviço militar e em que se compreendia uma certa delegação de poder político. *(N. do R.)*

de então, a função militar da nobreza está terminada. O exército está às ordens do rei, tal como a polícia, com a instauração do corpo de polícia montada. Este processo, que se manifesta em todos os países da Europa, embora em diferentes graus e a ritmos desiguais, tende a desapossar a nobreza dos seus cargos, empenhando-se os monarcas simultaneamente em domesticá-la. É o significado da corte: a constituição à volta da pessoa do rei de uma sociedade inteiramente consagrada a honrar a majestade real reduz o papel da nobreza ao de serventuária do culto monárquico, a um papel puramente decorativo, e força-a à ociosidade. A nobreza conserva, no entanto, as suas vantagens tradicionais, imunidades fiscais, isenções, todos os privilégios que perdem, tanto objectivamente como aos olhos da opinião pública, a sua justificação. Neste desequilíbrio reside um dos elementos do mal-estar que se vai desenhando e da crise que não tardará a submergir a ordem social tradicional. A discordância que se acentua assim progressivamente entre uma sociedade fundada na sobreposição de ordens privilegiadas sobre o terceiro estado e a nova realidade provoca um sentimento antinobiliárquico e explica o pendor antiaristocrático que a revolução tomou no seu início.

As transformações da economia

As transformações da economia têm efeitos paralelos. A sua evolução no século XVII e sobretudo no século XVIII empobrece progressivamente a nobreza, principalmente na Europa ocidental. Enquanto a economia continuou a ser essencialmente rural e a principal forma de riqueza foi a terra, a nobreza proprietária de uma grande parte do solo continuaria a ser a categoria social mais rica. Mas isso deixou de verificar-se com o aparecimento do capitalismo comercial, o desenvolvimento do mercantilismo, das trocas, de uma economia monetária: a terra perde a sua importância relativa na economia e no rendimento nacional. Em consequência, a nobreza vê a sua fortuna diminuir.

Enquanto empobrece a nobreza, a evolução enriquece a burguesia, cujo papel económico aumenta: é ela que contribui mais activamente para o enriquecimento do país. Vê também crescer o seu papel político, pois é nela que se apoia a monarquia: é na burguesia que os soberanos recrutam os seus ministros e funcionários. Ao falar de «burguesia», fazemos intervir outra noção que não a das ordens tradicionais. A burguesia não é uma ordem, mas apenas uma camada social no interior do terceiro estado. Opor burguesia a nobreza é fazer aparecer ao lado das ordens um fenómeno relativamente novo, o das classes. A classe é uma realidade de natureza diferente, que já não se define por critérios jurídicos. O que faz um burguês, no sentido moderno do termo, é menos o seu estatuto do que a sua actividade profissional, o ofício que exerce e do qual aufere os seus rendimentos, o seu nível de vida e também o seu género de vida, isto é, a sua maneira de gastar ou de poupar, de fazer frutificar o seu dinheiro, factores, enfim, que relevam da cultura e da educação.

Assim, tal como a evolução política, a evolução económica, pelo menos na Europa ocidental, condena a prazo a velha distinção em ordens.

O movimento das ideias e a evolução dos espíritos

Acrescentemos — já não se trata de factores objectivos, mas da ideia que os contemporâneos têm deles — que a evolução dos espíritos e das ideias começa a sentir como inaceitável, porque injustificada, a persistência da desigualdade e a permanência da sociedade dividida em ordens.

Assim, no século XVIII, em França, onde a discordância é mais pronunciada — embora se detectem sinais prenunciadores noutras regiões da Europa ocidental — Itália do Norte, Países Baixos, Alemanha renana —, sobrepõem-se duas ordens de realidades sociais: os velhos quadros jurídicos tornados arcaicos e as novas estruturas em potência que desenham as classes da sociedade liberal do século XIX.

A reacção nobiliárquica

O divórcio entre classes e ordens agrava-se na segunda metade do século XVIII. Regista-se nos últimos trinta anos do antigo regime uma exacerbação do seu antagonismo. É então que se produz um endurecimento das ordens privilegiadas, uma espécie de crispação numa atitude defensiva, que interrompe brutalmente a ascensão gradual da burguesia e a renovação natural desta sociedade.

Apesar das distinções bem definidas nas ordens, a sociedade francesa dos séculos XVI ou XVII conservava uma considerável mobilidade social. Não era impossível a pessoas dotadas ou afortunadas passar de uma ordem para outra. À burguesia abriram-se sempre possibilidades de ingresso nas ordens privilegiadas, nem que fosse pela compra de cargos, a admissão na nobreza de toga ou a aquisição de terras cuja posse enobrecesse. Enquanto funcionassem estas válvulas de segurança, a burguesia não alimentava o mesmo desígnio revolucionário, encontrava-se numa posição que lhe dava a esperança de aceder à partilha dos privilégios. Só no dia em que se vê encerrada na situação inferior que é a sua começam a nascer aspirações propriamente revolucionárias. Eis sumariamente descrita a situação no fim do antigo regime.

A burguesia esbarra então na chamada reacção nobiliárquica. Reacção de defesa de uma ordem que vê as suas posições ameaçadas, vê a sua fortuna diminuir e procura desesperadamente conservar a sua preeminência tradicional, preservar — e por vezes mesmo restaurar — uma ordem tradicional que lhe era vantajosa. Assim, os parlamentos passam a exigir pelo menos os quatro avós de sangue nobre para a compra de um cargo. Em 1781, no exército, um regulamento militar reserva o acesso à graduação de oficial aos que pertençam à nobreza; os elementos do terceiro estado são confinados aos postos abaixo de oficial. Toda a esperança de promoção lhes é, assim, interdita.

Estas disposições jurídicas são reforçadas pelos comportamentos espontâneos. Não é em virtude de um texto, mas como reacção colectiva, que o alto clero se fecha totalmente aos elementos originários do terceiro estado. Situação nova: no século XVII, a maior parte dos prelados eram de origem burguesa ou

mesmo popular; nas vésperas da revolução, a aristocracia de sangue acumula episcopados e abadias ricas. O mesmo se passa em relação ao exercício do poder político e ao círculo mais próximo do soberano. Luís XIV adoptara a regra de apenas tomar burgueses para ministros e conselheiros; nos finais do antigo regime, a maior parte dos ministros, assim como dos intendentes, pertencem à nobreza. Assim, a aristocracia de sangue tende a reservar para si tanto as honras como as vantagens. Esta reacção, que lesa directamente os interesses da burguesia e atinge também o seu desejo de consideração, está na origem do vivo descontentamento antinobiliárquico que a burguesia manifestará nos estados gerais e nos primeiros anos da revolução.

Mas os elementos superiores do terceiro estado não são os únicos atingidos por esta reacção. Paralelamente ao açambarcamento de lugares e cargos, desenvolve-se uma outra forma de reacção da nobreza: a reacção senhorial dos nobres nas suas relações com os camponeses. É a resposta da aristocracia ao empobrecimento que a evolução da economia provoca.

Os direitos eram geralmente liquidados em moeda e não em géneros. O seu montante fora fixado em data muito recuada e, desde então, a sua realidade diminuíra a pouco e pouco. Para a nobreza trata-se de restabelecer os seus rendimentos. Por isso repõe em vigor muitos direitos caídos em desuso. Os comissários das terras senhoriais desenterram direitos esquecidos que não eram recebidos há gerações. Esta reacção senhorial interrompe o lento movimento de emancipação que tendera, durante séculos, a libertar os camponeses e a permitir--lhes aceder à propriedade efectiva da terra. Do mesmo modo que a reacção da nobreza suscitava o descontentamento da burguesia, esta reacção senhorial provoca o descontentamento dos camponeses. Burguesia e campesinato vão solidarizar-se nas origens da revolução.

Esta dupla reacção, nobiliárquica e senhorial, contra a burguesia e o campesinato torna-se ainda mais odiosa aos olhos dos contemporâneos, pois vai contra o sentido da evolução económica, social e também intelectual. Encontramos aqui o teceiro factor: o movimento das ideias. Não é só o progresso da centralização administrativa ou de uma economia mais mobiliária que anuncia o fim da ordem antiga, mas também o movimento das ideias e a sua difusão. A reflexão crítica dos filósofos ataca os próprios fundamentos da sociedade do antigo regime, coloca em questão as distinções tradicionais e opõe aos preconceitos ou à tradição o mérito pessoal e a superioridade do talento. Estas ideias encontram ecos prolongados na opinião pública, que começa a tornar-se uma força importante e se pronuncia a favor das camadas novas contra as ordens antigas. A hierarquia jurídica parece-lhe caduca. É-o objectivamente, mas começa sobretudo a ser sentida como tal.

É o concurso destes dados objectivos, que dizem respeito à evolução das instituições e das estruturas, e destes elementos subjectivos que cria na França dos últimos anos do antigo regime uma situação objectivamente revolucionária.

Esta discordância na ordem social entre os quadros antigos herdados da Idade Média e as novas forças, que sentem uma capacidade de acção e são animadas

por uma vontade de promoção, é uma das componentes mais importantes da revolução. Este aspecto sublinha que a revolução de 1789 é, no mínimo, tanto uma revolução social como uma revolução política. Começou mesmo por ser uma revolução social. Num primeiro momento não foi contra a monarquia que se dirigiu, mas sim contra a desigualdade, os privilégios, as ordens. Mais tarde, modificar-se-á e, de antinobiliárquica, tornar-se-á antimonárquica, pois a realeza não terá sabido demarcar-se a tempo das ordens privilegiadas.

4

As formas políticas do antigo regime

As formas políticas do antigo regime não são uniformes nem homogéneas. Somos frequentemente tentados a concluir da unicidade da expressão pela uniformidade das instituições e, sob o pretexto de que a Revolução Francesa fez tábua rasa de todos os regimes políticos anteriores a 1789, inferimos a identidade dessas formas políticas. Ora existem vários antigos regimes. É somente por comparação com o regime saído da revolução que se aplica a tudo quanto a precedeu uma designação comum: *antigo regime*. Contudo, a realidade é bem variada.

Essa é a realidade mesmo dentro de um único país. É assim que em França, que é, no entanto, uma das sociedades politicamente mais unificadas, coexistiram no século XVIII os resquícios de diversos antigos regimes políticos profundamente diferentes uns dos outros. Se isto se passa no interior de um país, por maioria de razão o mesmo acontecerá à escala da Europa; reencontraremos no plano político o equivalente dessa diversidade, de que a análise social nos mostrou exemplos para a Europa, entre uma Europa agrária e servil no Leste e uma Europa já mercantil, urbana e liberal no Ocidente.

A fisionomia política da Europa setecentista apresenta uma gama das mais variadas, que vai do estádio mais elementar a organizações já muito complexas e diversificadas. A diversidade dos Estados é extrema, uma vez que existem várias centenas de unidades políticas: só no interior do Império coexistem mais de trezentas entidades políticas, mas, apesar desta diversidade, podemos inseri-las em alguns tipos gerais.

A questão suscitada pela definição e enumeração destes tipos é um problema permanente da análise das sociedades políticas: o problema da classificação, que já se punha a Montesquieu quando procurava definir os grandes tipos. O problema coloca-se ainda hoje: quantos tipos de regimes políticos há ainda a considerar na segunda metade do século XX? São concebíveis diversas classificações, dependendo a resposta, em larga medida, da escolha dos critérios. Montesquieu baseou-se no número dos poderes e na sua forma. Poderíamos imaginar outras classificações — por exemplo, em função das

relações entre governo e governados ou em relação com o desenvolvimento social.

Adoptarei uma classificação que tem em conta, essencialmente, a historicidade dos regimes, a sua antiguidade relativa. Os regimes que descrevemos na Europa do século XVIII não nasceram juntos. A origem de alguns remonta a um milhar de anos atrás, outros só tinham aparecido há cerca de cinquenta anos, outros ainda acabavam de surgir. É então possível arrumá-los em função da sua antiguidade. Veremos que esta classificação não é totalmente alheia ao que já conhecemos do estado da sociedade e da distinção entre duas Europas.

Comporta cinco tipos distintos de regimes políticos, se bem que os quatro primeiros possam ser agrupados dois a dois.

O feudalismo aristocrático e as repúblicas patrícias: duas versões de regime oligárquico. Num caso como no outro, o poder é detido, frequentemente a título hereditário, por um grupo restrito.

A monarquia absoluta, tal como a França ou a Espanha a construíram no século XVII, e o despotismo esclarecido, forma mais recente que só apareceu no século XVIII. Entre a monarquia absoluta e o despotismo esclarecido, uma analogia da natureza: todos os poderes estão concentrados nas mãos de um soberano hereditário.

A quinta forma deixa-se reduzir menos facilmente a um tipo: é o regime da Inglaterra. A monarquia britânica, em certos traços, aparenta-se a outras: o carácter monárquico tenderia a reuni-la ao segundo grupo, mas, por outro lado, algumas das suas instituições mais características — presença de um parlamento, administração local — sugerem que se trata de um regime do tipo aristocrático que, em vista destes últimos caracteres, poderíamos sentir-nos tentados a arrumar no primeiro grupo: feudalismo e patriciado. É preferível, por enquanto, deixar o caso britânico de parte, sobretudo se tivermos em conta o seu futuro: de todos estes regimes é aquele que tem diante de si o futuro mais longo; tornar-se-á um modelo universal.

Estes regimes não desapareceram totalmente, pois a revolução não lhes extirpou as raízes. Convém assim procurar os prolongamentos e as sobrevivências de cada um deles no mundo de 1978 e, para tanto, examiná-los um a um.

4.1. As sociedades feudais

Dos cinco, é o tipo mais antigo. Tem, talvez no século XVIII, perto de um milénio de existência. É também, sem dúvida, o mais universal, o mais difundido, talvez por ser o mais económico — ia dizer o mais rústico, como hoje se designa um material robusto e cómodo. Sem jogar com as palavras, é, efectivamente, o modelo adaptado às sociedades rurais da Idade Média. É, provavelmente, comum a todos os continentes e sobreviveu até ao século XIX ou XX; até à revolução das luzes empreendida pelo micado de 1868, o Japão vive num regime tipicamente feudal, o dos *daimyó* e dos *shógun*; as sociedades da África

central, até à sua transformação pela colonização, conhecem frequentemente instituições políticas que são uma variante do feudalismo. Este é, na verdade, o regime normal na falta do Estado, seja porque o Estado desapareceu, como aconteceu na Europa, com a queda do Império Romano, seja porque o Estado ainda não apareceu, como é o caso das sociedades primitivas da Oceânia, de África ou da América.

Primeiro elemento constitutivo, negativo, que caracteriza o feudalismo: a ausência de um poder central. A autoridade local atomizou-se pelo pulular de senhorios na Europa medieval, a autoridade regional é representada por ducados, baronatos, principados, que sobrepõem a esta poalha de senhorios poderes de nível intermédio.

Estas diversas autoridades não excluem a existência de um princípio que lhes é superior, uma suserania, cuja autoridade permanece puramente honorífica. O suserano não tem poder efectivo, não tem meios de exercer a sua autoridade e só dispõe sobre os seus pares ou sobre os seus vassalos de uma primazia de precedência. A realidade do poder está nas mãos dos barões em Inglaterra, dos duques no Império e dos príncipes noutros lugares. Testemunha-o o facto de que, no feudalismo, o suserano nem sempre é hereditário, mas mais frequentemente escolhido pelos seus pares, permanecendo a monarquia electiva. Foi o que aconteceu com a monarquia francesa nas suas origens, quando Hugo Capeto foi escolhido pelos principais barões. E também, no século XVIII, com o Santo Império Germânico, em que, embora desde há séculos a coroa imperial se tivesse tornado hereditária na família dos Habsburgos, subsistia o princípio de que o imperador era eleito por um colégio de eleitores. É, sem dúvida, na Polónia que encontramos o exemplo mais acabado de regime feudal, pois o rei da Polónia continua a ser eleito pela nobreza. É a expressão política cabal de uma sociedade hierarquizada em ordens.

Um outro traço constitutivo do feudalismo é a existência de laços pessoais. Neste ponto, a comparação revela o que diferencia as nossas sociedades modernas do feudalismo medieval. Nas nossas sociedades, o direito moderno não conhece os indivíduos: não faz caso das pessoas, não se fazem leis para o particular; as leis são gerais, abstractas, impessoais, assim como a administração. Censura-se mesmo muitas vezes e denuncia-se a desumanidade do Estado, «esse monstro frio», mas faz parte da própria natureza do Estado moderno não tomar em consideração as situações pessoais: a regra de direito aplica-se a todos. É uma característica do nosso direito, do Estado moderno, das sociedades saídas da revolução. Na Idade Média, e ainda no antigo regime, os laços são pessoais. Os indivíduos estão integrados em toda uma rede de relações interindividuais: o vassalo presta homenagem ao seu suserano e ambos estão ligados por uma religião do juramento que os obriga. O suserano deve ao seu vassalo auxílio e protecção e, em troca, o vassalo presta-lhe assistência e conselho.

O mesmo se passa em todos os escalões da sociedade e define tanto as relações no interior das ordens privilegiadas como as relações entre o senhor e os seus camponeses. As relações entre o senhor e os seus camponeses são de tipo

pessoal, situadas nos antípodas do sistema de relações anónimas e impessoais que caracterizarão no século XIX a manufactura e o comércio, em que o dinheiro substituirá esses laços pessoais.

O feudalismo, ligado à terra, ignora o dinheiro. É um outro traço. As instituições políticas e a ordem da sociedade estão intimamente imbricadas. O feudalismo está ligado a uma economia assente na propriedade e na exploração da terra. O senhor é um proprietário fundiário e os que dele dependem cultivam a sua terra ou aquela que ele lhes arrenda. O feudalismo encontra assim a sua expressão mais acabada nas sociedades em que o sistema de relações pessoais é completado pela servidão.

Nos meados do século XVIII, a situação do feudalismo declina. A servidão desaparece pouco a pouco na Europa ocidental. A evolução económica emancipa os indivíduos, a irrupção do dinheiro nas relações sociais liberta as pessoas que podem resgatar-se ou exibir-se à execução dos contratos, o crescimento de uma sociedade urbana abala a ordem feudal e mina-lhe as bases. No plano político, o reforço de uma monarquia centralizada, no plano das forças sociais, a ascensão da burguesia, reduzem a extensão e a influência do feudalismo. Mas nem por isso ele está menos amplamente representado na Europa, mais a leste do que a oeste, confirmando assim a distinção que convém fazer entre as duas Europas.

No império russo, os boiardos são grandes proprietários, se bem que os czares procurem reduzir a sua importância. A política de Pedro, *o Grande*, é tipicamente antifeudal; cria uma nobreza de função para fazer frente a esta nobreza hereditária e possidente. Na Escandinávia, na Suécia, na Dinamarca, a nobreza representada nas dietas conserva grandes poderes. É talvez na Polónia que o feudalismo melhor se conserva, mas é também uma das razões para a perda da sua independência, pois o feudalismo não tem capacidade para preservar a integridade de um país quando entra em competição com os Estados modernos de forma monárquica e centralizada. Na Polónia, todo o poder e toda a riqueza pertencem à nobreza; como o rei é eleito, cada vacatura suscita uma crise de sucessão, da qual a nobreza tenta tirar partido para aumentar ainda mais, se possível, a sua autoridade. O poder pertence às dietas. A mesma instituição existe na Suécia e na Dinamarca. As instituições representativas, o método electivo, a colegialidade política, são outros sinais do feudalismo. Estes mesmos elementos que se nos afiguram hoje como símbolos da democracia são-lhe bem anteriores. Não é da revolução que data o recurso à eleição ou a existência de câmaras: o feudalismo já fizera largo uso deles. A democracia limitou-se a recuperar uma herança secular, mas, com ela, o conteúdo e o significado das instituições mudaram totalmente.

O Santo Império Germânico é talvez o exemplo mais característico da persistência, em pleno século XVIII, do espírito da Idade Média e do feudalismo. Com efeito, se coexistem no interior do império diferentes tipos de instituições, repúblicas patrícias com cidades livres, monarquia absoluta com alguns principados, certos reinos e eleitorados, a construção global continua imbuída do

espírito do feudalismo. Na cúpula do Império, o imperador é um suserano medieval.

Mais a oeste, o feudalismo perdeu terreno; progressivamente enfraquecido, subsiste unicamente como instituição civil e social, já não como poder político. Afirmar isto é enunciar, por outras palavras, o que pretendíamos referir a propósito da discordância entre a evolução económica e social e a sobrevivência da ordem antiga; é captar a mesma realidade, mas de um ponto de vista essencialmente político. Se é certo que o feudalismo perdeu as suas atribuições políticas, mantém-se, no entanto, como instituição civil: a nobreza conserva os seus privilégios, as suas imunidades, as suas precedências (grandes de Espanha, nobreza em França). Esta aristocracia não perdeu toda a esperança de recuperar os poderes que teve de ceder à monarquia e, de vez em quando, eclodem as suas tentativas de reconquista. Eis o significado da fronda dos grandes e dos príncipes entre 1648 e 1652, que pode ser encarada como um retorno ofensivo do feudalismo, posto à margem por Richelieu. Do mesmo modo, aquando do falecimento de Luís XIV, essa curiosa experiência da polissinodia, que visa transferir a realidade do poder de alguns ministros investidos da confiança pessoal do soberano para conselhos onde têm assento os representantes da nobreza.

Esta reacção nobiliárquica, cujos aspectos sociais e económicos referimos, comporta também intenções políticas. A nobreza procura recuperar o poder de que foi desapossada pela centralização e pelo absolutismo monárquicos, e uma das chaves da crise pré-revolucionária é a oposição da nobreza aos esforços da monarquia para renovar a sociedade.

O feudalismo está assim em declínio, mas, longe de ter desaparecido, aproveita-se do mínimo enfraquecimento da vontade régia, de qualquer afrouxamento da autoridade monárquica, para tentar restabelecer a situação anterior.

E será assim enquanto a ordem social continuar a assentar nas ordens, nos estados provinciais, fundamentos herdados do feudalismo. Há uma profunda antinomia entre a evolução dos regimes políticos da Europa ocidental no sentido da centralização monárquica e a ordem social que continua a ter por referência princípios diametralmente opostos. Esta é a explicação de algumas das crises que atravessam as sociedades políticas da Europa ocidental no século XVIII.

O feudalismo não desaparecerá completamente com a destruição da ordem social que lhe corresponde: sobreviverá até à Revolução Francesa e no século XIX e mesmo no século XX será possível discernir aqui e ali os seus prolongamentos. Em toda a parte onde se encontrem as condições do feudalismo, em toda a parte onde subsistam os seus traços consecutivos, deparam-se-nos variantes do feudalismo. Assim, nos países onde a economia assenta essencialmente na exploração da terra, onde os indivíduos continuam a ser ligados por laços de dependência, onde o patrocinato continua a existir, na Índia, em África — com os chefes tradicionais —, em Marrocos — com os senhores do Atlas —, no Sul dos Estados Unidos até à independência (com a forma específica de escravatura que os Estados do Sul têm), estamos em presença de sociedades que podemos classificar, em termos rigorosos, como feudais.

Actualmente, o vocabulário das nossas lutas políticas emprega com frequência o termo *feudalismo*, mas para o aplicar a outras realidades. Fala-se de feudalismo a propósito dos cartéis, das concentrações financeiras ou económicas. Será o seu uso justificado? Será correcto identificar o feudalismo clássico das sociedades agrárias com estes monopólios que as sociedades mais industrializadas do mundo contemporâneo conhecem? As analogias saltam à vista. Tanto num caso como no outro, trata-se de oligarquias que se opõem à autoridade do Estado ou tendem a apropriar-se dela para seu próprio proveito. É o fenómeno, bem conhecido pelos especialistas de ciência política, dos grupos de interesses e da pressão exercida por essas minorias sobre o poder e a política económica.

Há, no entanto, uma diferença que não é negligenciável e que nos obriga a falar de feudalismo com alguma precaução: estes novos feudalismos não estão ligados a uma economia da terra, mas, pelo contrário, à economia mais mobiliária que existe, a economia financeira; além disso, não comportam essas estruturas hierarquizadas, as desigualdades jurídicas entre os indivíduos, os laços pessoais de clientelismo, que eram elementos contitutivos do verdadeiro feudalismo.

Assim, nas vésperas da revolução, o feudalismo persiste como uma forma vivaz, mas é combatido e já condenado, por um lado, pela afirmação da soberania do Estado sob a sua forma monárquica e, por outro, pelo desenvolvimento de uma sociedade urbana e pela ascensão de uma burguesia cujos interesses são solidários da monarquia contra as sobrevivências do feudalismo.

4.2. As repúblicas patrícias

O segundo tipo de instituição apresenta, em relação ao precedente, analogias que justificariam que os reuníssemos numa mesma categoria. Trata-se dessas repúblicas urbanas que floresceram nas cidades medievais e dos tempos modernos e nas quais o poder estava já nas mãos de uma oligarquia que não era nobiliárquica, mas burguesa.

O seu domínio: a civilização urbana

Situado no tempo, este regime é menos antigo do que o feudalismo, apesar de podermos fazer remontar as suas origens aos séculos XII ou XIII; no espaço, cobre uma área territorial seguramente mais reduzida do que a do feudalismo. A exiguidade é mesmo uma das suas características intrínsecas. Com efeito, esta forma de regime está estreitamente ligada ao fenómeno urbano, que, por definição, só cobre espaços restritos, enquanto o campo é abandonado quase sem divisão ao feudalismo. É mais precisamente a expressão política da civilização das cidades, ligadas à actividade comercial, à presença das feiras, às trocas no interior da Europa ou com os outros continentes.

Liberdade, colegialidade, oligarquia

No plano político, esta civilização traduz-se por um regime de tipo especial. Sobre o sustentáculo fornecido pela geografia ou pela economia privilegiada de certas áreas, na embocadura dos desfiladeiros ou em costas bem delineadas, surge uma forma de regime original.

Estas cidades lutaram desde cedo pela sua liberdade; é o caso do movimento das comunas, mais dirigido contra os senhores da vizinhança ou os bispos do que contra os soberanos, que estão longe e frequentemente ajudam os burgueses das cidades na luta contra o feudalismo. No entanto, por vezes é dos soberanos que as cidades têm de se defender. É o caso da Itália do Norte, onde a Liga Lombarda federa cidades que procuram preservar a sua liberdade da dominação imperial. Estas cidades conseguem conquistar cartas, obter franquias e liberdades. Estes textos regulam daí em diante as relações externas e o governo interno.

Todas estas repúblicas têm em comum o facto de se governarem livremente: é o que significa na época o termo *república*, que não é sinónimo de *democracia*. É no século XIX que as duas noções se reconciliam pouco a pouco. Estas duas noções são quase antinómicas: as democracias são então mais de tipo autoritário e ditatorial e as repúblicas liberais e oligárquicas.

O poder é detido por uma minoria. É geralmente colegial — o que contribui para o diferenciar dos regimes de tipo monárquico — e a sua origem é geralmente electiva. O patriciado, condição que se adquire pelo pagamento de direitos ou por uma concessão jurídica, designa no seu seio notáveis que constituem o governo colegial, frequentemente denominado «o magistrado». O termo não designa um indivíduo, mas uma entidade colectiva. Assim, um patriciado detém o poder, sendo o povo mantido na dependência.

Esta forma de governo estendeu-se a conjuntos territoriais mais vastos: não permaneceu como monopólio das cidades poderosas entrincheiradas atrás das suas muralhas. Na Europa do antigo regime encontramos, pelo menos, dois exemplos de conjuntos geográficos de considerável extensão que adoptaram formas políticas aparentadas: as Províncias Unidas e os cantões suíços, que são treze no século XVIII.

As instituições federativas das Províncias Unidas e dos cantões suíços apresentam semelhanças com as das cidades do Império ou da Itália. Muito descentralizadas, são mais confederações do que federações, para retomar uma distinção posterior ao antigo regime: os laços permanecem bastante frouxos. Províncias e cantões associaram-se contra os inimigos externos para defenderem a sua independência, mas com a preocupação de preservarem ciosamente a sua autonomia: a história dos cantões suíços e das Províncias Unidas é, em larga medida, a história das suas rivalidades intestinas.

Contudo, convém notar que nestes dois países se desenha nos séculos XVII e XVIII uma tendência para reforçar os laços; observa-se o esboço dessa tendência na corrente unitária que recruta partidários sobretudo no povo miúdo excluído da vida política pela burguesia e que deposita a sua confiança na instauração de

um poder autoritário e monárquico: nas Províncias Unidas é o movimento orangista que quer estabelecer uma monarquia em benefício dos descendentes de Guilherme d'Orange. Apercebemo-nos assim das afinidades entre monarquia e movimentos populares.

A situação no século XVIII

Estas repúblicas perderam muito do seu brilho e do seu poder devido a diversas razões, cuja convergência faz lembrar as que suscitaram o declínio do feudalismo. Como este, a república patrícia é um regime condenado e já minado pela evolução da economia, da sociedade e dos espíritos.

Estas repúblicas, que outrora foram prósperas e muito ricas, foram mesmo os pólos da actividade económica da Europa medieval e moderna, entraram em decadência. Já não estão à escala da economia moderna. Adaptam-se mal ao mercantilismo e são progressivamente excluídas do comércio com as colónias em virtude do crescimento dos grandes Estados modernos — a França, a Inglaterra.

Paralelamente a esta decadência económica, são atingidas pelo declínio político. Confrontam-se com outras formas de regimes, mais modernos e mais bem armados para a competição, e são objecto da cobiça dos Estados monárquicos, que sonham absorvê-las. É, por exemplo, o caso de Estrasburgo, que o reino da França anexa em 1681 (a chamada política das reuniões). Quando estas cidades fazem parte de um conjunto político, como, por exemplo, as cidades livres do Império — no século XVIII ainda se contam cerca de cinquenta —, o poder central procura reduzir os seus privilégios.

A maior parte desaparecerá na tormenta revolucionária. Algumas entregar-se-ão livremente (é o caso de Mulhouse, que entra na unidade francesa), ou então serão absorvidas pela aplicação do sistema de partilhas internacionais. O caso mais famoso é o de Veneza, que o Tratado de Campo Formio (1797), negociado entre Bonaparte, pela República Francesa, e o imperador, cede pura e simplesmente à Áustria e que será desde então incorporada nos estados patrimoniais dos Habsburgos. É a origem do reino lombardo-veneziano e de um longo período de sujeição, do qual Veneza só sairá em 1866, pela sua reunião à Itália unificada. Do mesmo modo, Génova será anexada ao reino do Piemonte-Sardenha. Na acta da convenção de 1803, que opera uma redistribuição territorial do Império, são extintas as cidades livres do Império e os tratados de 1815 consagrarão o seu desaparecimento.

Alvo das ambições dos Estados monárquicos e arrastadas pelos turbilhões da tormenta revolucionária, estas cidades livres e estas repúblicas estão, além disso, em contradição com a aspiração unitária que vai predominar no século XIX. O nacionalismo moderno leva à formação de grandes Estados — Itália, Alemanha — e a sobrevivência dessas cidades livres é incompatível com os grandes conjuntos territoriais.

No entanto, estas cidades terão, no século XX, uma posteridade retardada; mas trata-se normalmente de criações artificiais, ditadas por considerações pura-

mente diplomáticas. É a criação da cidade livre de Danzig, após a Primeira Guerra Mundial, e, depois de 1945, de Trieste. Tanto num caso como no outro, tratava-se de neutralizar pretensões rivais, isolando as cidades em disputa; mas estas soluções são precárias e ambas desaparecerão. Contudo, convém sublinhar que duas destas cidades, Bremer e Hamburgo, subsistem sob a forma de *Länder* na Alemanha, uma vez que o regime federal adoptado respeita os particularismos locais, provinciais ou urbanos. Mas, no conjunto, esta forma de regime desapareceu praticamente da nossa Europa.

4.3. A monarquia absoluta e administrativa

Predominância da monarquia

No século XVIII, feudalismo e repúblicas patrícias são assim formas residuais que cobrem apenas uma área reduzida da Europa. Estas formas desaparecem porque estão em contradição com o avanço geral da sociedade, com a evolução da economia, da administração e do movimento dos espíritos. A evolução favorece o regime monárquico, que é já o regime mais difundido; em diversos países, sobrepõe-se ao que ainda resta do feudalismo e aos vestígios de repúblicas patrícias. Não esquematizaríamos se disséssemos que a forma normal do antigo regime político no século XVIII é a monarquia. Daí a equação tantas vezes transformada em axioma de que o antigo regime é a monarquia. Esta equação recebe uma confirmação suplementar pelo facto de a Revolução Francesa, que fará tábua rasa do antigo regime, ser essencialmente dirigida contra a monarquia. Contudo, esta equação só *grosso modo* é verdadeira, visto que outros tipos de regimes subsistem e sobretudo porque a denominação de «monarquia» abrange uma ampla diversidade de formas. Econtramos aí, a outro nível, a verificação da pluralidade das experiências.

A Europa conhece monarquias de todos os tamanhos: a disparidade entre Estados é ainda mais acentuada do que actualmente. Hoje em dia a maior parte dos Estados europeus é de uma ordem de grandeza comparável, enquanto a Europa do século XVIII justapõe, ao lado de um elevado número de minúsculos principados, dos quais só subsistem actualmente o Mónaco e o Liechtenstein, vastos reinos. Por outro lado, os graus da autoridade são muito desiguais: em alguns países o poder é ilimitado; noutros deve ser partilhado com uma multiplicidade de adversários ou de parceiros.

Contudo, é possível reconduzir esta variedade de formas monárquicas a três tipos: a monarquia absoluta, o despotismo esclarecido e a monarquia britânica, que são outras tantas espécies de um mesmo género.

Estas formas não são fixas e evoluem tanto mais facilmente quanto não são definidas por textos. A Europa ainda não imaginou fixar em constituições a organização do poder e as relações entre os órgãos quando são vários; como o funcionamento dos poderes não está consignado em nenhum texto ao qual cada um possa referir-se, é grande a margem de manobra.

Muito antiga na sua essência — o poder de um só —, a instituição monárquica distingue-se por este aspecto das outras formas de regimes caracterizadas pela pluralidade, que reside, no caso do feudalismo, no desmembramento da autoridade e, no caso das repúblicas patrícias, nos executivos colegiais. A instituição monárquica define-se assim pela unicidade do soberano e pelo poder pessoal.

Modernidade da monarquia absoluta

Se a monarquia tem atrás de si séculos de história, na sua forma absoluta é recente e o despotismo esclarecido é-o ainda mais. Eis uma verificação fundamental que merece uma explicação.

Em que se distingue a monarquia absoluta da simples monarquia? Que acrescenta o absolutismo ao carácter monárquico do regime?

Absolutismo não é sinónimo de arbitrariedade. Aquilo a que os filósofos ou os políticos chamam arbitrário no século XVIII é o despotismo, do qual encontram exemplo no Império Otomano, onde a vontade do sultão, que não é limitada por nenhuma moral nem por nenhuma lei fundamental, é a única regra. O mesmo não se passa nas monarquias absolutas da Europa ocidental. O absolutismo consiste num poder que não é partilhado e reside inteiramente na pessoa do rei. O seu carácter pessoal é o que os sociólogos políticos apelidam hoje de personalização do poder. A soberania é absoluta em todas as ordens, tanto no exterior como no interior: eis o significado da famosa fórmula «o rei é imperador no seu reino». É o repúdio da velha concepção medieval que admitia que acima do rei podia existir um suserano. O rei não reconhece nem autoridade nem suserania, nem mesmo a do papa, já que o rei da França é independente da Santa Sé (o galicanismo é uma componente desta concepção de monarquia absoluta). A sua soberania é absoluta também no interior, onde todos obedecem ao rei, onde tudo lhe está subordinado.

É esta a concepção que preside à noção de monarquia absoluta. A realidade só em certa medida se lhe ajusta, mas aproxima-se dela. Só ao fim de um processo de vários séculos a monarquia absoluta consegue desembaraçar-se dos entraves do feudalismo e impor a sua autoridade soberana. A instauração do absolutismo monárquico é o corolário de uma longa evolução, a resultante de diversos factores.

Podem mencionar-se quatro factores que jogam a favor do absolutismo.

1. A evolução das ideias. Ao longo de vários séculos todo um movimento devolveu o valor à ideia de Estado. Desde a renovação do direito romano, reencontrou-se a importância dessa noção e, ao mesmo tempo, justificaram-se as pretensões do poder real ao absolutismo. A esta legitimação jurídica junta-se uma outra, teológica, que apresenta a monarquia absoluta como a expressão mais perfeita da autoridade delegada por Deus. É neste sentido que se fala de monarquia de direito divino.

2. O movimento dos juristas e dos teólogos em favor da autoridade monárquica é reforçado por uma parte da opinião pública, da burguesia das cidades, entre outras, que, há muito em conflito com a autoridade episcopal ou

senhorial, se vira naturalmente para o rei protector, cuja tutela longínqua é menos opressiva do que a dos adversários próximos. A monarquia e a burguesia aliam-se contra os feudalismos civil e eclesiástico. O desenvolvimento da autoridade real representa, com efeito, uma protecção contra as arbitrariedades do feudalismo, uma garantia de ordem contra a insegurança (basta recordar os grandes dias de Anvergne, em pleno século XVII, quando os homens do rei punem o bandoleirismo dos senhores) e, finalmente, um factor de progresso, pois a administração exerce-se em favor do desenvolvimento, que, actualmente, classificaríamos como económico e social. A monarquia está, assim, segura de poder contar entre os seus súbditos com simpatias e aliados.

3. As transformações da sociedade beneficiam a autoridade real. Se o senhorio e a cidade livre já não se situam à escala dos tempos modernos, a monarquia traz uma resposta adequada aos problemas resultantes da evolução geral. Com um exército permanente, uma administração que se desenvolve continuamente do século XVI ao século XVIII, que se aperfeiçoa e estende o domínio da sua acção, podemos pensar que a monarquia absoluta é a forma moderna do Estado, a modalidade de governo mais bem adaptada às exigências do tempo.

4. Graças à acção perseverante do soberano e dos seus servidores, homens do rei, legistas, oficiais, constitui-se pouco a pouco uma administração que proporciona à monarquia os meios para as suas ambições, esmaga as imunidades, corroendo os privilégios, destruindo tudo o que ensombra a autoridade do rei — feudalismo secular e eclesiástico — e que toma progressivamente o seu lugar. Sem a acção metódica destes oficiais que procuram alargar uma filosofia da coroa, a acção de alguns legistas que elaboram uma filosofia da monarquia teria sido uma contribuição interessante para a história das ideias, mas sem consequências práticas. Sem esta administração, cuja história está estreitamente ligada à história política, não teria havido monarquia absoluta. É ela que diferencia as monarquias absolutas das que o não são, mesmo que pretendam sê-lo. Com o desmembramento da velha *curia regis*, o aperfeiçoamento dos parlamentos, dos intendentes, o desenvolvimento das repartições que auxiliam os intendentes nas suas tarefas administrativas, uma correspondência regular entre as repartições e os agentes, a monarquia absoluta assume uma forma moderna de governo, pois é a mais racional e a que atinge o mais alto grau de eficácia.

Os limites de facto do absolutismo

É necessário distinguir uma vez mais entre a doutrina e a prática. Se, nos espíritos, a noção de soberania é absoluta e não tolera quaisquer limites à autoridade real, a prática está muito longe disso: com o absolutismo monárquico apresenta apenas uma realidade aproximada.

1. O absolutismo sobrepõe-se às outras formas políticas. A soberania monárquica não conseguiu ainda fazer tábua rasa dos vestígios do feudalismo nem destruir as liberdades das cidades. O poder do rei deve harmonizar-se com estas sobrevivências prontas a reviver, visto bastar uma crise de sucessão, uma

regência, para que os grandes tentem recuperar poder e influência: a fronda não está assim tão longe. Tocqueville, em *L'Ancien régime et la Révolution*, demonstra de forma luminosa que a revolução prolonga directamente a obra dos soberanos absolutos. O que nenhum destes conseguira levar a bom termo, as assembleias revolucionárias, fazendo tábua rasa de todos os particularismos e da ordem social tradicional, consegui-lo-ão.

2. Em segundo lugar, o soberano, por mais absoluto que seja, não goza de todas as facilidades práticas que o progresso técnico põe à disposição dos governos contemporâneos. O império napoleónico, os regimes autoritários do século XX, terão um poder infinitamente superior ao dos monarcas considerados absolutos do antigo regime, que dispõe apenas de uma administração ainda muito inadequada, apesar dos seus progressos e do seu reforço. Os meios desta são ainda limitados e os serviços que pode prestar reduzidos e precários.

3. A isto acresce ainda o facto de a maior parte dos soberanos não estarem seguros dos seus agentes. Para disporem de agentes de execução fiéis e dóceis, os reis de França tiveram de criar por diversas vezes um pessoal novo, primeiro os bailios e os senescais, depois os oficiais e, por fim, os intendentes. Mas esta renovação de pessoal torna-se ineficaz, pois, para assegurar recursos, a monarquia tem de vender os cargos; ao tornarem-se proprietários dos seus cargos, os funcionários emancipam-se. Para recuperar a sua autoridade sobre eles, a monarquia teria de voltar a comprar esses cargos, medida que o estado das finanças reais torna ilusória.

4. Finalmente, como acabámos de evocar, as finanças da monarquia estão em má situação, devido, por um lado, à ausência de uma administração responsável pelo estabelecimento e pela cobrança do imposto, o que obriga assim a recorrer aos serviços dos assentistas e, por outro lado, à organização social desigual e hierárquica herdada da Idade Média, que reduz as receitas fiscais e priva a monarquia de rendimentos substanciais ao distinguir as ordens privilegiadas, isentas de impostos do terceiro estado, que lhes está submetido. Assim, a manutenção da ordem tradicional, longe de ser proveitosa para a monarquia, é contrária aos verdadeiros interesses do regime. A lógica seria então abolir os privilégios, já que é sobre uma sociedade igualitária que o rei pode reinar com mais autoridade.

Estado da sociedade, crise financeira, estruturas da administração, poder real, são assim interdependentes. É a conjunção de todas estas causas que faz com que o absolutismo monárquico seja com frequência mais uma pretensão do que uma realidade efectiva. No século XVIII a monarquia absoluta ainda não conseguiu ultrapassar a contradição interna entre uma ordem social não igualitária e a lógica da evolução política.

A administração enfraquece o carácter pessoal

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da administração e o reforço das repartições têm como consequência alterar um traço que foi durante muito tempo fundamental para a monarquia: o seu carácter pessoal.

A própria essência da monarquia reside na concentração do poder nas mãos de um só, um soberano amado em si mesmo. O carácter pessoal é bem anterior ao absolutismo e à administração: o desenvolvimento do absolutismo e a extensão apagam-no progressivamente. À medida que se estabelece uma rede de instituições pelas quais passa a decisão real, estabelece-se entre os vassalos e o soberano um outro tipo de relações, impessoais e anónimas: já não existem entre os nobres ou os burgueses e o monarca esses laços afectivos que, até Henrique IV, uniram os súbditos ao seu rei, mas relações jurídicas e administrativas. Esta evolução transporta os germes da ruína da ideia monárquica no espírito e no coração dos povos, pois trata-se apenas de um regime, de uma forma anónima e jurídica, e já não de uma pessoa ou de um princípio.

O reinado de Luís XIV representou um ponto de equilíbrio em que o aspecto pessoal e o carácter administrativo estão ainda associados, mas começam já a separar-se; no século XVIII, a divergência acentua-se. É um elemento de fraqueza que explica a relativa facilidade com que a monarquia se afundará e o sentimento monárquico definhará.

4.4. O despotismo esclarecido

A expressão *despotismo esclarecido* não é contemporânea dos acontecimentos. Foi forjada mais tarde por historiadores que estudaram os regimes da Europa ocidental e oriental; mas é hoje em dia universalmente reconhecida e tem a vantagem de caracterizar alguns dos traços mais fundamentais desta forma de regime.

Analogias com a monarquia absoluta

Neste regime monárquico pessoal, os déspotas esclarecidos empenham-se em reforçar a sua autoridade e procuram vencer os mesmos obstáculos que os monarcas absolutos. A autoridade da czarina Catarina II ou do imperador José II desenvolve-se, como a de Filipe II ou a de Luís XIV, em detrimento do feudalismo, da Igreja, dos particularismos provinciais. Os progressos do despotismo esclarecido medem-se pela redução dos privilégios. Os déspotas utilizam o poder, tal como faziam os monarcas absolutos, para racionalizar a governação, unificar os seus povos e os seus territórios, impondo o alemão nos estados dos Habsburgos, por exemplo, estabelecendo códigos, instituições comuns. A mesma noção de Estado soberano inspira a sua acção e uma administração comparável à da Espanha ou à da França serve-a.

Deste modo, há não só analogia, como também parentesco declarado e imitação deliberada de um modelo que procuram reproduzir e decalcam a sua prática e as suas instituições sobre as da monarquia absoluta.

Traços distintivos

Em relação à descrição geral da monarquia absoluta, os regimes de despotismo esclarecido apresentam alguns traços distintivos que resultam em muitos casos das próprias circunstâncias, mas que bastam para lhes atribuir um lugar à parte na galeria dos regimes do século XVIII. Devem a sua originalidade ao facto de terem aparecido mais tarde do que as monarquias absolutas e por terem surgido noutros lugares.

A monarquia absoluta esboça-se desde o princípio dos tempos modernos. É em Espanha que, pela primeira vez, toma a sua fisionomia característica, no reinado de Filipe II, na segunda metade do século XVI; na mesma altura, Isabel não está longe de estabelecer um regime absoluto em Inglaterra. Em França é só no século XVI que a monarquia se torna absoluta com o ministério de Richeleu, depois com o de Mazarino e sobretudo com a governação pessoal de Luís XIV. Assim, foi nos séculos XVI e XVII que se constituiu a monarquia absoluta.

O despotismo esclarecido data do século XVIII e até mais da segunda metade do século do que da primeira. Uma coincidência fortuita faz com que a maior parte dos chamados soberanos esclarecidos sejam «segundos»: Catarina II, José II, Frederico II. Ora, o reinado da maior parte deles começa por volta dos meados do século. É em 1740 que Frederico II da Prússia sucede ao pai, em 1760 que Catarina II sobe ao trono da Rússia e a partir de 1780 que José II, após a morte de sua mãe, Maria Teresa, reina sozinho. Há, assim, entre o aparecimento da monarquia absoluta e a do despotismo esclarecido um desfasamento cronológico de pelo menos um século ou um século e meio.

A segunda diferença já não se refere à cronologia, mas à geografia. Na verdade, se o lugar de eleição da monarquia absoluta é a Europa ocidental, com a França, a Espanha e a Inglaterra, o despotismo esclarecido localiza-se no Leste da Europa, com a Prússia, a Áustria e a Rússia. Encontramos a mesma dualidade das duas Europas que já antes observáramos a propósito da colonização, da ordem social, da presença ou ausência da burguesia, da predominância de uma sociedade urbana e da actividade comercial. Eis confirmada a nossa presunção das correlações entre actividade económica, organização das relações e forma dos regimes.

Esta dualidade, aliás, prolongar-se-á para lá do antigo regime. A revolução deixou traços mais duráveis no Ocidente da Europa do que no Leste. Quando organizamos a cronologia do liberalismo ou da democracia, somos constantemente reenviados para a verificação deste desfasamento entre o Leste e o Ocidente. Mesmo recentemente, não é despropositado pensar que esta dualidade se encontra transposta na confrontação de dois sistemas de governo; o conflito que opõe as democracias de tipo pluralista às democracias populares não passa do último avatar de uma história que, desde há séculos, dissociou a evolução das duas Europas. O significado histórico do despotismo esclarecido revela-se melhor a partir desta verificação. A sua função consistiu em permitir a estes países

recuperar o atraso em relação à monarquia absoluta e empreender ou acelerar a sua modernização.

O facto de o despotismo esclarecido ter aparecido mais tarde e noutro lugar diferente do da monarquia absoluta teve consequências para a própria forma do regime.

Nascido mais tarde, o despotismo esclarecido sofre o contágio do espírito do século; é então, na sua apresentação, mais moderno do que a monarquia absoluta. Por convicção sincera e também por prudência e habilidade, os déspotas fazem concessões ao gosto e ao vocabulário da época; cuidando da sua propaganda por intermédio dos escritores e publicistas, lisonjeiam a opinião pública e conquistam as simpatias de uma Europa onde os filósofos começam a pontificar.

Esta experiência de que os déspotas esclarecidos se aproveitam tem efeitos que chegam aos fundamentos do regime. De facto, se a monarquia absoluta mergulhava as suas raízes, por um lado, na noção romana de Estado e, por outro lado, numa teologia da monarquia de direito divino, o fundamento religioso tornou-se anacrónico e o despotismo esclarecido evita fazer-lhe alusão. É ao movimento das luzes que vai buscar a sua justificação. Legitima-se pelo desejo de fazer a felicidade do povo, pelas intenções filantrópicas então apregoadas.

O século XVIII é já um século laicizado, secularizado. Importa precisar que esta parte da Europa não é católica. A comparação entre monarquia absoluta e despotismo esclarecido mostra a evolução das relações entre política e religião. O despotismo esclarecido é uma versão secularizada da monarquia absoluta. É uma etapa no grande movimento que vai romper os laços entre a Igreja e os soberanos. Mesmo na Europa ocidental, o género de casamento místico que unia a coroa e a Igreja transformou-se num casamento de conveniência. Nos países onde o despotismo esclarecido reina, este estádio está mesmo ultrapassado e trata-se mais de uma aliança de interesses do que de uma simbiose de pensamentos e de sentimentos.

O modernismo do despotismo esclarecido evidencia-se também pela sua racionalidade. O século XVIII é o século em que a razão empreende o exame crítico de todas as crenças. Se o despotismo esclarecido, na sua inspiração e nos seus fins, é racionalista, não o é menos nos objectivos que escolhe. Visa instaurar uma ordem racional: a simplificação, a uniformização, a codificação, que caracterizam a sua actividade unem-se a esse grande desígnio de racionalidade em que o poder do Estado encontra significado. A simplificação elimina os rivais, a uniformização facilita a acção dos poderes públicos, reforça a sua autoridade. É por aí que o despotismo esclarecido pode aparentar-se a certos aspectos da obra da revolução. Os déspotas esclarecidos no Leste e a revolução no Ocidente actuaram no mesmo sentido de substituírem a tradição pela razão.

A localização no espaço tem como segunda consequência o facto de o despotismo esclarecido ter encontrado no Leste da Europa uma economia atrasada, uma falta de capitais, uma burguesia pouco numerosa ou mesmo inexistente, uma instrução ainda muito restrita, condições menos favoráveis do

que as dos soberanos absolutos dos séculos XVI e XVII. O Estado vê-se assim obrigado a tudo fazer por si próprio e a substituir-se à iniciativa privada. Deste modo, na Rússia é a coroa que explora as minas dos Urales na falta de um capitalismo capaz de o fazer. O despotismo esclarecido caracteriza-se então por práticas intervencionistas que fundam, se ela ainda não existia, uma tradição autoritária que se perpetuará até ao século XX.

A posteridade do despotismo esclarecido

Com efeito, tomado no sentido mais amplo, e já não limitado a um domínio no tempo e no espaço, o despotismo esclarecido sobreviverá, apesar de perder alguns dos seus traços mais circunstanciais — por exemplo, abstendo-se de fazer referência ao vocabulário dos filósofos, às ideias do século XVIII e por vezes mesmo dispensando o monarca —, mas permanecerá enquanto concepção e forma de governo. Em minha opinião, podemos legitimamente associar ao despotismo esclarecido todos os regimes que, nos séculos XIX e XX, se propõem transformar as estruturas da sociedade por via autoritária.

Sempre que estamos em presença de um reformismo que parte de cima, temos verosimilmente de lidar com a posteridade do despotismo esclarecido. Todos os regimes, todos os governos que empreendem a refundição das estruturas, seja para desenvolver o poderio do Estado ou para fazer a felicidade dos seus súbditos, seja ainda pelos dois motivos ao mesmo tempo, pois não são necessariamente contraditórios, ligam-se, de perto ou de longe, à tradição do despotismo esclarecido. Se as reformas são feitas sem que sejam consultados os interessados, reencontramos a mesma conjunção de acção autoritária e de intenção racionalista.

É o caso, em primeiro lugar, dos países que constituíam o domínio do despotismo esclarecido no século XVIII e, em especial, da Rússia. Os czares reformadores do século XIX que procedem por ucasse são os herdeiros legítimos de Pedro, *o Grande*, e de Catarina II: a abolição da servidão, decretada por Alexandre II em 1861, está na linha das reformas da grande Catarina, e podemos interrogar-nos sobre se o governo de Estaline, que representa uma das formas de poder mais concentradas e mais autoritárias que o mundo já conheceu, posta ao serviço de um programa de reforma, terá sido o último avatar desta tradição russa do despotismo esclarecido. Na Alemanha existe igualmente uma tradição de iniciativa reformadora que sobreviverá a Frederico II, com um Bismarck centralizador, iniciador de uma política económica, fazendo votar uma legislação social avançada para o seu tempo.

Podíamos mesmo avançar que os países que, no século XVIII, não entravam na esfera do despotismo esclarecido foram conquistados pelo movimento nos séculos XIX e XX. É o caso, por exemplo, da França, onde o regime napoleónico e o II Império se assemelham em mais de um traço ao despotismo esclarecido. Contudo, os dois Napoleões recebem o poder do povo e têm o cuidado de fazer confirmar a sua legitimidade por consulta popular. Contudo, com excepção desta

referência explícita à soberania popular, as analogias são reais no que respeita ao programa e aos métodos.

Prolongando até aos nossos dias e alargando o círculo para fora da Europa, é permitido considerar como variantes do despotismo esclarecido um certo número de regimes, muito afastados do seu berço original, que presidem aos destinos de países em vias de desenvolvimento. A Turquia de Ataturk, o Egipto de Nasser, alguns regimes da América Latina, fazem parte da família do despotismo esclarecido. As mesmas condições determinantes encontram-se aí reunidas com a vontade de transformação — um regime puramente conservador não é um regime de despotismo esclarecido — e a obra de modernização empreendida sem consultar os interessados e pela via da autoridade. Se o Próximo Oriente — a Turquia e o Egipto —, a América Latina e certos países da Ásia ou da África conhecem actualmente regimes cuja filiação no despotismo esclarecido podemos reconhecer, é porque os países em questão se encontram a braços com problemas idênticos aos da Europa ocidental e central no século XVIII. Tanto num caso como no outro, estamos perante economias atrasadas, sociedades pouco diferenciadas, sem capitais, sem quadros técnicos, sem uma burguesia instruída, e cabe por força aos poderes públicos substituírem-se às iniciativas inexistentes.

Mesmo abolindo a monarquia, como no Egipto (1952), mesmo reclamando--se do socialismo, estes regimes não se assemelham menos ao despotismo esclarecido. Proclamando-se actualmente socialistas, a maior parte dos regimes africanos ou asiáticos mais não fazem, em suma, no nosso século, do que repetir o exemplo dado pelos déspotas esclarecidos do século XVIII, como Catarina II ou Frederico II, ao invocarem os filósofos do tempo e o movimento das luzes; reclamando-se do socialismo, Boumediène e os ditadores do Médio Oriente sacrifica-se também no altar da moda e das ideologias dominantes.

Este paralelismo é mais uma prova das afinidades dos regimes e mostra-nos que as formas que recenseámos nas vésperas da revolução conseguiram sobreviver às convulsões revolucionárias. A análise do despotismo esclarecido no século XVIII projecta sobre bastantes regimes contemporâneos uma luz que ajuda a compreender-lhes a finalidade e a descobrir-lhes a função social.

4.5. O regime britânico

Monarquia absoluta no reinado de Isabel, ou regime de tipo aristocrático, se tivermos em consideração o poder do Parlamento, o regime britânico necessita de um estudo especial na medida em que os desenvolvimentos ulteriores da sua política impedem que seja assimilado aos regimes anteriormente estudados.

No século XVIII, este regime não tomou ainda o seu rosto definitivo. Até cerca de 1840 acontece permanecerem em funções gabinetes deixados em minoria pelo Parlamento e só no princípio do reinado de Vitória, por exemplo, a responsabilidade do gabinete perante o Parlamento é irrevogavelmente consagrada;

actualmente, tomamos esse princípio da responsabilidade como uma das disposições fundamentais do regime britânico. O regime procura definir-se antes de encontrar a sua forma acabada. Evolui tanto mais lentamente porque não há constituição e o peso do direito consuetudinário é tanto maior porque são escassos os textos.

A Grã-Bretanha constitui, sem dúvida, o melhor exemplo de adaptação progressiva de instituições à experiência. A Grã-Bretanha, onde a revolução não é considerada a única via possível de mudança, apresenta o caso de uma adaptação flexível e gradual, embora com algumas reservas, visto que nos séculos XVII e XVIII conheceu as suas vagas de violência. No século XVII aparece mesmo como a terra das revoluções, por oposição à França.

A rainha Isabel não convocou o Parlamento durante anos, o seu sucessor, Jaime I, faz da monarquia absoluta a sua teoria e Carlos I continua na mesma via. Mas esta evolução é interrompida bruscamente por uma espécie de estranho acidente histórico. Jaime I e Carlos I, no princípio dos seus reinados, eram talvez mais obedecidos do que Henrique IV e Luís XIII nos primeiros anos dos seus reinados, quando sobrevém a crise revolucionária, o processo do rei, a sua execução, vinte anos de tumultos, o governo de Cromwell, que é, *avant la lettre*, uma experiência de despotismo esclarecido, embora as luzes nas quais se inspira a filosofia desta ditadura sejam o puritanismo e não a filosofia do século XVIII. Em seguida, sucedem-se a restauração e o regresso de Carlos II, e poderíamos crer que se reatara o fio da meada quando estala o segundo acidente revolucionário, com a revolução de 1688, que opera uma transformação na ordem dinástica, mas sobretudo arruína definitivamente o absolutismo monárquico na Grã-Bretanha. Os espíritos liberais saudarão a «gloriosa revolução» de 1688, teorizada por Locke. Desde então a Grã-Bretanha empenha-se numa via nova que vai explorar por conta própria e também por conta de muitos países.

As suas características

Mesmo que, em 1750 ou 1780, este regime não tenha tomado ainda a sua fisionomia definitiva, vemos já delinearem-se as orientações mestras do que será o parlamentarismo britânico.

Trata-se de uma monarquia hereditária e a mudança de ramo, com a substituição dos Stuarts pela dinastia de Orange e depois pelos Hanover, não veio prejudicar em nada o princípio dinástico.

Esta monarquia não é absoluta, bem pelo contrário, e no século XVIII, não se sabe se vai inovar ou voltar a um regime anterior ao absolutismo, isto é, a uma mistura de aristocracia e realeza.

Na Inglaterra setecentista uma aristocracia poderosa e honrada que goza do respeito e da consideração geral detém o essencial do poderio, o monopólio da administração local, os poderes de polícia, de justiça; os chamados *justices of peace* pertencem-lhe hereditariamente. A Inglaterra, que não conhece o equivalente à centralização administrativa francesa, não tem a burocracia dependente

de Londres e o Ministério do Interior será um dos últimos departamentos ministeriais a nascer em Inglaterra. Tudo isto inclinar-nos-ia a asssociar o regime britânico ao primeiro dos tipos que passámos em revista.

Contudo, esta aristocracia não é uma feudalidade turbulenta como a do continente. As suas origens também a tornam diferente: enquanto a aristocracia do continente tende a restringir-se à nobreza de raça, militar e possidente, a aristocracia inglesa, cujas velhas casas feudais desapareceram quase todas nas guerras civis (guerra das Duas Rosas, guerras religiosas), é relativamente recente. Aberta à fortuna e ao talento, não forma uma casta como no continente e o seu poderio não tem o mesmo significado político e social que o do feudalismo da Europa central ou mesmo ocidental. Longe de ser afastada do exercício do poder por uma monarquia absoluta, está-lhe associada graças à sua representação no seio do Parlamento, e a existência desta instituição representativa permanente é uma das disposições mais originais do regime britânico.

É por isso que a monarquia é limitada, não, como no continente, pela turbulência intermitente de vassalos rebeldes, mas pela existência de uma assembleia regular que se reúne periodicamente, um parlamento com atribuições já alargadas. No entanto, apenas se pode falar de um regime parlamentar com alguma precaução. A denominação de regime parlamentar é, na verdade, equívoca, uma vez que pode designar duas realidades bastante diferentes, se bem que provenientes de um núcleo comum. Actualmente, entendemos por regime parlamentar um regime cujo poder executivo é responsável perante o Parlamento, que, ao retirar a sua confiança aos ministros, pode a todo o momento destituí-los. Ora, na Inglaterra do século XVIII esta responsabilidade não é ainda reconhecida como uma regra imperativa. Se, porém, alargando a definição, considerarmos um regime parlamentar quando existe representação, pode falar-se já de um regime parlamentar. De facto, uma divisão dos poderes é estabelecida desde a revolução de 1688 e da declaração dos direitos de 1689 entre a coroa e o Parlamento. O rei é obrigado a contar com o Parlamento, do qual deve obter o consentimento para a aprovação dos impostos e o recrutamento de tropas.

A terceira originalidade do regime respeita ao gabinete, que ocupa uma posição intermediária ao lado da coroa, com as suas prerrogativas, e do Parlamento, com as suas atribuições. Realmente, encontramos no continente, em França, em Espanha, na Rússia, na Prússia, um gabinete, ministros, conselhos, mas o seu poder e as suas atribuições são totalmente diferentes, pois os ministros do rei de Espanha ou de França não passam de executantes, escolhidos pelo rei, dependendo exclusivamente dele e só lhe prestando contas a ele. O soberano pede-lhes conselhos, mas pode perfeitamente ignorá-los e escolher outra forma de resolver os assuntos. Pelo contrário, o gabinete britânico é relativamente independente do rei. Em Versalhes, o rei tem assento no seu conselho. Em Londres, o gabinete delibera sem a sua presença, gozando, assim, de uma maior autonomia. Se o gabinete tem necessidade da confiança do soberano, a do Parlamento não lhe é menos necessária para obter a aprovação do orçamento e os meios para a sua acção.

A existência de um parlamento e de um gabinete autónomo são os dois traços essenciais do regime britânico e constituem a sua originalidade em relação a todos os que passámos em revista.

Ao lado destas instituições e à margem dos órgãos institucionais, a vida política apresenta também outros traços originais, nomeadamente a existência de partidos. É em Inglaterra que surge, pela primeira vez, este fenómeno, que terá um lugar importante no funcionamento dos regimes políticos. O Parlamento, sobretudo a câmara baixa, e o corpo político dividem-se entre uma maioria e uma minoria. Relativamente estáveis nas suas combinações, tendem a desenhar-se dois campos, duas tradições disputam o poder, sendo a extensão da prerrogativa real a questão em debate. A divisão dualista e a estabilidade dos partidos são acentuadas pelo regime eleitoral. O Parlamento comporta, com efeito, duas câmaras, das quais só a Câmara dos Comuns é electiva. A palavra *comuns* não tem a mesma conotação que o seu homónimo francês*. As comunas da França são unidades aldeãs; no vocabulário inglês, o termo designa as comunidades no sentido medieval do termo, mais próximo das corporações do que das comunas. É o que justifica a representação das antigas universidades no seio do Parlamento britânico até à reforma de 1950, sendo as universidades consideradas comunidades, corporações estabelecidas. O regime eleitoral é o da maioria relativa a uma volta, vencendo o candidato com maior número de votos, mesmo que não tenha obtido a maioria absoluta dos sufrágios. Este regime, constantemente praticado, que impõe o reagrupamento e força as diversas correntes de opiniões a confinarem-se num quadro dualista, é um bom exemplo da influência dos regimes eleitorais nos sistemas partidários.

No século XVIII, a vida política é das mais restritas e a sua exiguidade aproxima-se da experiência das repúblicas oligárquicas. Se existe uma representação eleita, ela constitui apenas uma fracção muito reduzida da população. As duas câmaras não estão longe de serem quase igualmente aristocráticas, visto que a maior parte dos lugares são ocupados pelos descendentes de grandes famílias, ocupando o herdeiro do nome o seu lugar na Câmara dos Lordes e tomando os demais descendentes assento na Câmara dos Comuns.

Temos então um regime representativo, electivo, aristocrata e liberal, pois, por ser oligárquico, este regime não é menos liberal e a contradição é apenas aparente. Com efeito, no século XVIII, a democracia é, as mais das vezes, solidária com a autoridade e a liberdade das aristocracias. Se Rousseau opta por uma forma de república popular e autoritária, Montesquieu, pelo contrário, preconiza um regime aristocrático defensor das liberdades. Nas Províncias Unidas confrontam-se duas correntes: a burguesia rica e liberal, ligada ao regime oligárquico e federativo, e os elementos populares, que militam por um regime autoritário e monárquico.

* Em francês traduz-se House of Commons por Chambre des Communes, o que, em português, daria Câmara dos Comunas. Como a tradução portuguesa é Câmara dos Comuns, o texto poderá parecer opaco à ideia avançada pelo autor. *(N. do R.)*

No século XVIII a Grã-Bretanha goza já de um conjunto de liberdades mais vasto do que qualquer outro país da Europa. Quem diz então *liberdade* pensa em primeiro lugar na liberdade religiosa. É por aí que começa a emancipação das consciências e dos indivíduos. A Grã-Bretanha tem neste domínio uma política específica. Na verdade, não conhece a igualdade religiosa: a discriminação subsiste; é necessário pertencer à igreja estabelecida para exercer uma função pública, para ensinar nas universidades. O *bill of test*, estabelecido nos finais do século XVII, reserva expressamente as funções importantes aos que possam comprovar que receberam os sacramentos da Igreja de Inglaterra. As outras seitas ou confissões, dissidentes, católicas, são reduzidas a uma condição inferior, e será necessário esperar pela emancipação dos católicos, em 1829, para que os fiéis das igrejas não estabelecidas tenham acesso à igualdade dos direitos civis e políticos.

Contudo, se não há igualdade, há liberdade: liberdade de consciência e liberdade de culto. A Grã-Bretanha oferece já o espectáculo, surpreendente para um europeu do antigo regime, da tolerância religiosa. O que Voltaire admira nas suas *Lettres anglaises* (1732) é o facto de poderem coabitar, em boa compreensão, vinte ou trinta confissões diferentes. Espectáculo insólito numa Europa que vive ainda sob o regime da unidade da fé, e onde, apesar da fragmentação da cristandade desde a Reforma, é autorizada uma só religião em cada reino ou principado. Foi o princípio que prevaleceu no fim das guerras religiosas no Império, com a excepção temporária de Habsburgo, e é ainda este que inspira em França a revogação do Édito de Nantes, em 1685. Uma fé, uma lei, um rei.

A tolerância estende-se às opiniões políticas: a Inglaterra possui já uma imprensa política que acaba de conquistar a sua liberdade. É no reinado de Jorge III, durante o «caso Wilkes», com as *Cartas de Junius*, que a imprensa adquire a sua independência. A Inglaterra conhece uma liberdade de discussão ignorada no estrangeiro, cujo guardião é o Parlamento. É ele que preserva a liberdade da imprensa contra as ingerências da coroa. Neste liberalismo tem origem a atracção exercida pelo regime britânico sobre os espíritos liberais de toda a Europa. A anglomania atinge amplos sectores da opinião pública culta, seduzida pelo funcionamento do regime e pela liberdade que deixa aos cidadãos.

A este regime está reservado um grande futuro, tendo sido chamado a tornar-se a forma política universal no século XIX e princípios do século XX. Se, por volta de 1750, se considerava a monarquia absoluta como a forma mais moderna de governo, a modalidade mais racional da organização do poder, no século XIX, a opinião pública esclarecida preferirá o liberalismo à inglesa, o regime parlamentar, cujas vias a Grã-Bretanha foi o primeiro país a explorar e a lançar os fundamentos. Em larga medida, o estudo da evolução política da Europa e do mundo nos séculos XIX e XX incidirá na propagação deste modelo à escala do Globo.

Os traços comuns

Reconhecemos, assim, cinco tipos distintos de regimes políticos, sendo possível agrupar dois a dois os quatro primeiros. O inventário tem um alcance que ultra-

passa o período pré-revolucionário: por mais radical e profunda que seja a revolução, não suprimiu totalmente os princípios e as modalidades dos regimes anteriores.

Por comodidade, pusemos em relevo o que diferencia estes tipos de regimes. Ora, na prática, acontece que se misturam e certas experiências relevam simultaneamente de diversos tipos. Assim, numa mesma sociedade política sobrepõem-se feudalismo, ou república oligárquica, e monarquia. Há, portanto, entre estes tipos toda a espécie de comunicações. Mais ainda, apresentam traços comuns que convém destacar.

1. Entre estes traços comuns encontramos a quase-universalidade da forma monárquica, com componentes que podem ser, no entanto, muito diferentes. Desde a República da Polónia, onde o rei não passa praticamente de um presidente sem poder, ao despotismo esclarecido ou à monarquia absoluta, a forma monárquica cobre praticamente toda a Europa. Dois séculos mais tarde discernimos neste domínio uma transformação muito profunda: a redução progressiva, o desaparecimento quase completo, da instituição monárquica, devido não apenas às revoluções, mas também e sobretudo às duas guerras mundiais, que arrastaram os tronos e consumaram a ruína das dinastias. A derrota de 1918 provoca a queda dos Habsburgos, dos Hohenzollern, dos Romanov, do sultão, de outros pequenos reinos; também em 1945, se a forma monárquica acaba por desaparecer da Europa oriental, isso deve-se à guerra. Actualmente, a instituição monárquica está isolada no quadrante noroeste da Europa e limitada, com excepção da Grã-Bretanha, a pequenos países, aos Estados escandinavos, aos Países Baixos, à Bélgica*.

2. Todos os regimes anteriores à revolução são regimes tradicionais. Quero dizer que são todos um produto de uma lenta e longa evolução e é necessário recuar muito atrás no passado para encontrar as suas origens. Não têm constituição, impõem-se pela sua antiguidade e encontram a sua legitimidade na duração, que é o seu melhor argumento, a prova de que eram viáveis. Colhem a sua justificação na tradição, na historicidade. É o que, após a ruptura da revolução, se chamará em 1815 o princípio de legitimidade. Antes de 1789, não se trata tão-pouco de uma questão de princípio de legitimidade, visto que os regimes não têm necessidade de se justificar. Só quando são desafiados pela revolução se vêem obrigados a forjar uma justificação; apoiar-se-ão então no passado, na história e na tradição.

3. Esta legitimidade é, para a maior parte deles, consagrada no sentido próprio do termo, poderíamos mesmo dizer, santificada, pela religião. Por toda a parte, ou quase, existe um laço estreito que une a Igreja e o Estado. A natureza e as formas deste laço variam segundo as regiões e as confissões. Originariamente, porém, a Igreja estava dentro do Estado, e reciprocamente. No século XVIII começa já a evolução que tende a dissociá-los, mas a ruptura não está ainda consumada. É ordinariamente o Estado que se afasta da Igreja, procurando

* O autor, porque a transformação política ainda não se dera, não inclui, obviamente, a Espanha. (N. do R.)

subordinar a Igreja e o clero ao poder civil e submeter a sociedade religiosa ao direito comum. É esse o sentido do galicanismo, do josefismo, do regalismo. É uma etapa no processo de secularização do poder e das sociedades civis. Também neste ponto o antigo regime anuncia a revolução.

4. Outro traço comum, mas desta vez negativo: nesta variedade de experiências e de regimes, não há nada, nem de perto nem de longe, que se assemelhe à democracia. Nada a anuncia, nem as repúblicas oligárquicas, nem, por maioria de razão, as monarquias.

Encontramos, é certo, processos, instituições, que a democracia aproveitará: instituições representativas, processos de eleição que não são democráticos nem nos seus princípios nem nas suas modalidades. Por toda a parte a vida política é reduzidíssima: corpos com atribuições restritas recrutados em círculos estreitos têm sessões breves, sem periodicidade fixa, a não ser em Inglaterra. Os estados gerais da monarquia francesa não são democráticos e o Parlamento britânico é inteiramente aristocrático. Em toda a parte a vida política está nas mãos de uma elite. De resto, não podia ser de outro modo em sociedades maioritariamente rurais, compostas de iletrados na sua maioria, nas quais existem ainda poucos meios de comunicação e de expressão e as trocas são raras e lentas. Com excepção da Inglaterra, nenhum país admite a liberdade de opinião e de expressão, não há partidos constituídos, não há filosofias ou ideologia política amplamente difundidas na opinião pública. Não existe democracia e são poucas as liberdades. Apesar de verificarmos que existe na Europa uma pluralidade de regimes, nenhum deles admite ainda no seu interior o pluralismo das opiniões e das instituições, salvo a Grã-Bretanha, com os seus partidos.

Em comparação com estes traços gerais, a novidade radical da Revolução Francesa revela-se melhor. A revolução vai mudar ao mesmo tempo os princípios e as práticas. Arruinará o princípio da historicidade. Forjará novas instituições, experimentará fórmulas inéditas, com a transferência da soberania, a adopção de textos constitucionais, a presença de assembleias, a formação de partidos políticos, a liberdade de imprensa, a multiplicação dos jornais, a publicidade dos debates, a liberdade de discussão, os clubes.

A experiência dos Estados Unidos

Na realidade, uma enumeração completa das formas políticas deveria incluir um sexto tipo, a república americana. Mas a república americana é quase contemporânea da Revolução Francesa, pois é em 1787 que se reúne em Filadélfia uma convenção que redige o texto da Constituição dos Estados Unidos, a qual só entra em vigor — coincidência notável — no decurso do ano de 1789. Apesar de tudo, tendo em vista a influência dos acontecimentos na América sobre as origens da Revolução Francesa e tendo em conta o parentesco entre certas ideias dos insurrectos e algumas experiências dos revolucionários franceses, é necessário dizer algumas palavras. A experiência americana não deixa de ter certas analogias com esta ou aquela forma anteriormente recenseada. Assim,

a coexistência de treze estados faz lembrar as Províncias Unidas: existem semelhanças entre o carácter oligárquico, a descentralização, algumas instituições dos novos Estados Unidos e a experiência duas vezes secular das Províncias Unidas.

O caso americano não é menos original. É-o mesmo a dois títulos. É a primeira vez que uma colónia reivindica a sua independência e rompe os laços com a metrópole. Primeiro acto da descolonização, este gesto tem um significado histórico capital, e podemos fazer remontar à declaração de independência de 1776 todos os movimentos que desde então visaram romper os laços de tipo colonial, na América espanhola e portuguesa no século XIX, em África ou na Ásia no século XX. Tanto no espírito dos insurrectos como no processo circunstancial, a reivindicação da independência está intimamente ligada a causas propriamente políticas: é devido ao facto de não estarem representadas no Parlamento de Londres que as colónias americanas recusam considerar-se vinculadas pelas suas votações e consideram nulas as imposições decretadas por Londres. Sob o aparente paradoxo da fórmula, os insurrectos nunca se haviam mostrado melhores britânicos do que no dia em que romperam os laços com a Inglaterra, aplicando os princípios do regime britânico de representação, de eleição, de consentimento ao imposto.

Em 1783, separados da Grã-Bretanha, inovam no campo das instituições, elaboram um novo sistema político, cujos elementos constitutivos são novos, a começar pela presença de um texto constitucional. Com a Constituição americana encontramos pela primeira vez um acontecimento que ainda hoje é actual, continuando o texto elaborado em 1787 a regular o funcionamento dos poderes públicos na União Americana.

Encontramos neste regime assembleias eleitas, um equilíbrio entre o governo federal e os estados, garantias para as liberdades públicas, a aplicação do princípio da separação dos poderes levada às suas últimas consequências, visto que o presidente não pode dissolver o Congresso, nem o Congresso pode depor o presidente ou derrubar os ministros.

A experiência é nova e desperta uma corrente de simpatias na Europa, onde, nas vésperas da revolução, dois modelos suscitam idêntico interesse: o modelo inglês e o modelo americano.

Mas a França levará mais longe a empresa. É ela que fará a experiência mais revolucionária, e será a experiência francesa que terá maiores repercussões. É por isso que convém fixar em 1789 o termo do antigo regime e o ponto final deste inventário das suas formas políticas e sociais.

5

As relações internacionais

O estudo do antigo regime político comporta duas abordagens: as instituições internas e as relações entre Estados. Com efeito, esses Estados, que considerá-

mos isoladamente, mantinham relações cuja forma variou com o tempo. Importa definir a originalidade destas relações internacionais, pois a revolução transformá-las-á tanto como ao funcionamento dos regimes políticos.

No século XVIII os Estados são mais numerosos do que na actualidade. Alguns exemplos ilustrarão o pulular de pequenos Estados na Europa. Assim, a Itália apresenta uma fisionomia muito diferente da que lhe conhecemos desde a unificação, há um século. Segundo a forma consagrada, ela não passa de uma «expressão geográfica». A sua unidade é geográfica e cultural, mas não política. Uma boa dezena de Estados de tamanho e importância muito desiguais partilham a península: reinos — das Duas Sicílias, onde reinam os Bourbons, Piemonte-Sardenha —, grão-ducados ou principados, como a Toscana, dependências estrangeiras, repúblicas — Veneza e Génova —, e um Estado de um tipo especial, o único da Europa no século XVIII onde subsiste uma forma de teocracia, onde há confusão entre o espiritual e o temporal, os estados da Igreja. Assim, mesmo no quadro relativamente exíguo de uma península que não ocupa mais de 300 000 km^2 encontramos justapostas a maior parte das formas políticas acima referidas: feudalismo, república, monarquia absoluta ou esclarecida. Esta multiplicidade de Estados explica, provavelmente, o facto de a Itália se ter acostumado à arte da diplomacia quando o resto da Europa dava ainda os primeiros passos nessa arte. Desde o século XVI é na Itália que se formam as tradições da diplomacia moderna. É também da Itália que vem uma parte do pessoal diplomático, pois eram numerosos os italianos que serviam príncipes estrangeiros. O modelo das relações diplomáticas é fornecido no século XVI pelos despachos dos núncios apostólicos e dos embaixadores de Veneza. A Alemanha apresenta uma situação bastante semelhante e é sobretudo das Alemanhas que se deve falar, pois sob a aparência de unidade conferida pela fachada do Sacro Império Romano-Germânico coexistem mais de trezentos Estados.

Esta multiplicidade apela ao estabelecimento de um sistema de relações que, no entanto, no século XVIII são ainda restritas. A maior parte das vezes, um Estado só se relaciona com os seus vizinhos imediatos. Não existe ainda um sistema universal de relações diplomáticas. Actualmente, salvo algumas excepções, que se explicam geralmente por diferenças ideológicas, todos os países do mundo mantêm entre si relações regulares. Basta ver nas principais capitais o número de missões diplomáticas. Nada de semelhante se passa no século XVIII, quando mesmo as maiores potências têm representantes acreditados apenas num reduzido número de Estados; só muito progressivamente será organizado um sistema generalizado; não se conhecem então organizações internacionais comparáveis à Sociedade das Nações ou às Nações Unidas e a todas as organizações técnicas que delas dependem. O sistema das relações internacionais é ainda reduzido e rudimentar.

O estudo das relações internacionais subdivide-se naturalmente em dois capítulos: relações da Europa com os outros continentes e relações internas da Europa. Esta distinção não é só geográfica, impõe-se também por diferença de natureza: as relações no interior da Europa estabelecem-se habitualmente em pé

de igualdade, pelo menos juridicamente, enquanto nas relações entre a Europa e os outros continentes o caso é diferente.

5.1. As relações entre a Europa e os outros continentes: os impérios coloniais

Alguns reinos, como o Sião e a Pérsia, que conseguiram preservar a sua independência, enviam de tempos a tempos embaixadas extraordinárias à Europa, que mantém com eles relações geralmente intermitentes, em pé de igualdade. À parte estas excepções, as relações tomam normalmente a forma de colonização, ou seja, de dependência, de submissão à Europa. Eis um fenómeno fundamental.

A própria essência da colonização é uma relação de desigualdade e de dependência, que se baseia na desigualdade política, militar, económica e cultural entre colónias e metrópoles. Em muitos casos os conquistadores encontraram apenas o vazio ou sociedades primitivas. Porém, quando depararam com Estados constituídos, reinos ou impérios, destruíram-nos, como foi o caso dos impérios pré-colombianos.

O importante, para caracterizar a situação no século XVIII, é tomar nota da existência de diversos impérios coloniais de antiguidade desigual, alguns dos quais estão já em declínio — como o império português e o império espanhol — e outros, pelo contrário, em plena expansão, como o império britânico. O facto saliente é a rivalidade que opõe a França e a Inglaterra, que disputam a supremacia colonial por toda a parte onde a colonização progride, nos lugares por onde passa a frente da expansão, seja na América do Norte, na embocadura do São Lourenço ou na Luisiana, seja nas ilhas dos trópicos ou na Índia. Em 1763 o fim da guerra dos Sete Anos consagra o malogro das pretensões francesas e coroa o esforço britânico; a França é expulsa do continente norte-americano e perde também o essencial das suas possessões na Índia. Dividida entre a sua vocação continental e a sua vocação marítima, a França, que não soube ou não pôde escolher, perdeu o ultramar. A Grã-Bretanha, pelo contrário, que não estava empenhada no continente ou que só o estava por procuração — pretende conseguir aliados, mas sem se preocupar em manter um esforço contínuo —, pode consagrar todos os seus esforços aos teatros de operações externos. É a chave do seu sucesso. Mas a rivalidade colonial entre os dois países não se fica por aqui e vê-la-emos reacender-se por ocasião da guerra da independência dos Estados Unidos (1776-1783), quando, para restabelecer o seu prestígio, a França presta auxílio aos insurrectos contra a Grã-Bretanha.

Esta rivalidade colonial é uma dimensão essencial da história das relações internacionais no século XVIII, sobrepondo-se a competição ultramarina à competição no interior do próprio continente europeu.

5.2. As relações entre os Estados europeus

As relações internacionais na Europa obedecem a princípios totalmente diferentes. De direito, os países são todos iguais, elementos activos nas relações internacionais e não há dependência. Desde há muito que certos princípios que os juristas elaboraram constituem um corpo de doutrina: um direito das gentes* que regulamenta as relações em tempo de paz e em tempo de guerra.

Aceites estas convenções gerais, a deferência que caracteriza as relações entre os soberanos não impede o surgimento de conflitos e no século XVIII sucedem-se e generalizam-se com breves intervalos longas guerras — a guerra da sucessão de Espanha dura uma dúzia de anos, até 1713; a guerra da Sucessão da Áustria oito anos (1740-1748) e a guerra dos Sete Anos (1756 a 1763) —, sem contar com alguns conflitos menores a propósito da Itália ou da sucessão da Polónia.

No século XVIII proliferam, assim, muitos conflitos, muito diferentes, porém, das guerras modernas, posteriores à revolução, pois ainda não existe então o que mais tarde se designará por Estados-nações. A maior parte dos Estados não coincidem geralmente com nações constituídas e, mesmo nesse caso, o sentimento nacional é ainda demasiado fraco para constituir um móbil determinante. O princípio dinástico é mais importante e mais decisivo, pois é ele que regula a maior parte das combinações diplomáticas e está na origem de numerosas alianças, como o chamado «pacto de família», por exemplo, entre os Bourbons de França, de Espanha, das Duas Sicílias ou de Parma. Mas é ele ainda que está na origem de numerosos conflitos e as denominações habituais da maioria das guerras mostram bem que elas se disputam por causa de sucessões: de Espanha, da Áustria ou da Polónia.

Um segundo elemento característico do sistema das relações internacionais é o cuidado geral na manutenção do equilíbrio. Os sistemas de alianças tradicionais têm como principal razão impedir a hegemonia de uma das grandes potências. É a preocupação constante do gabinete e também da maior parte dos príncipes; daí a convulsão provocada em 1756 pela inversão das alianças: todo o sistema fica bruscamente desregulado quando a França se aproxima da casa de Áustria, de que era adversária hereditária desde há mais de dois séculos.

Uma outra perturbação sobrevém um pouco mais tarde com o sistema de partilhas internacionais. Designa-se assim o acordo, a conivência de diversos Estados contra um vizinho comum, para partilharem entre si os despojos. É em detrimento da Polónia que este sistema é experimentado por iniciativa de Frederico II, que convence para esse fim a czarina e Maria Teresa de Áustria. O sistema de partilhas será praticado em três ocasiões, com as três partilhas da Polónia, de que resulta, em 1795, o desaparecimento desta república do mapa da Europa, cobrindo ela, antes de 1772, um território muito vasto, que ia do mar Báltico às proximidades da Ucrânia.

* No sentido de um direito público. *(N. do R.)*

A inversão das alianças e a adopção do sistema de partilhas provocam o desequilíbrio do sistema das relações internacionais. É este o contexto em que a Revolução Francesa se produz. Esta situação não deixará de ter consequências nas relações entre a França revolucionária e os tronos.

A isto vem juntar-se o declínio das potências cujo caso-limite é o da Polónia, que já tem capacidade para resistir à cobiça dos seus vizinhos. O Império Otomano é já «o homem doente» da Europa e suscita a cobiça da Rússia e da Áustria. A Suécia, desde o malogro do temerário empreendimento de Carlos XII, segue o mesmo caminho. Ora, a Suécia, a Polónia e a Turquia tinham o traço comum de constituírem para a diplomacia francesa as alianças de retaguarda que deviam permitir-lhe atacar pela retaguarda a casa de Áustria e esmagá-la entre dois fogos. A diplomacia francesa perde assim os aliados nos quais se apoiava desde os acordos de Francisco I com o Grão-Turco e a política de Richelieu com Gustavo Adolfo da Suécia. Somada à revolução, esta modificação do equilíbrio de forças dará (erradamente, como veremos) aos soberanos europeus — rei da Prússia, imperador e czarina — o sentimento de que a França deixara de ser um elemento importante do jogo diplomático.

Os conflitos são numerosos, mas sempre limitados, as guerras podem ser longas, mas não totais. Nada prenuncia o carácter totalitário dos conflitos do século xx, nem nos objectivos, nem nos meios postos em acção. Nenhum soberano se propõe, nem mesmo no íntimo da sua consciência, destruir o adversário; com excepção da Polónia, pretende-se alargar o território, conquistar uma província — a Silésia, por exemplo, tirada à Áustria por Frederico II. Quanto aos meios, são restritos, pois o estado precário das finanças dos príncipes não permite ter homens a soldo durante muito tempo nem prover de efectivos consideráveis os exércitos profissionais. Os Estados do antigo regime não possuem os meios materiais, financeiros ou militares para levarem a bom termo uma estratégia de grande envergadura e uma política de hegemonia continental.

A revolução vai mudar tudo isso. A adopção do recrutamento transformará a natureza dos exércitos e tornar-se-á então possível mobilizar massas que substituem os exércitos profissionais pela fórmula da nação armada. O sentimento nacional que a revolução desperta em França, e a breve trecho por ressonâncias nos outros países, torna-se um poderoso impulso no qual os governos se apoiam, mas que por vezes os ultrapassa e não lhes permite fazer concessões. A própria guerra vai tomar proporções novas com a introdução de uma dimensão ideológica. Tanto no plano das relações internacionais como no plano dos regimes políticos, a Revolução Francesa operará uma verdadeira mutação.

SEGUNDA PARTE

A REVOLUÇÃO (1789-1815)

Introdução

O período revolucionário é um dos capítulos mais bem conhecidos da história, pelo que, em vez de recordarmos os acontecimentos, vamos destacar-lhe os traços principais, as origens, a significação e alcance.

Poucos acontecimentos históricos merecem que lhes dediquemos a mesma atenção. Pela novidade, pela amplitude das suas consequências, pelas repercussões no espaço e no tempo, esta convulsão não tem precente na história dos homens. Os seus prolongamentos são de algum modo indefinidos e mesmo hoje não é certo que tenhamos acabado de vez com a história da revolução.

Subsequentemente, outros acontecimentos talvez a tenham eclipsado e relegado para segundo plano, como a revolução de 1917. Fazendo desde então parte da história, o que a muitos se afigurou ilícito foi legitimado pelo tempo. Todavia, em todos os países da Europa, algumas famílias de espíritos, de pequenos núcleos refractários à revolução, contestam-lhe o próprio princípio e aderem a escolas de pensamento contra-revolucionárias. Enfim, fora da Europa, alguns países situam-se aquém da revolução por não a terem conhecido.

A revolução é o grande abalo de que procede toda a história do século XIX. Mesmo que se considere que a revolução foi conjurada e que o parêntese foi fechado em 1815, a situação continua dominada por ela. Ao longo de todo o século, ela continua a determinar as clivagens.

Revolução francesa ou revolução atlântica?

Para que se tenha dela a medida exacta, a Revolução Francesa deve ser integrada numa perspectiva que ultrapasse o quadro da França. Não é um facto

puramente francês. Os acontecimentos de 1789 inscrevem-se num movimento mais vasto. É uma orientação da historiografia actual, tanto em França como nos Estados Unidos, insistir nas ligações entre esta revolução e outros movimentos. Na verdade, ao examinarmos a cronologia das agitações revolucionárias — e existem várias —, descobrimos que se desenham entre elas paralelismos e até sincronismos. A revolução é assim enquadrada por numerosos movimentos antes, durante e depois.

Entre 1776 e 1783, o movimento mais importante que precedeu a Revolução Francesa foi a revolução americana, que constitui um fenómeno complexo no seu duplo significado. É, com efeito, uma guerra de libertação exterior, mas também uma nova contestação dos fundamentos e das formas de governo, e é neste contexto, pelo seu conteúdo político, que este movimento nos interessa neste ponto do nosso estudo. O seu carácter revolucionário foi-se acentuando ano após ano no decurso da guerra, como acontece quase sempre ao longo de uma crise, em que os elementos extremos sobrelevam os moderados. O fenómeno há-de reproduzir-se com a Revolução Francesa, com a progressiva suplantação dos elementos mais conciliadores pelos mais avançados. Na América, onde os radicais (no sentido americano do termo) se apoderam a pouco e pouco do movimento, uma fracção da opinião pública americana — os lealistas — recusa romper com a coroa britânica e emigra. O movimento de emigração nos Estados Unidos foi muito superior à emigração francesa, pois esta é estimada em 5‰, enquanto a emigração dos lealistas, dos *tories* americanos, atingiu 24 a 25‰: os emigrados vêem os seus bens confiscados em proveito do novo regime.

Esta revolução exercerá uma influência considerável na Europa. Desperta simpatias na Grã-Bretanha mesmo durante a guerra e na Câmara dos Comuns elevam-se vozes a favor dos insurrectos, entre as quais a de grandes oradores, como Fox e mesmo Burke — o futuro teórico da contra-revolução. Em França oferecem-se voluntários e La Fayette, que desempenhará um papel de primeiro plano nos começos da Revolução Francesa, deve o seu prestígio ao facto de ter combatido ao lado dos Americanos pela liberdade. Assim, a revolução americana deu um exemplo, mas também podemos dizer que contribuiu, indirectamente, para a crise pré-revolucionária. Na verdade, a França recrutou tropas, travou combates terrestres e navais, forneceu subsídios, operações muito onerosas que tornaram necessário um empréstimo que comprometeu o equilíbrio do orçamento e obrigou o rei a convocar os estados gerais para financiar o défice. De tal forma que, de certo modo, é possível afirmar que a Revolução Francesa resultou da guerra de independência dos Estados Unidos.

Outros movimentos na Europa, mais perto da França, ocorrem nos anos que precedem 1789. A Grã-Bretanha é, nos anos de 1780, palco de uma agitação, ao mesmo tempo social e política — tumultos operários com a destruição de máquinas, revoltas dos camponeses e efervescência política, de inspiração radical —, que reclama o alargamento do corpo eleitoral e a redução da duração da

legislatura. Estas reivindicações prenunciam as reformas do século XIX. A Irlanda também se agita contra o domínio britânico. Nas Províncias Unidas, entre 1783 e 1787, graves e prolongadas agitações opõem o povo miúdo, fiel à dinastia de Orange e que deseja a instauração de uma monarquia autoritária, aos partidários do governo patrício. Esta agitação só é jugulada graças à intervenção externa da Prússia e serve, em certa medida, de ensaio geral para a intervenção da Prússia e da Áustria no Verão de 1792 contra a Revolução Francesa. Os Países Baixos (tomemos atenção às armadilhas do vocabulário político: este nome designa sob o antigo regime o que denominamos «Bélgica»; o que hoje chamamos «Países Baixos»* era então conhecido como «Províncias Unidas»), os Países Baixos, portanto, que relevam da coroa austríaca, sublevam-se contra José II. Genebra conhece também uma certa agitação.

Por serem testemunhas ou por terem lido testemunhos sobre os acontecimentos, os contemporâneos das agitações nas Províncias Unidas, nos Países Baixos, em Genebra, em Inglaterra, não deixam de inserir os acontecimentos de 1789 em França no seu contexto de agitação quase geral, pois, como acabámos de ver, o conjunto dos países que ela afecta preenchem o mapa da Europa ocidental.

Paralelamente à própria revolução, desenvolver-se-ão outros movimentos revolucionários por contágio ou sob a sua influência, ou ainda devido à sua intervenção armada. É a razão da vaga de revoluções nos territórios renanos, em Itália, e da multiplicação das repúblicas-irmãs. Fora dos territórios ocupados pelos exércitos revolucionários, por toda a Europa, estabelecem-se solidariedades, esboçam-se simpatias revolucionárias e encontram-se jacobinos em Inglaterra, na Hungria, na Áustria.

Finalmente, esta agitação prolonga-se após a revolução, fenómeno ao qual podemos ligar o movimento de independência das colónias espanholas e portuguesas da América entre 1807 e 1825, a vaga de conspirações militares que irrompe em 1820 e afecta a França, a Espanha, Nápoles, Turim**, a agitação estudantil e universitária na Alemanha. E até a longíqua e autocrática Rússia conhece um movimento deste tipo com o movimento dezembrista de 1825. Acrescentemos as revoluções de 1830, talvez mesmo as de 1848.

Assim, entre 1780 e os meados do século XIX, durante cerca de setenta anos, o mundo é abalado, em intervalos curtos, por vagas de revoluções que fazem um vasto cortejo à Revolução Francesa e permitem falar de uma era das revoluções. Numa época mais tardia, os movimentos deste género vão-se espaçando e tornam-se cada vez mais raros. A sua quantidade incita mesmo alguns historiadores a falarem hoje, já não de uma revolução francesa, mas de uma revolução ocidental ou de uma revolução atlântica, cujos acontecimentos em França mais não seriam do que um episódio, um aspecto local. De resto, os próprios contem-

* Em França, a designação oficial do país que é em Portugal conhecido por Holanda. *(N. do R.)*
** E também Portugal. *(N. do R.)*

porâneos tinham consciência desta solidariedade entre os episódios. Não se trata de uma mera visão retrospectiva de alguns historiadores. São numerosos os indícios desta convicção de que as revoluções eram solidárias entre si: daí o título dado por Camille Desmoulins ao primeiro jornal que dirige no tempo da revolução: *Les révolutions de France et de Brabant* (a aproximação entre a França e o Brabante é uma alusão directa aos acontecimentos de que os Países Baixos austríacos acabavam de ser palco); Barnave fala de uma revolução europeia encabeçada pela França. Tudo impõe a imagem de uma onda revolucionária que teria percorrido o mundo ocidental de oeste para leste, desde as costas ocidentais do Atlântico até ao centro da Europa.

Esta perspectiva chama a atenção para a universalidade do movimento e para o facto de o período entre 1780 e 1850 ser de uma excepcional agitação. Sublinha a inadaptação das estruturas, das instituições, a discordância entre o antigo regime e as novas aspirações. Sugere que todo o antigo regime estava em crise e que é necessário procurar as causas da revolução fora da França.

No entanto, reconhecendo sempre o contributo positivo desta interpretação, seria excessivo deduzir que a Revolução Francesa não tem nem importância própria nem originalidade específica, que não passa de um caso particular de um fenómeno mais geral no qual se diluía. Diversas observações obrigam a matizar a interpretação de uma revolução ocidental ou atlântica.

Da simultaneidade dos movimentos não podemos necessariamente concluir a sua afinidade e menos ainda a sua identidade. Era preciso assegurarmo-nos de que a inspiração é a mesma, de que as reivindicações são concordantes; ora, as coisas nem sempre se passam assim. Em segundo lugar, vários desses movimentos saíram da Revolução Francesa e dela são consequência: sem ela teriam chegado a produzir-se? Foi ela que os desencadeou numa reacção em cadeia que veremos reproduzir-se em 1830, em 1848 e, mais tarde, após a revolução bolchevique. E sobretudo, mesmo admitindo que se trata de um movimento geral, se a crise revolucionária alastra por toda a parte e afecta a maioria dos países, o seu centro situa-se em França. É aí que rebenta e é aí que se desenvolve. A maior parte dos outros movimentos abortam e, isoladamente, não teriam bastado para derrubar o antigo regime. Estes paralelos apenas servem para melhor fazer a originalidade e a importância histórica da revolução, cujo berço é a França de 1789. A revolução é claramente francesa, mesmo que se inscreva num quadro mais amplo e que os seus prolongamentos permitam falar de uma revolução atlântica, ocidental ou europeia.

Esta verificação suscita, por sua vez, uma interrogação. Se é assim, por que é em França que se produz a revolução quando a ordem social era a mesma em toda a Europa? A questão da localização no espaço desdobra-se numa outra questão, cronológica: por que acontece neste momento e não mais cedo ou mais tarde? É o imenso problema das causas da revolução que vamos examinar. De seguida, estudaremos por que processo a revolução, uma vez desencadeada, se desenvolveu, como e por que etapas foi muito além do seu projecto inicial. Faremos, por fim, o inventário da sua obra e o balanço das suas repercussões.

1
As origens da revolução

O problema das origens da revolução pode reduzir-se a um paradoxo: o das relações entre a revolução e o antigo regime, tema que foi objecto da reflexão de Tocqueville. A revolução rompe com o antigo regime, exprimindo a mais radical vontade de ruptura; no entanto, é dele que emana. Como é então possível romper com o antigo regime e simultaneamente dele proceder? É um problema fundamental, talvez o maior problema da reflexão histórica, o que se coloca sempre que irrompe a mudança, sob a forma de revoluções, como a de 1848 ou a de 1917, ou de guerras, sobretudo as duas guerras mundiais: como provém a guerra do anterior estado de coisas?

A Revolução Francesa é o acontecimento que põe esse problema com maior acuidade, na medida em que é o primeiro acontecimento desse tipo (todas as outras revoluções inspirar-se-ão no modelo de 1789) e na medida em que surge com uma instantaneidade ímpar e introduz uma mudança radical. Historiadores e filósofos políticos fizeram carreira à sua custa e o pensamento político do século XIX, inteiramente dominado pelo facto revolucionário, interroga-se sobre a sua legitimidade, a sua necessidade, as suas consequências, e não seria possível compreender o pensamento político do século XIX sem ter em conta todas essas interrogações.

Todavia, o leque das respostas é amplo e dispomos de tantos sistemas de explicação quantos os factos de natureza diferente.

Vezes de mais cada sistema de explicação privilegia de forma abstracta e académica um dado tipo de factos. Por isso, esforçar-nos-emos por evidenciar a interdependência destes factos e as suas articulações e por demonstrar como a revolução saiu da sua convergência.

1.1. Os princípios de explicação e as séries de causas

Desde há um século e meio que os historiadores se debruçam sobre o acontecimento revolucionário para perscrutarem as suas causas, e o campo de explicação não parou de se alargar. No início, o leque era reduzido, oscilando os historiadores entre uma explicação de tipo propriamente político (a crise das instituições) e a que põe em relevo o movimento das ideias, o despertar dos espíritos, o factor ideológico. Mais tarde, a observação histórica fez emergir pouco a pouco outros fenómenos e a atenção deslocou-se do institucional para as estruturas da sociedade e para o papel da economia. Gradualmente, as explicações multiplicaram-se. Mas a tentação de reduzir esta pluralidade de explicações a um princípio único continua tão viva como há um século. Para uns, esse princípio seria a luta de classes, para outros, o movimento dos preços, sendo

todos os outros factores reduzidos a causas secundárias, que se ligam, directa ou indirectamente, ao tipo de explicação privilegiado.

Contudo, esta tendência apresenta mais riscos do que vantagens e, se após um século e meio de historiografia revolucionária se impõe uma lição, é a da diversidade e da complexidade desta história, demasiado variada para se deixar reduzir a uma causa única, sejam as ambições de Philippe-Égalité, a cavalaria de São Jorge, a franco-maçonaria ou o movimento dos preços. Cada uma destas causas isolada é impotente para dar conta da totalidade do processo revolucionário.

Também me parece mais avisado tomar em consideração a pluralidade dos factores. A bem dizer, o problema não está completamente resolvido e falta estabelecer uma hierarquia entre os diferentes factores, pois não têm todos a mesma importância; é certo que a acção de Philippe-Égalité teve menos repercussões do que a crise das instituições ou o movimento dos preços. É, portanto, necessário conferir a cada um destes princípios explicativos a importância que lhe cabe. A tarefa do historiador consiste precisamente em apreciar o alcance relativo, a importância respectiva, de diferentes factos, em estabelecer uma escala, tendo em conta que as mesmas causas não tiveram verosimilmente em 1792 a mesma importância que em 1789, em recensear os principais tipos de explicações, caminhando do acidental para o essencial.

1.2. A revolução: simples acidente?

Um primeiro grupo de explicações, que só vê na Revolução Francesa um mero acidente, resolve o problema suprimindo os dados. Segundo esta versão, a revolução não era fatal e podia não ter acontecido. Não foi desejada pelo povo, quase não o foi pelos revolucionários, e só um concurso imprevisto de circunstâncias fortuitas teria provocado por uma cascata de acidentes o deflagrar da revolução. Neste caso, é inútil procurar razões profundas para acontecimentos que poderiam ter tomado uma direcção completamente diferente. Restará pôr em evidência o encadeamento das circunstâncias, e a explicação da revolução desagregar-se-á numa série de mal-entendidos ou de escândalos, como, por exemplo, o da gargantilha da rainha, o défice orçamental, as veleidades de Luís XVI e uma quantidade de pequenos factos que teriam sido em conjunto responsáveis pela revolução.

Que pensar deste tipo de desenvolvimento que encontramos ainda em certas histórias? Esta tese explica alguns aspectos da realidade. Sublinha o carácter imprevisto, imprevisível, da deflagração revolucionária, que não foi, sem dúvida, um produto da fatalidade. A partir de uma narração circunstancial de episódios fortuitos é possível encontrar o que houve efectivamente de contingente, de acidental, no desenrolar dos acontecimentos de que saiu a revolução. Esta tese põe também em evidência o papel das individualidades.

Mas não resulta daqui que o encadeamento dos factos não tenha obedecido a uma lógica. Fica por explicar como circunstâncias totalmente fortuitas puderam engendrar consequências de tal amplitude. Noutra situação, as mesmas ocasiões não teriam produzido os mesmos efeitos. Se quisermos ir mais além na compreensão do desenrolar e na apreciação do alcance do acontecimento, é indispensável descer um degrau na escala das explicações e fazer intervir outros factores.

1.3. A influência oculta das minorias

Este tipo de explicação, que encontra facilmente crédito junto de uma opinião que se satisfaz em pensar que a história se reduz, em última análise, à acção de cabalas, faz o êxito de colecções de obras ou de publicações. O esquema — um dos mais vulgarizados — não é válido apenas para a Revolução Francesa: na verdade, pode aplicar-se a todos os fenómenos históricos, por exemplo, aos conflitos sociais, que serão reduzidos à acção de alguns cabecilhas, depressa classificados de maus pastores, aos quais se opõe a inocência de um rebanho perdido. É, no século XIX, a tese de todos os governos conservadores, que inspira a política de Metternich, o qual pensa estar apenas perante reduzidas minorias de universitários ou de militares entre 1815 e 1840, na Alemanha, na Itália. É então inútil empreender reformas: a culpa é de um punhado de jacobinos que pervertem a opinião pública. Desde que os governos os reduzam ao silêncio e os tornem inócuos, deixará de haver agitação e problemas. Esta explicação é ainda invocada para os movimentos de tipo nacionalista na Europa no século XIX e no século XX fora da Europa: pensa-se sempre tratar-se de um punhado de indivíduos movidos pela ambição ou a soldo de uma potência estrangeira e que o resto da população deseja apenas viver em paz, feliz com o *status quo*.

Forjado a propósito da revolução, o princípio da influência oculta de pequenos grupos que conspiram contra a ordem estabelecida encontra a sua aplicação numa diversidade de casos, sejam eles as intrigas do duque de Orleães, o papel das sociedades secretas, da maçonaria, ou ainda o ouro que a diplomacia inglesa teria largamente despendido em França.

Esta explicação tem o mérito de realçar o papel das minorias. Os que crêem poderem tudo explicar pela sublevação espontânea das massas pecam por exagero, pois, de facto, quer se trate de movimentos sociais, nacionais, quer se trate de revoluções políticas, a experiência histórica revela a intervenção de pequenos grupos precursores que formam vanguardas. Mas a influência dessas minorias, a acção dessas vanguardas, seriam muito restritas se não encontrassem nas massas simpatias afirmadas ou implícitas. Sem querermos fazer uma análise pormenorizada, esta explicação revela-se insuficiente. Se, por exemplo, a acção das lojas maçónicas ou dos amigos do duque de Orleães se tivesse exercido contra a corrente do movimento geral, se o conjunto do país tivesse mantido uma indefectível adesão à monarquia e à sociedade de antigo regime, o governo não teria tido problemas em defrontar as suas intrigas. Foi por terem desfrutado do apoio da população que conseguiram triunfar. De resto, a contraprova é-nos fornecida no século XIX, quando não foi por falta de conspirações para o derrube

dos regimes fundados nos princípios de 1789 que os contra-revolucionários falharam, mas por estarem isolados, por não encontrarem na opinião pública as conivências de que os revolucionários haviam beneficiado em 1789.

A explicação pelas minorias deve ser retida pela sua contribuição positiva, mas com a condição de ser inserida numa perspectiva de conjunto que tenha as ligações entre as vanguardas e o resto da sociedade, uma vez que é esta reciprocidade de trocas, esta aliança das minorias e das massas, que está na origem de todos os grandes movimentos históricos.

Valorizem elas circunstâncias, acidentes ou minorias, estas teorias, que sublinham o carácter inevitável da Revolução Francesa, não bastam para explicar tudo; somos então forçados a recorrer a outras teorias: o elo de causalidade, de necessidade entre a situação anterior e a evolução dos acontecimentos, parece tão estrito e tão directo que somos por vezes levados a perguntar como não surgiu a revolução mais cedo. Como este elo de causalidade pode cobrir uma diversidade de causas de naturezas muito diferentes, é necessário decompor o seu feixe.

1.4. Os factores de ordem económica

Deve ter-se cuidado para não confundir económico — no sentido próprio do termo — com financeiro: podem interferir, mas permanecem distantes por natureza.

As causas financeiras da revolução têm a ver com o défice orçamental, que desempenhou seguramente um papel nos acontecimentos, pois está na origem da convocação dos estados gerais. O estudo das instituições do antigo regime deu-nos a conhecer a situação cronicamente deficitária das finanças devida à ausência de administração financeira, a que se juntava a impotência da monarquia para suprimir os privilégios.

A situação é agravada pela guerra de independência da América, que obriga a despesas consideráveis e implica o recurso ao empréstimo. Eis um tipo de causas semiestruturais e semiconjunturais, pois as consequências financeiras da guerra são indissociáveis da conjuntura e o estado crónico das finanças das estruturas.

Por outro lado, as causas económicas são mais importantes e mais duradouras e dizem respeito ao próprio regime da economia francesa, isto é, ao modo de organização da produção da riqueza e da distribuição dos bens.

Algumas dessas causas têm a ver com a conjuntura e este elemento não pode ser negligenciado. Em 1789, a economia francesa encontra-se numa situação difícil e atribui-se frequentemente a responsabilidade da crise que ela atravessa à aplicação do tratado de livre-câmbio assinado em 1786 entre a França e a Inglaterra. Nos anos de 1780, a Europa tenta uma espécie de liberalização das relações económicas, uma primeira experiência, ainda tímida, de livre-câmbio. Diversos tratados de comércio e de navegação são então assinados entre a França e os jovens Estados Unidos, a Inglaterra, a Suécia, vários países bálticos. Estes

tratados têm em comum o facto de alargarem as trocas e de reduzirem as barreiras alfandegárias, abrindo assim uma brecha no sistema mercantilista que regulava estritamente as relações entre as economias nacionais. Este tratado, denominado Eden, do nome do negociador britânico, tem um mau acolhimento na imprensa em França, onde os industriais e comerciantes lhe atribuem a responsabilidade do seu marasmo. É difícil actualmente, à distância, dizer até que ponto eram fundamentadas estas recriminações. De cada vez que se reduzem as barreiras alfandegárias, comerciantes e industriais insurgem-se: assim aconteceu após o tratado de livre-câmbio de 1860, que retirou ao II Império a simpatia dos produtores, e, mais tarde, após 1950, a propósito do Plano Schuman. Após a assinatura deste tratado, seria a situação económica tão desastrosa como o davam a entender os industriais? Se assim era, teria o tratado de algum modo a ver com isso? Retenhamos que o tratado e as consequências que se lhe atribuíam poderão ter contribuído para o nascimento de um estado de espírito revolucionário, já que o azedume dos produtores os afastava de um regime que tão mal defendia a sua existência.

Mais determinantes foram certamente os factos estruturais, os que dizem respeito à organização da economia francesa. Esta economia é caracterizada pelos entraves que pesam sobre ela, uns técnicos e os outros jurídicos. A ameaça crónica da penúria faz da fome o primeiro problema dos indivíduos e dos governos; a França vive na fobia da escassez, na recordação das fomes precedentes e na apreensão do seu possível retorno. Falou-se, nos finais do reinado de Luís XV, de um pacto de fome, pois a população imaginava que o governo se entendera com os açambarcadores para restringir a produção e provocar a subida dos preços. As penúrias alimentares são tanto mais de temer quanto mais a população cresce rapidamente, mais depressa do que a produção dos cereais. Entre 1715 e 1789 a população da França aumentou, aproximadamente, em metade, passando de 18 ou 19 milhões para 26 ou 27, sem que a agricultura francesa estivesse à altura para alimentar este excedente. A população conta com 8 ou 9 milhões de bocas suplementares e o desequilíbrio tende a acentuar-se.

Esta situação inscreve-se num movimento de longa duração. Na história económica fala-se das variações dos preços e dos movimentos de curto e de longo prazo. Aproximadamente desde o fim do reinado de Luís XIV, a tendência é ascendente e a economia da Europa conhece um movimento de subida lenta de preços que provoca uma série de consequências que actualmente conhecemos bem. A alta dos preços é no conjunto favorável à expansão da produção e o século XVIII é para alguns um século de prosperidade. Esta alta provoca o encarecimento dos bens alimentares; para quem se encontra na posição de consumidor — o operário assalariado, o artesão obrigado a comprar produtos alimentares —, isso significa um aumento das despesas e uma diminuição do poder de compra. A conjunção da penúria intermitente e do contínuo aumento dos preços explica o descontentamento e o nascimento de um espírito pré-revolucionário nessa porção da população das cidades que depende da produção agrícola para a sua subsistência. O mesmo fenómeno enriquece os outros grupos

que produzem e vendem. Apercebemo-nos através deste exemplo do carácter ambivalente da maior parte dos factos, nomeadamente económicos, que é uma das constantes da realidade social. Deste modo, o mesmo fenómeno faz pessoas felizes e infelizes, sendo impossível dizer se é em si mesmo benéfico ou nefasto, uma vez que o nosso juízo depende das consequências que escolhemos examinar e das categorias sociais consideradas.

É ainda necessário dizer algo sobre o sistema das corporações que participa na organização jurídica e institucional da sociedade e que acresce às suas limitações. Na verdade, em numerosos ramos de actividade, o trabalho não é livre, mas regulamentado, e só se pode exercê-lo na condição de se pertencer a uma corporação. Assim, as quantidades, as formas, as condições, da produção encontram-se fixadas e todas as infracções são sancionadas com uma multa, por vezes mesmo com a anulação da autorização de produzir ou de vender, sendo uma característica da corporação o facto de o poder público lhe delegar atribuições coercitivas. O conjunto dessas limitações, que dantes se justificava por necessidades sociais, políticas, frequentemente financeiras, perdeu nos finais do antigo regime a sua justificação. O progresso técnico, a multiplicação das invenções, a acumulação dos capitais, o nascimento de novas formas de indústria, a formação de uma classe de negociantes, concorrem para tornar caduca esta organização. É no plano da actividade económica que se verifica o mesmo contraste que, do ponto de vista da organização social, existe entre quadros seculares que parecem anacrónicos e forças novas que os tentam abolir. É indubitável que o desejo de inovação e a necessidade de iniciativa colocaram muitos produtos no campo das forças revolucionárias em 1789.

1.5. A organização social e a crise da sociedade

Encontrando-se a economia condicionada e regulamentada pelas estruturas jurídicas e pelas instituições, resta determinar as causas que procedem da própria organização da sociedade de antigo regime.

A crise desta sociedade é determinada pelo antagonismo que opõe uma organização tradicional (fundada na hierarquia, na desigualdade, na existência das ordens, na defesa dos privilégios) e as novas aspirações das classes em ascensão. De ano para ano, o desfasamento é acentuado pela deslocação da riqueza, que empobrece a nobreza e enriquece a burguesia, e pela evolução dos espíritos, a contestação dos fundamentos jurídicos e intelectuais da ordem tradicional. O endurecimento dos privilegiados, a firmeza com que defendem os seus lugares, contribuem para exacerbar os antagonismos, para transformar as tensões inerentes a qualquer sociedade em tensões propriamente revolucionárias, e tanto mais quanto mais o poder real, até então árbitro das competições de amor-próprio e das concorrências de interesses, já não está em posição de as dirimir.

A partir do momento em que a opinião pública começa a encarar outras possibilidades e a fazer um juízo crítico sobre o estado de coisas existente, a

situação já não é só objectivamente revolucionária, começa a sê-lo também politicamente.

1.6. As causas políticas

As causas políticas são talvez as mais determinantes de todas, pois a revolução vai atacar a própria forma do regime e a organização do poder.

Convém, no entanto, dissipar um equívoco. Há uma interpretação da Revolução Francesa — que ainda frequentemente inspira os manuais escolares — que apresenta a revolução de 1789 como uma reacção liberal contra uma monarquia cujo jugo se teria tornado demasiado pesado, contra a autoridade e o absolutismo. Tem muito disto, sem dúvida, e a tomada da Bastilha é o símbolo do derrube do despotismo por um povo que quebra as grilhetas. Contudo, observando mais de perto, para lá do simbolismo de acontecimentos espectaculares, acabamos por interrogar-nos se a monarquia não terá perecido mais por excesso de fraqueza do que de autoridade: por não ter conseguido impor aos privilegiados o respeito pelo interesse geral. Um poder mais forte, mais respeitado, teria talvez sabido prevenir uma crise revolucionária. Poder-se-ia dizer da monarquia francesa nos finais do antigo regime o que Bainville disse do Tratado de Versalhes: demasiado rigoroso para a debilidade da organização que instituía e demasiado brando para a severidade das cláusulas que impunha à Alemanha. O mesmo se passa com a monarquia que pretende ser absoluta, mas à qual faltam frequentemente os meios para atingir os seus objectivos. Mal apetrechada administrativamente, desprovida de finanças regulares, não está em condições de conter as pretensões dos privilegiados. Assim, sob o reinado de Luís XVI reacende-se a luta multissecular entre a coroa e os privilegiados, os corpos multiplicam as reivindicações, os oficiais do rei emancipam-se: é a revolta dos parlamentares, a má vontade da assembleia dos notáveis, a insubordinação a todos os níveis da pirâmide social.

A revolução começou por ser uma revolta dos privilegiados antes de ser a revolta do terceiro estado contra a sociedade privilegiada. Foram eles que deram o sinal da desobediência e abriram, à sua custa, a via para o processo revolucionário. Se a monarquia tivesse sido mais forte, se tivesse disposto de meios ao nível das suas ambições, teria mantido os privilegiados na ordem e conseguido impor as reformas que lhe eram ditadas por uma bem entendida preocupação com a razão de Estado. Não foi isso que se passou, e todas as tentativas de reforma, de Maupeou nos finais do reinado de Luís XV, de Turgot e de Necker, tropeçaram na resistência dos privilegiados. A inversão vai mesmo mais longe: não só a monarquia não pôde impor-se, como se deixou conquistar pelos privilegiados e perfilhou a sua causa. Ao fazê-lo, afastava-se da linha de conduta tradicional, da qual os soberanos haviam feito um princípio fundamental da sua política: a aliança com os elementos mais evoluídos do terceiro estado contra o feudalismo. O conluio que é patente nas vésperas da revolução entre o poder real e os privilegiados lançará a burguesia na oposição revolucionária. Assim se

explica o desvio de um movimento que, de antinobiliárquico, se tornará antimonárquico, já que englobará a institutição régia na animosidade que vota às ordens privilegiadas.

Nesta relação triangular entre a monarquia, os privilegiados e o terceiro estado, o processo vai provocar a extensão da revolução. Revolta dos privilegiados, revolução antinobiliárquica, revolução antimonárquica: são estes os três estádios sucessivos de um movimento que destruirá até às raízes a ordem política e social do antigo regime.

1.7. O movimento das ideias, a sua difusão na opinião pública

Os factores de ordem intelectual e ideológica, o movimento das ideias do século XVIII, contribuíram muito para a génese da revolução. Na verdade, as teorias políticas não são apenas concebidas no silêncio de gabinetes por pensadores isolados, mas alimentam também os movimentos de opinião. No entanto, entre o conteúdo original e a difusão, as teorias alteram-se. É assim que o que é retido dos escritos de Voltaire ou de Montesquieu está consideravelmente afastado do que estes escreveram ou pensaram. Contudo, este conteúdo desnaturado, se não é intelectualmente dos mais ricos, é, historicamente, o que há de mais importante, de mais decisivo, sob o ponto de vista da história em movimento. Constitui-se assim no final do antigo regime uma espécie de vulgata que recorre a todos os filósofos e que é difundida muito para além do círculo dos leitores. De facto, com os leitores de Montesquieu e Rousseau ou os assinantes da *Encyclopédie* não haveria com que fazer uma revolução: a *Encyclopédie* não teve mais de 4000 ou 5000 subscritores, menos do que as nossas revistas de interesse geral. Mas seria um grande erro reduzir o papel histórico da *Encyclopédie* e esse simples número, pois importa ter em conta a difusão subterrânea que veicula as ideias e as faz penetrar por osmose em camadas mais amplas.

Paralelamente aos escritos, existe também a virtude dos exemplos, o contributo dos precedentes e das experiências. O da revolução americana propõe uma solução alternativa a uma parte da opinião pública que deseja de forma confusa uma renovação profunda e para a qual as simples reformas já não se afiguram suficientes. Sonha com uma refundição que se operaria na ordem e na harmonia, com o assentimento e até a iniciativa do poder real. O espírito da revolução define-se por esta vontade de racionalismo, que tomaria a direcção oposta ao respeito da tradição próprio do antigo regime, e por este sonho de uma unificação, que faria tábua rasa da diversidade de instituições acumuladas durante séculos.

Eis os principais factores que convergem para determinar a revolução; é no seu concurso que reside a interpretação mais válida: a que alia a conjuntura e os factos estruturais, que associa o político ao social e que explica como, a partir de uma situação de crise, movimentos de ideias puderam desencadear um processo irreversível. É a conjunção de todas estas causas que origina o poder

explosivo da revolução e nos impede de a tomarmos por um simples acidente que sobreveio inopinadamente no devir de uma sociedade.

2
O processo revolucionário e os seus efeitos

Se as causas que passámos em revista são suficientes para explicar os princípios da revolução (convocação dos estados gerais, proclamação da Assembleia Constituinte), não bastam para explicar o curso posterior dos acontecimentos. Na verdade, o leque das causas deixa livre a escolha do processo de busca de um novo equilíbrio social, económico e político, não impõe nenhum método para essa refundição da sociedade, que é o próprio objectivo que a revolução se propôs.

2.1. Dois modos possíveis de evolução: mutação ou adaptação

Porquê a revolução?

A ruptura de um equilíbrio não fica necessariamente a dever-se a uma revolução. A experiência demonstra que as sociedades podem escolher entre dois modos de transformação, um por mutação brusca, o outro por adaptação gradual.

A mutação brusca provoca na continuidade da história uma súbita ruptura. É o caso da Revolução Francesa, que, tendo sido a primeira do género, criou um precedente, pesou na história e desde então designa toda e qualquer ruptura análoga. Se outros países seguiram o seu exemplo, foi tanto por contágio como pela força do hábito. Em França, a revolução surge no século XIX como a solução clássica, normal, poder-se-ia dizer, se os termos *revolução* e *normal* não chocassem. A revolução é o recurso que se impõe para derrubar um regime cuja legitimidade se contesta, tornando-se assim, após 1830, 1848, 1870, a fórmula banal do reajustamento, e daí a frequência das perturbações e a sucessão de experiências constitucionais. Como o exemplo francês faz escola, a Europa envereda pela mesma via e a revolução soviética de 1917 acabará por se tornar, por sua vez, um modelo de uma outra linhagem de revoluções.

A adaptação gradual, por reformas sucessivas, sem ruptura, é a fórmula que todos os reformistas preconizam, e a escolha entre reforma e revolução continua a dividir socialistas e democratas.

Os reformistas podem invocar como apoio o exemplo de diversos países, em primeiro lugar, da Grã-Bretanha, que, nos séculos XIX e XX, evitou as revoluções,

mas que nem por isso se transformou menos do que os países onde as revoluções se sucederam em cada geração. Em Inglaterra, a evolução é balizada por reformas legislativas — as reformas eleitorais, por exemplo, cuja cronologia assinala as etapas do desenvolvimento da democracia: 1832, 1867, 1884-1885 e 1918 — votadas por um parlamento saído de eleições regulares. Estas reformas eleitorais, é certo, só afectam um sector da vida política, mas o seu alcance é incalculável, pois são a alavanca que permite depois à opinião pública obter por via legal transformações de todas as naturezas. O exercício do direito de voto permite às forças de oposição, invertendo a maioria, chegar ao poder, modificando assim profundamente o estilo da vida política e o estado da sociedade, como aconteceu em 1945 com o sucesso dos trabalhistas. Se compararmos a situação actual da Grã-Bretanha com a existente nos princípios do século XIX e aproximarmos a sua evolução da curva descrita pela sociedade francesa, verificamos que a Grã-Bretanha está hoje em dia tão afastada da velha Inglaterra como a França da V República da França do antigo regime. Esta é, pois, a prova de que os países podem evoluir por adaptação sem recorrerem à revolução.

Os Estados Unidos propõem um outro exemplo deste modo de evolução, talvez o mais surpreendente de todos, visto que desde a guerra de independência não conheceram nenhuma revolução; o único acidente, de outra ordem, foi a guerra civil, que, no entanto, não modificou o regime nem provocou directamente transformações profundas. Todavia, desde a adopção da Constituição aos nossos dias, os Estados Unidos descreveram uma prodigiosa evolução, como nenhum outro país conheceu. A população passou de pouco mais de 3 milhões para mais de 200; de agrícola e comercial, este país transformou-se na primeira potência industrial do mundo, o seu território dilatou-se para as dimensões de um continente, criou um modo de vida, uma forma de sociedade inédita, e não obstante vive ainda sob o regime que escolheu em 1787. Completamente transformado, pôde no entanto conservar o seu quadro institucional, o que constitui claramente prova de que existem dois modos de evolução, com todo o género de casos intermediários, de variantes.

A França, como já vimos, empenhou-se, quase sem regresso, no modo revolucionário. Mas terá feito essa escolha deliberadamente? E, se assim foi, qual a razão? Na verdade, nada estava definido à partida, bem pelo contrário, e temos mesmo a impressão, no início de 1789, de que a França vai empreender transformações profundas, mas de forma amigável e no respeito da ordem.

Deste modo, é o rei quem toma a iniciativa de convocar os estados gerais, o que lhe valerá o reconhecimento popular — do qual não temos nenhuma razão para duvidar —, que se exprime nos *cahiers de doléances**. Ainda não existem republicanos, o lealismo à monarquia é poderoso e, quando se iniciam os estados gerais, todos ou quase todos esperam que um acordo entre o rei e a nação permita

* *Cahiers de doléances*, conjuntos das petições pelas quais as populações faziam chegar ao rei as suas reivindicações, sobre as quais os estados gerais deviam deliberar. *(N. do R.)*

operar as transformações que se impõem. Para explicar a brusca passagem da harmonia ao desacordo e ao conflito, o exame dos antecedentes não é suficiente; com efeito, se as causas mostram bem a necessidade de mudança, nem por isso postulam a queda da monarquia, e vemo-nos forçados a procurar outros elementos de explicação para o rumo tomado pelos acontecimentos.

Uma sucessão de revoluções em cadeia

A história revolucionária apresenta uma sequência de ressaltos inesperados. Poderíamos pensar que a França, ao escolher a via revolucionária, executa de uma só vez uma refundição total, atacando assim a ordem estabelecida. Foi, de resto, o que os contemporâneos julgaram, em 1789, e depois, em 1791, quando a Assembleia Constituinte se dissolveu depois de ter restituído ao rei os seus poderes: o rei vai à assembleia e presta juramento de fidelidade à Constituição, que é objecto de uma revisão que visa torná-la definitiva. É então praticamente generalizado o sentimento de que a era das revoluções está encerrada e se abre um longo período de estabilidade que permitirá à França desfrutar tranquilamente da renovação que acaba de realizar.

Nada disso acontece. O 10 de Outubro e a queda do trono, os dias seguintes ao 9 Termidor e outros acontecimentos desenganam, sucessivamente, essa expectativa.

Trata-se, pois, de uma sucessão de revoluções. A expressão que correntemente empregamos, *revolução,* no singular, é enganadora, pois, se exprime o que confere identidade ao período, dissimula essa sucessão de revoluções que se seguem umas às outras nos anos que vão desde a convocação dos estados gerais ao 18 Brumário (deixaremos de lado, de momento, a questão de saber se o período que o golpe de Estado de Brumário inaugura prolonga a revolução ou assinala irrevogavelmente o seu fim).

Distinguem-se várias fases, nitidamente individualizadas, que são como outras tantas revoluções, cada uma das quais tem o seu espírito, propõe o seu programa, fixa os seus objectivos. Cada revolução tem também os seus homens, apoia-se numa camada social de preferência às outras e deixa uma herança, instituições, procedimentos de governação, que concorrem para a diferenciar das outras fases.

1. Como fase preliminar, a crise pré-revolucionária opõe ao poder real a resistência dos privilegiados por intermédio da assembleia dos notáveis, dos estados provinciais, dos parlamentos. É caracterizada pela rebelião contra o absolutismo e os seus agentes locais, os intendentes.

2. Vem depois a revolução propriamente dita, quando os estados gerais decidem transformar-se em assembleia nacional, quando tomam a decisão de não se dissolverem antes de terem dado à França uma constituição, cuja elaboração iniciam. É o momento decisivo da revolução, aquele em que se opera a transferência da soberania, que deixa de ser identificada com a pessoa do rei e passa a partir daí para a representação da nação, pondo assim fim a séculos de monarquia. Esta revolução, muitas vezes apelidada de *revolução dos juristas,*

merece duplamente tal denominação, visto que, por um lado, é feita por homens de leis e, por outro, o próprio acto é de essência jurídica.

A Assembleia Constituinte começa a dar à França novas instituições; a reorganização não deixa nenhum sector à margem: deste modo, na noite de 4 de Agosto, ela própria ataca a ordem social com a votação de decretos que consumam a ruína do feudalismo.

Esta primeira revolução é mais antinobiliárquica do que antimonárquica, uma vez que, limitando embora os poderes do rei, não deixa de conservar no novo regime o princípio da monarquia e tenta conciliar deste modo a instituição régia herdada do passado com as aspirações da França moderna.

A sua inspiração é essencialmente individualista e liberal, sendo os dois termos quase sinónimos: toda a obra da Constituinte, administrativa, social, financeira, jurídica, revela esse cunho.

3. Esta primeira fase revolucionária não tarda a ser seguida de uma segunda, que as intenções e as disposições da primeira não faziam prever. Inicia-se com a jornada popular de 10 de Agosto de 1792, derruba a monarquia, executa o monarca e proclama a república.

Mais radical, vai muito mais longe do que a precedente em todos os domínios, sejam eles políticos, sociais, religiosos ou económicos, e caracteriza-se por um impulso democrático. É a ocasião para recordar a distinção capital entre liberalismo e democracia, que, tendo elementos comuns, nem por isso são menos profundamente diferentes. A primeira revolução, a da Constituinte, era liberal. A segunda ultrapassa o liberalismo: tende a apagar as diferenças sociais, suprime a distinção censitária, na qual assentava, sob o regime da Constituição de 1791, o exercício dos direitos políticos.

Popular também o é pelos seus actores. Enquanto a primeira é feita por uma burguesia desafogada de togados, que em seguida ocupa as administrações departamentais e municipais, a segunda é obra da arraia-miúda de Paris, das secções, dos *sans-culottes*.

A primeira emprega processos moderados, ao passo que à segunda não repugna recorrer a soluções extremas se as circunstâncias, tanto internas como externas, parecerem exigi-lo; o terror é um aspecto desta revolução.

Diferença também no plano das instituições políticas e administrativas: a primeira revolução liberal suprime todos os agentes do poder central, enquanto a segunda, em parte porque as circunstâncias a isso a obrigam, se empenha numa direcção completamente diferente, abandonando as iniciativas descentralizadoras de 1789-1791 e estabelecendo um governo concentrado, autoritário, que em nada fica atrás do absolutismo da monarquia. O governo revolucionário alia assim uma política de inspiração democrática a um poder forte, liberto de todos os entraves que a monarquia não conseguira extirpar, completamente subordinado à noção da salvação pública, que é a forma moderna da razão de Estado. É esta a situação que se vive até ao 9 Termidor.

4. À margem da história clássica, escrita em função dos debates das assembleias ou da agitação parisiense, desenvolve-se uma revolução provincial. Fazendo-se eco, no Verão de 1789, dos acontecimentos de 14 de Julho, uma revolução municipal substitui nas cidades os municípios tradicionais pelos novos poderes. Nos campos, uma revolução camponesa, cujos objectivos são especificamente agrários, prossegue o seu curso pela emancipação completa da terra e a libertação do indivíduo através da supressão das reminiscências do feudalismo, nomeadamente dos direitos feudais que a reacção nobiliárquica mais fazia odiar. É um movimento autónomo que tem o seu programa, os seus actores, e cujo ritmo não coincide com o da revolução parisiense. A revolução agrária opera-se por vagas sucessivas, irregulares, a primeira das quais é o «grande medo», uma espécie de *jacquerie* que triunfa pelo medo que inspira aos senhores e à assembleia, que alija as suas responsabilidades, prometendo a abolição a prazo dos direitos senhoriais. Outras vagas espasmódicas conduzirão, em 1793, à supressão, com efeito imediato, daqueles direitos, cuja extinção gradual por remissão fora prevista pela Constituinte.

Alguns historiadores chamaram recentemente a atenção para uma revolução mais avançada e mais radical, conduzida pelos *enragés*, facção extremista mais à esquerda do que os *sans-culottes* e os jacobinos, que sonha com uma refundição total da ordem social e com a supressão de todas as desigualdades. Por fim, o movimento de Babeuf, embora distinto, situa-se no seu prolongamento.

Depois do 9 Termidor, a história da revolução perde esta bela simplicidade que lhe era conferida pela dramatização da luta entre as facções. A linha geral altera-se e complica-se, como se a revolução hesitasse. Ela detém-se, volta atrás, tacteia, vítima de solicitações contraditórias. A Convenção do Termidor e, mais tarde, o directório oscilam entre a restauração do passado e o aprofundamento da revolução. Os dois regimes têm mais afinidades com a primeira fase — a da Constituinte — do que com a fase posterior de 10 de Agosto de 1792; o paralelo é clássico entre as duas constituições, de 1795 ou do ano III e de 1791, como entre as duas políticas económicas e sociais. Os homens do Termidor regressam ao liberalismo em que se inspiravam os constituintes e abandonam sem pesar a política democrática avançada, praticada pelos montanheses. Se formularmos esta observação em termos de forças sociais, diremos, mas com grandes precauções, que a revolução, depois do Termidor, volta a tornar-se burguesa, por oposição à revolução popular entre 1792 e 1794.

O regime oscila entre dois perigos, o da contra-revolução monárquica e o do jacobinismo, ou, como se diz na época, o «cajado de Robespierre». Bonaparte põe cobro a esta indecisão, e o 18 Brumário assinala o fim de dez anos de sucessivos ressaltos.

Assim, a França entra, em 1789, numa mudança radical e a revolução realiza-se por sucessivos saltos, revolução com repetições, poder-se-ia dizer, cujas diferentes fases são separadas umas das outras por outras tantas rupturas da legalidade: 10 de Agosto de 1792, Termidor, jornadas do directório. Estas rupturas resumem-se a dois tipos nitidamente diferenciados: jornadas populares e golpes de Estado.

2.2. Os factores do processo revolucionário

Podem distinguir-se duas ordens: por um lado, uma série de factores largamente independentes da vontade dos homens, que pesam sobre eles muito mais do que eles os controlam e que estão do lado dos constrangimentos, daquilo a que Saint-Just chama «a força das coisas»; por outro lado, factores mais pessoais, que têm mais a ver com o carácter dos actores, as suas ambições, as suas convicções. Em suma, podem distinguir-se os factores objectivos e os factores psicológicos.

«A força das coisas»

O problema das subsistências

Já vimos o condicionamento que o volume dos recursos alimentares exerce sobre as possibilidades demográficas; analisaremos agora as suas consequências políticas. A revolução não escapa de modo algum à penúria e por várias vezes as massas sofrem fome, pois os géneros alimentícios são raros e os preços proibitivos. A incerteza do abastecimento, aliada à psicologia das multidões revolucionárias, suscita nervosismo, irritação, e conduz ao sentimento de insegurança. Reencontramos esta situação noutras circunstâncias análogas na revolução soviética, entre 1917 e 1922, por exemplo, que também sofreu as repercussões da fome.

Várias espécies de índices revelam a ligação entre a questão das subsistências e os acontecimentos políticos. É, por exemplo, o lugar atribuído às reivindicações relativas ao abastecimento entre as palavras de ordem. Nas jornadas de Outubro de 1789, uma multidão põe-se a caminho de Versalhes porque o abastecimento não chega. Trazendo o rei a Paris e subtraindo-o a um círculo que se presume ser hostil, a multidão espera assegurar o sucesso da revolução e garantir a chegada regular dos carregamentos de farinha. Lembramo-nos das alcunhas atrevidas com que se troça da família real: o padeiro, a padeira e o moço de padeiro. Na época da Convenção do Termidor (1795), nas jornadas da miséria, é com o grito de «pão e a Constituição do ano I» que a multidão invade a sala das sessões, associando uma reivindicação política a uma palavra de ordem respeitante ao abastecimento.

Encontra-se um outro índice no sincronismo dos calendários. Na sua maior parte, os movimentos populares produzem-se em momentos em que não se fez a junção entre os *stocks* da colheita precedente, já esgotados, e a nova colheita. É no decurso do Verão, quando os moageiros já não têm farinha, quando os padeiros estão desprovidos, que rebentam os movimentos a favor do terror, de que se espera uma solução satisfatória para o problema das subsistências (Setembro de 1792, Setembro de 1793).

A revolução é assim feita de ressaltos, que não são geralmente previstos nem desejados. A febre, o nervosismo da população parisiense, desempenham um

papel de acelerador; empurram para primeiro plano a facção disposta a adoptar medidas extremas e, se os montanheses levam vantagem sobre os girondinos, é porque o povo confia neles para assegurar o abastecimento.

O medo

O medo, sob todas as suas formas, afecta sucessivamente todas as categorias e todos os partidos políticos; é um medo umas vezes espontâneo, impulsivo, irracional («grande medo»), outras vezes utilizado, suscitado por facções, explorado, como um poderoso recurso político. Os dois partidos, contra-revolucionário e revolucionário, usaram-no. Os emigrados experimentam a intimidação — é assim que o manifesto de Brunswick ameaça com uma subversão total a cidade de Paris — e contam com o medo para desencorajarem ou para isolarem os revolucionários. Em sentido inverso, os revolucionários empregam o terror contra os seus adversários. Esta dialéctica dos medos simétricos e antagónicos, do terror e do contraterror, ocupa um lugar muito importante no desenrolar da revolução.

A guerra

De todos os factores a guerra é talvez o mais determinante, apesar de não ter desempenhado qualquer papel a princípio, pois até 1792 a França vive em paz. Em 1790 a Constituição declara solenemente a paz no mundo e não se imagina que essa situação se altere. Porém, em 20 de Abril de 1792 a assembleia legislativa declara guerra ao rei da Boémia e da Hungria e, a partir desse momento, é introduzido um dado novo que vai modificar o sistema das relações e desencadear consequências incalculáveis.

A iniciativa de fazer a guerra a certos soberanos tem como primeira consequência que, desde então, o destino da revolução já não depende apenas da decisão das assembleias, mas também da condução da guerra e do acaso dos combates. Estabelece-se um elo, uma solidariedade de interesses, entre o curso da revolução no interior do território e as vicissitudes da guerra nas fronteiras.

O desenvolvimento natural da revolução altera-se em função dessa realidade e o governo revolucionário é disso consequência directa. Se a revolução, a partir de 1792-1793, tem de reconstituir um poder central autoritário, contrário às esperanças de 1790, é a guerra que a obriga. As condições de exercício do poder são profundamente modificadas, as garantias suspensas, as liberdades individuais postas entre parênteses. A guerra engendra o terror.

Retomando toda a história das instituições e da administração, verifica-se que não existem decisões ou acontecimentos que não sejam incidências da guerra, até o próprio 18 Brumário. Robespierre apercebe-se bem disso e no debate de que sai a declaração de guerra, em Abril de 1792, ele é um dos poucos a opor-se-lhe: da guerra sairá a ditadura.

A questão religiosa

Existem duas teses opostas sobre as conexões entre a questão religiosa e a revolução. Segundo a primeira, sendo a revolução profundamente anti-religiosa e de inspiração intrinsecamente anticristã, tinha de fazer guerra à Igreja e, quando a perseguia e lançava padres na prisão ou os massacrava, apenas retirava as ilações desses princípios; a outra interpretação reduz as dimensões do conflito entre a revolução e a Igreja a um acidente. Inicialmente, os revolucionários não se propunham descristianizar a França, mas, pelo contrário, reconstruir a nova França à volta do cristianismo. Uma sucessão de mal-entendidos conduziu ao cisma.

A verdade situa-se entre estas duas teses extremas. É certo que a revolução, a princípio, não era anti-religiosa, mesmo que fosse anticlerical. Contudo, concluir que se tratou de um simples acidente é minimizar o alcance dos primeiros acontecimentos. Se os revolucionários quiseram regenerar a Igreja, foi porque desconheciam a verdadeira constituição da sociedade religiosa e a sua iniciativa apenas podia conduzir a uma ruptura. A constituição civil do clero comportava disposições inaceitáveis, porque atingiam a estrutura hierárquica da Igreja e os vínculos entre a igreja galicana e Roma. Em seguida, um encadeamento aparentemente inelutável de causas e efeitos levou à condenação da constituição civil do clero pelo papa, ao cisma e à perseguição. De qualquer modo, a ruptura teve consequências incalculáveis sobre a própria revolução, pois os católicos foram lançados em bloco para o campo da contra-revolução, quando o baixo clero tinha prestado ao terceiro estado um auxílio muito precioso e a aliança do terceiro estado e do clero tinha permitido a revolução.

As consequências a longo prazo ultrapassarão o período revolucionário, já que o conflito entre a revolução e a igreja católica pesará durante um século e meio sobre toda a Europa: é o divórcio entre a França cristã do passado e a nova França. Da restauração à III República, as duas Franças combater-se-ão, dividindo profundamente a sociedade francesa. No conflito que no século XIX opõe os católicos aos democratas existe a clássica competição pelo poder (como a que opunha Luís XIV a Roma), mas também uma prova de força entre duas concepções, o confronto de duas filosofias políticas, de duas sociedades.

O conjunto destes factores explica a maioria dos sobressaltos e das surpresas que o desenrolar da revolução ofereceu aos contemporâneos.

As vontades e as paixões

A estes factores objectivos juntam-se outros mais subjectivos, verdadeiramente humanos, psicológicos ou políticos.

Com efeito, do lado dos detentores do poder, é preciso contar com a má vontade e as reticências do soberano, com as intrigas da corte, com a conspiração aristocrática (como se diz em 1789), com o mal que os emigrados fizeram à coroa, com o jogo duplo do rei e com a política do «quanto pior melhor» praticada pelos contra-revolucionários. Estas intrigas, farejadas ou adivinhadas,

lançaram a suspeição e muito fizeram para erradicar da opinião pública o lealismo monárquico. No campo oposto funcionaram as segundas intenções de revolucionários desejosos de irem mais longe, as divergências, as rivalidades de pessoas e de grupos, as lutas de facções, que o curso dos acontecimentos e os problemas nascidos da guerra revelaram e ao mesmo tempo acentuaram por uma interacção permanente entre os problemas objectivos colocados aos responsáveis e os sentimentos dos homens.

Esta interacção explica estes dez anos de sobressaltos. Foi a convergência de todos estes factores que imprimiu à história da revolução o seu andamento irregular, que fez dela um período intensamente dramático e que gerou o sentimento de que uma misteriosa fatalidade estava em marcha.

Tais são — na medida em que é possível reduzir uma história tão complexa e movimentada a um pequeno número de factores — as principais chaves do desenvolvimento da revolução.

2.3. A revolução e a Europa

Os acontecimentos de que a França foi palco afectaram a Europa e mesmo uma parte do mundo. Como se estendeu então a influência da revolução a outras paragens? É o que é preciso examinar para captarmos a dimensão do acontecimento. A resposta está ligada ao estudo das relações circunstanciais, diplomáticas ou militares, entre a França da revolução e a Europa, que passaram por várias fases, cada uma das quais constitui uma etapa na difusão das ideias revolucionárias.

A primeira etapa

A primeira etapa vai de 1789 até à declaração de guerra (20 de Abril de 1792). Num primeiro tempo, os acontecimentos em França suscitam fora das suas fronteiras a comiseração dos soberanos, a curiosidade e a simpatia de uma parte da opinião pública. Quase todos os grandes espíritos da Europa compreendem, de imediato, a importância e a novidade do acontecimento, como o testemunham os juízos conhecidos de Kant, de Goethe e de outros ainda. A opinião esclarecida sente imediatamente que se abre uma nova era da história europeia. Este entendimento é facilitado pelo cosmopolitismo europeu, já que a circulação das ideias faz da Europa uma espécie de pátria comum, no interior da qual as experiências, os escritos, as ideias dos filósofos, encontram uma ressonância universal. Ora, este cosmopolitismo é dominado pela influência da França e, como a língua francesa é no século XVIII o veículo das ideias e dos escritos, a Europa culta fala e pensa em francês. Por conseguinte, está preparada para prestar atenção aos acontecimentos ocorridos em França.

A Revolução Francesa, por seu lado, não está fechada sobre si própria; desde logo, pretende, espera, agir para o mundo e, em consequência, dirige-se-lhe. De

facto, os acontecimentos em França depressa exercem nos vizinhos um certo contágio, geram reacções em cadeia; os povos agitam-se e alguns não esperam por 1789. Assim, os vassalos do papa em Avignon e no condado de Venaissin pedem a sua integração na França e os súbditos do rei da Sardenha na Sabóia fazem o mesmo. Noutros lugares, mesmo em países que não têm fronteiras comuns com a França, surgem movimentos renovadores: a Polónia, estimulada pelo exemplo francês, abole o *liberum veto*, que paralisava o poder e colocava a independência do país à mercê dos vizinhos, e elabora uma constituição (3 de Maio de 1791). Um pouco por toda a parte desenham-se movimentos contra os príncipes, os senhores e os bispos, contra os privilégios. A revolução depressa deixa de ser exclusivamente francesa. Pode já falar-se de uma revolução da Europa ocidental.

A segunda etapa

A segunda etapa, consequência da primeira, é a ruptura entre a França e os soberanos, contida em embrião no contágio exercido pelo modelo revolucionário. Este segundo período (1792-1799) caracteriza-se pela guerra. Os soberanos, temendo pela sua autoridade, pressentem a gravidade do perigo, apercebem-se da necessidade de asfixiarem a revolução à nascença, uma vez que a salvação da ordem estabelecida exige que a revolução seja esmagada na própria França, enquanto a revolução, por seu lado, é levada a fazer a guerra aos «déspotas».

A guerra é de um género relativamente novo. Outrora, como as relações internacionais do antigo regime se caracterizavam pelo princípio dinástico, os países guerreavam-se por aquisições territoriais limitadas; com a guerra entre a revolução e a Europa aparece uma guerra de tipo ideológico. É uma cruzada contra o antigo regime que a revolução inicia; não se limita a repelir o invasor, passa à ofensiva e empreende uma guerra de libertação. A França dos girondinos anuncia que prestará assistência a todos os povos que queiram libertar-se da tirania.

A natureza desta guerra implica uma dissociação das comunidades políticas. A linha divisória entre revolucionários e contra-revolucionários passa daí em diante pelo interior de cada povo. Na própria França, franceses que combatem a revolução integram as fileiras dos adversários desta, enquanto os soberanos vêem virar-se contra si uma parte dos seus súbditos revoltados que abraçam a causa dos exércitos revolucionários. Quando os exércitos franceses entram no vale do Reno ou na Itália do Norte, são acolhidos com simpatia e até entusiasmo por uma parte da população. Encontram-se jacobinos mesmo em países onde os Franceses nunca penetraram, como em Inglaterra ou na Hungria. A opinião pública reorganiza-se em função de preferências ideológicas, que ganham importância em relação ao apego à terra e à fidelidade dinástica.

Entre os soberanos e a revolução, a luta é desigual. A Europa coligada, reagrupando vários Estados, mais povoada, deveria normalmente vencer; no entanto, a verdadeira relação de forças é vantajosa para a revolução, que se

mostra mais apta a conduzir à vitória esta guerra de um novo tipo. O antigo regime é incapaz de adoptar e mesmo conceber a mesma estratégia que a revolução. Os soberanos mantêm os antigos métodos diplomáticos e militares, enquanto a revolução inova, recorrendo a meios inéditos, mais eficazes. Mobiliza a nação e restabelece assim o equilíbrio, lançando contra exércitos de profissionais pouco numerosos as massas mobilizadas e sobretudo motivadas.

A revolução inverte a situação, reconduz os invasores às fronteiras, penetra, por sua vez, em território estrangeiro, anexa, ocupa, transforma política e socialmente. Ei-la conquistadora. A invasão, a guerra, a ocupação, conduzem à abolição do antigo regime. Por outro lado, as ordens são suprimidas, o feudalismo abolido, as corporações dissolvidas, as congregações dispersas, o Estado secularizado, a igualdade civil proclamada e as instituições da França revolucionária introduzidas.

O directório provoca a formação de repúblicas irmãs, criação que responde a duas preocupações: uma, puramente militar, tende a dispor à volta da França um escudo protector; a outra, cujo alcance é maior, visa preparar a transformação da Europa. A primeira destas repúblicas irmãs é a República Batava, que sucede às Províncias Unidas; o seu nascimento dá satisfação às aspirações unitárias e populares desde há muito aplacadas pela burguesia patrícia. Mas a Itália é o lugar privilegiado para o florescimento destas repúblicas: Cisalpina, Lígure — a antiga república de Génova —, Romana, herdeira dos estados da Igreja, Partenopeia, que sucede ao reino de Nápoles. Seguir-se-á a República Helvética.

A revolução, por uma espécie de lógica inexorável, depois de ter declarado a paz ao mundo, é levada a fazer a guerra à Europa: lutando pela sua segurança, passa à ofensiva e revoluciona metade do continente.

A terceira etapa

A terceira etapa é dominada pela personalidade de Napoleão, cuja acção, neste plano, não constitui ruptura com a revolução, mas a extensão da obra empreendida pelas assembleias e pelos directores. Napoleão conjuga a guerra e a administração, a acção dos prefeitos e a presença das tropas.

A revolução não tivera tempo de crescer para além da margem esquerda do Reno e da Itália. Napoleão estende o seu domínio às extremidades da Europa, da Península Ibérica à Polónia e das províncias da Ilíria à Dinamarca. Numerosos Estados são anexados à França ou colocados sob tutela. O grande Império, no seu apogeu, em 1810-1811, cobre metade da Europa e a França conta com 130 departamentos. A Europa está então profundamente remodelada, as suas fronteiras alteradas e os Estados reagrupados em novos conjuntos.

Napoleão introduz em toda a parte os princípios e as instituições revolucionários, a velha sociedade tradicional das ordens desaparece, o clero e a aristocracia perdem os seus privilégios, as suas formas de representação e os seus bens, a servidão é abolida, o homem e a terra libertados. A burguesia e as classes

médias vêem abrir-se-lhes campos novos de actividade e de iniciativa. Uma sociedade nova nasce em todos os países ocupados e administrados pela França.

Paralelamente, Napoleão introduz os métodos da administração moderna. A divisão territorial adoptada para a França em 1800 é aplicada à Alemanha e à Itália, com os departamentos dirigidos pelos prefeitos, os corpos técnicos, a administração financeira, a magistratura, as obras públicas. Uma larga faixa da Europa, submetida à hegemonia francesa, encontra-se deste modo política, social e administrativamente unificada e o bloqueio continental reforça ainda a homogeneidade desse todo. A experiência é, sem dúvida, demasiado breve para que esta unificação seja duradoura, mas basta para tornar irreversíveis várias mudanças.

Esta unificação acentua ainda a diferença entre duas Europas. Com algumas excepções, a linha divisória entre a Europa napoleónica e a outra coincide com a velha linha de demarcação já por várias vezes delineada entre a Europa voltada para o exterior e a Europa fechada sobre si própria, a Europa das sociedades marítimas e a Europa das sociedades agrárias, a Europa da monarquia absoluta e da burguesia e a Europa do despotismo esclarecido. A linha de demarcação entre os territórios ocupados e transformados pela França e os outros agrava o desfasamento cronológico e acentua a disparidade das evoluções.

3

A obra da revolução

Qual é o balanço da revolução, em que mudou ela a ordem das coisas? Duas reflexões preliminares se impõem.

1. Em primeiro lugar, daquilo que a revolução empreendeu nem tudo perdurou; do que esboçou muito desapareceu no naufrágio de 1814. Esta desigualdade no êxito e na duração explica-se por diversas razões. A revolução nem sempre foi auspiciosamente inspirada; os seus projectos eram utópicos, por vezes verdadeiramente retrógrados. De facto, a revolução não está integralmente voltada para o futuro; alimenta também um sonho nostálgico da idade de ouro e das repúblicas de outrora. Esta parte de quimera não podia sobreviver à revolução. Ao invés, certas ideias, certas experiências, sofreram por estarem avançadas para o seu tempo; certos aspectos da política económica, por exemplo, eram prematuros. Entre as inovações da revolução, muitas desaparecerão com a restauração, mas não para sempre, e poder-se-ia descrever quase toda a história do século XIX como a redescoberta progressiva das antecipações da revolução ou escrever a história da revolução como a de uma série de instituições proféticas e de prenúncios que apenas se realizarão meio século ou uma centúria mais tarde.

De momento interessa-nos o balanço positivo do que subsiste depois da tormenta revolucionária, o inventário objectivo do que resistiu à prova dos factos e ao contragolpe da restauração, que se seguiu à revolução.

2. A própria expressão obriga a uma segunda observação: que quer dizer «que se seguiu à revolução»? Quando acaba a revolução? Onde começa o período seguinte? No 18 Brumário? Em 1814, em 1815, na primeira ou na segunda abdicação do imperador? Qual é o lugar de Napoleão relativamente à história da revolução? Por outras palavras, Bonaparte prolonga a revolução ou tê-la-á destruído? É o seu herdeiro ou o seu coveiro? A resposta é tão pouco evidente que, desde então, duas interpretações contraditórias se opõem.

A primeira sublinha a ruptura e postula que Napoleão assassinou a revolução. O 18 Brumário é um golpe de força dirigido contra a legalidade. Napoleão é um tirano que violou a Constituição, dissolveu as assembleias, confiscou a liberdade. É assim que ele é visto pelos membros dos conselhos e é assim que o vêem os jacobinos, que conspiram entre 1800 e 1804 contra o seu poder. O II Império e as circunstâncias do seu estabelecimento, o golpe de Estado de 2 de Dezembro, a perseguição dos republicanos, corroboraram retrospectivamente esta versão e reforçaram a correlação entre Napoleão e a tirania.

É inegável que Napoleão subverteu o regime legal e confiscou a liberdade. Se a revolução se identifica com a liberdade do indivíduo, a conclusão não é duvidosa: Napoleão é o inimigo da revolução. Mas a diversidade dos movimentos revolucionários sugere que a revolução não se reduz ao respeito pela liberdade individual, de tal modo que todo um capítulo da história propriamente revolucionária, aquele que se inicia na noite de 10 de Agosto de 1792 e é caracterizado pelo terror e pelo governo revolucionário, faz pouco caso das liberdades.

Compreende-se então que uma segunda versão apresente uma interpretação totalmente diferente da pessoa de Napoleão, das suas ideias e do seu papel histórico, acentue a continuidade, faça de Napoleão o herdeiro, o soldado, o defensor, mesmo o mártir da revolução. Os soberanos abominam nele o homem que consolidou a obra da revolução, e ele próprio, mais do que ninguém, contribuiu para a consolidação desta versão com o *Mémorial*. Se considerarmos menos o homem do que a obra, a segunda versão tem mais força do que a primeira: Napoleão consolidou a obra da revolução, pois, ao eliminar o que ela tinha de excessivo ou contestável, assegurou-lhe a possibilidade de durar.

Assim, para fazer o balanço das transformações e descrever a obra da revolução, não é em 1799 que devemos colocar-nos, pois a obra da revolução está em suspenso e o seu futuro depende da refundição consular. Sem que seja necessário descer até 1814, importa, no entanto, incluir o período consular, pois são as grandes leis de 1800-1802 que acabam de estabilizar a herança da revolução e conferem à nova França a sua fisionomia definitiva.

Tendo a revolução tocado em todos os aspectos, passaremos em revista os principais sectores da vida colectiva, que serão repartidos em cinco capítulos.

No primeiro, que respeita à organização do poder e ao Estado, estudaremos as formas políticas do antigo regime, o que dele subsiste e o que desapareceu; em segundo lugar, a um nível inferior, analisaremos a administração, os meios de acção do poder, tendo estes dois primeiros capítulos em comum o facto de

ambos tratarem do governo dos homens; a terceira parte tratará das relações entre religião e sociedade, Igreja e Estado; o quarto capítulo, sem dúvida o mais importante, respeita à ordem social proveniente da revolução; em último lugar, veremos o que a revolução trouxe à ideia nacional, ao sentimento patriótico, às relações internacionais, à diplomacia e à guerra.

3.1. O Estado

A revolução afecta tanto os princípios da organização política como as práticas da vida política.

Evolução da noção de política

Com a revolução, a própria noção de política transforma-se e a noção moderna que dela temos, posto que tenha passado desde então por um certo número de metamorfoses, provém dela em linha recta. A comparação com o que era a política antes da revolução realçará melhor esta novidade.

Comparação com o antigo regime

No antigo regime, a política é um domínio reservado a um reduzido número de pessoas: só alguns indivíduos a conhecem e dela decidem, em razão do seu nascimento, nos regimes oligárquicos, ou porque gozam da confiança do príncipe, nos regimes monárquicos. Seja como for, trata-se de uma minoria restrita. O segredo envolve as decisões.

Com a revolução, a política torna-se a coisa de todos, a coisa pública. É um dos significados da própria palavra *república*, que se substitui à monarquia, e é em razão da transferência de soberania que a política diz respeito a partir de então a cada um que todos os cidadãos têm o direito a ser informados e mesmo o dever de se informarem. Uma tal evolução traz consequências capitais, como a publicidade das decisões, a liberdade de imprensa, a publicidade dos trabalhos parlamentares. Conduz ao governo de opinião.

Alargamento do campo da política

A segunda transformação diz respeito ao alargamento do campo da política, que se dilata bruscamente e se estende a todas as espécies de actividades que até então não relevam da acção dos poderes públicos, visto que sob o antigo regime a política comportava essencialmente a manutenção da ordem, a justiça, a defesa e a diplomacia.

Com a revolução, as responsabilidades reconhecidas do poder público englobam subitamente sectores que antes relevavam da iniciativa privada, individual ou colectiva: a assistência pública, por exemplo — e o epíteto é significativo —,

já não incumbe exclusivamente à Igreja ou à caridade privada. A sociedade tem responsabilidades e o seu dever é tomar a seu cargo os indigentes; por isso a Assembleia Constituinte forma um comité de mendicidade. Do mesmo modo, e o exemplo é ainda mais claro, a instrução pública deixa de ser da competência da Igreja ou das congregações, mas incumbe desde então aos poderes públicos. São as primícias da evolução que conduzirá pouco a pouco os Estados a ocuparem-se do ensino.

A afirmação de que a felicidade é um direito do indivíduo e uma responsabilidade do Estado alarga até ao infinito o domínio das atribuições públicas. Se os cidadãos são infelizes, os poderes públicos são considerados parcialmente responsáveis, cabendo-lhes, assim, agir de modo que a situação se modifique. É o germe de todos os desenvolvimentos que alargarão o campo de actividade e as tarefas do Estado.

A importância acrescida da política

Publicidade dos debates e extensão da política a todos os domínios que antes relevavam do privado, estas duas evoluções têm como resultante comum a promoção da política na dignidade moral e na importância psicológica. É desde a revolução que a política surge como uma das actividades mais elevadas — talvez a actividade suprema —, mas também das mais disputadas em qualquer sociedade organizada. É precisamente devido a esta importância acrescida e às suas consequências que as decisões políticas provocam contestações apaixonadas; é o que inspira a Napoleão a frase «hoje a tragédia é a política», com a qual quis dizer que a política apresenta frequentemente um carácter dramático, próprio para prender a atenção e satisfazer a curiosidade até então suscitada pelos dramas que bebiam nas ficções do passado, mas querendo dizer também que a vida dos indivíduos, tal como a das sociedades, está em jogo.

A nossa maneira de pôr os problemas em termos de confronto data da revolução, que, de certa maneira, provocou uma transferência de paixões outrora mobilizadas pelos confrontos religiosos. O carácter conflituoso da nossa vida política, os antagonismos que dilaceram as nossas sociedades, tudo isto procede desta nova noção de política, que assinala uma mutação profunda na concepção do Estado e do seu papel.

As práticas

O princípio sem as modalidades teria tido pouca influência. Aliás, também a revolução experimentou toda uma gama de meios e mais não se fez desde então que retomá-los e generalizá-los.

A consulta popular por via eleitoral

A revolução praticou a eleição a uma vastíssima escala, tendo ido mesmo mais longe de uma só vez do que irão todas as experiências ulteriores. Com a

Constituinte, a revolução recorre à eleição não apenas para a escolha dos representantes da nação — o que é natural —, mas também para a nomeação de todas as administrações — municipais e departamentais; para a justiça — os magistrados são escolhidos por via electiva por tempo limitado; para o próprio clero — não previa a constituição civil do clero que os bispos e curas fossem escolhidos pelos eleitores? A eleição torna-se o processo universal de designação. Mas, se o campo de aplicação da eleição é universal, só uma pequena parte dos cidadãos tem direitos políticos.

A deliberação pública

As assembleias revolucionárias devem improvisar um regulamento, inventar procedimentos de discussão, modos de escrutínio de que a nossa experiência parlamentar é ainda tributária.

Os novos apoios da vida política

À margem dos procedimentos regulares e oficiais — eleição, deliberação de assembleias representativas —, a revolução criou também os esteios da vida política, o primeiro dos quais foi a imprensa; foi, de facto, durante a revolução, entre 1789 e o 10 de Agosto, que a França fez a primeira experiência de total liberdade de imprensa, que, pela primeira vez, os jornalistas tiveram um lugar de relevo na vida política. Muitos homens políticos deveram a sua influência ao facto de serem ao mesmo tempo directores de jornais ou por neles terem encontrado um meio de acção: os Camille Desmoulins, os Brissot, os Marat. A partir de então — e teremos ocasião de o verificar no século XIX — vai haver uma ligação estreita entre a actividade jornalística e a actividade política, entre a liberdade e a liberdade política.

Paralelamente aos jornais, os agrupamentos proporcionam uma ligação entre as assembleias e os cidadãos; clubes, secções, sociedades populares, são igualmente centros vivos e nervosos da vida política, motores das jornadas populares. É neles que se faz a educação política e se estabelece uma certa participação do cidadão nas decisões. São os antepassados dos nossos partidos modernos. É nesta época que aparece pela primeira vez o militante, as lutas partidárias, todo o sistema de relações entre partidos políticos e poderes públicos.

De tudo isto foi a revolução a primeira a fazer a experiência, mas uma experiência precária. A liberdade de imprensa viverá, no máximo, dois ou três anos, das jornadas de Outubro ao 10 de Agosto, e os clubes são dissolvidos logo a seguir ao 9 Termidor. No entanto, por muito breve que tenha sido, esta experiência constitui para o futuro uma antecipação plena de consequências. Mais tarde, numa situação mais estável, menos exposta aos surtos de violência, ver-se-á ressurgir, desenvolver-se e organizar-se gradualmente a liberdade de imprensa, da restauração à III República, com a grande lei de imprensa de 1881, que representa o culminar de oitenta anos de tentativas e experiências.

3.2. A organização administrativa

Depois dos órgãos de decisão política, os respectivos meios de execução. A organização administrativa constitui o canal através da qual a decisão política se torna uma realidade que modela a existência dos indivíduos.

Para as instituições e a vida política, o período determinante foi o dos começos, com a Assembleia Constituinte e o governo revolucionário: pelo contrário, o período seguinte nada acrescenta, antes desfaz, com a dissolução dos clubes e o marasmo que ainge a vida política. Em contrapartida, no que diz respeito à administração, os anos decisivos situam-se entre 1798 e 1802. Sublinhemos de passagem a anomalia destas duas datas, que reúnem dois regimes — o fim do directório e o princípio do consulado —, cujo estado propriamente político tende a opor e que são mais aparentados do que normalmente se supõe. Contudo, desde antes de 1798 a revolução tinha-se empenhado numa série de experiências, de que nada sobreviveu, mas que constituem talvez a melhor ilustração da posterior sucessão de revoluções de inspirações nitidamente diferentes.

A obra da Assembleia Constituinte

A Assembleia Constituinte dirige o seu impulso liberal no quadro da ordem administrativa contra o absolutismo monárquico e os seus agentes. Ataca os abusos do sistema, denunciando-lhe os aspectos arbitrários, suprime os intendentes, os parlamentos, em suma, todo o aparelho administrativo laboriosamente arquitectado durante séculos pela monarquia: nada disto subsiste desde os finais de 1789. Reorganiza então completamente o aparelho de Estado, adopta o quadro do departamento, transfere todos os poderes administrativos para os eleitos das colectividades locais. As administrações municipais e departamentais, totalmente compostas por membros eleitos, administram-se livremente, sem controle dos representantes do Estado. É a experiência mais profunda de descentralização que a França conheceu, mas, realizada a quente, em plena crise, gera a anarquia. O poder central não é obedecido, as administrações não estão seguras; eleitas por um corpo eleitoral censitário, abraçam, em 1793, a causa dos girondinos: a insurreição federalista encontrou os seus principais apoios junto das administrações departamentais.

O governo revolucionário

As circunstâncias — isto é, os perigos internos e externos, as lutas em que a revolução teve de se empenhar contra a invasão, a guerra civil — impõem uma inversão completa. O governo revolucionário, apoiado na montanha, afirma a unidade e restabelece a centralização. «A república una e indivisível» é a nova palavra de ordem. Reacção vital ditada pelo instinto de conservação contra o perigo mortal que a descentralização implica. A organização estabelecida pela Assembleia Constituinte subsiste, mas sobrepõe-se-lhe o controle de represen-

tantes em missão, a par do que hoje se chamaria uma hierarquia paralela, a rede das sociedades populares. As sociedades, filiadas no clube dos jacobinos, constituem uma segunda administração que controla a primeira, denuncia os funcionários suspeitos e ineficazes, destitui-os, substitui-os. Este aparelho centralizado, que funciona eficazmente, é um dos artífices da vitória.

O directório

Após a descentralização extrema da Constituinte e a reorganização provisória empreendida à custa de expedientes pelo governo revolucionário, o directório inicia uma reorganização feita para durar e deixa uma obra administrativa que está longe de ser negligenciável. O directório tem uma má reputação, que não é totalmente justificada; algumas das actuais instituições francesas datam do directório: o sistema fiscal que vigorou no século XIX, familiarmente apelidado de «as quatro velhas» (imposto predial, contribuição pessoal e mobiliária, impostos sobre as portas e janelas, contribuição industrial), assegurará o essencial dos recursos do Estado até à adopção do imposto sobre o rendimento, durante a Primeira Guerra Mundial.

No que diz respeito às instituições militares, o directório adopta, com a lei Jourdan, o sistema de recrutamento que dividia os recrutas em classes, que se convocam à medida das necessidades (1798), enquanto a revolução vivera à custa de expedientes, procedendo a mobilizações maciças e apelos ao voluntariado.

O consulado

O consulado acaba com as oscilações e estabiliza as instituições. Bonaparte faz uma selecção das experiências da revolução, retém o que lhe parece viável, restabelece por vezes o que lhe parece dever ser restaurado, amalgama o conjunto e lança as bases da administração moderna. O capítulo administrativo da reforma consular é um dos seus aspectos duradouros e traça o quadro no qual a França ainda vive. Diz-se que Bonaparte deu à França a sua constituição administrativa. Se as constituições políticas do consulado e do império não sobreviveram a Napoleão, a constituição administrativa foi conservada por todos os regimes posteriores. Ao arrolar-lhe as características, desenhamos os quadros da sociedade dos séculos XIX e XX.

A reforma consular estabeleceu uma administração perfeitamente centralizada: tudo emana de Paris (decisões, nomeações), tudo lá vai parar (relatórios, informações, reivindicações). A administração central desdobra-se num certo número de direcções e de ministérios, mais numerosos do que no antigo regime, entre os quais a repartição das tarefas obedece a divisões mais racionais. Assim, sob o antigo regime, a administração interna era dividida entre os secretários de Estado; a partir de então passa a haver um ministério do Interior.

A administração é rigorosamente hierarquizada do fundo ao topo da escala, todos os funcionários são nomeados pessoalmente, a sua autoridade vem de cima, estão sujeitos à exoneração, incluindo os presidentes das câmaras municipais durante o consulado e o império. Isto diz até que ponto o consulado toma o caminho oposto à inspiração liberal da primeira revolução. À cabeça do departamento, o prefeito superintende sobre todas as administrações do seu departamento, mas mantém-se fiel às ordens do poder central.

A administração é especializada, já que existem administrações competentes para as finanças, a justiça, as obras públicas, o culto (com a entrada em vigor da Concordata e dos artigos orgânicos, o clero é transformado em funcionalismo), para o próprio ensino, com a criação da universidade napoleónica.

Ela é também uniformizada. As administrações são moldadas nos mesmos quadros territoriais, nas mesmas circunscrições, comunas, cantões, bairros, departamentos. As bases são desde então unificadas, todas as administrações apresentam hierarquias análogas (o decreto de Messidor regulamenta mesmo as precedências entre elas).

Esta administração é servida por um corpo de funcionários em que o poder pode ter confiança, pois é ele que os nomeia, lhes paga e os exonera. O funcionário é um tipo social novo: o antigo regime só conhecia oficiais, proprietários de um cargo que tinham comprado, e os comissários que tinham uma carta de comissão.

Os funcionários só são responsáveis pela sua actividade perante o Estado e fogem ao controle da justiça ordinária; é um outro traço original do sistema instituído por Napoleão e que se inspira, aliás, numa tradição jurídica do antigo regime. Paralelamente à justiça ordinária, que tratava dos litígios entre cidadãos, há uma justiça administrativa, a única competente quanto aos actos da administração. Um juiz ordinário não pode portanto proceder contra um funcionário pela sua actividade, nem mesmo pronunciar-se sobre a legitimidade de uma deliberação prefeitoral e menos ainda sobre uma decisão ministerial.

Simplicidade, uniformidade, especialidade, definem uma ordem administrativa racional, geométrica, sistemática, que visa e atinge a eficácia. Subsequente à destruição revolucionária, a ordem consular realiza o que o antigo regime e o despotismo esclarecido tinham pacientemente procurado. A conjunção de uma revolução que fez tábua rasa de todos os particularismos e fez desaparecer os poderes secundários e de Bonaparte resultou num Estado forte, cujo poderio tempera o eventual liberalismo das instituições políticas e da ordem social.

Esta ordem administrativa é exportada de França pelos exércitos da revolução e do império; em Mainz ou em Roma, os prefeitos comportam-se como em França. Mesmo fora das fronteiras do grande império, os outros países copiam-na, pois compreenderam que esta ordem traz consigo a eficácia, a racionalidade, o poder, que os déspotas esclarecidos procuravam, à semelhança dos monarcas absolutos. No século XIX, o modelo administrativo concebido por Napoleão é levado a toda a Europa e mesmo para além dela.

3.4. A ordem social

No plano político, em mais de um aspecto, a revolução prolongou o antigo regime e é possível sustentar com verosimilhança tanto a tese da continuidade como a da ruptura, enquanto, no que diz respeito à sociedade, a renovação é integral.

A sua transformação não se verifica no mesmo momento nem ao mesmo ritmo da do governo e da administração. No caso do governo, as grandes mudanças dão-se entre 1789 e a queda de Robespierre. Quanto à administração, as grandes inovações, mais tardias, situam-se entre 1789 e 1804. No tocante à sociedade, é outra a cronologia que associa a revolução e o consulado.

A obra da revolução

A revolução começou por uma acção negativa, destruindo a sociedade do antigo regime. Essa destruição fez-se em poucas semanas e, três meses depois da primeira sessão dos estados gerais, pode dizer-se que a revolução social estava feita e o antigo regime desaparecera. A revolução consuma a ruína do feudalismo: abolindo os resquícios da servidão, liberta o homem; abolindo os direitos feudais, liberta a terra e remata assim o movimento começado séculos antes pela realeza, que não soubera levar essa empresa até ao fim, talvez por falta de meios ou de uma vontade consequente.

A sociedade nova caracteriza-se essencialmente pela liberdade, liberdade do indivíduo, liberdade da terra, da iniciativa individual. Com a servidão e os direitos feudais são abolidos todos os entraves (corporações, *jurandes*, privilégios, direitos banais), os monopólios, que impediam a concorrência ou a livre escolha, todas as regulamentações restritivas que paralisavam a invenção, a iniciativa. É aí, de facto, que reside a verdadeira revolução, mais ainda do que na transferência de soberania.

Avisada pela experiência e desconfiada de recusos ofensivos, ela toma medidas para impedir a reconstituição desses constrangimentos e a restauração desses grupos com a votação da lei Le Chapelier, em 1791, que determina a extinção das corporações e de todos os agrupamentos e proíbe a sua reconstituição. É desde então considerado delito o facto de os indivíduos se agruparem em função das suas actividades profissionais ou económicas, de tal modo se receia a reconstituição das corporações.

Esta primeira revolução liberal, individualista, considera que a tutela mais temível para o indivíduo é menos o poder real do que a existência de corpos intermediários. Esta hostilidade que a revolução nutre pelos corpos e pelas ordens é talvez o traço mais característico do seu espírito.

Este estado de espírito sobreviverá muito tempo à revolução; toda a tradição republicana e democrática do século XIX continua a desconfiar dos agrupamentos e das associações. Assim se explica — o que hoje pode parecer-nos uma anomalia — que a democracia em França tenha tardado tanto a reconhecer às

pessoas o direito de se associarem. A Declaração dos Direitos do Homem, que enumera as principais liberdades, não diz uma palavra sobre a liberdade de associação! A lei sindical de 1884 só é válida para as associações de defesa profissional. Será preciso aguardar o dealbar do século XX e a lei de 1901, que dará um estatuto às associações, reconhecerá a sua liberdade e subtraí-las-á a um regime de polícia. Foram, portanto, necessários cento e dez anos para que os filhos da revolução aceitassem a reconstituição de associações, tão grande era o receio de que prejudicassem a liberdade do indivíduo.

A revolução proclama também como direito e instaura como prática a igualdade civil. Todos os franceses têm desde então os mesmos direitos civis e também as mesmas obrigações. Mede-se a inovação desta atitude comparando-a com a sociedade do antigo regime, fundada no particularismo, na diversidade das ordens, na desigualdade entre elas. É o fim dos privilégios, os próprios títulos são abolidos e as distinções sociais suprimidas. A lei só conhece cidadãos iguais entre si. A igualdade perante a lei e a justiça significa a supressão de todas as justiças senhoriais, municipais, eclesiásticas, e prolonga assim o movimento da justiça régia que procurava desalojar as justiças concorrentes.

A revolução substitui os encargos que constituíam a imposição tradicional por um sistema de contribuição proporcional aos recursos, às possibilidades de cada cidadão. Instaura também a igualdade perante o imposto de sangue, o recrutamento e a igualdade no acesso aos empregos civis e militares, suprimindo assim a venalidade dos cargos. A partir deste momento, qualquer pessoa, desde que preencha as condições de aptidão necessárias, pode concorrer a um emprego público. Durante o consulado aparece e desenvolve-se um novo tipo social, o funcionário, promovido nas sociedades contemporâneas a um futuro e a uma multiplicação indefinidos. No que respeita aos postos militares, enquanto a reacção da nobreza fechara aos plebeus o acesso ao posto de oficial, a revolução, tanto por necessidade prática como por conformidade com os seus princípios, suprime esta cláusula restritiva e permite a qualquer um aceder aos postos mais elevados. O exército e a administração pública vão tornar-se durante a revolução e o império vias de promoção social: é em parte pelo serviço do Estado e pelo serviço das armas que se fará a renovação de homens, e também pela eliminação de um pessoal suspeito pelas suas origens ou por serem antigos emigrados. Um fenómeno muito semelhante a este atinge a propriedade, com a colocação em venda dos bens nacionais, a qual relança no circuito económico bens tornados estéreis pela inalienabilidade eclesiástica ou pela transmissão hereditária dos bens nobiliárquicos.

De todas estas reformas resulta um fervilhar de energias, uma efervescência, de que o exemplo de Napoleão é o mais fulgurante; as carreiras dos marechais do império, dos prefeitos do consulado, constituem outos tantos êxitos sociais que teriam sido inconcebíveis no fim do antigo regime. Ligados à nova ordem social, de que são os beneficiários, estes talentos, que de outro modo ficariam sem préstimo, são utilizados ao serviço do Estado, que deles tira um partido apreciável.

De inspiração liberal e individualista pela afirmação da igualdade, pela supressão das barreiras e dos constrangimentos, a revolução social liberta assim a iniciativa. Mas, tal como a acabamos de definir, só durou algum tempo, e é da revolução revista e corrigida pelo consulado que somos os herdeiros.

A obra do consulado e do império

Napoleão conservou o essencial das conquistas sociais da revolução, mas remodelou-as. Ao corrigir a obra da revolução e ao moderar algumas audácias, tornou-a viável. Assim, a restauração ter-se-ia sentido provavelmente tentada a restituir os bens aos antigos proprietários se Napoleão não tivesse obtido do sumo pontífice a renúncia da Igreja aos seus bens e se, por outro lado, ao fechar a lista dos emigrados, ao reabrir-lhes as fronteiras, ao tomar a iniciativa de organizar um cadastro, não tivesse tornado irrealizável a desnacionalização desses bens.

Em 1804, a obra da revolução foi fixada, corrigida, pelo Código Napoleónico — o código civil francês —, que tem uma importância capital, visto ter sido ele que fixou até aos nossos dias os traços da sociedade moderna em França, mas também numa diversidade de países que nele se inspiraram, adoptando os seus princípios e reproduzindo as suas disposições.

O Código Napoleónico tem a marca do imperador. Ele próprio contribuiu para a sua elaboração, tomando parte nas deliberações do Conselho de Estado. Napoleão não era individualista, nem por temperamento, nem pelo espírito. O indivíduo é efémero, o que conta é o grupo; é, pois, necessário subordinar o indivíduo ao interesse superior do grupo, do qual faz parte. Uma fórmula sua, frequentemente citada, é muito significativa: «É necessário erguer massas de granito para ligar estes grãos de areia.» A sociedade atomizada saída da revolução parece-lhe perigosamente instável, e o papel do código e das instituições é fixá-la, solidificá-la.

O individualismo da revolução é temperado pelo princípio de autoridade a todos os níveis e em todas as comunidades. Na família, o código institui a autoridade do pai sobre os filhos, do marido sobre a mulher (incapacidade jurídica da mulher casada). Na empresa é a autoridade do patrão sobre os empregados, estando o patrão investido de uma tutela por conta da sociedade, no interesse da ordem pública. Desconfia-se dos assalariados, cabendo, por isso, ao patrão assegurar a ordem no seu estabelecimento. O império restabelecerá o livrete operário, no qual são lançados os pagamentos antecipados feitos ao operário, que só pode deixar o seu trabalho com o consentimento do patrão e quando este lhe restitui o respectivo livrete; de outro modo o operário é tomado por vagabundo. Este regime acaba assim por restabelecer uma forma de servidão disfarçada, pois a partir de então depende da boa vontade do patrão restituir a liberdade ao seu empregado ou conservá-lo ao seu serviço.

Pela sua preocupação de autoridade, a sua vontade de conter o individualismo através da tutela, a reacção consular chega a chocar-se por vezes com os

princípios da revolução, nomeadamente a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Assim, num artigo que só será revogado no II Império — o artigo 1783 — o Código Napoleónico prevê que, em caso de desacordo entre o patrão e o operário, no que diz respeito, por exemplo, ao contrato de trabalho, às remunerações, a palavra do patrão faz fé enquanto o operário tem de fazer prova do que afirma.

Esta filosofia social estende-se a todos os domínios; é ela que inspira a reorganização administrativa e vai mesmo mais além. Deste modo, Napoleão suscita ou reconstitui quadros, uma organização, uma arquitectura social, rompendo com a aversão que os revolucionários votavam aos corpos. Caminha-se para uma espécie de neocorporativismo, com as câmaras de oficiais ministeriais e, em 1810, com a criação da ordem para advogados. A universidade filia-se na mesma concepção: no espírito de Napoleão, trata-se de um organismo que detém o monopólio do ensino e sobre o qual o Estado exerce um controle directo. A legião de honra, na sua origem, inspira-se no mesmo sistema: trata-se de constituir na sociedade uma espécie de corporação com uma estrutura hierárquica que enquadrará os indivíduos. Recriará mesmo uma nobreza com a possibilidade de transmitir hereditariamente os títulos de nobreza desde que haja constituição de patrimónios, os morgadios.

Assim, no seu termo, a obra social do império parece aproximar-se da do antigo regime e afastar-se da revolução. A analogia não é, no entanto, completa, pois a antiga aristocracia era uma aristocracia de sangue, hereditária, ao passo que a nova é uma aristocracia de funções e de dinheiro, aberta ao talento, ao mérito, aos serviços prestados. É uma concepção mais moderna da nobreza, não igualitária sem dúvida, mas na qual a desigualdade já não está ligada à hereditariedade.

A obra da revolução assim remodelada pelo consulado e pelo império constitui uma síntese original e poderosa, um compromisso decididamente feliz, fecundo, que integra o essencial das conquistas da revolução, que ostenta a marca do génio de Napoleão e lhe sobreviverá.

Enquanto a construção política soçobrou no naufrágio do império, a construção administrativa perdurou e a ordem social subsistiu. A restauração e os regimes seguintes não afectarão nem uma nem outra. Napoleão é assim duplamente o criador da sociedade moderna por ter assegurado, sob uma forma adaptada e corrigida, a perenidade dos princípios de 1789 para a França e para todos os países aos quais se estendeu a influência da revolução. Em larga medida, pode dizer-se da nossa sociedade que ainda é a filha dessa sociedade revolucionária e consular e que vivemos no modelo de ordem social concebido e imposto por Napoleão.

Será uma sociedade burguesa?

É um lugar-comum dizer que a sociedade nascida da revolução é uma sociedade burguesa. Charles Morazé consagrou um dos seus livros mais suges-

tivos, *La France bourgeoise*, à descrição da França oitocentista, herdeira das convulsões revolucionárias e da ordem napoleónica. Que dizer? Em que medida o epíteto *burguesa* esclarece a natureza da nova sociedade? Impõem-se diversas precisões para matizar os lugares-comuns e prevenir as confusões intelectuais.

A revolução é incontestavelmente burguesa pelos seus autores. A composição das assembleias mostra-o bem, pois a burguesia detém aí uma esmagadora maioria, os operários não estão representados e a aristocracia é expulsa. Aliás, não há nisso nada de anormal; a burguesia é a classe instruída, a mais capaz de empreender uma reforma desta natureza.

Em segundo lugar, é ainda mais natural que esta burguesia pense nos próprios interesses e que estes coincidam com o espírito e o movimento da revolução. Quem encontra mais vantagens na abolição dos constrangimentos sociais, das desigualdades jurídicas? A igualdade civil e a liberdade favorecem essencialmente a burguesia, proprietária, industrial, comerciante. São geralmente os burgueses que adquirem os bens nacionais postos à venda, são os burgueses que povoam as administrações.

Em terceiro lugar, é um facto que, em pontos importantes, as assembleias revolucionárias ou o governo consular trouxeram restrições ao exercício das liberdades, à aplicação dos princípios de igualdade, em proveito da burguesia e em detrimento das outras classes. Assim, as constituições de 1791 e de 1795 distinguem duas categorias de cidadãos, das quais só a que pode demonstrar condições de fortuna e de propriedade goza da plenitude dos direitos políticos. A noção do censo para diferenciar os cidadãos é uma derrogação grave dos princípios de liberdade e igualdade. Quanto ao império, restaura uma nobreza, corpos, monopólios, e é nisto que se pensa quando se fala de revolução burguesa, feita pela burguesia para seu proveito exclusivo e desprezando os princípios de que se reclama. E em denunciar a contradição entre as ideias e a prática, a hipocrisia dos dirigentes.

Tudo isto é incontestável, mas exige ser revisto a uma luz mais justa, a não ser julgado em função da sociedade dos finais do século XX, mas da dos finais do século XVIII. O contraste entre os princípios e os comportamentos surge então menos pronunciado e, por assim dizer, menos escandaloso.

As distinções fundadas no dinheiro e na propriedade afiguram-se menos chocantes aos contemporâneos do que a nós. O dinheiro, a propriedade, são considerados menos por si próprios do que como o indício de outra coisa, e nessa época conserva-se o critério da fortuna como o sinal do trabalho, do talento, do mérito, como uma presunção de que os eleitores que tenham uma maior independência terão disponibilidade para se informarem e poderão emitir opiniões mais fundamentadas. Não é o domínio brutal do dinheiro, é o dinheiro considerado num sistema de valores que põe a tónica na capacidade intelectual e na independência das opiniões.

Por outro lado, a contradição entre os princípios e a prática parece menos flagrante do que actualmente na medida em que os contemporâneos estabelecem

a comparação, não com o resultado dos acontecimentos, mas com o que os precedera, e, feitas as contas, a nova sociedade, com as desigualdades que subsistem, parece-lhes infinitamente mais justa do que a anterior. Mostram-se sobretudo sensíveis à novidade revolucionária e ao carácter igualitário dessa ordem.

Finalmente, o liberalismo nos seus começos está ainda longe de ter desenvolvido todas as suas consequências. A igualdade enquanto princípio, a possibilidade de qualquer um fazer o que quer, são, num primeiro momento, sentidas e vividas bem mais como uma libertação do que como uma opressão. Ainda ninguém teve tempo de as usar para subjugar outros à sua vontade de poder ou aos seus interesses próprios. É durante o século XIX que pouco a pouco se manifestam os inconvenientes do liberalismo e agravam as injustiças que ele transporta em embrião.

3.5. A nação, a guerra e as relações internacionais

O sentimento nacional

A nação como facto e como sentimento é uma realidade nascida da revolução, o que não significa que a revolução tenha criado as nações a partir dos seus elementos, pois elas são obra de séculos. Em França, a unidade nacional é antiga, mas a revolução remata-a, consagra-a, acabando com os particularismos, com tudo o que se interpunha entre o indivíduo e a comunidade nacional, pois, tal como a revolução fez tábua rasa dos particularismos administrativos, fez estalar os particularismos locais e regionais, destruindo os velhos quadros históricos, as províncias, e substituindo-os por quadros novos, os departamentos. O pensamento contra-revolucionário censurou à revolução o facto de ela ter criado quadros perfeitamente artificiais. Contudo, os departamentos não eram artificiais: reagrupam unidades que tinham uma existência antiga. De resto, os departamentos adquiriram rapidamente uma consistência que explica por que razão é hoje tão difícil ultrapassar o quadro departamental. A desagregação dos velhos quadros administrativos e a sua substituição por novos quadros mais homogéneos contribuíram muito para a afirmação da unidade nacional.

Ao mesmo tempo, a revolução precipitou a tomada de consciência da pertença a uma comunidade nacional e é a partir desse momento por adesão voluntária que se é cidadão francês. Vários movimentos ratificaram esta aceitação da unidade nacional: o movimento das federações em 1789-1790 tem o seu corolário em 14 de Julho de 1790, com a festa da federação. Contrariamente ao que muitas vezes se pensa, a festa nacional francesa do 14 de Julho não comemora a tomada da Bastilha, mas a festa da federação, posto que a marcação desta festa no dia 14 de Julho se explicasse em 1790 pelo aniversário da tomada da Bastilha.

A adesão vai daí em diante para a nação e já não para a coroa, e este é um fenómeno capital, comparável ao da transferência de soberania. Na ordem

política, para o poder, a revolução transfere a soberania da pessoa do rei para uma assembleia representativa da nação; do mesmo modo, para os laços entre os indivíduos e o país, ela substitui o lealismo dinástico, a ligação à pessoa do soberano, por um sentimento colectivo, o patriotismo moderno. O símbolo desta transferência é a batalha de Valmy, na qual, pela primeira vez, os soldados franceses se batem aos brados de «viva a nação». É a vitória da nação sobre o velho lealismo monárquico, e Goethe tinha razão ao considerar que se tratava de um momento decisivo na história da humanidade.

O sentimento patriótico afirmar-se-á na resistência aos reis, na defesa do território contra o invasor. Este nacionalismo de um novo tipo, este sentimento moderno, estará associado durante muito tempo à revolução. Durante cerca de um século, até às grandes crises do boulangismo e do caso Dreyfus, o nacionalismo é sobretudo um sentimento de esquerda, ligado às forças populares e à obra da revolução. A prova é que o imaginário patriótico se inspira em episódios retirados da mística revolucionária: a pátria em perigo, os voluntários de 1793, a nação armada.

A guerra revolucionária

A revolução provoca uma espécie de mutação na guerra. As guerras passam a ser guerras populares — ou guerras de massas —, guerras ideológicas — ou guerras de ideias e de sentimentos —, traços constitutivos dos nossos conflitos modernos.

Guerra popular? Os exércitos do antigo regime eram pouco numerosos em militares de carreira e aquilo que os ligava era a fidelidade ao comandante, à bandeira, ao regimento ou ao dinheiro. Com a revolução aparece a nação em armas, a mobilização geral. É, primeiro, o apelo aos voluntários e, mais tarde, com o recrutamento, a generalização do serviço militar, consequência do princípio da igualdade. O recrutamento tem, por sua vez, efeitos sobre a sociedade, pois contribui para a mistura e a unificação, que vão ser os traços dominantes da democratização nos séculos XIX e XX. Deste modo, a revolução subverte os dados tradicionais da guerra. A táctica e a estratégia são transformadas pela intervenção do número, pela interrupção das massas. Aos exércitos profissionais, que eram objecto de um treino muito apurado, opõe a revolução massas mediocremente instruídas, mas que triunfam pela superioridade numérica e pelo impulso revolucionário. Foi assim que a revolução enfrentou a Europa e ganhou a guerra.

Outra guerra de um tipo novo é a guerra psicológica e ideológica. O soldado defende tanto o seu solo como o regime a que aderiu e bate-se tanto pela revolução como pelo interesse nacional. Os revolucionários pensam — e a experiência dá-lhes muitas vezes razão — que o soldado-cidadão é superior ao mercenário, pois compensa a sua inexperiência com o seu heroísmo, ao mesmo tempo que a propaganda é uma das armas mais eficazes desta guerra.

O novo sistema das relações internacionais

Com a revolução acaba definitivamente a diplomacia tradicional, fundada nas alianças dinásticas, nas combinações matrimoniais, nas convergências dos soberanos. Ela introduz, com o direito dos povos a disporem de si próprios, um princípio novo que estende às relações internacionais o princípio da soberania nacional: é assim que a revolução procede a uma consulta antes da reintegração de Avinhão. As guerras da revolução e do império provocam a destruição das velhas construções feudais e dinásticas. É no decurso destes vinte e cinco anos que alguns países descobrem a sua identidade nacional, tomam consciência das suas particularidades ou vivem a sua unidade pela primeira vez. É o caso da Itália, e a recordação desta experiência ficará como um dos factores da unificação italiana no século XIX. Contudo, na prática, a revolução infringiu mais de uma vez os seus princípios, nomeadamente a partir do directório. A paz de Campo Formio inspira-se no princípio das partilhas internacionais de Frederico II, segundo o qual, em nome do direito do mais forte, o vencedor dispõe soberanamente dos vencidos, e basta ver a acta da convenção de 1803 ou os tratados impostos pela revolução ou pelo império aos seus adversários.

Assim, até na ordem internacional a revolução enunciou princípios novos, despertou sentimentos, lançou as sementes de uma transformação profunda. A consequência e o prolongamento deste aspecto são o movimento das nacionalidades no século XIX e, fora da Europa, o movimento contemporâneo de descolonização.

3.6. Conclusão

Alguns traços gerais avultam, seja qual for o sector considerado, quer se trate do lugar da religião na sociedade ou da ordem internacional.

A revolução emendada, revista pelo consulado e pelo império, concretizou algumas tendências anteriores e constitutivas da monarquia. A ruptura não é, em todos os aspectos, tão impressionante como se nos afigura ou como a historiografia a apresenta. Encontram-se de ambos os lados da ruptura de 1789 elementos de continuidade. A monarquia, a seu tempo, empreendera um esforço paciente de uniformização e de unificação para aumentar a centralização, reforçar a coesão, reduzir os particularismos. A revolução, beneficiando de um impulso novo e da adesão da nação, pôde levar a bom termo este esforço e varrer as últimas resistências.

A segunda obervação refere-se às relações entre o período propriamente revolucionário e o que se lhe segue imediatamente, dominado pela personalidade de Bonaparte. Na verdade, se, em todos os aspectos, a síntese napoleónica é recuada em relação às tentativas mais avançadas da revolução, foi talvez precisamente este recuo que tornou viável a obra da revolução, que permitiu à ordem política e social instituída pela revolução perdurar, porque amputada do que comportava de mais contestável e quimérico.

A terceira observação antecipa a continuação e considera esta obra na sua duração posterior à contra-revolução. A restauração não demoliu o edifício construído pela revolução, se bem que tenha limitado a aplicação dos princípios e dado a impressão de querer voltar a pôr em causa as transformações sobrevindas na prática. Ainda que tenha criticado o sistema e denunciado alguns princípios, acabou por respeitar a obra da revolução.

A quarta e última observação esclarece um período mais próximo de nós: no século XIX, a sociedade, retomando o caminho interrompido pela restauração, ressuscitará mais de uma ideia ou de uma experiência revolucionária, levará a bom termo o que a revolução iniciara, restabelecerá o que fora suprimido e tirará todas as consequências dos princípios enunciados em 1789.

Sobre o benefício destas observações, pode considerar-se legitimamente que aqueles poucos anos marcaram duradouramente a história contemporânea e de maneira irreversível a fisionomia das sociedades modernas.

4

O continente americano (1783-1825)

Deixemos momentaneamente o continente europeu para evocar o que se passou na América entre o fim da guerra de independência dos Estados Unidos (1783) e o fim das lutas pela independência das colónias espanholas e portuguesas (1825), ou seja, durante cerca de quarenta anos, que representam um capítulo muito importante da história do continente americano.

Até à independência americana e à Revolução Francesa, o Novo Mundo estivera estreitamente associado ao destino da Europa ocidental. A América entrara na história da Europa e, reciprocamente, a Europa na do continente americano desde os últimos anos do século XV. Os Europeus tinham integrado a América no seu sistema económico (regime do pacto colonial) e tinham sobreposto às civilizações antigas, ditas pré-colombianas, os seus modos de vida, as suas instituições, a sua religião.

Também para o Novo Mundo os anos 1790-1825, decisivos na Europa, assinalaram um momento capital no seu desenvolvimento histórico: a América sofreu, com efeito, as repercussões dos acontecimentos de que a Europa ocidental era palco. Por um lado, a revolução exerceu uma influência intelectual e política na América, que aderiu à sua escola, quis imitá-la e adoptar-lhe os princípios. Por outro lado, mais indirectamente, as guerras de Napoleão na Península Ibérica tiveram diversas repercussões sobre a emancipação da América Latina.

São precisamente estes efeitos da revolução e do império que nos levam a evocar a história do continente americano, logo após a da Europa.

4.1. Os quatro impérios

Quatro nações europeias tinham edificado impérios além-Atlântico, cobrindo quase a totalidade do continente americano: na América do Norte, o império francês, essencialmente com o Canadá e a Luisiana, e a Grã-Bretanha, com as treze colónias escalonadas na orla atlântica; na América Central e do Sul, Portugal no Brasil, e a Espanha, cujo império era, de longe, o maior e durante muito tempo o mais rico. Tal era ainda a situação em meados do século XVIII.

A América do Sul cobre aproximadamente 18 milhões de quilómetros quadrados. Ora, a América espanhola ultrapassa-a largamente, pois toda a América Central e também o México fazem parte dela, e a penetração espanhola prossegue no século XVIII. Nos finais do século, os Espanhóis avançam para a América do Norte, para nordeste, ao longo do golfo do México até a Florida, e para noroeste, ao longo da costa do Pacífico, na Califórnia: é por volta de 1775 que a fronteira da colonização espanhola atinge a baía de São Francisco, onde estabelece um posto. A arquitectura, os nomes dos lugares, testemunham em pleno século XX que estes lugares foram primeiro reconhecidos pelos Espanhóis, tais como, na Califórnia, as suas maiores cidades, Los Angeles e São Francisco.

Contudo, embora continue a dilatar-se, no século XVIII o império espanhol continua em grande parte vazio. Para 18 ou 20 milhões de quilómetros quadrados existem cerca de 18 milhões de habitantes em 1800, o que representa uma densidade aproximada de um habitante por quilómetro quadrado. Os principais núcleos desta população, muito desigualmente distribuída, encontram-se na costa atlântica (no Brasil e à volta do rio da Prata) ou nos planaltos (ao longo da cordilheira da costa do Pacífico). Entre os dois, imensos espaços lacunares praticamente despovoados.

A população é compósita. A desigualdade inerente a todas as sociedades do antigo regime toma o aspecto da desigualdade engendrada pelo regime colonial, com uma coincidência entre a sobreposição das camadas sociais e a estratificação étnica.

No cimo da escala, os crioulos, descendentes directos dos conquistadores e dos que se lhes seguiram. Avaliam-se aproximadamente em 500 000 os espanhóis e portugueses originários da Península Ibérica que atravessaram o oceano, se estabeleceram na América Latina e aí criaram raízes. Em três séculos passaram a 4,5 milhões, muito orgulhosos da sua origem e da pureza do seu sangue, ainda que na América Latina o preconceito da cor tenha sido sempre mais fraco do que na América anglo-saxónica. Estes crioulos constituem uma aristocracia que possui as riquezas, a terra, grandes domínios explorados por uma mão-de-obra servil. Mais abaixo encontram-se os mestiços, produto da miscigenação entre brancos e índios, entre brancos e negros, e, por fim, na base da pirâmide, a massa fixada sobretudo nos planaltos dos Andes, cerca de 10 milhões de índios que descendem das populações autóctones, dos antigos impérios dos Incas e dos Astecas e de outros reinos destruídos pela conquista espanhola. Trata-se de uma

população mal assimilada, superficialmente evangelizada, que se mantém fiel às suas crenças e pratica uma espécie de sincretismo em que se fundem o paganismo e elementos de superstição retirados do cristianismo. Esta massa índia fornece a mão-de-obra para a exploração das terras e das minas. É preciso acrescentar à margem, sobretudo no Brasil, a mão-de-obra negra trazida pelo tráfico de escravos; em 1800 são já meio milhão.

A América do Norte está ainda mais vazia, pois conta somente cerca de 60 000 franceses, pouco mais de 1 milhão de britânicos e escandinavos nas colónias inglesas e 1 milhão de índios, na sua generalidade nómadas, que vivem da caça ou da pesca.

4.2. O fim dos impérios francês e britânico

Dos quatro impérios que partilhavam entre si a América em 1800, dois já tinham sido destruídos antes da Revolução Francesa sem que os acontecimentos na Europa tivessem contribuído para o seu desaparecimento, que é consequência das rivalidades coloniais entre as potências europeias e das sublevações locais ditadas pela vontade de emancipação, geralmente dos brancos, excepcionalmente de habitantes de cor.

No século XVIII, a competição entre a Inglaterra e a França, que disputam a Índia e a América, é um elemento essencial no jogo diplomático. O império francês da América é a primeira vítima destas rivalidades coloniais, pois é obrigado a ceder o Canadá à Grã-Bretanha em 1763 e a Luisiana à Espanha para a indemnizar das perdas resultantes da aliança franco-espanhola. A França é então praticamente expulsa do continente americano. Conserva apenas algumas ilhotas, como Saint-Pierre-et-Miquelon, ou, no golfo do México, algumas ilhas, das quais a mais preciosa é a de Santo Domingo, a pérola das colónias francesas da América.

Em 1800, a França recupera a Luisiana, que a Espanha lhe restitui, mas por pouco tempo, pois Bonaparte, sabendo que a França não tem meios para a conservar, propõe a sua venda aos Estados Unidos, que a compram em 1803. A venda sela o destino do império francês da América e abre aos jovens Estados Unidos um imenso campo de acção. Ao pretender restabelecer a escravatura, anteriormente abolida, a França perde também Santo Domingo, apesar da intervenção de um exército comandado pelo general Leclerc, cunhado de Bonaparte, que tem por missão submeter os negros insurrectos conduzidos por Toussaint Louverture. Mas o exército é dizimado, o seu chefe perde a vida e a França tem de renunciar à dominação de Santo Domingo. É a origem da república negra do Haiti. Assim, o império francês desapareceu totalmente em 1800.

Por razões diferentes, o império britânico teve o mesmo destino: com a revolta dos colonos, que, ajudados pela França e pela Espanha, rompem os laços que os unem e conquistam a sua independência.

Desde 1783, os Estados Unidos procuram por todos os meios manter-se à margem do conflito europeu. Washington, nas vésperas de abandonar a presidência, dirige aos seus concidadãos uma espécie de testamento no qual lhes recomenda que nunca se envolvam em alianças com a Europa. Esta mensagem de despedida é um dos textos fundamentais da história da política externa americana e funda a tradição de isolacionismo à qual os Estados Unidos permaneceram quase sempre fiéis e da qual só se afastaram com Wilson, em 1917, mas por pouco tempo, pois em 1920 o Senado dos Estados Unidos recusa ratificar o Tratado de Versalhes e entrar na Sociedade das Nações. Só durante o segundo mandato de Roosevelt os Estados Unidos romperão duradouramente com esta tradição de isolacionismo, que já tinha século e meio, obrigados, pelas suas responsabilidades, a ter uma política mundial.

Embora os Estados Unidos procurem não se deixar envolver nos torvelinhos provocados pelo conflito entre o seu antigo aliado e a sua antiga metrópole, não deixam de ser levados a entrar em guerra com a Grã-Bretanha em 1812. É o resultado do bloqueio que a Inglaterra tenta estabelecer contra a França e ao qual Napoleão responde com o bloqueio continental. Entre estas duas pretensões antagónicas, os Estados Unidos, numa situação difícil, vêem-se obrigados, para defenderem o seu comércio, os direitos dos neutrais e a liberdade dos mares, a entrar em guerra com a Grã-Bretanha, sem por isso serem aliados da França.

O conflito dura cerca de três anos, de 1812 ao princípio de 1815. Operações limitadas, desconexas, de que não resulta qualquer vantagem decisiva. Os Ingleses tomam e incendeiam Washington, os Americanos lançam ao mar, defronte de Nova Orleães, um corpo expedicionário britânico, proeza de que muito se orgulham (Janeiro de 1815). O tratado assinado em 1814 limita-se a confirmar a independência dos Estados Unidos.

Se nos princípios do século XIX despareceram dois impérios, subsistem outros dois outros cuja história está estreitamente ligada à da Europa e à da revolução.

4.3. A emancipação das colónias portuguesas e espanholas

As causas da ruptura

O império espanhol e o império português foram afectados pelas repercussões não só da Revolução Francesa, mas também da independência americana, pois é indubitável que o exemplo dado pelos insurrectos teve o seu papel.

O movimento de independência dos dois impérios é, principalmente, e quase exclusivamente, obra dos colonos, dos crioulos; não tem nada de semelhante com a revolta, no século XX, dos povos de cor contra a dominação da raça branca e aproxima-se mais da independência dos Estados Unidos, onde são os brancos

que fazem a secessão (excepto no México, onde os índios desempenham um papel activo na sublevação).

O ressentimento dos crioulos em relação aos espanhóis ou aos portugueses vindos da metrópole, que monopolizam os altos cargos do clero e do governo, faz lembrar o descontentamento da burguesia francesa com a reacção nobiliárquica. Por outro lado, os crioulos começam a achar pesado o jugo da metrópole, os encargos financeiros não são compensados por qualquer contrapartida positiva e o sistema do exclusivo do pacto colonial institui entraves que os constrangem.

A influência da Europa e a irradiação das ideias filosóficas contam-se igualmente entre as causas de ruptura. Com efeito, numerosos crioulos são instruídos, frequentaram universidades da América espanhola, na Cidade do México, em Lima, viajaram, vieram à Europa, leram os escritores franceses ou britânicos; alguns filiaram-se mesmo na maçonaria. Deste modo, todo um conjunto de relações deixa a elite intelectual crioula atenta à Europa. Bolívar é um discípulo de Jean-Jacques Rousseau, o seu pai educou-o segundo os preceitos de *L'Emile*. Miranda, o libertador da Venezuela, tem laços de amizade com deputados girondinos, combate nas fileiras do exército francês, com o posto de general, na batalha de Jemmapes, e é no seu regresso que empreende a libertação do seu país. Todos estes americanos sonham imitar o exemplo dado pela França revolucionária e pelos insurrectos da América do Norte.

Mas estas causas não teriam certamente produzido todos os seus efeitos sem os acontecimentos da Europa, pois, ao fim e ao cabo, é da ocupação da Península Ibérica pelos exércitos napoleónicos que provém a independência das colónias espanholas e portuguesa. Se o Brasil e as colónias espanholas seguiram caminhos diferentes, a diferença resulta do destino desigual dos soberanos.

A independência do Brasil

Quando Napoleão procura fechar a Europa à Inglaterra, Portugal, ligado desde longa data à Inglaterra, recusa inverter as alianças e sujeitar-se aos decretos do bloqueio continental. Nos finais de 1807, Napoleão envia então a Portugal um exército comandado por Junot, ao mesmo tempo que a dinastia de Bragança embarca para o Brasil, que, de uma situação de longínqua dependência de Lisboa, se torna a sede do governo e o centro do poder enquanto durar a hegemonia francesa na Europa. É assim que, com mais de um século de avanço, um governo europeu deixará o seu país para manter o princípio e a existência do Estado, como o farão alguns governos em 1940 perante o avanço hitleriano.

Estes anos serão para o Brasil anos de desenvolvimento: já não podendo contar com Portugal para as trocas comerciais, abre-se ao comércio britânico, criam-se escolas. Porém, terminada a guerra, retomando Portugal a sua independência, o Brasil não aceitará voltar a ser uma longínqua província sujeita às decisões de Lisboa. De resto, a família real prolonga a sua permanência, mas, em 1820, a vaga de agitação que percorre a Europa atinge Portugal e o rei vê-

-se obrigado a regressar a Lisboa para restabelecer a sua autoridade, deixando o seu filho D. Pedro como regente no Rio de Janeiro.

Entre Portugal e o Brasil, entre a metrópole e a colónia, entre pai e filho, rei e regente, os laços afrouxam e a separação efectua-se sem crise, tendo Portugal a inteligência, aconselhado pela Grã-Bretanha, que sobre ele exerce uma pressão amigável, de não pretender restaurar a antiga ordem das coisas. O regente D. Pedro proclama a independência do Brasil e torna-se o primeiro imperador constitucional.

Este império constitucional, instaurado em 1822, durará até 1888, data em que a república será proclamada, uma república de inspiração positivista, cuja divisa, *Ordem e Progresso*, é directamente tomada de Auguste Comte.

Falta referir que a emancipação do Brasil marcou para o pequeno Portugal o princípio do desmoronamento de um imenso império colonial que abrangia a América, a África e a Ásia.

As colónias espanholas: do lealismo à secessão

As colónias espanholas seguiram uma via totalmente diferente: a sua história entre 1807 e 1825 é extremamente movimentada e convém distinguir quatro etapas.

O ponto de partida

Tal como para o Brasil, o ponto de partida é o momento em que as tropas francesas asseguram o controle da Espanha e de Portugal, mas as consequências não são as mesmas. Os Bourbons não embarcaram para o Peru ou para o Chile, a dinastia viu-se obrigada a aceitar a sua abdicação forçada e no trono, assim desocupado, Napoleão coloca o seu irmão José. Uma grande parte da população espanhola recusa aceitar o usurpador e isola os espanhóis que o aceitam (a quem chamam os «afrancesados») e que contam com a presença do rei e a inspiração francesa para liberalizar e modernizar a Espanha. A separação entre aqueles que colaboram com o rei José e os demais corresponde à linha divisória entre os liberais modernistas e os tradicionalistas fiéis ao passado espanhol. Este acidente comprometerá as possibilidades de evolução da Espanha.

Uma junta toma a direcção da resistência e todas as colónias da América afirmam a sua fidelidade a Fernando VII. Quando este é internado no palácio de Valença, o poder fica vago. Por isso, na ausência do soberano, as colónias vêem-se forçadas a administrar-se a si próprias, decisão contra a qual, de Paris ou de Madrid, nada podem nem Napoleão nem José. Repõem em vigor as instituições tradicionais caídas em desuso, em especial o denominado *cabildo abierto*. Desenvolve-se uma vida política local que poderia classificar-se de democrática se não se limitasse apenas aos crioulos. Economicamente, como o Brasil, as colónias espanholas abrem-se ao comércio britânico e é a frota inglesa que assegura a sua segurança e o seu abastecimento.

A caminho da emancipação

Numa segunda fase, retomando o gosto pela liberdade à medida que a experimentam, as colónias que, por força das circunstâncias, se separam da metrópole desligam-se insensivelmente e rompem pouco depois com a junta insurreccional de Sevilha, posto que esta represente a legitimidade. O movimento muda então de orientação e de secessão inspirada pelo lealismo passa a luta pela emancipação pura e simples, sendo a primeira medida dos colonos a substituição dos vice-reis e dos capitães-generais por administrações que eles controlam. No conjunto da América espanhola, o movimento é conduzido pelos crioulos, salvo no México, onde toma um carácter mais democrático, com a participação dos índios, que têm à cabeça eclesiásticos de origem índia, como os padres Hidalgo e Morales, que são os porta-vozes da sua nacionalidade e dão, em 1810, o sinal da independência; os crioulos que temem ser submergidos pelos indígenas permanecem leais à Espanha, da qual necessitam para conter as massas índias.

Entre 1810 e 1814 lavra a guerra civil entre a minoria lealista e a maioria saída da independência, que tem à cabeça Bolívar no Noroeste da América do Sul e San Martín no vice-reino de La Plata (futura Argentina). Entre 1813 e 1814, a insurreição triunfa por toda a parte, elimina a administração espanhola, reduz os lealistas à impotência.

O terror contra-revolucionário

Mas, ao mesmo tempo, a Península Ibérica é libertada da ocupação francesa graças à batalha de Vitória, ganha pelos Ingleses, as tropas estão disponíveis e o rei reocupa o trono. Fernando VII, que decide restabelecer a autoridade nas colónias revoltadas, envia-lhes um corpo expedicionário. Os seus desígnios são servidos por um concurso de circunstâncias favoráveis: os insurrectos são pouco numerosos, estão mal armados e divididos; os lealistas, que retomaram as armas, lutam ao lado dos Espanhóis, que, aproveitando os antagonismos, se apoiam nos índios contra os crioulos. O México, a Venezuela, o Noroeste da parte andina da América espanhola, são reconquistados, Morales fuzilado; só San Martín consegue manter-se na região de La Plata.

A situação inverte-se, o antigo regime triunfa na América como na Europa, o terror contra-revolucionário desencadeia-se.

A independência

Mas o triunfo da restauração será de outra duração. É posto em causa mais cedo na América do que na Europa, será necessário esperar pelas revoluções de 1830. Na América, a repressão é atroz, mas a sua própria atrocidade contribui para relançar o movimento, assim como o valor pessoal, a tenacidade, o génio militar, de alguns homens, entre os quais Bolívar e San Martín, que têm na libertação da América espanhola um lugar comparável ao de Washington na dos Estados Unidos. Finalmente, os insurrectos, denominados «independentes», recebem o

apoio de voluntários da Europa; o fim das guerras libertou, com efeito, soldados profissionais que, sem emprego, vêm bater-se, em parte, para ganharem a vida, em parte, por convicção e simpatia, ao lado dos revoltosos. Por outro lado, a insurreição das tropas espanholas que Fernando VII reuniu em Cádis (1820) é o ponto de partida da revolução espanhola, que durará três anos, até que a expedição francesa consiga, com a vitória de Trocadero, esmagá-la e restabelecer o poder de Fernando VII. A sedição de Cádis ilustra bem a interacção dos acontecimentos nas duas costas do Atlântico e a solidariedade dos liberais de ambos os continentes, pois é a insurreição das tropas que recusam ir para a América esmagar os revolucionários que vai permitir o sucesso dos movimentos insurreccionais da América espanhola. Dez anos mais tarde reproduz-se o mesmo fenómeno com a revolução polaca de Novembro de 1830, quando os polacos mobilizados se sublevam contra a Rússia do czar Nicolau, que pretende dirigi-los contra a Bélgica, salvando assim a independência belga e a Revolução Francesa de 1830. As revoluções do Ocidente triunfam com o sacrifício das do Leste.

Finalmente, os independentes beneficiam com o apoio da Grã-Bretanha, que foi a primeira nação a reconhecer os seus governos, e dos Estados Unidos, que se opõem a toda e qualquer intervenção da Santa Aliança. A famosa Declaração de Monroe (Dezembro de 1823) situa-se nesta conjuntura em função dos projectos atribuídos ao czar de uma intervenção internacional para restaurar o domínio do rei de Espanha. O presidente Monroe julga por bem enunciar os princípios que norteiam a diplomacia americana. Esta declaração capital, complementar da mensagem de despedida de Washington, significa para a Europa que o tempo da dominação colonial na América pertence ao passado, que a América é um continente livre e que cada um dos continentes deve evitar intervir nos assuntos do outro. A América pertence aos Americanos.

Entre 1818 e 1824, as operações são retomadas e correm de feição aos insurrectos, que ilustram a epopeia libertadora da América com brilhantes feitos de armas. San Martín transpõe a cordilheira dos Andes e liberta o Chile em 1817, enquanto Bolívar liberta todo o Norte do continente. San Martín sobe então em direcção ao norte, Bolívar desce em direcção ao sul, e a junção das forças opera-se nos planaltos do Peru, onde a batalha de Ayacucho, em Dezembro de 1824, põe um ponto final nesta história, pois toda a América espanhola está libertada. Sendo o Brasil independente há dois anos, todo o continente sul-americano é desde então senhor do seu destino.

Conclusão

Impõem-se três observações para compreender o alcance e o significado desta história.

Estes acontecimentos marcam o fim dos impérios coloniais da Europa na América. Depois do império francês (1763), do império britânico (1783), do império português (1822), o governo espanhol, resignado, reconhecerá em 1836 a independência das antigas colónias, só conservando na América as ilhas de

Cuba e de Porto Rico até que, graças aos Estados Unidos, estas obtenham a independência (1898).

O império espanhol desaparece, o império português dissolve-se, mas outros laços não políticos subsistem com uma cultura e uma língua comuns, o catolicismo e tudo aquilo que os Espanhóis resumem num termo vago, cuja imprecisão convém à diversidade dos laços, a «hispanidade».

Se a América Latina é libertada, esse sucesso incontestável paga-se durante muito tempo com um duplo malogro político: a falência da unidade e a instabilidade política.

Sob a fachada colonial, a América conhecera uma unidade de civilização e de governo. Com a independência, a unidade é quebrada, o antigo império espanhol divide-se numa vintena de fragmentos, incluindo as repúblicas da América Central, de dimensões muito desiguais, a maior parte das quais não têm condições de viabilidade. Mesmo a Grande Colômbia, que devia reunir o que é actualmente a Colômbia propriamente dita, o Equador, a Venezuela e a Bolívia, se fragmenta, marcando o fracasso de Bolívar, que pretendia ao mesmo tempo emancipar e unificar a América. O seu projecto de congresso, que devia reunir no Panamá, em 1826, os representantes de todos os governos para lançar os fundamentos da unidade, falha. Atribui-se-lhe a seguinte frase de desilusão no fim da vida: «Lavrei o mar.»

Pode estabelecer-se um paralelismo com a actual África negra, onde os antigos impérios coloniais se desagregaram em entidades demasiado pequenas para serem viáveis e constituírem Estados-nações.

Qual a razão deste malogro? Demasiado pouco povoado, demasiado vasto, com núcleos de população dispersos por quilómetros, rivalidades que opõem os países, a hostilidade da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, que não têm o menor interesse em encorajar a unidade e actuam sobretudo com vista ao desmembramento, este continente quase não conhece circunstâncias favoráveis à sua unificação política. Data dessa época a dissimetria entre a poderosa união do Norte e a fragmentação da América do Sul. Esta desigualdade põe a América Latina à mercê do Norte e falseia, logo à partida, o próprio conteúdo do pan-americanismo, que mais não pode ser do que um instrumento da hegemonia política ou económica americana.

No plano das instituições políticas, o malogro é evidente, visto que nenhum destes Estados conseguirá criar instituições estáveis. Desde 1825, a história da América Latina é uma longa cadeia de golpes de Estado, de ditaduras, de revoluções. A Bolívia sofreu em menos de cento e cinquenta anos cerca de cento e vinte golpes de Estado. É claro que nem todos os países da América Latina têm um currículo tão impressionante, mas todos conhecem uma instabilidade política crónica.

4.4. A marcha dos Estados Unidos para a democracia

Decorre numa linha distinta, mas interfere, de vez em quando, com a da Europa ou com a da América Latina.

Em dois aspectos, os Estados Unidos apresentam uma diferença essencial em relação à América Latina.

Em primeiro lugar, desde a Constituição de 1787, souberam preservar a sua unidade, encontrando o meio institucional para conciliar a aspiração de cada Estado à sua autonomia com a necessidade de apresentar uma frente unida perante o mundo exterior. *E pluribus unum*, da pluralidade forma-se e fortifica-se a unidade. Eis a divisa da União Americana.

Em segundo lugar, dando o exemplo já clássico de uma evolução suave no próprio quadro da Constituição, souberam criar para si instituições estáveis.

Elaborada em 1787 por uma assembleia restrita, composta por homens escolhidos em função do seu prestígio pessoal, a Constituição, que entra em vigor em 1789, instaura um regime cuja originalidade é dupla. Por um lado, a existência de duas câmaras fornece uma solução elegante ao problema das relações entre os treze estados e o estado federal: no Senado, os estados estão representados em pé de igualdade, seja qual for a sua importância; na Câmara dos Representantes, estão na proporção da sua população.

Por outro lado, no que diz respeito às relações entre os poderes, a União Americana é a primeira experiência moderna da forma republicana num Estado alargado. Devemos recordar que até então só as pequenas cidades a tinham praticado e, no século XVIII, a maior parte dos filósofos políticos não acreditam que a forma republicana possa aplicar-se a grandes Estados, nem mesmo os que a reputam preferível e superior às outras formas. Nesse aspecto, a experiência empreendida pelos Estados Unidos tem um alcance que os ultrapassa em grande escala e interessa à própria Europa.

Governo republicano, mas não democrático, pois a república não é necessariamente democrática, sendo mesmo a democracia mais frequentemente associada, no espírito do século XVIII, a um regime do tipo autoritário. O regime de 1787 é um regime liberal que reserva o poder a uma classe abastada, instruída, de proprietários ricos. O sufrágio universal não foi inscrito em nenhum diploma, pelo que não é o conjunto dos cidadãos que designa os poderes, mas o quadro pode prestar-se a uma evolução democrática e a evolução verificar-se-á, por etapas, no sentido de uma democracia efectiva.

Esta evolução tem dois momentos importantes. O primeiro, em 1800, com a eleição de Jefferson para a presidência. Entre 1789 e 1800 tinham-se formado dois partidos que exprimiam, sobre a aplicação da Constituição, duas interpretações contrárias. O partido «federalista», que tendia ao reforço do estado federal em detrimento da autonomia dos estados e recrutava os seus membros na aristocracia do negócio ou da propriedade. Os republicanos, pelo contrário, advogavam a independência mais ampla possível dos estados e contavam com a simpatia dos «pequenos». O conflito constitucional tomava assim o aspecto de uma divergência de interesses. Nas eleições de 1800, Thomas Jefferson, candidato do Partido Republicano, vence e retoma a orientação aristocrática dada pela presidência de Washington.

Paralelamente, a sociedade transforma-se espontaneamente com o princípio da exploração dos territórios do Oeste, para além dos Apalaches. Aparece um novo tipo de homens, nasce uma nova raça de pioneiros rudes e igualitários. Entre eles não existem distinções hereditárias, títulos ou privilégios. Com eles nasce uma nova ordem social que é o próprio fundamento da democracia política e social. À medida que se formam, estes novos estados criam constituições democráticas que incluem o sufrágio universal e não prevêem discriminação em função da propriedade, do dinheiro ou da educação. Uma democracia de facto instaura-se no Oeste. À medida que os territórios do Oeste ascendem à categoria de estados, a balança das forças pende a favor dos republicanos.

Convém ter-se atenção a uma das armadilhas da terminologia política dos Estados Unidos. Com efeito, se é certo que actualmente os partidos americanos têm o nome de *republicano* e de *democrata*, em 1800 são os republicanos que são os democratas.

A democratização estende-se aos estados primitivos, a maior parte dos quais revêem nos anos 1820-1830 as suas constituições, suprimem as distinções sociais, introduzem o sufrágio universal, separam as igrejas do Estado.

No governo federal, o impulso democrático traduz-se, em 1828, pela eleição e pela entrada na Casa Branca do general Jackson, que personifica a corrente mais democrática. É a segunda etapa da democratização da vida política americana.

A eleição de Jackson surge poucos meses antes da vaga revolucionária que varrerá a Europa ocidental, em 1830, e, apesar de não existir nenhuma relação entre os dois acontecimentos, este sincronismo ilustra bem o desfasamento entre o Velho e o Novo Mundo. Os Estados Unidos entram já na era democrática, enquanto a Europa ocidental está ainda na era liberal. As revoluções de 1830, liberais, varrem a contra-revolução, mas não estabelecem ao mesmo tempo a democracia, nem a Carta de 1830 nem os textos que nela se inspiram instauram o sufrágio universal. Os Estados Unidos estão avançados uma geração; fizeram 1848 em 1828. Tocqueville, logo a seguir à revolução de 1830, deixa uma França liberal, mas não democrática, e vai estudar a democracia americana para fazer uma ideia do que será a fase seguinte da evolução da Europa.

Se deixarmos o aspecto interno para considerarmos as relações externas, os Estados Unidos afirmam-se como uma potência. A sua independência saiu reforçada da guerra que travaram, entre 1812 e 1815, com a Grã-Bretanha e sobretudo cresceram territorialmente, com a Luisiana, comprada em 1803 por Jefferson à França, e a Florida, à Espanha em 1819. O povoamento acompanha a conquista, ultrapassando-a por vezes. Em 1820, os Estados Unidos ocupam já 5 milhões de quilómetros quadrados e a sua população atinge 9 milhões. Quase triplicou desde a independência. Em 1923, a Declaração de Monroe significa para as potências europeias que a era colonial no continente americano terminou. Os Estados Unidos estão em vias de conquistar também a sua independência económica. A segunda guerra de independência precipitou os acontecimentos, obrigando a nação americana a bastar-se a si própria, já que estavam

suspensas as relações com a Inglaterra, donde recebia o essencial dos seus produtos manufacturados. Com o restabelecimento da paz, o Congresso, para preservar a indústria nacional nascente, adopta uma tarifa protectora: é ao abrigo desta barreira alfandegária que vai desenvolver-se a economia nacional.

TERCEIRA PARTE

O SÉCULO XIX (1815-1914)

Introdução

O século XIX, tal como é delimitado pelos historiadores, ou seja, o período compreendido entre o fim das guerras napoleónicas e o início do primeiro conflito mundial, uma centena de anos que se estendem do Congresso de Viena à crise do Verão de 1914, é um dos séculos mais complexos, mais ricos, que se possa imaginar. Evitaremos atribuir-lhe, retrospectivamente, uma racionalidade que lhe seria estranha, mas uma breve investigação permitirá distinguir algumas grandes orientações.

Um século de revoluções

Sem esquecer que as relações que a Europa mantém com o resto do mundo entre 1814 e 1914 são marcadas pela sua expansão e pelas suas tentativas de dominação do Globo, o traço mais evidente é a frequência dos abalos revolucionários. Este século pode ser chamado, apropriadamente, o século das revoluções, pois — até ao presente — nenhum foi tão fértil em sublevações, em insurreições, em guerras civis, uma vezes triunfantes e outras esmagadas. Estas revoluções têm como pontos comuns serem quase todas dirigidas contra a ordem estabelecida (regime político, ordem social, por vezes dominação estrangeira), quase todas empreendidas em prol da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou unidade nacionais. Tal é o sentido profundo da efervescência que se manifesta quase continuamente por toda a Europa e à qual nenhuma parte do continente escapou: tanto a Irlanda como a Península Ibérica, os Balcãs como a França, a Europa central e a Rússia, foram atingidos, uma ou várias vezes, por esta agitação.

Esta agitação revolucionária aparece em primeiro lugar como a repercussão da revolução de 1789 e bastará examinar as palavras de ordem, investigar os

princípios, para apreender a analogia. Todavia, estes movimentos revolucionários não se reduzem — talvez mesmo nenhum se lhes reduza inteiramente — às sequelas da revolução de 1789. À medida que o século se aproxima do fim, manifestam-se outros traços que, pouco a pouco, se sobrepõem à herança da Revolução Francesa.

Fenómenos novos, estranhos à história da França revolucionária, tomam um lugar crescente, põem problemas novos, suscitam movimentos inéditos. É o caso da revolução industrial, geradora do movimento operário, do surto sindical, das escolas socialistas. Na segunda metade do século XIX nasce um novo tipo de revolução que não pode reduzir-se à imagem, pura e simples, dos movimentos revolucionários saídos da herança de 1789.

Quatro grandes vagas

É possível projectar alguma luz sobre o desenvolvimento destes acontecimentos distinguindo várias vagas que se foram sucedendo.

1. Uma primeira vaga é composta pelos movimentos liberais, que se produzem em nome da liberdade, contra as sobrevivências ou os regressos ofensivos do antigo regime. É o caso da vaga insurreccional de 1820, das revoluções de 1830, sobretudo na Europa ocidental.

2. Uma segunda vaga é constituída pelas revoluções democráticas propriamente ditas.

Voltarei com vagar à diferença entre a natureza das revoluções liberais e a das revoluções democráticas. A distinção é fundamental e o seu entendimento requer um esforço de imaginação, pois nos finais do século XX, liberal e democrático, não estão longe de serem sinónimos (falamos correntemente de democracias liberais). Quando Jean-Jacques Chevalier analisa o demoliberalismo, insiste em tudo o que há de indiviso entre a filosofia liberal e a filosofia democrática, mas este ponto de vista é mais do século XX do que do século XIX. Os contemporâneos eram mais sensíveis ao que diferenciava, e até opunha, o liberalismo à democracia, e por volta de 1830 ou 1850 os dois são mesmo inimigos irredutíveis: a democracia é o sufrágio universal, o governo do povo, enquanto o liberalismo é o governo de uma elite.

3. Uma terceira vaga de movimentos reclama-se de uma inspiração muito diferente: são os movimentos sociais que tomam das escolas socialistas o seu programa e a sua justificação. Antes de 1914, tais movimentos são ainda minoritários, e abster-nos-emos de qualquer antecipação, empolando prematuramente a sua importância.

4. Por fim, o movimento das nacionalidades, que não se segue cronologicamente aos três precedentes, mas se desenrola ao longo de todo o século XIX e constitui o último tipo de movimento, provém da herança da revolução, como já vimos ao enumerarmos as consequências da revolução para a ideia nacional. É contemporâneo tanto dos movimentos liberais como das revoluções democráticas e até das revoluções sociais e mantém com estas três correntes relações complexas, variáveis, ambíguas, umas vezes aliado, outras adversário, dos movimentos liberais ou das revoluções democráticas e socialistas.

Reduzida à sua anatomia, eis a história do século XIX, dominada por estas quatro forças distintas, estas quatro correntes, que umas vezes se sucedem e outras se combatem, mas todas entram em conflito com a ordem estabelecida, com os princípios oficiais, as instituições legais, as ideias no poder, as classes dirigentes, as dominações estrangeiras.

É o conflito entre estas forças de renovação e os poderes estabelecidos que compõe a história do século XIX, que explica a violência e a frequência dos choques. O confronto entre as forças conservadoras — políticas, intelectuais, sociais — e as forças contestatárias fornece a chave para a maior parte dos acontecimentos da história, tanto nacional como europeia, que quase sempre levam à prova de força, pois só excepcionalmente o confronto se dirime pacificamente pela aplicação de disposições constitucionais. Isto só não é assim na Grã-Bretanha e na Europa do Norte ou ocidental, na Escandinária e nos Países Baixos. Em qualquer outra parte, o conflito é resolvido pelo recurso às soluções mais radicais, pelo uso da violência.

Os termos do confronto variam consoante o momento e o país. Convém, pois, passar do quadro geral para o exame das situações particulares.

1
A Europa em 1815

Imediatamente após Walterloo, aquando da segunda abdicação de Napoleão e da assinatura das actas do Congresso de Viena, a situação caracterizava-se pela restauração.

1.1. Uma restauração

Restauração é o nome dado ao regime estabelecido em França durante quinze anos, de 1815 a 1830, mas a designação adapta-se a toda a Europa. Ela é múltipla e aplica-se a todos os aspectos da vida social e política.

Antes de mais, uma restauração dinástica

Os soberanos do antigo regime vingaram-se de Napoleão, em quem viam o herdeiro da revolução, e a escolha de Viena para a realização do congresso, onde tomam assento os representantes de todos os Estados europeus, é simbólica,

porque se tratava da capital de um dos poucos países que não foram perturbados pela revolução e porque a dinastia dos Habsburgos constituía o símbolo da ordem tradicional, da Contra-Reforma, do antigo regime.

Em França, pela aplicação da ordem de sucessão no trono, Luís XVIII sucede a Luís XVI. E assim será noutros países, onde os soberanos destronados — uns pela revolução, outros por Napoleão — voltam a subir ao trono: os Bourbons, em Nápoles e em Espanha; os Braganças, em Portugal, quando, alguns anos mais tarde, voltam do exílio; a dinastia de Orange, nos Países Baixos.

E uma restauração do princípio monárquico

Esta restauração das pessoas e das famílias toma também o aspecto de uma restauração do princípio monárquico. Na nova Europa já não se pensa na república e o princípio da legitimidade monárquica triunfa inequivocamente. É dele que se reclamam os doutrinários da restauração, os filosófos da contra-revolução, os Burke, os Maistre, os Bonald, os Haller. É igualmente nesta noção de legitimidade que devem inspirar-se os diplomatas que, em Viena, recompõem os territórios.

Só começa a falar-se de legitimidade quando ela é contestada. Antes de 1789, obviamente, não havia necessidade de justificar a monarquia; no entanto, em 1815, após a experiência revolucionária, os regimes e os seus doutrinários sentem a necessidade de construírem uma teoria para ela.

A legitimidade reside no valor reconhecido à duração. É legítimo o regime que durou, que representa a tradição, que tem atrás de si uma longa história. A legitimidade é essencialmente histórica e tradicionalista. Esta identificação com a duração justifica-se positiva e pragmaticamente: se um regime durou, é porque respondia às necessidades, porque encontrou nos espíritos uma adesão, porque foi eficaz, resistindo às vicissitudes do tempo. De resto, a duração sacraliza, confere o prestígio do passado às instituições veneráveis herdadas de outrora.

Ao longo de todo o século XIX, o princípio da legitimidade vai estar subjacente ao pensamento contra-revolucionário, à política dos regimes conservadores e aos esforços de certas escolas políticas para restaurarem, contra o movimento da história, as instituições herdadas do antigo regime. É uma noção fundamental para o pensamento e as relações políticas.

Esta filosofia da legitimidade toma a direcção oposta à da filosofia revolucionária, segundo a qual o passado deve ser questionado, correndo o que é antigo o risco de cair em desuso ou tornar-se caduco. O povo tem o direito de desfazer em qualquer momento a ordem tradicional, para o que lhe basta a legitimidade conferida pela sua vontade soberana. Ele pode substituir a herança do passado por uma nova ordem, mais racional e voluntária.

Há, portanto, um confronto entre dois sistemas de valores, duas filosofias, uma regulada pela ideia de tradição e pelo respeito pela história, a outra pondo a tónica na vontade soberana da nação.

Será uma contra-revolução?

A restauração, segundo esta concepção, não se limitaria à pessoa do soberano ou ao ramo dinástico; deve estender-se a todos os aspectos, a todos os sectores da vida colectiva, às formas políticas, às instituições jurídicas, à ordem social. Ela implica o retorno integral ao antigo regime. Sendo a revolução considerada uma espécie de acidente, convinha fechar o parêntese e apagar-lhe as consequências. Segundo a fórmula tão significativa do preâmbulo da Carta Constitucional de 1814, reata-se a cadeia do tempo. Nenhuma outra fórmula é mais expressiva da filosofia política da contra-revolução.

A restauração, assim definida, é mesmo a contra-revolução. Trata-se de tomar o sentido oposto ao dos princípios de 1789 e de apagar todos os vestígios dessa desorientação do espírito humano. A contra-revolução era efectivamente em 1815 uma virtualidade do triunfo dos reis.

1.2. A restauração não é integral

Mas a restauração não consegue restabelecer inteiramente a situação de 1789.

Modificações territoriais

Nem todos os monarcas foram repostos no seu trono e subsistem grandes modificações territoriais. Para o verificarmos bastará confrontarmos os mapas políticos da Europa nas vésperas de 1789 e tal como se desenham após o Congresso de Viena. Os contrastes saltam à vista, o que ilustra bem o que a revolução impõe aos negociadores do Congresso de Viena.

O Sacro Império Romano-Germânico, dissolvido por Napoleão a seguir a Austerlitz, não é restabelecido. A Confederação Germânica, que o substitui, apenas se lhe assemelha vagamente. As cinquenta e tal cidades livres do Santo Império foram integradas nos reinos ou grão-ducados, os principados eclesiásticos foram secularizados, anexados aos Estados. Desapareceram igualmente as repúblicas, como Génova e Veneza, em Itália.

Nas Províncias Unidas, o princípio monárquico prevaleceu definitivamente sobre a forma republicana. É um Estado unitário que sucede à velha república federalista do antigo regime.

O mapa é muito simplificado e o número de Estados sensivelmente reduzido. Só na Alemanha passou de 360 para 39. Deste ponto de vista, 1815 marca uma etapa apreciável no que poderia chamar-se a racionalização ou a simplificação do mapa político da Europa. Diminui o número de parceiros; os Estados reagrupam-se de uma maneira mais coerente. Mas, sobretudo, os vencedores saem da guerra engrandecidos. Se a Grã-Bretanha se expandiu fora da Europa, as três potências continentais cresceram dentro da própria Europa.

A Rússia obtém uma grande fatia da Polónia. No Noroeste, depois de 1809, tirou a Finlândia à Suécia. Após 1812 tomou a Bessarábia ao Império Otomano, no Sudoeste. Avança assim em todas as frentes para oeste e a sua população passa — tanto pelo crescimento natural como pelo efeito das anexações territoriais — de 30 para 50 milhões de habitantes entre 1789 e 1815. A Rússia faz figura de grande potência instalada quase no coração da Europa, com a deslocação para oeste materializada pela anexação de três quartos da Polónia.

A Prússia fez o mesmo. Deslizando para oeste pela margem esquerda do Reno, ocupando uma parte importante da Saxónia, sai das guerras mais compacta, mais coesa, aumentada em mais de metade: a superfície passa de 190 000 km² para 280 000 km² em 1815.

A Áustria perdeu o que antes da revolução se designava por Países Baixos, isto é, a Bélgica, mas entrou na Itália através da Lombardia Veneziana. Instalada no coração da Europa central, senhora da Itália, que controlava directamente ou por interpostos soberanos, estendendo a sua tutela sobre a Alemanha, reagrupou melhor as suas posições.

Geograficamente, o mapa encontra-se profudamente modificado. Está-se longe do princípio de uma restauração dos Estados e dos soberanos no *statu quo* anterior a 1789.

Modificações institucionais

No que diz respeito às instituições, as alterações não são menores. Com efeito, segundo a nossa classificação dos regimes políticos do antigo regime em cinco tipos, verifica-se que os dois mais antigos, o feudalismo e as repúblicas, pagaram os custos da revolução. Quanto aos restantes, pouco falta para que se volte à monarquia absoluta, tal como os legistas e os teólogos do direito divino a formulavam nas vésperas da revolução.

O caso da França — donde partiu a revolução — é, no género, particularmente exemplar, visto que Luís XVIII não acreditou ser possível regressar ao antigo regime e outorgou aos seus súbditos a Carta Constitucional, fazendo concessões importantes à experiência e às aspirações dos Franceses. A existência da Carta é só por si uma concessão de envergadura. O antigo regime caracteriza-se pela ausência de constituição. Com a Carta Constitucional passa a haver um texto, uma regra, a que se pode recorrer, uma constituição mascarada. Com efeito, apesar do preâmbulo, que insiste na concessão unilateral feita pelo rei, trata-se mesmo de uma constituição, uma espécie de contrato estabelecido entre o soberano restaurado e a nação.

A análise do conteúdo da Carta dissipa, a este respeito, todas as dúvidas. Ela prevê instituições representativas, uma câmara electiva (trata-se de uma homenagem ao princípio electivo) associada ao exercício do poder legislativo, que aprova o orçamento, em aplicação do princípio do necessário consentimento dos representantes da nação para a fixação dos impostos. É, de certa maneira, vinte e cinco anos depois, a legitimação das pretensões dos estados gerais. Finalmente, a Carta reconhece explicitamente um certo número de liberdades que a primeira revolução tinha proclamado: liberdade de opinião, liberdade de culto, liberdade de imprensa, isto é, quase todos os aspectos essenciais do programa liberal.

Todavia, a França não é a única a enveredar por esta via. Em 1814-1815 dá-se uma proliferação de textos constitucionais, quase todos outorgados pela benevolência do soberano. Assim, no novo reino dos Países Baixos, formado pela reunião das Províncias Unidas e dos Países Baixos Belgas, a lei fundamental, que será a Constituição da Holanda moderna, divide o poder legislativo entre o soberano e os estados gerais. Em 1814 o reino da Noruega recebe igualmente uma constituição, a mais liberal de todas, na qual o rei dispõe apenas de um veto suspensivo. O próprio czar concede uma constituição ao grão-ducado de Varsóvia.

Deste modo, sob as aparências de um regresso ao antigo regime e sob a cor de uma restauração, fazem-se apreciáveis concessões ao espírito da época e à reivindicação liberal de um texto constitucional.

A manutenção do aparelho administrativo

A organização administrativa, tal como a revolução a preparou, abrindo novos caminhos, e tal como Napoleão a reorganizou, subsiste naturalmente, pois nenhum soberano, por maior que seja o seu apego à filosofia contra-revolucionária, quereria perder o benefício da eficácia assegurada por uma administração uniforme, racionalizada, hierarquizada. O quadro das circunstâncias é conservado, o aparelho administrativo mantido.

As transformações sociais

A evidência de que a restauração está longe de ser integral impõe-se ainda com mais força no que respeita às transformações sociais. Por onde passou, a revolução abalou as estruturas sociais e por toda a parte o essencial das suas concepções e transformações será conservado: em França, onde a Carta reconheceu as liberdades cívicas; nos Países Baixos, no Oeste da Alemanha, no Norte de Itália e até na Polónia, onde os códigos inspirados nos códigos napoleónicos se mantêm em vigor por tempo indeterminado. A servidão é abolida, os privilégios suprimidos, a mão-morta eclesiástica desaparece. A igualdade civil de todos perante a lei, perante a justiça, perante o imposto, no acesso às funções públicas e administrativas, é desde então a regra para uma boa metade da Europa. São eliminadas as interdições, tradicionais em certos Estados e impostas à burguesia, de comprar terras.

Todas estas reformas favorecem principalmente a burguesia, e, de facto, passou-se de uma sociedade aristocrática para uma sociedade burguesa.

Estas transformações e a sua conservação aproximam os países onde elas se verificaram. Passando por cima das diferenças do passado, estas reformas constituem um traço de união e contribuem para a unificação da Europa ocidental; entre a França e a Alemanha do Oeste, entre os Países Baixos e a Itália, passam

a existir instituições comuns, uma sociedade aparentada. Porém, ao mesmo tempo, acentua-se a diferença, o desnível entre esta Europa e a outra, a Europa que não foi atingida pelas transformações revolucionárias.

1.3. Um equilíbrio precário

Assim, sob a aparência da restauração, prevaleceu uma solução de compromisso. A restauração dissimula uma aceitação, inconfessável, de uma parte da obra da revolução.

Como qualquer solução de compromisso, é instável e precária, pois está exposta a investidas de sentido contrário, aos ataques de duas fracções extremas.

Os ultras

De um lado, os que querem voltar ao passado, que sonham com uma restauração integral e não podem resignar-se a ratificar, pura e simplesmente, as transformações revolucionárias, que recusam transigir, aqueles para quem a revolução é satânica. Como poderiam pactuar com o mal? É necessário extirpar todas as reminiscências da revolução. É esta a posição intelectual dos ultras em França e é este o programa da câmara fantasma eleita no Verão de 1815.

Mas existem ultras em todos países, pois na Europa de 1815 subsiste ainda uma sociedade do antigo regime, com uma aristocracia proprietária, um campesinato servil ou dócil, uma sociedade que não aceita outra ordem válida que não seja a antiga, que visa o restabelecimento integral da Europa de outrora. Este é também o programa da Santa Aliança.

A presença destes ultras, a sua agitação, as suas exigências permanentes, as suas maquinações, constituem uma ameaça constante para uma solução de compromisso, o que inquieta, justificadamente, os que estão ligados à herança da revolução.

Os liberais

Do outro lado encontram-se todos aqueles que não tomam o partido da derrota da revolução e que entendem ir até ao fim das suas consequências, os que não aceitam os tratados de 1815. Para eles, as ideias da revolução não morreram, a dupla herança da transformação das instituições e da emancipação nacional permanece viva. O termo *liberdade* continua a ser a sua palavra de ordem: liberdade política interna, liberdade nacional; opõem à santa aliança dos reis a santa aliança dos povos. Desenha-se uma solidariedade internacional, que ultrapassa as fronteiras, entre jacobinos ou liberais de todos os países contra a solidariedade das potências estabelecidas e dos soberanos restaurados.

Em 1815, a situação caracteriza-se, no plano das instituições, pelo compromisso e, no plano das forças, pelo antagonismo de dois campos, em que nenhum

está satisfeito com a ordem das coisas, pois uns querem voltar ao antigo regime e os outros pretendem levar até às últimas consequências os princípios da revolução. O confronto entre estes dois campos será o fio condutor, o princípio explicativo, da agitação que abalará a Europa. O ano de 1815 é um armistício, uma pausa numa Europa esgotada por vinte e cinco anos de guerras, civis e estrangeiras, e que aspira ao repouso. As paixões políticas não tardarão, porém, a reacender-se; umas vão cristalizar em torno da ideia de liberdade e outras à volta da noção de legitimidade. A oposição destes dois campos, destas duas santas alianças, confere à história política da Europa, entre 1815 e 1848, a sua plena significação.

2
A era do liberalismo

O movimento liberal é a primeira vaga de movimentos que combatem o que subsiste do antigo regime ou acaba de ser restaurado em 1815. A designação de «liberal» é a que mais convém, pois caracteriza a noção mestra, a pedra angular, da arquitectura intelectual de todos estes movimentos.

O liberalismo é um dos grandes acontecimentos que o século XIX domina inteiramente, e não só durante o período em que todos os movimentos se reclamam explicitamente da filosofia liberal. Muito depois de 1848 encontrar-se-á ainda um certo número de políticos, de filósofos, cujo pensamento é marcado pelo liberalismo. Um Gladstone é tipicamente liberal, como uma boa parte das personalidades políticas de Inglaterra. Também noutros países diversas famílias espirituais são influenciadas pelo liberalismo, pois este, posto que seja na generalidade anticlerical, contém não obstante uma variante religiosa. Há assim um catolicismo liberal personificado por Lacordaire ou Montalembert. Trata-se, portanto, de um fenómeno histórico de grande importância que dá ao século XIX uma parte da sua cor e contribui para a sua grandeza, pois o século XIX é um grande século a despeito das lendas e dos processos de intenções.

Em todos os países existe, entre todas as formas de liberalismo, uma certa afinidade, que se traduz, mesmo nas relações concretas, numa espécie de internacional liberal, de que fazem parte os movimentos e os homens que lutam pelo liberalismo. Esta internacional liberal é diferente das internacionais operárias e socialistas da segunda metade do século, já que não comporta instituições. Se não existe organismo internacional, não deixa de haver trocas e relações. Assim, os soldados, passados à disponibilidade pelo retorno à paz, em 1815, vão combater sob bandeiras liberais contra o antigo regime. Quando o exército francês atravessa os Pirenéus, em 1823, para prestar auxílio ao rei Fernando VII contra os seus súbditos revoltados, esbarra na fronteira com um punhado de compatriotas liberais, que desfraldam a bandeira tricolor. Esta internacional dos

liberais manifestou-se a favor das revoluções da América Latina e do movimento fileleno, na Grécia, contra os Turcos. Em 1830-1831, Luís Napoleão — o futuro imperador — bate-se ao lado dos carbonários, na Romanha, onde seu irmão é morto.

Este internacionalismo liberal é o precursor do internacionalismo socialista, mas também o herdeiro do cosmopolitismo intelectual do século XVIII. A diferença reside em que, no século XVIII, o cosmopolitismo é próprio dos príncipes, dos salões, da aristocracia, ao passo que no século XIX conquista as camadas sociais mais populares, é próprio dos soldados, dos rebeldes.

Para estudar o movimento liberal é conveniente distinguir duas abordagens, uma ideológica, ligada às ideias, e a outra sociológica, que considera as bases sociais, propondo duas interpretações bastante diferentes do mesmo fenómeno, mas, decididamente, mais complementares do que contraditórias.

2.1. A ideologia liberal

Tomemos primeiramente a via mais intelectual, aquela que privilegia as ideias, examina os princípios, estuda os programas. É esta a interpretação do liberalismo que os próprios liberais geralmente propõem e é também a mais lisonjeira. É o aspecto que se impõe nos textos dos contemporâneos, a ideologia do liberalismo tal como se exprime nas obras de filosofia política de Benjamim Constant, na tribuna das assembleias parlamentares, na imprensa, nos panfletos.

A filosofia liberal

O liberalismo é, antes de mais, uma filosofia global. Insisto nisto porque, presentemente, acontece que muitas vezes o reduzem ao seu aspecto económico, que deve ser devolvido a uma perspectiva mais ampla e que é apenas um dos pontos de aplicação de um sistema completo, que engloba todos os aspectos da vida em sociedade e que acredita ter resposta para todos os problemas postos pela existência colectiva.

O liberalismo é também uma filosofia política inteiramente subordinada à ideia de liberdade, segundo a qual a sociedade política deve ser fundada na liberdade e encontrar a sua justificação na consagração desta. Só existe sociedade viável — e por maioria de razão legítima — quando inscreva no frontão das suas instituições o reconhecimento da liberdade. No plano dos regimes e do funcionamento das instituições, este primado comporta consequências cuja amplitude estudaremos.

É igualmente uma filosofia individualista na medida em que coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da colectividade. O liberalismo não conhece os grupos sociais, e basta recordar a hostilidade da revolução em relação aos corpos sociais e às ordens, a desconfiança que lhe inspirava o fenómeno associativo, a sua repugnância em reconhe-

cer a liberdade de associação com receio de que o indivíduo fosse absorvido, dominado, pelos grupos.

É ainda uma filosofia da história, uma filosofia segundo a qual a história é feita, não pelas forças colectivas, mas pelos indivíduos.

É, por fim, uma certa filosofia do conhecimento e da verdade, e é neste aspecto que o liberalismo merece melhor o termo de filosofia. Em reacção ao método de autoridade, o liberalismo acredita na descoberta progressiva da verdade pela razão individual. Fortemente racionalista, opõe-se ao jugo da autoridade, ao respeito cego pelo passado, ao império do preconceito como aos impulsos do instinto. O espírito deve poder procurar a verdade por si só, sem sujeição, e é do confronto de pontos de vista que, pouco a pouco, deve libertar-se uma verdade comum. A este respeito, o parlamentarismo é apenas a tradução, no plano político, desta confiança na virtude do diálogo. As assembleias representativas fornecem um quadro a esta busca comum de uma verdade média, aceitável por todos. Entrevêem-se as consequências que esta filosofia do conhecimento implica: a rejeição dos dogmas impostos pelas igrejas, a afirmação do relativismo da verdade, a tolerância.

Assim definido, o liberalismo afigura-se como uma filosofia global, do mesmo modo que o pensamento contra-revolucionário ou o marxismo, uma resposta a todos os problemas que possam colocar-se, na sociedade, sobre a liberdade, sobre as relações de cada um com os outros, sobre a sua relação com a verdade. É um erro grave ver apenas no liberalismo as suas aplicações à produção, ao trabalho, às relações entre produtores e consumidores.

As consequências jurídicas e políticas

Semelhante filosofia arrasta um leque de consequências práticas. É dos seus postulados fundamentais que provém a luta dos liberais, no século XIX, contra a ordem estabelecida, contra toda a autoridade, a começar pela do Estado, visto que o liberalismo é uma filosofia política.

O liberalismo desconfia radicalmente do Estado e do poder, e todo o liberal subscreve a afirmação de que o poder é mau em si mesmo, a sua utilização perniciosa, e assim como é necessário adaptar-se-lhe, é também preciso reduzi-lo na medida do possível. O liberalismo rejeita portanto, sem reserva, todo o poder absoluto e, sendo a monarquia absoluta a forma ordinária do poder no princípio do século XIX, é contra ela que ele combate. No século XX, o combate liberal reconverter-se-á facilmente da luta contra o antigo regime em combate contra os regimes totalitários, contra as ditaduras, mas também contra a autoridade popular. O liberal recusa escolher entre Luís XIV e Napoleão.

Para evitar o regresso ao absolutismo, a uma autoridade sem limite, o liberalismo propõe uma vasta gama de fórmulas institucionais. O poder deve ser limitado, e que melhor solução existe do que fraccioná-lo, isto é, aplicar o princípio da separação dos poderes, que surge, nesta perspectiva, como uma regra fundamental? A tal ponto que a Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão diz, textualmente, que uma sociedade que não assenta no princípio da separação dos poderes não é uma sociedade regulada. A separação dos poderes não é apenas uma fórmula técnica e pragmática, apresenta-se ao liberalismo como um princípio primordial, pois protege o indivíduo do absolutismo.

O poder deve ser igualmente dividido em órgãos de igual força, uma vez que o equilíbrio dos poderes não é menos importante do que a sua separação. Se desiguais, haveria o grande risco de ver o mais forte absorver os outros, ao passo que, sendo iguais, se neutralizam.

Declarado ou escondido, o ideal do liberalismo é sempre o poder mais fraco possível e alguns não dissimulam que o melhor governo, quanto a eles, é o governo invisível, aquele cuja acção não se faz sentir.

A descentralização é outro meio de limitar o poder. Ter-se-á o cuidado de transferir do centro para a periferia e do topo para os escalões intermédios uma boa parte das atribuições que o poder central tende a reservar para si.

Ainda outra maneira de restringir o poder é limitar o seu campo de actividade e assim se explica a doutrina da não intervenção em matéria económica e social. O Estado deve deixar actuar livremente a iniciativa privada, individual ou colectiva, e a concorrência. É a concepção do chamado «Estado-guarda» (mas a imagem pode hoje ser equívoca, pela confusão que pode suscitar com a polícia), um guarda que só intervém em caso de flagrante delito, digamos um Estado-guarda florestal.

Uma última precaução, talvez a mais importante: o exercício do poder deve ser definido por regras de direito consignadas em textos escritos e cujo cumprimento seria controlado por jurisdições, sendo as infracções apresentadas aos tribunais e sancionadas. O exercício do controle sobre o funcionamento regular do poder é uma das funções do parlamentarismo. A Grã-Bretanha é o país que melhor soube traduzir esta filosofia e estas aspirações em instituições e numa prática.

Desconfiança do Estado, desconfiança do poder, a desconfiança não é menor em relação aos grupos e corpos sociais, a tudo aquilo que ameace sufocar a iniciativa do indivíduo. O liberalismo tende naturalmente para a emancipação de todos os membros da família, e o feminismo, que libertará a mulher da tutela do marido, é um prolongamento do liberalismo, a vitória das maiorias liberais, implicando habitualmente a adopção do divórcio. Para evitar que a profissão constitua uma outra tutela interditar-se-ão corporações e sindicatos. O liberalismo manifesta-se contra as autoridades intelectuais ou espirituais, igrejas, religiões de Estado, dogmas impostos, e, mesmo que haja um liberalismo católico, ele é anticlerical.

Tendo em conta estas consequências e estas aplicações, o liberalismo aparece, no século XIX, como uma doutrina subversiva. De facto, é uma força verdadeiramente revolucionária, com um impulso que implica a rejeição das autoridades, que condena todas as instituições que sobreviveram à tempestade revolucionária ou foram repostas pela restauração e que é portador da destruição da ordem antiga. É uma fé alternativa, uma forma de religião para todos quantos

desertaram das religiões tradicionais, um ideal que tem os seus profetas, os seus apóstolos, os seus mártires. Religião da liberdade, o liberalismo pôde ser para muitos, pelos menos na primeira metade do século, uma causa que merecia eventualmente o sacrifício da própria existência. O liberalismo inspira então as revoluções, faz surgir as barricadas, milhares de homens morrem pela ideia liberal.

Ideia subversiva, fermento revolucionário, causa digna de todas as devoções e de todas as generosidades — eis a interpretação que nos propõe um estudo feito ao nível das ideias. A abordagem ideológica conduz à conclusão de que o liberalismo suscitou e exaltou entre os Europeus os sentimentos mais nobres, as virtudes mais elevadas. Ela propõe uma visão idealista do liberalismo.

2.2. A sociologia do liberalismo

É muito diferente a visão que se tem numa abordagem sociológica, que, em vez de examinar os princípios, considera os actores e as forças sociais.

O liberalismo, expressão dos interesses da burguesia

A visão sociológica é relativamente recente, claramente posterior aos acontecimentos, e constitui uma reacção ao idealismo da interpretação precedente. Pondo a tónica nos condicionalismos sócio-económicos, nas determinações ditadas pelos interesses, esta abordagem corrige a nossa interpretação histórica e sugere que o liberalismo é, pelo menos, enquanto filosofia, a expressão de um grupo social, a doutrina que melhor serve os interesses de uma classe.

Se, em apoio desta afirmação, se faz intervir a geografia e a sociologia do liberalismo, verifica-se que os países onde o liberalismo aparece, onde as teorias liberais encontraram maior simpatia, onde desabrocharam os movimentos liberais, são aqueles onde existe uma burguesia já importante.

Prolongando a análise geográfica com um exame sociológico, verifica-se igualmente que a categoria social — e o vocabulário é, a este respeito, revelador — na qual o liberalismo recruta essencialmente os seus doutrinadores, os seus advogados, os seus adeptos, é a das profissões liberais e da burguesia mercantil.

A conclusão adivinha-se: o liberalismo é a expressão, até o álibi, a máscara dos interesses, de uma classe. A concordância é demasiado estreita entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia.

Quem, na verdade, mais beneficia, em França ou na Grã-Bretanha, com o jogo livre da iniciativa política ou económica senão a classe social mais instruída e mais rica? A burguesia fez a revolução e a revolução devolveu-lhe o poder. Ela tenciona conservá-lo, contra um regresso da aristocracia e contra a ascensão das camadas populares. A burguesia reserva para si o poder político através do censo e controla o acesso a todas as funções públicas e administrativas. A aplicação do liberalismo tende também a manter a desigualdade social.

A visão idealista insistia no aspecto subversivo, revolucionário, na aplicação explosiva dos princípios, mas, na prática, estes princípios foram sempre aplicados dentro de limites estreitos. A interdição dos agrupamentos, por exemplo, tem efeitos desiguais consoante se aplique aos patrões ou aos seus empregados. A interdição de reconstituição das corporações não lesa os patrões e não os impede de se entenderem oficiosamente. É-lhes mais fácil contornar as disposições da lei do que aos seus empregados. De resto, mesmo que respeitassem a interdição, isso quase não afectaria os seus benefícios, enquanto os assalariados, sem se poderem agrupar, são obrigados a aceitar sem discussão as condições que lhes impõem os empregadores. Assim, sob uma aparência enganadora de igualdade, a interdição das associações faz o jogo do patronato. Também no campo, entre o proprietário que possui suficientes bens ao sol para subsistir e aquele que nada tem e apenas vive do trabalho dos seus braços, a lei é desigual. A liberdade de erguer vedações nas terras só tem valor para aqueles que as têm para vedar; para os outros, é a privação da possibilidade de criar alguns animais aproveitando a *vaine pâture**. Além disso, a desigualdade nem sempre é camuflada, e encontram-se, na lei e nos códigos, discriminações caracterizadas, como o artigo do código penal que dispõe que, em caso de litígio entre empregador e empregado, o primeiro seja acreditado sob palavra de honra e o segundo deva apresentar prova das suas afirmações.

O liberalismo é, portanto, o disfarce do domínio de uma classe, do monopólio do poder pela burguesia possidente: é a doutrina de uma sociedade burguesa que impõe os seus interesses, os seus valores, as suas crenças.

Esta assimilação do liberalismo à burguesia não é contestável e a abordagem sociológica tem o grande mérito de recordar, à margem de uma visão idealizada, a existência de aspectos importantes da realidade que mostram o inverso do liberalismo e revelam que ele é também uma doutrina de conservação política e social.

Força subversiva de oposição ao antigo regime, ao absolutismo, à autoridade, apresenta também uma vertente conservadora. O liberalismo evitará certamente entregar ao povo poder que ele arrancou ao monarca. Reserva-o para uma elite, pois a soberania nacional de que se reclamam os liberais é diferente da soberania popular e o liberalismo não é a democracia; reencontramos, numa perspectiva que o ilumina agora de maneira decisiva, esta distinção capital, este confronto entre liberalismo e democracia que dominou os meados do século XIX.

Enquanto o liberalismo está na oposição e tem de lutar contra as forças do antigo regime, a monarquia, os ultras, os contra-revolucionários, as igrejas, a tónica é colocada no seu aspecto subversivo e combativo. Porém, quando os liberais chegam ao poder, é o seu aspecto conservador que logo prevalece. Em nenhum outro caso isso é mais nítido do que na história interna da França.

* Regime agrário que concedia aos membros de uma comunidade o direito de fazerem pastar o gado nas terras comuns ou mesmo em propriedades individuais durante certas épocas do ano. (*N. do R.*)

O liberalismo é, pois, uma doutrina ambígua que combate sucessivamente dois adversários, o passado e o futuro, o antigo regime e a democracia futura.

O liberalismo não se reduz à expressão de uma classe

Se a abordagem sociológica valoriza judiciosamente o aspecto ambíguo do liberalismo, quer isso dizer que ela apaga completamente a versão idealizada? Não. A própria abordagem sociológica admite certas precisões e certas reservas.

O liberalismo não se confunde com uma classe e há algum exagero em querer reduzi-lo à expressão dos interesses da burguesia do dinheiro: se a burguesia é geralmente liberal, é excessivo concluir-se que não adoptou o liberalismo senão em função dos seus interesses, pode tê-lo feito também por convicção e, em parte, por generosidade. As ideologias não são uma simples camuflagem das posições sociais. É raro que as opções sejam tão claras, porquanto, na prática, os homens são ao mesmo tempo menos conscientes dos seus interesses reais e menos cínicos. Se, na verdade, o liberalismo se reduzisse à defesa de interesses materiais, como explicar que tantas pessoas tenham aceitado dar a vida por ele? O seu primeiro interesse não seria conservar a existência? A interpretação sociológica não dá uma explicação para esses mártires da liberdade.

Opor princípios e interesses é um falso dilema. Eles podem ir no mesmo sentido sem que, no entanto, os interesses abafem os princípios. Na primeira metade do século XIX, a contradição — na qual posteriormente numerosos filósofos puseram a tónica — entre os princípios e os interesses não é tão manifesta nem tão chocante.

O termo de comparação que se impõe aos contemporâneos não é a democracia do século XX, mas o antigo regime. Deste modo, mostram-se mais sensíveis aos progressos realizados do que às restrições do liberalismo, concedem menos importância às limitações na aplicação dos princípios do que à enorme revolução realizada. A sociedade é relativamente aberta, dá lugar ao talento, à cultura, à inteligência; é tanto uma burguesia de trabalho, administrativa, uma burguesia de cultura, universitária, como uma burguesia do dinheiro. O termo *capacidade* aparece frequentemente no vocabulário da época. Assim, sob a monarquia de Julho, a oposição fará campanha pelo alargamento do direito de voto às «capacidades». O termo compreende os intelectuais, os quadros administrativos, aqueles que, não preenchendo as condições de fortuna exigidas para pertencerem ao país legal — os 200 francos do censo —, respondem às condições de ordem intelectual.

Nos seus princípios e até à revolução industrial, o liberalismo não desenvolveu ainda as consequências sociais que os críticos socialistas sublinharão depois. Numa economia ainda tradicional, onde o grande capitalismo se reduz a muito pouco, numa sociedade fundada na propriedade da terra, o liberalismo não permite a concentração de bens nem a exploração do homem pelo homem. A revolução, num primeiro tempo, libertou mais do que oprimiu.

As duas faces do liberalismo

Se quisermos compreender e apreciar o liberalismo, não precisamos de escolher entre as duas interpretações, de optar entre a abordagem ideológica e a sociológica. As duas concorrem para definir a originalidade do liberalismo e para revelar um dos seus traços constituintes, esta ambiguidade que permite que o liberalismo pudesse ser, consecutivamente, revolucionário e conservador, subversivo e conformista. Os mesmos homens passarão da oposição ao poder, os mesmos partidos do combate contra a origem à defesa das instituições. Ao fazê-lo, apenas revelarão, sucessivamente, dois aspectos complementares desta mesma doutrina, ambígua em si mesma, que rejeita o antigo regime e que não quer a democracia integral, situada a meio caminho entre estes dois extremos e cuja melhor definição é, sem dúvida, a alcunha atribuída à monarquia de Julho: «o meio-termo». É por o liberalismo ser um meio-termo que, perspectivado da direita, se afigura revolucionário e, considerado da esquerda, parece conservador. O liberalismo travou, sucessivamente, dois combates em duas frentes distintas: primeiro, contra o conservadorismo, o absolutismo; em seguida, contra o avanço de forças sociais, de doutrinas políticas mais avançadas do que ele próprio — radicalismo, democracia integral, socialismo.

Foi a conjugação do ideal e da realidade, a convergência de aspirações intelectuais e sentimentais, mas também de interesses bem palpáveis, que fez a força do movimento liberal entre 1815 e 1840. Reduzido a uma filosofia política, não teria, sem dúvida, mobilizado grandes batalhões; confundido com a defesa pura e simples de interesses, não teria suscitado sacrifícios desinteressados que chegaram ao sacrifício supremo.

2.3. As etapas da marcha do liberalismo

O liberalismo transformou a Europa de 1815, umas vezes graças às reformas — pela via da evolução progressiva, sem violência —, outras recorrendo à evolução por mutação revolucionária. Entre as duas formas, o liberalismo não encontra na sua doutrina razões para preferir uma à outra. Se puder evitar a revolução, regozija-se com isso. No entanto, tal só aconteceu raramente.

Foi apenas em Inglaterra, nos Países Baixos e na Escandinávia que o liberalismo transformou pouco a pouco o regime e a sociedade pela via das reformas. Em todos os outros países, forçado pela obstinada resistência dos defensores da ordem estabelecida que recusam qualquer concessão, o liberalismo recorreu ao modo revolucionário. É a atitude de Carlos X, em 1830, e a promulgação de leis que violavam o pacto de 1814 que levam os liberais a fazerem a revolução para derrubarem a dinastia. Do mesmo modo, a política obstinada de Metternich conduzirá a Áustria, em 1848, à revolução.

O espírito do século, o clima, a sensibilidade romântica, o exemplo da Revolução Francesa e a mitologia que dela emana apontam igualmente no sentido de

soluções de tipo revolucionário. Uma das consequências do romantismo é a preferência sentimental pela violência. De facto, toda uma mitologia da barricada, da insurreição triunfante, do povo em armas, impõe as soluções revolucionárias, e um grande romance épico como os *Misérables* é, a este respeito, um bom testemunho do espírito do tempo. O «sol de Julho», em 1830, a «primavera dos povos», em 1848, são igualmente expressões que atestam o messianismo revolucionário, uma espécie de culto da revolução, a que, um século mais tarde, Malraux, a propósito da guerra de Espanha, chamará a «ilusão lírica».

Na primeira metade do século, o movimento liberal decompõe-se numa sucessão de vagas. Recordando resumidamente a cronologia, veremos desenhar-se o mapa do liberalismo em acção e em armas.

Primeiro episódio em 1820

O liberalismo toma a forma de conspirações militares. O exército é, na época, o centro do liberalismo e também o seu instrumento, por não ter esquecido as guerras napoleónicas e recordá-las com nostalgia. Em França, uma série de conspirações — das quais a mais conhecida é a que terminou no cadafalso, com a execução dos quatro sargentos de La Rochelle —, em Portugal, em Espanha, os primeiros pronunciamentos, em Nápoles, no Piemonte, as insurreições liberais tomam a forma de uma sedição armada. Até na Rússia, com o movimento dezembrista, em 1825. Oficiais de alta ou baixa patente são a alma destas conspirações, que se saldam em todos os casos por um malogro, quer frustradas pela polícia, quer esmagadas por uma intervenção armada, muitas vezes externa; como sucede em Itália, onde os soldados austríacos restabelecem o antigo regime.

Segundo abalo em 1830

Esta vaga sísmica de maior amplitude em vários países abala e demole o edifício político. Em relação aos movimentos de 1820, pode falar-se verdadeiramente de revolução, porque as forças populares entram em campo.

O destino destes movimentos é muito diferente de região para região. No Ocidente, as revoluções triunfam. Em França, o ramo mais antigo é destronado, o ramo mais novo sucede-lhe, a Carta é revista e um regime liberal sucede à restauração. E os liberais passam a governar a igual distância da contra-revolução e da democracia.

Na Bélgica, a revolução não se resume a uma réplica da Revolução Francesa, já que, além do seu aspecto liberal análogo ao da França, apresenta um carácter nacional, dirigido contra a unidade no interior do reino dos Países Baixos. A Bélgica emancipada é uma realização exemplar do liberalismo. A sua independência é o fruto da aliança entre liberais e católicos. A Bélgica adopta instituições liberais — a Constituição de 1831 —, e a sua economia vai conhecer um desenvolvimento rápido que demonstra a superioridade das ideias liberais

sobre o mercantilismo do antigo regime. Mas as revoluções falham em quase todos os outros países; eram, sem dúvida, prematuras.

Em 1848, o liberalismo envolver-se-á, de forma muitas vezes indissociável, com a democracia; e as revoluções desse ano terão um sucesso precário, seguido do esmagamento simultâneo do liberalismo e da democracia.

As tentativas dos liberais

Será sob a égide do liberalismo que se realizará a unidade italiana. Cavour é um liberal. Em Fevereiro de 1848, a monarquia piemontesa liberaliza-se quando Carlos Alberto concede um estatuto constitucional que é o decalque da Carta revista em 1830. Pode dizer-se que em Fevereiro de 1848 o Piemonte acertou o passo com a revolução de Julho de 1830 em França, com um desfasamento um pouco comparável àquele que existe entre os Estados Unidos e a França. A vida política piemontesa foi dominada, a partir de 1852, pelo que o vocabulário político italiano chama *connubio,* a união das diferentes fracções liberais. De 1852 a 1859, o governo pratica uma política tipicamente liberal no domínio financeiro, mas também no religioso, com a secularização dos bens das congregações.

O liberalismo triunfa ainda nos Estados escandinavos, nos Países Baixos, na Suíça, mas não chega a aclimatar-se verdadeiramente na Península Ibérica, onde a conjuntura não lhe é favorável*.

Na Alemanha, o liberalismo tem uma história particularmente acidentada. Tendo começado por triunfar em vários Estados, poderia pensar-se que depois de 1815 a Alemanha seria um dos países onde o liberalismo floresceria. Em 1820 a agitação universitária e estudantil é tipicamente liberal e vários soberanos concedem constituições liberais. Em 1830 a Alemanha é sacudida de novo por uma vaga liberal que tem a sua origem em Paris. Mas este liberalismo é contido, a Áustria vela por isso. Em 1848 manifesta-se de novo no parlamento de Frankfurt, que é a primeira expressão política da Alemanha unida. As ideias que aí circulam são liberais, mas este liberalismo não sobreviverá à experiência de Frankfurt. Isto porque na Alemanha o liberalismo conheceu um dilema. Com efeito, quando o rei da Prússia confia, em 1862, a chancelaria a Bismarck, este quer realizar a unidade, mas não tem a intenção de o fazer pelas vias liberais, embora até então unidade e liberalismo tivessem estado ligados. Bismarck obriga portanto os liberais a escolher entre a unidade e o liberalismo. Os liberais dividem-se então numa minoria que se mantém fiel à filosofia liberal e prefere renunciar à unidade e numa maioria que dá prioridade à unidade e se resigna a renunciar às liberdades parlamentares. Esta cisão enfraqueceu por muito tempo o liberalismo alemão e será necessário esperar pela República de Weimar para ver reaparecer o liberalismo como força política na Alemanha moderna.

* Se é verdade para a Espanha, onde as correntes legitimistas preservam grande importância, em Portugal, desde 1834 e sobretudo a partir da regeneração, o regime, apesar das suas imperfeições, é decididamente liberal *(N. do R.)*

Na Áustria é ainda mais tarde, na segunda metade do século, que se desenham os pródromos do movimento liberal. Depois de 1867 e da aceitação do dualismo, o imperador outorga à Áustria uma constituição que favorece o desenvolvimento de um regime liberal.

Na Rússia a experiência dos dezembristas antecipa o movimento liberal em um século ou quase. Um liberalismo moderado inspira entretanto algumas das iniciativas do czar reformador Alexandre II. Em 1870, por exemplo, aos *zemstvos,* uma espécie de conselhos gerais, são confiadas certas responsabilidades locais respeitantes ao serviço de limpeza das ruas, assistência, hospitais, instrução. Uma elite culta fará aí a experiência do liberalismo, mas é só a partir da revolução de 1905 que o liberalismo triunfa na Rússia, com o Partido Constitucional Democrata, que representa na vida política russa as ideias liberais que tinham triunfado setenta e cinco anos antes na França da monarquia de Julho.

É esta a cronologia das etapas da expansão liberal e a sua geografia não é menos elucidativa. O liberalismo desenvolve-se primeiro num domínio relativamente restrito — a Europa ocidental — e alarga-se depois, pouco a pouco, ao resto da Europa. O seu estudo deveria, aliás, ser alargado para além da Europa, já que se encontram em vários territórios colonizados os herdeiros do liberalismo europeu. Só um exemplo: o Partido do Congresso, fundado na Índia em 1885 por instigação das autoridades britânicas, é de inspiração liberal e propõe-se formar uma elite política anglo-indiana cujo programa será o *self-government,* isto é, a extensão à Índia das instituições parlamentares que, havia um século, se tinham desenvolvido em Inglaterra. Deste modo, o movimento de emancipação colonial foi quase sempre iniciado por uma geração formada na escola do liberalismo ocidental.

A esfera do liberalismo não se restringe, portanto, a alguns países que constituem o seu terreno de eleição, mas, através do canal das ideias europeias, engloba o mundo inteiro.

2.4. Os resultados

Qual foi o saldo destes movimentos liberais? Deixaram a sua marca nas instituições políticas e na ordem social? Pode formular-se a mesma pergunta invertendo os termos: através de que sinais se reconhece que um regime político é liberal? Quais os critérios que permitem reconhecer que esta ou aquela sociedade tem uma organização conforme aos princípios do liberalismo?

Examinaremos sucessivamente as características da ordem política inspirada no liberalismo e os traços constitutivos das sociedades imbuídas desta filosofia.

Os regimes políticos liberais

Dada a sua identidade de inspiração, os regimes liberais apresentam traços comuns entre si. Na maior parte dos países, os progressos do liberalismo medem-se pela adopção de instituições cuja reunião define o regime liberal tipo.

Em primeiro lugar, o liberalismo de um regime reconhece-se pela existência de uma constituição. Em comparação com a inexistência de textos do antigo regime, é uma novidade radical da revolução, que decide, pela primeira vez na Europa — os Estados Unidos deram o exemplo —, definir por escrito a organização dos poderes e o sistema das suas relações mútuas. No século XIX, todos os regimes liberais retomam à sua maneira o precedente revolucionário.

Estas constituições são estabelecidas em condições diversas: por vezes, é o soberano que a outorga e a oferece num género magnânimo, enquanto noutras circunstâncias a constituição é aprovada pelos representantes da nação.

Para dar apenas um exemplo, a França associa os dois casos. A Carta, no seu texto inicial, é promulgada por Luís XVIII em 4 de Julho de 1814. Trata-se de um texto outorgado — o preâmbulo compraz-se nisso para dissimular as concessões que a Carta comporta. Dezasseis anos mais tarde, depois da queda de Carlos X, a Carta é revista pela Câmara dos Deputados e só depois de ter prestado juramento à nova Carta Luís Filipe é chamado a ocupar o trono. Deste modo, o mesmo texto (com poucas emendas) começou por ser outorgado e depois foi elaborado pelos representantes da nação.

A existência de um texto constitucional é um dos critérios pelos quais se reconhece o liberalismo de uma sociedade política: ela significa, com efeito, a ruptura com a ordem tradicional, a substituição de um regime herdado do passado, produto dos costumes, por um regime que é a expressão de uma ordem jurídica. Trata-se de uma novidade radical. Pouco importa, em certo sentido, a extensão das concessões ou o alcance das garantias à liberdade individual ou colectiva, o essencial é que haja uma regra, um contrato que fixe e precise as relações entre os poderes. Como a maior parte das filosofias da primeira metade do século XIX, e sem ter consciência de quanto tem de formalista, o pensamento liberal é, pois, essencialmente jurídico. Só mais tarde a evolução substituirá os conceitos jurídicos por realidades sociais e económicas.

Em segundo lugar, todas estas constituições tendem a limitar o poder. É mesmo a sua razão de ser. Todas têm em comum o facto de traçarem fronteiras, de marcarem limites à sua acção. O liberalismo define-se pela sua oposição à noção de absolutismo. Seja qual for a constituição em causa, todas encerram o exercício do poder real numa esfera que passa a estar delimitada, quer se trate da Carta francesa de 1814, da Constituição do reino dos Países Baixos, da Constituição norueguesa ou dos textos concedidos pelos soberanos da Alemanha central ou meridional (Baviera, Vurtemberga, Baden, Saxónia-Weimar) entre 1818 e 1820, ou então, mais tarde, da Constituição belga de 1831, ou, ainda mais tarde, do Estatuto Constitucional do Piemonte, em 1848. Convirá juntar a esta enumeração da Constituição espanhola de 1812, que não foi aplicada durante muito tempo, mas que serviu, em larga medida, como referência. Este texto, elaborado pela junta insurreccional de Sevilha, foi suspenso após o regresso de Fernando VII e é para o repor em vigor que eclode a insurreição de 1820.

O poder é, por conseguinte, limitado, mas isso não exclui que seja monárquico. O liberalismo não é, aliás, hostil à forma monárquica nem ao

princípio dinástico, mas somente ao absolutismo da monarquia. Monarquia e liberalismo formam mesmo um par harmonioso, já que a presença de uma monarquia hereditária é uma garantia contra os assomos demagógicos e as violências populares.

Limitada pela existência de uma representação da nação — sob designações muito diversas: câmara, dieta, estados gerais —, a decisão política é então partilhada entre a coroa e a representação nacional. Esta representação é normalmente dupla: o liberalismo adopta o sistema de duas câmaras. Quanto mais poderes houver, menor será o risco de um deles se apropriar da totalidade do poder. Duas câmaras constituem a fórmula ideal que permite dividir, equilibrar, compensar. A uma câmara baixa contrapõe-se uma câmara alta, composta de descendentes da aristocracia ou de membros escolhidos pelo poder. Contêm-se assim melhor os movimentos de humor ou a turbulência das paixões populares. A presença de uma segunda câmara em regime democrático é geralmente um vestígio do liberalismo.

O carácter de compromisso do liberalismo é definido pela composição do corpo eleitoral. Em parte alguma o liberalismo adopta o sufrágio universal e, quando este é introduzido, é sinal de que o liberalismo cedeu o lugar à democracia.

Tradicionalmente, distinguem-se duas concepções de eleitorado: aquela segundo a qual o direito do voto é um direito natural, inerente à cidadania, que é a concepção mais democrática, e a do eleitorado-função, segundo a qual o direito de voto é apenas uma função, uma espécie de serviço público no qual a nação decide investir esta ou aquela categoria de cidadãos, introduzindo assim uma distinção entre o país legal e o país real, sendo esta última concepção naturalmente a mais conforme ao ideal liberal. Numa sociedade liberal, o facto de só uma minoria dispor do direito de voto, da plenitude dos direitos políticos, de existirem duas categorias de cidadãos, não é vergonhoso e afigura-se normal e legítimo. Se esta discriminação é ao mesmo tempo selectiva e exclusiva, nem por isso é definitiva ou absoluta: não exclui por toda a vida este ou aquele indivíduo. Basta preencher as condições impostas — atingir os 300 francos de censo — para se tornar *ipso facto* eleitor. O princípio é muito diferente do do antigo regime, que atribuía o privilégio à nascença.

Assim — e estes dois traços são complementares —, as sociedades liberais são inegavelmente restritivas — é o que as diferencia das sociedades democráticas —, mas a exclusão do sufrágio não é definitiva. Assim se explica a expressão — que hoje é escandalosa — de Guizot: «Enriquecei!» Aos que lhe objectavam que só uma minoria dos Franceses participava na vida política e reclamava de imediato a universalidade do sufrágio, Guizot respondia que existe um meio, para qualquer um, de se tornar eleitor: preencher as condições de fortuna, enriquecer. Não se trata de um objectivo de não-aceitação, mas de um adiamento. Imaginava-se então que bastava trabalhar regularmente e poupar para enriquecer e aceder assim ao voto. Parecia legítimo reservar o exercício do direito de voto àqueles que tinham trabalhado e poupado em vez de concedê-

-lo a quem quer que fosse. A política liberal inscreve-se assim na perspectiva de uma moral burguesa, pré-capitalista, ignorante da concentração e da dificuldade que os indivíduos têm em sair da sua classe e realizar a sua promoção social.

Constituição escrita, monarquia limitada, representação nacional, sistema de duas câmaras, discrimação, país legal, país real, sufrágio censitário. Para acabar de caracterizar o sistema político, acrescentemos a descentralização, que associa à gestão dos negócios locais representantes eleitos da população.

O interesse dos liberais por este sistema responde a uma dupla preocupação, que ilustra a ambiguidade do liberalismo. Confiar a administração local a representantes eleitos é manifestar a sua desconfiança em relação ao poder central e aos seus agentes executivos, a quem se reduz o campo de actividade, mas é também uma precaução contra os impulsos populares, visto que se entrega o poder local aos notáveis. A reivindicação da descentralização tem, por conseguinte, o significado de uma reacção social — é o liberalismo aristocrático — ao mesmo tempo contra a centralização estatal e contra a democracia prática.

Encontrar-se-ão numerosos exemplos desta organização dos poderes: na monarquia constitucional francesa, no regime britânico, no Piemonte, a partir de 1848, nos Países Baixos, na Bélgica e nos reinos escandinavos, a partir de 1860, na Itália unificada cujas instituições são inspiradas no liberalismo, e onde será necessário esperar até 1912 para que uma lei institua pela primeira vez o princípio do sufrágio universal.

A par desta organização dos poderes, o liberalismo reivindica e instaura as principais liberdades públicas que dão ao indivíduo garantias contra a autoridade.

É acima de tudo o reconhecimento da liberdade de opinião, isto é, a faculdade de cada um formar a sua opinião — e não de a receber já feita —, mas também da liberdade de expressão, da liberdade de reunião, da liberdade de discussão, que resulta logicamente do reconhecimento das opiniões individuais.

Tomaram-se igualmente disposições a favor da liberdade de discussão parlamentar, da publicidade dos debates parlamentares, da liberdade de imprensa. Neste especto é significativo que durante a restauração e a monarquia de Julho uma boa parte das contestações políticas, das polémicas e dos debates entre a maioria e a minoria, o governo e as câmaras, gire à volta do estatuto da imprensa, assim como do regime eleitoral.

O interesse pela liberdade estende-se ao ensino. Com efeito, os liberais não encontram nada mais urgente do que subtrair o ensino à influência da Igreja, o seu principal adversário. De facto, o liberalismo é mais anticlerical do que anti-religioso e, se lhe é possível ser espiritualista, acomodar-se ao reconhecimento do cristianismo, é necessariamente anticlerical, pois é relativista e, portanto, contrário à imposição de todos os dogmas. O catolicismo restaurado, contra-revolucionário, do século XIX aparece como o símbolo da autoridade, da hierarquia dogmática, pelo que importa subtrair o ensino à sua influência — sobretudo o ensino secundário, no qual os liberais estão particularmente interessados, pois é ele que forma os futuros eleitores. Há praticamente uma coincidência entre os

que fizeram as humanidades e concluíram o ensino secundário e os que são proprietários e fazem parte do país legal. Para os liberais desejosos de instituírem duradouramente a liberdade, o ensino secundário é, pois, uma peça mestra da sociedade. Todas as disputas que, entre 1815 e 1850 (lei Falloux), andam à volta do monopólio ou da liberdade da universidade têm por finalidade o controle do ensino secundário. Os liberais evitaram portanto conceder a liberdade de ensino ampla e total a quem a usasse contrariamente aos princípios de uma educação liberal.

De um modo mais geral, o liberalismo tende a reduzir, a retirar às igrejas os seus privilégios e a instaurar a igualdade de direitos entre a religião tradicional e as outras confissões. Nos países católicos admitir-se-ão protestantes nos cargos civis, retirar-se-á à Igreja a conservação do registo civil e conferir-se-á ao casamento civil um valor legal que não tinha numa sociedade em que só os sacramentos possuíam valor jurídico. Nos países de confissão protestante o liberalismo imporá progressivamente a emancipação dos católicos: em 1929, na Inglaterra, o acto de emancipação liberta os católicos (sobretudo irlandeses) da sua sujeição e torna-os cidadãos quase iguais aos outros, porque subsiste ainda, para o exercício de algumas funções públicas, um privilégio a favor dos fiéis da igreja anglicana.

A ordem social liberal

Decifrando as marcas deixadas pelo liberalismo na sociedade, reconhecem-se numerosos traços já evocados a propósito da obra da revolução, dado que, mais ainda neste campo do que no precedente, o liberalismo é o herdeiro do seu espírito.

Igualdade de direito, desigualdade de facto

A sociedade liberal assenta na igualdade de direito: todos dispõem dos mesmos direitos civis. Todavia, em parte à sua revelia e em parte deliberadamente, o liberalismo mantém uma desigualdade de facto e vai dar o flanco às críticas dos democratas e dos socialistas.

O reconhecimento da igualdade de todos perante a lei, perante a justiça, perante o imposto, não exclui a diferença das condições sociais, a disparidade das fortunas, uma repartição muito desigual da cultura. Acontece mesmo que a sociedade liberal consagra nos seus códigos certas desigualdades, como, por exemplo, entre o homem e a mulher, entre o patrão e o empregado.

O dinheiro

Para além da igualdade de princípio e da desigualdade de facto, a sociedade liberal assenta essencialmente no dinheiro e na instrução, que são os dois pilares da ordem liberal, os dois fulcros da sociedade.

Estes dois princípios, fortuna e cultura, produzem simultaneamente consequências que podem contrariar-se. É isto que importa compreender se se quer conhecer e avaliar equitativamente a sociedade liberal. Isto continua a ser verdadeiro ainda hoje para as sociedades ocidentais. Tanto o dinheiro como a instrução produzem efeitos que, uns, são verdadeiramente libertadores e, outros, tendem a manter ou a reforçar a opressão. Não há razão para surpresas: a realidade histórica é sempre suficientemente complexa para que possam notar-se, assim, num mesmo momento efeitos contrários.

O dinheiro é um princípio libertador. O dinheiro, que substitui a posse da terra ou o nascimento como princípio de diferenciação social, é, incontestavelmente, um elemento de emancipação. A terra submete o indivíduo, fixa-o ao solo. A mobilidade do dinheiro permite fugir às limitações do nascimento, da tradição, ao conformismo dessas pequenas comunidades fechadas sobre si próprias e estritamente compartimentadas. Basta ter dinheiro para uma deslocação, para mudar de ofício, de residência, de região. A sociedade liberal, fundada no dinheiro, abre possibilidades de mobilidade: mobilidade dos bens que mudam de mãos, mobilidade das pessoas no espaço, na escala social.

No século XIX as sociedades liberais francesa, inglesa e belga oferecem numerosos exemplos de indivíduos que transpuseram rapidamente os degraus da hierarquia social e fizeram fortunas notáveis devidas unicamente à sua inteligência e ao dinheiro. Não é único o caso de um Laffitte, que, de condição muito modesta, se torna um dos financeiros mais ricos da França e chega a fazer parte do primeiro governo da monarquia de Julho. O dinheiro é, portanto, um factor de libertação, o princípio e a condição da emancipação social dos indivíduos.

Mas a contrapartida é evidente, visto que as possibilidades não estão ao alcance de todos e o dinheiro é também um princípio de opressão. À partida, é sempre necessário ter um mínimo de dinheiro ou muita sorte. Pelo contrário, para aqueles que nada têm, a dominação exclusiva do dinheiro resulta no agravamento da sua situação. É talvez no quadro da unidade aldeã que melhor se avaliam os efeitos desta revolução: na economia rural do antigo regime todo um sistema de serventias colectivas permitia àqueles que não tinham terras subsistir, visto que tinham a possibilidade de utilizar as terras comunais, mandar pastar o seu gado em terras que não lhes pertenciam, mas que a interdição de vedação tornava acessíveis. Havia deste modo coexistência entre ricos e pobres.

O deslocamento desta comunidade, a revogação destes condicionamentos, a proclamação da liberdade de cultivar e de vedar as terras, favorecem aqueles que têm bens, que vão poder retirar proventos mais elevados. Entram numa economia de troca, de lucro, aumentam os seus domínios, enriquecem, lançam as bases de uma fortuna, ao passo que os outros, privados do recurso que lhes proporcionava a utilização das terras comunais, privados por isso mesmo da possibilidade de subsistirem, são obrigados a deixar a aldeia e a ir procurar trabalho na cidade. Para eles é a despromoção social e muitas vezes a miséria. Verifica-se por este exemplo como a mesma revolução produziu simultaneamente efeitos opostos, conforme se exercem sobre os ricos ou sobre os pobres, sobre aqueles que têm alguma coisa ou sobre os que nada têm.

Toda uma população indigente perdeu subitamente a protecção que lhe era garantida pela rede dos laços pessoais e passa a viver numa sociedade anónima na qual as relações são jurídicas, impessoais e materializadas pelo dinheiro. Compra, venda, remuneração, salário: fora disso não há salvação.

Assim, uma parte da opinião pública conservará a nostalgia da antiga sociedade, hierarquizada, é certo, mas feita de laços pessoais e na qual os inferiores encontravam largas compensações para a sua dependência. Os legitimistas, o catolicismo social e até uma parte do socialismo evocam saudosamente a antiga ordem das coisas e pretendem que seja restaurada essa sociedade paternalista na qual a protecção do superior garantia ao inferior que ele não morreria de fome, enquanto na sociedade liberal já não há socorro nem recurso contra a miséria e a despromoção social.

Na verdade, esta nova sociedade não é o produto exclusivo da revolução política; é também consequência de uma mutação da economia e da sociedade, e este novo sistema de relações corresponde a uma sociedade urbanizada e industrial, na qual o negócio e a manufactura se tornam a partir de então as actividades privilegiadas.

A instrução

Da instrução, outro alicerce da sociedade liberal, pode dizer-se igualmente que é um factor de libertação, mas também que a sua privação lança uma parte da população numa conclusão de definitiva dependência.

Na escala dos valores liberais, a instrução e a inteligência têm um lugar tão grande como o dinheiro — ao qual certos historiadores da época liberal atribuem uma importância demasiado exclusiva —, e não são raros os exemplos de indivíduos que alcançaram um brilhante êxito social, que chegaram mesmo ao topo do poder, sem terem, à partida, um tostão, mas que deram provas de fiabilidade e de inteligência. Ao lado de Laffitte, poder-se-á evocar a carreira de Thiers, de condição igualmente muito modesta, que deve o seu êxito à inteligência e ao trabalho. Jornalista, chega a ser presidente do Conselho, tornando-se na segunda metade do século o símbolo da burguesia liberal. A instrução abre a porta a todas as carreiras: ensino, jornalismo, política.

Os estudos clássicos são sancionados por diplomas, o mais famoso dos quais, o diploma de conclusão dos estudos secundários, é uma instituição essencial da sociedade liberal. Criado em 1807, contemporâneo portanto da universidade napoleónica, solidário da organização das grandes escolas, pertence a todo o sistema resultante da revolução, repensado por Napoleão, em que a instrução é canalizada, disciplinada, organizada, sancionada, por diplomas, um sistema que permite o acesso a escolas em que o recrutamento é feito por concurso. No século XIX e ainda hoje, o prestígio do diploma de estudos secundários, como o das grandes escolas, é o símbolo de um estado de espírito e de uma atitude

característicos das sociedades liberais. Todos podem estudar, apresentar-se ao exame de conclusão dos estudos secundários, tentar a sua sorte nos concursos de admissão à Politécnica ou à Normal. Mas adivinha-se a contrapartida deste prestígio da cultura: esta sociedade abre possibilidades de promoção, mas somente a um pequeno número, e àqueles que não apresentam os sacramentos universitários são reservadas as funções subalternas da sociedade. Assim como o dinheiro, a instrução é, ao mesmo tempo, emancipadora e exclusiva. É o que, num pequeno mas fecundo tratado, exprimiu o sociólogo Goblot sob o título *La barrière et le niveau*. O ensino, os estudos secundários e os diplomas constituem ao mesmo tempo uma barreira e um nível.

Por meio do dinheiro e da instrução, vemos quais são os traços constitutivos e específicos das sociedades liberais. São sociedades em movimento, e é esta a grande diferença entre elas e o antigo regime, que, ao envelhecer, tendia a esclerosar-se e no qual as ordens se fixavam em castas. A passagem do antigo regime ao liberalismo é um degelo, uma súbita abertura, uma maior fluidez dada à sociedade, uma maior mobilidade proposta aos indivíduos. Mas esta sociedade aberta é também uma sociedade desigual. É da justaposição destas duas características que procede a natureza intrínseca da sociedade liberal, que a democracia vai precisamente pôr em causa. Esta dedicar-se-á a alargar a brecha, a abrir a todos as possibilidades e as oportunidades que as sociedades liberais apenas entreabriram a uma minoria.

3

A era da democracia

O movimento democrático vai, por sua vez, transformar completamente as instituições políticas e a ordem social das sociedades liberais.

Como fizemos para o liberalismo, começaremos por definir a ideia e, em seguida, a sociedade democráticas, descreveremos depois as peripécias do movimento democrático e, por fim, analisaremos os resultados e as características das sociedades saídas deste movimento, que se define, na origem, como uma força de transformação revolucionária.

3.1. A ideia democrática

Não se trata de definir a democracia propriamente dita como uma essência intemporal, independente dos lugares e dos tempos, mas enquadrada no contexto da primeira metade do século XIX, em que se define por oposição ao antigo regime e, mais ainda, por negação ou superação do liberalismo. Esta definição histórica pode ser válida para outras épocas, pois constitui um núcleo comum

em torno do qual evolui uma franja — a experiência revela progressivamente aspectos insuspeitos — dos prolongamentos inesperados da ideia democrática.

Para definir a democracia no século XIX convém conjugar as duas abordagens utilizadas para o liberalismo: a abordagem ideológica e a abordagem sociológica ou, se se preferir, os princípios e as bases sociais, as forças nas quais a ideia democrática se apoia.

A ideia democrática mantém relações complexas com o liberalismo. É assim que retoma toda a herança das liberdades públicas que o liberalismo fora o primeiro a inscrever nos seus textos. Longe de renegar essas aquisições, confirma-as, dando-lhes um alcance ainda mais amplo. Assim, a democracia prolonga a ideia liberal. Eis por que somos hoje muitas vezes tentados a ver na democracia apenas o simples desenvolvimento da ideia liberal, enquanto no século XIX ela aparece sobretudo em ruptura com a ordem e a sociedade do liberalismo. Com efeito, em 1840 ou em 1860, os democratas contestam e combatem mesmo esta ordem.

A igualdade

O que caracteriza em primeiro lugar a democracia, por oposição ao liberalismo, é a universalidade ou, se se preferir, a igualdade. De facto, a ideia democrática recusa as distinções, as discriminações e todas as restrições, mesmo temporárias. Enquanto os liberais empregam a linguagem do possível, invocando a experiência, as realidades, a impossibilidade de aplicar imediatamente os princípios, os democratas opõem-lhes os princípios e militam pela sua aplicação imediata. Assim, a democracia reivindica a abolição do censo e a aplicação imediata do direito de voto para todos, sem demoras nem etapas, pois entende que todos são aptos para exercerem o direito de voto.

Em 1848 os democratas não pressentem ainda todos os desenvolvimentos da ideia democrática, mas um ponto parece-lhes indiscutível: não há democracia sem sufrágio universal. Em certo sentido, pode considerar-se que o critério menos incontestável da democratização das sociedades políticas no século XIX é a cronologia das datas em que os diferentes países adoptaram o sufrágio universal.

A soberania popular

Universalidade ou igualdade, mas também soberania popular: as três noções estão ligadas. Soberania popular, e já não soberania nacional, uma vez que a distinção é fundamental. Com efeito, quando os liberais falam de soberania nacional, entendem que a nação, como entidade colectiva, é soberana, mas que esta soberania só é exercida, na prática, por uma minoria de cidadãos. A soberania popular implica que o povo, isto é, a totalidade dos indivíduos, incluindo as massas populares, seja o soberano. O termo *povo* é um dos mais ambíguos que existem, pois pode referir-se ao mesmo tempo a um conceito jurídico e

tomar uma acepção sociológica. Em democracia, os dois conceitos não estão longe de se fundirem. O povo, tal como o entendem Lamennais ou Michelet, tal como o invocam os revolucionários de 1848, é o conjunto dos cidadãos, e não somente uma abstracção jurídica. As duas concepções diferentes de soberania implicam duas concepções diferentes do eleitorado: com a democracia é a do eleitorado-direito que prevalece.

Verifica-se, assim, como a democracia se inscreve de certo modo no prolongamento do liberalismo e como constitui a sua contrapartida, derrubando as barreiras que ele erguera.

As liberdades

A democracia equivale também, embora com importantes restrições, às liberdades.

Os democratas retomam à sua conta a herança intelectual e institucional que lhes é legada pelos liberais, mas com um fundo diferente e num contexto que lhe modifica profundamente o significado. Com os liberais, o exercício das liberdades era reconhecido àqueles que já possuíam as necessárias capacidades intelectuais ou económicas. Esse era o motivo por que os liberais não viam contradição entre o princípio da liberdade de imprensa e a caução exigida aos jornais, o que cabia na própria lógica do sistema, que queria que as liberdades fossem concedidas àqueles que estavam em condições de as usar razoavelmente. Os democratas suprimem tais restrições e reivindicam a liberdade para todos. Para eles, a liberdade de imprensa exclui, por exemplo, toda a intervenção preventiva ou repressiva do poder, mas também toda a coacção financeira. A importante lei de 1881, que, ainda hoje, regula em França o funcionamento da imprensa, deriva da concepção democrática.

Os democratas têm plena consciência de que as desigualdades sociais levantam sérios obstáculos ao funcionamento real da democracia. Assim, para eles, o meio mais seguro de preparar o advento da democracia e de a fazer entrar nos costumes é reduzir as desigualdades, anular as disparidades, fazer chegar a todos, sem excepção, o benefício da liberdade.

As condições do exercício das liberdades

A liberdade para todos, mas também os meios para exercer essa liberdade. Eis com que, alertados pela experiência, se preocupam os democratas, que sabem que não basta que um princípio seja inscrito na lei, mas que é preciso ainda velar pela sua aplicação, enquanto os liberais, sensíveis sobretudo ao aspecto jurídico, pensavam naturalmente terem resolvido o problema ao estabelecerem uma regra de direito.

É neste ponto que o pensamento democrático vai tomar desenvolvimentos imprevistos, que poderão conduzi-lo a verdadeiros retrocessos. De facto, se é necessário assegurar aos indivíduos as condições de exercício das liberdades, a

lógica pode conduzir o poder público a intervir nas relações interindividuais, a fim de corrigir as desigualdades, retirando a um o que ele tem em demasia para o dar àquele que não tem o suficiente e assegurar assim o gozo efectivo dos direitos. Poderá portanto suceder que os democratas sejam por vezes levados a escolher entre duas concepções da democracia, uma que continua ligada acima de tudo aos princípios da liberdade e a outra que sobrepõe as condições práticas a tais princípios. Está aqui a origem da divergência entre as duas concepções da democracia que hoje disputam entre si o domínio do mundo.

A igualdade social

Seguindo uma evolução perfeitamente conforme às suas ideias, a democracia não se confina à igualdade jurídica e civil, mas interessa-se também pela igualdade social, cujas aplicações e consequências só se revelarão pouco a pouco.

É neste campo, nesta direcção, que se desenham os prolongamentos mais actuais da ideia democrática. Atestam-no o nosso vocabulário político e as expressões recentemente introduzidas na nossa linguagem política, como democratização do ensino, planificação democrática, política democrática dos rendimentos.

Desenvolvendo-se simultaneamente em várias linhas, a ideia democrática é complexa. Que entre tais linhas, as divergências, mesmo os antagonismos, sejam possíveis, essa é a própria história da ideia democrática.

3.2. Democracia e forças sociais

Se a ligação já estreita que unia a ideologia à sociedade liberal tornava necessária uma abordagem sociológica, esta abordagem justifica-se ainda mais quando se trata da democracia, uma vez que, por definição, esta não poderia limitar-se às reformas políticas, e também porque, se a ideia de democracia regista sucessos, se recruta adeptos, deve-o às transformações da sociedade.

Os factores de mudança e os novos tipos sociais

Surgem novas camadas sociais, sendo este fenómeno a resultante de três ordens de mudanças.

Revolução técnica

As transformações mais visíveis, talvez também as mais decisivas que afectam o século XIX, as suas estruturas e os seus ritmos, dependem da economia e estão ligadas à revolução industrial, ao florescimento de invenções que aumentam subitamente o poder do homem sobre a matéria, ao maquinismo e à sua aplicação à produção. Esta revolução técnica suscita novas formas de actividade

profissional, modifica as condições de trabalho e origina, por um encadeamento de causas e efeitos, novos tipos sociais.

Surge um patronato diferente do negociante-empresário ou do proprietário de manufacturas do século XVIII. Ligado mais estreitamente ao crédito e à banca, ele é uma das componentes da nova sociedade capitalista que se desenvolve usando as facilidades proporcionadas pelo liberalismo triunfante. Contudo, se este patronato é importante pelo poder económico que detém, pelas responsabilidades que exerce, quase não conta no plano das forças políticas, sobretudo a partir da instauração do sufrágio universal.

Muito mais importante numericamente é a categoria dos operários da indústria, que constituem uma classe relativamente nova, distinta dos operários do antigo regime. Sob o antigo regime, o que nós chamamos operário estava próximo do artífice: o companheiro que trabalhava com o seu patrão era um empregado, e não um proletário, enquanto a revolução industrial, a concentração e o maquinismo suscitam a formação de uma classe que anuncia já o proletariado contemporâneo. Esta classe compõe-se essencialmente de pessoas vindas do campo, onde não encontravam trabalho, e que se fixam nas cidades. A sua vinda é um dos factores do crescimento dos aglomerados urbanos nos séculos XIX e XX. Voltaremos mais adiante a este fenómeno da cidade na sociedade moderna e às suas consequências tanto sociais como políticas.

A oposição entre cidade e campo acentua-se com a sociedade industrial. Na economia do antigo regime, os laços mantêm-se estreitos entre a cidade e o campo, que viviam em osmose. As cidades eram pequenas, o campo cercava-as e as relações eram múltiplas. À medida que a cidade cresce, que se reforça a coincidência entre as actividades de tipo industrial e a aglomeração urbana, diferenciam-se. A evolução faz divergir os seus destinos e os seus interesses e, no plano das forças políticas, as suas opções, as suas simpatias.

A sociedade rural mantém-se tradicional, respeita a ordem estabelecida: a submissão aos costumes, às autoridades, é nela cultivada como uma virtude. Ela é, pelo menos temporariamente, conservadora, e uma das surpresas menores do sufrágio universal não será o reforço inicial da autoridade dos notáveis, quando o sufrágio universal concede subitamente o direito de voto a uma massa rural que é ainda a maioria numérica e vota a favor das autoridades sociais ou espirituais. É a lição das eleições francesas de 1848 e de 1849, repetida vinte anos mais tarde, em 1871: o campo envia para tomar assento na Assembleia Nacional uma forte maioria de notáveis conservadores, legitimistas ou partidários da casa de Orleães. Os camponeses, que são a maioria, não estão ainda completamente emancipados do conformismo, do respeito dos valores tradicionais e da hierarquia social. Não é, pois, do lado do campesinato que a ideia democrática vai recrutar os seus defensores.

Também não o é, pelo menos na primeira geração, do lado da classe operária. Com efeito, esta classe operária em formação — em Inglaterra a partir do fim do século XVIII, em França a partir de 1830, mais tarde na Itália do Norte, no Rur, na Catalunha — fica muito tempo passiva. Passiva ou revoltada, e não integrada

na sociedade. Passiva a maior parte das vezes, pois é a herdeira de uma longa tradição camponesa de resignação, ou revoltada e rejeitando ao mesmo tempo o regime político, a ordem social e as suas crenças. As elites desta nova classe aderirão a doutrinas revolucionárias que não acreditam na democracia política. São o anarquismo e o anarco-sindicalismo que primeiro concitam a simpatia e a confiança dos militantes operários, e em França o sindicalismo manter-se-á durante muito tempo impregnado da ideologia anarco-sindicalista, pelo menos até à Primeira Guerra Mundial.

Nestas condições, quais podem ser as bases sociológicas da democracia? O equivalente do que identificámos para o liberalismo, com a burguesia de dinheiro e de talento, encontra-o a democracia noutros grupos, também eles provenientes da evolução económica. De facto, as transformações sociais que resultam das mudanças técnicas ou económicas no século XIX não se reduzem à formação de um patronato capitalista e de uma classe operária. Existem entre eles os mais diversos elementos sociais de que a análise social se esquece muitas vezes, mas que não são menos importantes pelo número e pelo papel político. É o que no século XIX se chama «a classe média» (no século XX prevalece o plural e diz-se de preferência «classes médias»). A expressão caracteriza bem a sua situação intermédia entre as classes tradicionalmente dirigentes — a nobreza, a burguesia — e, no outro extremo da escala social, as massas populares, rurais ou urbanas.

A formação destas classes médias resulta de um certo número de factos, técnicos ou económicos. A par da concentração propriamente industrial de uma mão-de-obra à volta dos locais de trabalho (minas ou fábricas), a revolução económica reveste-se de outras formas. Por exemplo, a revolução dos transportes, com o aparecimento dos caminhos de ferro, o estabelecimento em todos os países da Europa de redes diversificadas que cobrem o conjunto do território e criam um novo tipo profissional, o ferroviário. Só em França deve estimar-se em cerca de meio milhão o número de trabalhadores empregados em companhias de caminho de ferro. Os ferroviários estão geralmente seguros quanto à estabilidade do emprego, e a profissão que exercem, a segurança e a possibilidade de uma promoção profissional diferenciam-nos dos proletários. Mais tarde — aqui saímos do século XIX —, o desenvolvimento do automóvel e a criação da rede ferroviária, a multiplicação dos ofícios ligados à indústria automóvel e à manutenção dos veículos (mecânicos, garagistas, trabalhadores de estações de serviço) terão as mesmas consequências.

É também dos meados do século XIX que data a descoberta das possibilidades que o crédito abre à economia moderna. Constituem-se então em França os grandes estabelecimentos bancários, Crédit Lyonnais, Société Générale, que datam do II Império. Até então só se conhecia, relativamente à banca, o banco familiar, empregando poucas pessoas. O desenvolvimento destas instituições, com a multiplicação das sucursais, cria um elevado número de postos de trabalho. O mesmo se passa no comércio, com o aparecimento dos grandes armazéns.

A revolução económica não limita portanto os seus efeitos à produção de bens, suscita paralelamente outras actividades, geradoras por sua vez de altera-

ções na composição da sociedade. Serão em breve milhões aqueles que exercem estes novos empregos.

O desenvolvimento do sector terciário

O desenvolvimento da administração, o que na gíria da sociologia do trabalho se denomina sector terciário, constitui o segundo factor de mudança, como os empregados da banca ou dos grandes armazéns já demonstravam.

No princípio do século XIX, os ministérios empregavam um número muito reduzido de funcionários. De geração em geração e de regime em regime, a função pública desenvolve-se tanto nas administrações centrais como nos serviços departamentais. Assim, o Estado toma a seu cargo novos sectores, como os correios e o ensino; o desenvolvimento deste último — primário, em primeiro lugar, e depois secundário — multiplica os estabelecimentos e os professores.

Carteiros, professores primários, ferroviários, bancários e caixeiros dos grandes armazéns constituem toda uma pequena burguesia intermédia, situada entre as camadas populares, de que provém directamente, e a burguesia mais antiga, que tinha encontrado no regime liberal o regime dos seus desejos e das suas esperanças.

O desenvolvimento do ensino

A difusão da instrução contribui para afeiçoar esta classe média. No século XIX, continuando a ser o ensino secundário o apanágio da alta burguesia, esta burguesia elementar ou média fazia os seus estudos em cursos complementares, em escolas primárias superiores, cujo ensino, muito diferente das humanidades clássicas, prolongava o ensino primário. O diploma de estudos secundários mantém-se a barreira, a linha de demarcação, entre a burguesia tradicional e estas classes médias. À difusão da instrução pode juntar-se o desenvolvimento do jornalismo e dos meios de informação.

Assim, voltamos a encontrar, transposta para a democracia, a distinção enunciada para a sociedade liberal entre a fortuna ligada à actividade económica e os conhecimentos, a instrução, a cultura, uma e outra procedendo de uma maior difusão do dinheiro e da instrução. A conjugação de factores intelectuais e de factores económicos está na origem do desenvolvimento destas camadas, que vão fornecer a infantaria da democracia, para retomar o vocabulário militar familiar aos defensores da república na França dos anos de 1880. Ela será reforçada pouco a pouco pelos camponeses que, graças à escola primária e ao jornal, escapam gradualmente à tutela do castelão ou do padre e em quem a democracia encontrará os seus apoios mais sólidos e mais fiéis.

As diversas sociedades justapostas

Estas modificações não levam ao desaparecimento dos tipos sociais mais antigos, criam novos tipos, que vêm juntar-se aos precedentes. Desta maneira,

a sociedade moderna dos finais do século XIX é ainda mais diversificada do que a dos finais do século XVIII. Este é um traço geral das nossas sociedades: todas as mudanças se fazem no sentido de uma diferenciação crescente e não de uma polarização à volta de dois ou três grupos.

O aparecimento desta sociedade nova, cujos traços constitutivos são a cidade, a indústria, o assalariado, processa-se lentamente, em ritmos desiguais, conforme os países se situam no oeste, no centro ou na extremidade oriental da Europa, de acordo com o esquema que nos é já familiar. É por volta dos anos 1840-1860 que a França muda de fisionomia. A alteração produz-se muito mais tarde noutros países, como a Itália ou os estados dos Habsburgos, pois, mesmo nas regiões mais avançadas, estas transformações efectuam-se no quadro de uma sociedade mais antiga que continua a submeter-se às normas herdadas do antigo regime ou da revolução em razão da persistência das ideias, da resistência das instituições e da sobrevivência das mentalidades. Assim coexistem os vestígios da ordem antiga e as inovações que resultam das mudanças da economia e da sociedade.

Por conseguinte, na segunda metade do século XIX, a situação na Europa ocidental e central caracteriza-se, no tocante à democracia, pela coexistência, mais ou menos pacífica e harmoniosa, de várias sociedades. Se fizermos um corte na sociedade francesa dos anos 1860-1880 ou na da Alemanha renana ou da Itália setentrional, descobriremos várias sociedades justapostas, que diferenciam as suas actividades profissionais, a origem dos seus rendimentos e, mais ainda, as suas crenças e o código dos seus valores sociais.

Persistência da aristocracia tradicional

A revolução não conseguiu em parte alguma extirpar completamente a sociedade aristocrática dos grandes proprietários que residiam nas suas terras ou tinham intendentes a administrá-las. Esta classe social tem a seu favor o nascimento, o brilho dos títulos, o prestígio dos nomes. Conserva, em numerosas regiões, no Oeste da França e no Leste da Alemanha, um ascendente incontestável sobre os camponeses. Controla as mais variadas instituições sociais, detém a maior parte dos comandos militares, açambarca as embaixadas. Senhora da sociedade mundana, possui o monopólio dos clubes. Os duques representam-na na academia. É aliada das igrejas. É, na Grã-Bretanha, o *establishment*, que se recruta nas *public schools*.

Muitas vezes, sob a aparência da democracia, continua mesmo a ser ela a designar os detentores do poder político. Em Inglaterra — onde esta sociedade aristocrática se mantém, sem dúvida, mais bem preservada — basta passar em revista a lista dos primeiros-ministros no século XIX e princípios do século XX. Os Salisbury, os Rosebery, os Churchill, são, todos eles, oriundos de grandes famílias, cada uma das quais pode gabar-se de remontar aos séculos XVI ou XVII. As condições em que foi designado, em 1963, o sucessor de MacMillan, Sir Alec, demonstraram que, mesmo depois da revolução trabalhista, o

establishment tinha ainda a possibilidade de impor à rainha a escolha de um primeiro-ministro.

Assim, esta sociedade aristocrática continua a ser poderosa por detrás de uma fachada democrática. Acomoda-se ao sufrágio universal e encontra o meio para que ele ratifique as suas preferências e as suas próprias escolhas. No caso inverso, quando o poder foi conquistado pelos democratas após uma luta intensa — como em França, onde os republicanos chegam ao poder em 1879 e lançam na oposição os descendentes dessa sociedade —, é ainda suficientemente poderosa para os isolar, os bloquear, os cercar por todos os lados. É o drama da III República, entre 1879 e a Primeira Guerra Mundial, esta dissociação entre um país político conquistado pelos republicanos, que se empenham em instaurar uma democracia efectiva, e uma ordem social que continua a ser dirigida pela sociedade anterior à república.

Mais a leste, na Alemanha, bismarckiana ou wilhelmiana, por exemplo, o domínio desta sociedade é ainda mais incontestável. O próprio caso de Bismarck, que pertence justamente a estas grandes famílias, é significativo. Na Alemanha unificada do II Reich, a aristocracia tradicional está próxima do poder, os Junker possuem a terra, controlam o grande estado-maior, como o testemunham os nomes dos comandantes dos corpos do exército aquando da batalha do Marne. O caso é ainda mais flagrante na Áustria-Hungria, onde foram mais bem preservadas as tradições aristocráticas do antigo regime; e mesmo em Itália, onde se esboçam forças democráticas e o novo regime se pretende liberal, a aristocracia continua a ser poderosa.

Assim, nas vésperas do primeiro conflito mundial, a Europa, que vai dilacerar-se, é ainda largamente aristocrática. A nobreza conserva nela um lugar que não é proporcional à sua importância numérica. É preciso não perder de vista a presença activa e o peso desta sociedade quando se evocam as forças políticas do século XIX. Se apenas se tomasse em consideração a denominação dos regimes, as designações dos partidos políticos e os resultados das consultas eleitorais, escapar-nos-ia toda uma dimensão da realidade com grande peso no equilíbrio das forças e na aplicação dos princípios democráticos.

A sociedade burguesa

Ao lado ou abaixo desta sociedade aristocrática encontra-se a sociedade burguesa, que ascendeu ao poder com o liberalismo. Deve o seu triunfo ao trabalho encarniçado, ao dinheiro que soube poupar e à sua instrução. Sob a pressão das forças populares, perante a ameaça que a democracia representa para as suas prerrogativas, tende a reaproximar-se da aristocracia e, pouco a pouco, estreita-se o fosso que, no fim do século XVIII, opunha a aristocracia de nascença à burguesia revolucionária. Alianças de família e solidariedades de interesses nos conselhos de administração, na direcção das empresas, aproximam duas sociedades muito diferentes na origem. Unem-se contra o perigo comum representado pela democracia e pelas classes populares.

As camadas populares

Esboça-se uma terceira sociedade, composta pelo povo miúdo, pela burguesia das classes médias, pelos operários e camponeses. Sociedade pouco homogénea, cujos interesses divergem muitas vezes — as aspirações da pequena burguesia e as dos operários estão necessariamente longe de serem idênticas —, mas que representa um mesmo perigo para a aristocracia e para a burguesia.

No século XIX as classes populares inspiram às classes dirigentes um terror difícil de imaginar. A obra de Louis Chevalier, *Classes labourieuses et classes dangereuses*, testemunhou-o, associando os dois termos como sinónimos.

Estas classes trabalhadoras representam a maioria. Não têm nem cultura política nem instrução, as suas reivindicações são na maior parte dos casos anárquicas, as suas manifestações convulsivas. Na sociedade oitocentista existe uma grande diversidade de elementos instáveis que são factores de desordem. Eles são, em primeiro lugar, herdados da sociedade do antigo regime, os errantes, os vagabundos, os caminheiros, em suma, o quarto estado, que não tem trabalho nem está integrado na sociedade. Por outro lado, o crescimento demográfico, o êxodo rural, a extensão do pauperismo, acumulam nos subúrbios uma multidão que inspira aos poderes públicos e às classes dirigentes um sentimento de receio que as jornadas de Junho, a Comuna e as outras insurreições populares virão justificar. O século XIX é largamente dominado pela visão de uma sociedade em perigo. A violência é a forma corrente das relações entre as classes sociais.

A sociedade aristocrática e a sociedade burguesa retardarão o estabelecimento da democracia.

3.3. As etapas da marcha das sociedades em direcção à democracia política e social: as instituições e a vida política

A marcha da democracia ordena-se segundo várias linhas que correspondem aos diferentes elementos da definição da ideia democrática.

Os regimes políticos

Que mudanças operou a democracia nas instituições e nas formas da vida política?

A democracia não é um começo: não foi ela que derrubou o antigo regime. São raros os contactos directos entre o antigo regime moribundo e a democracia nascente: entre um e outra entrepõe-se normalmente a era liberal, a qual lança um traço de união, opera uma transição entre as duas sociedades. Em geral, a democracia não teve de se opor directamente ao antigo regime ou de combatê-lo frontalmente (salvo na Europa oriental). É o liberalismo que é o seu adver-

sário habitual, mas dele ela também recebe uma herança, com as instituições estabelecidas pela sociedade liberal, como os regimes constitucionais, com as suas instituições representativas, as câmaras electivas e as liberdades públicas que garantem a iniciativa individual, instituições às quais a democracia não se acomoda simplesmente. Denunciando o seu carácter restritivo, reivindica a universalidade. A sua acção vai, portanto, exercer-se a partir dessas instituições representativas, electivas, no sentido do seu alargamento.

Isto implica uma dupla progressão, que consiste, por um lado, para o procedimento eleitoral, em ampliar o corpo de eleitores, tornando-o universal e dando-lhe uma representação mais autêntica, e, por outro, em dilatar as atribuições das instituições representativas, a sua competência e o seu controle.

As consultas eleitorais

O sufrágio universal

O estabelecimento do sufrágio universal fez-se quase em toda a parte por etapas, mais ou menos numerosas, mais ou menos espaçadas. Além disso, o sufrágio universal foi antecedido de uma experiência de sufrágio restrito, mais ou menos longa, conforme os países. A Grã-Bretanha conhecia-o há séculos, a França somente há cerca de meio século.

A cronologia da marcha para o sufrágio universal menciona, em primeiro lugar, um país que não é europeu. De facto, foi nos Estados Unidos que se realizou a primeira experiência. A transição situa-se nos anos 1820-1830. Cada estado tinha uma constituição própria e tudo o que respeitava ao regime eleitoral relevava da competência dos estados e não da do governo federal. A maioria dos estados revêem então a sua constituição num sentido democrático e eliminam as restrições que limitavam a cidadania. Fazem-no por imitação dos novos estados que se formam no Oeste e que, desde o começo, concedem a si próprios constituições democráticas. Os Estados Unidos constituem o primeiro exemplo de uma harmonia entre a sociedade propriamente dita e a sociedade política. É por serem democracias sociais que os estados do Oeste erigem regimes politicamente democráticos. É a lição que, a partir de 1830, os Estados Unidos dão ao resto do mundo e da qual veremos múltiplas aplicações.

Esta democratização no quadro dos estados tem repercussões no governo da União em virtude da disposição que exige que a designação dos poderes federais se faça segundo as modalidades adoptadas pelos estados. A primeira eleição presidencial que se realizou sob as novas condições foi a do general Jackson em 1828. Pode reter-se esta data como o símbolo da democratização da vida política americana. Desde a sua fundação, em 1787, os Estados Unidos eram uma sociedade liberal. Com a entrada de Jackson na Casa Branca tornaram-se uma democracia. É uma forma de revolução sem violência, sem ruptura, embora, no momento, tenha apavorado os detentores tradicionais do poder e se tenha afigurado como uma espécie de convulsão social. E, de facto, marcava o fim da era

liberal e aristocrática. É também, geograficamente, uma transferência do poder, que passa dos grandes proprietários de Virgínia e dos advogados liberais do Massachusetts, que desde as origens da União tinham presidido aos seus destinos, para um homem do Oeste e um *self-made man*, Jackson.

Nesta cronologia a França vem em segundo lugar. É mesmo o primeiro grande país a fazer a experiência, pois os Estados Unidos de 1828 contam apenas uma dezena de milhões de habitantes. Um dos primeiros actos do governo provisório, em Março de 1848, é, com a abolição da escravatura, a adopção do sufrágio universal. Decisão que é um extraordinário salto para a aventura, tendo em vista o terror que o povo inspira à burguesia. Deste modo, a sorte do país cai nas mãos deste povo iletrado, sem cultura política, que é um joguete das suas paixões e vai ser vítima dos demagogos. Enquanto, na véspera da medida, o corpo eleitoral contava à volta de 250 000 cidadãos, passa sem transição para 9 500 000. A alteração é de 1 para 40. Quando o salto é de tal amplitude, a mudança de ordem de grandeza torna-se uma mudança de natureza. É uma das rupturas mais bruscas que a história política francesa conheceu.

Contudo, o sufrágio só é ainda semiuniversal, pois o direito de voto é apenas concedido aos cidadãos do sexo masculino. As mulheres ficarão arredadas ainda durante um século. Por diversas vezes alguns movimentos reclamarão a extensão do direito de voto às cidadãs, mas todos os projectos esbarrariam na resistência dos partidos e, sobretudo, durante a III República, do Senado. Dois preconceitos inspiram a resistência obstinada da velha guarda senatorial à ideia de facultar às mulheres o acesso à vida política. O primeiro é que não deve conceder-se o direito de voto senão àquele que está em condições de o exercer com independência. É a razão pela qual, em 1848, se debatia se seria lícito deixar votar os criados, estando estes num estado de dependência em relação aos patrões. A mesma preocupação explica que na reforma eleitoral britânica de 1884-1885 continuem a ser excluídos do corpo eleitoral os filhos, mesmo adultos, que habitem na casa dos pais. As mulheres casadas não são plenamente senhoras de si próprias. É, em suma, o prolongamento da incapacidade jurídica da mulher, inscrita no código, que faz recusar às cidadãs o direito de voto. A esta razão junta-se uma ideia preconcebida, mais imediatamente política: o receio de que a Igreja, que mantém uma maior influência sobre as mulheres, possa manobrá-las, ameaçando, assim, a liberdade da república. Será necessário esperar pela Segunda Guerra Mundial e pela lei promulgada pelo governo provisório, na Primavera de 1944, em Argel, para fazer das cidadãs eleitoras. É nas eleições municipais da Primavera de 1945 — as primeiras da França libertada — que as mulheres votam pela primeira vez, ou seja, com a diferença de poucos anos, um século depois do estabelecimento do sufrágio universal masculino.

Nos outros países, a evolução será mais lenta. Haverá períodos de transição. É, uma vez mais, o exemplo britânico, com uma longa sequência de reformas — que, pouco a pouco, ampliam a base do corpo eleitoral, em quatro etapas sucessivas —, que ilustra da melhor maneira a evolução gradual e oferece o contraste mais flagrante com o caso francês. A reforma eleitoral de 1832 é, para

a Inglaterra, a sua maneira de participar na vaga revolucionária que levou, em França, à queda do rei e à revisão da Carta. Mas esta reforma vai mais longe nas suas consequências eleitorais do que a revolução de 1830, uma vez que há, em 1832, mais eleitores ingleses do que eleitores franceses, o que fornece matéria para reflexão sobre a utilidade das revoluções, cujas mudanças acabam por ser mais insignificantes do que as de um reformismo progressivo. A iniciativa da segunda reforma, de 1867, cabe ao dirigente conservador Disraeli. A terceira deve inscrever-se no activo dos liberais e do seu chefe, Gladstone, em 1884 e 1885. Todas estas reformas apresentam duas características comuns: alargam a base do colégio eleitoral, reduzindo os condicionamentos, e efectuam uma redistribuição dos lugares em função da mobilidade geográfica, do desenvolvimento das cidades e do êxodo rural. A última reforma, que põe ponto final na evolução ao estabelecer o sufrágio universal masculino e feminino, é uma consequência da guerra de 1918. Depois de ter pedido a todos os cidadãos o sacrifício da vida, com o recrutamento obrigatório adoptado em 1916, parece difícil recusar-lhes o direito de participarem na decisão política. Surpreendemos, no caso britânico, uma correlação, que voltamos a encontrar várias vezes, entre as guerras e os progressos da democracia. As guerras constituem, com as revoluções, a brecha por onde a mudança irrompe na sociedade.

Na Alemanha, o sufrágio universal é contemporâneo da unidade. É, de facto, por iniciativa de Bismarck que a Constituição imperial de 1871 o introduz em toda a Alemanha. Assim, o Reichstag — a câmara baixa do parlamento do império federal — será eleito por sufrágio universal, decisão à primeira vista surpreendente por vir de um aristocrata conhecido pelas suas opiniões antiliberais e antiparlamentares. Esta escolha explica-se por razões de ordem nacional. Com efeito, contra as forças centrífugas, que continuam poderosas no império alemão, para enfraquecer as tradições particularistas herdadas do passado, para derrotar as dinastias, convém fundar a unidade nacional no apoio popular. Assentando na adesão do povo, o império será mais forte do que os estados. Vemos desenhar-se uma conjunção entre a unidade nacional e a ideia democrática, o que não constitui uma novidade, visto que a revolução tinha já modificado profundamente a ideia nacional em todos os países aonde chegara. Ao longo de todo o século XIX, unidade e democracia fazem um pacto contra a descentralização e os notáveis, aristocratas ou liberais, pois estes reivindicam a descentralização, celebram o regionalismo, enquanto os democratas militam pela unidade e pela centralização administrativa.

Em 1847-1848, uma guerra civil opõe, na Suíça, os cantões católicos e conservadores aos cantões radicais e democratas. Os cantões católicos batem-se pelo federalismo, enquanto os cantões radicais lutam pelo reforço das instituições unitárias. Nos Estados Unidos a guerra civil que opõe o Norte ao Sul (1861-1865) opõe também a sociedade democrática do Norte, que coloca a manutenção da União acima dos direitos dos estados, à sociedade aristocrática do Sul, que reivindica o direito de secessão. Em Itália, Garibaldi simboliza tanto a democracia e a república como a unidade. O elo muito estreito entre unidade

nacional e ideia democrática explica que Bismarck, grande proprietário, tenha escolhido fundar a unidade alemã no sufrágio universal. Todavia, o regime interno dos diferentes estados do império nem por isso sofre modificações. Até à guerra coexistirão um dos regimes mais democráticos pelas suas instituições imperiais e constituições de estados que reservam ainda o direito de voto a minorias. Só em 1919 será, finalmente, concedido o direito de voto às alemãs.

Em Itália a evolução foi diferente. Se, em muitos aspectos, os casos da Itália e da Alemanha são comparáveis — os dois países divididos no princípio do século aspiram à unidade e alcançam-na aproximadamente na mesma data —, a sua evolução no que diz respeito às instituições políticas é muito diferente. Enquanto Bismarck decide fundar a unidade numa base popular, Cavour e os seus sucessores associam a unidade italiana ao liberalismo. A nova Itália viverá até à Primeira Guerra Mundial no quadro do estatuto outorgado por Carlos Alberto em 1848, inspirado na filosofia liberal, sob um regime que é mais próximo do regime francês de 1830 do que do regime posterior a 1848. O caminho teria sido outro se a unidade tivesse sido feita por iniciativa de Mazzini ou de Garibaldi, que personificavam a democracia, enquanto Cavour e o pessoal dirigente da nova Itália pertenciam a uma classe de inspiração liberal.

Em 1861, o ano seguinte ao da unificação da Itália (com a excepção de Roma e Veneza, que não foram ainda integradas), o país legal não tem mais de 900 000 eleitores numa população de 22 milhões de habitantes, ainda que, desses 900 000, apenas um terço exerça o seu direito de voto, enquanto os restantes se abstêm. Uma das razões que explicam uma taxa tão elevada de abstenções são as divergências que opõem a Igreja à nova Itália. Com efeito, os católicos fiéis boicotam as eleições nos territórios que ainda recentemente faziam parte dos estados da Igreja. A abstenção, ou o que se chamava *non expedit*, será, após a tomada de Roma em 1870, erigida em regra de conduta pela Santa Sé e os católicos italianos negar-se-ão a participar na vida política até 1904 para não parecerem ratificar a espoliação do chefe da Igreja. No entanto, se o corpo eleitoral não compreende normalmente mais de 900 000 pessoas, o conjunto do país foi consultado, a título excepcional, pelo plebiscito, através do qual os habitantes da Romanha, da Úmbria, das Marches e da Península Italiana exprimiram a sua adesão à Itália unificada.

Várias reformas eleitorais que serão adoptadas no período seguinte alargarão, embora com muita prudência, o quadro da vida política. A primeira ocorre em 1882; uma segunda, mais importante, em 1912, comporta disposições para o futuro e também cláusulas de aplicação imediata. A lei de 1912 admite o princípio do sufrágio universal, mas a prazo, pois prevê períodos de vinte e trinta anos para a sua aplicação. Estas disposições prorrogatórias serão anuladas por causa da guerra, como na Grã-Bretanha e na Alemanha, e em 1919 a Itália estabelece efectivamente o sufrágio universal. Como se vê, foi o primeiro conflito mundial que, em numerosos países, permitiu a realização daquilo que era o desejo dos democratas e que até então mais não era para eles do que uma longínqua promessa.

Entre 1848 e 1918, a maior parte dos outros países da Europa setentrional e ocidental tinham também adoptado disposições que os encaminhavam para o sufrágio universal. Nos Países Baixos, em 1887 e 1896. Na Bélgica a data importante é 1893. A Noruega adopta o sufrágio universal em 1905, quando se separa, amigavelmente, da Suécia. Esta imita o seu exemplo em 1909. E é em 1906 que o sufrágio universal faz a sua entrada, de uma maneira discreta e reservada, na parte austríaca do império dos Habsburgos.

Assim, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o sufrágio universal entrou nos costumes e na legislação.

Democratização dos sistemas eleitorais

Depois de ter evocado as disposições principais, trata-se agora de estudar as modalidades da sua aplicação, que não são menos importantes, pois são susceptíveis de modificarem quase completamente o significado da experiência. Muitas vezes o reconhecimento do princípio foi acompanhado, pelo menos nos primeiros tempos, por um arsenal de precauções que lhe restringiam particularmente o alcance e o reduziam por vezes a um simples símbolo. Foi inexcedível o engenho revelado pelos governos para inventarem subterfúgios que neutralizassem o peso da maioria.

Quando a Bélgica adopta, em 1893, o sufrágio universal, institui o voto plural, segundo o qual um indivíduo pode dispor, em certas condições, de vários votos, em número de dois ou três, em função da sua instrução, dos seus encargos de família. Assim se restabelece uma certa desigualdade que tem por consequência prática, no plano das forças políticas, fortalecer os votos dos conservadores em detrimento das forças progressivas.

Desde 1850 que a Prússia recorre ao método do sistema de classes. Em cada circunscrição que tivesse de designar um representante ao Landtag da Prússia, os eleitores são divididos em três categorias, determinadas pelo valor dos impostos; como cada uma das classes paga a mesma importância, um único contribuinte pode só por si constituir uma classe, enquanto a última conta milhares de eleitores, participando cada uma das três classes em pé de igualdade na designação do representante.

O caso da Áustria ilustra um outro método num sistema eleitoral complexo. O Reichstag compõe-se de eleitos de colégios distintos segundo o mesmo sistema seguido nos estados gerais franceses e, no princípio do século XX, a Áustria continuará fiel ao sistema do antigo regime, que não considera os indivíduos independentemente da sua condição social, da sua profissão ou do seu estado. Estas categorias chamam-se cúrias, e o Reichstag reúne os representantes das quatro cúrias, em proporções desiguais. Em 1906, a reforma limita-se a juntar às quatro cúrias já existentes, que mantêm os seus eleitos, a chamada cúria do sufrágio universal, na qual são arrumados todos os que não eram eleitores. Todavia, trata-se apenas de mais um colégio, que só tem direito a uma centena de eleitos. Os representantes do sufrágio

universal entram pela porta de serviço e tomam modestamente parte nos trabalhos.

Nos Estados Unidos, onde cada estado se mantém senhor da sua legislação eleitoral, o Sul contorna o princípio da igualdade geral que o Norte quer impor-lhe depois da guerra civil estabelecendo disposições que têm por finalidade afastar os negros: a famosa cláusula chamada do avô, a obrigação de explicar alguns artigos da Constituição, prova de que os brancos eram geralmente dispensados. Estas práticas restritivas subsistiram em vários estados do Sul até à recente adopção pelo Congresso de uma lei sobre os direitos cívicos.

Semelhantes disposições nem sempre são ditadas com segundas intenções políticas, pois constituem por vezes apenas uma herança do passado. Assim, a Grã-Bretanha leva oitenta anos a reduzir a desigualdade na distribuição das circunscrições, pois os campos estão sobre-representados no Parlamento enquanto os aglomerados urbanos não estão representados na proporção da sua importância numérica e da sua participação na actividade nacional. Será necessário muito tempo para que se faça alinhar a repartição dos lugares pela distribuição da população, o que, de resto, nunca foi completamente conseguido. Ainda hoje, para obterem a maioria dos lugares, os trabalhistas necessitam de mais votos do que os conservadores, porque os seus eleitores se recrutam mais nas cidades e são os campos que dispõem de um maior número de lugares.

É para suprimir todas as desigualdades que se esboça, nos primeiros anos do século XX, um movimento de opinião a favor de um novo modo de escrutínio que quebrasse o quadro estreito das circunscrições, instituindo a representação proporcional. O movimento a favor da representação proporcional condena nos outros modos de escrutínio o facto de não oferecerem uma representação que seja a expressão fiel do corpo eleitoral e apresenta a sua solução como a mais conforme ao espírito democrático. Por isso, logo após a Primeira Guerra Mundial são vários os países que a adoptam. A Constituição de Weimar de 1919 inscreve-a nas suas próprias disposições e, no mesmo ano, a França adopta uma lei eleitoral que nela se inspira parcialmente.

A liberdade do voto

Para ser plenamente democrático, o voto deve ser também plenamente livre: exige que nenhuma pressão se exerça sobre os eleitores, que a consulta seja sincera, que o escrutínio seja honesto. Todas estas exigências vão sendo codificadas pouco a pouco pelas legislações. O eleitor deve escapar ao controle da administração, à pressão dos notáveis, à corrupção. Um estudo pormenorizado deveria recensear as disposições tomadas para a elaboração e a publicidade das listas eleitorais e para o segredo do voto, outra inovação essencial. É assim que, em 1872, a Inglaterra adopta aquilo que se chama, no vocabulário britânico, o *ballot,* enquanto a França aguardará 1914 para utilizar o sobrescrito e a câmara de voto. Assim, a liberdade e a igualdade do voto tornam-se efectivas por etapas.

Elegibilidade

Se todo o cidadão deve poder exercer o seu direito de voto, a democracia implica que todos possam também ser candidatos, sem o que a distinção entre duas categorias de cidadãos permanece. Por isso, a maior parte dos países revogam, progressivamente, as cláusulas que subordinam a elegibilidade a um determinado nível de instrução ou ainda à diferença de sexo. Uma das reivindicações das sufragistas, cuja agitação, muitas vezes violenta, perturbou a Grã-Bretanha antes de 1914, era que as eleitoras também pudessem ser candidatas. Elas obtêm uma decisão favorável graças à guerra; em 1919, Lady Astor é a primeira mulher a entrar na Câmara dos Comuns.

A França deverá esperar pela primeira assembleia constituinte eleita em Outubro de 1945, na qual, pela primeira vez, francesas tomam assento e em número superior ao das assembleias seguintes. A evolução, passados trinta anos, é no sentido de uma diminuição progressiva da participação das mulheres na vida parlamentar.

Não basta suprimir cláusulas jurídicas da desigualdade; é preciso também assegurar a igualdade real. Voltamos a encontrar no movimento democrático esta ideia muito importante de que os princípios de nada servem sem condições de aplicação. Para que todos os candidatos possam tentar a sua sorte, e por maioria de razão exercer um mandato legislativo, é preciso que a fortuna não continue a estabelecer discriminações entre eles. Ora, entre aquele que pode viver dos seus rendimentos e aquele que tem necessidade de ganhar a vida, a competição não é igual. O primeiro pode arriscar-se a uma campanha; se for eleito, poderá participar na vida do parlamento. O outro não pode arcar com as despesas de uma campanha, muito menos renunciar ao exercício da sua profissão. É esta a razão da instituição do subsídio parlamentar, outro critério da democratização das instituições, quase tão revelador como a universalidade do sufrágio. Quando um país estabelece o subsídio parlamentar, isso significa que transpôs uma etapa na sua democratização. Em França é a II República que estabelece o subsídio parlamentar (depois de ter proclamado o sufrágio universal, estando ambos estreitamente ligados). São os famosos 25 francos pelos quais Baudin perdeu a vida no dia seguinte ao 2 de Dezembro de 1851*. Na Grã-Bretanha o acontecimento dá-se mais tarde, em 1911, com a grande reforma constitucional que modifica as relações entre as duas câmaras.

Convém sublinhar, a propósito, que em alguns casos a adopção de instituições democráticas é mais tardia em Inglaterra do que em França. A Grã-Bretanha foi liberal mais cedo do que a França, mas foi democrática mais tarde. De facto, a sua evolução política prolonga-se por um período mais longo: tendo entrado na era liberal no século XVIII, a sua penetração na era democrática só

* Jean-Baptiste-Alphonse Baudin (1811-1851), deputado francês da esquerda, que morreu nas barricadas levantadas para resistir ao golpe de Estado desencadeado pelo presidente da República, Luís Napoleão, em 2 de Dezembro de 1851, dissolvendo a Assembleia e anunciando as bases de uma nova constituição. *(N. do R.)*

termina no século XX. Para a França, as duas etapas desenrolaram-se num período mais curto, visto que faz a sua experiência liberal na primeira metade do século XIX e pratica já a democracia na segunda metade. Os dois ritmos são nitidamente diferentes. Esta observação corrobora o que dissemos do processo revolucionário e do processo por adaptação progressiva.

O estabelecimento de um subsídio parlamentar alargou portanto o recrutamento do pessoal político. A partir de então é possível às pessoas de condição modesta, aos assalariados, apresentar a sua candidatura e tomar mesmo assento no parlamento. A profissionalização da vida política, ligada ao estabelecimento do subsídio parlamentar, é de importância capital para a sociologia política.

Se o subsídio parlamentar assegurava aos indivíduos os meios materiais para desempenharem um papel político, o aparecimento dos partidos deu-lhes um apoio económico que os notáveis podiam dispensar, mas que era indispensável aos eleitos de origem popular e que restabelecia assim o equilíbrio. Os notáveis têm a seu favor a notoriedade, a situação de família, a fortuna, o apoio das autoridades administrativas, das igrejas estabelecidas, enquanto os seus adversários, sem a rede de relações sociais assegurada pela transmissão hereditária da propriedade, devem compensá-la com a solidariedade concedida pelo partido, por uma rede de fidelidade capaz de opor organização, disciplina, actividade e propaganda às vantagens naturais dos notáveis.

A representação parlamentar

Para medir as consequências da democracia, o segundo nível a considerar é o das instituições parlamentares, tendo as eleições precisamente por objecto escolher parlamentares, designar aqueles a quem o povo entrega o exercício da soberania.

Se a democracia não inventou as instituições representativas nem o processo eleitoral — tanto aqueles como este existiam já durante o liberalismo —, pelo menos modificou-os.

À democracia depara-se geralmente um parlamento composto por duas câmaras, a câmara alta e a câmara baixa, de recrutamento diferente e prestígio desigual. Continua a chamar-se câmara baixa àquela que é eleita por sufráfio universal, o que está em contradição com os princípios democráticos que repudiam a superioridade por tradição. Mas sob a influência do espírito democrático as relações entre as duas câmaras evoluem. Um primeiro movimento tende a alargar o colégio eleitoral da câmara alta quando ela é electiva — aliás, nos outros casos, os lugares tanto podem ser transmitidos hereditariamente em certas câmaras aristocráticas como concedidos a título pessoal pelo chefe de Estado. Em França, alguns anos depois de terem chegado ao poder, os republicanos empreenderam a revisão da Constituição de 1875, pouco democrática, ao confiar a eleição do Senado a um colégio demasiado restrito, já que as comunas rurais dispunham de uma preponderância esmagadora, tendo praticamente um repre-

sentante por comuna, fosse qual fosse a importância da sua população. A revisão de 1884 prevê uma representação mais proporcional da população.

Nos Estados Unidos, os senadores eram escolhidos segundo modalidades que variavam conforme os estados, que se mantinham senhores das condições de designação. Os mais democráticos haviam dado o exemplo, fazendo eleger os seus dois senadores pelo conjunto dos eleitores. Em 1913 esta solução democrática alargou-se a toda a União através da 17.ª emenda à Constituição, marcando assim uma etapa na democratização dos Estados Unidos, análoga à de 1830, quando os estados, ao reverem a sua constituição, adoptaram o sufrágio universal para a sua própria legislatura.

Supressão dos lugares inamovíveis

Quanto às segundas câmaras, o alargamento da base eleitoral das câmaras altas é acompanhado de medidas que visam reduzir e mesmo suprimir os lugares inamovíveis.

Assim, em França, a lei constitucional de 1875 sobre o Senado previa que este comportaria 300 membros, dos quais 225 eleitos e 75 inamovíveis, escolhidos pela Assembleia Nacional (e depois substituídos por cooptação à medida do seu desaparecimento). A presença destes 75 senadores, cujo mandato não provinha de uma eleição, era para os republicanos um atentado à democracia, e um dos seus primeiros cuidados, em 1884, foi suprimir esses lugares inamovíveis.

Modificação da relação e, nomeadamente, da repartição das competências

Neste ponto, o exemplo que se impõe é o da Grã-Bretanha.

Este país viveu em 1910-1911 uma grave crise constitucional solucionada com a aprovação do Parliament Act, que modifica o funcionamento do regime britânico. A Câmara dos Lordes perde uma parte das suas prerrogativas, pois a reforma culmina o deslocamento do centro da decisão política para a câmara eleita (Câmara dos Comuns), consagrando assim a supremacia da câmara democrática sobre a câmara aristocrática. Com o mesmo objectivo, em 1911, reduz-se a duração das legislaturas, que, para a Câmara dos Comuns, passa de sete para cinco anos.

Poder-se-ia ainda evocar toda a gama de procedimentos que multiplicam os contactos entre governantes e governados e permitem ao eleitorado dar a conhecer os seus sentimentos ou exercer um certo controle sobre a actividade dos seus representantes ou do executivo. Assim, por exemplo, é dada a possibilidade a um grupo de cidadãos de apresentar uma proposta de lei, em lugar de deixar o monopólio da iniciativa ao governo e aos representantes. O referendo é praticado na Suíça e em vários estados da União americana. A revogação, ou *repeal*, permite ao eleitorado, quer abreviar o mandato de certos funcionários, quer anular certas disposições legislativas. Todos estes procedimentos, que foram experimentados principalmente nos estados do Oeste dos Estados Unidos, entre o

Mississípi e as montanhas Rochosas, revelam os elementos de uma democracia mais directa do que a democracia representativa. Trata-se de uma das linhas de evolução possíveis para as regras democráticas.

A democracia autoritária

Até agora, temos discorrido como se a democracia parlamentar fosse a forma acabada, a única expressão autêntica, da democracia. Ora, no século XIX, os democratas estão longe da unanimidade neste ponto. Escaldados pelas experiências recentes, propendem mais a opor a democracia ao parlamentarismo, uma vez que as instituições representativas evocam demasiado na sua memória o regime censitário e as câmaras estão demasiado marcadas pela restauração e pela monarquia de Julho, que lhes favorecem o florescimento. Por isso, os democratas optam por uma democracia directa e autoritária, tanto mais que o passado fornece numerosas referências em apoio da assimilação da democracia a regimes autoritários. Prova-o a Revolução Francesa, cujo período mais democrático pela sua orientação política é o do governo revolucionário, em que a autoridade estava concentrada nas mãos de um punhado de homens.

É preciso ter presente que no século XIX se mantém aberta para o regime democrático a alternativa entre a forma representativa e parlamentar e a forma directa e autoritária. Num caso como noutro, o poder fundamenta-se no consentimento popular, mas no primeiro caso o povo soberano delèga o seu poder em representantes pelo período de duração de uma legislatura, enquanto no outro confia-o a um executivo que evita as assembleias parlamentares. Existe assim um tipo de democracia plebiscitária, antiparlamentar, antiliberal, que associa a autoridade e o apoio popular e constitui, à sua maneira, uma forma de democracia. Esta encontrou a sua expressão em França com o regime bonapartista do I e do II Impérios, e, aliás, os seus opositores, legitimistas ou orleanistas, não lhe perdoam que seja ao mesmo tempo um regime popular e autoritário.

O regime que Bismarck instaura na Alemanha unificada aproximar-se-ia desta concepção da democracia, uma vez que nele se encontram ao mesmo tempo um governo autoritário concentrado nas mãos de um chanceler, o sufrágio universal e a ausência de responsabilidade ministerial perante o parlamento.

Aparecimento dos partidos modernos

A par destas transformações, que afectam as instituições oficiais e que resultam de deliberações legislativas, outras mudanças de carácter espontâneo modificaram a prática política. A mais decisiva é o aparecimento dos partidos políticos modernos, que são a consequência lógica do papel crescente das consultas eleitorais e respondem a necessidades funcionais. Intermediários entre os indivíduos e as instituições, seleccionam candidatos, propõem programas, formulam opções e inscrevem as soluções técnicas em perspectivas de conjunto e em filosofias globais.

Os partidos políticos são a resposta espontânea à mutação da vida política. De facto, a cada tipo de eleitorado corresponde um tipo de partido. Se havia já, de certa maneira, partidos políticos no regime censitário, a sua natureza, estrutura e fisionomia eram bem diferentes das dos partidos actuais. Durante a era liberal, os partidos pouco mais são do que clubes, círculos mundanos, facções. Com o sufrágio universal e a democracia, mudam de dimensão e de natureza e o seu próprio vocabulário reflecte essa mutação. Se, no século XIX, os *whigs* mudam de nome e se tornam os liberais, se os *tories* trocam o seu pelo de conservadores, não é simplesmente para se modernizarem. Dos *whigs* aos liberais, dos *tories* aos conservadores, há uma verdadeira mudança. Os *whigs* formavam uma facção parlamentar, enquanto o partido liberal é uma formação aberta, que recruta adeptos e dispõe de um aparelho permanente ramificado pelo conjunto do território.

Na segunda metade do século XIX, vê-se na Inglaterra, nos Estados Unidos, em França um pouco mais tarde, nascerem e crescerem os antepassados dos partidos actuais.

A sua evolução apresenta, entre outros, alguns traços essenciais.

Os partidos institucionalizam-se: de intermitentes, tendem a tornar-se permanentes. Ao princípio, em 1848, e ainda em 1871, a maior parte dos partidos não são mais do que comissões locais, efémeras, sem coordenação, que surgem em cada circunscrição ao aproximar-se a data das eleições e desaparecem imediatamente após a consulta eleitoral. É um agrupamento local, temporário, unicamente destinado a preparar a eleição, a escolher um candidato e a prestar-lhe apoio: é uma comissão de patrocinato. Pouco a pouco, com a prática regular das eleições, estas comissões tendem a perpetuar-se e estabelecem uma ligação entre uma consulta eleitoral e a seguinte. Ao mesmo tempo que tendem para a continuidade no tempo, tecem contactos, federam-se regionalmente, mesmo nacionalmente.

Tal é o processo do qual saiu o Partido Radical francês, constituído originariamente por uma profusão de comissões eleitorais. Nos anos 1890-1900 fazia sentir-se a necessidade de um reagrupamento. Em 1901 efectua-se em Paris um congresso federativo, do qual saiu o Partido Republicano Radical e Radical-Socialista.

Os partidos começam também a preencher outras funções para além das meramente eleitorais. Enquanto escolas de pensamento, tornam-se centros de reflexão, formulam uma doutrina, uma ideologia, que propagam, asseguram a educação política. Sistemas completos de organização, bem cedo vão obter o direito de cidade em França, onde, pela primeira vez em 1910, o regimento da Câmara reconhece a existência de grupos parlamentares. Até então era um axioma que os parlamentares representavam exclusivamente os seus eleitores e só se obrigavam a si próprios.

Paralelamente, os partidos alargam as suas bases, democratizam-se. Passa-se dos partidos de notáveis a partidos de militantes. Os partidos de massas datam do princípio do século XX, sendo os primeiros os partidos operários. São partidos de um novo tipo, que postulam que o partido tem prioridade sobre o grupo

parlamentar, prevendo mesmo os estatutos que o grupo parlamentar está subordinado ao partido. Deste modo, é o *comité* directivo, no seio do qual os dirigentes do partido e os eleitos pelos militantes detêm a maioria, que determina a linha de conduta do grupo parlamentar, decide da sua participação ou não-participação no governo, mantendo o grupo parlamentar numa relação de dependência. Por outro lado, estes partidos estão unidos internacionalmente. O Partido Socialista é a secção francesa da Internacional Operária. Após a revolução de 1917, o Partido Comunista levará às últimas consequências esta evolução, dando origem a um partido de um tipo inteiramente novo.

A vida no interior dos partidos é uma réplica da actividade parlamentar: as decisões são tomadas em congresso por delegados eleitos que dispõem de mandatos para votar as moções de orientação. As tendências defrontam-se e reivindicam uma representação proporcional no seio das instâncias dirigentes. O modelo da discussão parlamentar é adoptado por todos os órgãos da vida política e torna-se a fórmula-tipo.

No exterior do parlamento e fora dos partidos, a democratização progressiva e a universalização do sufrágio imprimem um aspecto original às relações políticas. Passou-se de uma vida política confinada aos círculos mundanos ou aos clubes para uma vida política ao ar livre, com comícios, campanhas eleitorais nos pátios das escolas, nos ginásios e nos estádios.

Os prolongamentos da ideia democrática

A democratização do regime e da sociedade não se limita às instituições. Estende-se a outros aspectos, ora através de um desenvolvimento natural da ideia democrática, ora porque o funcionamento normal do regime democrático o exige. Com efeito, a experiência ensina que o jogo normal das instituições solicita outras instituições, nas quais ainda não se tinha pensado.

Assim, o alargamento do direito de voto a todos os cidadãos torna desejável que os cidadãos estejam em condições de conhecer os dados elementares das escolhas políticas, de modo a poderem exercer o seu julgamento. Assim, uma instrução primária generalizada cedo se mostra aos fundadores da democracia política como o prolongamento natural, uma exigência lógica, do sistema. Do mesmo modo, a difusão da informação e a liberdade de expressão impõem-se como necessárias para que a democracia não seja reduzida a um simples simulacro.

Noutros campos, as razões já não derivam da necessidade prática, mas de uma preocupação de fidelidade à inspiração democrática. A igualdade política solicita a igualdade social, a igualdade de oportunidades, o apagamento progressivo das distinções que resultam do nascimento ou da fortuna, que encontrarão o seu ponto de aplicação, por exemplo, numa repartição equitativa dos encargos fiscais e militares.

Assim, ora por uma necessidade inerente ao exercício efectivo da democracia, ora pelo prolongamento natural da sua inspiração, a democracia não apenas

modifica a forma do regime, como tende para a harmonização das instituições políticas e das instituições sociais.

A instrução

A instrução e a informação são as duas condições indispensáveis para um funcionamento regular da democracia. Elas estão associadas, visto que é a instrução que fornece à imprensa os seus leitores e a imprensa pressupõe um público minimamente instruído.

O ensino alcança no século XIX um lugar eminente nas lutas políticas, nos debates parlamentares, nas campanhas eleitorais, nas controvérsias que dividem a opinião pública, e isto na maior parte das sociedades democráticas na Europa ocidental ou central. Os democratas propõem-se, em matéria de ensino, dois objectivos conexos.

O primeiro é de ordem quantitativa e consiste em alargar a base do ensino. No século XIX, quem diz ensino numa perspectiva democrática pensa essencialmente no ensino primário. Se os liberais — raciocinando na perspectiva de uma vida política restritiva — se interessavam quase exclusivamente pelo ensino secundário, que preparava os futuros eleitores do país legal, os democratas, ao instituírem o sufrágio universal, já não podem contentar-se com esse ensino de classe e devem procurar alargá-lo a todos os cidadãos. Assim, o ensino primário terá por missão dar a cada homem os rudimentos indispensáveis para fazer dele um cidadão esclarecido.

As etapas da evolução democrática da Europa são assinaladas por disposições tomadas por parlamentos e governos para garantirem a universalidade da instrução. Em França são as grandes leis às quais está associado o nome de Jules Ferry, ministro da Instrução Pública quase continuamente entre 1879 e 1885. A Bélgica adoptou medidas análogas em 1878. É em 1877 que o governo italiano fixa o princípio da universalidade. Na Grã-Bretanha, entre 1870 e 1890, as leis procuram igualmente assegurar a generalidade e a gratuitidade do ensino.

A universalidade do ensino implica a sua obrigatoriedade — os pais não podem subtrair-lhe os filhos — e também a gratuitidade, já que, na verdade, era impossível impor às famílias a obrigação do ensino sem que o Estado ou as colectividades locais tomassem a seu cargo as respectivas despesas. É a organização de um serviço público de ensino.

A ideia de que a instrução incumbe aos poderes públicos é anterior aos anos 1870-1885. A revolução enunciara esse princípio, mas sem ter tido tempo para o aplicar. Em França é sob a monarquia de Julho que, pela primeira vez, os poderes públicos o põem em vigor com a lei Guizot, de 1833, que obriga todas as comunas a abrir uma escola e a pôr à disposição de quem o desejar os meios de adquirir a instrução. Esta escola pode ser confiada a professores primários, formados nas escolas normais, ou a congreganistas, postos à disposição das municipalidades pelas ordens religiosas, para quem o ensino é uma actividade tradicional.

O segundo objectivo é ideológico: procura subtrair o ensino, em vias de desenvolvimento, à influência dos adversários da democracia. A preocupação política é inseparável da primeira, porque, se os republicanos em França, os liberais na Bélgica ou em Itália, desejam a generalização do ensino, não pretendem que faça crescer a influência dos seus adversários, as direitas tradicionalistas e sobretudo a Igreja. É por essa razão que a questão do ensino, no século XIX e ainda no século XX, está tão estreitamente ligada à questão religiosa.

Antes mesmo da generalização do ensino, as primeiras associações privadas que se constituíram, para fazer pressão sobre os poderes públicos e arrancar-lhes uma legislação, são de inspiração nitidamente anticlerical, como a Liga do Ensino, criada na Bélgica antes da sua émula francesa, em 1866. Não pode dizer-se que estas controvérsias estejam completamente extintas, pois vimo-las renascer durante a IV e a V Repúblicas, em 1951, com a lei Barange, e em 1959, com a lei Debré.

Nos países predominantemente protestantes, a questão não se põe nos mesmos termos. A controvérsia ideológica é aí menos acesa, mas não deixa de opor as confissões dissidentes às igrejas estabelecidas.

Na Europa central e oriental, o desenvolvimento do ensino levanta outros problemas. Nos países que ainda não obtiveram a independência, e para as nacionalidades que lutam pelo reconhecimento da sua personalidade política e cultural, a escola está ligada à defesa dessa personalidade. É o caso das províncias polacas do Império Alemão e das nacionalidades eslavas do Império Austro-Húngaro. Em que língua se fará o ensino? A escola está no âmago das lutas nacionais.

A informação

Antes de 1914 a informação é a imprensa e, neste campo, a evolução é jurídica, técnica e sociológica.

Jurídica a fim de obter um estatuto menos restritivo do que o herdado dos regimes censitários e das monarquias constitucionais. É certo que a imprensa tinha obtido certas liberdades, mas não a liberdade. A existência dos jornais continua sujeita a condições que lhes restringiram o exercício e lhes retiravam até, em muitos casos, a possibilidade de nascer. Os encargos financeiros impostos pela legislação — depósito de uma caução, imposto de selo elevado, constantes ameaças de multas — eram outros tantos entraves à possibilidade de se exprimirem.

A evolução democrática em todos os países anula esta legislação restritiva. Uma após outra, caem as limitações, as exigências jurídicas, administrativas e financeiras que os poderes públicos tinham imaginado.

Tendo a Grã-Bretanha mostrado neste campo qual o caminho a seguir, toda a Europa continental a seguiu.

Em França subsiste ainda a lei de 1881, que estabeleceu o regime da imprensa, embora com algumas restrições, introduzidas em 1892-1894, tendo em vista

a repressão dos atentados anarquistas, com a aprovação das chamadas «leis celeradas» (assim apelidadas pelos socialistas, que receavam que o executivo as utilizasse contra toda a propaganda que pusesse em causa o poder).

Paralelamente à liberalização do regime jurídico, verifica-se um aumento da clientela, estando os dois factos relacionados. O levantamento das barreiras jurídicas abre um novo mercado e, reciprocamente, a conquista de uma clientela nova permite à imprensa usufruir das facilidades que desde esse momento o direito lhe faculta.

O aumento do público explica-se pelo alargamento do ensino. À medida que a instrução obrigatória entra em vigor — e no fim do século XIX quase todos os franceses já passaram pela escola —, cria novos leitores potenciais.

No entanto, não é suficiente que eles saibam ler, é necessário ainda que tenham meios para comprar um jornal. Na primeira metade do século XIX, o jornal é uma mercadoria cara, quase só lido por quem tem assinatura, e esta modalidade está longe de estar ao alcance de todas as bolsas. Mas há quem se associe para ter uma assinatura ou vá ler os jornais aos gabinetes de leitura ou aos cafés.

Na segunda metade do século XIX, os jornais podem baixar progressivamente o seu preço graças aos progressos técnicos, que permitem aumentar as tiragens, e ao desenvolvimento da publicidade, cujo precursor foi Émile de Girardin, que, em 1836, abriu pela primeira vez as colunas do seu jornal, *La Presse*, a anúncios comerciais. O abaixamento do preço do jornal torna-o desde então acessível a novas camadas sociais de leitores. De facto, se nas vésperas da revolução de Fevereiro de 1848 a tiragem total dos diários — 200 000 a 250 000 exemplares — cobre o país legal, nas vésperas de 1914 os jornais franceses atingem uma tiragem global de 8 a 9 milhões de exemplares para um pouco mais de 10 milhões de eleitores. Assim, a curva de tiragem dos jornais tende a aproximar-se da do número de eleitores e as duas unem-se no período entre as duas guerras.

Todas estas inovações fazem da democracia uma realidade efectiva e não apenas um princípio inscrito no frontão do regime.

A igualização das obrigações militares

Por razões que têm menos a ver com o seu funcionamento do que com a sua inspiração igualitária, a democracia interessa-se por uma melhor repartição das obrigações militares e da carga fiscal.

É o mesmo princípio de igualdade democrática que tinha imposto a igualdade perante a justiça e perante o fisco que inspira o sistema do recrutamento, isto é, a inscrição em listas de todos os cidadãos com idade de pegar em armas, a sua distribuição por classes etárias e a incorporação destas por ordem à medida das necessidades. É a revolução que implanta o regime regular do serviço militar.

Mas este sistema pode admitir toda a espécie de excepções e numerosas dispensas. No século XIX a maior parte dos países associam o alistamento de

voluntários ao recrutamento, considerado uma força auxiliar. Aliás, só se chama uma parte de cada classe, tanto mais que o serviço militar é de longa duração (cinco, seis ou sete anos, segundo a lei de 1870; na Rússia chega a durar vinte e cinco anos). Sendo suficiente incorporar uma reduzida parte do contingente, o serviço militar é, portanto, mais excepção do que regra. Para escolher os incorporados recorre-se a um sorteio, com a possibilidade de aqueles que têm posses pagarem a um substituto.

Apesar do princípio, trata-se de um sistema desigual, cuja desigualdade assenta na sorte corrigida pelo dinheiro. É, de certo modo, o equivalente, neste domínio, ao que o regime censitário representa para as instituições políticas: em relação ao serviço militar, existe também um país legal e um país real.

À luz dos princípios democráticos, semelhante desigualdade é chocante. Aliás, no século XIX a evolução das leis militares na maior parte dos países europeus faz-se no sentido de uma abolição progressiva destas cláusulas e de uma redução do tempo de serviço militar para três ou mesmo dois anos, como prevê a lei de 1905 em França. Logo que a duração é fixada em dois anos, torna-se indispensável incorporar a totalidade do contingente. Imediatamente necessária, a convocação de toda a classe apresenta a vantagem de se passar a dispor de reservas mais numerosas. Caminha-se para a concretização da ideia da nação em armas. Uma após outra, começam a desaparecer as insenções, as dispensas concedidas em razão da condição profissional (em França, os eclesiásticos foram durante muito tempo, até à lei de 1889, dispensados do serviço militar), da instrução (os bacharéis só cumpriam seis meses de serviço). Na Bélgica, a lei de 1909 estipula que, pelo menos, um filho em cada família deve cumprir o serviço militar. É o correspondente ao voto plural: tem-se em conta a entidade familiar. Quatro anos mais tarde, perante o agravamento da situação internacional, a lei de 1913 generaliza o serviço militar. Como para as leis da instrução, as datas das grandes leis militares definem também um calendário comum: 1889-1905, para a França; 1909-1913, para a Bélgica; 1898, para os Países Baixos, procedendo uma parte da Europa à mesma alteração política e social.

Enquanto a Grã-Bretanha, para recrutar tripulações para os seus navios, para os navios de Sua Majestade, recorria ao sistema das levas forçadas, por outro lado, recusava obstinadamente utilizar para as forças terrestes o recrutamento nacional, considerando-o um atentado à liberdade individual. Sendo o sistema do voluntariado insuficiente para a renovação dos efectivos, a Grã-Bretanha adoptará o recrutamento somente em 1916, para o suprimir após a guerra e a ele voltar nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, na Primavera de 1939 — gesto de significado simbólico que mostra a gravidade da situação —, abolindo-o depois.

Esta generalização do serviço militar e a igualização das obrigações que a defesa nacional impõe tiveram efeitos consideráveis.

Efeitos políticos, pois o serviço militar aproxima o exército e a nação, a instituição militar e a sociedade civil. O serviço militar contribui para dar aos indivíduos o sentimento de pertencerem a uma nação. Nos países cuja unidade

está ameaçada por particularismos regionais ou étnicos, o exército é muitas vezes o único elemento de coesão, como é o caso, entre outros, a partir de 1867, do exército imperial e real austro-húngaro, que tinha um papel de algum modo comparável àquele que vemos ser assumido nos jovens Estados recém-emancipados do Norte de África pelas forças armadas reais de Marrocos, pelo exército de libertação nacional da Argélia.

Efeitos sociais, também, na medida em que o serviço militar pode ser o caminho para uma promoção social. As leis militares que regulam as condições de promoção, conforme abrem ou fecham a possibilidade de os sargentos e soldados atingirem a graduação de oficial, são, a este respeito, de grande importância. A democratização mede-se pela extensão das facilidades oferecidas aos soldados de carreira para subirem na hierarquia, em concorrência com os oficiais saídos das grandes escolas.

Também o facto de estarem misturados nas unidades, cujo recrutamento não é regional, contribui para quebrar os particularismos regionais e sociais, põe os rurais em contacto com os habitantes das cidades, faz recuar os dialectos em favor da língua nacional. A passagem pelo exército subtrai ainda o recruta às influências tradicionais, ao conformismo das comunidades onde nasceu, emancipa-o das autoridades sociais e também das autoridades espirituais. É provável que o serviço militar tenha sido um agente de descristianização tão poderoso como o ensino primário, abalando os hábitos confessionais que mantinham as populações rurais na fidelidade religiosa.

Assim, o serviço militar universal foi simultaneamente um agente de democratização e um factor de transformação social.

Finalmente, pode perguntar-se — e a questão já foi colocada mais do que uma vez — se a instituição militar não devia ela própria sujeitar a sua estrutura às consequências da democratização da sociedade política. É esse o significado profundo do «caso Dreyfus», que põe a nu o antagonismo entre os princípios de uma vida política democrática (individualismo, livre opinião, espírito crítico) e um exército que continua a basear-se na obediência, na disciplina, na hierarquia, que dispõe das suas instituições judiciárias próprias — os conselhos de guerra —, com o seu código disciplinar. Poderá a democracia acomodar-se a uma sociedade regulada por princípios que estão, no fundo, mais próximos dos do antigo regime — desigualdade, autoridade, hierarquia — do que dos da nova sociedade democrática?

A igualização dos encargos financeiros: democratização da fiscalidade

Sendo o princípio o mesmo e análogas as instituições, trata-se agora de distribuir os encargos pelo maior número de cidadãos e de reparti-los tão equitativamente quanto possível.

Antes de 1914 não se pensa ainda em fazer do orçamento o instrumento de uma redistribuição dos rendimentos nem em retirar aos que têm mais para dar

aos que têm menos. Antes de 1940 a noção desta possível utilização do orçamento só entra na legislação financeira de poucos países, adoptando-a a maioria dos restantes apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Considerando as despesas que incumbem ao poder público, a única preocupação, antes de 1914, é cobri-las com as correspondentes receitas e assegurar uma melhor repartição dos encargos através do alargamento da base de tributação.

Ao longo do século a massa global das despesas indispensáveis foi crescendo sem cessar, pois o Estado chama a si atribuições que incumbiam até então à iniciativa privada ou que deixava a cargo das comunidades locais, como a organização dos serviços de limpeza e conservação das ruas e o desenvolvimento de uma rede de estradas. A instrução também ocupa, a partir de 1880, em todos os países que adoptam o princípio da obrigatoriedade e da gratuitidade, um lugar importante no orçamento. Mas é sobretudo a paz armada que aumenta desmesuradamente o orçamento da defesa nacional, caracterizando-se a situação internacional, durante os quinze anos que precedem o primeiro conflito mundial, pela multiplicação dos sistemas de alianças, que criam aos governos a obrigação de socorrer eventualmente os seus aliados, e pela corrida aos armamentos, na qual todos os países se lançam. A Alemanha e a França, à cabeça, consagram verbas cada vez mais elevadas à renovação do seu material de guerra. A técnica militar faz então grandes progressos. A guerra da Manchúria (1904-1905) serviu de banco de ensaio, assim como, a partir de 1936, a guerra de Espanha serviu, para esse fim, à Alemanha nacional-socialista. Novos tipos de armamentos terrestres e marítimos são aperfeiçoados e o rápido crescimento da marinha de guerra alemã obriga a Grã-Bretanha a rearmar-se. Em 1913 a França, para corrigir a desigualdade demográfica, altera a duração do serviço militar de dois para três anos. O orçamento global do exército e da marinha representa um valor cada vez mais elevado, que obriga, por simples razões técnicas, à reforma do sistema fiscal. Como os impostos tradicionais se tornam nitidamente insuficientes, é necessário procurar um novo modo de financiamento.

As razões ideológicas e políticas juntam-se às necessidades técnicas e militam a favor de impostos mais eficazes e mais democráticos. O essencial dos recursos consiste em impostos indirectos sobre o consumo ou em impostos tradicionais cuja base de tributação não foi revista. A distribuição dos encargos não corresponde, de modo algum, às possibilidades contributivas dos indivíduos e das comunidades, pois continua a aplicar-se o imposto predial na base do cadastro de 1807.

Desde há muito que os democratas mais avançados tinham lançado a ideia de um imposto sobre o rendimento. Ela faz parte do famoso programa de Belleville, no qual se apoiou, em 1869, a candidatura de Gambetta e que, para os radicais, continua a ser um dogma. Na Grã-Bretanha, em 1906, quando se forma na Câmara dos Comuns um maioria liberal radical, o Partido Liberal cede uma grande representação a uma ala esquerda mais avançada, o governo, em que Lloyd George é chanceler do Tesouro, propõe e faz adoptar a aplicação de um imposto que incide pesadamente nas grandes fortunas e no capital. O orçamento

de Lloyd George, imposto pela corrida aos armamentos, e as despesas sociais estão na origem da grave crise constitucional que, em 1910-1911, oporá a maioria da Câmara dos Comuns à dos Lordes e que se resolverá pela derrota da Câmara dos Lordes e a aprovação do Parliament Act, que conclui a transformação do Parlamento britânico num parlamento efectivamente democrático.

Em França, o imposto sobre o rendimento enfrenta fortes resistências. Receia-se que perturbe as situações adquiridas e temem-se as modalidades da sua aplicação. A vantagem dos impostos tradicionais era que a sua cobrança se efectuava automaticamente, não exigindo qualquer controle, qualquer declaração. Pelo contrário, o imposto sobre o rendimento exige uma declaração dos contribuintes e a sua verificação. É a porta aberta, dizem os opositores, à inquisição fiscal, expressão que se tornou célebre. Foi precisa uma guerra para ultrapassar as resistências e os preconceitos. Voltamos a encontrar, com este exemplo, a verdade de uma proposição, já antes enunciada, segundo a qual as guerras estão na origem de numerosas mutações políticas, sociais, institucionais, psicológicas, das nossas sociedades. Sem a Primeira Guerra Mundial, a França teria esperado, provavelmente, por 1936 ou 1945 para adoptar o imposto sobre o rendimento. A necessidade de financiar o esforço de guerra obriga o parlamento a adoptá-lo em 1917.

A Alemanha, em 1912-1913, um pouco mais cedo do que a França, e para financiar igualmente o esforço armamentista, institui um imposto extraordinário sobre o capital cobrado de uma só vez. Os Países Baixos e a Suíça fazem o mesmo. Em 1931 os Estados Unidos começam por estabelecer a proporcionalidade e, mais tarde, a progressividade, quando se entendeu que a proporcionalidade não é equitativa, visto que atinge mais pesadamente os rendimentos baixos do que os rendimentos altos.

Assim, a democratização estendeu-se a todos os aspectos da sociedade e não somente à superstrutura política. Transformou não só a legislação, mas também as relações sociais, os costumes e até os gostos. Uma sociedade e uma civilização novas saem destas disposições.

Esta evolução atingiu mais cedo e mais profudamente certos países, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França. Mas a democracia não é apanágio de um único país e os exemplos provam, aliás, que o seu contágio se exerceu bem para lá da Europa ocidental. A democracia, tanto política como socialmente, extravasou rapidamente do seu domínio original, do sector onde tinha nascido e onde se constituíra, enquanto regime e como forma de sociedade.

Entre 1848 e 1918, a curva da democracia foi sempre ascendente. A vitória dos aliados em 1918 alarga ainda o seu domínio, pois uma das suas primeiras consequências é a substituição dos regimes autocráticos ou tradicionalistas na parte da Europa até então mais refractária das ideias democráticas por regimes democráticos. A Segunda Guerra Mundial terá o mesmo efeito. Por isso, é conveniente não nos anteciparmos, falando cedo de mais de declínio da democracia. Em todo o caso, não é antes de 1918 que podem detectar-se sintomas precursores de uma crise da democracia.

Mas a democracia vai conhecer a mesma aventura que o liberalismo. Este começara por ser uma ideia subversiva antes de se tornar um princípio de conservação política e social, lutara, numa primeira fase, contra os vestígios do antigo regime e as ofensivas para a reposição da tradição e, numa segunda fase, contra as ideias democráticas.

Repete-se o mesmo ciclo com a democracia, que é também arrastada para uma luta em duas frentes. Primeiro, luta contra o que sobreviveu do antigo regime nos países onde o liberalismo não conseguiu penetrar, mas sobretudo contra o liberalismo, ao qual censura o oligarquismo e o facto de ter reservado o exercício das liberdades a uma elite escolhida. Milita pela extensão a todos das garantias individuais, dos direitos políticos, da instrução, da informação. Entretanto, vê-se obrigada a combater numa segunda frente, ao ser em breve ultrapassada pela inspiração socialista, que a acusa, por sua vez, de não ser suficientemente democrática, que lhe objecta que os princípios são uma coisa e a realidade é outra, que não basta inscrever na lei o sufrágio universal e o direito universal à instrução para que a igualdade seja *ipso facto* assegurada. O socialismo propugna uma igualdade efectiva e a democracia vê-se assim entre dois fogos, o do liberalismo já em declínio e o de um socialismo que não tardará a entrar em ascensão.

4

A evolução do papel do Estado

O Estado também *tem uma história.* Entendemos com isto que o seu papel e o seu lugar na sociedade não estão fixados de uma vez por todas: a evolução das suas funções foi mesmo um dos dados mais importantes da história dos últimos dois séculos. Também a ideia do que deviam ser tanto a sua responsabilidade como os seus modos de intervenção variou substancialmente desde há um século ou século e meio. Por isso, faltaria uma dimensão capital ao nosso estudo se não descrevesse e explicasse esta evolução. Procuraremos, por conseguinte, desvendar-lhe o sentido geral, se é que comporta algum, questão que deve colocar-se. Antes de retomarmos os lugares-comuns em que o discurso vulgar é pródigo, do tipo «o papel do Estado conheceu um crescimento indefinido», importa examinar a justeza destas considerações gerais, confrontando-as com a diversidade das experiências particulares. Será possível reduzir a um tipo único de evolução a história de sociedades políticas tão diferentes como a Inglaterra e a Rússia, a Áustria-Hungria e os Estados Unidos? Por outro lado, para um mesmo país, terá havido uma única tendência ou a análise conduzir-nos-á a reconhecer várias cujas orientações estão longe de convergir? Tentemos introduzir um pouco de clareza no emaranhado das evoluções institucionais sem

por isso sacrificarmos a diversidade concreta das experiências nacionais e das situações circunstanciais.

4.1. A situação em 1815

Façamos o ponto da situação no princípio da Restauração. Define-se pela junção de dois fenómenos que decorrem de ordens de realidade distintas e que tiveram efeitos aparentemente contrários: o movimento das ideias e a prática das instituições.

1. O primeiro é inteiramente dominado pela *desconfiança em relação ao poder*. As teorias da maior parte dos filósofos políticos, as aspirações do espírito público, a primeira inspiração da Revolução Francesa, a admiração pelo modelo britânico e pelo governo americano concorrem para a emancipação da iniciativa privada e para o abrandamento da autoridade governamental. A lógica do movimento tem como consequência o estreitamento do campo de intervenção do poder público e a instauração de um controlo permanente dos governados sobre a acção dos governantes por intermédio dos representantes eleitos. A separação dos poderes, o cuidado posto na obtenção do seu equilíbrio e da sua neutralização de facto provêm desta vontade de reduzir o domínio e o poder do Estado.

2. Contudo, ao mesmo tempo (ou quase), por uma consequência não deliberada mas inelutável da revolução, *o poder sai reforçado* da tormenta: ao fazer tábua rasa do passado e das suas instituições, a revolução acaba por beneficiar o poder: varreu do terreno todos os obstáculos que tolhiam a sua marcha e entravavam a sua acção. O despotismo napoleónico talvez não difira muito na sua inspiração e nas suas ambições do despotismo esclarecido ou do absolutismo monárquico, mas está incomparavelmente mais bem apetrechado para realizar os seus desígnios. Graças a uma administração uniforme e centralizada, dispõe dos meios que faziam falta aos seus antecessores. Qual destas duas tendências opostas terá a última palavra?

4.2. A idade de ouro do liberalismo

Se o pendor autoritário continua a prevalecer no Leste da Europa e se todos os governos que sucedem a Napoleão são tentados, ainda que em contradição com as suas convicções e princípios, a conservar as prerrogativas e os instrumentos do poder imperial, não obstante, nos países social e culturalmente mais avançados da Europa ocidental, a tendência é para o triunfo da iniciativa privada e para o retrocesso da intervenção estatal. O século XIX foi a idade de ouro do liberalismo: durante alguns decénios, a prática dos Estados ocidentais foi a experiência mais aproximada do modelo liberal. Houve um momento em que o acordo foi quase completo entre os princípios e as aplicações, a doutrina reconhecida e os comportamentos. Detenhamo-nos por momentos numa descrição desta harmonia entre o Estado de direito e o Estado de facto.

Sabemos quais são as ideias mestras do pensamento liberal. A iniciativa individual é o motor, a mola de toda a actividade válida. O Estado deve evitar substituí-la pela sua: abster-se-á mesmo de controlar as iniciativas privadas ou de as regulamentar, a não ser para reprimir as que falseassem o seu livre exercício ou para romper os entraves que fossem levantados pela desonestidade de alguns. Deste modo, os poderes públicos limitarão a sua acção a sancionar as infracções e a evitar a sua repetição. O Estado deve observar uma estrita neutralidade em relação não só a todos os agentes da vida económica, como também a todas as categorias sociais: neutralidade jurídica, com o reconhecimento da igualdade de direitos, e também neutralidade fiscal, uma vez que o sistema dos impostos não devia favorecer qualquer categoria em relação às outras, mas tentar corrigir as desigualdades que pudessem resultar do normal funcionamento das leis naturais. O melhor governo é aquele que não se sente, que se faz esquecer.

Em conformidade com estes postulados, as funções do Estado reduzem-se a um núcleo muito restrito de atribuições, as únicas cujo exercício é indispensável ao funcionamento normal de uma sociedade e que nenhum outro poder poderia assegurar. A lista depressa é estabelecida: promulgar as leis e fazê-las aplicar, sancionando as respectivas violações; arbitrar os litígios entre particulares que estes apresentem às jurisdições públicas; manter a ordem pública interna; garantir a segurança externa e a defesa dos interesses da colectividade junto dos outros países; cobrar as verbas que permitam suprir as despesas — modestas — que estas várias tarefas implicam.

Vários sinais confirmam esta definição restritiva das obrigações do poder público. Na estrutura dos governos, no reduzido número dos departamentos ministeriais: até 1880, os governos franceses não contam com mais de oito ou nove membros (Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros, Guerra, Marinha, Comércio e alguns outros cujas designações variam ao sabor das combinações e à vontade das coligações). Só em 1881 é criado um ministério da Agricultura. Não se está muito longe dos seis departamentos que compunham os ministérios da monarquia absoluta no fim do antigo regime e da monarquia constitucional de 1791. A Grã-Bretanha aguardará o início do século XX para ter um ministério do Interior. Quanto ao governo federal dos Estados Unidos, conta apenas com uma meia dúzia de membros à volta do presidente. Os empregados dos serviços públicos, tanto nas administrações centrais como nos demais serviços, são ainda pouco numerosos: alguns milhares nos países sem tradição centralizadora (em 1800, o governo dos Estados Unidos empregava apenas uma centena de pessoas), algumas dezenas de milhares naqueles que têm um hábito secular de governo centralizado. O volume dos orçamentos públicos é ainda modesto e, a despeito do que disso pensam os contribuintes, não constitui um encargo que pese muito sobre os particulares nem sobre o produto nacional: a cobrança dos impostos tem somente como objectivo cobrir as despesas próprias do Estado, as que lhe competem em resultado das suas tarefas.

Deste modo, o Estado é apenas um pequeno corpo à superfície da sociedade. Mesmo nos regimes reputados de mais coercivos e que, de facto, confiscam as

liberdades individuais elementares, o poder público não imagina imiscuir-se numa ampla gama de actividades que deixa à responsabilidade exclusiva da iniciativa privada.

4.3. O crescimento do papel do Estado

Os sinais

Que as coisas tenham mudado radicalmente depois desta idade de outro liberal, é suficientemente evidente para que seja necessário demonstrá-lo. Limitemo-nos a salientar alguns indícios, que se detectam em todos os países, seja qual for o seu regime político, e que contrastam vivamente com os sinais anteriormente observados de discrição do poder público.

Em primeiro lugar, a estrutura dos governos. O número dos departamentos é multiplicado por três, quatro ou dez. Desde o período entre as duas guerras é excepcional, em França, que um governo compreenda menos de três dezenas de ministros ou de secretários de Estado, e esta inflação deve-se unicamente às ambições individuais. Aliás, o crescimento em França é modesto quando comparado com o de outros países: o governo britânico conta habitualmente com cerca de sessenta membros. Quanto à União Soviética, eleva-se a mais de uma centena o número de responsáveis dos departamentos ministeriais. Todos os países conheceram uma progressão semelhante.

O crescimento do número dos funcionários é muito mais notável. Nos Estados Unidos, os agentes do governo, que não eram mais de uma centena no princípio do século XIX, ultrapassaram largamente o milhão. Em França, os funcionários, que não excediam algumas dezenas de milhares no tempo em que Balzac escrevia os seus *Employés*, aproximam-se dos 2 milhões. E por toda a parte se regista tal aumento.

Quanto ao volume do orçamento público, o seu aumento deixa para trás os coeficientes multiplicadores do pessoal. A proporção que ocupa no rendimento nacional não tem termo de comparação com o que era um século antes. É que a própria concepção que preside ao estabelecimento e à utilização do orçamento também mudou completamente. Antes tratava-se unicamente de assegurar o funcionamento dos serviços públicos. Agora é chamado a corrigir as desigualdades sociais, a regular as trocas, a estimular as actividades. Torna-se o instrumento de uma política social e económica. Percebe-se com este exemplo que o crescimento do papel do Estado não é somente de ordem quantitativa: a extensão das suas atribuições traduz uma alteração de natureza na noção da sua responsabilidade, e a concepção que se revela e tende a prevalecer situa-se nos antípodas da filosofia liberal. Neste aspecto, foi uma espécie de revolução que se operou, mas de uma maneira tão progressiva que passou muitas vezes despercebida aos contemporâneos. Não deixa de ter interesse sublinhar que, na maior parte dos países que afectou — e foi quase a totalidade das sociedades —, esta mudança não é a consequência de uma mudança de regime, não é fruto de uma revolução política nem uma promessa assumida por uma oposição subitamente levada ao poder por um golpe de força. Não resulta sequer da vontade de domínio dos homens ou das formações instaladas no poder, ou da propensão natural das instituições para alargarem o círculo da sua acção. Largamente independente das preferências ideológicas, como da natureza dos regimes políticos, o fenómeno é geral e parece decorrer sobretudo de factores objectivos. No fim de contas, os defensores de uma intervenção autoritária do Estado contribuíram menos para que ocorresse do que as circunstâncias e a pressão de certas necessidades. São, portanto, estas causas objectivas, técnicas ou sociológicas que importa examinar.

As causas

1. Esta evolução, que haveria de conduzir à instauração entre o Estado e os indivíduos, entre o público e o privado, de um tipo de relações radicalmente contrário aos dogmas do liberalismo, é tão-pouco o resultado de um processo voluntário e a tradução de um espírito de sistema que os primeiros embaraços surgidos na aplicação rigorosa do código de não intervenção foram ditados pela preocupação de garantir a liberdade da inciativa individual contra os próprios excessos do liberalismo: daí a repressão das fraudes. Além disso, estas intervenções não tinham nada de desfavorável à pura doutrina liberal: eram mesmo perfeitamente conformes à sua inspiração fundamental. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão previa expressamente que a liberdade individual não era ilimitada e que competia ao poder público definir-lhe os limites. É efectivamente para preservar as liberdades elementares, a segurança, o direito à vida, a integridade física, que são adoptadas as primeiras restrições.

No domínio da saúde pública (o epíteto atesta que a saúde das pessoas não pode permanecer um assunto puramente privado e que os poderes têm, a este respeito, uma certa responsabilidade), o Estado regulamentou pouco a pouco o exercício da medicina, o da farmácia, o fabrico dos medicamentos, assim como a pureza e a qualidade dos produtos alimentares, o fabrico das conservas: os Estados Unidos, país da livre iniciativa, não deixam de adoptar, desde o início do século XX, no seguimento de uma campanha da imprensa que chamou a atenção da opinião pública para os danos da liberdade selvagem, o Drug and Food Act, que impõe a todos os fabricantes regras que uma administração especializada tem por missão fazer respeitar. A organização das profissões cujo exercício poderia ter consequências graves para a segurança e a integridade física das pessoas deriva da mesma preocupação: é o que se passa, por exemplo, com os arquitectos e engenheiros, e também com as especificações impostas à entrada em funcionamento de pontes, navios, aviões, etc. Nas sociedades em que o Estado não se encarrega ele próprio da instrução, o controle da competência do ensino decorre ainda da preocupação de reservar o exercício de profissões delicadas àqueles que apresentem aptidões apropriadas e reconhecidas.

Em todos estes casos, o Estado exerce apenas uma autoridade indirecta e intermitente: impõe as regras, certifica-se da sua observância e sanciona as transgressões. Em parte alguma se substitui à iniciativa privada, não toma a seu cargo esta ou aquela actividade. O seu papel é antes de controle e inspecção.

O Estado age ainda com o mesmo espírito e pelas mesmas razões quando regulamenta as condições do emprego e do trabalho: a adopção de uma legislação social obedece ao desejo do legislador de preservar a saúde dos trabalhadores, de garantir a sua segurança contra os acidentes de trabalho. Não se trata de interferir no mercado do trabalho e alterar as relações existentes, mas de apenas proteger o fraco contra a tirania do forte. Na prática, a sociedade afasta-se talvez assim das regras do liberalismo, mas não lhe contesta ainda os princípios e os dogmas.

2. Segundo grupo de causas que, pouco a pouco, levam o Estado a sair do campo que lhe é próprio: as situações excepcionais. O seu carácter insólito permite suspender a aplicação das regras vulgares e derrogar os costumes. A gravidade das suas consequências obriga os governos a tomarem medidas igualmente excepcionais, mas das quais algumas sobreviverão às circunstâncias que as tinham imposto. Há várias destas situações excepcionais.

Em primeiro lugar, as catástrofes naturais e as calamidades: desastres, inundações, tremores de terra, epidemias, fomes. As autoridades públicas organizam então os socorros, distribuem os géneros, dirigem as obras de reedificação, indemnizam as vítimas, asseguram a reparação dos estragos. Não existe aqui nada que desafie os princípios do liberalismo: estes infortúnios frustram as leis habituais. De certo modo, a assistência pública aos infelizes, aos doentes, durante muito tempo deixada à caridade pública ou confiada às igrejas (hospitais, hospícios), poderia assemelhar-se a essa forma de intervenção a favor dos fracos e dos desprotegidos.

Há, em seguida, as grandes crises económicas, outra forma de catástrofe. Se, no século XIX, os espíritos cultos consideram que é conforme à ordem natural que o Estado não se imiscua de maneira alguma nessas crises e espere que a interacção normal dos mecanismos económicos restabeleça uma situação sã, no século XX, a opinião pública já não tolera tal passividade: pressiona com todo o seu peso os poderes públicos para os coagir a intervir. Subsídio de desemprego aos assalariados sem trabalho (o *dole* britânico), grandes programas de obras públicas para estimular as economias preguiçosas, aplicação de fundos públicos para repor em movimento as empresas em situação de falência, eis algumas das medidas exigidas ao Estado. Foi a grande depressão americana de 1929 que teve nos Estados Unidos uma influência determinante no crescimento do poder federal (política do *new deal*).

Contudo, para o reforço do poder público e o alargamento das suas atribuições, nada se comparou ao efeito das guerras. Elas criam uma situação em que tudo é subordinado ao esforço da guerra: muitas coisas dependem da derrota ou da vitória, a começar pela própria sobrevivência da colectividade nacional. A salvação pública ultrapassa qualquer outra consideração. Quando a necessi-

dade faz lei, a opinião pública admite que o Estado tome a vida do país a seu cargo, pressiona-o mesmo a fazer disso um dever. A eficácia recomenda-o, a justiça e a equidade também, para se evitar, por exemplo, que alguns particulares acumulem fortunas demasiado escandalosas, que enfraqueceriam o moral dos combatentes e da retaguarda. Por estas motivações, tão práticas como sociais e estratégicas, éticas ou psicológicas, os governos foram conduzidos, no decurso das duas guerras mundiais, a controlar a economia, a dirigir a mobilização de todos os recursos, a repartir os bens, a requisitar os meios, a racionar a distribuição, a orientar autoritariamente a mão-de-obra. O Estado torna-se o principal comanditário, produtor, cliente, empregador: constrói fábricas, financia, subvenciona, estimula. Regulamenta também os preços, as rendas, os salários, as relações de trabalho. Para fazer face a estas tarefas novas criam-se administrações, organizam-se serviços, corpos de controle, departamentos ministeriais: armamento, reabastecimento, invenções, etc.

Destas formas, muitas sobreviverão à guerra: a desmobilização pouco as afectará e por mais de uma razão. Mesmo que todos o quisessem, não seria possível fazê-lo imediatamente: a situação foi alterada demasiado profundamente para permitir o regresso sem transição ao *status quo*. Primeiro, é necessário reconstruir, restaurar as regiões devastadas, reconverter a economia. A desmobilização da máquina de guerra exige um prazo alargado. A penúria prolonga-se nos países vitoriosos e, por maioria de razão, em todos os outros. Mantém-se, portanto, o congelamento das rendas, a circulação forçada do papel-moeda, o controle das trocas e dos câmbios, a direcção do armamento naval. Por outro lado, os hábitos contraídos durante a guerra enraizaram-se e as instituições nascidas das circunstâncias acham por bem manter-se: o aparelho jurídico e institucional perpetua-se. Cada guerra, como cada crise, deixa assim numerosos vestígios duráveis da sua passagem na estrutura dos governos, nos efectivos dos agentes do Estado, no orçamento, na legislação, na regulamentação, no espírito público.

3. Na maior parte dos casos que acabamos de considerar, o poder público limitava-se a regulamentar, não indo o papel do Estado além do controle. Salvo se o carácter excepcional das circunstâncias o obrigasse a intervir, nunca se substituía à iniciativa privada. Noutros domínios, porém, o progresso da tecnologia, pacífica ou militar, levou o Estado a tomar o lugar de uma iniciativa privada enfraquecida ou impotente. É o que se verifica nos países onde é antiga a tradição da dependência em relação ao poder público: em França, por exemplo, onde o colbertismo não tivera por única causa a vontade de poder da monarquia, mas também por justificação a carência de iniciativa privada. E o mesmo se passa nos países de despotismo esclarecido. Nos séculos XIX e XX, o custo dos investimentos e a dimensão dos fundos iniciais das empresas sofrem um aumento tão rápido e tão considerável que os capitais privados nem sempre podem fazer-lhes face: só o orçamento público está em condições de suportar os indispensáveis sacrifícios. Já para a construção dos caminhos de ferro nos países cuja economia era predominantemente agrária a dificuldade de mobilizar os capitais levou os poderes públicos a arcarem com os riscos maiores e a concederem aos interesses

privados condições muito vantajosas: concessão de linhas e de redes, garantia de dividendos. E o mesmo se verifica quanto aos investimentos cuja rendibilidade a curto prazo é fraca ou aleatória. Mesmo no país da livre iniciativa — os Estados Unidos —, a produção de energia nuclear e o desenvolvimento da indústria atómica foram um empreendimento do Estado. Num número crescente de sectores, as despesas atingem um tal nível que, de bom ou mau grado, o Estado vê-se obrigado a intervir: educação, saúde, habitação, investigação. O Estado moderno exerce numa escala alargada o mecenato dos príncipes de outrora.

4. A estes factores objectivos, isentos de toda a influência ideológica, acrescem os efeitos dos factores de mentalidade. De facto, os dados de psicologia colectiva não tiveram menos importância no alargamento do papel do Estado do que os constrangimentos objectivos. Eles estão ligados a algumas das correntes de pensamento anteriormente evocadas. O reconhecimento progressivo das implicações e das aplicações do ideal igualitário da democracia, a aspiração à justiça que se exprime nas escolas socialistas e no cristianismo social, fizeram parecer anacrónica a noção liberal de não intervenção e de neutralidade do Estado. Com quem contar para corrigir as desigualdades entre os indivíduos, tanto as de nascimento como as que resultam da vida em sociedade, para corrigir as injustiças inerentes ao funcionamento da colectividade, senão com o Estado? Cada vez mais o bem-estar é considerado como um direito do indivíduo, um crédito em relação ao Estado, a quem se atribui a responsabilidade de o assegurar. Graças aos progressos da previsão, ao desenvolvimento da planificação, a acção dos poderes públicos deve introduzir mais racionalidade na actividade nacional e substituir a anarquia do *laissez-faire* por uma organização lógica e rendível. Paixão pela igualdade, aspiração à justiça, desejo de racionalidade, vontade de grandeza, razão de Estado, tudo converge para investir o poder público de uma missão sempre mais imperiosa e mais vasta. É o fim da neutralidade e da abstenção do Estado. Desta evolução — melhor dizendo, desta inversão de tendência —, assinalámos os sintomas e as consequências: o aparelho administrativo tornou-se mais pesado e o orçamento cresceu.

Um dos efeitos mais significativos desta transferência de responsabilidade é a deslocação da fronteira entre o privado e o público, que tem a ver com uma socialização cada vez maior, um aumento de parte das actividades e dos equipamentos colectivos na vida das sociedades contemporâneas. Numerosas actividades, que outrora dependiam exclusivamente da iniciativa privada, passaram, em parte ou no todo, para a dependência do poder público. Mas, contrariamente ao que poderia fazer crer uma apresentação necessariamente simplificada e fortemente sistematizada desta evolução, essa passagem não se efectuou segundo um traçado rectilíneo, nem tão-pouco se produziu sem debates e resistências. A história do desenvolvimento da instituição escolar é, em grande medida, a das controvérsias sobre o direito do pai de família e a liberdade do ensino. A intervenção do Estado no domínio da saúde também não ocorreu sem controvérsia, já que alguns negavam aos poderes públicos o direito de impor uma medicina oficial, a pasteuriana, que tornava obrigatórias as vacinas. Quanto aos debates

à volta da economia entre dirigismo e livre iniciativa, eles dominaram a vida política. Mesmo os resultados que podiam parecer mais irreversíveis são por vezes postos em causa.

Mais do que uma evolução linear no sentido de um aumento indefinido do papel do Estado, parece que um esquema alternativo dá melhor conta da realidade histórica na longa duração. Vimos o golpe certeiro desferido pela revolução liberal de 1889 nas intromissões do Estado. A progressão quase ininterrupta das suas prerrogativas desde o princípio do século XX parece hoje de novo ameaçada e questionada. O Estado não é amado (onde e quando o terá sido, a não ser nos regimes onde a ideologia oficial faz dele uma entidade absoluta?): é naturalmente impopular, e, mesmo quando continua a pedir-se-lhe muito e a esperar que responda a toda a espécie de necessidades, respinga-se contra os constrangimentos que impõe, as incomodidades que acompanham a sua intervenção, os imbróglios da sua administração, o peso e a impessoalidade da sua tutela: a discordância entre as suas pretensões e os seus resultados, entre aquilo que dele se espera e o que ele oferece, alimenta as críticas e a nostalgia de um sistema onde o seu papel fosse reduzido. No balanço que marca o ritmo das inclinações dos povos e das orientações ideológicas entre a esperança e a crítica da inciativa pública, entrámos, sem dúvida, numa fase de recuo. As ideologias e as utopias contemporâneas que têm a aceitação da opinião pública partilham quase todas de uma aspiração à emancipação das pequenas comunidades e ao definhamento do Estado. A crítica marxista do poder do Estado, que denuncia a sua monopolização pela classe dominante, e a aspiração das comunidades regionais a recuperarem personalidade e autonomia alimentam a hostilidade relativamente ao Estado. O êxito de uma palavra e de uma noção como a autogestão em todos os domínios — economia, administração local, educação, cultura, religião — é, a este respeito, muito significativo, pois testemunha o renascer de tendências profundas que periodicamente retomam actualidade. Terminará este ressurgimento como os precedentes, que se saldaram quase sem excepção num aumento do poder? Noutros termos, poderão as sociedades contemporâneas dispensar um Estado poderoso, e como poderão evitar que as evoluções, tecnológicas ou intelectuais, como as revoluções — políticas, sociais, económicas —, acabem por concorrer para o reforço da autoridade e da coacção?

5

Movimento operário, sindicalismo e socialismo

Após o movimento liberal, que desencadeou a evolução política e social da Europa e definiu uma forma de regime e um tipo de sociedade, e após a ideia democrática, cujas ramificações e aplicações passámos em revista, vamos abordar a fase que se reclama do socialismo.

A era liberal corresponde, *grosso modo*, à primeira metade do século XIX. A *belle époque* da democracia principia cerca de 1848 e estende-se pelo menos até aos primeiros tempos que se sucedem ao fim da Primeira Guerra Mundial. O avanço socialista situa-se ainda mais tarde, manifestando-se somente no último quartel do século. Trata-se, pois, de uma ordem de sucessão que coincide com a ordem lógica.

Dos três movimentos sucessivos, é certamente o último que mais requer o confronto permanente entre história política e história social, visto que, para o movimento operário e o socialismo, o político e o social interpenetram-se estreitamente. A realidade que vamos examinar pertence conjuntamente à história dos movimentos políticos e à história da sociedade. As próprias denominações sublinham a osmose entre o político e o social: utiliza-se correntemente a expressão *movimento operário*, que acentua a referência sociológica, e o termo *socialismo*, que designa uma inspiração filosófica, estando os dois estreitamente imbricados.

Enquanto se podia estudar o liberalismo e a democracia de dois pontos de vista diferentes, o das ideias e o das bases sociais, da clientela, veiculando os dois pontos de vista representações distintas e complementares sobre a realidade considerada, quando se trata do socialismo, a abordagem sociológica impõe-se imperiosamente.

O primeiro dado é, com efeito, o encontro que se verificou, no século XIX, entre duas realidades de natureza diferente: entre o socialismo, por um lado, doutrina da vida política e social, que cria escolas, organizações, partidos, tendo em vista uma acção de transformação política que releva da chamada história política, e, por outro lado, um fenómeno que diz repeito essencialmente à história da sociedade, a formação de uma categoria social, a classe operária, que se organiza num movimento para a defesa dos seus interesses, a satisfação das suas reivindicações profissionais.

É a conjunção destas duas realidades que justifica a singularidade e importância deste capítulo da história geral.

Houve quase sempre a tentação de contar a história como se ela tivesse obedecido a uma lógica imperturbável, a uma implacável necessidade. Refaz-se então a história do movimento operário como se, desde sempre, ele tivesse de tomar a sua inspiração do socialismo; reescreve-se a história do socialismo como se fosse evidente que ele foi a expressão filosófica, ideológica, da classe operária. Não está demonstrado que esta conjunção foi inelutável.

Além disso, ao investigar mais de perto as origens de um e do outro, descobre-se que tiveram a sua própria história antes de se encontrarem.

As origens do socialismo são bem anteriores à revolução industrial. A intuição primeira, a inspiração inicial, do socialismo não deve mesmo nada ao proletariado, no sentido moderno de termo, visto que começou por ser elaborada em torno dos problemas agrários em sociedades rurais. A reivindicação da igualdade e a fórmula da partilha foram aplicadas, em primeiro lugar, à propriedade da terra. Babeuf não pensava num socialismo industrial e, se o «manifesto

dos iguais» fala da partilha dos frutos, refere-se aos frutos do trabalho da terra, e não do trabalho industrial.

Não é só a sua pré-história que revela que o socialismo pode ser diferente de um industrialismo, mas também o seu presente mais contemporâneo. Onde encontra hoje o socialismo um novo campo de acção, onde adquire um novo impulso? Nos países subdesenvolvidos, onde a agricultura é predominante, como na América Latina. O socialismo africano refere-se às tradições ancestrais da África negra e a maior parte dos regimes propõem-se conciliar o socialismo moderno com o passado tradicional das aldeias africanas. A originalidade do comunismo chinês, que é um dos elementos da sua divergência com a interpretação soviética do marxismo-leninismo, é que a China atribui maior importância à questão agrária do que o socialismo soviético.

Assim, tanto o passado como o presente mostram que o socialismo não se reduz à filosofia das sociedades industriais, que pode haver — já houve — um socialismo das sociedades rurais.

Reciprocamente, o movimento operário poderia ter bebido a sua inspiração noutras doutrinas. De resto, no fim do século XVIII, as primeiras reacções de defesa operária em Inglaterra não se reclamam de um pensamento socialista. Voltadas para o passado, procuram o restabelecimento da regulamentação dos séculos XVI e XVII, a reposição do estatuto dos artífices, que é uma carta corporativa. Em França, a elite operária dos companheiros olha também para o passado, que, com o recuo do tempo, lhe parece uma idade de ouro, em reacção contra o individualismo liberal e a concorrência saída da revolução. Na Alemanha desenvolveram-se associações operárias, geralmente de inspiração confessional, que tão-pouco pedem ao socialismo a resposta para as suas dificuldades. Tal como, por exemplo, o movimento Kolping Familie — do nome do eclesiástico que o fundou —, que conheceu uma grande expansão. (A França conhecerá algo de comparável, mas em escala mais reduzida, com os círculos de operários criados por Albert de Mun, logo a seguir à Comuna.) O movimento cartista, que tanta perturbação causou na Inglaterra vitoriana entre 1836 e 1849, não era socialista, mas democrata, e esperava da realização da democracia política integral a solução da questão social.

Estes exemplos sublinham o carácter relativamente fortuito do encontro que se verificou, no século XIX, entre o movimento operário e o socialismo.

Mas o importante é que o encontro se deu. O socialismo absorveu pouco a pouco as preocupações da classe operária, fez suas as reivindicações dela, para as quais procurou uma solução, e é sobretudo nela que se apoia. É no proletariado dos operários da indústria que as escolas e os partidos que se reclamam do socialismo recrutam os seus quadros e os seus militantes. Em compensação, o movimento operário deve ao socialismo, a partir de datas que variam segundo os países, o essencial da sua inspiração, a força da sua acção, a sua visão do mundo — tendo toda a acção, mesmo profissional, de se inscrever numa perspectiva de conjunto. Vai ainda receber do socialismo a sua estratégia, o seu método, o seu vocabulário e os seus temas motores.

Para discernir a história deste encontro é necessário ir às origens, isto é, à formação de uma nova categoria social saída da revolução industrial. Examinaremos em seguida esta nova classe e a condição que lhe foi atribuída, os problemas inéditos que suscita — aquilo a que se chama, no século XIX, «a questão social» — e, por fim, apreciaremos as propostas apresentadas pelo socialismo, o surto desta ideologia e das organizações que ela inspira.

5.1. A revolução industrial e a condição operária

As suas componentes

A revolução industrial, que nasceu em Inglaterra no século XVIII e alastrou durante o século XIX pelo continente — em França, na Bélgica, na Alemanha do Oeste, no Norte de Itália e em certos pontos da Península Ibérica —, assenta na utilização de uma nova fonte de energia, o carvão, e na expansão do maquinismo na sequência de invenções que vêm modificar as técnicas de fabrico. A conjunção destas duas componentes — a aplicação da nova energia ao maquinismo — constitui a origem da revolução industrial, de que a máquina a vapor é o símbolo.

As suas consequências

Esta revolução provoca alterações de vária ordem. Por um lado, o trabalho humano, a relação do homem com o seu trabalho, são profundamente afectados. Nem sempre há, como uma versão idealizada poderia fazer pensar, um aligeiramento do esforço físico exigido aos trabalhadores. Numa primeira fase, o trabalho industrial no século XIX é até mais penoso do que anteriormente.

A revolução industrial modifica igualmente as relações dos homens entre si. O maquinismo introduz, com efeito, nas estruturas tradicionais a subversão do mapa da indústria, que a partir de então se reagrupa — ou se desenvolve — em torno das fontes de energia ou de matérias-primas, junto das cidades, pois tem necessidade de uma mão-de-obra numerosa. A concentração geográfica e humana precipita a conjunção entre o fenómeno urbano e a actividade propriamente industrial.

De um modo geral, esta mão-de-obra vem do campo. Reúnem-se aqui dois fenómenos que se estudam muitas vezes separadamente: o crescimento da indústria, com a concentração da mão-de-obra à volta das manufacturas, fábricas e minas, e o êxodo rural, que esvazia progressivamente os campos da população que os congestionava.

Estes operários de origem rural que vão constituir os batalhões da nova indústria, que povoam as manufacturas, as oficinas, não são, no entanto, os herdeiros directos dos companheiros da Idade Média ou dos artífices das corporações: constituem uma classe inteiramente nova, uma realidade social

original, mesmo que os contemporâneos, na sua totalidade, não tenham tido uma consciência exacta do fenómeno.

Ao mesmo tempo que surge uma classe nova, as relações entre os grupos modificam-se; a pouco e pouco, e como que em círculos concêntricos, alargam-se os efeitos directos ou induzidos da industrialização.

Como o crescimento das unidades industriais pressupõe a existência de capitais, surge também uma categoria relativamente nova de dirigentes industriais, ou empresários, que dispõem de capitais ou recorrem ao crédito. Mas, enquanto entre o patrão do antigo regime e os seus companheiros o afastamento não era insuperável, entre os novos patrões e os novos operários o fosso não pára de se aprofundar. A disparidade dos tipos de vida, a desigualdade dos recursos, acabam por criar como que duas humanidades diferentes: de um lado, o capitalismo, industrial, financeiro, bancário, favorecido por disposições legislativas, como, em França, a lei de 1867 sobre as sociedades anónimas, e do outro, uma massa assalariada que a seu favor só tem a sua capacidade de trabalho físico, que não possui reservas nem recursos, uma mão-de-obra não qualificada vinda directamente do campo em busca de trabalho e que se vê obrigada a aceitar a primeira oferta de emprego que encontra. Entres estes dois grupos, a dissociação acentua-se e atinge todos os aspectos da vida social, pois não é somente no interior da fábrica que estes dois grupos se diferenciam, mas também no acesso à instrução, na participação na vida política, no *habitat*. Aparece no século XIX uma forma de segregação sociológica que não era conhecida pelas cidades de outrora, as quais reuniam no mesmo espaço pessoas de todas as condições, por vezes até nas mesmas casas. Com o crescimento das cidades, em todos os grandes aglomerados urbanos da Europa ocidental e central, distinguem-se belos bairros operários, subúrbios e arrabaldes.

Existem, portanto, a partir de então duas populações frente a frente que só se encontram — e mesmo assim! — na altura do trabalho e que só têm relações de comando e de subordinação. Poder-se-iam ignorar, mas passam muito rapidamente da dissociação ao antagonismo. Os seus interesses são contrários e o liberalismo concorre para esse antagonismo. O interesse dos patrões é, evidentemente, baixar os salários, enquanto o dos trabalhadores é defendê-los, se não podem obter aumentos, que a concorrência que opõe os operários entre si actua em detrimento dos assalariados, opõe os assalariados uns aos outros, pelo facto de não haver acordos ou convenções; e o desemprego, que põe à disposição do patronato um exército de reserva onde pode obter substitutos de eventuais grevistas, agrava ainda mais a dependência dos trabalhadores.

Eis o encadeamento de causas e efeitos que conduz da utilização da hulha e da introdução do maquinismo à constituição de duas categorias sociais antagónicas. Do técnico ao sociológico, passando pelo económico, através destes planos sucessivos, é possível reconstituir uma das principais transformações da sociedade moderna. A princípio, afecta apenas regiões limitadas, como os grandes centros industriais britânicos, desde o fim do século XVIII, a França sob a monarquia constitucional e na segunda metade do século algumas outras partes

da Europa, mas ainda esporadicamente, pois é necessário evitar antecipar a industrialização. Tomando apenas a França como exemplo, o mapa das regiões industriais está estreitamente localizado, limitado a alguns departamentos: o Loire, com as minas de carvão, a manufactura de armas de Saint-Étiene e os têxteis, ocupa um dos primeiros lugares; a Alta Alsácia, à volta de Mulhouse; o Norte, se bem que o desenvolvimento das bacias carboníferas seja posterior; Ruão, que é uma grande cidade industrial; o centro do fabrico dos panos; e Paris. É mais ou menos este o mapa industrial dos anos 1830-1850. Com o II Império, a industrialização alcançará outras regiões.

As condições de trabalho são as mais duras possíveis, na ausência de qualquer limite de duração. Trabalha-se tanto tempo quanto a iluminação ou a luz do dia o permitirem, ou seja, até quinze ou dezasseis horas por dia. Sem descanso, nem mesmo ao domingo, a supressão da maior parte das festas religiosas, feriados no antigo regime, reduziu ainda mais as possibilidades de repouso dos trabalhadores. No plano religioso, a continuidade do trabalho, que coloca os operários na impossibilidade de observarem os mandamentos, contribui para a descristianização.

Tão-pouco havia limite de idade. As crianças são obrigadas a trabalhar desde a mais tenra idade e os idosos não têm reforma. Isto está de acordo com os princípios do liberalismo, que entende que a liberdade da oferta e da procura não deve ser entravada por qualquer regulamentação limitativa. O que, de resto, não impede a existência, nas manufacturas, de regulamentos disciplinares das oficinas, que sancionam a infracção às interdições por meio de descontos e multas, que agravam ainda mais a situação material, já de si precária, quando se considera a insalubridade dos locais de trabalho e a insegurança do trabalho.

Estas condições de trabalho são agravadas pelas condições de habitação. Os trabalhadores são obrigados a contentar-se com os locais que a população abandona, cujo equivalente actual seriam os bairros-de-lata. Assim, há uma centena de anos, os camponeses vindos da sua aldeia natal conheciam uma situação semelhante à da dos Norte-Africanos ou dos Portugueses na Europa industrial dos anos 60.

Enfim, os salários são ainda mais baixos devido à inexistência de qualquer regulamentação, de qualquer tabela salarial, e também devido ao facto de haver à porta das fábricas uma massa de desempregados prontos a aceitar quaisquer condições.

De facto, no século XIX a condição operária viu-se agravada por dois factos independentes da revolução industrial, do egoísmo dos possidentes ou da desorganização dos explorados, e que são, por um lado, uma fase de depressão económica e, por outro, o crescimento demográfico. A conjugação destes fenómenos com a revolução industrial fez da condição operária no século XIX algo de pavoroso.

Com efeito, a seguir às guerras do Império, a Europa entra numa dessas fases de depressão económica que se reproduzem periodicamente e que durará até

1851, ou seja, mais de um terço de século. A procura diminui no momento em que a capacidade de produção aumenta. As empresas disputam entre si um mercado em declínio, procuram comprimir o preço de custo e fazem tudo para reduzir ainda mais a fatia da remuneração salarial. A depressão reflecte-se, assim, nos rendimentos dos trabalhadores.

Em consequência da revolução demográfica que se iniciou no século XVIII, a Europa conhece, de resto, um rápido crescimento demográfico. A situação faz pensar naquela que hoje atravessam muitos países em vias de desenvolvimento: este não é o único caso em que se torna esclarecedora a comparação, com um século de intervalo, entre a Europa da primeira metade do século XIX e a América Latina, a África negra ou a Ásia de hoje. Os dados não são idênticos, mas as tendências são análogas e ajudam-nos a compreender as causas e certos aspectos da evolução da Europa no princípio da revolução industrial. Ao multiplicar o número dos trabalhadores disponíveis numa altura em que o maquinismo reduz as necessidades de mão-de-obra, o crescimento demográfico aumenta o número de desempregados virtuais, que constituem aquilo a que Marx chama «o exército de reserva do proletariado». Com a ameaça do desemprego tecnológico — ou técnico —, tudo se conjuga contra os trabalhadores.

Assim, factores especificamente económicos e demográficos, independentes do regime jurídico e mesmo das intenções das partes envolvidas, contribuem para prejudicar a condição operária no século XIX. O pauperismo, importante facto social — encontra-se-lhe o rasto na literatura da época, d'*Os Miseráveis* aos romances de Dickens —, impõe-se como uma evidência que reclama atenção. Presente em todos os grandes aglomerados industriais, inspira uma legislação (as leis sobre os pobres na Inglaterra), suscita um movimento de piedade e simpatia, obras filantrópicas, as conferências de S. Vicente de Paula, o romantismo do miserabilismo.

Esta evocação da condição operária é útil não só para compreender as primícias do movimento operário, mas também a sua orientação actual. Continuando vivo na memória colectiva do sindicalismo operário, este passado ajuda a compreender uma certa psicologia operária feita de amor-próprio ferido, de dignidade humilhada, de desconfiança e de ressentimento. Semelhantes recordações explicam que o movimento operário acredite apenas na luta para melhorar a sua situação, não confie senão no regresso ao combate e se volte naturalmente para as filosofias da luta de classes, que lhe propõem a esperança de uma libertação.

5.2. O movimento operário

A passagem da classe ao movimento implica uma tomada de consciência desta condição operária e um esforço de organização.

O nascimento do movimento operário esbarra em obstáculos que vão atrasá-lo ou embaraçá-lo, em primeiro lugar obstáculos jurídicos e políticos.

A este respeito é preciso recordar a ordem social saída da Revolução Francesa, que dificulta a organização de um movimento operário.

A doutrina que prevalece, que é ensinada nas escolas de direito, que inspira parlamentos e governos, é o liberalismo, que tem por princípio deixar actuar livremente a iniciativa individual. O Estado, que deve manter-se neutro, apenas pode intervir para restabelecer o equilíbrio entre os actores económicos e deixar funcionar a economia de mercado, contra os indivíduos ou os grupos que lhe falseiem a livre actuação.

Assim, a legislação decretou a dissolução de todas as associações, corporações e outras organizações e tomou disposições contra a sua eventual reconstituição. No entanto, se a lei Le Chapelier (1791) era dirigida tanto contra as associações operárias como patronais, na prática prejudica os empregados, pois é relativamente fácil a uns poucos empresários concertarem-se oficiosamente, ao passo que os trabalhadores não têm possibilidade de organizar a sua defesa senão enquadrados numa associação.

Os trabalhadores não podem formar associações nem coligarem-se, termos que é preciso não confundir, pois a associação é duradoura enquanto a coligação pode ser temporária. À luz dos códigos, a coligação é um delito passível de penas de prisão ou de multas. Assim, em 1834, seis trabalhadores de Dorchester são perseguidos e punidos com vários anos de prisão por terem tentado agrupar--se. A greve, considerada como um impedimento à liberdade do trabalho, concerne também aos tribunais. Em vários países, a lei prevê que, em caso de conflito, ao empregador basta a sua palavra enquanto o empregado deve fazer prova das suas afirmações. A instituição da caderneta operária, a vigilância no interior das empresas, nas quais um corpo de contramestres faz respeitar os regulamentos, tudo isto constitui um conjunto de disposições legislativas e regulamentares que atrasa a constituição do movimento operário.

Todavia, mesmo com outra legislação, as reacções de defesa teriam sido lentas por uma razão sociológica que tem a ver com o facto de a classe operária ser uma classe nova, sem tradições nem experiência de luta, formada por indivíduos desenraizados do seu meio natural, lançados num mundo desconhecido e hostil, habituados a suportar com resignação as fomes, as intempéries, os golpes do destino. Obrigados a trabalhar desde os 4 ou 5 anos, são analfabetos, não têm quadros nem elite e desconhecem as horas de lazer que lhes teria possibilitado a conversação, a troca de ideias. Não é em tais condições que pode pôr-se de pé uma greve ou uma luta reivindicativa.

Por isso, não é destes elementos que vai nascer o movimento operário, mas dos artífices e dos oficiais, uma espécie de aristocracia do trabalho que vai constituir a vanguarda e lançar as bases do movimento operário. São eles os precursores, os promotores, do movimento operário a que as massas aderirão pouco a pouco, embora tardiamente. Vê-se bem isso na Grã-Bretanha, onde se distingue o velho e o novo sindicalismo. É só nos anos 1880-1890 que as novas categorias sociais, sem experiência nem instrução (mineiros, estivadores e outros), aderem ao sindicalismo.

A conquista dos direitos

O primeiro objectivo do movimento operário nascente é naturalmente obter uma modificação da legislação que lhe permita sair da clandestinidade e organizar-se abertamente; é, pois, uma luta pela conquista da igualdade jurídica. Pouco a pouco, o movimento operário irá obtendo disposições legais que autorizam um começo de organização em virtude das mudanças de regime ou também graças ao apoio dos partidos interessados em ganhar votos operários à medida que o direito de voto se alarga.

Tendo sido o primeiro país a industrializar-se, a Grã-Bretanha é também o primeiro a reconhecer a liberdade de associação e de coligação (1824), embora no ano seguinte o Parlamento tenha recuado parcialmente nestas disposições, então consideradas demasiado liberais. Meio século mais tarde, em 1875, Gladstone irá conceder aos sindicatos *(trade unions)* um reconhecimento de pleno direito, com a aprovação da chamada lei do patrão e do operário, que substitui a velha lei do senhor e do servidor, de 1715. Restará ainda aos sindicatos travar algumas batalhas para conquistarem a plenitude dos direitos. E é desta necessidade que resulta, em 1893-1894, a fundação de um pequeno partido trabalhista independente, antepassado do grande Partido Trabalhista, que apresentará e fará eleger, pela primeira vez, candidatos às eleições de 1906. Com efeito, as *trade-unions,* conscientes de não poderem esperar da boa vontade dos partidos a aprovação das disposições que almejam, decidem participar no jogo político.

Em França, a emancipação fez-se em duas etapas. Dois regimes completamente diferentes concorreram para ela. O II Império, primeiro, através de uma decisão pessoal de Napoleão III, cujo pensamento comportava um aspecto humanitário com uma vaga tonalidade de socialismo. Além disso, ia ao encontro da orientação permanente do bonapartismo de se apoiar nas massas contra as classes dirigentes e de conceder ao povo um certo número de satisfações. Em 1864, uma lei autoriza as greves e coligações, que deixam de ser um delito, e a greve cai na alçada dos tribunais quando é acompanhada de violência ou de atentados à liberdade do trabalho. Se não reconhece ainda o direito de associação, o regime concede, no entanto, em 1867, um estatuto legal às cooperativas. Em 1868 verifica-se a abolição do famoso artigo do código, tão discriminativo. O balanço do II Império é, pois, nitidamente positivo. A III República vai alargar o estatuto com a aprovação, em 1864, da lei Waldeck-Rousseau — baptizada com o nome do ministro do Interior —, que reconhece a liberdade sindical. Assim, a liberdade sindical precede a liberdade de associação, visto que é preciso esperar por 1901 para que qualquer associação goze do direito de se constituir. Com efeito, em 1884 trata-se ainda apenas de determinado tipo de associações: as associações profissionais, tanto rurais como operárias; e o sindicalismo agrícola desenvolveu-se, tanto como o operário, a partir desta lei de 1884.

A classe operária aproveita-se destas conquistas legais para se organizar. É o grande surto do movimento sindical, das *trade unions* em Inglaterra e das

bourses du travail em França, que se federam por volta de 1890, dos sindicatos que se reagrupam, em 1895, na Confédération générale du travail, a primeira grande central sindical francesa.

Sendo a pluralidade dos objectivos um traço geral e constante da história do movimento operário, apresenta dois ramos paralelos, um dos quais é o sindicalismo, movimento propriamente profissional, e o outro político, com o aparecimento dos partidos operários, geralmente de inspiração socialista.

O movimento operário na sua forma sindical sempre se propôs vários objectivos em simultâneo: um primeiro objectivo, imediato, que justifica a sua existência aos olhos dos seus mandantes, visa melhorar as condições materiais de vida, obter a satisfação das reivindicações que dizem respeito à estabilidade de emprego, duração do trabalho, condições de higiene e de segurança, montante das remunerações, numa palavra, tudo o que respeita ao trabalho. Para o conseguir, o movimento empregará uma diversidade de meios. Segundo as ocasiões, preferirá meios violentos ou métodos mais conciliadores. Mas a classe operária deve também, se não principalmente, os seus melhoramentos à iniciativa legislativa, aos partidos políticos, sendo habitualmente a legislação social a resultante do combate operário e da iniciativa dos poderes públicos.

Pouco a pouco, esboça-se uma regulamentação que começa a desorganizar a ordem liberal. As primeiras disposições limitam a duração do trabalho das mulheres e das crianças, às quais são interditos certos tipos de actividade devido à sua insegurança, à sua insalubridade ou à sua duração. Fixa-se uma idade mínima abaixo da qual não podem empregar-se crianças: 8 ou 10 anos, conforme os casos. Depois, por extensão, estas restrições são aplicadas a todos os estabelecimentos que empregam uma mão-de-obra mista, infantil e adulta, masculina e feminina. É por este meio que se vai alargando o campo de aplicação da legislação.

Paralelamente, elabora-se um conjunto de medidas protectoras contra os riscos sociais: seguros contra os acidentes de trabalho, contra a doença, e mesmo, nos países em que a consciência social está adiantada, sistemas de reforma. Todas estas medidas se desenvolvem perto do fim do século XIX — na Grã-Bretanha cerca de 1890-1910 e em França mesmo nos primeiros anos do século XX. A entrada de Millerand para o governo de Waldeck-Rousseau, em 1899, contribui para isso de maneira decisiva. Em 1906 é criado o Ministério do Trabalho.

A Alemanha, que precedeu a França em cerca de um quarto de século graças à iniciativa de Bismarck, dispõe de um sistema muito completo de protecção social desde 1880-1885. Edifica-se, assim, um sistema que se afasta progressivamente dos princípios do liberalismo, elabora-se um direito social cuja aplicação é controlada por corpos de inspecção que têm por missão velar por que a legislação não permaneça letra morta.

Mas o movimento operário, mesmo em Inglaterra, onde tem um carácter mais pragmático, não limitou os seus objectivos a este aspecto material, reivindicativo, imediato. Todos os movimentos sociais e a maior parte dos grupos de

pressão visam, para lá do seu objectivo imediato, fins mais longíquos. Por maioria de razão, o movimento operário retirou da sua situação e do clima de religiosidade e de utopia do século XIX toda uma filosofia social e política que está ainda hoje viva nas organizações operárias.

O segundo objectivo é mais vasto, mais geral: trata-se de transformar a sociedade, de preparar o advento de uma ordem social mais justa para o conjunto da sociedade. É o messianismo da classe operária, convencida de que sofre e trabalha para a humanidade inteira e não apenas para a satisfação das suas próprias e limitadas reivindicações.

Em todos os textos constitutivos do movimento operário encontra-se esta dualidade de objectivos, como o testemunha uma citação retirada de um texto do congresso confederal da CGT realizado em Amiens em 1906, a chamada «carta de Amiens».

Compreende-se o seu alcance se se recordar que a aprovação sobrevém um ano depois da unificação do socialismo em França. Com efeito, é em 1905 que, pela primeira vez, as diferentes escolas socialistas, superando as suas dissensões, aceitam unir-se numa organização que exerce, por esse motivo, uma atracção mais forte sobre os trabalhadores. Os responsáveis das organizações sindicais têm, pois, razões para recear, em 1906, que a unidade socialista desvie as energias do combate sindical operário em benefício de uma luta propriamente política. A votação da carta de Amiens é uma resposta, uma réplica, à unificação socialista, uma chamada de atenção que recorda que o sindicato conserva a sua razão de ser, pois o seu objectivo não se limita às reivindicações materiais. Ainda hoje a velha CGT e a Force ouvrière, a CGT dissidente, continuam a considerar, mesmo que a sua prática as separe francamente, que a carta de Amiens permanece a regra da sua acção.

«O congresso especifica, pelos pontos seguintes, a afirmação teórica segundo a qual reconhece a luta de classes. Na acção reivindicativa diária, o sindicalismo procura a coordenação dos esforços dos operários, o aumento do bem-estar dos trabalhadores pela realização de melhoramentos imediatos [graças à redução do horário de trabalho, ao aumento dos salários, etc.].

Mas esta tarefa constitui apenas uma vertente da obra do sindicalismo: ele prepara a emancipação integral, que só pode realizar-se através da expropriação capitalista. Preconiza, como meio de acção, a greve geral e considera que o sindicato, hoje um grupo de resistência, será, no futuro, o grupo de produção e de repartição, base da reorganização social.»

Eis, enunciados, dois objectivos diferentes pela sua natureza e prazo. A função do sindicato não consiste só em lutar, mas também em preparar as estruturas da sociedade futura. O sindicato constitui o embrião, a célula à volta da qual se organizará a sociedade de amanhã e que poderá substituir todas as instituições, incluindo o Estado. Esta definição do que é o papel do sindicato relaciona-se com o anarco-sindicalismo, filosofia que, na viragem do século, inspira o movimento operário, uma mistura de confiança nas virtudes da organização operária e de recusa de toda a ordem política. O anarco-sindicalismo rejeita em

bloco a propriedade, o Estado, o exército, a polícia, a religião, e imagina que é possível reconstruir a sociedade apenas sobre o sindicato.

Em 1906 a CGT está nas mãos de homens que, na sua maioria, perfilham esta ideologia. Recorde-se que não se está muito longe do período em que o anarquismo foi uma força real, entre 1870 e 1900. O ideal anarquista exerce uma viva atracção sobre os intelectuais e muitos militantes operários, sendo muito grande a tentação de uma constestação geral e de uma reconstrução total. Na Rússia o movimento niilista seduz muitos jovens intelectuais e estudantes antes que o socialismo o suplante. É também a época em que um punhado de anarquistas recorrem à propaganda pelo facto, isto é, pelo atentado. Vários chefes de Estado são vítimas deles, como o presidente McKinley nos Estados Unidos, o presidente Sadi Carnot em França, o rei Humberto de Itália e a imperatriz Isabel da Áustria.

Como vai o movimento operário combater a sociedade estabelecida e preparar o advento da seguinte? A esta pergunta são concebíveis duas respostas, às quais correspondem duas tendências, a saber: a acção profissional operária e a acção política, o sindicato e o partido.

Entre 1860 e 1900 é na acção profissional que primeiro se empenha uma parte da aristocracia operária. É a via que Proudhon lhe aconselha, aquela que inspira, em 1864, o *Manifeste des soixante* e que preside ainda ao surto do sindicalismo nos anos 1890-1900. Os operários só devem contar consigo próprios, não confiar de modo algum numa representação parlamentar burguesa e depositar todas as suas esperanças na própria acção e nos próprios grupos. O sindicato ou a cooperativa serão os instrumentos da transformação da sociedade: o sindicato constitui um organismo de luta e de reivindicação; a cooperativa — sobretudo de produção — é já o esboço da economia futura, visto que os operários nela dispensam capitais. Ao abolirem deste modo a oposição entre o capital e o assalariado, os operários são os seus próprios patrões. A primeira de todas as cooperativas, fundada em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, denominava-se The Rochdale Equitable Pioneers. A fórmula cooperativa apenas conhecerá um verdadeiro sucesso em alguns países, nomeadamente na Escandinávia. Em França teve sempre uma audiência limitada. Mas é reveladora da vontade de se bastar a si próprio e dispensar os outros.

5.3. O socialismo

A segunda via é política. Aqueles que nela se empenham consideram necessário pôr em jogo outros trunfos, para além da organização profissional e da greve, e pensam que não é possível ignorar o Estado. É um dos pontos de divergência entre os dois ramos, pelo menos no século XIX, já que no século XX o problema se põe em termos diferentes, na medida em que o sindicalismo reconheceu o facto político e admite colaborar com ele. No século XIX existe o dilema entre um sindicalismo que conhece as instituições políticas apenas para

as combater e uma acção política que é levada pela força das coisas a tomar em consideração a existência da sociedade política.

O ramo político identificar-se-á rapidamente com o socialismo. E reencontramos a conjunção entre o fenómeno social — o nascimento de uma classe nova, a classe operária — e o desenvolvimento de um pensamento, de uma filosofia — o socialismo. Multiplicar-se-ão os contactos entre o movimento operário e a ideia socialista.

As fontes do socialismo

Deixando de lado o primeiro período da sua história, no qual é mais agrário do que industrial, o socialismo moderno, tal como o conhecemos, pretende ser a resposta aos problemas resultantes da revolução industrial.

Ao princípio, a reflexão dos fundadores das escolas socialistas foi suscitada por duas consequências essenciais da revolução industrial. Principalmente pela miséria dos trabalhadores e pela dureza da condição operária, de que se fazem eco os testemunhos, a literatura, o romance popular ou os inquéritos oficiais, como o que foi ordenado pela Academia das Ciências Morais e Políticas por volta de 1840 e ao qual Villermé ligou o seu nome. Perante o espectáculo impressionante desta miséria em larga escala, do pauperismo, alguns interrogam-se sobre se um regime económico que provoca semelhantes consequências é aceitável e chegam a pôr em causa a iniciativa individual, a concorrência, a propriedade privada, postulados em que se fundava a economia liberal do século XIX. Os fundadores da escola socialista são igualmente alertados pela frequência das crises, que constituem, a bem dizer, um fenómeno mais económico do que social. Com efeito, o século XIX conheceu crises periódicas que, todos os nove ou dez anos, vinham interromper bruscamente o crescimento da economia, acarretando o desemprego, o encerramento de empresas, um considerável desperdício de riquezas. Outros espíritos, ou talvez os mesmos, interrogam-se sobre a rendibilidade e a eficácia do sistema. Como sustentar que este regime é o melhor quando o seu desenvolvimento se salda com tantos malogros e tempos mortos? Não haverá verdadeiramente uma maneira de organizar a economia de modo que possam suprimir-se tais acidentes crónicos, que, todos os dez anos, a fazem regredir?

Há, assim, no princípio do socialismo um duplo protesto, de revolta moral contra as consequências sociais e de indignação racional contra o absurdo das crises. Os pensadores socialistas tentam, portanto, responder a esta dupla inquietação. Os dois procedimentos convergem na mesma crítica do postulado do regime liberal, segundo o qual é necessário dar uma liberdade total à iniciativa individual.

O primeiro significado do termo *socialismo* é uma reacção contra o individualismo. Mais do que deixar ao indivíduo toda a autoridade, o socialismo subordina-o ao interesse e às necessidades do grupo social. A tónica desloca-se do indivíduo para a sociedade. O socialismo faz, portanto, a crítica do liberalismo

individualista e, mais precisamente, pois essa parece-lhe ser a raiz do regime, da propriedade privada dos meios de produção, das minas, das ferramentas, das máquinas, da terra, na medida em que a apropriação individual permite ao possuidor exercer um certo domínio sobre os outros, nomeadamente sobre os trabalhadores.

Do seu ponto de partida, crítico, o socialismo passa à construção de um sistema positivo e propõe uma doutrina de organização social, não política; convém insistir neste ponto, pois, ao princípio, as escolas socialistas apresentam-se como reacção às escolas políticas (é este o tal segundo sentido do termo *socialismo*), pondo o acento no social, que opõem ao político. De facto, antes de 1848 e mesmo depois, os socialistas concordam em considerar que a solução das dificuldades contemporâneas não consiste em substituir a monarquia pela república, nem mesmo em substituir o sufrágio censitário pelo sufrágio universal, pois estes são considerados problemas menores, que apenas desviam a atenção do essencial, isto é, das questões sociais e da organização da sociedade.

As escolas socialistas pretendem, pois, situar-se num plano diferente do dos partidos políticos, e é este o ponto de partida de uma competição, de um mal-entendido duradouro entre os políticos e os socialistas, demonstrando estes quererem meter no mesmo saco todos os políticos, tanto os democratas como os revolucionários. Que ganhariam os trabalhadores com a mudança de nome do regime, já que o verdadeiro problema reside na mudança do regime da propriedade?

Por isso, os socialistas mantêm-se fora das lutas políticas, e nada é mais significativo a este respeito do que a indiferença de Proudhon entre 1848 e 1852, a sua severidade com a república, a sua passividade na altura do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851.

Desde então a situação modificou-se consideravelmente: toda a história da evolução do socialismo, que se tornará progressivamente uma força política, quase poderá reduzir-se ao itinerário de uma escola de organização social que se transforma em partido político para a conquista — ou o exercício — do poder.

A difusão do marxismo

Esta evolução do social para o político, da escola para o partido, está ligada à evolução interna do socialismo. Há, de facto, um elevado número de escolas, de sistemas, de pensadores, de doutrinários. Só em França, antes de 1848, podem enumerar-se Saint-Simon, Fourier, Cabet e ainda outros, e todos têm discípulos e propõem soluções próprias. As escolas socialistas contam-se às dezenas, e é, de resto, esta riqueza ideológica, esta profusão de sistemas, que caracteriza os meados do século XIX.

Se todas estas escolas têm por base comum a crítica do liberalismo e por programa a substituição da propriedade privada pela propriedade socialista, divergem nas modalidades práticas, mas também na filosofia geral. Algumas são optimistas, outras pessimistas, umas interessam-se mais pela indústria e outras

pela agricultura. Entre elas há espiritualistas que querem regenerar o cristianismo e outras, pelo contrário, que optam pelo materialismo.

Rivais, estas escolas disputam entre si a adesão dos espíritos. Mas, pouco a pouco, uma destas escolas vai ultrapassar as outras e ofuscá-las: o marxismo. Foi em parte porque o marxismo prevaleceu que o socialismo se politizou. Talvez a evolução tivesse sido inteiramente diferente se uma escola menos sistemática e menos global tivesse vencido. O marxismo impõe-se pela força do sistema, pela sua coerência interna, pelo génio dos seus fundadores.

Uma dura competição, uma intensa luta de influência, trava-se nos congressos da Internacional. A I Internacional, fundada em Londres em 1864, tem um carácter muito compósito, associando sindicatos — as *trade unions* britânicas —, organizações propriamente políticas e mesmo partidos que se propõem libertar o seu país oprimido. Como o programa junta anarquistas, socialistas, proudhonistas e marxistas, permanece, no plano ideológico, assaz vago. Em cada um dos congressos da Internacional realizados entre 1864 e 1870 na Suíça ou na Bélgica, todas estas escolas se defrontam até que, pouco a pouco, a minoria marxista se reforça e se torna maioritária nos finais do decénio.

É também no interior de cada país que se trava a luta de influências entre o marxismo e as outras escolas socialistas. Em França é o pensamento de Proudhon que representa o adversário principal para o marxismo, exercendo o proudhonismo uma grande influência numa geração do movimento operário e na maior parte dos fundadores da Internacional, aqueles que voltaremos a encontrar na Comuna de 1871.

Circunstâncias de política externa contribuíram para a vitória do marxismo, entre as quais, curiosamente, a guerra de 1870: a vitória da Alemanha enfraqueceu a irradiação do socialismo francês, o que deixa assim o campo livre à influência de Marx. Também algumas circunstâncias de política interna, como as jornadas de Junho de 1848 e, mais tarde, a Comuna, diminuem a influência dos socialismos que só com reserva admitiam a luta de classes. De facto, os socialismos anteriores a 1848, aqueles que o marxismo apelidará de utópicos, assentavam numa visão optimista da sociedade, na convicção de que bastava o acordo de todos para que a regeneração e o melhoramento da sociedade fossem possíveis. A guerra civil que, em Junho de 1848, opõe os bairros populares de Paris à assembleia e, vinte e três anos mais tarde, a Comuna destroem essas esperanças e são, de certo modo, a prova experimental de que a luta de classes não é uma ideia visionária, mas a lei da realidade social. Por duas vezes a oposição dos interesses culminou numa prova de força, por duas vezes a classe operária saiu vencida pela coligação do poder do Estado, da força armada e dos possidentes.

A partir de 1870-1880, os progressos do marxismo precipitam-se. Torna-se, na maioria dos países, a filosofia reconhecida do movimento operário. Em França, Jules Guesde, radical convertido ao marxismo depois de ter lido a obra de Marx, nomeadamente *O Capital*, milita a partir de 1875 e lança um jornal

que lhe custa ser apresentado em juízo. O ano de 1879 marca uma data capital do marxismo, visto que, pela primeira vez, um congresso operário se lhe alia na sua maioria. Em 1875, na Alemanha, as duas tendências socialistas, a de Lassalle e a de Marx, unificam-se pelo programa de Gotha, que se manterá durante bastante tempo como o programa oficial do socialismo alemão. Na década de 1880, em Itália, em Espanha, na Bélgica, nos Países Baixos, na Escandinávia, surgem partidos socialistas que se reclamam do marxismo.

Assim, a vitória do marxismo sobre os outros socialismos e a transformação do socialismo de doutrina especulativa em força política organizada são bem concomitantes.

O socialismo como força política

Como o marxismo suscita a formação de partidos que tentam conquistar a opinião pública e o poder, torna-se necessário, desde então, contar, no contexto das forças políticas, com os partidos socialistas, que já não pensam ser possível transformar a sociedade ignorando, isolando ou contornando o poder. É pelo poder que passará a realização do socialismo.

Mais disciplinados do que os outros, estes partidos tentam compensar a sua fraqueza inicial por um reforço de organização e de coesão. São eles os primeiros partidos cujo grupo parlamentar é considerado como instrumento de acção concebida fora do Parlamento, como o destacamento avançado, o prolongamento, de um organismo exterior à vida parlamentar.

Estes partidos recrutam adeptos e desenvolvem-se apesar das dificuldades, das interdições legais que por vezes encontram, como sucedeu com a social-democracia alemã entre 1878 e 1890. Na verdade, Bismarck, inquieto com o desenvolvimento do socialismo, aproveita como pretexto um atentado falhado contra Guilherme I para fazer aprovar uma legislação de excepção que, aplicada em todo o seu rigor, implica a interdição do partido, a expulsão dos seus dirigentes do país, o desaparecimento da sua imprensa.

Apesar de tudo, o partido socialista reforça-se, e depois de 1900, na maior parte dos países da Europa ocidental, central e até oriental, o socialismo constitui uma força de primeiro plano, frequentemente mesmo mais importante, pelo total dos seus adeptos, o número dos seus eleitos e a tiragem dos seus jornais. Em França, nas eleições de 1914, o Partido Socialista vem logo a seguir aos radicais e aos radicais-socialistas: 104 deputados em cerca de 600. Na Alemanha, o Partido Social-Democrata é o primeiro grupo parlamentar em 1912, com 110 eleitos e mais de 4 milhões de votos. Em Inglaterra constituiu-se um partido socialista por iniciativa dos sindicatos, o Partido Trabalhista, que se submete ao veredicto dos eleitores pela primeira vez em 1906.

Muito reduzido nos Estados Unidos e no Canadá, ausente no resto do mundo, o socialismo é ainda um fenómeno circunscrito à Europa, onde representa uma força política organizada, com meios poderoros, jornais com grandes tiragens. Jaurès lançou *L'Humanité* em 1904; na Alemanha, o *Vorwärts* é um dos maiores

diários. O *Avanti* cobre a Itália. Só na Alemanha os socialistas imprimem 90 diários pouco antes da guerra.

Nas vésperas de 1914 concluiu-se a evolução que fez passar o socialismo do plano das ideias ao das forças organizadas.

A difusão do socialismo de inspiração marxista alterou profundamente o estilo da vida política, introduzindo-lhe preocupações e métodos novos. Em parte alguma associado ao exercício do poder, o socialismo é, em todo o lado, uma força de oposição e é precisamente por estar inserido na oposição que se coloca à esquerda. Ao princípio a sua recusa em dar importância aos problemas políticos, a sua preocupação em tratar com a mesma indiferença a esquerda e a direita, não prenunciavam o ponto do leque político em que haveria de inserir-se no dia em que tivesse eleitores e eleitos.

Uma vez que combate a ordem estabelecida, não só os vestígios do antigo regime, o conservadorismo político ou social, como também o liberalismo, cujos defeitos estavam na origem da sua revolta, o socialismo constitui uma força de oposição política, a que se junta uma oposição a todos os valores reconhecidos. Nunca será de mais insistir no carácter global desta crítica, que rejeita em bloco as instituições políticas, o regime económico, o sistema das relações sociais, a moral burguesa, a filosofia e a religião de que se reclama a sociedade. O socialismo não é só uma solução económica, é também uma filosofia. Com o triunfo do marxismo, o materialismo predomina. O socialismo toma posição contra a religião, e não só contra as igrejas, como certos liberais ou certos democratas, mas contra o próprio facto religioso.

A par do seu carácter internacional, que é um dos seus elementos constitutivos, as escolas socialistas tomaram posição contra o nacionalismo e o Estado-nação. No plano das ideias, são unânimes em considerar que o sentimento nacional é apenas um álibi, um logro produzido pela burguesia possidente para desviar os proletários dos seus interesses de classe. A solidariedade que liga os trabalhadores para além das fronteiras deve ser mais forte do que a solidariedade, no interior das mesmas, entre exploradores e explorados. O socialismo organiza-se em internacionais, que na época têm uma coesão que será mais tarde enfraquecida.

A I Internacional, a associação internacional dos trabalhadores fundada em Setembro de 1864, em Londres, quase não resistiu à prova da guerra franco-alemã. Logo após a Comuna, a sede é transferida para Nova Iorque, mas a associação está já moribunda. Vegetará ainda alguns anos para desaparecer silenciosamente cerca de 1876.

A II Internacional, constituída em 1889, ainda existe, mas as suas estruturas já não têm a mesma consistência. Ao contrário da anterior, é homogénea. É uma internacional de partidos que só inclui organizações políticas e da qual os sindicatos, como as *trade unions*, que eram membros da anterior, estão ausentes. Agruparam-se numa internacional sindical, a Federação Mundial Internacional, constituindo as relações entre as duas internacionais uma história complicada.

Os partidos políticos que aderem à II Internacional reclamam-se todos do socialismo marxista. É uma internacional social-democrata, socialista e democrática, na qual o socialismo sonha alargar a democracia política em democracia social. Depois que se convenceu de que, no sistema das forças, os seus aliados estavam sobretudo à esquerda e de que tinha deveres para com a democracia política, o socialismo passou do estádio de neutralidade para o de apoio das instituições democráticas. É pelo livre jogo das eleições e da representação parlamentar que estes partidos esperam chegar ao poder e realizar o seu programa. É a ideia de Jaurès em França, a esperança dos trabalhistas em Inglaterra, o objectivo dos socialistas nos países escandinavos, na Bélgica, nos Países Baixos, mesmo na Alemanha. Tudo é diferente mais a leste, onde o socialismo se vê obrigado a passar à clandestinidade.

O carácter internacional do socialismo é tão marcado que se inscreve na própria designação dos partidos. Assim, em 1905, o partido que reúne, em França, as diferentes escolas socialistas chama-se Section française de l'Internationale ouvrière, SFIO. O que é primordial é a Internacional, da qual os partidos nacionais são apenas secções. A Internacional não é corolário de um processo iniciado nos diferentes países. Nasce da solidariedade internacional dos trabalhadores, que resulta da sua identidade de interesses e da sua oposição a um capitalismo igualmente internacional, para constituir uma força política que se ramifica depois pelos diferentes países. O internacionalismo não é, portanto, um carácter ocasional ou subsidiário, mas fundamental.

Este internacionalismo traduz-se nos parlamentos pela atitude dos grupos parlamentares, que combatem a diplomacia internacional, a corrida aos armamentos, a política da paz armada, e recusam regularmente aprovar o orçamento militar, os orçamentos coloniais, os fundos secretos.

Encarnando o socialismo a causa da paz internacional, nas vésperas do primeiro conflito mundial a conjunção entre pacifismo e socialismo é quase total. É difícil dizer se, em definitivo, o pacifismo não faz mais ainda pelo sucesso do socialismo do que as suas posições propriamente sociais. O socialismo parece encarnar para massas consideráveis tanto uma esperança de solidariedade, uma aspiração à paz, como o sonho de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

O socialismo representa, em 1914, uma força em crescimento regular, capaz de reunir milhões de sufrágios, de arrastar vastas multidões para ouvir os seus tenores, os seus líderes, Liebkenecht na Alemanha, Jaurès em França ou Vandervelde na Bélgica.

Tudo isto faz do socialismo um elemento capital do jogo político. Destruindo a grande esperança de paz que ele encarnava, a Primeira Guerra Mundial foi para ele uma prova decisiva. A impotência em que os socialistas se viram, no Verão de 1914, para susterem a corrida para a guerra explica a cisão do movimento a seguir ao conflito e que os espíritos mais radicais optassem por uma outra fórmula, de que a Rússia bolchevique dava o exemplo com a III Internacional.

6

As sociedades rurais

A importância do mundo da terra

Depois da condição dos proletários e da formação do movimento operário, parece indispensável evocar, mesmo sucintamente, um outro aspecto das sociedades dos séculos XIX e XX, o mundo da terra, as sociedades rurais, quanto mais não seja para situar o movimento operário. É somente voltando a colocar a classe operária e os seus problemas numa perspectiva de conjunto que é possível medir o seu alcance relativo. Somos demasiadas vezes levados a sobrevalorizá-la, esquecendo que no século XIX todas as sociedades, sem excepção, são ainda de predominância rural. Em França a história tende a aumentar a importância do fenómeno urbano, da população das cidades e das questões sociais ligadas à industrialização, esquecendo os problemas e a situação dos camponeses.

Várias razões concorrem para esta omissão. Primeiro, o facto de que camponeses não falam de si próprios e ainda menos escrevem (no século XIX é no campo que a taxa de analfabetismo é mais elevada). Por outro lado, vivendo longe das cidades, onde os parlamentos deliberam, onde os governos têm assento, não influenciam o curso da história, que se faz nas cidades. Se, na verdade, existe uma revolução agrária à margem da revolução, trata-se de uma revolução intermitente, que, salvo raras excepções, não se impõe às atenções gerais nem aos poderes públicos.

Enfim, o mundo da terra, pelo menos até ao século XX, não evolui ou fá-lo tão lentamente que as mudanças são imperceptíveis e passam despercebidas aos contemporâneos. É uma história praticamente intemporal. A condição do camponês quase não evoluiu desde a Idade Média ou mesmo da antiguidade. Ainda lavra a terra com os mesmos instrumentos — por exemplo, o arado no Sudoeste da França. Sem nenhuma inovação técnica, sem nenhuma transformação das estruturas, é difícil observar e descrever uma história desprovida de marcos cronológicos.

Contudo, se se avalia a importância dos fenómenos pelo número dos interessados, é dos camponeses que deveríamos fazer a história. A condição camponesa é a da esmagadora maioria da humanidade, mesmo nos países mais evoluídos, nas sociedades onde a economia se industrializou, onde o capitalismo comercial, industrial, se desenvolveu largamente. Em 1846, em França, que integra o pelotão da frente no século XIX e que é um dos dois ou três países mais avançados, os rurais representam 75% da população (são considerados rurais aqueles que vivem nas localidades com menos de 2000 habitantes). Em 1921, o recenseamento dá ainda a maioria absoluta à população rural, com 53,6%. Depois da Primeira Grande Guerra, só na Inglaterra e na Alemanha é que a população camponesa se queda abaixo de 50%. Em todos os outros países a

condição camponesa confirmou ser a da maioria dos homens. É possível estimar, sem grande rigor, que no século XIX os camponeses representam nove décimos da humanidade. Além disso, é o camponês que assegura a subsistência dos outros e, de tempos a tempos, as fomes recordam-no à opinião geral se ela tentar esquecê-lo.

6.1. A condição camponesa e os problemas agrários

O problema da fome e das subsistências foi, em primeiro lugar, um problema das sociedades rurais, antes de se estender às cidades, e esse imperativo alimentar é a mais antiga, a mais constante, a mais geral, das preocupações que importa evocar no início de um estudo das sociedades rurais dos séculos XIX e XX. No século XIX muitos países sofrem cronicamente de fome. Isto é menos verdadeiro para a Europa, desde que a revolução agrícola permitiu aumentar os rendimentos, transformar as estruturas, introduzir novas culturas, mas noutras regiões, em África, na Ásia, populações e governos continuam a debater-se com o problema da fome. É uma das principais preocupações da administração colonial nos territórios submetidos à sua autoridade. Ter feito recuar o espectro da fome é um dos efeitos auspiciosos da colonização e uma das suas justificações aos olhos da opinião pública europeia. As nações colonizadoras conseguiram-no, introduzindo novas culturas, melhorando os modos de produção e também através da sua política de transportes. Se, por exemplo, a Índia, sob a dominação inglesa, é menos atingida pela fome, é em parte devido à rede ferroviária, que permite compensar a penúria de certas regiões pelo excedente de outras, sendo raro que o conjunto do continente indiano seja afectado ao mesmo tempo pela fome.

O segundo problema que atormenta numerosas sociedades rurais é o da terra, da quantidade de terra a cultivar e a possuir, da relação entre a superfície disponível e o número daqueles que a trabalham. Se há regiões — na África central — onde os homens não são suficientemente numerosos para a desbravar, a maior parte das vezes o problema é inverso: há demasiada procura para a pouca terra disponível, e os camponeses sofrem de fome de terra. Assim, na Rússia, onde as terras férteis representam uma escassa percentagem da superfície total do império, os camponeses sofrem cronicamente de uma penúria de terras. A França do antigo regime conhecia o mesmo drama, com o superpovoamento das aldeias: a população cresce rapidamente e as terras não são suficientes para lhe dar trabalho. Trata-se de um problema agudo, muitas vezes dramático. O êxodo rural, o afluxo às cidades e o trabalho industrial são as únicas saídas que se apresentam a esta mão-de-obra. É graças a este êxodo rural que, no século XIX, a nova indústria encontra a mão-de-obra de que necessita. Na Rússia, a corrente que atrai à Sibéria milhões de russos encontra a sua fonte no excesso de população dos campos do Sul do país. À emigração interior junta-se a emigração para o exterior, que, num século, encaminhou para a América cerca de 60 milhões de europeus.

O problema da apropriação da terra é o terceiro problema que se põe ao mundo rural, pois acontece muitas vezes que a terra não é de quem a trabalha. Se o capitalismo industrial leva ao paroxismo a dissociação entre a propriedade e a exploração, as sociedades rurais conheceram-na muito antes. É para lhe pôr fim que o socialismo preconiza a apropriação colectiva da terra, que outras escolas fazem campanha por uma reforma que empreenderia o fraccionamento dos grandes domínios e a sua redistribuição entre os pequenos cultivadores que os trabalham.

Os regimes agrários são muito variados, com o arrendamento, a meação, mesmo a servidão, que ainda subsiste no século XIX. Se a evolução da Europa tende, desde o século XV ou do século XVI, a suprimi-la, a Rússia permanece o seu domínio. Noutras regiões, alguns vestígios do feudalismo mantêm um estado de coisas que, desde a revolução de 1789, se afigura anacrónico. Noutros países há ainda uma sobreposição de duas classes, cujo antagonismo coincide com uma diferença de nacionalidade: é o caso da Irlanda, onde, desde o século XVII, a terra foi extorquida aos habitantes e transferida para os ocupantes britânicos e a mão-de-obra irlandesa cultiva as propriedades britânicas.

Onde o feudalismo desapareceu sucedeu-lhe a propriedade burguesa, entre outros, nos países atingidos pela Revolução Francesa. Os principais beneficiários, se não os beneficiários exclusivos, da transferência de propriedade ligada à venda dos bens nacionais são burgueses que não cultivam a terra. Deste modo, a situação do camponês não mudou. Embora tenha mudado de patrão, continua a não ser proprietário da terra que faz frutificar. Enfim, outros grupos monopolizam progressivamente a propriedade da terra, principalmente aqueles aos quais o camponês é obrigado a recorrer quando tem necessidade de dinheiro.

Voltamos a encontrar por esta via o endividamento, esse outro problema considerável e permanente das sociedades rurais.

Sendo irregular o rendimento da terra — as más colheitas sucedem-se às boas —, aquele que a trabalha não tem reservas suficientes nem disponibilidades financeiras para resistir à espera até vir um ano melhor. Se a terra não lhe retribuiu nada, ele não tem alternativa senão pedir emprestado para se alimentar, para comprar sementes ou alguns produtos de primeira necessidade. Como o crédito não é organizado, tem de se dirigir aos usurários, aos notários, aos prestamistas, que emprestam em condições exorbitantes. Como o dinheiro escasseia, a taxa de juro é tão elevada que em poucos anos o montante da dívida duplica ou triplica. Incapaz de reembolsar, o camponês vê a propriedade da sua terra ser transferida para a posse do seu credor. É assim que se desenvolve na maioria das sociedades rurais uma classe de proprietários que obtêm as suas terras através dos empréstimos feitos aos ocupantes tradicionais: nas Índias são chamados *zamindars*. Este problema do endividamento é comum a todas as sociedades rurais, tanto nas mais primitivas como nas mais desenvolvidas.

Neste ponto de fundo geral de uma agricultura tradicional que é a sorte de quase todas as sociedades rurais, cuja economia é de subsistência, surgem, no século XIX, algumas agriculturas modernas que adoptam já a mentalidade e os modos de organização da indústria. Assim, os Estados Unidos, o Canadá, a

grande planície germânica, a Inglaterra, os países escandinavos, os Países Baixos, certas regiões da França, estão na vanguarda do progresso tecnológico. Tendo sido os primeiros a entrar na via da revolução agrícola, experimentam métodos novos, melhoram os rendimentos e obtêm resultados muito superiores, mas debatem-se com os mesmos problemas da agricultura tradicional, pela via da economia de mercado. De facto, se às agriculturas tradicionais quase não se põe o problema da comercialização dos seus produtos — a ambição do camponês é a de se bastar a si próprio —, com o aparecimento de uma nova agricultura, industrial, extensiva, a comercialização torna-se uma necessidade. É a agricultura dos Estados Unidos que oferece o exemplo mais extremo desta evolução e das dificuldades que suscita. O agricultor americano tem necessidade de vender os seus produtos, mas o mecanismo pelo qual se estabelecem os circuitos de venda — nomeadamente os dos cereais, que dependem dos intermediários, dos corretores de sementes, das companhias de caminho de ferro, dos bancos — escapa-lhe totalmente. Se os compradores podem esperar, sobretudo com o progressivo aumento das colheitas, o agricultor precisa de vender a sua colheita o mais depressa possível a fim de recuperar as despesas que fez; porém, mesmo que disponha de meios financeiros para esperar, não tem possibilidade de armazenar a colheita. Vê-se obrigado, portanto, a desembaraçar-se dela o mais depressa possível. O tempo joga contra ele. Quando sobrevém uma má colheita — e uma agricultura moderna como a dos Estados Unidos não está mais protegida das intempéries do que as agriculturas mais tradicionais —, ei-lo obrigado a recorrer ao crédito. A única diferença reside no facto de que, em vez de procurar o usurário local, se dirige a um banco para pedir emprestado, hipotecando as suas terras. Quando não pode liquidar a dívida, a propriedade da sua terra passa para os bancos dos Estados do Leste. Deste modo, a situação da agricultura americana apresenta, apesar da diferença dos rendimentos e das estruturas, grandes analogias com a situação das agriculturas mais primitivas. Volta a comprovar-se aqui que a agricultura é mais difícil de organizar do que qualquer outro sector da actividade económica. Se prolongássemos este estudo para além de 1914, bastaria, para nos convencermos completamente, considerarmos o exemplo dos Estados Unidos de hoje, da Rússia pós-estaliniana, obrigada a comprar trigo a outros países, e da China comunista para concluirmos que estes três países, com regimes diferentes e políticas dissemelhantes, se debatem com a mesma incapacidade para dominarem o trabalho da agricultura.

Tais são os principais problemas concretos que constituem a sina quotidiana de nove décimos da humanidade.

6.2. Os camponeses e a política

Como os camponeses são — e de longe — os mais numerosos, deveriam exercer normalmente sobre a vida política das sociedades um peso determinante, sobretudo a partir da adopção do sufrágio universal. Enquanto a vida política se

resumia à actividade de círculos restritos, geralmente urbanos, compreende-se que as sociedades rurais tenham sido mantidas de fora. No entanto, a partir do momento em que prevalece o princípio da soberania popular, o sufrágio universal, o axioma da igualdade dos votos, as massas rurais são chamadas a tornar-se o árbitro supremo da vida política. Ora, sucede que os camponeses ficam à margem, e o campesinato não é a maior força política. Isto porque a força, em política, não é somente função do número e os efectivos estão longe de serem a única medida do poder e da eficácia de um grupo social. Entram em linha de conta outros elementos que jogam contra o campesinato — em primeiro lugar, a sua composição heterogénea.

O campesinato agrupa categorias cujos interesses estão longe de serem idênticos. Se, geograficamente, os operários estão concentrados, os camponeses estão dispersos. Não comunicam, não têm oportunidade de se encontrarem, não podem reunir-se, não constituem uma massa cuja pressão física impressione ou intimide os patrões ou os governos. Finalmente, é preciso ter em conta o seu atraso intelectual e escolar, a sua dependência das autoridades sociais (senhores e proprietários), espirituais (as igrejas), políticas (o governo, a administração). O campesinato tem o hábito secular de se submeter, de obedecer, e a resignação ao infortúnio é para ele como que uma segunda natureza.

Contudo, de longe em longe, o campesinato faz irrupções bruscas no processo político. Tem aspirações fundamentais, nunca completamente esquecidas, à liberdade, à emancipação das tutelas que pesam sobre si e à propriedade efectiva da terra que fecunda com o seu trabalho. Esta dupla aspiração é muito anterior ao século XIX e à Revolução Francesa; vem da noite dos tempos. Na Europa ocidental, a emancipação está já bastante avançada no fim do século XVIII e a revolução aboliu os últimos vestígios da sociedade feudal, suprimiu a propriedade eclesiástica, restringiu a propriedade nobiliárquica e fundou uma nova classe de proprietários rurais. Ao operar estas transformações, a revolução beneficiou todos os camponeses da Europa ocidental, tendo a administração e os exércitos da revolução e do Império contribuído para estender a outros países as conquistas sociais e o novo regime jurídico. A revolução, por sua vez, torna-se o princípio de um abalo que se transmite aos outros países pelo exemplo, pelas ideias, e o recuo da servidão na Europa oitocentista é uma consequência ao retardador.

A servidão e as corveias desaparecem da Europa danubiana em 1848. Em 1861, o czar reformador Alexandre II, que ocupou o trono após a derrota da Rússia na Crimeia, toma a iniciativa de abolir a servidão através de um ucasse libertador, e a emancipação instantânea de algumas dezenas de milhões de servos russos constitui um dos grandes acontecimentos da história do campesinato. Ela não resolve a questão agrária e deixa intacto o problema da penúria das terras, mas transforma a condição jurídica e pessoal dos camponeses; que, a partir de então, passam a ser pessoas livres.

Outra forma de dependência, que, todavia, nem sempre está ligada à terra, mais rigorosa ainda do que a servidão, a escravatura, submetia milhões de homens no século XIX e talvez dezenas de milhões em África, na Ásia e na

América. Se a servidão respeita a dignidade pessoal dos indivíduos e se limita a interditar-lhes a mobilidade, a escravatura não considera os seres humanos como pessoas, mas como coisas, objectos sujeitos a transacções comerciais. O século XIX luta contra a escravidão e restringe progressivamente a sua área de extensão. Em 1807, o Congresso dos Estados Unidos proibiu o tráfico de escravos, esperando o governo americano que a escravatura se extinguisse assim por si própria, estancada na fonte pelo jogo natural da economia e pela aplicação da filantropia. Em 1815, os diplomatas reunidos em Viena condenam o tráfico de escravos. A Europa civilizada considera a partir de então o tráfico como um crime contra a humanidade e proíbe-o. É para fazer respeitar esta disposição do Congresso de Viena que as marinhas francesa e, sobretudo, britânica vão exercer vigilância no oceano Atlântico e os cruzadores britânicos interceptam os navios suspeitos de transportarem «madeira de ébano». Os Estados reconhecem uns aos outros o direito de confiscarem a carga e de conduzirem para os seus portos aqueles que infrinjam a interdição do Congresso de Viena. A opinião pública nem sempre aceita esta última disposição, como o testemunha o chamado caso do «direito de visita», que excita a opinião pública francesa contra a Inglaterra depois de 1840 e levanta dificuldades ao governo de Luís Filipe.

A supressão do tráfico de escravos não implica, *ipso facto*, a abolição da escravatura. Pode muito bem condenar-se o tráfico, ao mesmo tempo que se hesita em abolir a escravatura por isso poder ser visto como um atentado ao direito de propriedade. De facto, os proprietários dos escravos compraram-nos: como indemnizá-los pela perda que a emancipação representará? É nesta dificuldade jurídica e social que esbarra o movimento abolicionista, problema comparável em parte ao verificado no século XX com as nacionalizações de empresas.

A Grã-Bretanha, onde o movimento filantrópico é mais vigoroso do que no continente, é a primeira a abolir, em 1833, a escravatura nas suas colónias. Em França, quinze anos mais tarde, um dos primeiros actos do governo provisório da república a seguir à revolução de Fevereiro de 1848 consiste em proclamar a abolição da escravatura. Os Estados Unidos fazem-no, por sua vez, em 1863, no decurso da guerra da secessão. Assim como a abolição da servidão, em 1861, não resolveu a questão agrária, a abolição da escravatura não suprime a questão dos negros. Com efeito, ela muda apenas de forma.

Depois de ter obtido satisfação na Grã-Bretanha, em França e nos Estados Unidos, o movimento abolicionista transfere os seus esforços para os países onde a escravatura subsiste, onde sempre encontrou a sua fonte, onde os mercadores de escravos se abastecem, a África central. Um dos aspectos da epopeia geográfica e da história das explorações, na segunda metade do século XIX, é que também foi uma luta contra os mercadores de escravos. Livingstone propõe-se simultaneamente explorar regiões mal conhecidas e arruinar o tráfico de escravos. Brazza liberta escravos. O cardeal Lavigerie encabeça uma grande cruzada abolicionista na qual procura interessar os governos europeus e a opinião pública. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a escravatura, se não desapareceu totalmente, sofreu recuos consideráveis e está reduzida à dissimulação atrás de

práticas vergonhosas e inadmissíveis. Este vasto movimento que libertou dezenas de milhões de homens reduzidos à escravidão é um dos actos que, no século XIX, merecem o apreço e o reconhecimento da humanidade.

Nos países mais evoluídos onde a escravatura não chegara a existir ou há muito desaparecera, onde a servidão fora já apagada, o campesinato não se considera, no entanto, completamente emancipado. Espera da democracia uma libertação efectiva. É necessário recordar que, mais ainda nos campos do que nas cidades, o movimento democrático encontrou a sua significação plena, com o desenvolvimento da instrução, que tornou os camponeses mais independentes, visto que lhes deu a possibilidade de consultarem os cartazes, de se manterem informados, de assinarem contratos de compra ou venda, sem recorrerem a outras pessoas, nas quais se viam obrigados a confiar. A difusão dos jornais prolonga a acção da escola. O serviço militar, que arranca os recrutas às suas aldeias durante vários anos, que lhes revela um outro tipo de sociedade, teve indubitáveis consequências na transformação dos campos.

No que respeita à vida política, o sufrágio universal colocou nas mãos dos camponeses um meio de acção de que eles não souberam tirar de imediato todo o partido possível, mas que oferece virtualidades consideráveis, visto que o sufrágio universal transfere para eles o poder a prazo — pelo menos, enquanto os campos se mantiverem maioritários. Um dos paradoxos desta história é que os camponeses só começam a descobrir o poder do sufrágio universal no momento em que o êxodo rural diminui a sua importância relativa e se tornam minoritários. Se os camponeses, tornados minoritários, pesam mais na sociedade política do que pesavam quando eram ainda a maioria, é porque lhes faltava então a consciência dos seus problemas, a descoberta das possibilidades do sufrágio universal. O campesinato toma progressivamente consciência de si mesmo e organiza-se. É, nos Estados Unidos, o desenvolvimento do radicalismo agrário, nomeadamente nos estados do Middle-West.

Há qualquer coisa de simbólico e significativo no malogro de todas as insurreições urbanas a partir de 1848 em França. A última revolução triunfante é a de Fevereiro de 1848, anterior ao sufrágio universal. As Jornadas de Junho e a Comuna são esmagadas. É o sinal de que, a partir de então, o centro de gravidade da vida política, pelo menos em França, passou da cidade para o campo, que Paris já não pode governar contra a província, que a população parisiense deixou de estar em situação de impor a sua vontade à população rural.

Como se situa, politicamente, este campesinato? É difícil responder a uma pergunta tão vasta com uma fórmula categórica e universal. Com efeito, as escolhas eleitorais do campesinato exercem-se em sentidos muito diferentes, muitas vezes num sentido conservador, por hábito, por fidelidade ao passado ou àqueles que o encarnam. É o caso, por exemplo, em França, onde, contrariamente aos receios dos notáveis, que imaginavam que o sufrágio universal deixaria a porta aberta aos bárbaros e assinalaria a destruição da sociedade organizada, o sufrágio universal reforçou a autoridade dos conservadores. Em 1849, a assembleia legislativa é uma assembleia de direita. O fenómeno repete-se em

1871, quando, para preencher o vazio deixado pela queda do II Império, o país consultado elege uma assembleia de notáveis. Por conseguinte, a primeira reacção do sufrágio universal rural consiste em confiar nas elites tradicionais, confirmar na sua preeminência aqueles que, desde há séculos, presidem aos destinos das pequenas unidades territoriais de que se compõe a sociedade francesa.

Subsequentemente, os campos evoluem pouco a pouco e os seus votos deslocam-se, transferem-se paulatinamente para candidatos mais avançados. Em França pode datar-se a inversão de tendência dos primeiros anos da III República. Depois de 16 de Maio de 1877, o país consultado pronuncia-se maioritariamente pela esquerda, e no ano seguinte as eleições municipais conduzem ao que se chamou *révolution des mairies,* algo vagamente comparável à revolução municipal de 1789-1790. Os notáveis são afastados de muitos municípios e substituídos por novos notáveis de condição mais modesta. A república soube tranquilizar, inspira agora confiança, os campos aderem à república e é esta adesão que a consolida. É o que Gambetta tinha compreendido. Até então, o Partido Republicano recrutava os seus membros nas cidades, junto dos meios populares. Mas, estando a população das cidades em minoria e a classe operária isolada, tornava-se necessário o número para chegar ao poder e mantê-lo. Ora, o número eram os camponeses. Era, portanto, necessário congregar os campos, tranquilizá-los. É esta a política republicana dos princípios da III República.

Posteriormente, os rurais deslizam mais para a esquerda. Os estudos de sociologia eleitoral mostram que em certos departamentos, de geração para geração, os votos passaram dos republicanos moderados para os radicais, dos radicais para os socialistas, por vezes mesmo dos socialistas para os comunistas. Aconteceu mesmo saltarem por cima da etapa socialista, transitando directamente do radicalismo para o comunismo rural. Desde a última guerra, a Itália meridional descreve esta mesma evolução das massas rurais, que, mantidas até 1946 no respeito medroso das autoridades tradicionais, passam quase em transição do voto monárquico e conservador para o voto comunista.

Acontece por vezes que, na posse da sua liberdade, gozando de uma efectiva igualdade civil e política, dispondo da propriedade da sua terra, os camponeses resolvem manter a ordem estabelecida e transformam-se em força conservadora.

Se o campesinato pesa mais quando o seu número diminui, é porque, tomando a via que o operariado lhe mostrou, faz a experiência do associativismo, descobre as virtudes do sindicalismo. Assim, desde o fim do século XIX, na Dinamarca, nos Países Baixos, os camponeses souberam agrupar-se para melhorarem a produção, organizarem os circuitos de distribuição e fazerem pressão sobre os poderes públicos e os partidos políticos. Por vezes constituem-se até em partidos camponeses, como na Escandinávia, onde existem partidos agrários, que recolhem uma boa parte dos votos rurais e exprimem os interesses de uma classe. Os novos Estados da Europa danubiana — Roménia, Hungria, Bulgária — tiveram também os seus partidos agrários.

Em todos os outros lugares, isto é, em três quartos dos Estados e dois terços da humanidade, sendo o campesinato a massa, o número, os seus problemas são

os da sociedade inteira, as suas inquietações são as de toda a nação. O Terceiro Mundo é composto por povos camponeses e algumas das mais recentes revoluções começaram por ser revoluções camponesas. Assim, a originalidade da revolução chinesa perante a revolução soviética consiste em ter sido uma revolução dos campos: o Partido Comunista Chinês apoiou-se no campesinato, a primeira reforma empreendida por ele nas regiões libertadas é a reforma agrária e é o sucesso da reforma agrária que lhe traz a adesão das massas chinesas. A tónica posta nos problemas agrários diferencia ideologicamente o comunismo chinês do comunismo russo. Da mesma maneira, a revolução castrista, em Cuba, é essencialmente uma revolução rural e os camponeses obtiveram satisfação com a reforma agrária.

Assim, muito longe de a sua importância relativa ter decrescido, os problemas sociais, económicos e políticos das sociedades rurais permanecem, na segunda metade do século XX, entre os problemas mais candentes que se põem à humanidade moderna.

7

O crescimento das cidades e da urbanização

Tanto como a divisão entre ricos e pobres ou a separação entre capitalistas e trabalhadores, a distinção entre rurais e citadinos é uma das linhas de clivagem decisivas da humanidade: diferencia géneros de *habitat,* tipos de relações entre pessoas e grupos, modos de vida. Distinção qualitativa não significa separação total: entre cidade e campo existem trocas e comunicações de produtos, de ideias, de população. O que os campos perderam em homens com o êxodo rural ganharam-no as cidades: é mesmo essencialmente com o afluxo de habitantes dos campos que as aglomerações urbanas crescem, pois não conseguem normalmente assegurar a sua própria renovação. Contudo, com o crescimento do fenómeno urbano desde há século e meio, as relações das cidades com o seu ambiente natural modificaram-se e ampliaram-se. Constituiu-se progressivamente um novo género de vida, cuja aparição e imitação se tornaram componentes fundamentais de hoje. Por isso, há lugar para medir a amplitude do fenómeno, decompor as suas etapas, investigar as suas causas e inventariar as suas formas e as suas consequências, tanto políticas como sociais.

7.1. O desenvolvimento das cidades

A cidade não é um fenómeno novo nem um traço original do mundo contemporâneo. Sempre houve cidades: a existência de cidades é, provavelmente, tão antiga, ou quase, se não como a existência do homem, pelo menos como a

de sociedades organizadas, contemporâneas do nascimento de agregados humanos que excedem as comunidades fundadas nos vínculos familiares e nos laços de sangue. O vocabulário é, neste caso, um precioso testemunho que associa a noção de civilização à existência de cidades e ao modo de vida urbano: é disso prova a ligação etimológica entre cidade e civilização, ruralidade e rusticidade, signo de uma associação semântica. Como se a cidade fosse a expressão acabada e o lugar privilegiado da civilização. Se a aglomeração de homens em cidades é assim uma constante da história da humanidade, é fora delas que convém procurar a novidade do período contemporâneo neste aspecto. Neste ponto, as sociedades contemporâneas inovaram duplamente: mudança quantitativa e mutação qualitativa.

O crescimento das cidades

Desde 1800, com patamares e bruscas acelerações, o fenómeno urbano sofreu uma aceleração irresistível. As cidades de outrora tornaram-se grandes cidades, as grandes cidades tomaram proporções gigantescas e o número total de cidades multiplicou-se. Apesar de, no mesmo período, a população global ter aumentado vertiginosamente, a parte da população das cidades cresceu ainda mais depressa. Foi na Europa que este fenómeno primeiro se manifestou. Em 1801, para todo o continente, só existiam 23 cidades com mais de 100 000 habitantes e que reuniam menos de 2% da população europeia. Em meados do século XIX eram já 42, 135 em 1900, e em 1913 15% dos Europeus eram citadinos. Quanto às cidades com mais de 500 000 habitantes, que na época faziam figura de monstros, só existiam duas no limiar do século XIX: Londres e Paris. Mas eram já 19 no fim do século. A partir da Europa, o movimento alcançou os outros continentes, começando pelas «novas Europas»: é hoje universal e as outras partes do mundo, a este respeito, não têm nada a invejar à Europa, pois algumas recuperam antigas tradições de vida urbana. Existem à superfície do Globo cerca de 200 cidades cuja população ultrapassa o milhão de habitantes e várias que se avizinham ou ultrapassam os 10 milhões. Foi necessário forjar novos termos para designar estas aglomerações gigantescas que se estendem por centenas de quilómetros: conurbações, metrópoles, megalópoles.

Uma mutação das funções e do modo de vida

Ao mesmo tempo, a cidade mudou de natureza em parte como resultado da mudança de escala, mas não só. A aparência das cidades modificou-se, e a mesma denominação designa actualmente uma realidade social razoavelmente diferente daquela que os nossos antepassados assim apelidavam.

As funções da cidade diversificaram-se. Às que os centros urbanos asseguravam em todas as sociedades, outras se lhes juntaram recentemente em consequência das transformações da técnica, da economia e do governo dos homens.

A extensão da superfície das cidades, o aumento do número dos seus habitantes e as mudanças que daí resultaram fizeram surgir uma série de problemas radicalmente novos: subsistência, abastecimento, escoamento, circulação, habitação, administração, ordem pública, para os quais os governos tiveram de procurar soluções.

Finalmente, o crescimento do fenómeno urbano provocou a formação e, subsequentemente, a generalização de um novo modo de vida: o *habitat*, o trabalho, os tempos livres, as relações sociais, as próprias crenças e os comportamentos foram afectados pouco a pouco. Deste modo, o estudo do fenómeno interessa ao mesmo tempo ao historiador, ao geógrafo, ao sociólogo, ao economista, aos especialistas do direito administrativo, da psicologia social, da ciência política. Neste ponto, poucos fenómenos no mundo contemporâneo revestiram um carácter tão global que afecta a existência inteira dos indivíduos como das colectividades.

7.2. As causas do crescimento urbano

Donde vem então este prodigioso crescimento, que era uma ruptura brusca numa perspectiva multissecular? O fenómeno é complexo e procede de uma convergência de factores, dos quais vamos enunciar os mais decisivos. Destes factores, uns provocaram directamente a dilatação das cidades: é o caso, por exemplo, do afluxo dos camponeses expulsos pelo êxodo rural que engrossa a população urbana. Outros mais não fizeram do que favorecer o fenómeno, mas nem por isso são menos importantes, pois tornaram possível o desenvolvimento dos aglomerados. Foi o que se passou com a revolução dos transportes: sem o caminho de ferro, as cidades teriam sido incapazes de alimentar o seu excedente populacional. Tudo bem considerado, o afastamento de um obstáculo não é menos determinante na evolução histórica do que a intervenção de um factor de causalidade directa e positiva. A observação, de resto, é válida para outras realidades que não a cidade.

O crescimento urbano é, essencialmente, um fenómeno demográfico. É o reverso do êxodo rural, anteriormente evocado. É alimentado pelo superpovoamento dos campos, impotentes para assegurarem a subsistência e darem trabalho a uma população excedentária. A falta de terras disponíveis, a ruína dos camponeses expropriados, expulsos das suas terras pelos usurários ou pelos bancos, alimentam a emigração que se dirige para as cidades. O fenómeno é universal: é ele que amontoa, actualmente, nos subúrbios das grandes cidades das Índias ou da América do Sul massas miseráveis e sem trabalho. Contudo, para a Europa do século XIX, verificou-se que, na mesma altura em que o êxodo encaminhava para as cidades estas multidões desenraizadas, as cidades conheciam uma necessidade cada vez maior de mão-de-obra. O êxodo respondia assim a um apelo através de uma concomitância da qual a Grã-Bretanha foi a primeira a dar o exemplo, o que representa um caso particularmente impressionante de causali-

dade recíproca: o crescimento das cidades constituía um pólo de atracção e o afluxo de gente disponível permite esse mesmo crescimento.

Esta correlação está ligada a um acontecimento capital que modificou as funções da cidade: a revolução técnica, ligada à invenção da máquina, à utilização de novas fontes de energia, e que dá origem a uma concentração de mão-de-obra à volta dos novos centros de produção. Anteriormente, a produção industrial e a transformação dos bens não estavam necessariamente ligadas à cidade: um importante sector de fabricação têxtil estava disperso pelo campo, para o qual constituía uma actividade sazonal e um recurso complementar. As indústrias mais pesadas — fundições, metalurgia, vidros — tinham-se instalado nas proximidades das matérias-primas ou dos minerais que trabalhavam ou das fontes onde iam buscar a energia: rios ou florestas. A partir de então, a indústria, porque necessita de uma mão-de-obra abundante que emprega ininterruptamente, está sujeita à presença de colectividades: quer seja ela a estabelecer-se na cidade, quer seja ela a criar a cidade, suscitando sempre a concentração dos homens. Em ambos os casos há desde então uma correlação entre a cidade e a indústria, sublinhada pela concordância entre as taxas de industrialização regional ou nacional e as taxas de crescimento das cidades.

Mas as funções da cidade moderna não se limitam à função industrial: o desenvolvimento da vida em sociedade provoca outras mudanças, que, por sua vez, vão concorrer para o crescimento dos aglomerados urbanos. É o que acontece com a função comercial, que, ela sim, sempre estivera associada às cidades: o desenvolvimento das trocas, as formas modernas de distribuição, o aparecimento dos grandes armazéns, a ampliação dos entrepostos, criam novos empregos e tipos sociais inéditos, empregados de lojas de modas, caixeiros, empregados de distribuição. De igual modo, a revolução que abala as estruturas do crédito suscita a criação de novos bancos que, cobrindo o território com uma rede de agências e sucursais, mobilizam um exército de empregados bancários, assim como as reservas adormecidas da poupança privada. A revolução dos transportes análogos, as estações e entroncamentos dão origem a novos bairros e até a cidades (no caso das estações de distribuição de mercadorias e dos nós ferroviários). O recurso cada vez mais habitual aos correios, o surto das telecomunicações, o uso dos vales postais, atraem uma mão-de-obra de reforço. A generalização da instrução recruta batalhões de docentes, enquanto a ampliação das atribuições dos poderes públicos multiplica os empregos de funcionários. Ora, é nas cidades que todas estas novas categorias de assalariados encontram trabalho e aspiram a instalar-se. A ampliação do sector terciário, como se vê, não concorreu menos para o crescimento do fenómeno urbano do que a revolução industrial. É mesmo a sua conjunção que é directamente responsável pelo seu surto fulgurante.

Alguns dos factores que, como acabámos de verificar, contribuíram para aumentar a população das cidades trouxeram ao mesmo tempo soluções para os problemas que não podiam deixar de surgir com esta acumulação de enormes massas em pontos limitados do espaço. Assim, a criação de uma rede ferroviária

cada vez mais densa que irradiava dos centros urbanos não apenas facilitou e ampliou o afluxo de novos citadinos, mas também, pelo alargamento do seu raio de acção, ampliou o círculo donde as cidades retiravam os seus aprovisionamentos e satisfaziam as suas necessidades alimentares.

À lista dos factores de ordem objectiva, económicos ou técnicos, convém juntar elementos de psicologia colectiva: apesar dos precedentes incitamentos, os candidatos à vida urbana teriam sido menos numerosos sem o atractivo da cidade. Se alguns, para subsistirem, não tinham alternativa senão demandar a cidade em busca de trabalho, para outros a necessidade era menos premente. Mas a cidade era para todos a esperança de um trabalho regular e remunerado, a fuga à irregularidade dos trabalhos agrícolas, à incerteza das colheitas, a entrada numa economia regulada pelo dinheiro. Era também, por vezes, a miragem de uma vida mais fácil ou menos monótona, de um modo de vida mais variado, de distracções mais frequentes. Era a evasão do quadro estreito e constrangedor da comunidade aldeã, a subtracção aos laços de dependência hierárquica, para se perderem, ou se refugiarem, no anonimato da grande cidade. A todos os trânsfugas das sociedades rurais tradicionais a cidade oferece simultaneamente a liberdade e a solidão.

No século XX, tal como no século XIX, em África ou na América Latina hoje, como ontem na Europa ou na América do Norte, a cidade moderna nasceu do entrecruzamento destes apelos e destas aspirações.

7.3. As consequências

A extensão no espaço

Primeira consequência — e a mais imediatamente perceptível — do afluxo de novos habitantes: as cidades depressa se sentiram apertadas nos seus limites históricos, encerradas em muralhas fortificadas herdadas da Idade Média ou do antigo regime. Depressa trataram de os dilatar, arrasando as muralhas, atulhando os fossos, expandindo-se à sua volta, absorvendo, uma após outra, as aldeias das cercanias. Assim procedem todas as cidades nos meados do século: Viena em 1857 (onde o *Ring* perpetua a traça das antigas fortificações, como as *ramblas* em Barcelona, em 1860); Antuérpia em 1859; Copenhaga, Colónia e vinte outras cidades históricas, que renunciam à protecção das suas muralhas para se tornarem cidades abertas. O exemplo de Paris, que se entrincheira a partir de 1840 ao abrigo de uma linha contínua coberta por construções avançadas, opõe-se à evolução geral das cidades europeias: é certo que a muralha prevista é desenhada a uma distância considerável das construções e comporta uma ampla cintura entre as fortificações e os limites dos bairros habitados. Quanto às cidades da América, salvo algumas excepções (Quebeque e a sua cidade), não eram de maneira alguma fortificadas. Puderam assim desenvolver-se sem terem obstáculos a transpor. As aglomerações desenvolvem-se sem plano, em círculos concên-

tricos e auréolas sucessivas em terreno plano, ao longo de corredores naturais, segundo as linhas de água, englobando as aldeias vizinhas, enchendo pouco a pouco o espaço intersticial. Se o terreno é escasso, como em Manhattan, a cidade cresce em altura e conquista a terceira dimensão, antes de explorar as profundezas, mergulhando no solo para aí escavar ou para enterrar a rede de canalizações indispensável à vida de uma grande cidade.

O terreno não tarda a faltar: a raridade dos espaços disponíveis provoca a subida dos preços. O primeiro crescimento urbano é contemporâneo da era liberal: é portanto a economia de mercado que regula as transacções e determina o valor corrente a que se negoceiam os terrenos. A procura do lucro é a única lei, excluindo qualquer consideração social, qualquer preocupação funcional. A carestia dos solos dá lugar a uma das mais proveitosas especulações. Construção de prédios para arrendamento, investimentos imobiliários, loteamento de terrenos até então desabitados: às diversas modalidades de especulação correspondem outras tantas soluções para alojar de qualquer maneira os novos citadinos. Nestas condições e na falta de regulamentações, as cidades crescem anarquicamente.

A crescente carestia dos terrenos situados no centro das cidades origina a especialização dos bairros e a sua diferenciação social. O centro das cidades torna-se o local privilegiado dos negócios e das administrações. Os trabalhadores, que não têm meios para pagar as rendas elevadas dos melhores bairros, são progressivamente empurrados para a periferia, na direcção dos subúrbios. As cidades do antigo regime misturavam as classes e as actividades. A partir de agora a diferença e a desigualdade das categorias sociais inscrevem-se também na topografia das cidades: aos bairros finos, reservados à burguesia, opõem-se os bairros populares. O que sucede no momento em que a concentração económica e o crescimento da dimensão das empresas separam os patrões dos seus assalariados. Assim, em todos os sectores ao mesmo tempo, na habitação como no trabalho, aprofunda-se o divórcio entre os ricos e os pobres, entre os empregadores e os empregados. As cidades modernas justapõem duas humanidades que caminham lado a lado sem se encontrarem, que vivem em universos totalmente separados. Para uns, os imponentes imóveis nas avenidas bem desenhadas e arborizadas; para outros, a aglomeração em pardieiros superpovoados, antigos palácios que se degradam ou prédios de apartamentos para alugar, construídos à pressa com o único fito de obter o lucro das rendas. O antagonismo entre locatários e senhorios, usurários, não é o aspecto menos importante dos conflitos sociais.

No século XX desenha-se uma reacção contra os malefícios do individualismo e da inexistência de qualquer regra em matéria de construção e habitação. É um dos domínios em que a intervenção do poder público será solicitada pela opinião pública e precipitada pelas guerras. O Estado regulamentará a política dos arrendamentos. Encorajará também a construção de imóveis de preço moderado, de rendas limitadas, favorecerá o acesso à propriedade. Intervirá simultaneamente através da lei e do crédito. Também os municípios, em particular os municípios socialistas, em Viena, em Amsterdão, terão uma política de habitação e

de construção, edificando grandes conjuntos habitacionais para arrendamento. A iniciativa privada preocupar-se-á igualmente em alojar os seus empregados: as companhias de caminho de ferro e as hulheiras construirão pequenas cidades. Actualmente, a atracção irresistível que continua a dirigir milhões de homens para as cidades torna obsoletas as soluções anteriores, afasta as práticas tradicionais. A flagrante penúria de terrenos põe com acuidade o problema do estatuto dos solos e volta a pôr em causa a partilha estabelecida entre os direitos da propriedade privada e as responsabilidades das colectividades públicas.

As comunicações internas

A extensão em superfície faz surgir problemas que as cidades do passado não tinham conhecido: à medida que os aglomerados se expandem, as distâncias aumentam e as relações distendem-se. O passo do homem já não está à escala da cidade; começa por ser substituído pela tracção animal, com as carruagens puxadas por cavalos; depois é a vez dos meios mecânicos, com a aplicação aos transportes urbanos das invenções técnicas — o vapor e a electricidade: carros eléctricos, caminhos de ferro subterrâneos (metro). Substituindo o homem, encurtando as esperas, estes meios de comunicação permitem às cidades retomar o seu impulso para a conquista do espaço circundante. Paralelamente, torna-se necessário ordenar o coração das velhas cidades, tornar o seu centro histórico herdado da Idade Média permeável à circulação dos veículos: a obra de um Haussmann, em Paris, é a este respeito exemplar. Embora não esteja isenta de segundas intenções relativamente à manutenção da ordem, ela obedece em primeiro lugar a preocupações modernas de urbanização.

As administrações empenham-se também na conservação dos arruamentos, substituindo os revestimentos anteriores por empedrado ou asfalto e construindo passeios ao longo das calçadas.

O abastecimento

Prover às diversas necessidades destas concentrações humanas requer novos meios e torna-se uma preocupação central dos poderes públicos, sobretudo nas capitais políticas.

O aguadeiro, personagem clássica, já não resolve as necessidades das grandes cidades. Cria-se uma densa rede de canalizações e constroem-se aquedutos para ir buscar água a grandes distâncias (no II Império Paris capta a água do Havre, do Loing, do Urque, do Vanne). O problema da água continua a ser hoje uma das ameaças que pairam sobre o futuro das grandes cidades: ela começa a faltar com o aumento dos consumos domésticos e industriais, e Nova Iorque, por exemplo, vê-se forçada a instaurar de vez em quando um racionamento rigoroso. Sobretudo, e o problema é mais recente, a qualidade da água é comprometida pela poluição que conspurca todos os rios a ponto de obrigar os Estados a improvisarem uma política da água.

O abastecimento alimentar das cidades também tomou proporções desmesuradas: tornou-se necessário procurar cada vez mais longe quantidades cada vez mais consideráveis. É por vezes toda a agricultura de um país que trabalha para alimentar a metrópole. Nas grandes cidades, a vida quotidiana é parcialmente pautada pela pulsação das chegadas de mercadorias e dos escoamentos. De facto, não é menos vital para as cidades desfazerem-se dos desperdícios das suas actividades: a recolha do lixo, a sua incineração, a sua distribuição por aterros, tornaram-se tarefas de interesse geral que requerem serviços numerosos e bem apetrechados. Não podemos deixar de referir o abastecimento em força motriz, em luz e em energia, ou omitir os progressos que tornaram, sucessivamente, possíveis o gás e a electricidade.

A ordem e a segurança

A dimensão das catástrofes naturais é proporcional à importância das concentrações urbanas e a aglomeração destas populações adiciona-lhes flagelos sociais.

O fogo é uma ameaça permanente, e estas aglomerações que cresceram ao acaso constituem uma presa fácil para os incêndios. O fenómeno não é específico do período contemporâneo: as grandes cidades de outrora foram periodicamente devastadas por grandes incêndios, como, por exemplo, Constantinopla ou o grande fogo de Londres em 1666; no século XIX, o fogo abrasa os locais onde os citadinos se encontram para comerciar ou divertir-se (teatros, óperas, grandes armazéns, *bazar de la charité*). As cidades protegem-se pouco a pouco contra a propagação do fogo: construções de pedra ou metal, que reduzem os riscos de combustão, alargamento das ruas, criação de serviços permanentes de bombeiros profissionais.

As cidades, particularmente os portos, são também locais de eleição para as grandes epidemias: ainda no século XIX (a cólera). Contudo, pouco a pouco, estas recuam, contidas, juguladas, e mais tarde evitadas pelo progresso da ciência, da higiene, da vacinação sistemática. As cidades atingirão mesmo um grau de salubridade muitas vezes superior ao dos campos: a longevidade aumenta, invertendo-se a relação que, anteriormente, beneficiava a população rural.

Pelo contrário, os flagelos sociais acompanham o crescimento das cidades: na primeira fase, no século XIX, o afluxo de imigrantes vindos dos campos e para quem nada está previsto, a dramática insuficiência de habitação, o amontoamento em caves ou saguões, o desemprego, crónico ou intermitente, constituem a condição das classes trabalhadoras, que são também, aos olhos dos notáveis, classes perigosas. De facto, a miséria, o pauperismo, engendram, entre outras consequências inelutáveis, a criminalidade, a delinquência, a prostituição. As cidades em expansão são também cidades doentes. Depois, pouco a pouco, as administrações restabelecem-se e corrigem a situação: os flagelos sociais recuam paulatinamente. Mas, a julgar pela sociedade americana contemporânea, perguntamo-nos se, num terceiro tempo, os defeitos não tenderão a triunfar e a reconstituir os desequilíbrios iniciais. Não se trata do único campo onde se julga

discernir um movimento de pêndulo que faz alternar progresso e retrocesso: observámo-lo a propósito dos bens elementares: água ou ar.

7.4. As consequências sociais e políticas do crescimento urbano

A dilatação das cidades, sobretudo das capitais políticas, não é isenta de incidências na vida política e no exercício do poder. Sob o antigo regime, a residência do monarca era por vezes distinta da capital: Versalhes, a uma certa distância de Paris, ou Madrid, por exemplo, uma cidade criada do nada. Na época contemporânea, com algumas excepções (Washington), a sede do poder confunde-se geralmente com a grande cidade e esta proximidade deixa-a à mercê dos movimentos de humor da população urbana, mais instável do que os camponeses e também mais acessível às palavras de ordem. A pressão das multidões urbanas sobre o poder é um dado constitutivo do funcionamento dos regimes políticos. A maior parte dos regimes derrubados sucumbiram a insurreições urbanas. O romantismo da revolução encarnou na guerra de rua, simbolizada pela barricada, antes de, muito recentemente, ter sido substituído pelo mito da guerrilha rural (a resistência, a guerra revolucionária na China, no Vietname, na Argélia).

O receio leva os governos a tomarem disposições preventivas, a multiplicarem as precauções: obras importantes destinadas a abrir passagens que possam ser percorridas por cargas de cavalaria ou varridas pela artilharia; substituição do empedrado pelo macadame, a fim de privar a insurreição do seu arsenal privilegiado; constituição de forças policiais encarregadas da manutenção da ordem. Os poderes públicos são também tentados a colocar as capitais sob um regime de tutela administrativa e de vigilância especial.

No entanto, um outro fenómeno actua em sentido contrário: o sufrágio universal. Ao entregar um boletim de voto a todos os cidadãos, o poder condena implicitamente o recurso à violência para mudar as instituições: todo o eleitor dispõe a partir de então, por via da constituição, de um meio para modificar legalmente o curso da política, para substituir os detentores do poder. A insurreição deixa de ser o direito sagrado que o direito revolucionário proclamava para se tornar uma violação do direito dos cidadãos. Paralelamente, a instauração e a prática do sufrágio universal anulam a preponderância da cidade, esmagada sob o número, pelo menos enquanto os camponeses conservam a preponderância numérica. Não é por um simples acaso que, por exemplo, em França, a Comuna é a última insurreição parisiense e que acaba por ser esmagada na época em que o sufrágio universal entra nos costumes e se torna o princípio regulador da vida política. Nem se trata de mera coincidência o facto de a revolução de Outubro de 1917 ilustrar o esquema da insurreição urbana vitoriosa num país, a Rússia, que ainda não fez a aprendizagem da vida política democrática nem pratica o sufrágio universal.

A par das inquietações políticas, a administração quotidiana destas grandes cidades coloca aos responsáveis problemas para cuja solução as instituições municipais tradicionais e as divisões territoriais herdadas do passado se revelam inadequadas. Na sequência do seu movimento de extensão espontânea, as cidades são levadas a integrar e unificar instituições e colectividades. Paris absorve em 1860 todas as localidades compreendidas entre a muralha dos Fermiers-Généraux e a cintura das fortificações e redistribui o conjunto pelos vinte novos *arrondissements**. A aglomeração londrina dota-se, com o London County Council, de um órgão apropriado para a administração do conjunto. A organização dos distritos urbanos, a formação de comunidades urbanas, a remodelação dos departamentos, inscrevem-se no mesmo esforço para adaptar a administração ao crescimento urbano.

As administrações são levadas, tanto pela pressão da opinião pública como pelas necessidades objectivas, a intervir cada vez mais directamente no funcionamento dos serviços colectivos. Este foi um dos objectivos do socialismo municipal — a substituição neste campo das empresas privadas por serviços municipais —, obedecendo mais à preocupação do interesse geral do que à busca do lucro (através do resgate dos serviços dados em concessão). Como o crescente tecnicismo das tarefas exigia uma competência cada vez maior, as grandes cidades americanas abandonaram aos poucos ou limitaram o campo do sistema de escolha por via eleitoral para confiarem uma parte das responsabilidades a especialistas qualificados. Para exercerem todas estas tarefas, as administrações municipais têm necessidade de recursos cada vez mais importantes, e o problema das finanças locais é hoje um dos mais agudos.

A extensão fulminante do fenómeno urbano tem ainda outras consequências cujos efeitos culturais não são os menos decisivos. Durante séculos as cidades tinham permanecido profundamente integradas no meio rural: os habitantes mantinham-se ligados pelos laços, gostos e hábitos ao mundo da terra. No decurso dos últimos decénios não foi só a relação de quantidade que mudou: o sentido das influências inverteu-se. A cidade como que se emancipou da sua dependência em relação à sociedade rural: tornou-se o modelo admirado, imitado, reproduzido, que, por sua vez, irradia sobre a população rural. A agricultura urbaniza-se ao mesmo tempo que se industrializa e se comercializa. O ensino é concebido pelos e para os citadinos. O género de vida de que a cidade é o cadinho, o modo de organização que nela se desenvolveu, universalizam-se. As sociedades contemporâneas tendem a tornar-se sociedades urbanas, enquanto ao longo de milénios a terra foi a matriz de toda a vida e de toda a cultura. A passagem das sociedades agrárias para um novo modo de existência social organizado em torno do fenómeno urbano constitui talvez o maior acontecimento histórico do século XX. É, com toda a certeza, uma mutação decisiva da história dos homens que vivem em sociedade.

* Bairros ou divisões administrativas. *(N. da T.)*

8
O movimento das nacionalidades

Com o estudo da sucessão das correntes que a trama da história política e social do século XIX desenha, voltamos ao eixo principal da nossa reflexão.

Após o movimento que tomava da ideia de liberdade o seu princípio e a sua energia, após a corrente democrática que transformou progressivamente os regimes, as sociedades e até os costumes, após a conjunção do movimento operário e das escolas socialistas, resta-nos examinar um quarto elemento que não foi menos determinante. É mais difícil dar-lhe um nome, pois o termo *nacionalismo*, que hoje nos ocorre espontaneamente, é, para a época, um anacronismo, um termo que os seus contemporâneos aplicam mais a uma doutrina política no interior dos seus países do que ao movimento das nacionalidades. Deste modo, empregaremos concorrentemente as expressões *ideia nacional*, *sentimento nacional*, *movimento das nacionalidades*, que sublinham todas o carácter universal de um fenómeno que respeita simultaneamente às ideias, aos sentimentos, às forças políticas.

8.1. Caracteres do movimento das nacionalidades

Este fenómeno compósito retira a sua unidade do fenómeno nacional. A Europa justapõe grupos linguísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dissemelhantes, que se concebem como nações. Tal como o movimento operário nasceu simultaneamente de uma condição social, que constitui o dado objectivo do problema, e de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades pressupõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de pertença a estas nacionalidades. O fenómeno só conta como força, só se torna um princípio de mudança, a partir do momento em que se inscreve nas mentalidades e nas sensibilidades, quando é entendido como um dado de consciência, uma realidade cultural.

Como tal, diz respeito à totalidade do ser, dirige-se a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela sua inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi, em parte, obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuíram para o renascimento do sentimento nacional, aos linguistas, filósofos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, as purificam, lhes dão as cartas de nobreza, aos historiadores, que procuram reencontrar o passado esquecido da nacionalidade, e aos filósofos políticos (encontrando-se a ideia de nação no âmago de um certo número de sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez ainda mais do que a inteligência, e é certamente por isso que se torna uma força irresistível, que suscita uma tal exaltação.

Finalmente, faz intervir interesses, e voltamos a reencontrar as duas abordagens, ideológica e sociológica, conjugadas. De facto, os interesses actuam quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apela à superação dos particularismos, à realização da unidade. É assim que é preciso considerar o papel do *Zollverein* na unificação alemã. Em Itália é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, em que vê a possibilidade de um mercado mais vasto e de um nível de vida superior.

Assim, na origem deste movimento das nacionalidades confluem a reflexão, o impulso do sentimento e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente e é mesmo esta sua interacção que faz a força de atracção da ideia nacional, uma vez que, dirigindo-se ao homem na sua totalidade, pode mobilizar todas as suas faculdades ao serviço de uma grande obra a realizar, de um projecto com uma natureza capaz de exaltar as energias e arrebatar os espíritos.

Numa perspectiva mais vasta, em comparação com o liberalismo, a democracia e o socialismo, o movimento das nacionalidades cobre um período mais longo no tempo, estendendo-se por todo o século XIX, enquanto os outros três movimentos se sucedem nesse período. Os três fenómenos seguem-se uns aos outros, enquanto o movimento nacional é contemporâneo de todos eles. Desde 1815 que a questão nacional se afirma, e com que força! Nas vésperas de 1914 não perdeu nada da sua intensidade. Na Europa prolongar-se-á muito para além do conflito e encontrará mesmo um quadro alargado com os movimentos de descolonização, que podem ligar-se-lhe.

A esta primeira diferença no tempo junta-se uma outra no espaço. Enquanto o domínio do liberalismo se restringe durante muito tempo à Europa ocidental, todos os países — ou quase — conheceram crises ligadas ao fenómeno nacional, mesmo aqueles onde a unidade nacional era o culminar de uma história multissecular. Quase todos se debatem com problemas de nacionalidades: a Grã-Bretanha, com a questão da Irlanda, que adquire uma gravidade crescente e se transforma num dramático problema interno; a França, com a perda da Alsácia e da Lorena em 1871, conserva a nostalgia das províncias perdidas até à guerra de 1914; a Espanha, onde o regionalismo basco e o particularismo catalão entram em luta com a vontade de unificação e de centralização da monarquia. Se isto se verifica nos países da Europa ocidental, onde a unidade nacional é antiga, por maioria de razão há-de verificar-se quando nos deslocamos para leste, onde as fronteiras ainda são móveis, onde a geografia política não tomou a sua forma definitiva, onde as nacionalidades se procuram a si próprias e buscam uma expressão política. A Itália e a Alemanha, para quem o século XIX é o século da sua unidade em construção, a Áustria-Hungria, os Balcãs, o império russo, com as províncias alógenas que resistem à russificação, têm problemas de nacionalidades. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos enfrentam problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com guerra dos ducados, em 1862; a Suécia, que se deslumbra, em 1905, com a secessão da Noruega. Fora da

Europa, pode mencionar-se o nacionalismo dos Estados Unidos, os movimentos da América Latina, o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização, a China, onde a revolta dos Boxers, em 1900, é um fenómeno nacionalista.

O fenómeno nacional aparece, portanto, como universal, e esta não é a menor singularidade deste movimento, que, sendo uma afirmação da particularidade, é talvez o fenómeno mais universal da história. Está presente na maior parte das guerras do século XIX. É um traço que diferencia as relações internacionais antes e depois de 1789. Na Europa do antigo regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de partida dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente à transferência da soberania da pessoa do monarca para a colectividade nacional. As guerras da unificação italiana, da unificação alemã, a questão do Oriente, tudo procede da reivindicação nacional. O fenómeno nacional é, no século XIX, com o revolucionário, factor decisivo de perturbação.

O fenómeno nacional, certamente porque se estende por um período mais longo do que o de cada uma das três outras correntes e, provavelmente, também porque diz respeito a países muito diferentes uns dos outros, não é marcado por uma dada ideologia, não tem qualquer ligação substancial com nenhuma das três ideologias, não tem uma cor política uniforme. Contudo, a ideia nacional não se basta geralmente a si própria: propõe à inteligência política uma espécie de quadro que precisa de ser preenchido. A ideia nacional, porque tem necessidade de se associar a outras ideias políticas, de se amalgamar com filosofias, pode entrar em diversas combinações que não são antecipadamente determinadas. A ideia nacional tanto pode coabitar com uma filosofia de esquerda como com uma ideologia de direita. De resto, entre 1815 e 1914, o nacionalismo estabeleceu alianças com a ideia liberal, com a corrente democrática e menos com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, se bem que entre as duas guerras se tenham desenhado conjunções imprevistas entre a ideia socialista e a ideia nacionalista. Esta espécie de indeterminação do fenómeno nacional, esta possibilidade de praticar alianças sobresselentes, explicam as variações, das quais a história oferece mais de um exemplo. Explicam nomeadamente a existência de dois nacionalismos, um de direita e outro de esquerda, um sobretudo aristocrático e outro popular: o primeiro tem inclinações conservadoras e tradicionalistas, escolhe os seus dirigentes e os seus quadros entre os notáveis tradicionais; o segundo investe na democratização da sociedade e recruta nas camadas populares.

8.2. As duas fontes do movimento

Esta ambiguidade do fenómeno nacional manifesta-se desde o princípio na dualidade das fontes do nacionalismo.

A Revolução Francesa

Pela sua cronologia e pela importância dos seus efeitos, a Revolução Francesa foi a primeira a suscitar o nacionalismo moderno pelo menos de três maneiras. Em primeiro lugar, pela influência das suas ideias, uma vez que a independência e a unidade nacionais decorrem directamente dos princípios de 1789. A soberania da nação não é apenas válida na ordem interna, tem ainda consequências para as relações externas. O direito de os povos disporem de si mesmos é o prolongamento da liberdade individual e da soberania nacional. A revolução age também pela sua inspiração, que tende a negar o passado e a recusar a sua legitimidade, que desfaz os edifícios históricos, a ordem social hierárquica do antigo regime, mas também as construções políticas dos monarcas, partindo do princípio de que não é pelo facto de os povos terem sido levados a viver juntos pela vontade deste ou daquele soberano que devem permanecer indefinidamente associados. Vemos assim confrontarem-se dois princípios diferentes: o do direito dos povos a disporem de si mesmos, que não admite outro fundamento para a existência das colectividades políticas senão a livre adesão, e o princípio da historicidade, que reconhece legitimidade à duração.

O segundo modo de influência da revolução prende-se com o exemplo dado pela nação francesa, que resiste à Europa coligada dos soberanos, mostrando o que pode o patriotismo da «grande nação», como se designam a si próprios os Franceses. A *Marselhesa* torna-se o hino dos patriotas de toda a Europa. Os jacobinos dos outros países sonham, por sua vez, libertar a sua pátria. A revolução apoia o seu exemplo através da intervenção armada, libertando certos países de dominações estrangeiras, realizando temporariamente a sua unidade: é entre 1792 e 1815 que a Itália do Norte e a Polónia fizeram a experiência da unidade ou da independência.

Finalmente, a revolução actua pelas reacções que provoca, e foi talvez esta forma de acção que mais contribuiu para o despertar do sentimento nacional. Na Europa dominada pelos Franceses, sob a administração francesa, sob a ocupação militar, em reacção contra as coacções de toda a espécie que ela impõe, como as requisições, o recrutamento, a fiscalidade, despertam pouco a pouco o sentimento nacional, a aspiração à independência, o desejo de expulsar os invasores. Assim, a Espanha rebela-se contra o soberano estrangeiro pela força. Em 1809, os montanheses do Tirol sublevam-se, respondendo ao apelo de um estalajadeiro de Innsbruck, Andreas Hofer, que será fuzilado pelos Franceses, mas cuja memória será honrada como a de um mártir da independência da Áustria. Na Rússia, a guerra de 1812 toma o aspecto de um sublevamento do povo para libertar a terra russa, de um sobressalto do patriotismo elementar — magnificamente celebrado por Tolstoi em *Guerra e Paz* — que toma consciência da sua realidade pelo contacto com o invasor. Em 1813, uma parte dos contingentes recrutados na Alemanha e incorporados no exército francês desertam. O nome de *batalha das nações* dado à batalha de Leipzig, em 1813, é simbólico, pois os Franceses encontram desde então à sua frente não só soberanos, mas nações

sublevadas. Esta batalha, de resultado indeciso, é de certo modo a réplica da batalha travada vinte anos antes, em Valmy, pelos soldados da revolução contra os exércitos mercenários, na qual os soldados da revolução, aos gritos de «viva a Nação», fizeram a demonstração do que pode o sentimento nacional. A passagem do singular, do «viva a Nação» de Valmy, ao plural de Leipzig ilustra as consequências indirectas da revolução. O grande império de Napoleão sucumbe às nacionalidades conjugadas.

Pelos seus princípios e pelo seu exemplo, tanto pela sua acção positiva como pelas reacções de oposição que provocou, a revolução suscitou um nacionalismo democrático.

O tradicionalismo

O fenómeno nacional procede, no século XIX, de uma segunda fonte que deve muito pouco à revolução, que nada toma da democracia ou da liberdade: é o «historicismo», que inspira a tomada de consciência das particularidades nacionais. Se o nacionalismo saído da revolução está mais voltado para o universal, o historicismo acentua a singularidade dos destinos nacionais, a afirmação da diversidade, e propõe aos povos o regresso ao passado, a defesa dos seus particularismos, a exaltação da sua especificidade.

Esta segunda corrente está estreitamente ligada à redescoberta do passado, nomeadamente sob a influência do romantismo. Ao universalismo abstracto da revolução opõe as particularidades concretas dos passados nacionais, à abstracção racionalista e geométrica da revolução opõe o instinto, o sentimento e a sensibilidade. Haurindo no conhecimento do passado e no culto das tradições, define-se pela história, pela língua e pela religião.

A história leva à redescoberta do passado, um passado anterior à revolução e mesmo aos tempos modernos. Para lá do cosmopolitismo do século XVIII e da ruptura da cristandade a seguir à Reforma, remonta-se às tradições da Idade Média. Pôde dizer-se do século XIX que foi o século da história e que o romantismo pôs em voga a cor histórica. Mas isto é apenas a expressão literária e artística de uma tendência mais profunda, de uma atitude relativamente nova do homem perante o passado do grupo a que pertence.

Ao mesmo tempo ressuscita-se a língua nacional, na qual não se vê somente um meio de comunicação, mas uma estrutura mental através da qual um povo conserva a sua alma. No século XIX a língua toma um lugar crescente tanto nas investigações eruditas como nas lutas políticas. Filósofos e gramáticos empenham-se em reencontrar a língua original, em depurá-la e em fazer ou refazer línguas de cultura do que se tinha degradado em dialectos. É muitas vezes por aí, principalmente para as nacionalidades eslavas do império dos Habsburgos, que se inicia o movimento nacional. Na Boémia, na Eslováquia, na região dos Eslavos do Sul, os filósofos procuram convencer os seus compatriotas de que podem falar sem vergonha a língua popular, que não fica atrás da do ocupante e tem os seus títulos de glória, as suas cartas de nobreza. Recuperam-se as

epopeias nacionais, os cantos tradicionais, que são editados. As minorias voltam a falar a sua língua e recusam a do opressor, o que, bem entendido, as nacionalidades dominadoras não aceitam de bom grado. Por isso, a possibilidade de falar a própria língua torna-se um dos objectivos das batalhas políticas. Obter o reconhecimento da própria língua em igualdade com a língua oficial na administração, perante os tribunais, no exército, nos meios de transporte, torna-se uma das reivindicações mais universais de todos os partidos nacionalistas. Todas as espécies de peripécias animarão, na Transleitânia, as lutas entre os Húngaros e as nacionalidades eslavas sobre a língua que será utilizada nos caminhos de ferro, nas placas de sinalização, nos nomes das estações, nas escolas, no catecismo. Nas províncias polacas submetidas à Prússia, as crianças farão greve ao catecismo, pois o governo proíbe-lhes que o aprendam em polaco. Deste modo, a língua constitui um dos pontos de apoio do sentimento nacional.

Quando o opressor pratica uma religião diferente da da nacionalidade submetida, religião e nacionalismo confundem-se. Assim se explica o que há de paradoxal no facto de religiões universais, como o catolicismo ou o protestantismo, se tornarem para certos povos o símbolo da sua singularidade nacional e a trincheira de resistência do seu particularismo contra o dominador. É assim que a revolução de 1830, que opõe a Bélgica católica aos Países Baixos protestantes, é conduzida tanto pelos católicos contra uma monarquia calvinista como pelos liberais contra uma dominação estrangeira. É também o significado da luta dos cristãos dos Balcãs contra o Império Otomano, dos Eslavos ortodoxos — nomeadamente os Sérvios — contra a Áustria ou a Hungria católicas. É ainda o caso da Irlanda católica contra a Inglaterra protestante, da Polónia católica contra a Rússia ortodoxa ou a Prússia luterana. Como se vê, na maior parte dos casos as nacionalidades submetidas praticam o catolicismo ou a ortodoxia. No século XIX é raro que, na Europa, minorias protestantes estejam submetidas ao domínio de Estados católicos. É depois o catolicismo que é chamado a tornar-se o símbolo da resistência nacional contra uma dominação estrangeira.

A história, a língua e a religião são as referências e também o que está em jogo nos confrontos.

Se da abordagem intelectual passarmos à abordagem sociológica, esta segunda corrente do nacionalismo, precisamente porque exalta as tradições históricas e se refere a um passado aristocrático, feudal e religioso, vai apoiar-se nas forças sociais tradicionais.

Assim, se o primeiro nacionalismo pendia para a esquerda e apelava, nos seus desejos, a uma sociedade liberal ou democrática, o segundo inclina-se para a direita e tende a conservar ou a restaurar uma ordem social e política de antigo regime. Apoia-se na Igreja. Os seus chefes provêm da aristocracia fundiária, como sucede na Europa oriental, onde grandes proprietários encabeçam o movimento nacional na Hungria, na Silésia, na Galícia, na Polónia, contra a centralização austríaca, russa ou prussiana. O seu programa político ressente-se do facto de não prever transformações radicais, mas somente o retorno ao passado, o restabelecimento da nacionalidade nos seus direitos históricos.

O programa do nacionalismo húngaro ou checo reclama a restauração do reino da Hungria, da coroa de Santo Estêvão, do reino de S. Venceslau na Boémia, deseja a reposição em vigor das dietas, onde a grande nobreza podia exprimir-se, reivindica aquilo a que se chama o antigo direito de Estado. Em suma, o Estado sonhado é o Estado tradicional e medieval, e não o Estado moderno dos séculos XVIII ou XIX.

Esta corrente nacionalista, em reacção contra a centralização administrativa e contra a obra do despotismo esclarecido, ao qual acusa de ser nivelador, igualitário e unitário, milita a favor do regionalismo, do restabelecimento dos antigos costumes, das tradições históricas. Foi geralmente por aí que se iniciou, na Europa de Leste, o despertar do sentimento nacional.

Se, no Ocidente, o nacionalismo herdado da revolução tem a primazia, no Leste da Europa é aquele que encontra a sua origem no historicismo e no romantismo que primeiro se afirma. Voltamos a encontrar, uma vez mais, a dissemetria, a disparidade essencial entre duas Europas, uma mais aberta às mudanças e voltada para o futuro, a outra mais fiel ao passado e que só com desconfiança se empenha no presente.

A dualidade do nacionalismo explica a complexidade da sua história e a ambivalência dos fenómenos.

8.3. A evolução do movimento entre 1815 e 1914

A história da ideia nacional no século XIX cabe quase inteiramente nas oscilações entre o nacionalismo de esquerda e o nacionalismo de direita, entre a democracia e a tradição, dependendo da tendência dominante das situações históricas e locais.

Num primeiro tempo, no Congresso de Viena, em 1815, soberanos e diplomatas, muito ocupados em destruir a obra da revolução, em extirpar-lhe os princípios, não levaram em conta, na reconstrução da Europa, a aspiração à independência e à unidade que tinha sublevado os povos contra Napoleão e os tinha situado ao lado dos soberanos. Os Alemães ficam desiludidos com o regresso à divisão, os Italianos ainda mais com a dominação estrangeira.

Ao oprimir simultaneamente o sentimento nacional e a ideia liberal, o Congresso de Viena suscita ao mesmo tempo a acção conjunta dos movimentos das nacionalidades e dos movimentos de oposição à Santa Aliança. De facto, a aliança, entre 1815 e 1830-1840, do movimento das nacionalidades e da ideia liberal provém do desconhecimento pelos diplomatas das aspirações nacionalistas. Os dois movimentos confundem-se a partir de então e mesmo o vocabulário não os distingue, pois, quando se fala de «patriotas» em 1815 ou 1820, não se sabe se se trata de liberais que lutam pela instauração de um regime de liberdade contra as monarquias absolutas ou de nacionalistas que querem libertar o seu país de uma dominação estrangeira.

As revoluções de 1830 apresentam este duplo carácter de revoluções liberais e revoluções nacionais. Onde triunfam, instituem a independência e fundam a liberdade. É assim que a Bélgica se subtrai à dominação da Haia e se dota, em 1831, de uma constituição liberal, já que foi a tendência liberal que impôs a sua ideologia ao movimento nacional. Se é verdade que o fenómeno nacional não é senão um molde vazio que reclama uma ideologia, este molde é então preenchido pela ideologia liberal.

Num segundo tempo, paralelamente à rendição da ideia liberal pelo sentimento democrático, o nacionalismo evolui de liberal para democrático. Entre 1830 e 1850, os movimentos de tipo nacional são conduzidos quase por toda a parte por uma ideologia democrática. Em Itália, a «Jovem Itália» animada por Mazzini, combina as aspirações a uma república democrática e à independência e unidade da Itália. Na Polónia, a revolução de 1830 é conduzida conjuntamente por duas correntes — os brancos, aristocratas, fiéis ao passado e à tradição, e os vermelhos, solidários com o patriotismo polaco e os princípios revolucionários.

Esta conjunção entre a democracia e o fenómeno nacional expande-se com as revoluções de 1848, e, quando se fala a seu respeito de «primavera dos povos», isso significa ao mesmo tempo a emancipação nacional e a afirmação da soberania do povo. O movimento nacional é democrático e, reciprocamente, as revoluções democráticas dão a mão aos movimentos nacionalistas do exterior. Na Alemanha, por exemplo, o parlamento de Frankfurt, que exprime a unidade nacional, adopta um programa democrático. Na Hungria, Kossuth, que encarna a vontade de independência contra a dominação de Viena, proclama a república. Em Roma, o triunvirato institui uma democracia e, em Veneza, Daniel Manin luta simultaneamente pela independência de Veneza — subtraída ao jugo austríaco — e pela república.

O nacionalismo é ora unitário ora separatista, conforme as situações geográficas. Mas a distinção é secundária se a compararmos com a distinção fundamental entre as duas inspirações, tradicionalista ou democrática. Em 1848, os nacionalismos estão quase todos ligados à tradição democrática.

Estes movimentos fracassam rapidamente, na sua maior parte esmagados em 1849-1850, e é restaurada a Europa do Congresso de Viena, a Europa dos soberanos, de reacção policial e administrativa, embora por pouco tempo, pois chegará ao seu termo dez ou vinte anos mais tarde. É a terceira vaga, 1850-1870, a mais decisiva (pois as duas precedentes apenas obtiveram resultados menores), triunfando onde as duas primeiras tinham falhado. Esta terceira geração do movimento das nacionalidades distingue-se das precedentes por três traços principais.

O princípio das nacionalidades é desde então admitido como um princípio de direito internacional. É uma das regras da política francesa do II Império, um dos critérios para o reconhecimento dos governos: emancipação das nacionalidades submetidas, reunião dos fragmentos dispersos de uma mesma nacionalidade. É em virtude deste princípio que os principados danubianos subtraídos ao Império Otomano podem fundir-se. Napoleão III pensou aplicá-lo à Europa

escandinava, à Europa ibérica, e é também este o princípio que inspira na Argélia a sua política dita do reino árabe, que, assente na coexistência dos dois povos, de que ele é o soberano, reconhecia a existência de uma personalidade argelina.

Se estes movimentos se apoiam nos povos, fazem-no por vezes em detrimento da liberdade individual, o que representa a mutação mais profunda. Na Alemanha, para realizar autoritariamente a unidade, Bismarck apoia-se no povo contra os particularismos regionais. Como os movimentos nacionais se desviam da inspiração liberal da primeira metade do século XIX, produz-se em 1862 um cisma no Partido Liberal: a maioria dos liberais prussianos sacrificam a liberdade pela realização da unidade nacional e tomam o nome de nacionais-liberais. Entre as liberdades parlamentares e a unidade nacional, a maior parte dos liberais optam pela nação contra a liberdade, o que tem pesadas consequências para o futuro político da Alemanha.

Acredita-se menos na sublevação espontânea do povo, no impulso irresistível das massas, conta-se mais com os meios clássicos, a guerra estrangeira, a diplomacia tradicional, as alianças externas; é o abandono da mitologia romântica da insurreição, do povo em armas, da mobilização geral. Bismarck atinge os seus objectivos à custa de três guerras e graças a alianças externas contra a Áustria e a França. A unidade italiana, que fracassou ao ser ensaiada através da sublevação do povo italiano, é atingida no dia em que o Piemonte se alia à França ou à Alemanha de Bismarck.

Em 1870 o mapa da Europa está profundamente modificado. Surgiram novas potências no coração da Europa, nascidas da aspiração à independência e à unidade nacional.

No entanto, todos os problemas nacionais estão longe de ficar resolvidos, pois a Europa tem ainda no seu flanco chagas vivas, que são outros tantos germes de conflitos. Na Áustria, o dualismo adoptado em 1867, que é uma tentativa dos Austríacos para associarem a nacionalidade magiar à direcção do império, longe de resolver o problema das nacionalidades, fornece um alimento suplementar à reivindicação. Nem os Checos, nem os Croatas, nem os Transilvanos, concebem por que motivo se lhes recusa o que os Austríacos acabam de conceder aos Húngaros. A Rússia tem problemas da mesma natureza com as nacionalidades alógenas da periferia do império. O sentimento nacional polaco não está extinto, apesar do insucesso de duas revoluções, em 1830 e em 1863. Quanto ao Império Otomano, os problemas das nacionalidades são o seu pesadelo permanente. A questão do Oriente é suscitada pela existência de nacionalidades balcânicas, e as sucessivas etapas da solução encontrada constituem outras tantas fases da sua emancipação progressiva. A constituição da Bulgária numa nacionalidade autónoma, em 1878, as guerras balcânicas de 1912 e 1913, consumam a ruína do Império Otomano, reduzido, na Europa, à cidade de Constantinopla e aos seus arredores. A questão irlandesa reanima-se com o terrorismo. E as guerras que permitiram as unificações alemã e italiana, em 1860-1870, criaram novos pomos de discórdia, com a anexação da Alsácia e da Lorena pelo Império Alemão.

O irredentismo italiano reivindica o Trentino, Trieste, a Ístria, a costa dálmata, que faltam ainda à unidade italiana.

Nos finais do século XIX despontam rivalidades étnicas mais subtis. Nacionalidades do mesmo ramo étnico descobrem as suas afinidades, tomam consciência das solidariedades que as ligam e esboçam reagrupamentos em função dessas afinidades. É, no interior da dupla monarquia austro-húngara, a coligação dos Eslavos do Sul, depois a coligação dos Eslavos do Sul com os do Norte e, finalmente, a reaproximação entre todas as nacionalidades eslavas da Europa oriental e o grande irmão russo. Contra o pan-eslavismo desenha-se o bloco austro-alemão, que sonha realizar o programa do pangermanismo.

O confronto entre o pan-eslavismo e o pangermanismo é uma das componentes do conflito mundial e traz em si o germe da ruína das construções históricas, dos edifícios dinásticos do império dos Habsburgos. O movimento das nacionalidades triunfará, em 1918-1920, sobre o direito histórico.

Desde antes de 1914 que o movimento das nacionalidades ultrapassa o quadro da Europa: no interior do Império Otomano, um movimento de renovação nacionalista, animado pelos «Jovens Turcos», apodera-se do poder em 1908.

Nos últimos anos do período, a ideia nacional conhece um último avatar, mudando de conteúdo em certos países e invertendo as suas alianças. Desde o princípio do século XIX que o nacionalismo se situava preferencialmente à esquerda. A tendência dominante tinha sido, sucessivamente, liberal e democrática e, mesmo com Bismarck, não repudiava completamente a democracia. Também no império dos Habsburgos se exprime um nacionalismo de inspiração democrática, nomeadamente entre os «Jovens Checos». Mas noutros países o nacionalismo torna-se aliado dos conservadores. Esta evolução é produto de dois tipos de causas, entre as quais sobressaem, em primeiro lugar, os acontecimentos internacionais. É o caso da França, onde, após a derrota de 1871 e a amputação territorial, ao nacionalismo de 1848, expansivo e generoso, espontaneamente universalista e fraternal, sucede um nacionalismo de reclusão e de recolhimento, um nacionalismo ferido, amargo, martirizado, angustiado pelo sentimento da decadência e que desconfia do estrangeiro. Enquanto a revolução de 1848 estendia a mão aos patriotas italianos, proclamava a paz no mundo, o nacionalismo francês posterior a 1870, o que inspira o boulangismo, o pensamento de Maurras ou de Barrès, é um nacionalismo susceptível, facilmente xenófobo e exclusivo. Esta mutação prepara o deslizar do nacionalismo europeu para as teorias autoritárias e para o fascismo após 1918.

O socialismo, indirectamente, contribuiu muito para esta evolução do nacionalismo: as doutrinas e os movimentos definem-se tanto por oposição como positivamente. Assim, a seguir ao Congresso de Viena, se a ideia nacional, a causa dos patriotas, se solidariza com a ideia liberal, é em parte porque o Congresso de Viena se opôs a ambas e constituiu o inimigo comum. Ora, no fim do século XIX, com o nascimento de uma consciência de classe operária e a crescente difusão das ideias socialistas, o nacionalismo viu-se atirado mais para a direita.

O significado internacionalista do socialismo não é um acidente, mas deriva, bem pelo contrário, da sua doutrina e das suas estruturas. O socialismo define-se como internacional, contesta toda a legitimidade do fenómeno nacionalista. Como a nação, o nacionalismo apenas representa para ele os álibis do capitalismo, da dominação burguesa, de um estado de classe, o socialismo pretende lutar contra o nacionalismo, o militarismo, pois «a internacional será o género humano».

Em presença deste novo «parceiro», o sentimento nacional, que até então se dava bem com a democracia, muda de frente e desliza para a direita. Para combater o socialismo, desliga-se da democracia, combate todas as forças que lhe parecem extranacionais ou supranacionais, desenvolvendo a xenofobia e o anti-semitismo. Deste modo, o nacionalismo, sempre receptivo a todas as ideologias, volta-se para as doutrinas reaccionárias, contra-revolucionárias. Aparece como aliado do conservadorismo político e social.

A evolução não é tão acentuada em toda a parte. Não se faz sentir nas nacionalidades que lutam ainda pela sua independência. Mas nos países onde o sentimento nacional há muito ganhou a partida vê-se o nacionalismo ligar-se, em Inglaterra, com o Partido Conservador de Disraeli e Chamberlain. Em França, após o boulangismo e o caso Dreyfus, o nacionalismo é sinónimo de reacção política e social.

Sendo a direita nacionalista e a esquerda internacionalista, quando rebenta a guerra de 1914, o comportamento das forças internacionalistas nessa prova de força permanece uma das incógnitas da conjuntura.

Assim, se o sentimento e a ideia nacionais foram, no século XIX, uma força decisiva, um princípio de acção essencial contra os Estados opressores, estiveram também na origem da maior parte dos conflitos internacionais. Na verdade, o fenómeno nacional foi um agente determinante da transformação da Europa.

9
Religião e sociedade

9.1. A importância do fenómeno religioso

O fenómeno religioso, seja o que for que se pense das suas origens e do seu conteúdo, é um aspecto importante da vida das sociedades contemporâneas e que contribui para as especificar. Não se pretende analisar a questão da sua natureza e da sua realidade: a crença religiosa não será só o reflexo da pertença social; a expressão de uma solidariedade com uma certa ordem, ou terá ela uma existência autónoma, irredutível a outros fenómenos? Apesar das afirmações de certos sistemas filosóficos, a escolha entre estas duas respostas continua a decorrer de preferências pessoais e de convicções e não resulta de uma obser-

vação propriamente científica. Nada no exame das realidades positivas nos autoriza a optar por uma e não pela outra. Contentemo-nos então em registar a existência de um fenómeno religioso que teve e tem ainda um lugar importante na história das sociedades e manteve relações numerosas e diversas com as outras componentes da vida colectiva.

Com efeito, o que vai reter a nossa atenção não é a intimidade da consciência pessoal, o conteúdo da fé, mas o factor religioso, na medida em que extravase da vida privada, como fenómeno social. E fá-lo de mais de uma maneira e por diversas razões. Em primeiro lugar, a adesão a uma crença religiosa tem naturalmente efeitos sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade: é de molde a modificar a sua atitude, a inflectir o seu voto, a influir nas suas opiniões políticas ou sociais. Além disso, o fenómeno religioso comporta geralmente uma dimensão social: é vivido numa comunidade. A fé é ensinada, recebida, vivida, numa igreja. Exprime-se num culto celebrado publicamente. A religião suscita assim a existência de comunidades confessionais no interior da sociedade global e esta não pode ignorar o fenómeno religioso e desinteressar-se da presença das igrejas, tal como estas não podem ignorar que os seus fiéis pertencem também a uma nação e são cidadãos ou súbditos de um dado Estado. Há portanto necessariamente relações boas ou más, íntimas ou espaçadas, implícitas ou codificadas, entre as religiões organizadas e os poderes públicos.

Mas este aspecto — as relações das igrejas e do Estado —, que é geralmente o mais visível e o mais conhecido, se retém prioritariamente a atenção, não é o único em que as duas sociedades se articulam. É apenas o vértice de uma pirâmide de relações múltiplas que dizem respeito a muitos outros planos da realidade: movimentos de ideias, cultura, opinião pública, mentalidade, classes sociais. Por conseguinte, não é apenas a história propriamente política que apela à evocação do fenómeno religioso, mas toda a história das sociedades. Por outro lado, as relações sofreram importantes variações: mesmo a sua importância mudou consideravelmente. Sob o antigo regime na Europa, as duas sociedades, civil e eclesiástica, entrecruzavam-se tão intimamente que as suas relações afectavam todo o campo da existência social. Actualmente, para sociedades que se crêem secularizadas, estas relações terão ainda alguma importância? É em esboçar o sentido geral da evolução desde há cerca de duzentos anos que vamos ocupar-nos.

9.2. Cinco grandes acontecimentos históricos

Procedamos como de costume, fazendo o ponto da situação no princípio do século XIX. A situação religiosa da Europa no início da restauração é a resultante de vários grandes factos históricos que se sucederam desde o século XVI e tiveram um papel decisivo na modernidade do nosso mundo, rompendo com os modos de pensamento e de organização social da Idade Média. Esses factos são, sucessivamente, a Reforma, o movimento das ideias filosóficas e a Revolução Francesa.

A Reforma

A Reforma quebrou a unidade da cristandade medieval (a bem dizer, já razoavelmente abalada pela ruptura, quatro ou cinco séculos antes, entre Roma e Constantinopla) e retalhou o mapa religioso da Europa. É do século XVI que data o pluralismo religioso à escala do continente, mas não ainda no interior das unidades nacionais. Desenham-se desde então as grandes linhas do mapa confessional da Europa: a despeito das transformações ulteriores da geografia política e das evoluções intelectuais, a distribuição das crenças no território europeu não variou até aos nossos dias. As divisões estabilizaram-se nos primeiros decénios do século XVI. Distinguem-se desde então três Europas religiosas, que correspondem às três grandes confissões cristãs.

No Leste, a Europa *ortodoxa*, com a Rússia, a santa Rússia, a terceira Roma e a maior parte dos povos eslavos ou das populações balcãs: Sérvios, Búlgaros, Romenos, Gregos. Em parte devido à ruptura religiosa, esta vasta região da Europa viu-se separada do resto do continente. Para vários países o isolamento foi agravado pela conquista turca. As populações que viveram quatro ou cinco séculos sob o domínio otomano constituem quase um quarto da Europa, apesar da sua comunhão religiosa com as nações ortodoxas.

No Norte e Nordeste do continente, uma Europa *reformada*, de que fazem parte a Escandinávia luterana, as Ilhas Britânicas (com excepção da Irlanda, que mantém na extremidade uma ilhota de fidelidade ao catolicismo romano), onde a Inglaterra e a Escócia optaram por duas formas diferentes de protestantismo; as Províncias Unidas — é mesmo a causa da sua separação das províncias meridionais dos Países Baixos e da Espanha; uma boa parte das Alemanhas, dos cantões suíços e alguns núcleos na Polónia, na Hungria, em França.

Uma Europa *católica*, que permanece na obediência a Roma, que cobre, essencialmente, as partes meridionais do continente, a Península Ibérica (Espanha e Portugal), a Itália, a maior parte da França, as províncias meridionais dos antigos Países Baixos, certas regiões da Alemanha (Baviera, Renânia), a Áustria, a Boémia e, no Nordeste, a Polónia. Nas extremidades, a Irlanda e a Polónia emparelham, incrustadas em regiões quase totalmente aderentes ao cisma ortodoxo ou à heresia.

Há, assim, *três domínios confessionais* relativamente homogéneos, mas que apresentam, nas zonas de contacto, países divididos, como a Alemanha, repartida entre confissões rivais.

A Reforma teve ainda outra consequência: a coincidência entre confissão e pertença política. No tempo da cristandade medieval, a universalidade da Igreja e a unidade da fé eram acompanhadas por uma fragmentação territorial extrema e pela multiplicidade das unidades políticas. A partir do século XVI, a diversidade das crenças religiosas vem juntar-se à fragmentação política e consolida-a: com efeito, existe quase sempre identidade entre a pertença política e a adesão a uma igreja. A escolha entre catolicismo e reforma fez-se com frequência por iniciativa dos príncipes e a regra prevê que os súbditos sigam o soberano. A unidade

religiosa, desfeita à escala do continente, restabelece-se então no interior de cada unidade política, reinos ou principados. A coexistência entre duas confissões, à qual o Édito de Nantes (1598) dá um estatuto legal em França, representa mais uma excepção numa Europa onde se entende que a unidade política implica a unidade confessional. Assim, as diferenças religiosas vão contribuir para reforçar a coesão das novas unidades nacionais: o antipapismo reforça a unidade do povo inglês em torno do seu soberano. Visto que o fenómeno religioso é comum a todos os súbditos de um mesmo Estado e se distingue dos Estados vizinhos, torna-se um elemento constitutivo da consciência nacional. Nas nações privadas de Estado, a fidelidade religiosa será o repositório da personalidade nacional, e sabe-se o papel que a religião desempenhará no século XIX no despertar das nacionalidades submetidas ou divididas: na Bélgica, na Irlanda, na Polónia, nos Balcãs. O antagonismo entre as confissões alimentará as resistências dos particularismos locais ou provinciais aos movimentos unificadores: é por isso que a unidade alemã operada sob a égide de Bismarck revestirá um aspecto anticlerical com o *Kulturkampf*.

No entanto, a concordância entre a pertença política e a fé religiosa não é rigorosa em todos os países: algumas minorias persistem em recusar o credo oficial; a Europa conhece em vários pontos o problema da dissidência. Os esforços dos soberanos para a reduzir são geralmente vãos, pois a política revela-se impotente diante da resistência da consciência individual. As minorias confessionais destroem pela sua mera existência as pretensões do Estado de impor a todos um credo oficial. Exausto, acaba por tolerar a coexistência de dissidentes com a igreja estabelecida.

O movimento das ideias

Mas uma reivindicação mais radical aparece com o movimento das ideias: já não a tolerância envergonhada, mas o reconhecimento público da liberdade religiosa e da igualdade de todos os cultos perante a lei. O que implica um abrandamento dos laços tradicionais entre o Estado e a igreja oficial. Mesmo que as suas consequências se identifiquem em mais de um ponto com as da Reforma, o movimento das ideias nos séculos XVII e XVIII procede de um estado de espírito fundamentalmente diferente. A Reforma obedecia a uma inspiração religiosa, exprimia uma vontade de retorno ao essencial, de purificação e de aprofundamento; o movimento filosófico é um protesto da razão e afirma a sua pretensão a regular toda a existência humana. Era portanto inevitável que entrasse em conflito com as igrejas e contestasse a autoridade de que elas se tinham arrogado sobre a inteligência do homem, assim como sobre o poder político. Não é necessariamente anti-religioso, nem em toda a parte anticristão, mas rejeita a tutela da religião e procura subtrair-lhe tudo o que ela submeteu: afirma o direito de a razão tudo examinar contra o método de autoridade, reivindica a autonomia da sociedade civil e transporta, pois, em embrião a laicização do Estado, a secularização da sociedade, a separação das duas ordens, religiosa e profana.

A revolução e as suas consequências

É a Revolução Francesa que transcreve, pela primeira vez, no direito e na prática, as reivindicações do espírito filosófico. A assistência torna-se uma instituição pública. A conservação do registo civil é retirada ao clero para ser confiada às municipalidades. As minorias religiosas, protestantes e judeus, recebem a igualdade de direitos civis e políticos e são levantadas as discriminações que as atingiam. Mas as assembleias revolucionárias não levam esta transformação até ao fim: a nossa noção moderna de laicismo é-lhes totalmente estranha. Os revolucionários não imaginam que uma nação possa dispensar uma religião comum. Na impossibilidade de «revolucionar» a antiga religião católica, criar-se-á uma religião revolucionária. O malogro de todas as tentativas para substituir o catolicismo por cultos novos levará os poderes públicos a entenderem-se com a Igreja. Uma única inovação: o reconhecimento da liberdade de crer ou não crer, a igualdade concedida às outras confissões materializada pelos artigos orgânicos (1802). É no decurso do século XIX que recomeça o movimento para separar totalmente as duas sociedades. A ruptura em França só se consumará em 1905, após um século de querelas, pela aprovação da separação das igrejas e do Estado num clima de guerra religiosa, que é um legado da revolução.

Quer o conflito declarado entre o espírito da revolução e a Igreja católica não passe de um acidente resultante de um lamentável mal-entendido, quer seja a consequência lógica e inelutável de uma incompatibilidade irredutível entre os princípios de 1789 e a fé cristã, o certo — e é o que importa para o que se segue — é que o catolicismo se viu atirado a partir de 1790 para o campo da contra-revolução e os herdeiros da revolução não pensam poder preservar e consolidar as conquistas de 1789 sem desarmar a Igreja. Por isso, a laicização do Estado e a secularização da sociedade, que poderiam ter-se efectuado de comum acordo pela transferência gradual de certas atribuições, realizaram-se, pelo contrário, numa atmosfera de guerra religiosa. Medidas que poderiam ter tido somente um cariz técnico foram carregadas de uma significação ideológica e mobilizaram paixões adversas.

Que as coisas tivessem podido passar-se de outro modo, sugere-o o processo seguido pelos países que não foram directamente atingidos pelos acontecimentos revolucionários, como os Estados Unidos, onde a separação entre os poderes públicos e as igrejas não foi acompanhada por qualquer violência. É verdade que se trata de uma sociedade dominada pela Reforma. Ora, nos países predominantemente protestantes as questões religiosas nunca tomaram o cunho apaixonado que conheceram nos países católicos: por um lado, porque o anticlericalismo não tem aí as mesmas razões de ser: não se encontra em presença de um clero organizado de uma forma tão hierarquizada e sobretudo dependente de uma autoridade universal; por outro lado, porque o espírito da Reforma coabita mais facilmente com a liberdade de consciência. Sobretudo no século XIX, quando tendências ditas liberais tendem a prevalecer nas igrejas protestantes, enquanto o catolicismo romano segue a evolução contrária.

Talvez por reacção contra o perigo revolucionário que reaviva as inclinações autoritárias, a verdade é que a revolução interna do catolicismo, caracterizada pelo progresso do ultramontanismo, ao mesmo tempo como doutrina e como organização, o reforço da centralização romana, a afirmação de soberania absoluta do papa, acentua mais ainda a oposição entre o espírito do século e a fé tradicional. Daí que a resolução das questões jurídicas e diplomáticas colocadas pela coexistência das duas sociedades se tenha feito sob o império das paixões e das ideologias. As tentativas de reaproximação entre a Igreja e o mundo moderno, os esforços para dissipar o mal-entendido ou para reconciliar os adversários, saldam-se quase todos por fracassos, que reforçam ambas as partes na sua intransigência. A Igreja condena sem apelo nem atenuante os erros do mundo moderno, e o que se concebe ou se realiza de novo em quase todos os domínios é-se levado a fazê-lo fora de toda a influência religiosa ou até deliberadamente em oposição a ela: sistemas filosóficos, teorias científicas, regimes políticos, forças sociais, instituições de toda a espécie. O divórcio parece, na segunda metade do século XIX, absoluto e irrevogável entre dois universos, duas sociedades, duas mentalidades. A Igreja católica representa o passado, a tradição, a autoridade, o dogma, a coacção. A razão, a liberdade, o progresso, a ciência, o futuro, a justiça, estão no campo oposto. A vitória deste passa, portanto, pela derrota das forças conservadoras e reaccionárias, indissoluvelmente associadas à religião. Daí que a sua separação tenha tomado a forma de uma guerra inexplicável, cujas peripécias cindiram a história política dos países católicos europeus: França, Itália, Bélgica, Espanha, etc.

A descristianização

Um outro fenómeno contribuiu consideravelmente para restringir a influência do factor religioso e enfraquecer a autoridade das igrejas, mas não deve ser confundido com a querela religiosa nem com a secularização da sociedade civil, mesmo que os seus efeitos se lhes tenham adicionado. Trata-se da descristianização. Isto não é, de modo algum, a mesma coisa: a laicização do Estado visava apenas afrouxar ou romper os laços oficiais, jurídicos ou institucionais, que uniam o poder público à Igreja. Não emitia juízos sobre os sentimentos pessoais e as crenças dos indivíduos: as posições tomadas pelos políticos nos conflitos entre igrejas e Estado não eram de modo algum determinadas pelas suas opiniões sobre a existência de Deus ou a divindade de Cristo. Aquilo a que se chama descristianização, pelo contrário, tem a ver com as crenças íntimas e os comportamentos pessoais. Ela exprime o facto de que, ao cabo de uma centena de anos nas sociedades modernas, massas humanas cada vez mais numerosas parecem desinteressar-se de qualquer crença religiosa. Deixam de frequentar os lugares de culto, afastam-se dos sacramentos, negligenciam as obrigações cultuais. A regressão da prática religiosa é o indício de um desinteresse crescente pelas igrejas e pela religião. Diferentemente do estado de espírito que tinha presidido à laicização no princípio do século XIX e que se definia por

uma hostilidade militante, a descristianização mais não exprime do que desinteresse e indiferença.

É certo que, por ser diferente pela sua natureza da secularização de combate, a descristianização não está dela historicamente dissociada por completo. A política anticlerical dos governos de esquerda, a legislação anti-religiosa, as medidas de excepção tomadas contra a Igreja e as suas instituições, contribuíram seguramente para desviar certas camadas da população dos seus hábitos religiosos. Do mesmo modo, o manifesto desacordo entre as aspirações do tempo e as posições das autoridades religiosas foi responsável pelo afastamento de muitos que, intimados a optar entre a fidelidade à religião tradicional e a esperança de construir um mundo mais livre ou mais justo, escolheram a democracia ou o socialismo, a ciência ou a fraternidade humana. Contudo, assim como a descristianização das massas não se reduz à laicização das instituições públicas, as suas causas não se limitam à guerra que travaram no século XIX os dois campos inimigos. O desinteresse foi reforçado ou precipitado por outros factores, cujo inventário é indispensável à compreensão do fenómeno. Sem contar que são úteis para o esclarecimento dos processos de mudança social.

A descristianização é, em larga medida, a tradução de um desfasamento no tempo. Sanciona em particular a lentidão das instituições eclesiásticas em compreenderem o seu tempo e as questões que este lhes dirige. Este desfasamento é particularmente sensível em dois campos. Em primeiro lugar, no tocante aos movimentos intelectuais: o clero não estudou nem avaliou no seu justo valor as ideias novas, teorias e sistemas. Por conseguinte, as suas respostas eram inadequadas, a sua apologética obsoleta, o seu ensino anacrónico. Em segundo lugar, no que diz respeito aos factos sociais, que as igrejas levaram também muito tempo a reconhecer e a compreender. Assim, quando se afirma que a classe operária tinha sido descristianizada, a expressão é imprópria e denuncia um erro histórico. De facto, implicaria que, anteriormente, a classe operária tivesse sido cristã e que a Igreja a tivesse pouco a pouco deixado afastar-se. Ora, esta classe é uma realidade social nova que nunca tinha sido, obviamente, visto que não existia como tal, evangelizada. É, portanto, mais conforme à realidade das evoluções dizer que as igrejas não repararam no seu aparecimento, que só se aperceberam tardiamente da sua presença e dos seus problemas. Quase sempre demasiado tarde para poderem ainda fazer-se escutar. Entretanto, esta nova classe adquirira os seus hábitos, dirigira-se a outras filosofias para obter resposta às suas questões e para buscar nelas a inspiração da sua acção colectiva. Por não terem percebido a novidade do fenómeno e reconhecido a importância da nova classe, as igrejas negligenciaram a sua evangelização: a construção de igrejas ou templos, a criação de paróquias, a constituição de um clero, sofreram um atraso de uma ou várias gerações: nesse período, as crianças tinham crescido sem instrução religiosa, os adultos, afastados dos lugares de culto, impedidos pela ausência de folga dominical, tinham abandonado a prática do culto. É, assim, devido a um jogo de consequências indirectas que o trabalho industrial, a fábrica ou a manufactura, a cidade, tiveram efeitos negativos sobre a fidelidade religiosa

das populações urbanas. Não como o imaginavam muitas vezes, e sem razão, os homens da Igreja, porque a indústria fosse em si incompatível com a religião ou que a cidade fosse mais imoral do que o campo, mas porque as realidades concretas modelam os comportamentos e afeiçoam as mentalidades.

A mutação social que correspondeu à industrialização e à urbanização levou à desintegração dos quadros tradicionais nos quais a prática religiosa se inserira durante séculos e à ruptura dos hábitos colectivos que sustentavam a vida religiosa. Havia na fidelidade maciça à religião e na observância das disciplinas eclesiásticas pela maior parte dos crentes uma componente considerável de conformidade aos usos e de submissão às regras do grupo social. O deslocamento do grupo e o questionar dos seus hábitos não podiam deixar de ter consequências sobre a religião colectiva. É neste sentido que a secularização alimentou a descristianização e que dois fenómenos, que é legítimo distinguir devido à sua diferença de natureza, tiveram, apesar disto, efeitos recíprocos. É esta transformação profunda das relações entre pertença religiosa e sociedade que se expressa quando se diz que as nossas sociedades passaram de uma situação de cristandade para um estado de diáspora. Por outras palavras, a fé passou no mesmo período de uma era de conformidade para uma era de interioridade.

Falando sempre de descristianização, arriscar-nos-íamos a esquecer que o recuo da vida religiosa não é exclusivo do cristianismo. As mesmas causas, desagregação das civilizações tradicionais, êxodo rural, urbanização galopante, industrialização, progresso da instrução, difusão das técnicas, produzem efeitos semelhantes em todos os continentes. Poder-se-ia falar também de «desislamização» nos países muçulmanos em contacto com a civilização ocidental, tanto mais que os factores de novidade e de mudança, em vez de, como na Europa, serem produzidos localmente, são importados do exterior. Conviria interrogarmo-nos também sobre o estado das crenças religiosas nas Índias, indagar qual terá sido a sua evolução no Japão, ao confrontar-se com a civilização mais moderna que existe. O fenómeno afecta, sem dúvida, em proporções variáveis, em ritmos desiguais e com modalidades específicas todas as religiões.

A persistência do fenómeno religioso

Quer isto dizer que o desaparecimento de toda a crença religiosa, que a abolição universal do sentimento religioso, são o fim inevitável da evolução cujos sintomas foram por nós assinalados? O ateísmo generalizado será o resultado natural, lógico e irreversível da secularização da sociedade, da laicização do poder e da indiferença dos indivíduos pela questão religiosa? É esta a perspectiva desenhada por certos sistemas filosóficos e políticos. Assim, o marxismo anuncia o desaparecimento das religiões à medida que a supressão da propriedade — ao pôr fim à alienação e ao realizar a sociedade sem classes — suprime a sua razão de ser. Neste aspecto, o historiador, que apenas pode reflectir a partir do que observa, não pode deixar de verificar que, por agora, esta

antecipação não passa de um acto de fé. A realidade é mais complexa e comporta simultaneamente evoluções em sentidos diferentes.

Se o fenómeno religioso deixou de ser em muitas sociedades a expressão comum (e esse não é o caso das sociedades muçulmanas, onde a referência ao islão é a expressão do sentimento nacional), se o pluralismo de crenças se tornou o direito e o facto, se as ligações entre religião e política afrouxaram, o fenómeno religioso não desapareceu. Longe disso: demonstra mesmo uma persistência surpreendente em países que tentaram asfixiá-lo e, na União Soviética e nas democracias populares, manifesta uma capacidade para perdurar e resistir que não autoriza que seja considerado uma simples sobrevivência votada a estiolar a breve prazo. Na Polónia, em trinta anos de poder absoluto do comunismo, a Igreja católica manteve-se uma força, a única, com a qual o partido teve de entender-se. Viu-se recentemente na Irlanda a diferença e o antagonismo das confissões reacenderem uma guerra de religião que se julgava definitivamente extinta. O despertar do mundo árabe foi também um despertar religioso. O budismo desempenha no Extremo Oriente — por exemplo, no Vietname ou no Camboja — um papel político que não é negligenciável. No Japão, o Sokhagaya é tanto uma força política como uma seita. Poderíamos alongar indefinidamente o rol dos exemplos que demonstram que não só o *fenómeno religioso* não disse a sua última palavra, mas que *conserva uma importância social* e continua a ter um papel no devir das sociedades políticas. Poder-se-ia mesmo perguntar, perante certos sinais, se ele não está em vias de ocupar no campo da consciência colectiva um lugar mais amplo do que outrora, como o prova o sucesso da informação religiosa, o lugar que lhe é dado pela informação geral, que parecem ser indícios claros de um interesse e curiosidade crescentes em relação a este tipo de factos.

Desde há alguns anos que uma grande mudança afecta as relações da religião e da política, pelo menos nos países onde o cristianismo é a religião dominante ou tradicional: o sinal que caracterizava estas relações desde a revolução como que se inverteu. Recordámos como o conflito entre a Revolução Francesa e o catolicismo romano os colocara em dois campos opostos e como esta ruptura tinha seguidamente comandado os sistemas de alianças, a ponto de parecer evidente aos olhos de qualquer espírito com bom senso do século XIX que a religião era o aliado natural da ordem e da reacção. Ora, para o catolicismo, a evolução de que o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi o símbolo e a conclusão revelou subitamente que as coisas não estavam escritas e adquiridas de uma vez por todas. Em numerosos países, os cristãos, ou uma parte deles, desempenham um papel condutor da mudança, ora pacífica, ora violenta, quando necessário, das estruturas sociais e políticas. Esta inversão de alianças sublinha a ambivalência do fenómeno religioso, que, no século passado, houve demasiada pressa, a partir de uma experiência limitada no tempo e no espaço — a simbiose entre o ultramontanismo romano e a contra-revolução —, em identificar com a simples estabilidade e as forças conservadoras. Numa perspectiva histórica a longo prazo, a afirmação das virtualidades «progressivas» do cristianismo, a aliança reforçada entre religião e vontade de mudança, significam que se virou a página

do capítulo inaugurado pela revolução e que as suas consequências se apagaram ao cabo de um século e meio. Para uma visão ainda mais ampla, é o período aberto pela Reforma que se encerra e, com ele, são quatro séculos de história religiosa e política da Europa que caem — definitivamente? — no passado.

10

As relações entre a Europa e o mundo

Se até este momento se falou exclusivamente do continente europeu, isso está de acordo com as vias tomadas pelo desenvolvimento histórico no século XIX. Dois aspectos concorrem para justificar que a nossa atenção incida prioritariamente sobre os acontecimentos que se desenrolam na Europa. Por um lado, é na Europa que se realizam as transformações mais decisivas, as que mudam a sociedade, que modificam a existência. É também na Europa que nascem as grandes correntes de ideias, que surge a revolução técnica, a transformação económica, a experiência política, que são outras tantas forças novas. O ritmo da história é aqui mais rápido do que nos demais continentes, que, em comparação, parecem imóveis e como que adormecidos no respeito por tradições milenárias. A sua história quase não se renova; a da Europa, pelo contrário, desenrola-se sob o signo da novidade.

Por outro lado, o que se passa na Europa repercurte-se no mundo inteiro. O inverso não é verdadeiro, pelo menos no século XIX. Aliás, falando da Europa, somos levados a falar indirectamente dos outros continentes, na medida em que os acontecimentos da Europa tiveram repercussões em África ou na América, onde a influência da sua história não se confina aos limites do continente, mas transborda-os de longe até cobrir quase a universalidade do Globo. A Europa, no século XIX, não está isolada, estende a sua acção ao mundo inteiro.

Este é um facto capital ao qual convém voltar para lhe medir o alcance e decifrar-lhe o significado.

O estudo das relações entre a Europa e o resto do mundo distribuir-se-á por três partes: a primeira analisará as causas deste fenómeno; a segunda, a mais importante, arrolará as formas tomadas pelas relações entre a Europa e os outros continentes; a terceira esboçará um balanço, nas vésperas de 1914, destas mudanças, da circulação de homens, de ideias, de produtos, que teceram entre a Europa e os outros continentes laços cada vez mais estreitos.

10.1. A iniciativa europeia e as suas causas

O facto de a acção da Europa não se limitar às suas fronteiras, de a sua influência ultrapassar largamente os seus limites geográficos, de se lançar ao encontro do mundo, tomando a iniciativa de estabelecer relações duráveis entre os diversos continentes, constitui um fenómeno relativamente singular.

Com efeito, se hoje esta orientação pode parecer-nos natural, descobre-se, ao examiná-la, que nenhuma necessidade, nenhuma fatalidade, predestinavam a Europa a tomar a iniciativa das relações com o resto do mundo: muito pelo contrário, múltiplos factores teriam podido jogar em sentido inverso. Vindo depois da Ásia, da África e da América, a Europa estava longe de ser o continente mais vasto. Tão-pouco era o mais populoso, visto que, por volta de 1750, metade da humanidade vivia na Ásia. A avaliar pelo peso das massas humanas, era da Ásia que poderiam ter partido as grandes correntes migratórias. A Europa nem sequer tinha a seu favor o facto de ter a civilização mais antiga. A China, a Índia, o Egipto, tinham civilizações anteriores. Tudo — superfície, população, história — parece, portanto, jogar contra a Europa.

Na realidade, se se recuar bastante no passado, descobre-se que foi assim que as coisas se passaram no princípio. As invasões vieram da Ásia. Da antiguidade ao fim do Império Romano e à Idade Média, a Europa foi periodicamente assolada por vagas de invasores, alguns dos quais retrocederam e outros fixaram-se, dando origem a nações que são hoje europeias.

Só nos tempos modernos as correntes se invertem. Desde o século XVI, o fenómeno das invasões da Europa não volta a repetir-se. A última é a dos Otomanos, nos meados do século XV, quando os Turcos irromperam na Europa. A sua expansão prolonga-se, através do impulso adquirido, durante perto de dois séculos, e o seu refluxo data da derrota que sofreram frente às muralhas de Viena, em 1683. É este o limite extremo. A força viva do Império Otomano foi enfraquecendo enquanto a Europa se lançara já na descoberta e conquista dos outros continentes.

Esta invocação histórica confirma que a expansão da Europa é limitada no tempo: ela cabe em alguns séculos.

Sem que se encontre explicação plenamente satisfatória para esta invasão das correntes, entrevêem-se determinados factores, alguns dos quais nos são familiares, porque os estudamos noutras perspectivas.

O factor inicial é fenómeno de mentalidade, de ordem psicológica, intelectual ou espiritual, uma disposição de espírito, o desejo, a paixão de saber, uma forma de inteligência científica, a curiosidade que a Europa ocidental herdou da ciência grega e aplica ao conhecimento do mundo, mas também o gosto pela aventura, o desejo de mudança, a ideia de que as coisas não são imutáveis. Tudo isto está na origem de um dinamismo, de uma vontade de transformação, que se exercerá tanto na ordem dos regimes políticos e da organização do poder como na dos segredos da Natureza, da ciência e da técnica. Sem esta disponibilidade de espírito, os Europeus jamais teriam pensado sair do seu território.

Mas estas faculdades só puderam desenvolver todas as suas consequências porque os Europeus dispunham de outros trunfos que lhes conferiram uma superioridade sobre os outros continentes. Esta verificação não implica qualquer

juízo de valor; a superioridade é factual, exprime o avanço cronológico da Europa.

Esta superioridade é dupla. É antes de mais técnica, e este é o aspecto no qual se pensa em primeiro lugar, por vezes mesmo o único em que se pensa. Esta superioridade técnica é a consequência natural do exercício de um pensamento científico que acredita na inteligibilidade da ordem natural, que postula a conformidade entre o movimento da razão e as leis da Natureza e que, pouco a pouco, descobre os seus segredos, reconstrói o sistema da Natureza e deduz das suas leis científicas as aplicações práticas das quais deriva a gama das invenções, o controle das forças, da energia que se aplica ao armamento, à navegação, às vias de comunicação, tudo o que vai facilitar a penetração nos outros continentes. A superioridade dos Europeus não tem a ver somente com uma maior potência de fogo, uma capacidade de transporte superior, um melhor conhecimento dos ventos, das correntes, da utilização da bússola. Há uma outra superioridade sem a qual o avanço técnico não teria podido construir impérios que duraram séculos: a superioridade na arte de governar, na ciência do comando, nas relações entre os homens. A Europa foi a primeira a saber administrar grandes aglomerados humanos. Esta superioridade manifestou-se através dos códigos, das instituições políticas, dos corpos profissionais com as suas tradições, dos técnicos competentes, da organização do crédito, tudo aquilo que vai assegurar a perenidade das suas conquistas e sem o que os impérios coloniais da Europa não teriam durado muito mais do que os dos invasores vindos da Ásia central. O império de Tamerlão não lhe sobreviveu, mas os impérios coloniais da Europa mantiveram-se depois dos conquistadores. O império espanhol e o império português duraram três séculos, porque a superioridade da organização e do engenho ocupou o lugar da superioridade militar.

Finalmente, a própria força das ideias que a Europa levava consigo, o prestígio da sua civilização, o desejo de imitação que suscitou junto das elites dos países colonizados, tudo isso assegurou a influência duradoura e prolongada da Europa, mesmo por vezes para além da sua presença e do seu domínio.

A superioridade de facto e a anterioridade no tempo têm como consequência — e este é talvez o fenómeno mais importante da história do mundo moderno — que as relações entre a Europa e os outros continentes se estabeleceram numa base de desigualdade. Tomando a Europa a iniciativa, os outros continentes apenas podiam escolher entre repeli-la ou submeter-se-lhe. A Europa vai reforçar a sua superioridade de facto através de uma superioridade de direito, de poder e de organização. Sendo a desigualdade de facto e a desigualdade de direito inseparáveis, a desigualdade de direito vem consagrar e cristalizar a dissemetria inicial entre a Europa e os outros continentes. Elas modelaram as relações intercontinentais, desde os alvores dos tempos modernos até ao fim da colonização, isto é, até à actualidade, quatro ou cinco séculos depois.

10.2. A colonização

Se as relações entre a Europa e os outros continentes tomaram várias formas, as relações que se teceram nos planos político, económico, intelectual e cultural tiveram como ponto comum a desigualdade.

A desigualdade, fundamento da dominação colonial

A forma mais difundida e também a mais estruturada das relações entre os continentes é a dominação colonial, cujo carácter distintivo é precisamente a desigualdade fundamental e permanente entre metrópoles e colónias.

A desigualdade afecta todos os planos e, em primeiro lugar, as relações políticas. Eis por que o termo *colónia* deveria ser substituído pelo seu sinónimo *dependência,* que sublinha bem a relação desigual entre os territórios ultramarinos e as metrópoles de que dependem.

Falar de desigualdade política é, na verdade, um eufemismo, visto que ela implica que haja dois parceiros, quando de facto não se reconhece à colónia existência política, considerada um simples objecto de acção e de decisão política, sem que participe nas decisões que lhe dizem respeito e que são tomadas longe dela, nas capitais dos impérios.

A colónia não tem liberdade nem soberania, pois esta pertence integralmente à metrópole. Não tem sequer personalidade reconhecida, o que a distingue do protectorado.

O protectorado comporta o reconhecimento parcial de uma singularidade que impede que seja confundido com a metrópole. De facto, existem graus de dependência, e o protectorado conhece uma dependência atenuada. No regime do protectorado praticado pela França e pela Grã-Bretanha subsiste a ficção de um Estado. Aplicando-se geralmente aos países que constituíam unidades políticas que haviam mantido relações internacionais, o protectorado leva em conta esse passado, respeita a unidade política. Na maior parte dos casos, mantém ou mesmo reforça a autoridade da dinastia e consolida a unidade nacional. É um efeito inesperado, mas incontestável, da presença colonial. Assim, quando os Franceses se estabelecem em Marrocos e obtêm da Europa carta branca para actuarem no reino xerifino, a autoridade do sultão é contestada e mais de metade de Marrocos escapa à sua autoridade. Distingue-se então o Marrocos lealista do Marrocos rebelde. Passado um quarto de século, a presença francesa acabou por estender a autoridade dinástica à totalidade do território de Marrocos, desde o Tratado de Fez, assinado em 1912, até ao fim da pacificação, em 1935. A futura nação foi assim prefigurada no interior do protectorado. O mesmo aconteceu na Indochina, onde o regime do protectorado se aplicava ao Laos, ao Camboja e ao Aname. Forma atenuada de colonização, o protectorado não é a mais difundida. A par da colónia e do protectorado, é possível considerar ainda como uma modalidade distinta o estatuto dos Estados cuja soberania subsiste ficticiamente e cuja independência é normalmente respeitada, mas aos quais a Europa impõe

condições discriminatórias, como é o caso da China, com a assinatura dos tratados que se designam justamente por tratados desiguais. Expressão singular, pois um tratado implica a ideia de uma negociação bilateral: mesmo entre um Estado poderoso e uma pequena nação, a convenção supõe que ambos negoceiem em pé de igualdade. Os tratados desiguais estipulam, ao invés, a desigualdade entre os dois contratantes, devendo a China conceder à Europa e aos Estados Unidos vantagens sem contrapartida e subscrever obrigações sem reciprocidade.

A desigualdade não é somente política, mas estende-se ainda ao estatuto das pessoas, aos seus direitos civis, e não só políticos. No regime colonial, as populações autóctones estão sujeitas a um regime jurídico diferente do dos cidadãos da metrópole. Assim, mesmo que a colonização tenha como consequência melhorar as condições materiais, elevar o nível de vida, corrigir um certo número de injustiças — por exemplo, suprimir a escravatura —, mantém uma desigualdade de direito entre os indivíduos, aplica duas leis, dois direitos. Nas colónias francesas, estas leis estão consignadas no código do indigenato (o termo indica claramente que se trata de um estatuto reservado aos indígenas). É-lhes aplicado um estatuto nitidamente inferior ao dos colonos franceses e são submetidos a um regime administrativo mais rigoroso. Não podem fazer-se valer das liberdades reconhecidas pela lei francesa: assim se passa, até à Segunda Guerra Mundial, com os direitos sindicais, reconhecidos em França desde 1884. O que é lícito em França é tido no ultramar como delito sancionado pelos tribunais com penas de prisão ou com multas.

Aliás, não são respeitados alguns dos princípios que o Ocidente considera fundamentais desde o século XVIII numa sociedade política, como, por exemplo, o princípio da separação dos poderes. É assim que o código do indigenato permite aos administradores serem ao mesmo tempo juízes e partes interessadas, uma vez que podem citar no seu próprio tribunal aqueles que tenham cometido qualquer infracção a decisões administrativas e, portanto, exercer poderes disciplinares. É a confusão entre poder administrativo e poder judicial.

O mesmo acontece no tocante ao trabalho. Embora a Europa tenha abolido o regime da corveia, mantém-no sob o nome de trabalho forçado nas colónias, que deverão aguardar por 1946 para o verem desaparecer.

A desigualdade económica

Estando a Europa incontestavelmente avançada em relação aos outros continentes no domínio económico, não pode deixar de encontrar sistemas económicos que estão em desvantagem em relação a ela. Não foi, pois, a Europa que criou a desigualdade económica. Todavia, se por vezes a corrige, outras é ela que a mantém. As remunerações e os salários são, nas colónias, muito inferiores ao seu nível nas metrópoles, e, mesmo que isso não resulte de uma política deliberada, as populações das colónias, devido à livre interacção dos factores económicos, beneficiam apenas de uma parte reduzida do lucro obtido na exploração dos seus recursos naturais. Com efeito, como estes povos não têm capitais, isso significa que eles vêm das metrópoles e que os rendimentos são para elas encaminhados. Este movimento de retorno pode tomar uma grande amplitude: é aquilo a que, no caso da Índia, se chama o *drain*, movimento que desapossa o país de uma parte do produto do próprio trabalho.

Esta desigualdade económica estende-se a territórios que não são colónias políticas, como é o caso da América Latina no século XIX. Depois da sua emancipação da Espanha ou de Portugal, a maior parte dos países caem na dependência económica da Europa. (É somente depois da Primeira Grande Guerra que os Estados Unidos tomam o lugar da França, da Alemanha e da Inglaterra.) Antes de 1914 foi a Europa ocidental que investiu na Argentina, no Brasil, e foi ela que obteve os principais lucros das exploração dos recursos do continente. Assim, pode dizer-se que — bandeira à parte — a Argentina é, antes de 1914, uma colónia britânica. A Rússia czarista também é, economicamente, uma dependência dos capitais europeus, com os capitais franceses, belgas, alemães, investidos nas minas do Donetz, nas fábricas metalúrgicas ou têxteis de Sampetersburgo e da região de Moscovo. São os capitalistas europeus que dispõem e decidem dos investimentos e da redistribuição dos rendimentos.

Quando se trata de colónias propriamente ditas, a dependência e a desigualdade económicas tomam um carácter mais acentuado, com o regime do pacto colonial, segundo o qual as metrópoles dispõem do monopólio do mercado e do transporte com o monopólio do pavilhão, com excepção da Inglaterra, que abole o Acto de Navegação em 1849. Mas a Inglaterra é um caso especial: pode permitir-se, dado o seu avanço económico, a sua superioridade técnica e a vastidão do seu império, jogar o jogo do liberalismo. Ganha sempre.

A desigualdade cultural

Por fim, é necessário juntar a desigualdade cultural às desigualdades económica e política. É a Europa que transporta a sua civilização, inculca as suas ideias e impõe os seus valores, com o seu sistema de ensino. O recíproco não existe, pois a Europa nada toma das civilizações extra-europeias.

Eis o que faz a especificidade do facto colonial, em cujas bases se estabeleceram primeiro e consolidaram e organizaram depois, num sistema coerente e duradouro, as relações entre a Europa e os outros continentes. Foi este o sistema que, durante quatro séculos, regulou as relações internacionais, com excepção das relações intereuropeias.

10.3. As etapas da conquista do mundo

Reconstitui-se de forma muitas vezes arbitrária a expansão europeia como uma progressão contínua. Ora, um estudo atento às vicissitudes cronológicas mostra que ela sofreu os mais diversos incidentes, conheceu todo o tipo de etapas e não se processou através de um desenvolvimento linear.

A situação em 1815

No momento do restabelecimento da paz, quando os plenipotenciários se reúnem em Viena para darem um novo rosto à Europa, as relações entre ela e os outros continentes traduzem no conjunto um movimento de recuo da Europa.

Em 1815 a França perdeu quase todas as suas possessões coloniais: em 1803 cedeu aos Estados Unidos a Luisiana, que acabava de lhe ser entregue pela Espanha, e a Grã-Bretanha arrebatou-lhe graças à guerra e ao bloqueio quase todas as suas possessões coloniais. A França recupera, no Senegal, a ilhota de Goreia, situada defronte da futura localização de Dacar, Saint-Louis, Rufisque, que, com a Guiana, algumas Antilhas, as cinco feitorias nas Índias, Saint-Pierre-et-Miquelon, constituem tudo o que subsiste dos impérios coloniais que a França edificara entre os séculos XVI e XVIII, com Francisco I, Richelieu, Colbert, Dupleix. Não lhe restam, portanto, mais do que alguns vestígios cuja superfície total é irrisória.

A ocupação dos Países Baixos e da Espanha pelos exércitos franceses salda-se para os dois países pela perda de uma parte do seu império. Solidários à força com o grande império, viram a Grã-Bretanha atacar as suas dependências coloniais. Seguindo o exemplo das colónias inglesas que se emancipam da tutela, as colónias espanholas e portuguesas conquistam a liberdade e libertam-se todas entre 1810 e 1825*. Por conseguinte, a Europa — a Europa continental, a Europa terrestre — conserva apenas restos de impérios.

De facto, isto só é válido para a Europa continental. Para a Grã-Bretanha, o saldo é inverso. Se bem que tenha perdido, em 1783, treze das suas colónias na América do Norte, ampliou e consolidou as suas posições. Expulsou os seus rivais e apropriou-se dos seus despojos: a colónia do Cabo, a ilha de Ceilão, tomadas aos Holandeses entre 1805 e 1815. Ela é, portanto, em 1815, a única grande potência colonial. Mas este império só comporta posições marginais, na orla dos continentes, possessões litorais ou insulares, e nenhum grande território continental, com excepção da Índia; mas em 1815 ainda falta muito para que toda a Índia esteja submetida ao domínio britânico.

Um segundo factor contraria a expansão colonial e parece mesmo adiar indefinidamente o momento em que ela poderá recomeçar: o estado de espírito da opinião pública europeia, que crê que o tempo da conquista colonial pertence ao passado. Os reveses da Inglaterra nos Estados Unidos, da Espanha e de Portugal mais recentemente, dão crédito à ideia de que as colónias mais cedo ou mais tarde enveredarão pelo caminho da secessão. Nestas condições, será necessário empreender conquistas onerosas e sangrentas? Nos anos de 1815-1840 são muitos aqueles que escrevem sobre temas que poderiam considerar-se precursores do cartierismo de 1960. Políticos e economistas aduzem considerações ideológicas, ou desenvolvem argumentos de rendibilidade, demonstrando

* O autor refere-se naturalmente às colónias da América, que, na época, eram as mais importantes. *(N. do R.)*

que a colónia apresenta mais inconvenientes do que vantagens, que a conquista, a ocupação, a administração, são onerosas e que não é indispensável, para manter relações comerciais com os outros continentes, ocupá-los militar e politicamente.

Em França, mais tradicionalmente voltada para a Europa — e não são as guerras napoleónicas que invertem esta tendência —, a opinião pública não se interessa pelo ultramar. Depois de terem lutado perto de um quarto de século contra a Europa, depois de a terem percorrido de uma extremidade à outra, os Franceses não se sentem muito tentados pela perspectiva de conquistarem territórios de que nada sabem. Entre as duas vocações, que sempre solicitaram contraditoriamente as energias francesas, a vocação continental — hegemonia ou integração europeia — e a vocação marítima — a expansão ultramarina —, a primeira sobrepõe-se à segunda.

As iniciativas

No século XIX, a conquista colonial não provém, pois, de uma vontade sistemática dos Estados, não se desenvolve segundo um plano preconcebido, uma visão de conjunto. É antes consequência de uma sucessão desordenada de iniciativas, ora individuais, ora colectivas — mas quase sempre privadas —, que antecedem a intervenção dos Estados e os colocam perante o facto consumado: os governos não ousam então desautorizá-las.

São geralmente as ordens missionárias que tomam estas iniciativas. Com efeito, no século XIX, a história da colonização é inseparável da da evangelização. O balanço das missões, em 1815, é comparável ao da colonização: quase completamente negativo. Nada em África. O Japão fechou-se. A maior parte das ordens religiosas, entre elas a Companhia de Jesus, foram dissolvidas no século XVIII. Entre aquelas que subsistem, o recrutamento esgotou-se. Pode estimar-se, em 1815, que a história das missões, que no século XVI conhecera um grande impulso paralelo ao da conquista, está encerrada e termina por uma declaração de falência.

Não obstante, sob o pontificado de Gregório XVI (1832-1846), a expansão missionária recebe um novo impulso e registam-se sintomas de um despertar missionário. As antigas ordens ressuscitam, reencontram-se vocações, sobretudo criam-se novas ordens pelas quais a opinião pública católica começa a interessar-se. É em 1822 que uma leiga francesa, Pauline Jaricot, funda a Associação para a Propagação da Fé, que terá uma influência considerável na renovação missionária em França e na Europa. O protestantismo conhece uma evolução comparável, e um dos efeitos daquilo a que se chama na história religiosa do protestantismo, no século XIX, «o despertar» é precisamente um esforço missionário. Em Inglaterra, em França, criam-se sociedades de missões, que reúnem fundos, enviam missionários à Oceânia, a Madagáscar.

Mas entre missionários católicos e protestantes desencadeia-se uma verdadeira guerra de missões na Oceânia, no Pacífico, entre 1830 e 1850. É então a

ocasião para os marinheiros — portanto, para os Estados — intervirem e implantarem as suas bandeiras. O caso Pritchard é o episódio mais conhecido desta rivalidade.

Assim, sejam católicos ou protestantes, os missionários, que não dissociaram ainda claramente a evangelização da colonização, ocidentalizam e cristianizam simultaneamente.

Os negociantes desempenham também um certo papel, mas menos importante, apesar das ideias feitas sobre o assunto. Para certos países, contudo, a sua influência foi determinante: é o caso da Alemanha, que só entra tardiamente na competição, no fim do século XIX. Como Bismarck não acreditasse na utilidade de uma expansão colonial e concentrasse a sua atenção na Europa, foram negociantes alemães, as câmaras de comércio de Hamburgo e de Bremen — cidades que tinham uma longa tradição marítima —, que estiveram na origem da vocação colonial da Alemanha e que obrigaram o governo alemão pelas suas iniciativas. Mas, no conjunto, pelo menos até cerca de 1880 ou 1890, os motivos de ordem económica, comercial ou industrial desempenham apenas um papel secundário. As potências coloniais não procuram investir os seus capitais nas colónias e não contam com elas para encontrarem saídas para a sua mão-de-obra excedentária ou mesmo para os seus produtos industriais.

Os motivos

Se as considerações económicas — importantes no tempo do mercantilismo — não foram determinantes, que motivos estarão na origem das vocações coloniais individuais e no princípio da expansão das nações europeias?

Os mais decisivos são talvez de ordem psicológica e política: considerações de amor-próprio, a convicção de que se trata do futuro de um país, de que a posse de um império é uma dimensão de grandeza, de que sem colónias um país já não tem peso na balança das forças. Para um país vencido, como a França em 1871, é a ocasião de se poder vingar, de provar que a derrota não é irrecuperável, que, batida na Europa, a França é capaz de conduzir a bom termo um grande empreendimento. A imagética, os mapas, a bandeira desfraldada sobre grandes espaços, simbolizam estes sentimentos.

Estas considerações de amor-próprio encontram uma justificação tangível, colhem argumentos menos teóricos nos raciocínios políticos e estratégicos. Em muitos casos, os países só ocuparam uma posição para impedirem outros de o fazerem, menos para se estabelecerem eles mesmos do que para impedirem o rival hereditário de assegurar a sua posse. Assim, em Madagáscar, Britânicos e Franceses empenham-se numa corrida de velocidade. Mais nítido ainda é o caso do protectorado tunisino, onde a França se estabeleceu para impedir a Grã-Bretanha e a Itália de a ultrapassarem.

Há, além disso, um encadeamento das «tomadas de posse» para assegurar a segurança dos territórios já ocupados, seguindo o adágio de que «é preciso ter as chaves da própria casa». Os Franceses estão na Argélia: entram na Tunísia

e depois em Marrocos para completarem o conjunto. Voltamos a encontrar a transposição para fora da Europa da noção de fronteiras naturais, pois os impérios coloniais devem também ter as suas fronteiras naturais. De modo que, raciocionando sobre dados geopolíticos ou estratégicos, a posse da Argélia implica a conquista de todo o Magrebe, o controle das rotas do Sara. Assim, por avanços sucessivos, a colonização alastra e, por uma lógica dos impulsos espontâneos, ligam-se as posições umas às outras e, se são descontínuas, preenchem-se os intervalos.

Por vezes, provoca colisões, pois os itinerários teóricos que devem ligar posições descontínuas entrecruzam-se, como sucede em África com os grandes projectos franceses e britânicos. Os Britânicos sonham ligar as suas possessões no Nordeste de África às da África do Sul por um caminho de ferro do Cabo ao Cairo, que permitiria atravessar todo o continente africano de norte a sul sem nunca sair das possessões britânicas. Mas este projecto esbarra no dos Franceses, que sonham, por sua vez, poderem atravessar todo o continente africano de oeste a leste, do Atlântico ao mar Vermelho: daí o incidente de Fachoda, em 1898, que por pouco não degenerou numa guerra europeia.

A estas causas psicológicas, estratégicas, políticas, juntam-se causas morais, filosóficas ou ideológicas. É a legitimação que o pensamento político europeu elabora para justificar a realidade colonial. Retirando o seu argumento principal da sua superioridade, do seu avanço técnico e cultural, a Europa crê-se com deveres para com os outros continentes. A sua civilização é universal, ela deve elevar pouco a pouco os outros povos para o mesmo nível de civilização. É o tema do «fardo do homem branco», a quem a sua superioridade cria obrigações. É para as cumprir que os Europeus devem arcar com os encargos da administração, da educação. É esta a justificação mais elevada — e muitas vezes sincera — da obra colonial, aquela que inspira a obra de Kipling, os escritos de Lyautey, e que começa a ser partilhada pela opinião pública europeia.

O imperialismo do fim do século

Aproximadamente a partir de 1880, uma série de mudanças relativamente importantes começam a dar à expansão colonial da Europa uma fisionomia nova.

O número de partes envolvidas nessa expansão aumenta, o círculo alarga-se. As antigas potências coloniais repartem-se em várias vagas: Portugueses e Espanhóis conservam apenas destroços dos seus impérios, enquanto os Países Baixos desenvolvem o seu na Indonésia. A segunda vaga compreendia a França e a Grã-Bretanha, que, no século XIX, alargaram ou reconstituíram um império. A monarquia de Julho estabeleceu-se na Oceânia, na Argélia, no Daomé, na Costa do Marfim. O II Império estende a penetração a partir do Senegal, instala-se na Indochina, com a Cochinchina e o protectorado sobre o Camboja. A III República, retomando ou prosseguindo a obra dos regimes precedentes, constitui as federações da África ocidental, da África equatorial, da Indochina, e acaba por construir um vasto império colonial.

A estas cinco antigas potências coloniais (Portugal, Espanha, Países Baixos, Grã-Bretanha, França) juntam-se novos competidores: os Estados recém-unificados, para os quais a posse de um império colonial parece ser o atributo da independência e o símbolo do poder. O amor-próprio nacional desempenha no princípio da sua expansão um papel que não é menor do que o desempenhado no caso das antigas potências coloniais. Guilherme II, alargando a esfera de acção da Alemanha e passando da política europeia de Bismarck para uma *Weltpolitik*, ambiciona dar-lhe colónias. Em África são os Camarões, o Togo, o Sudoeste Africano, a África oriental em torno de Zanzibar. A Alemanha interessa-se igualmente pela China, participa no seu desmembramento e obtém concessões em Xantum. A Itália, nascida tardiamente para a unidade nacional e aspirando, também ela, a constituir um império, anexa a Eritreia em 1896 e, em 1912, entra em guerra com a Turquia pela posse da Líbia. A Bélgica encontra-se bruscamente à cabeça de um império com o Congo, que lhe é legado pelo seu soberano Leopoldo II.

Ao mesmo tempo semelhante e diferente é o caso da Rússia, que coloniza por contiguidade, por vizinhança. Assim, o número das potências coloniais não está longe de atingir a dezena nos finais do século.

Ora, segundo facto que concorre para singularizar os anos 1890-1914, este aumento produz-se no preciso momento em que as terras disponíveis começam a rarear. Nove décimos da África, ainda quase totalmente desconhecida no princípio do século XIX, estão colonizados no fim do século. Um congresso realizado em Berlim em 1885 desempata as cobiças e opera uma repartição amigável das zonas de influência e das zonas de ocupação. A China é simultaneamente cobiçada e repartida pelas grandes potências. O aumento dos competidores, a rarefacção das terras disponíveis, suscitam uma acrimónia e uma aceleração crescentes da expansão colonial, que toma, pela primeira vez, um carácter de corrida de fundo na qual cada país empenha meios cada vez mais consideráveis.

Os governos agem a partir de então com o apoio da opinião pública, que, embora se tivesse mostrado durante muito tempo indiferente e mesmo refractária à questão colonial, começa a aproximar-se, toma consciência da amplitude da obra realizada, orgulha-se da imensidão de certos impérios, começa a aperceber-se das vantagens materiais ou políticas e adere à questão. É o nascimento de um sentimento imperialista. O orgulho nacional, que limitava até então o seu campo de aplicação ao território das nações europeias, encontra um prolongamento nas dependências coloniais. É a ideia de que todo o território sobre o qual tenha flutuado, num dado momento, a bandeira nacional faz parte desde então da respectiva comunidade: a integridade territorial. A partir de então já não se suportam nem concessões nem amputações. Em França este ponto de vista manifesta-se no momento em que o presidente do Conselho, Joseph Caillaux, submete ao parlamento para ratificação um tratado negociado com a Alemanha, que entrega Marrocos à França, em troca de territórios da África equatorial e de uma rectificação das fronteiras nos confins do Congo e dos Camarões (1911).

Uma parte dos parlamentares censura-lhe vivamente o facto de ter consentido um atentado à integridade territorial. As colónias começam a fazer parte do património.

Pode datar-se da acção de Disraeli o nascimento do sentimento imperialista na Grã-Bretanha. É Disraeli quem, rompendo com a doutrina liberal, solidariza a Grã-Bretanha com as suas possessões. É ele que, com a sua imaginação romântica, o seu sentido dos símbolos, teve a ideia de fazer coroar Vitória imperatriz das Índias em 1877. Em França desenvolve-se no parlamento um partido colonial poderoso, com o qual os governos têm de contar. Jules Ferry é afastado aquando da notícia do desastre de Langson, em 1885. Fachoda mobiliza a anglofobia: a França está pronta para a guerra para vingar a humilhação infligida ao comandante Marchand por Kitchener. A Itália ressente-se duramente do desastre de Adua, onde os Etíopes venceram em campo aberto um exército italiano (1896), e o incidente de Agadir é sentido pela opinião pública francesa como uma afronta (1911). As opiniões públicas estão prontas a fazer a guerra pelas colónias. Um elemento passional anima desde então a colonização.

Por fim, a intervenção de factores económicos mais prementes e mais determinantes concluem a caracterização deste quarto de século.

Se, até cerca de 1875-1880, com excepção da Grã-Bretanha em relação à Índia, as considerações puramente comerciais foram secundárias, tal é menos verdadeiro a partir de 1880, quando o desenvolvimento da indústria, a necessidade de obter matérias-primas, a preocupação com o escoamento das mercadorias, estimulam a conquista colonial. Surge então o imperialismo, no sentido económico do termo.

O antagonismo que opõe a França à Alemanha a propósito de Marrocos tem, entre outros, motivos económicos.

A partir do fim do século, a multiplicação dos competidores, a rarefacção das terras disponíveis, a mobilização apaixonada das opiniões públicas, a pressão crescente dos factores económicos, suscitam uma maior rivalidade entre as potências europeias, que podiam até prosseguir a sua expansão de forma dispersa e sem se incomodarem umas às outras. Os antagonismos que as opunham na própria Europa eram agora transportados para teatros externos. É mais uma ameaça que pesa sobre a paz. Se a França e a Alemanha tinham já a Alsácia e a Lorena entre elas para as opor, passam a ter a partir de 1905 Marrocos, que, por duas vezes, fez a França recear a proximidade da guerra, com as crises de Tânger, em 1905, e de Agadir, em 1911.

Assim, as rivalidades coloniais arriscam-se a engendrar conflitos internacionais. Os prolongamentos diplomáticos e militares da rivalidade europeia comandam em parte os realinhamentos que se desenham. Os sistemas de alianças do quarto de século que precede 1914 são largamente inspirados por preocupações que encontram o seu princípio e o seu ponto de aplicação do outro lado dos mares. A reaproximação entre a França e a Grã-Bretanha, as duas grandes potências coloniais tradicionais, é facilitada, preparada, pela inquietação comum

que lhes inspira a ascensão da Alemanha e as suas crescentes exigências coloniais. Este é também um dos aspectos da Entente Cordiale, reaproximação dos possidentes perante as ambições dos que têm menos.

A paz armada encontra uma parte da sua coloração e do seu significado no prolongamento ultramarino das rivalidades metropolitanas. Em compensação, a rivalidade das potências coloniais vai enfraquecer o seu prestígio junto dos povos colonizados. A guerra de 1914-1918 aparecerá, vista do exterior, como uma guerra civil e abalará o prestígio da Europa nos outros continentes, antes de minar a sua influência e o seu poder sobre o mundo.

10.4. A penetração económica

Se a influência da Europa sobre os outros continentes se exerceu principalmente através da dominação colonial e se a colonização define bem a forma mais conhecida das relações entre a Europa e o resto do mundo, ela não se aplica ao mundo inteiro. Contudo, a europeização é um fenómeno universal, que pode realizar-se por outras vias.

Uma segunda forma de penetração não afecta aparentemente a independência política, abstém-se de objectivos propriamente políticos, não procura conquistar nem dominar e propõe-se somente objectivos económicos, comerciais, industriais, financeiros. Esta forma estabelece com os países ultramarinos relações limitadas, que põem de lado o direito, as instituições e a política.

No entanto, como a colonização, estas relações repousam também numa base de desigualdade, tendo a Europa assegurado vantagens comerciais através da pressão política ou militar, tendo mesmo forçado muitas vezes a abertura ao seu comércio de Estados que não estavam em condições de opor uma recusa a uma vontade claramente expressa pela Europa, apoiada por uma demonstração de força.

Este método de penetração aplica-se a velhos impérios que se consideram ricos e cuja integridade as potências não ousam destruir ou cujo desmembramento não ousam empreender: em vez de se envolverem em guerras a propósito da China ou do Império Otomano, preferem organizar amigavelmente a sua partilha. Estas ambições antagónicas mantiveram uma espécie de equilíbrio que permitiu aos Estados cobiçados salvaguardar uma integridade fictícia, uma espécie de neutralização das ambições opostas.

É o caso do Império Otomano, que, sendo durante perto de dois séculos «o homem doente da Europa», não encontrou em si próprio os meios de se opor a uma demonstração de força da Europa coligada. Se as potências europeias, ainda inspiradas pelo espírito de cruzada, tivessem querido, teriam talvez posto fim ao Império Otomano, mas o interesse nacional, a razão de Estado, prevaleceram, o passado do Império Otomano ainda contava e, acima de tudo, as grandes potências invejavam-se e a sua rivalidade era uma das componentes da questão do Oriente. Os czares têm pretensões sobre Constantinopla. Uma vez conquistada a frente sobre o mar Negro, sonham apoderar-se das províncias danubianas, em seguida penetrar nos Balcãs, talvez conquistar Constantinopla. Os nomes de Alexandre e Constantino, que Catarina II deu aos netos, simbolizam a vontade de restaurar o império de Constantinopla. Moscovo é a terceira Roma, sendo Constantinopla a segunda. Mas a Rússia tem de contar com as outras potências europeias, com a oposição da Áustria, sobretudo com a da Grã-Bretanha. Se a Rússia tem interesse no desmembramento e na partilha dos despojos, a Grã-Bretanha interessa-se pela integridade do Império Otomano, que cobre, à distância, a segurança das suas linhas de comunicação com a Índia. É assim que o Império Otomano, jogando com estas pressões contrárias, que se neutralizam, consegue a custo sobreviver até 1912. Mas a salvaguarda da sua independência, a preservação da sua integridade territorial, não o põem ao abrigo de uma penetração mais insidiosa.

Em contrapartida da protecção que lhe assegura esta ou aquela potência, a França ou a Grã-Bretanha, a Áustria ou a Rússia noutros momentos, o Império Otomano não pode recusar nada aos seus protectores. Vive assim numa situação de protectorado.

A seguir à guerra da Crimeia, na qual a França e a Grã-Bretanha foram em seu socorro contra a Rússia, o império turco, com a sua administração arcaica, os seus princípios medievais e um exército de ocupação, com essa organização defeituosa que está na base da sua decadência e o põe à mercê do Ocidente, vê-se obrigado a deixar-lhes o campo livre aos seus empreendimentos comerciais ou culturais. Se os vizires mais esclarecidos pensam reformar as instituições otomanas, não podem fazê-lo sem auxílio estrangeiro, aquilo a que hoje chamaríamos uma assistência técnica. Se, pelo contrário, o Império Otomano recusa reformar-se, a Europa impõe-lhe que o faça, quanto mais não seja para proteger os seus cidadãos ali residentes ou as minorias cristãs, que a França e a Rússia se arrogam o direito de proteger.

Assim, umas vezes de bom grado e outras por coacção, o Império Otomano é posto sob o protectorado do Ocidente cristão. Dado o estado desorganizado das suas finanças e em consequência dos empréstimos que a Europa lhe concede, é colocado sob tutela. Uma caixa de controle da dívida otomana é gerida por funcionários europeus. Todos os recursos do império — receitas das alfândegas, das empresas públicas, dos impostos — são lançados nessa caixa internacional, cujo produto é de seguida repartido por funcionários internacionais. O Império Otomano, desapossado do controle dos próprios recursos, tem em breve de dar em concessão os portos, os caminhos de ferro, aos capitais britânicos, aos industriais franceses ou à Alemanha.

O Egipto apresenta um caso semelhante. Como os quedivas se tivessem comprometido em despesas desmedidas e fossem incapazes de reembolsar as suas dívidas, a gestão das finanças públicas passa para o controle do estrangeiro. É a instituição de um condomínio franco-inglês; porém, depois da abstenção da França, o Egipto passa para o domínio exclusivo da Grã-Bretanha, que aí mantém uma guarnição militar. Oficiais e funcionários britânicos administram a po-

lícia, as finanças, as comunicações, as alfândegas, os portos. É mais um país sob o controle da Europa, mesmo que, nominalmente, a sua independência subsista.

A China é o terceiro exemplo desta penetração. A Europa obriga-a primeiro a abrir alguns portos ao comércio. A China tinha sempre recusado negociar em pé de igualdade, admitindo apenas contactos com o resto do mundo baseados em relações de desigualdade a seu favor. Durante muito tempo a China opôs aos pedidos uma recusa peremptória: em 1840 destrói as caixas de ópio introduzidas por contrabando. É o ponto de partida da chamada «guerra do ópio», um dos episódios menos justificáveis da expansão europeia. Mas a China não tinha os meios à altura das suas pretensões e contra a marinha britânica e o seu poder de fogo a frota chinesa não pôde resistir: deste modo, teve de assinar, em 1842, o primeiro dos tratados desiguais. O tratado abole o monopólio do comércio em favor dos Chineses, cede à Grã-Bretanha por arrendamento uma posição em frente de Cantão — a ilhota de Hong-Kong — e abre cinco portos ao tráfego comercial britânico. É a primeira brecha nesta muralha da China.

Num segundo tempo, em 1859-1860, as tropas francesas e britânicas levam as operações até ao Norte, desembarcam em Tien-Tsin, marcham sobre Pequim, entram na cidade, destroem, por exemplo, o palácio de Verão, reduzem a nada tesouros artísticos insubstituíveis e impõem à China, novas condições. Com a abertura de novos portos ao comércio, a brecha alarga-se, é a infiltração, a mancha de óleo, o controle sobre as finanças da China, à semelhança do regime imposto ao Império Otomano. Um inglês é nomeado inspector-geral das alfândegas marítimas da China. Os Europeus obtiveram o que se designa por «concessões», isto é, a cedência de porções do território chinês onde Britânicos e Franceses são os senhores incontestados, exercem os poderes de polícia, têm a sua jurisdição. Estes territórios são, portanto, subtraídos à soberania chinesa sem reciprocidade nem contrapartida.

Em 1895 inicia-se o *break-up* ou partilha da China. O Japão declara guerra à China, vence-a, e a China só é salva do desastre devido à intervenção das potências europeias, que obrigam o Japão a contentar-se com metade do que a China se preparava para lhe ceder. As potências europeias, que só intervieram para figurarem na lista dos beneficiários, voltam-se para a China, pedindo-lhe, pelo reconhecimento dos serviços prestados, novas concessões comerciais, económicas, territoriais.

O número de partes interessadas nesta partilha vai aumentando, porque a Alemanha e a Itália entram na corrida. A penetração económica precipita-se, alarga-se, com linhas de caminho de ferro, concessões mineiras, estabelecimentos industriais, bancos.

Esta partilha, este retalhar organizado, provoca um sobressalto do patriotismo chinês, uma reacção xenófoba: é a sublevação dos Boxers, o cerco das legações, os 55 dias de Pequim, em 1900. Este sobressalto desesperado é impotente perante a acção concertada das potências europeias, que enviam um destacamento internacional sob comando alemão. No fim, a China fica ainda mais estreitamente subjugada, obrigada a pagar uma indemnização, a dar garantias, a tolerar uma implantação mais profunda.

Império Otomano, Egipto, China, são três exemplos desta forma de penetração, que reforça a colonização, que comporta todas as vantagens, sem os riscos e os encargos.

O mesmo processo tinha sido estreado no Japão, com a diferença de que a ini-ciativa, em lugar de vir da Europa, veio dos Estados Unidos. Mas a diferença é mínima aos olhos do Extremo Oriente, para quem se trata sempre de ocidentais, de brancos. Os Estados Unidos exigem ao Japão que abra alguns portos ao seu comércio. A operação desenrola-se em dois tempos: em 1854, os navios americanos apresentam-se, pedem entrada, fazem-nos esperar, voltarão no ano seguinte para obterem a resposta. No dia seguinte, o Japão cede. É a abertura do Japão, mas o processo não irá até ao fim. A comparação entre a China e o Japão é, neste caso, muito esclarecedora, revelando uma divergência que faz descobrir a originalidade da história do Japão. A partir de 1868, a revolução japonesa, chamada do *meiji*, ou das luzes, vai dar uma inflexão diferente à história das relações entre o Japão e o Ocidente. Um jovem imperador, que se comporta como um déspota esclarecido um pouco à maneira de Pedro, *o Grande*, ou dos soberanos do século XVIII, compreendeu que a superioridade da Europa assentava em razões técnicas, económicas, políticas, e que, se o Japão não assegurasse a posse desses trunfos, seria reduzido ao papel de colónia da Europa, pelo que era de toda a conveniência reformar-se.

Entre o nacionalismo cristalizado no culto do passado, reduzido à impotência ou a explosões de xenofobia, e o nacionalismo voltado para o progresso e para o futuro, o Japão escolhe a segunda via, a independência pela reforma. Foi o único país, no século XIX, que fez a escolha claramente, deliberadamente e com espírito de continuidade. Se, por várias vezes, na Turquia, uma elite liberal pensou nisso, nunca conseguiu fazer adoptar pelo sultão o seu ponto de vista, enquanto no Japão foi o imperador que tomou a iniciativa do movimento, que destruiu as forças reaccionárias. Controlando a modernização do Japão, pôde subtraí-lo à tutela da Europa ou dos Estados Unidos.

10.5. A emigração

Ao lado da colonização declarada e da penetração económica, a europeização exerceu-se de uma maneira muito mais difusa pela exportação de homens. A Europa exportou-os para as suas colónias, mas só uma minoria para lá emigrou. Colónias de exploração mais do que colónias de povoamento, a presença europeia reduz-se aos quadros, principalmente militares, administrativos, técnicos, comerciais; no total, alguns milhões de indivíduos; para toda a Índia, algumas centenas de milhares de britânicos.

É, portanto, para outros territórios que a Europa dirigiu a emigração ultramarina, que, no século XIX, é um dos grandes fenómenos demográficos da história do mundo.

Este movimento de emigração deve ser relacionado com o crescimento demográfico. Entre 1815 e 1914, a população da Europa mais do que duplicou. Em 1800 estima-se em 187 milhões; em 1900 ultrapassa os 400 milhões, tendo aumentado 214 milhões numa centena de anos. Todavia, estes dois números traduzem apenas uma parte do fenómeno, visto que seria necessário ter em conta todos aqueles que foram estabelecer-se noutros lugares para terem uma visão global do crescimento demográfico.

A Europa parece superpovoada. Mas a noção de superpovoamento é uma noção essencialmente relativa; não é possível defini-la através de números absolutos. Um país, um continente, só são superpovoados em relação às suas possibilidades alimentares, económicas. Se a Europa parece superpovoada no século XIX, é porque no estado da sua agronomia não está em condições de alimentar mais bocas e porque, tendo em conta o desenvolvimento da sua indústria, não pode oferecer trabalho a mais braços. Os efeitos desta explosão demográfica são agravados pelo maquinismo, que gera o desemprego tecnológico.

As consequências sociais, já evocadas, deste crescimento demográfico — pauperismo, desemprego crónico, redução dos salários — induzem uma parte da população europeia a procurar uma saída na emigração, com a esperança de encontrar noutro lugar a terra, o trabalho, a forturna, a liberdade que a Europa lhe recusa.

Deste modo, o grosso da emigração europeia vai compor-se principalmente de camponeses sem terra, de operários sem trabalho, de burgueses arruinados. As grandes vagas de emigração coincidem com as crises económicas que atingem a Europa: os países que deram a este movimento de emigração a contribuição mais substancial são os mais castigados pelo desemprego e pela miséria.

Contudo, alguns partiram por razões mais ideológicas. A par da emigração maciça da miséria, há uma emigração minoritária da consciência ou da recusa, aqueles que se expatriam devido às suas convicções religiosas, políticas, ideológicas. Se os Irlandeses são tão numerosos a deixar a sua ilha, é principalmente por causa da miséria e da fome decorrentes da doença da batata, mas também porque os católicos estão sujeitos ao domínio dos protestantes. Se os judeus são tão numerosos a fugir para a América, é para evitarem os *pogroms* que põem a sua vida em perigo no império dos czares. A seguir ao malogro das revoluções de 1848, uma vaga deixa a Alemanha, composta principalmente por pessoas que tinham militado nos movimentos revolucionários e recusam aceitar a reacção triunfante.

Mas estes motivos teriam sido insuficientes para desencadearem um tal movimento se factores técnicos não tivessem tornado possível a emigração, como os progressos da navegação, o aumento da tonelagem dos navios. Os governos toleram a emigração, encorajam-na mesmo em muitos casos. Entre o antigo regime, que pratica uma política populacionista, e o nacionalismo do século XX, que estabelece restrições à emigração para proteger os cidadãos, o século XIX

abre uma brecha onde a circulação dos homens é fácil e as comunicações possíveis, já que os governos não se opõem de forma alguma à partida dessas massas miseráveis, que constituem um pesado encargo.

A partir de 1840 a emigração toma uma grande amplitude. É essencialmente a Europa do Norte que nela participa, com a Grã-Bretanha e a Irlanda, depois da fome de 1846. O fenómeno da emigração é um fenómeno britânico: a literatura inglesa dá dele testemunho. Estima-se que, de 1820 a 1900, cerca de 25 milhões de britânicos deixaram a Grã-Bretanha, isto é, mais do que o total da população das Ilhas Britânicas em 1820.

A partir de 1850 e até 1890, o contingente alemão não cessa de engrossar, e, a partir de 1880, o centro de gravidade desloca-se para a Europa oriental e mediterrânica, a Áustria-Hungria, a Rússia, a Itália, os Balcãs, o próprio império turco. O filme de Elia Kazan *America* ilustra a aventura desses gregos e arménios que sonham com uma vida livre na América.

São, no total, massas consideráveis, cujo volume não pára de crescer até 1914, numa proporção mais ou menos regular. Entre 1840 e 1880 estima-se em cerca de 13 milhões o número de europeus que se expatriam. Entre 1880 e 1900, mais 13 milhões, ou seja, o mesmo número em metade do tempo: o ritmo, portanto, duplicou. A partir de 1900 chega muitas vezes a atingir 1 milhão o número de emigrantes que em cada ano partem só para os Estados Unidos. No total, não se engana muito quem calcular em cerca de 60 milhões o número de europeus que deixaram o continente para irem estabelecer-se em territórios ultramarinos.

São estes 60 milhões que é necessário juntar aos 401 milhões de indivíduos que constituem a população europeia em 1900 para se ter a verdadeira dimensão do crescimento demográfico da Europa. Entre 1800 e 1900, ela passou de 187 milhões para mais de 460 milhões e, tendo em conta a sua descendência, para cerca de 500 milhões. A população da Europa triplicou, portanto, num século. Este coeficiente exprime o ritmo de crescimento demográfico da Europa.

Para onde vão estes europeus? Principalmente para o continente americano, para as duas Américas, em proporções desiguais, onde reforçam os elementos que já tinham vindo da Europa. Nos Estados Unidos entraram 32 milhões. O seu afluxo é, no século XIX, o factor essencial do crescimento da população americana. Isto deixou de ser assim desde que o Congresso americano adoptou, em 1920, uma legislação restritiva da emigração para preservar o que se hesitava chamar a pureza da raça. Contudo, a população americana aumenta cerca de 3 milhões por ano, um crescimento que assenta num aumento natural, e já não numa contribuição externa. Cerca de 8 milhões de indivíduos, principalmente espanhóis, italianos, alemães, dirigiram-se para a América do Sul. A Argentina é povoada por italianos e espanhóis. Existem, nos estados do Sul do Brasil, importantes colónias alemãs.

Por toda a parte, quer se trate de colónias ou de Estados independentes, os Europeus fundaram sociedades semelhantes, em todos os aspectos, às do continente de origem. Aquilo que se designa por «novas Europas» são outras tantas

réplicas da Inglaterra, da França, da Itália ou da Espanha. De facto, estes europeus, que deixam os respectivos países sem ideia de voltarem, levam consigo o seu estilo de vida, as suas instituições, os seus costumes, os seus gostos, os seus hábitos, a sua religião e implantam-nos no lugar para onde vão. Não obstante, emigrando da Europa para fugirem ao despotismo ou à desigualdade das condições, pretendem fundar sociedades que assentem na liberdade e na igualdade. Assim, estas sociedades procedem da Europa, assemelham-se-lhe, mas também se diferenciam dela. É este seu duplo carácter de semelhança e de originalidade que torna interessante o estudo das novas Europas, em primeiro lugar da sociedade americana.

Pouco a pouco, estas sociedades desligam-se das metrópoles, afrouxam os laços, mesmo políticos, quando se trata de uma colónia. É o que explica a evolução do império britânico, tendo o governo inglês a sensatez de aceitar este afrouxamento progressivo dos laços, primeiro, com a atribuição do estatuto de domínio, que comporta o autogoverno ou a autonomia, e, mais tarde, com o estatuto de Westminster, em 1931, que reconhece a independência completa, a igualdade absoluta, a soberania.

Nestas novas Europas captam-se os dois efeitos simultâneos e contrários da expansão europeia. Por um lado, alarga a influência da Europa. É o triunfo da Europa como civilização. Todas as sociedades vão imitar as suas instituições, os seus valores, os seus princípios políticos, os seus costumes. Mas, por outro lado, a dominação da Europa provoca resistências, suscita invejas: é já o prenúncio, o pressentimento, do recuo da Europa, já não como civilização, mas como dominação, como potência política.

A influência da Europa exerceu-se, no século XIX, por múltiplas vias e assumiu formas muito diversas. Estendeu-se ao mundo inteiro, pelo que somente algumas regiões remotas escaparam à sua influência, continuando a viver à margem das trocas. Com excepção destes territórios marginais, pode dizer-se, nas vésperas de 1914, que a Europa está presente em toda a parte e a sua influência se estendeu aos confins da Terra.

10.6. A europeização do mundo

Os efeitos

As consequências da preponderância que a prioridade e a iniciativa da Europa lhe asseguravam não foram menos decisivas para ela do que para os outros continentes, e não é ceder ao exagero afirmar que a colonização e as formas que se lhe aparentam mudaram efectivamente a fisionomia do Globo, todos os aspectos da vida colectiva.

A Europa foi durante muito tempo o centro de decisão. As grandes potências, ainda pouco numerosas nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, são todas europeias — com excepção dos Estados Unidos e, mesmo para estes, trata-se de uma promoção recente e de um país que é filho da Europa tanto pela sua composição humana como pelas características da sua civilização. Alguns Estados europeus acertam entre si o destino do mundo, deles depende o destino do resto dos homens.

É o que se verifica por toda a espécie de indicadores, muitas vezes secundários, como, por exemplo, pela geografia dos lugares onde se realizam as conferências diplomáticas, onde se reúnem os congressos que têm por finalidade arbitrar as rivalidades, resolver os litígios. Em 1885, a conferência que regulamenta a partilha de África reúne-se em Berlim. É em Algeciras que se desenrola a conferência que encontra uma solução para o conflito franco-alemão relativo a Marrocos. É na Haia, em Bruxelas, Londres ou Paris que embaixadores e ministros plenipotenciários decidem do destino da China, da África central ou da América Latina.

Consequências económicas

Foi a Europa que definiu a configuração do mundo, garantiu a valorização, a exploração, dos recursos que ela própria tinha descoberto, assegurou a redistribuição dos produtos à escala do Globo, dos géneros alimentares, dos homens e dos capitais. São capitais e engenheiros europeus que abrem os canais interoceânicos, desenham as redes ferroviárias, viárias e telegráficas, montam os cabos submarinos. É a Europa que cerca o mundo e o organiza. Todas as correntes das trocas convergem para a Europa. Não há, antes de 1914, relações bilaterais independentes da Europa. Tudo parte da Europa e tudo a ela vem dar. Ela é o centro, o pólo. Disse-se que era o relógio do mundo, e a expressão deve ser tomada à letra, pois os meridianos são contados e numerados em função da Europa: é em relação a eles que o mundo é dividido e são definidas as coordenadas de todos os pontos do Globo. A Europa, principalmente a Grã-Bretanha, teceu sobre o mundo uma gigantesca teia de aranha, com as suas linhas de navegação, os seus pontos de escala, as suas estações. As bolsas, os mercados, tudo está domiciliado na Europa ocidental. E tudo se mantém assim até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Consequências culturais

Mais difíceis de descrever, porque menos imediatamente perceptíveis, mais variadas, são talvez as consequências culturais, que, no entanto, levando em conta a descolonização, são, sem dúvida, as mais duradouras. Abalado que foi o domínio político e posta em causa a exploração económica, as consequências intelectuais, culturais, parecem, em contrapartida, indeléveis.

É possível resumir este aspecto numa fórmula: o mundo foi à escola da Europa. Nem sempre de bom grado, muitas vezes à força, mas não restam dúvidas de que todos os povos tiveram a Europa como modelo, pelo menos temporariamente, e imitaram-na.

O próprio sucesso dos Europeus, a sua hegemonia, não seriam uma presunção da superioridade da sua civilização? O único meio de fugir ao seu domínio não seria a apropriação dos meios que lhes tinham permitido estabelecer a sua superioridade política, económica e intelectual sobre o mundo?

Ora com o seu consentimento, ora pela coacção, uns porque a admiravam, outros para se subtraírem ao jugo da Europa, todos se europeizaram, se modernizaram, já que as duas coisas se afiguravam na época como sinónimas.

Esta imitação estendeu-se às instituições políticas, pois os movimentos de inspiração reformista propunham-se adoptar — algumas vezes adaptar — instituições ocidentais. O movimento denominado Tanzimat, que surgiu no Império Otomano nos meados do século XIX, pretende liberalizar um regime que parecia até então o cúmulo do despotismo. A revolução dos «Jovens Turcos», que estala em 1908 e retoma com mais sucesso o esforço abortado do Tanzimat meio século antes, propõe-se, também ela, modernizar o Império Otomano, europeizando-o: já não são as instituições liberais, mas as instituições democráticas, que pretende introduzir. O Japão, por seu lado, frequentou a escola do Ocidente.

À semelhança da Europa, estes países dotam-se de constituições. São muitas vezes simples fachadas, meias aparências destinadas a dar à opinião pública europeia uma impressão favorável, mas, mesmo assim, é ainda uma forma de europeização, prestando indirectamente homenagem às instituições europeias. Catarina II, que nunca pensou sinceramente em liberalizar o império dos czares, agia do mesmo modo, pois considerava útil para a sua reputação fazer crer aos intelectuais da Europa ocidental que era a sua mais fiel discípula. Estas constituições instituem governos à ocidental, com assembleias representativas e instituições parlamentares. Formam-se partidos segundo o modelo inglês ou francês.

Um dos exemplos mais interessantes é a fundação na Índia, em 1885, do Partido do Congresso, que se propõe explicitamente formar uma elite indiana no respeito dos princípios do parlamentarismo britânico. Este Partido do Congresso, cuja formação foi encorajada pela administração britânica, tornar-se-á pouco a pouco o porta-voz da aspiração dos Indianos à independência e é o mesmo partido que, depois da independência, assegurará a condução da política indiana. Ele dá um raro exemplo de continuidade de 1885 até Nehru e Indira Gandhi.

A europeização afecta a organização da sociedade, os princípios inspiradores da ordem social, as relações entre os grupos. O código civil francês serviu de modelo a vários países. Outros adoptam a jurisprudência e a prática judicial anglo-saxónicas. O direito das pessoas pauta-se pouco a pouco pelo do Ocidente. Os regimes fundiários, por sua vez, evoluem. Os exércitos e as marinhas adequam-se à organização e à estratégia da Europa.

A maioria dos continentes tomam da Europa a sua civilização, os seus costumes, até na forma exterior, o vestuário, os usos, os gostos, mesmo os desportos. Assim, é possível reconhecer hoje qual foi o colonizador pelos desportos praticados nas antigas colónias.

Nos países que não tinham língua nacional ou tinham várias, a língua do colonizador torna-se a língua nacional. O caso da Índia é, neste aspecto, típico. Na Índia existem cerca de 180 línguas, das quais várias são línguas de cultura. Mas o próprio facto de serem várias impede que uma entre todas se imponha. Por isso a língua do conquistador é a única língua universal. Depois da independência, o Congresso anunciou claramente o voto e anunciou o princípio de que o hindi substitua um dia o inglês, mas a concretização desta disposição é adiada. O francês desempenha o mesmo papel nas antigas colónias francesas da África negra.

Deste modo, as línguas europeias tornam-se ao mesmo tempo línguas universais. O inglês, o francês, o espanhol, o português, são falados no mundo inteiro e fazem com que o Europeu não se sinta deslocado fora da Europa, que tenha a sensação de estar no seu país onde quer que se encontre.

Seria necessário recordar a influência do ensino secundário, dos colégios ou das missões laicas. Para o ensino superior não existem, na generalidade dos casos, universidades nas colónias, pelo que os estudantes vêm fazer os seus estudos superiores na Europa. A elite anglo-indiana fez os seus estudos em Inglaterra, obteve os seus graus universitários em Oxford ou em Cambridge, voltando depois anglicizada à Índia. O mesmo se passa com as elites indochinesas ou norte-africanas em relação à França.

A irrupção da cultura europeia teve como consequência a desnacionalização dos quadros sociais, políticos e intelectuais das colónias e a sobreposição aos povos de uma elite ocidentalizada, ela mesma dividida entre a cultura tradicional, que, à míngua de meios, perde a sua vitalidade, e uma cultura estrangeira importada. Operam-se misturas que sintetizam uma cultura anglo-indiana, uma cultura franco-asiática, uma cultura franco-africana.

Através da evangelização, o Ocidente oferece a sua ou as suas religiões, as diferentes variantes do cristianismo, catolicismo ou protestantismo. A sua penetração é muito desigual segundo as regiões e também segundo a religião dominante antes da chegada dos missionários. O cristianismo praticamente não consegue penetrar no campo do islão, mas sim nas populações animistas da África negra. A acção da Europa repercute-se no plano religioso ainda de outra forma. Leva consigo a sua distinção tradicional entre sociedade civil e sociedade religiosa, que é a consequência lógica do cristianismo, do «dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus». O islão não separa as duas ordens. O direito canónico — ou religioso — confunde-se com o direito civil. Esta distinção que a Europa transporta implica uma progressiva secularização das sociedades, dos costumes, das civilizações, que acabará mesmo numa laicização de uma parte das elites que se desligam das crenças tradicionais. Assim, a colonização esteve na origem de um fenómeno de secularização comparável ao que a Europa conhece na mesma época.

A variedade dos efeitos confirma que a ocidentalização do mundo por intermédio da Europa é um dos factos de civilização mais consideráveis da história.

Esta influência exerce-se em sentido único, quase sem contrapartida. Pouco ou nada há a dizer sobre a asiatização ou a africanização da Europa, pois esta não imita em nada, quase nada recebe, salvo a título de exotismo do mobiliário ou da decoração: estampas japonesas, lacas ou biombos da China, jades, máscaras negras, que fazem parte do ornamento da existência.

O reconhecimento de outras civilizações com o seu próprio valor é muito recente, fez-se ao mesmo tempo que a descolonização. Não houve, portanto, verdadeira troca de diálogo. Esta ausência de reciprocidade alterou as relações entre a Europa e os outros continentes, uma vez que a Europa considera a sua civilização como a única, impondo, com tanto de inconsciência como de desinteresse, os seus modos de vida e de pensamento, as suas estruturas de governo e de administração.

A Europa imprimiu a sua marca no mundo inteiro. Este facto é, provavelmente, irreversível, e há muito de ilusão ou de utopia quando se imagina que se poderá fingir que a colonização nunca tenha existido. Não se pode jamais fechar os parênteses que a história abriu ou, mais exactamente, a história não comporta parênteses.

As reacções e os sinais precursores da descolonização

A dominação política da Europa e a exploração económica, a desigualdade das relações, suscitaram reacções desde antes de 1914.

É possível apontar sinais precursores do processo que levará, numa quinzena de anos, à desagregação dos impérios que a Europa tinha levado quatro séculos a erigir, os pródromos do movimento. A colonização e, de um modo mais geral, as relações entre a Europa e os outros continentes provocaram duas espécies de reacções, muito dissemelhantes, mesmo contrárias, cuja dualidade apresenta alguma analogia com as reacções da Europa à questão revolucionária.

Existe a imitação, que incita os países a frequentarem a escola da Europa, adoptando as suas maneiras de fazer, em parte para lhe subtraírem os meios da sua superioridade e talvez voltá-los um dia contra ela, mas também a rejeição, a recusa e a resistência, que inspiram os movimentos de dissidência, a rebelião, as guerras, que as populações indígenas travam contra o invasor. É o significado da resistência, na Argélia, de Abd el-Kader, da insurreição senussista contra a penetração italiana na Tripolitânia, ou ainda, em Tonquim, dos movimentos chamados dos piratas, mas que tinham um certo significado patriótico. Na China é a agitação xenófoba das sociedades secretas, os Taipings, os Boxers; na Índia, a grande insurreição dos Cipaios, em 1857. Todos estes movimentos, que conduzem a resistências armadas, são suscitados por um cioso apego ao passado nacional e pela recusa categórica de todas as contribuições estrangeiras.

Estas duas reacções de sentido contrário — uma de isolamento e de recusa e a outra de abertura — são as duas fontes dos nacionalismos coloniais — como antes das nacionalidades europeias — que, desde antes de 1914, opuseram obstáculos à colonização. Nos dois decénios que precederam a Primeira Guerra

Mundial podem detectar-se os sinais anunciadores das crescentes dificuldades que as nações colonizadoras vão conhecer, factos que impressionaram os contemporâneos, sem que tenham estabelecido sempre as correlações entre eles ou tenham verificado a sua convergência, acontecimentos que assinalam reveses ou recuos desta ou daquela nação europeia, por vezes perante uma outra nação branca, noutros casos perante um povo de cor.

Em 1896, o desastre de Adua assinala a derrota dos Italianos frente aos Etíopes. É em parte para se vingar da derrota sofrida quarenta anos antes que Mussolini empreenderá, em 1935, a conquista da Etiópia.

Em 1898-1901, a penetração britânica esbarra na resistência dos Bóeres, esse pequeno novo composto de descendentes dos Holandeses, que contêm em respeito durante cerca de três anos a mais poderosa potência colonial do mundo e conseguem isolá-la normalmente, conquistando a simpatia da Europa.

Em 1898, os Estados Unidos, tomando como pretexto um incidente na altura mal explicado — a explosão, na baía de Havana, de um cruzador americano —, declaram guerra à Espanha, infligem-lhe em alguns meses derrota após derrota e obrigam-na a liquidar os resíduos do seu império colonial. Cuba, Porto Rico e as Filipinas tornam-se independentes ou passam para as mãos do imperialismo norte-americano. Trata-se de uma data importante. Em *Regards sur le monde actuel,* Paul Valéry confidencia que teve o sentimento de que tinha havido uma ruptura. Primeira derrota infligida por uma nova Europa — os Estados Unidos — à velha Europa, ela marca a liquidação do primeiro dos grandes impérios coloniais, a decadência espanhola. Para a própria Espanha é uma data capital na sua história intelectual: falar-se-á da geração de 1898, marcada pela derrota, que daí retirou o desejo de iniciar a regeneração do país. A maior parte dos grandes nomes da inteligência — Unamuno, Ortega y Gasset — pertencem a essa geração, que acreditará, em 1931, ter atingido o seu objectivo com a república e empreenderá a transformação da Espanha. Cinco anos mais tarde, a guerra civil aniquilará as suas esperanças.

Em 1900, a guerra dos Boxers acaba bem para a Europa, mas é significativo que, durante algumas semanas, os Chineses tenham acreditado que podiam derrotar os Europeus e mesmo atirá-los ao mar.

O acontecimento mais importante é a guerra russo-japonesa de 1905-1906, que assinala a derrota da Rússia, a primeira vitória numa guerra clássica de um povo de cor sobre os brancos. A sua repercussão foi considerável em todo o continente asiático. Na Índia, na Indochina, por toda a parte, os povos viram nessa vitória a prova de que um dia seriam capazes de desafiar o invasor. Pode datar-se daí o despertar da Ásia, as primícias da sua emancipação e desse grande movimento dos povos de cor que culminará, precisamente meio século mais tarde, na Conferência de Bandung (1955).

Assim, nas vésperas de 1914, a situação é já ambivalente. Seguramente a Europa exerce sobre o universo um domínio ainda quase sem falha. Dirige a exploração e a valorização desse universo: fala-se e pensa-se europeu, governa-se à europeia, mas há já sinais premonitórios do seu recuo e podem já distinguir-se os primeiros abalos da Europa.

QUARTA PARTE

O SÉCULO XX
DE 1914 AOS NOSSOS DIAS

Introdução

É possível, desde o Outono de 1989, contar a história do nosso século como a de um século consumado. Até aos acontecimentos que conferiram ao ano de 1989 um lugar duradouro na memória dos homens, a característica do século xx — ao contrário dos séculos precedentes — era o facto de não ter chegado ao fim, devendo, por conseguinte, o historiador suspender qualquer juízo demasiado peremptório, bem como reservar a sua interpretação. É certo que o século xx, no sentido aritmético do termo, não alcançou ainda a sua meta; restam-lhe alguns anos até ao dia 31 de Dezembro do ano 2000, após o que se iniciará o terceiro milénio da nossa era. Mas os séculos, tal como os historiadores os delimitam, seguindo o senso comum e o julgamento da posteridade, nunca coincidem exactamente com séries de cem anos. O século xviii chegou ao fim com a reunião dos estados gerais na Primavera de 1784 e o último semestre de 1989 também fecha um ciclo. A imagem do ciclo é mais correcta do que a do parêntese: em história não se pode fechar um parêntese, como se tudo o que ocorreu no intervalo pudesse ser apagado e o curso da história pudesse ser retomado a partir do ponto de partida. Tudo deixa marcas, nas instituições, nas economias, nos comportamentos, nas mentalidades, na memória ou no inconsciente colectivo.

É consensual pensar que este ciclo se iniciou com o conflito que eclodiu na Europa em Agosto de 1914: entre o século xix e o século xx a linha de separação é, assim, marcada por aquilo a que se chamou a Grande Guerra, até que apareceu outra, em 1939, que a desclassificou e despojou do seu epíteto qualitativo, substituindo-o por um banal numeral ordinal. Os historiadores tiveram por vezes alguma relutância em aceitar como critério determinante um evento militar e, subsidiariamente, diplomático: não era isto ceder a uma concepção obsoleta da história? Não tendia uma das linhas mestras das ciências humanas a transferir a atenção para outros factos de civilização? Será, pois, a amplitude destas consequências que justifica que ainda hoje datemos a entrada no século xx da

eclosão do primeiro conflito? Directa ou indirectamente, a Primeira Guerra Mundial transformou os países que nela participaram, bem como os outros. Alterou os regimes, desordenou as economias, transtornou as sociedades, mudou por completo as relações internacionais, modificou o sistema de forças políticas; teve consequências nos espíritos e repercussões na história das ideias. Em vista do conjunto dessas consequências, não é disparatado continuar a julgar que a guerra de 1914-1918 constituiu uma ruptura decisiva na história do presente século.

Por outro lado, será prematuro dizer que já assistimos ao fim do século? É a própria natureza dos acontecimentos recentes que impõe a ideia de que se fechou o ciclo que se abrira, conforme o fenómeno que a atenção quiser privilegiar, em 1947, em 1945, em 1940, ou então em 1919, ou mesmo 1914. A emancipação dos povos que Estaline reduziu ao estatuto de satélites e que se haviam tornado democracias populares e o restabelecimento das suas relações com a metade ocidental do continente europeu constituem, a um tempo, o fim da guerra fria, a supressão da divisão da Europa e o regresso ao pré-guerra. A reunificação da Alemanha é o desaparecimento de uma das consequências mais evidentes da ambição e da derrota do III Reich, tal como a secessão dos Estados bálticos, ao recuperarem a independência, anula a extorsão perpetrada por Estaline em 1940, aproveitando a derrota da França. Mas é ainda o reaparecimento de problemas que atormentavam a Europa do período entre as duas guerras — as reivindicações da Hungria e da Roménia sobre a Transilvânia ou a discórdia na Federação Jugoslava entre os Sérvios e os Eslovénios e os Croatas* — que traz à superfície os ancestrais conflitos entre as nacionalidades que os regimes comunistas se gabavam de terem erradicado definitivamente. Quanto ao fracasso do comunismo e à sua rejeição pelas opiniões públicas, inclusive na Rússia, trata-se do fecho do ciclo que fora aberto pela revolução de Outubro de 1917, que os comunistas haviam acreditado constituir a inauguração de uma nova era na história da humanidade. Recuando passo a passo, de 1947 a 1917, eis-nos levados à orla deste século, ou seja, à Primeira Guerra Mundial.

Será que os povos teriam tido tanta esperança num futuro melhor, lutado tanto, sofrido tanto, apenas para se verem confrontados mais tarde exactamente com os mesmos problemas, embora, talvez, com menos ilusões? De qualquer modo, seria inútil refazer o caminho percorrido. Pôr essa hipótese equivaleria a esquecer que a história jamais se repete, que toda a experiência é vã. De 1914 a 1989, a Europa e o mundo mudaram prodigiosamente e o que a terceira parte deste livro pretende é assinalar as mudanças mais decisivas e medir-lhes o alcance.

Bastaria uma consideração para nos fazer abster de conferir aos acontecimentos que abalaram a Europa central e oriental em 1989 uma importância histórica tão grande que os tornasse causadores do encerramento de um ciclo para todo o universo. A verdade é que os mesmos não afectaram, aparentemente, senão o continente europeu. Reconhecer-lhes um tão grande alcance seria então

* No momento em que o autor escrevia ainda não se tinha acendido o mais violento conflito étnico na antiga Jugoslávia, entre os Mulçulmanos e os Sérvios na Bósnia. *(N. do R.)*

um sinal daquele europeísmo que há muito fez crer aos Europeus que o seu continente era o centro do mundo, bem como uma sobrevivência subtil do seu imperialismo cultural. Mas não. A objecção não padece de vícios: a ressonância destes acontecimentos ultrapassou já as fronteiras da Europa. A queda do comunismo consumou o fracasso de uma ideologia cuja ambição era à escala mundial e cujos êxitos tinham tido impacto em todo o mundo. O desmoronamento desse totalitarismo teve já consequências em cadeia noutros continentes.

Do Verão de 1914 ao Outono de 1989, o século XX durou então exactamente três quartos de século: uma duração inferior à do século propriamente dito, mais curta do que a do século XIX, mas cuja brevidade foi compensada, e largamente, pela sucessão dos acontecimentos, a densidade das experiências e a extensão das mutações. Século de ferro, talvez um dos mais negros da história, que traiu as esperanças que os finais do século XIX nele haviam depositado e que nos lembra que a história pode ser trágica. Século que deixa aos seus herdeiros uma sucessão difícil, mesmo que o mundo esteja comprometido desde 1990 numa nova história, cujos «traços característicos» não podemos ainda discernir.

1

A Primeira Guerra Mundial

1.1. As origens da guerra

O caso das causas dos grandes acontecimentos é um caso particular de um problema que já encontrámos mais de uma vez. Quer se trate de revoluções ou de guerras, metodológica e filosoficamente, o problema é o mesmo: como pode algo de novo sair do antigo? Como se passa de um estado de coisas a outro, de um regime a uma revolução, de um estado de paz internacional a um conflito?

As origens são múltiplas.

Algumas causas são circunstanciais e imediatas. São aquelas que uma análise propriamente cronológica põe em evidência. A conflagração do mês de Agosto de 1914 resulta da crise diplomática que estalou no dia 28 de Junho de 1914, com o atentado de Sarajevo. E reconstituir o encadeamento dos acontecimentos que conduz do assassínio do arquiduque Francisco Fernando à declaração de guerra é uma primeira maneira de responder à questão. É a crise do Verão de 1914, crise militar e diplomática.

Mas não passa de uma resposta provisória, pois, se o acidente de 28 de Junho desencadeou tais consequências, foi porque surgiu num contexto portador das virtualidades de guerra. Noutras alturas, o mesmo acidente teria emocionado a opinião pública, mas não teria tido consequências graves. Ele veio juntar-se a um conjunto de factores anteriores. São as causas preexistentes, as engrenagens e os mecanismos desta máquina infernal que é necessário desmontar.

Para esta questão, que nos faz recuar um pouco mais no passado, propõem-se várias respostas.

Uma é jurídica. Tem a seu favor a vantagem da simplicidade e teve também durante muito tempo a autoridade de um veredicto judicial. É a que é caucionada pelo Tratado de Versalhes, no artigo 231.º, que atribui a reponsabilidade da guerra às potências centrais e, em especial, à Alemanha. Explicação simples. Para quê procurar mais longe? A causa da guerra reside na vontade de fazer a guerra por parte de uma ou diversas potências que desejam instaurar a sua hegemonia.

Era este artigo que legitimava as reivindicações dos aliados. Era por ser responsável pela guerra que a Alemanha devia assumir as suas responsabilidades até ao fim e indemnizar os vencedores por toda a espécie de perdas que a guerra lhes ocasionara. A opinião pública alemã não aceitou este julgamento, que valeu ao Tratado de Versalhes o nome de *Diktat*.

Hoje já ninguém pensaria em fazer a mesma leitura do artigo 231.º e em sustentar que a Primeira Guerra Mundial resultou exclusivamente da vontade de fazer a guerra do governo alemão. Isto não diminui a sua responsabilidade, mas outros tiveram também a sua parte de responsabilidade. Torna-se necessário orientarmo-nos para outros elementos de explicação. De qualquer maneira, resta apurar por que quis a Alemanha a guerra. A pouco e pouco, indo dos efeitos às causas, a crise do Verão de 1914 obriga-nos assim a recuar no tempo. A responsabilidade, presumida ou aceite, da Alemanha leva-nos a perguntar: por que quis a Alemanha (ou teria querido) a guerra?

A segunda explicação é de ordem económica: a guerra teria resultado da conjuntura e da inadequação das estruturas. O esquema é clássico e vamos ver como se aplica à Alemanha. A economia alemã estava em plena expansão. Um desenvolvimento contínuo era para ela uma necessidade vital. Os seus enormes investimentos deviam ser amortizados. A sua rendibilidade exigia que a Alemanha encontrasse novos mercados. A sua política comercial estava integralmente orientada para a conquista dos mercados externos. Provam-no as suas práticas comerciais, sobretudo o *dumping**. Esta política comercial fá-la entrar em competição sobretudo com a Grã-Bretanha e, acessoriamente, com a França. A rivalidade económica entre as velhas potências coloniais e a Alemanha provoca toda a espécie de conflitos, desde a China até Marrocos.

Ao mesmo tempo que procura abrir mercados para si, a Alemanha fecha-se ao comércio externo. É o que a distingue da Grã-Bretanha. A economia britânica não era portadora do germe de guerra, pois assentava no liberalismo e na reciprocidade das trocas. A Inglaterra renunciou ao proteccionismo em 1846 e aboliu, em 1849, o Acto de Navegação. A Alemanha, pelo contrário, conjuga uma política de exportação, análoga à da Grã-Bretanha, com uma política de

* Política comercial que consiste em vender os produtos nos mercados externos por preços artificialmente baixos, se necessário abaixo do custo, para eliminar a concorrência e garantir uma posição dominante no mercado, com as vantagens inerentes. *(N. do R.)*

encerramento do seu mercado interno, associando o monopólio do mercado nacional à conquista do mercado externo. É uma política plena de contradições que a leva a entrar em conflito com outras potências. Nos anos que precedem 1914, a opinião pública tem o sentimento de estar cercada e de sufocar. É grande a tentação de vencer a concorrência pela força e de abrir por meio da guerra os espaços que se fecham. A guerra de 1914 teria então decorrido directamente do imperialismo económico, o que ilustraria a tese clássica do marxismo-leninismo, para o qual o estádio último do capitalismo é levado à guerra para sobreviver.

Qual é o valor deste esquema explicativo?

Todos os trabalhos dos historiadores, nomeadamente os do historiador francês que melhor conhece o período, P. Renouvin, reduzem-lhe o alcance. É demasiado sistemático: a economia alemã não estava em dificuldades, nada tornava inevitável o recurso à guerra. Outras possibilidades se lhe ofereciam. Não é verdade que à economia alemã restasse apenas a alternativa da guerra.

É forçoso levar em linha de conta um conjunto de factores diferentes, políticos, militares e psicológicos. Vou enumerar, sem procurar por ora estabelecer entre eles uma hierarquia por ordem de importância, os elementos que já conhecemos e que constituem igualmente componentes de uma situação objectivamente belicosa.

As dificuldades internas dos Estados

Vários Estados europeus debateram-se com sérias dificuldades, e é forte a tentação para procurar manobras de diversão e para consolidar as posições mediante sucessos externos: em 1914 raciocina-se com base nas guerras do século XIX, nas quais os riscos eram limitados.

É o que sucede com dois grandes Estados da Europa de 1914: a Rússia, que se debate com um agitação revolucionária desde a revolução de 1905 e não se recompôs da sua derrota de 1905 frente ao Japão, e a Áustria-Hungria, dilacerada pelas reivindicações das nacionalidades. De resto, o cálculo não era inteiramente despropositado. Se a guerra não tivesse durado tanto tempo, teria produzido os efeitos desejados. Isto não quer dizer que os governos russo e austro-húngaro a tenham desejado, mas certos responsáveis não afastavam essa eventualidade. De facto, a guerra começou por reforçar a coesão nacional. Num primeiro tempo, uma onda de unanimidade varre as disputas, anula as dissensões. Mesmo as nacionalidades cercam fileiras à volta do governo dos Habsburgos. Na Rússia todas as tendências de opinião se reagrupam por detrás do governo. A fórmula da união sagrada lançada em França pelo presidente Poincaré poderia aplicar-se, pelo menos nos primeiros meses, a quase todos os beligerantes.

As dificuldades externas

Ao lado das dificuldades internas, as dificuldades externas: entre umas e outras há por vezes interferências. As dificuldades que as nacionalidades susci-

tam à Áustria-Hungria encontram alimento além-fronteiras. Ela pode esperar resolver de um só golpe tanto as suas dificuldades internas como as que os seus vizinhos lhe causam. A separação da Sérvia suprimiria o pólo de atracção que o mito de uma grande Sérvia exercia sobre as nacionalidades croata, sérvia, eslovena, bósnia, herzegovina.

São estes os aspectos de um fenómeno que foi uma causa determinante do conflito: o movimento das nacionalidades, a aspiração à independência nacional, a reivindicação da unidade ou do separatismo, conforme as situações. Os nacionalistas tiveram parte no nascimento do conflito. A partir de 1905, a febre aumenta, as paixões exasperam-se até tudo dominarem em 1914. Deste ponto de vista, a guerra de 1914 é bem o resultado dos movimentos que vimos surgir e entrecruzar-se no século XIX.

Estes elementos são ainda agravados pela expansão ultramarina e pela corrida aos raros territórios ainda disponíveis. Quase todas as terras foram apropriadas, enquanto o número dos pretendentes aumenta. Os sonhos de hegemonia, as vontades de poder, estendem-se a todo o mundo, e já não apenas à Europa. Projectam-se nos outros continentes. Para a Alemanha é o abandono da política bismarckiana, que era, desde 1871, uma política de paz: Bismarck era suficientemente realista para saber que a Europa não toleraria outros alargamentos territoriais. A Alemanha, no centro da Europa, ligada por tratados à Áustria, à Itália, à Rússia, e que mantém boas relações com a Inglaterra, é senhora da paz. Todavia, após a demissão de Bismarck e a chegada de Guilherme II, a Alemanha passa de uma política de equilíbrio europeu à *Weltpolitik*, que é uma política de expansão aventureira, de hegemonia, portadora de germes de guerra.

A situação internacional caracteriza-se a partir de 1900 por aquilo a que se chama a «paz armada». A expressão associa dois elementos característicos: os sistemas de alianças e a corrida aos armamentos.

Por um lado, os sistemas de alianças. A França saiu do isolamento, a partir de 1892, com a aproximação franco-russa, a política de Delcassé, que afasta a Itália da Tríplice Aliança, a aproximação com a Inglaterra, a Entente Cordiale, em 1904, o sistema triangular em que se fundem a aliança franco-russa e a Entente Cordiale (1907). Há desde então um outro sistema de alianças frente a frente com o da Tríplice Aliança.

Por outro lado, a corrida aos armamentos, a aprovação de leis militares que envolvem, ano após ano, créditos cada vez mais consideráveis, que prolongam a duração do serviço militar, reforçam o armamento, constroem novos arsenais.

A conjugação dos sistemas de alianças e da corrida aos armamentos faz crescer o mecanismo da generalização do conflito a partir de uma rivalidade limitada. Eis a originalidade da guerra mundial. Houvera guerras no século XIX, mas sempre limitadas: a de 1914 estendeu-se à Europa e ao mundo em consequência da paz armada.

Não deverá subestimar-se o papel dos factores propriamente psicológicos — receio do cerco, vontade de acção preventiva —, que explicam a aquiescência ou a resignação à guerra.

Desde 1905, as crises sucederam-se quase todos os anos. A Europa entrou em águas perigosas: Tânger em 1905, a Bósnia-Herzegovina em 1908, Marrocos, uma vez mais, em 1911, os Balcãs em 1912-1913. A guerra ameaça. Uma parte da opinião pública resigna-se e prepara-se. A Europa, nas vésperas do Verão de 1914, está à mercê de um acidente que, relacionando bruscamente todos estes elementos, fará da situação diplomática, política e militar uma máquina infernal.

1.2. Os aspectos da guerra

Três aspectos contribuem para singularizar a Primeira Guerra Mundial relativamente aos conflitos precedentes: a sua duração, a sua extensão no espaço, determinadas formas novas e inéditas.

A duração

É invulgar. Será necessário remontar às guerras napoleónicas para encontrar conflitos que durem assim vários anos. As únicas guerras longas que a Europa conhecera desde então eram guerras que ela travava em territórios ultramarinos, como a guerra dos Bóeres, que opôs durante três anos o corpo expedicionário britânico ao povo bóer, que defendia a sua independência.

Na verdade, houve uma guerra no século XIX que durou tanto tempo como vai durar a Primeira Guerra Mundial, mas foi uma guerra civil: a guerra da secessão, que durou exactamente quatro anos, de Abril de 1861 a Abril de 1865. Por conseguinte, as guerras longas correspondem a determinadas formas de conflito, conflitos coloniais travados a milhares de quilómetros das metrópoles ou conflitos internos.

Por isso, toda a gente pensa, no princípio do Verão de 1914, que a guerra não durará mais do que algumas semanas, no pior dos casos alguns meses. A estratégia dos beligerantes assenta no postulado de uma guerra curta cuja decisão será encontrada no decurso dos primeiros recontros: é a guerra de movimento. Esta estratégia inspira tanto o plano alemão de envolvimento da frente francesa por oeste como as esperanças postas pelos aliados no avanço, a leste, do «cilindro compressor» russo.

Ora, a guerra vai prolongar-se. Nos primeiros meses, nenhum beligerante conseguiu assegurar essa vantagem decisiva que devia levar à vitória e ao fim da guerra: nem os Alemães em França após a recuperação imprevista do princípio de Setembro na batalha do Marne, nem os Russos na Prússia oriental, onde são batidos em Tannenberg.

Eis os beligerantes obrigados a rever os seus planos, conduzidos pelos acontecimentos, cujas necessidades se lhes impõem mais do que previam. Ambas as partes instalam-se na guerra, a frente imobiliza-se, passa-se da guerra de movimento, seguida do corso no mar, a uma guerra de posição, com uma frente contínua que torna a penetração irrealizável. A guerra reveste-se deste então de

aspectos inesperados. É o regresso à velha guerra do passado, a guerra de cerco, mas uma guerra de cerco à dimensão dos Estados modernos e que, em vez de se estender à volta de algumas praças fortificadas, se desenrola ao longo de centenas de quilómetros, do mar do Norte à fronteira suíça, do Báltico aos Cárpatos, e opõe milhões de homens.

É este o ponto de partida que inflecte bruscamente o curso das operações militares e confere a este conflito mundial um aspecto imprevisto cujas consequências vamos analisar.

A extensão geográfica

A duração vai ter, como primeira consequência, a extensão no espaço. É em parte porque a guerra se prolonga e ameaça eternizar-se que os dois sistemas diplomáticos e militares adversos tentam atrair aqueles que se mantêm na expectativa: os neutros.

De repente, a guerra tomou proporções insólitas, consequência directa do sistema da paz armada. O jogo dos compromissos, que as alianças comportam, envolve nas primeiras semanas numerosos países no conflito. Constituem-se duas coligações. De um lado — enumerando os países pela ordem em que a guerra os atinge —, a Sérvia, objecto do ultimato austríaco e da declaração de guerra; o pequeno reino de Montenegro; a Rússia, aliada da Sérvia e que não pode deixar os irmãos eslavos do Sul serem esmagados; a França, porque é aliada da Rússia e porque é intimada pela Alemanha a pronunciar-se claramente; em seguida, a Bélgica, logo que o rei Alberto recusou ceder ao ultimato alemão; a Grã-Bretanha, devido à invasão belga, e o império britânico, assim como as colónias francesas. Estes países representam na Europa aproximadamente 240 milhões de homens. No outro campo, os dois impérios centrais, Áustria-Hungria e Alemanha, não alinham mais do que 120 milhões.

Há, assim, de início, uma grande desigualdade numérica entre as duas coligações. Mas a força militar de um país não é só função do número, é a resultante de numerosos factores e, entre outros, da capacidade para mobilizar homens, do grau de poderio económico. Deste ponto de vista, os 240 milhões que constituem a Entente pertencem a sociedades muito desiguais. Por outro lado, os impérios centrais, devido à sua posição geográfica, dispõem de uma vantagem estratégica considerável, a possibilidade de deslocarem as forças de uma frente para a outra, enquanto a Entente está dividida entre duas frentes que não comunicam entre si.

Assim, desde os primeiros dias de Agosto de 1914, as cinco grandes potências — Alemanha, Áustria, Rússia, França, Grã-Bretanha —, aquelas cujo acordo constituía o que a linguagem diplomática tradicional designava por «concerto europeu», reuniram-se na guerra pela primeira vez desde 1815. Até então, os conflitos nunca tinham oposto senão dois ou três destes países entre si, e nunca todos juntos. Na guerra da Crimeia, a França e a Inglaterra tinham-se oposto à Rússia, mas a Áustria e a Prússia tinham ficado fora do conflito. Em 1870, a França e a Prússia tinham-se combatido, enquanto os outros países

tinham permanecido neutros. 1914: é a primeira vez, desde o fim das guerras napoleónicas, que toda a Europa se precipita na guerra.

As coisas não ficaram por aí. Sob a influência de vários factores conjugados, o conflito vai alastrar rapidamente.

A pressão da diplomacia dos beligerantes

À medida que a guerra se prolonga, cada um dos dois campos entrega-se a um leilão junto dos países neutros, oferecendo-lhes mais para os persuadir a entrarem, por sua vez, na guerra e inverterem o equilíbrio das forças.

Multiplicam-se as promessas para os seduzir ou manter na guerra aqueles que se sentissem tentados a abandonar o conflito. Assim, a França e a Inglaterra fazem à Itália promessas substanciais: se sair da neutralidade, recuperará as terras irredentas*. A Rússia exige Constantinopla em troca da sua fidelidade.

Estes objectivos de guerra são frequentemente contraditórios: as exigências formuladas nem sempre são conciliáveis. São o germe de divergências que surgirão em plena luz após o armistício, durante a Conferência da Paz, e que levarão, por exemplo, a Itália a boicotá-la durante algumas semanas.

Reivindicações dos governos neutros

Segundo factor que arrasta o alargamento do conflito: o desejo de alguns governos neutros assegurarem benefícios. Os neutros serão mantidos à margem da Conferência da Paz: não terão a possibilidade de formularem reivindicações. O único meio é passarem da neutralidade à beligerância. É o cálculo que inspirara, meio século antes, a diplomacia de Cavour, ao declarar guerra à Rússia. Perguntava-se na época que diferendo podia opor o Piemonte à Rússia: tratava-se apenas do meio de apresentar, no Congresso de Paris, as reivindicações contra a Áustria.

Pressão das opiniões públicas

Terceiro factor: em certos países, a manifestação repentina de uma parte da opinião pública que faz pressão sobre o governo a favor da entrada na guerra. Assim acontece em Itália, onde um sector, os patriotas de direita e a facção socialista que segue Mussolini, se declara a favor da intervenção.

Todos estes factores provocam um alargamento progressivo do conflito. Pode distinguir-se uma espécie de círculos concêntricos à volta do foco inicial da guerra na Europa continental. O primeiro país a sair da neutralidade é o Império Otomano, que, em Novembro de 1914, se alia aos impérios centrais. O Império Otomano era já desde há muito uma espécie de colónia da Alemanha: terreno de

* Terras pertencentes à Áustria e que eram reclamadas pela Itália como seu território histórico, em especial pelo movimento chamado do irredentismo. *(N. do R.)*

expansão do imperialismo económico, fora sob a direcção de oficiais alemães que o exército e a marinha turcos tinham sido reorganizados. Os laços estreitos entre o Império Otomano e a Alemanha predispunham-se a colocar-se ao lado dos impérios centrais. A sua entrada na guerra tem grandes consequências estratégicas: o encerramento dos estreitos. A Rússia fica impossibilitada a partir de então de manter comunicações marítimas com os seus aliados ocidentais, de receber deles o material. Todas as tentativas para forçar os Dardanelos fracassam. Segunda consequência: a guerra estende-se à Ásia, pois o Império Otomano ocupa áreas da Europa e do continente asiático. O Médio Oriente é arrastado para a guerra ao lado da Alemanha e da Áustria. A partir de então o bloco dos impérios centrais dispõe-se segundo uma espécie de grande eixo, orientado, *grosso modo*, de noroeste para sueste, do mar do Norte ao golfo Pérsico.

Maio de 1915: é a vez de a Itália entrar na guerra, mas ao lado dos aliados. É aberta uma nova frente nos Alpes orientais, e a Áustria, que só tinha de combater, na frente leste, a Rússia e a Sérvia, vê-se obrigada a voltar-se também para oeste, entre o Trentino e o Adriático.

A partir de Outubro de 1915 é a entrada na guerra de pequenos países balcânicos, com uma série de intervenções em cascata. Primeiro a Bulgária. É uma consequência das guerras em que, dois anos antes, se vira envolvida com os seus aliados balcânicos, vencedores da Turquia. Em 1912 e 1913 tinham-se sucedido duas guerras balcânicas: em 1912, a coligação da Grécia, da Sérvia, da Bulgária e da Roménia tinha obrigado o Império Otomano a ceder quase todos os seus territórios europeus, com excepção da Trácia. No ano seguinte, a Bulgária, descontente com a partilha territorial, toma a iniciativa das operações. Mas é vencida pela coligação dos outros três países que se lhe opõem. É para rectificar este resultado que a Bulgária entra na guerra em Outubro de 1915, esperando vingar-se da Roménia e da Sérvia. Agosto de 1916: a Roménia junta-se ao campo dos aliados. Junho de 1917: contra vontade, a Grécia é envolvida na guerra pelos aliados. Estes, para prestarem assistência à Sérvia e à Roménia, decidiram abrir uma segunda frente nos Balcãs — é o campo entrincheirado de Salónica — e forçam a mão ao governo grego, depõem o rei Constantino, apoiam Venizelos.

Recordemos a participação, a partir de Março de 1916, de Portugal, que enviou, a título simbólico, uma divisão para a frente francesa.

No total, entraram no conflito catorze países da Europa. Em 1917 só existem como neutros na Europa, ao centro, a Suíça e, na periferia, pequenos países, os Países Baixos, os reinos escandinavos e a Espanha. Todos os outros foram envolvidos num conflito cuja intensidade não pára de aumentar.

Mas as dimensões do conflito não se limitam ao continente europeu: estendem-se aos outros por um duplo processo. Por um lado, através dos laços que submetem os territórios coloniais às potências europeias. É o caso de África, que, em 1914, é em nove décimos do seu território possessão colonial. As colónias seguem o destino das metrópoles, tomam parte no esforço de guerra, fornecem combatentes e servem mesmo de teatro de operações, quando os

Franco-Britânicos ocupam, uma após outra, as colónias alemãs de África — os Camarões, o Togo, o Sudoeste da África central.

Um segundo factor determina o alargamento do conflito a outros continentes para além da Europa: a vontade de alguns Estados por razões semelhantes às que ditaram a beligerância da Itália. É esse o cálculo do Japão, que julga ter mais vantagens em entrar na guerra do que em permanecer neutro; assim, a partir de Agosto de 1914, o Japão declarou guerra à Alemanha. Fê-lo em virtude do tratado que o unia a Grã-Bretanha desde 1902 e também porque a ocasião lhe pareceu boa para se apoderar das bases alemãs na China, sobretudo em Xantum. Nominalmente, a China também entra na guerra para não ficar atrás do Japão.

Depois da Ásia e da África, o continente americano. No total, onze países do hemisfério ocidental entram em guerra. Na maior parte dos casos, a participação é simbólica e não de molde a alterar o equilíbrio das forças. O que já não acontece com a intervenção dos Estados Unidos. É em Abril de 1917 que o presidente Wilson propõe ao Congresso entrar na guerra.

No total, contando com os domínios britânicos, participaram no conflito cerca de trinta e cinco Estados. Todos os continentes estão nele representados: centenas de milhões de homens. É a primeira vez na história que uma conflagração toma tal amplitude e este alargamento é uma consequência do prolongamento da guerra. Foi porque a guerra durou tanto tempo que numerosos países venceram as suas hesitações ou acabaram por ceder à pressão dos primeiros beligerantes. O objectivo é sempre o de romper o equilíbrio ou de o restabelecer quando se encontra ameaçado.

A duração anormal da guerra e a sua insólita extensão estão na origem das inovações que apresenta, terceiro aspecto da sua singularidade.

As novas formas

Esta guerra, precisamente porque é uma guerra de posições, reclama o envolvimento de forças cada vez maiores. É a primeira experiência a propósito da qual pode empregar-se, sem exagero, a expressão *guerra total*. Certamente que é menos total — se assim pode dizer-se — do que a Segunda Guerra Mundial, mas apresenta já traços tão originais que assinala uma mutação profunda, uma ruptura com os hábitos tradicionais.

Os efectivos

É, em primeiro lugar, a mobilização dos efectivos levada a um grau até então desconhecido. As guerras tradicionais alinhavam efectivos que não ultrapassavam algumas centenas de milhares de homens. A opinião pública ficara estupefacta, em 1812, com o grande exército enviado para a Rússia: contava cerca de 600 000 homens. O número parece irrisório tendo em vista os milhões, mesmo dezenas de milhões de homens mobilizados ao longo de quatro anos. Em França — o país que levou mais longe a mobilização dos efectivos —, perto de 8,5

milhões de homens numa população que não atingia então 40 milhões, ou seja, mais de um quinto dos habitantes, encontravam-se mobilizados, contra 14 milhões de alemães. A Grã-Bretanha introduz, em 1916, o recrutamento geral. A Rússia mobiliza ainda maiores contingentes para suprir as carências de material.

A mobilização dos recursos

É preciso abastecer estes milhões de homens, assegurar-lhes o municiamento. O grande receio dos estados-maiores e dos ministros da Guerra, no Outono de 1914, não é tanto a ruptura da frente, nem a falta de homens, mas a eventualidade de uma ruptura dos *stocks* de munições: não se tinha contado com uma guerra prolongada e as reservas esgotaram-se no começo do Outono. Foi assim necessário forjar, com todos os recursos, uma indústria de guerra, criar fábricas de armamento, recrutar uma mão-de-obra de substituição, em grande parte feminina, que toma o lugar dos homens enviados para a frente. Fizeram-se regressar também especialistas que foram objecto de atribuições especiais.

Foi necessário criar uma direcção da economia: o Estado teve de regulamentar, controlar, organizar, racionar, recursos que pudessem esgotar-se ou cujas disponibilidades não acompanhassem as necessidades da indústria de guerra ou o abastecimento da população. Veremos o alcance longínquo e as consequências institucionais, administrativas e psicológicas desta intervenção do poder público e do controle exercido em todas as actividades económicas e sociais.

As novas armas

Em primeiro lugar, a guerra põe em jogo novas armas. A guerra propriamente militar desdobra-se numa guerra económica que visa atingir o adversário na sua economia de produção, paralisar a sua actividade, impedindo a chegada das matérias-primas. Os aliados põem os impérios centrais em situação de bloqueio. Dispondo do domínio dos mares, apoiados pela indústria americana, tentam isolar os impérios centrais e obrigá-los a capitular por asfixia. A Alemanha responde com a guerra submarina, declarando, por seu lado, em estado de bloqueio as Ilhas Britânicas, capturando todos os navios mercantes, mesmo aqueles que arvoram bandeira neutra, mas que transportem, com destino à França ou à Grã-Bretanha, mateiral de guerra ou apenas produtos destinados a abastecer a população ou a indústria. Assim se envereda para uma guerra efectivamente total.

Guerra económica e mobilização da população civil são outras tantas etapas do deslizar da guerra para formas radicais. No século XIX a vida civil prosseguia à margem das hostilidades. O mesmo já não se passa a partir de 1914.

A guerra psicológica

Como não é possível romper a frente, procura-se torneá-la, atingindo o moral. É o objectivo dos bombardeamentos das capitais e das cidades abertas.

É também a razão de ser da propaganda. A importância do factor moral cresce à medida que a guerra se prolonga. Afigura-se cada vez mais claramente que nenhum dos campos dispõe dos meios para alcançar uma vantagem estratégica. Serão então a lassidão e o desgaste do moral que vão desempatá-los.

Ora, em 1917, os dois campos aproximam-se do ponto de ruptura. Daí a importância capital do ano de 1917. É o ano ao longo do qual a guerra poderia ter tomado outro curso, talvez mesmo acabar: durava há já três anos. Acima de tudo, 1917 sucede ao ano de Verdum, 1916, em que a Alemanha e a França se esgotaram sem que nenhuma delas tivesse adquirido qualquer vantagem. Em 1917, diversos países aproximam-se do ponto crítico, em que tudo se torna possível, a capitulação, a paz branca*. É o que sucede, em primeiro lugar, com a Rússia, mas também com a França. É o ponto de viragem da guerra.

A revolução russa modifica bruscamente a relação de forças em detrimento dos aliados, se bem que o primeiro governo russo tenha declarado a sua intenção de prosseguir a guerra e de se manter fiel aos compromissos internacionais da Rússia. Mas a revolução cedo desorganiza a máquina de guerra, enfraquece a vontade de guerra. É normal que a Rússia tenha sido a primeira a ceder: era o país que tinha pago o mais pesado tributo em homens, que sofrera as maiores perdas. A Rússia estava mal preparada para a guerra. Não aprendera nada com a sua derrota frente ao Japão, em 1905. A sua organização era defeituosa, o material insuficiente, a intendência quase inexistente. Durante três anos, os soldados russos colmataram estas carências à força de coragem, mas o cansaço acabou por vencê-los.

A primeira revolução russa, seguida da segunda, em Outubro-Novembro de 1917, provoca duas ordens de consequências para a história da guerra.

São, primeiro, consequências militares. Com a paz separada de Brest-Litovsk, a famosa ruptura do equilíbrio que os estados-maiores procuravam havia três anos produziu-se a favor da Alemanha. Um dos principais beligerantes está fora de jogo e o grande estado-maior alemão aproveita o ensejo para deslocar para o oeste a quase totalidade das suas forças. As divisões do Leste atravessam a Alemanha e são transferidas para a frente ocidental. Ora, Franceses e Ingleses mal conseguiam suster o avanço alemão. Sem dúvida, a entrada dos Estados Unidos na guerra, em Abril de 1917, deixa antever o restabelecimento do equilíbrio, e mesmo a sua inversão, com vantagem para o Ocidente. Mas essa inversão só poderá verificar-se ao fim de um ano ou de dezoito meses, pois os Estados Unidos não têm qualquer força militar. Têm de improvisar um exército, uma indústria de guerra, a partir do nada. As primeiras unidades chegam no Outono de 1917 e só durante o Verão de 1918 é que as unidades americanas começam a ser utilizadas maciçamente. Há assim um hiato de quase um ano; resistir-se-ia até lá?

São, em seguida, consequências políticas. A revolução russa desperta sentimentos até aí contidos pela união sagrada e questiona a vontade de fazer a guerra

* Isto é, uma paz que recolocaria tudo como antes da guerra. *(N. do R.)*

até ao fim. Para alguns é um exemplo a seguir. O socialismo de esquerda conhece uma nova vitalidade: o derrotismo revolucionário desperta e junta-se ao desejo de paz. Em França, sobretudo em Itália, onde uma parte da opinião pública só entrara na guerra às arrecuas (socialistas, sindicalistas, católicos), acordam os fermentos de divisão. A acção dessas forças centrífugas, conjugada com o desgaste físico e nervoso, explica que o ano de 1917 seja o ano difícil: greves nas fábricas de armamento em França, motins que alastram nas unidades da frente. Alguns políticos preconizam a abertura de negociações para uma paz branca. Prevalecerá o derrotismo e ganharão os impérios centrais a guerra?

Porém, uma reviravolta da situação em Novembro de 1917 faz com que em França — a França é a peça fulcral da coligação — triunfe a corrente favorável a que se trave a guerra até ao fim: a chegada de Clemenceau à presidência do conselho e a formação de um governo que tem como programa fazer a guerra até ao fim põem fim às negociações, esmagam o derrotismo; citam-se no tribunal supremo os políticos suspeitos de sonharem com uma paz branca. Em 1918, a situação inverte-se. O fortalecimento do moral, a nomeação de um comandante interaliado, que coordena o conjunto das forças militares do Ocidente, a intervenção dos Americanos. Finalmente, é a vitória, o armistício de 11 de Novembro de 1918.

2

As consequências da guerra

A guerra e a vitória dos aliados tiveram consequências múltiplas e decisivas. Não deixaram praticamente nada no estado em que a guerra encontrara os aliados em Julho de 1914. O aspecto da Europa e a fisionomia do mundo saem profundamente transformados ao fim destes quatro anos. Tomaremos a situção em 1920, após a Conferência da Paz e a assinatura dos diferentes tratados que regulamentam o conflito.

2.1. As transformações territoriais

As consequências mais visíveis e que advêm directamente das operações militares são as transformações territoriais. Elas são consideráveis. O mapa da Europa sai profundamente modificado: não deixa de ser interessante observar um atlas para pôr em paralelo o mapa da Europa de 1914 e o do pós-guerra.

A Conferência da Paz inicia-se em Paris em Janeiro de 1919. Estão representados vinte e sete países. São demasiados para permitirem uma negociação eficaz e rápida. Não tarda a constituir-se um organismo mais restrito, chamado o Conselho dos Dez — os dez países que tiveram o papel mais importante na

guerra. Acima deste Conselho dos Dez, o Conselho dos Quatro: Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália, reduzidos por algum tempo a três devido à saída do presidente do Conselho italiano, Orlando: o presidente dos Estados Unidos, Wilson, o primeiro-ministro britânico, Lloyd George, o presidente do Conselho francês, Georges Clemenceau. Foi o Conselho dos Quatro que tomou as decisões capitais e arbitrou os diferendos entre pretensões rivais.

O Tratado de Versalhes é o mais conhecido, mas não é o único: é seguido por um cortejo de tratados que põem fim à guerra com os aliados da Alemanha, com os seus herdeiros ou com as potências balcânicas. Estes tratados têm todos o nome de palácios ou residências reais dos arredores parisienses: o Tratado de Sèvres com o Império Otomano, o Tratado de Trianon com a Hungria, o Tratado de Saint-Germain com a Áustria, o Tratado de Neuilly com a Bulgária. Os tratados são assinados entre 1919 e 1920. Eis a razão pela qual considero o ano de 1920 como data de referência: é o momento em que todos estes tratados começam a ser aplicados.

Estes tratados consagram a derrota dos grandes impérios. Quatro impérios desaparecem ou são substancialmente amputados: é uma mudança de primeira grandeza. É necessário recuar ao Congresso de Viena ou à paz de Vestefália para encontrar algo de equivalente à transformação territorial de 1919-1920.

A Áustria-Hungria deixa de existir. Áustria e Hungria, até então ligadas por um laço dinástico, são separadas. As duas cabeças de águia são para sempre desligadas. As nacionalidades submetidas constituem outros tantos Estados nacionais. É, simultaneamente com o fim do dualismo, a desagregação do império dos Habsburgos. As forças centrífugas prevalecem sobre a coesão: a série de tratados consagra a emancipação das nacionalidades.

A Roménia sai engrandecida: as províncias da Moldávia e da Valáquia, que tinham obtido a independência no Congresso de Paris (1856), uniram-se e, depois, formaram o reino da Roménia. Este ampliou-se na direcção oeste, para a Transilvânia, para lá dos Cárpatos, em detrimento da Hungria, na direcção do Nordeste, da província de Bessarábia, separada da Rússia, e na direcção sul, da Dodruja, disputada pela Bulgária e pela Roménia. A Roménia é uma das grandes beneficiárias da paz.

Nasce uma grande Sérvia, que reúne o reino da Sérvia, o reino de Montenegro, a Bósnia e a Herzegovina, que eram, desde 1878, uma espécie de mandato austríaco, a Macedónia. Tudo isto constitui o grande reino da Jugoslávia, unindo os Sérvios, os Croatas e os Eslovenos.

No Norte dá-se o nascimento do Estado checoslovaco, que reúne o antigo reino da Boémia, a Eslováquia e a Ruténia sul-carpática.

Três Estados consideravelmente aumentados ou mesmo completamente criados, ao lado de uma Áustria reduzida à expressão mais simples e de uma Hungria amputada de minorias passadas para o domínio dos Eslavos. É a fragmentação da Europa danubiana.

É também o fim do Império Otomano: o acontecimento é talvez ainda mais considerável do que o desaparecimento do império dos Habsburgos. Não se trata

apenas da solução da questão do Oriente, mas do fim de um milénio de história. O desaparecimento do Império Otomano encerra uma história iniciada no século XI, com a chegada dos Turcos à Anatólia, prosseguida com a tomada de Constantinopla, em 1453. O Tratado de Sèvres completa o balanço das guerras balcânicas. Em 1912, o Império Otomano vira-se forçado a renunciar a quase todas as suas possessões europeias; em 1920 perde três quartos das suas possessões asiáticas. A Turquia — nome que tem o ex-Império Otomano — fica reduzida ao planalto anatoliano. Depois de ter recuado perante a Europa, ei-la, na Ásia, obrigada a ceder às reivindicações das nacionalidades da Ásia anterior. Sobre as ruínas do Império Otomano erguem-se novos Estados: Iraque, Síria, Líbano, Palestina, Transjordânia. O Império Otomano desaparece como força política. O califado será abolido alguns meses mais tarde.

Os outros dois impérios são menos postos à prova: não desaparecem completamente. Se a Áustria-Hungria se desintegra e o Império Otomano desaparece, a Rússia e a Alemanha subsistem, mas sofrem amputações consideráveis.

A Rússia perde todas as suas conquistas dos dois últimos séculos. A fachada ocidental, laboriosamente erguida por Pedro, *o Grande*, e Catarina, desmorona-se a um tempo. Reconstitui-se uma grande Polónia, que se estende para leste, em prejuízo de uma parte da Rússia branca e da Ucrânia russa. A Finlândia conquista a independência. Formam-se três Estados bálticos a partir das províncias conquistadas outrora aos Suecos: Estónia, Letónia e Lituânia. Finalmente, vimos que a Rússia teve de ceder a Bessarábia à Roménia. É um recuo considerável para leste. Eis a Rússia repelida em toda a linha. Em 1920, de resto, as fronteiras não estão ainda fixadas. Neste caso não é a data de 1920 que deve ser tomada como ponto de referência, mas 1922. Em 1920, a guerra entre a Rússia e a Polónia atinge o auge e os cavaleiros de Budienny chegam às portas de Varsóvia. É em 1922 que a Rússia reconhece as suas perdas territoriais e celebra a paz com a Polónia e os Estados bálticos.

Dos quatro grandes impérios, o menos atingido é, ao fim e ao cabo, a Alemanha. Perde cerca de um sétimo do seu território europeu e todas as suas colónias. Era, dos quatro, a única potência colonial. Vai ter de ceder todas as suas colónias, que são partilhadas entre a França, a Inglaterra, o Japão, a África do Sul. Na Europa, a oeste, devolve à França a Alsácia e a parte anexada da Lorena; à Bélgica o que chamamos os cantões resgatados: Eupen e Malmédy. O território do Sarre fica durante quinze anos submetido a um estatuto provisório, até que seja adoptada uma solução definitiva em 1935. É a leste que a Alemanha sofre as mutilações mais sensíveis: é em parte à sua custa que se reconstitui a Polónia. Perde a Posnânia e a Alta Silésia, Dantzig é separada e erigida em cidade livre. Um corredor separa desde então a Prússia oriental do Brandeburgo e da Pomerânia. O Schleswig do Norte é deixado aos Dinamarqueses. A margem esquerda do Reno, assim como um certo número de testas de ponte na margem direita, são objecto de uma ocupação militar que durará até 1935.

Assim, no plano territorial e sem nada adiantar quanto a outras mudanças políticas, económicas ou sociais, a guerra, sancionada pelos tratados de 1919-

-1920, provoca o desmembramento de dois grandes conjuntos históricos — Áustria e Império Otomano — e a multiplicação dos Estados — são criados ou reconstituídos a Polónia, a Checoslováquia, a Finlândia, os Estados bálticos — sem contar com os que aumentam a sua área territorial, como a Roménia e a Sérvia.

Se examinarmos os princípios a que obedeceram os negociadores e que estão expressos, preto no branco, nos tratados, é o triunfo do movimento das nacionalidades. É o corolário da série de impulsos que, em 1830, 1848, 1860, tinham pouco a pouco libertado as populações oprimidas e unificado nacionalidades separadas. A Itália recupera as terras irredentas, as nacionalidades eslavas emancipam-se, plebiscitos permitem aos povos pronunciarem-se livremente.

Sem dúvida, subsistem ainda minorias, mas menos numerosas do que antes de 1914, e são agora as nacionalidades dominadoras do passado que estão submetidas aos seus antigos vassalos: as minorias húngaras, na Checoslováquia, na Transilvânia romena ou na Jugoslávia.

Quando se passa do quadro do Estado-nação para conjuntos mais vastos, as soluções territoriais marcam o recuo do germanismo e o progresso dos Eslavos. A maior parte dos novos Estados são eslavos: Polónia, Checoslováquia, Jugoslávia. O equilíbrio das forças e dos blocos étnicos modificou-se profundamente no interior da Europa.

Se procurarmos descobrir a resultante no que respeita à hegemonia política e militar, tudo concorre para a primazia da França. Foi a França que ganhou a guerra. A recordação de Verdun eclipsa todas as outras batalhas. O exército francês impôs-se como o primeiro da Europa e do mundo. São as instituições da França que a maioria dos novos Estados copiam: a Checoslováquia, a Polónia e ainda outros países adoptam constituições inspiradas no modelo político da França. Na sua maior parte, esses Estados são seus aliados e seus clientes. Para manter a perenidade do Tratado de Versalhes, a França apoia-se na barreira oriental que rodeia os países vencidos: Alemanha, Áustria, Hungria. Todos esses países devem o seu renascimento ao exército e à diplomacia franceses.

2.2. O triunfo da democracia

A variedade de formas cujo desenvolvimento temos seguido desde o século XVIII sofreu alterações notáveis em 1920.

A vitória dos aliados é também a vitória das democracias e da democracia. É interpretada como o triunfo da democracia sobre o antigo regime, os impérios autocráticos, os regimes autoritários. A identificação dos vencedores com os princípios da democracia amplia-se desde que, em 1917, a Rússia czarista saiu da guerra, tendo sido substituída pela grande democracia americana: já não existe qualquer anomalia, a troca da Rússia pelos Estados Unidos completa a identificação de um dos campos com os princípios e os valores da democracia.

É o desaparecimento dos impérios históricos, fundados no princípio de legitimidade. As dinastias seculares são destronadas: os Romanov, primeiro, em 1917, na Rússia; mais tarde, nos finais de 1918, os Habsburgos e os Hohenzollern; pouco depois, também a deposição do sultão e a abolição do califado. Por todo o lado, as revoluções provocam a queda dos tronos. É uma espécie de reprodução de 1789 ou de 1848. Aos contemporâneos, a vitória da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos surge como o culminar de mais de um século de lutas, a vingança sobre o Congresso de Viena, a consagração da democracia.

Sobre as ruínas destes regimes aristocráticos, monárquicos, absolutistas, a democracia instala-se. A república é proclamada na Alemanha e na Áustria. As assembleias adoptam constituições democráticas. Na Alemanha, o parlamento reunido em Weimar alarga o sufrágio universal às mulheres e aprova a eleição do presidente da república por sufrágio universal. É logo depois da guerra que a Grã-Bretanha completa a evolução iniciada em 1832, suprimindo as últimas excepções ao sufrágio universal. É também imediatamente a seguir à guerra que em Itália entram em vigor as modalidades enunciadas pela lei eleitoral de 1912, sendo reduzidos ou anulados os prazos dilatórios que ela previa. É em França a modificação do regime eleitoral e a introdução da representação proporcional, considerada mais democrática.

A democratização alarga-se, para além das formas políticas, à organização social, à regulamentação das questões do trabalho. Em 1919, o governo de Clemenceau faz aprovar o dia de trabalho de oito horas em França. O Tratado de Versalhes é o primeiro a incluir um capítulo que diz respeito à organização das relações sociais, com a instituição do Bureau Internacional du Travail*, que deve preparar a codificação das legislações sociais, a elaboração de uma carta internacional do trabalho e das relações entre os empregadores e os assalariados.

A democracia atinge, finalmente, as próprias relações internacionais. É o fim da diplomacia secreta, considerada responsável pelo deflagrar do conflito. É então uma tese muito difundida que a guerra tenha saído das manobras oficiosas das chancelarias. Se a diplomacia se desenrolasse na praça pública, os povos velariam por que não alimentasse novos conflitos. Crê-se que a substituição de uma diplomacia secreta por uma diplomacia aberta suprimiria os germes de conflito.

A Sociedade das Nações estendeu às relações internacionais princípios e práticas que, pouco a pouco, se generalizaram no interior dos Estados: discussão pública, deliberação parlamentar, solução das questões através da maioria dos sufrágios. A Sociedade das Nações é a universalização do regime parlamentar e, aparentemente, o triunfo definitivo do direito sobre a força, a instauração de uma ordem jurídica que destrona as soluções de violência.

Assim, tanto nos novos arranjos territoriais, inspirados no princípio do direito dos povos à autodeterminação, como na nova organização política, social, internacional, a nova ordem da Europa de 1920 inspira-se na democracia. Durante o desanuviamento que sucedeu ao armistício, sob o efeito da euforia propícia às ilusões, os contemporâneos puderam pensar que se chegara ao fim da história. A Europa, e o mundo com ela, tinha chegado ao termo das suas inquietações, das suas memórias. Era a vitória do direito e o triunfo da democracia, coroando a marcha da humanidade para uma sociedade mais humana, mais livre e mais justa.

* Instituição que daria depois origem à Organização Internacional do Trabalho, de que se tornaria um secretariado dirigente. (*N. do R.*)

2.3. O reverso da medalha

Apesar de tudo, este aspecto constitui apenas uma parte da realidade: a mais visível. Mas o recuo do tempo e uma visão retrospectiva põem em evidência um outro aspecto, menos imediatamente perceptível, menos agradável também e cujos contornos se revelaram pouco a pouco. De facto, o fim das hostilidades e a resolução dos conflitos não suprimiram, *ipso facto*, um certo número de problemas, uns nascidos da guerra, outros anteriores, mas que a guerra não resolveu.

A guerra, pela sua duração, extensão e características, provocou toda a espécie de mudanças, algumas das quais produziram, por sua vez, efeitos irreversíveis. A guerra está na origem de múltiplas transformações que dizem respeito à economia, à sociedade, aos costumes e também às ideias e mentalidades. Os efeitos destas transformações far-se-ão sentir gradualmente e não terão o mesmo peso em todos os países. Os países foram uniformemente afectados. A profundidade de tais transformações depende de duas coisas: sendo a sua amplitude proporcional à intensidade do esforço de guerra, depende da extensão da participação na guerra — é evidente que a França é, neste aspecto, mais afectada do que Portugal; o segundo factor é a posição dos beligerantes no fim do conflito, conforme os países se encontrem no campo dos vencedores ou dos vencidos. Este dado é determinante. Para os vencidos, às destruições da guerra que atingiram quase todos os países indistintamente juntam-se as misérias da derrota: a ocupação mais ou menos prolongada (para a Alemanha, até 1930, e mesmo assim a evacuação antecipou em vários anos a data inicialmente prevista); o peso das reparações impostas pelos tratados de paz; as consequências do derrube dos regimes e a instabilidade que se lhe segue; enfim, os traumatismos causados pela amputação territorial, que desorganiza a economia e deixa uma ferida moral perdurável. Eis o conjunto de gravames e sofrimentos que para os países vencidos, Áustria ou Alemanha, vem acrescentar-se às consequências vulgares da guerra.

As consequências demográficas

As perdas humanas foram consideráveis devido à duração da guerra e à amplitude dos efectivos empenhados: cerca de 9 milhões de mortos, quase todos

europeus. Só no caso da França, 1 400 000: menos, em valor absoluto, do que no caso da Alemanha, 1 700 000, mas, em termos relativos, esta hemorragia afecta mais duramente a população francesa, menos numerosa do que a da Alemanha — 39 milhões, em 1914, contra 66 milhões — e de renovação mais difícil, pois a França entrara há muito na via da limitação dos nascimentos. Quanto ao Reino Unido, mais de 700 000 mortos. A estas perdas é necessário juntar os milhões de mutilados e todas as consequências diferidas no tempo.

Estas perdas, que atingem as classes mobilizáveis, entre os 20 e os 40 anos, provocam uma diminuição da natalidade ao longo de várias gerações. A pirâmide das idades fica durante muito tempo desequilibrada: ainda hoje é possível verificar no perfil da pirâmide a consequência da Primeira Guerra Mundial. O fenómeno repercutir-se-á sobre a geração seguinte: aquilo que depois de 1930 se designará por «classes vazias». As classes que chegam então à idade da mobilização são menos numerosas, o que, em Março de 1935, obriga a elevar para dois anos a duração do serviço militar. O fenómeno das classes vazias repercutir-se-á, por sua vez, na segunda geração.

Esta perda de substância não afecta somente o aspecto demográfico. Pelas suas incidências, atinge a economia, que priva de produtores e consumidores, e a defesa nacional; repercute-se na actividade intelectual do país: basta pensar na extensa lista de escritores mortos na guerra. De maneira mais difusa, é uma componente do sentimento de envelhecimento que se abate sobre a Europa dos anos 20. A ausência dos pais desorganizou as famílias. Multiplicaram-se situações familiares anormais: viúvas de guerra, pupilos da nação. Na Rússia, a guerra civil e a fome vieram juntar-se à guerra com outros Estados: bandos de crianças erravam abandonadas — cenas que o cinema soviético ilustrará.

As destruições económicas

O balanço adiciona ao mesmo tempo as ruínas acumuladas pelas operações militares, a destruição de riquezas, a perda de substância, nomeadamente nos países ocupados e naqueles que foram o teatro de operações de guerra: deste ponto de vista, a França é mais gravemente atingida do que a Alemanha. Cerca de 3 milhões de hectares devastados pela guerra, pontes destruídas, a rede ferroviária desorganizada, edifícios arrasados, as minas submersas pelos Alemães aquando da evacuação de Pas-de-Calais.

O balanço associa, paradoxalmente, às ruínas uma economia orientada para a guerra, superequipada e cuja reconversão é problemática. Em quatro anos, os beligerantes devoraram, dissiparam, em despesas improdutivas, uma soma considerável de trabalho, de recursos e de capitais, que está na origem do défice orçamental. Para fazerem frente a estas despesas extraordinárias, todos os governos pediram emprestado e o peso da dívida aumentou em proporções consideráveis. A dívida pública da França passou, entre 1914 e o fim da guerra, de 33,5 mil milhões de francos-ouro para 219 mil milhões. Dívida interna e também dívida externa. O problema das dívidas interaliadas pesará nas relações entre os

Europeus e os Estados Unidos: no fim de 1932, um governo francês será derrubado pelo parlamento porque se propunha honrar o compromisso dos seus antecessores e pagar aos Estados Unidos a fracção da dívida na data de vencimento que se aproximava. Ao mesmo tempo que pediam emprestado, os governos recorriam à emissão de papel-moeda, o que provocou uma inflação sem equivalente conhecido no século XIX.

A guerra deixa ao Estado, além do fardo das dívidas, vítimas da guerra. Os governos adoptam o princípio de que as vítimas da guerra têm direito à solidariedade da nação. É a famosa fórmula a propósito dos antigos combatentes: «Eles têm direitos sobre nós!» Estes direitos não tardam a ser materializados pela carta de antigo combatente, o estabelecimento de pensões, sob formas que variam de país para país: nos Estados Unidos chamam-lhe bónus, em França, reforma dos antigos combatentes. As vítimas de guerra são muito numerosas. A sua administração exige a constituição de um departamento ministerial especial. Na sua maior parte, os países ex-beligerantes passam a ter um ministério das pensões, dos antigos combatentes ou das vítimas da guerra. Anualmente, uma parte apreciável do orçamento público é destinada ao pagamento das pensões de guerra.

A estes encargos ordinários que incidem sobre todos os antigos beligerantes juntam-se, no caso dos vencidos, as reparações. Os aliados conseguiram fazer inscrever no Tratado de Versalhes o reconhecimento pela Alemanha da sua culpabilidade: é neste artigo que se fundamentam para legitimarem as suas exigências na matéria. É a famosa frase do ministro francês das Finanças, Klotz: «A Alemanha pagará.» De facto, a Alemanha faltou às obrigações impostas, o que colocou em dificuldade a tesouraria dos vencedores, que contavam com as reparações para liquidarem as dívidas e que tinham contraído depesas a custear pelas tesourarias francesa ou britânica. É uma das origens das graves crises financeiras que vão abalar a estabilidade das moedas europeias, provocar a sua desvalorização e o aumento dos preços na Alemanha (1923) e em França (1924-1926).

As perturbações sociais

A guerra teve sobre a ordem social e as relações entre grupos sociais consequências incalculáveis e que não estarão esgotadas em 1939.

A guerra criou, antes de mais, um novo tipo social: o do antigo combatente. Dezenas de milhões de homens regressaram ao lar marcados por quatro anos de guerra e entre eles firmou-se uma solidariedade de sentimentos e interesses. Há desde então uma mentalidade de «antigo combatente», feita de orgulho, fidelidade à recordação dos mortos, ligação à unidade (unidos como na frente) e hostilidade instintiva relativamente às divisões partidárias, aos políticos e às instituições parlamentares. É também um grupo de pressão poderoso, e até em certos casos uma força política, quando o desentendimento entre o regime e os antigos combatentes atinge um certo grau de gravidade.

Do social passamos então ao político. Em França, diversas ligas recrutam os seus membros entre os antigos combatentes: é o caso, por exemplo, dos Cruzes-

-de-Fogo. Na Alemanha, os Capacetes-de-Aço, os antigos combatentes dos corpos especiais, que, depois de 1919, prosseguiram uma luta sem esperança contra os Polacos ou nos países bálticos, e o Partido Nacional-Socialista apostam nesta solidariedade de antigos combatentes. Em Itália, o fascismo recrutará também muitos membros entre a clientela dos antigos combatentes.

A par desta consequência directa, a guerra e a inflação conjugadas precipitaram certas evoluções, acentuaram desigualdades ou disparidades na escala social, favoreceram certos grupos, prejudicaram outros, reforçaram as discordâncias e envenenaram as relações.

A guerra enriqueceu os produtores e os intermediários, os fabricantes de armas, os comerciantes. É o fenómeno do aparecimento dos novos-ricos, que merece um lugar de destaque na imprensa e na literatura do pós-guerra: toda uma forma de traficantes que, em muitos casos, se converteram improvisadamente em fornecedores de material de guerra sem a menor preparação para fabricar granadas ou botas para o exército e que são os descendentes dos contratadores de outrora. Não têm melhor reputação do que os seus antepassados: aponta-se-lhes o facto de terem feito fortuna à custa dos que morriam. O sucesso material desta categoria de industriais de guerra, de comerciantes que especularam e traficaram, volta a pôr em causa as crenças tradicionais na superioridade do trabalho e na virtude da poupança, abala a estabilidade dos valores que constituíam o decálogo da moral liberal e burguesa do século XIX.

No outro campo, o dos pobres, das vítimas da guerra e da inflação, figuram todos aqueles que, tendo rendimentos fixos, não conseguiram reapreciá-los e sofreram o contragolpe da desvalorização monetária. É o caso dos proprietários, tão numerosos no século XIX em França, na Bélgica, em Inglaterra: muitas pessoas viviam unicamente das rendas que recebiam. A mobilização da poupança pelo instrumento obrigacionista na bolsa e pelo mecanismo dos fundos do Estado multiplicara o número daqueles que viviam dos rendimentos. Atingidos pelos efeitos da desvalorização monetária, são também vítimas da bancarrota dos Estados em quem tinham confiado e aos quais tinham emprestado as poupanças. A revolução russa dissipa os milhões e milhões que a França enterrou na Rússia desde 1890 e que eram a contrapartida da aliança militar franco-russa. Os cofres públicos otomanos não estão em condições de assegurar os pagamentos. Na Hungria e na Bulgária, o desmembramento dos Estados e a queda dos regimes arruínam milhões de pequenos investidores. Estima-se que existiriam cerca de dois milhões de possuidores de fundos estrangeiros. Também aqueles que no princípio da guerra, num gesto de fervor patriótico, tinham confiado o seu ouro ao Estado para garantir os empréstimos e que, em contrapartida, dele tinham recebido papel-moeda ficam desde então privados dos seus recursos.

Nos países vencidos, a situação destas categorias sociais é ainda agravada pela revolução política: o caso extremo é o da Rússia, onde são privadas juridicamente do seu emprego e dos seus rendimentos. Muitos vêem-se compelidos a emigrar: o fenómeno da emigração social e política adquire uma certa amplitude. Dezenas de milhares de russos brancos vêm fixar-se nos países da

Europa ocidental, que acolhe uma população flutuante de apátridas, privados da sua nacionalidade, que não têm nem pedem a do país que os acolhe e para os quais é preciso imaginar uma fórmula jurídica nova: a do passaporte Nansen, que lhes confere um registo civil.

O mundo rural não é poupado: no conjunto, a agricultura foi uma das vítimas da guerra e da inflação. Os preços dos produtos agrícolas, contrariamente ao que acontecerá durante a Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela penúria e pelo mercado negro, não seguem o ritmo da inflação: os preços dos cereais e dos outros produtos da terra ficam muito aquém dos dos produtos industriais. A guerra acelerou o êxodo rural. As necessidades da indústria de guerra, das manufacturas de armamento, atraíram muita mão-de-obra, e uma vasta população desenraizada, arrancada ao seu modo habitual de vida, à sua aldeia, procurava emprego e alojamento.

A Europa do pós-guerra conhece uma grave crise de habitação, sobretudo nos países onde a derrota agrava o fenómeno, sendo o caso mais típico o da Áustria, cuja capital, Viena, conta, só por si, perto de um quarto da população total do país.

A guerra dissociou as estruturas tradicionais. Provocou a extensão do trabalho das mulheres ou, mais exactamente, pois a proporção não mudou tão significativamente, uma alteração de sectores: a mão-de-obra feminina, até então mais dedicada às tarefas domésticas, começa a trabalhar nas fábricas.

Todas estas perturbações explicam que o fim da guerra tenha provocado um tão grande surto de agitação social. Os anos de 1919 a 1921 ou 1922, conforme os países, são assinalados, mesmo entre os vencedores, por uma efervescênica de carácter revolucionário. O descontentamento propriamente social é atiçado pelo exemplo da revolução russa, ela própria secundada pelas revoluções que atingem a Europa central, a Hungria, o movimento espartaquista na Alemanha, as jornadas insurreccionais de Berlim e de Munique. A vaga de greves que se abate sobre a Europa não poupa nenhum país; a França, por exemplo, vive em 1920 uma situação de greve quase geral em que os transportes e os grandes sectores industriais estão paralisados; a Itália conhece também uma grande agitação agrária.

Favorecida por esta agitação, a classe operária obtém, num primeiro tempo, algumas conquistas sociais, como a jornada de oito horas em França (1919). Mas o movimento não tarda a abortar. Suscitou a mais viva preocupação entre os possidentes e as classe médias, que receiam a bolchevização da Europa. Por toda a parte se teme que os países caiam nas mãos do comunismo. Por isso, esta agitação desencadeia um fenómeno de reacção contrária.

2.4. Alterações duradouras

No plano político, a guerra modificou o papel do Estado: se 1918 representa a vitória da democracia política, é também o fim do liberalismo. Quatro anos

de guerra transformaram mais as relações entre o poder e os indivíduos e as relações entre os próprios poderes públicos do que todo o século decorrido depois da derrota de Napoleão.

As relações entre o poder e os indivíduos

Entre os poderes públicos e a iniciativa privada, individual ou colectiva, as máximas tradicionais do Estado liberal, até então reconhecidas e respeitadas, deixaram de ser aplicáveis durante a guerra. A filosofia liberal acantonava o Estado num domínio muito restrito: manutenção da ordem, administração da justiça, relações externas, defesa nacional. Quanto ao resto, o poder público devia abster-se de se imiscuir num domínio que relevava da iniciativa privada. A guerra obrigou por toda a parte o Estado a abandonar esse papel, a mobilizar não só os homens, mas também os recursos materiais. A necessidade é imposta pela eficácia, o desejo de ganhar a guerra, mas também pela preocupação de justiça e a obrigação de um mínimo de equidade indispensável à coesão moral da nação.

O Estado teve então de tomar em mãos a direcção da economia, regulamentar as actividades, mobilizar todos os recursos. Tornou-se produtor, comanditário, empregador, cliente: o governo fixa as prioridades, faz as encomendas, constrói fábricas, orienta a investigação, reparte a penúria. Alarga a sua intervenção às relações entre os grupos sociais: com a concordância dos sindicatos, o Estado regulamenta o nível dos salários, a duração do trabalho. Congela as rendas de casa e intervém nas relações entre proprietários e locatários.

Grande parte destas inovações sobreviverá às circunstâncias que as impuseram. Por diversas razões, algumas das quais são circunstâncias de facto, a situação continua a exigir a intervenção do Estado. O fim da guerra não devolveu a sociedade e a economia ao seu estado anterior. É preciso assegurar a desmobilização progressiva da enorme máquina de guerra e preparar a sua reconversão. A penúria persiste: serão necessários vários anos até que se reencontre um nível de produção capaz de satisfazer a procura sem controle nem racionamento.

Para além disso, os hábitos adquiridos persistem: a guerra afectou duradouramente as relações entre poder público e iniciativa privada. Deixou marcas na própria estrutura dos governos: as administrações criadas entre 1914 e 1918 persistem; o número de funcionários inchou e o orçamento dilatou-se.

As relações entre os poderes públicos

Este sistema de relações sofreu também profundas alterações: o reforço do papel do Estado e a extensão das atribuições do poder público não beneficiaram todos os poderes indistintamente. A evolução processou-se em detrimento das assembleias e em proveito sobretudo do executivo.

Com efeito, o executivo estava mais bem preparado: mais do que nunca, em tempo de guerra, a política exige decisão rápida, continuidade na execução, eficácia. Só o executivo podia satisfazer estas exigências. As assembleias, pelo

contrário, adaptam-se mal às necessidades da guerra: são demasiado numerosas para uma decisão rápida. As exigências do segredo impedem que o governo as informe completamente tanto do estado dos problemas como das suas intenções. Improvisam-se, claro está, processos de substituição, como as comissões secretas: os parlamentos reúnem-se à porta fechada e não é dada qualquer publicidade aos seus debates. Apesar de tudo, os ministros hesitam em divulgar perante seiscentos parlamentares tudo o que sabem. O orçamento, que aumentou muito, já não se presta tão bem a um exame aprofundado como antes de 1914. Espera-se dos parlamentos que dêem ao governo uma confiança global e muitas vezes cega. A decisão escapa-lhes, o seu controle enfraquece. O contraste é evidente entre o triunfo aparente da democracia e, na prática, a crescente inadaptação do regime parlamentar às novas condições do exercício do poder, às necessidades objectivas da situação e às disposições dos espíritos. Neste contraste entre a aparência e a realidade, entre os princípios declarados e as possibilidades práticas, reside um dos germes da crise que a democracia parlamentar vai atravessar no período entre as duas guerras.

Os efeitos sobre os espíritos

A guerra, com os seus problemas e as suas consequências, teve também efeitos no espírito público, consequências de ordem intelectual, moral, psicológica, ideológica. São talvez mesmo as mais profundas e mais duradouras; algumas far-se-ão ainda sentir nas vésperas do segundo conflito mundial. Bastará retomar, completando-as, algumas das indicações a propósito das perturbações sociais ou políticas.

A guerra abalou o respeito pelos valores tradicionais. A Europa liberal, a Europa democrática, assentava num pequeno número de postulados fundamentais, universalmente aceites. Estes foram bruscamente postos em dúvida. O espectáculo desse morticínio prolongado e generalizado lança uma sombra sobre o optimismo do século XIX, sobre a confiança das gerações precedentes na instauração próxima de uma sociedade melhor, mais livre e mais justa.

Em segundo lugar, os sacrifícios suportados, a tensão imposta, o esforço de guerra, provocam uma reacção de compensação, o desejo de recuperar os anos perdidos, de obter uma desforra para tantos sofrimentos. É esta fome de prazer que os escritores concordam em descrever como características dos anos 20. Evitemos, porém, ser enganados por ilusórios testemunhos parciais ou generalizar indevidamente. Tende-se com frequência a extrapolar a partir de situações muito localizadas, e o mesmo erro se comete quando se representa toda a França do directório entregue aos prazeres das *merveilleuses* e dos *muscadins** ou a Europa, posterior a 1945, abraçando o existencialismo de Saint-Germain-des-Prés. A descrição não é válida nem para as aldeias nem para as vilas. Mas esta

* Termos que, em finais do século XVIII e começo do século XIX, designavam, respectivamente, as senhoras elegantes e excêntricas e os elegantes partidários da monarquia. *(N. do R.)*

fome de divertimento, esta procura do prazer e do luxo, que se exibem nas capitais, contribuíram, indirectamente, para a desmoralização do campo.

A experiência da guerra desenvolve efeitos de sentidos contrários, como se comprova mediante dois exemplos: a religião e o patriotismo.

A provação despertara em muitos casos o sentimento religioso ou a inquietação metafísica sobre o sentido do destino humano; a guerra esteve na origem de numerosos regressos à prática religiosa, de uma vaga de conversões. Porém, ao mesmo tempo, a guerra, pelo escândalo que constitui, o desmentido permanente da fraternidade do Evangelho e o facto de as igrejas, em cada país, se terem deixado envolver no esforço de guerra, afastou muitos espíritos dos caminhos da fé.

Para a ideia nacional, a mesma dualidade de consequências psicológicas e ideológicas. Por um lado, a guerra e os seus malefícios estimularam o pacifismo: uma parte da opinião pública guarda-lhe um horror instintivo, intransponível. A literatura do pós-guerra é uma literatura pacifista, em reacção contra a lavagem ao cérebro e a propaganda de guerra, que descreve os horrores, as atrocidades ou a monotonia das trincheiras. A guerra estimulou o internacionalismo: para prevenir o seu regresso está-se pronto a tentar todas as experiências, todas as soluções. O exemplo dado pelos bolcheviques, o derrotismo revolucionário, comunicam ao antimilitarismo, ao pacifismo, ao internacionalismo tradicional, uma intensidade sem precedentes. A aspiração à paz é talvez a aspiração fundamental da Europa do pós-guerra: explica as negociações para o desarmamento, a confiança nas instituições internacionais, a simpatia para com a Sociedade das Nações, o Pacto Briand-Kellog, que, em 1928, porá a guerra fora da lei, e o que o nome de Briand simbolizará para a opinião pública francesa.

Contudo, por outro lado, as recordações da guerra, a decepção suscitada nos vencidos pela derrota, ou nos vencedores pelos resultados considerados inferiores aos sacrifícios passados, exasperam o amor-próprio e o orgulho nacional. É uma das componentes do espírito de «antigo combatente»: dele hão-de proceder os regimes autoritários. Uma das razões de queixa que o fascismo em Itália, o nacional-socialismo na Alemanha e os regimes com eles aparentados exprimem contra a democracia é a de sacrificar a honra e o interesse nacional, de ter deixado delapidar o benefício do esforço de guerra ou mesmo de ter, no caso da Alemanha, apunhalado o exército pelas costas.

Por toda a parte, a guerra provoca reacções contraditórias: aspiração de superar os particularismos nacionais e exacerbação destes mesmos particularismos. Nos Estados Unidos, um recrudescimento do isolacionismo leva os republicanos à Casa Branca em 1920. O Congresso põe em vigor uma legislação neutralista e adopta leis restritivas à emigração.

A Europa no mundo e as relações entre os continentes

A guerra alterou também as posições relativas. Em 1914 a Europa detinha uma preponderância incontestada, universal. A guerra abalou os fundamentos

dessa preponderância. A Europa foi dela desapossada a prazo, não imediatamente. É um dos casos em que as consequências da guerra não são logo visíveis.

Os anos de guerra permitiram uma ascensão rápida dos outros continentes. Obrigados a viver sem os abastecimentos europeus ou solicitados pela Europa a contribuir para o seu esforço de guerra, os novos países foram levados a industrializar-se. O balanço das contas inverteu-se: de credora, a Europa tornou-se devedora. Os Estados Unidos detêm metade do *stock* de ouro mundial, enquanto até então a Europa era detentora de todas as riquezas do mundo. A americanização do gosto conduz a França a abrir-se a outras civilizações ao mesmo tempo que começa a duvidar de si própria, da legitimidade do seu domínio, da superioridade da sua civilização e do seu futuro.

A Europa descobre a sua fragilidade. Durante os anos que se seguem ao fim da guerra saem a público diversos escritos que, pela primeira vez, exprimem esta incerteza. O geógrafo Demangeon publica uma obra intitulada *Le déclin de l'Europe*, título que seria impensável antes de 1914. É então que Valéry escreve o famoso artigo: «Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais...»

Evitemos, no entanto, sublinhar este facto. Não há revolta das colónias, que se mantêm leais durante a guerra. Mas há já sinais prenunciadores de uma inversão de tendência e de um declínio relativo da Europa em relação ao resto do mundo.

Eis um quadro sucinto das sequelas da guerra e dos elementos da crise que a Europa vai conhecer nos anos 1919-1925. A crise será mais ou menos grave conforme os países; em alguns será reabsorvida mais rapidamente. Em 1925-1926, a Europa tem o sentimento de que a crise foi superada. A economia restabeleceu-se; ela entra na chamada era da prosperidade. A paz parece consolidada. É o belo período da Sociedade das Nações, que deu provas da sua eficácia. Os vencidos parecem aceitar a sua derrota com a assinatura do Pacto de Locarno (1925). Os novos Estados estabilizam-se, o mundo recomeça a viver. Sente-se que o pós-guerra terminou.

Na verdade, os problemas não estão resolvidos; as imperfeições não tardarão a reaparecer e outros diferendos encaminharão de novo a Europa para a guerra. Todo o sentido do período de 1919-1939 poderia conter-se na passagem do pós-guerra para o pré-guerra.

3

O pós-guerra (1919-1929)

O período de vinte anos que separa o primeiro conflito do segundo pode subdividir-se em vários capítulos: num primeiro tempo, as dificuldades prevaleceram sobre os factores positivos; depois, a partir de 1925-1926, pôde ter-se a impressão de que as dificuldades tinham sido superadas, de que a Europa entrara num período de estabilidade e de equilíbrio, antes que a grande crise

económica, a partir de 1929, conjugada com a crise vivida pelas instituições da democracia parlamentar, torne a pôr em causa, progressivamente, esta estabilidade.

O estudo dos anos 1919-1929 dividir-se-á, assim, em duas partes: a primeira terá por objecto os anos 1919-1925, em que as dificuldades são dominantes, e a segunda, a partir de 1925, em que as coisas parecem reentrar na ordem.

3.1. As sequelas da guerra (1919-1925)

As dificuldades internacionais

Nem a assinatura dos armistícios, no Outono de 1918, nem tão-pouco a ratificação dos tratados de paz, em 1919-1920, resolveram todos os problemas nascidos da guerra ou herdados do período anterior. Agravaram-nos mesmo muitas vezes e os diplomatas enfrentaram imediatamente um conjunto de dificuldades internacionais.

Fronteiras contestadas

As fronteiras permanecem indecisas e contestadas, mesmo quando foram definidas por tratados. Uma certa instabilidade, pelo menos na Europa oriental, continua a afectá-la. Na Europa de Leste, onde as nacionalidades se entrecruzam, onde se edificam pequenos Estados sobre as ruínas das grandes construções históricas, Eslavos e Germânicos, Polacos e Alemães, defrontam-se. Na Alta Silésia, corpos voluntários alemães opõem-se aos Polacos e combatem pela integração na Alemanha desta província disputada. No Nordeste, nos países bálticos saídos do império dos czares, é a epopeia do *Baltikum*, um destacamento composto de voluntários vindos da Alemanha.

Certos Estados recusam reconhecer as disposições territoriais: a Turquia recusa ratificar o Tratado de Sèvres e aceitar o seu desmembramento. Uma sublevação militar leva ao poder um general, Mustafá Kemal, e depõe o sultão. Kemal empreende uma ofensiva vitoriosa contra os Gregos e, em 1922, esmaga o exército grego.

Nos limites da Rússia, na guerra entre a Polónia e a União Soviética, sucedem-se vitórias e derrotas. Os Polacos chegam às portas de Quieve, a velha capital ucraniana; alguns meses mais tarde é a vez de os Russos se abeirarem das muralhas de Varsóvia e de porem em perigo a independência da Polónia reconstituída.

Na própria Rússia, entre 1918 e 1920, está no auge a guerra civil entre a jovem revolução e os exércitos brancos, apoiados por um destacamento checoslovaco, pela França, pela Grã-Bretanha, pelo Japão. Falta, portanto, ainda muito tempo para que o fim oficial das hostilidades ponha definitivamente termo aos confrontos.

Dificuldades entre os vencedores

Rivalidades opõem os vencedores entre si. Um dos casos mais nítidos é o do conflito entre a Itália e a Jusgolávia no Adriático. A Itália cobiçava as margens da Dalmácia. Gabriele d'Annunzio desencadeia com os *arditi* um ataque de surpresa contra Fiúme, atribuída pelos tratados à Jusgoslávia, e apodera-se da cidade em Setembro de 1919. O conflito entre os dois países, que estão ambos do lado dos vencedores, só será resolvido em Novembro de 1920.

A Grã-Bretanha enfrenta um recrudescimento do nacionalismo irlandês. Em plena guerra, na Páscoa de 1916, houve uma sublevação em Dublin para constituir um governo independente. No fim da guerra, a associação nacionalista dos Sinnfeiners retoma a luta e proclama a independência da Irlanda. Entre 1919 e 1923, a Grã-Bretanha tem de combater uma insurreição que imobiliza, na Irlanda, uma parte das suas tropas.

Os vencedores, mesmo os grandes, aqueles que, na Conferência da Paz, tinham decidido da sorte da Europa e arbitrado as divergências entre nações secundárias, estão desavindos. Os Estados Unidos retiraram-se. Sabe-se que a constituição de 1787 estipula que os tratados devem ser ratificados pelo Senado, por maioria de dois terços, o que requer o acordo de elementos pertencentes aos dois partidos. Wilson negligenciou associar às suas perspectivas os dirigentes da oposição, e o Senado rejeitou o Tratado de Versalhes e recusou confirmar os compromissos assumidos pelo presidente para com a França e a Grã-Bretanha. Os Estados Unidos deixam portanto a Europa entregue a si própria e às suas dificuldades. A América regressa ao isolacionismo e à neutralidade tradicionais, seguindo a recomendação mais do que secular de Washington de não se imiscuir nas questões da Europa. Em 1920 dá-se a derrota dos democratas, que ocupavam a Casa Branca havia já oito anos. Os republicanos chegam à presidência. Durante doze anos, os presidentes que vão suceder-se praticarão todos uma política de estrita neutralidade e isolacionismo: Harding, Coolidge, Herbert Hoover, eleito em 1928.

As divergências acentuam-se, azedam-se entre a França e a Grã-Bretanha, deixadas frente a frente pela retirada dos Estados Unidos. A França, que sai ferida da guerra, está ávida de segurança. Resolvida a fazer a Alemanha pagar, tenciona aplicar à letra o Tratado de Versalhes. É a chamada política de execução aquela que Raymond Poincaré, regressado à presidência do Conselho em 1922, vai aplicar até 1924.

A Grã-Bretanha continua fiel à sua política tradicional de equilíbrio continental na Europa. A Alemanha está vencida, a França vitoriosa. É próprio da física das relações internacionais que o governo e a opinião pública britânicos desconfiem mais da França que da Alemanha. Com razão ou sem ela, os políticos e os economistas britânicos temem que a França se aproveite da situação para instaurar uma hegemonia continental: inclinam-se, portanto, a suavizar o rigor das exigências e a ajudar a Alemanha a reerguer-se. A City concede à indústria alemã empréstimos que lhe permitem retomar o seu desenvolvimento. Tudo é então dominado pelo problema das reparações de guerra, que

comanda as relações internacionais e é a propósito dele que estala o desacordo entre o Quai d'Orsay e a diplomacia britânica. A Grã-Bretanha mostra-se tão desejosa de proporcionar à Alemanha grandes facilidades de pagamento, de lhe consentir moratórias, quanto o governo francês insiste na exigência do pagamento das indemnizações.

A França esbarra na má vontade da Alemanha, que invoca impedimentos materiais. Decide-se então, em Janeiro de 1923, a ocupar o Rur. Uma vez que a Alemanha se recusa a honrar os compromissos, a França ocupa a região mais produtiva, transformando-a num penhor. É um pouco o equivalente daquilo que as grandes potências europeias tinham outrora praticado em relação ao Egipto, ao Império Otomano ou à China. Quando estes países se tinham revelado incapazes de pagar as suas dívidas, a França e a Grã-Bretanha tinham instituído um controle internacional: os funcionários europeus retiravam parte dos recursos destes países para o reembolso da dívida à Europa. É aplicar a uma grande potência europeia, vencida de ontem, o procedimento que a Europa utilizara outrora em relação a países não europeus. Mas a França faz de cavaleiro solitário. Com excepção da Bélgica, que participa na ocupação do Rur, a Grã-Bretanha desaprova-a e os Estados Unidos também. A própria Santa Sé entende que se trata de uma medida de inspiração belicosa que não concorre para o restabelecimento de um clima pacífico nas relações internacionais.

A ocupação do Rur enfrenta grandes dificuldades diplomáticas. Esbarra na resistência passiva do governo, dos industriais, da população da Alemanha. Contudo, a França, após alguns meses, consegue voltar a pôr em actividade a bacia do Rur, quebrar a resistência. No Outono de 1923, o governo alemão reconsidera e declara-se pronto a reatar as negociações e a pagar as reparações.

Eis um breve resumo das dificuldades e das dissensões que envenenam as relações internacionais.

A revolução soviética

Um segundo facto é ainda mais importante: a ameaça mais grave não está ligada à suspeição relativa à hegemonia francesa ou à eventualidade do rearmamento alemão. No imediato pós-guerra, o principal factor de inquietação é a revolução soviética.

Que perigos representa esta revolução?

De facto, a revolução bolchevique constitui um duplo perigo, simultaneamente externo e interno.

Perigo externo para os seus vizinhos imediatos: essas jovens nações que acabam de alcançar a independência ou de a recuperar — Polónia, Estados bálticos, Finlândia, Roménia (aumentada com a Bessarábia, em prejuízo da Rússia) — temem uma retaliação que restabeleceria o domínio da nação russa sobre os povos alógenos.

O perigo interno não se limita aos vizinhos imediatos. Ameaça a existência de todos os regimes políticos e da ordem social. Esta revolução, sinónimo de subversão, aterroriza governos e classes dirigentes.

Isto prende-se com a própria natureza da revolução russa e as circunstâncias em que se produziu. Não podia ser um acontecimento puramente russo, que dissesse respeito somente à história nacional da Rússia: é na Rússia que triunfa um fenómeno internacional por um conjunto fortuito de circunstâncias — a guerra, a derrota, a má organização militar, a ausência de tradições democráticas. Mas poderia muito bem ter começado noutro lugar. É uma revolução que se quer universal. Desde logo, a revolução russa e o seu futuro são solidários com o resto da Europa. Reciprocamente, exposto à hostilidade dos aliados, o governo bolchevique procura escapar, provocando revoluções de diversão. Os comunistas russos têm a convicção de proporem ao mundo um exemplo de alcance universal. Uma parte das massas operárias tem os olhos postos no que se passa na Rússia. É uma experiência carregada de esperanças. Estes «dez dias que abalaram o mundo» provocam, por todo o lado, repercussões e reacções. A revolução russa aparece à opinião pública democrática ou socialista do Ocidente como a herdeira das revoluções de 1789 e de 1848. O mito da revolução soviética cristaliza as aspirações de renovação, de paz, de internacionalismo. A sedução exercida pelo exemplo soviético é tanto mais decisiva quanto as massas operárias, a clientela dos partidos socialistas, sofreram uma decepção grave. O socialismo resistiu mal à prova da guerra. O fenómeno nacional revelou-se mais forte do que o fenómeno operário. Chamados a escolher entre a solidariedade patriótica no interior de uma comunidade nacional e a solidariedade internacional que une os trabalhadores, a primeira prevaleceu geralmente. Os partidos socialistas participaram em quase toda a parte na União Sagrada, colaboraram com os governos burgueses, aprovaram os créditos militares, tomaram parte activa no esforço de guerra.

Só uma minoria derrotista revolucionária se recusou, aquela que saudou o comportamento dos bolcheviques e a paz branca de Brest-Litovsk como um exemplo a imitar. Uma fracção da opinião pública de esquerda rompe com a II Internacional, os partidos sociais-democratas e o sindicalismo tradicional e procura ao lado da União Soviética uma força autenticamente revolucionária, pacifista e internacionalista.

Deste modo, a revolução bolchevique sobrevém durante uma crise grave da esquerda europeia. Os elementos mais duros, as fracções intransigentes, são atraídos por Moscovo, e Moscovo vai opor às organizações envelhecidas, aburguesadas, da esquerda socialista novas organizações mais revolucionárias. Em Março de 1919 é fundada a III Internacional, destinada a embaraçar a segunda. É também a constituição de uma internacional sindical revolucionária, a ISR, rival da Federação Sindical Internacional, de que fazia parte a CGT.

A partir de então opõem-se as internacionais nas esferas política e sindical. Em cada país, esta rivalidade origina cisões: os militantes são chamados a escolher entre a internacional de ontem e a de amanhã, entre a social-democracia, que os bolcheviques apelidam de social-chauvinismo, e o comunismo, tido

por fiel à inspiração inicial do marxismo. Em França, no Congresso de Tours, no Natal de 1920, a maioria do Partido Socialista decide formar o Partido Comunista. As cisões sindicais duplicam as cisões políticas. Em 1921-1922, em França, dá-se a ruptura entre a CGT e a CGT dita unitária, que dura quinze anos, até à reunificação, em 1936.

Na Alemanha, a minoria de esquerda espartaquista, que censura o comportamento dos dirigentes sociais-democratas e decide alinhar pelo exemplo dado pelos bolcheviques, desencadeia, em Janeiro de 1919, as jornadas revolucionárias de Berlim. Em Itália, os comunistas fomentam uma agitação de tipo revolucionário que atinge o paroxismo em 1920. A conjuntura económica presta-se a isso, assim como o estado das forças sociais. Após quatro anos de guerra, que provocaram cansaço, decepções, amargura, as massas populares estão prontas a escutar os apelos revolucionários. A diminuição do poder de compra provocada pela inflação e pela desvalorização monetária reanimou a aspiração a uma nova ordem de coisas. Ora, estas aspirações esbarram quase por toda a parte na recusa terminante de governos conservadores. Em França, as eleições de 16 de Novembro de 1919 levaram ao palácio Bourbon uma maioria de direita. É a primeira vez na história da III República que a direita é maioritária: é a câmara do bloco nacional.

Os conflitos entre a recusa de concessões dos governos e das maiorias conservadores e as reivindicações operárias traduzem-se numa agitação crónica, surtos grevistas e actos de violência: as jornadas do 1.º de Maio, em 1919 e em 1920, na maior parte dos países da Europa ocidental são assinaladas por recontros com as forças da ordem que resultam em algumas mortes. Na Inglaterra, a própria armada se amotina. Na Itália, a agitação toma formas agrárias, assim como operárias e industriais.

Uma vaga revolucionária varre a Europa central. Os Estados abalados pelas derrotas sofrem as repercussões mais fortes, mostram-se menos capazes do que os vencedores de conter estes fermentos de agitação. Os países vencidos oferecem assim um terreno de eleição à agitação revolucionária e às acções de bolchevização encorajadas pela III Internacional.

Na Alemanha criaram-se, no momento da derrota, sovietes de soldados, de marinheiros e de operários. É o apelo à insurreição espartaquista nos últimos dias de 1918. No princípio de 1919, na Baviera, constitui-se uma república dos conselhos. Na Hungria, a partir de Março de 1919, forma-se um governo comunista, dirigido por Bela Kun. Berlim, Baviera, Hungria, países que acabam de ser vencidos, onde os quadros políticos e sociais ameaçam ruir, definem uma zona de fraqueza afectada por uma explosão revolucionária.

A opinião pública europeia assusta-se: nunca se tinha encontrado em presença de um movimento cujas ambições fossem tão totais. Se em 1848 houvera alguma coisa de análogo, o alcance revolucionário vai desta vez muito mais longe: já não se trata de contestar somente o regime político, mas é também a ordem social e o regime de propriedade que são ameaçados pela vaga revolucionária.

Este é o segundo facto que contribui, com as dificuldades internacionais, para fazer deste imediato pós-guerra um período de distúrbios e inquietações.

Reacções dos governos

A reacção é pronta. Os governos voltam a assenhorear-se da situação.

Na Alemanha, o governo, no qual os socialistas são maioritários, e o exército concertam-se para esmagar os espartaquistas. Há uma estreita convergência entre o ministro da Guerra — o socialista Noske — e o estado-maior. É então que as duas personalidades mais ilustres do socialismo de extrema esquerda na Alemanha, Liebknecht e Rosa Luxemburgo, são assassinadas. Na Hungria, a tentativa de governo revolucionário dura apenas cem dias, sendo esmagada pela intervenção de forças estrangeiras, nomeadamente do exército romeno, que marcha sobre Budapeste e ajuda o almirante Horthy a restabelecer a ordem. A regência do almirante Horty durará até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em alguns meses, todas as revoluções foram esmagadas — na Prússia, na Baviera, na Hungria.

Em França, na Grã-Bretanha, em Itália, onde o movimento revolucionário não se traduz por uma tentativa de conquista do poder ou por uma guerra de ruas, os movimentos grevistas também falham. É que, contrariamente ao que calculavam os animadores desses movimentos, a situação não era, sem dúvida, objectivamente revolucionária. Havia uma parte de ilusão ao acreditar-se que, em 1919, a situação estava madura para a concretização revolucionária dos projectos comunistas. O movimento operário estava enfraquecido pela sua divisão interna, a esquerda política desunida. Acabámos de ver que, na Alemanha, a social-democracia tinha preferido aliar-se ao grande estado-maior, em vez de fazer causa comum com a esquerda espartaquista. Em França, o governo não hesita em recorrer à força armada. Voluntários alistam-se nas uniões cívicas, associações constituídas por quadros, engenheiros, alunos das *grandes écoles,* para furar as greves. Assim, o serviço do metro é assegurado pelos engenheiros assistidos por diplomados e alunos da Politécnica e da École Centrale. O governo procede a numerosas detenções, desencadeia buscas e obtém mesmo do tribunal do Sena a dissolução da CGT. Os efectivos das organizações sindicais afundam-se rapidamente. No final de 1920, o movimento retrocede.

Afastada da Europa ocidental, esmagada na Europa central, a revolução foi repelida para a sua origem, para o seu centro: a Rússia. Na própria Rússia, a luta dura vários anos, opondo o exército vermelho e os contra-revolucionários, ajudados pela França no mar Negro, pela Grã-Bretanha no Norte, nas áreas de Arkhangelsk e Murmansk, e por um destacamento checo e pelos Japoneses na Sibéria. O governo bolchevique faz um esforço sobre-humano para resistir e cria dezasseis exércitos. É o período do chamado comunismo de guerra, caracterizado pela centralização política, a instauração do terror policial, a estrita subordinação de todo e qualquer objectivo ao interesse da revolução. A Rússia vive então uma experiência comparável à que a França conhecera um século e um

quarto antes, em 1793, com o governo revolucionário. O recurso a estes meios permite à União Soviética triunfar sobre os seus adversários. A partir de 1920, os exércitos brancos são esmagados ou expulsos para o exterior. É também em 1920 que os cavaleiros do marechal Budienny repelem os invasores polacos até às portas de Varsóvia. A luta abranda, encaminhando-se para uma estabilização. Após quatro anos de flutuações, a União Soviética assina tratados com os seus vizinhos. O governo soviético reconhece a independência das nacionalidades alógenas, da Finlândia, dos países bálticos, da Polónia (Tratado de Riga de 1921). Estes tratados fixam as fronteiras e consagram importantes amputações territoriais: a Rússia perdeu 700 000 km^2.

Os aliados rendem-se à evidência: não conseguiram esmagar a revolução. Limitar-se-ão, a partir de então, a isolá-la (política do cordão sanitário). A Rússia é tratada como pestífera. Trata-se de prevenir o contágio, a penetração dos micróbios no organismo europeu.

Por seu lado, o governo soviético abandona a política da expansão revolucionária pela força, da revolução imediata e total. Alguns anos mais tarde, a vitória de Estaline sobre Trotsky significa uma retirada para o interior das fronteiras. A Rússia ensaia a construção do socialismo num só país. A renúncia realiza-se em todas as direcções. Nos anos 1920-1924, a União Soviética estivera presente em todas as frentes. Dava assistência aos nacionalistas chineses em luta contra o imperialismo ocidental. Quando renuncia na frente europeia, sacrifica também o Partido Comunista Chinês. É também durante estes anos que os dirigentes soviéticos deixam que Kemal liquide o Partido Comunista da Turquia. O governo soviético renuncia a propagar a revolução. Internamente, inicia-se o regresso a uma situação mais normal: ao comunismo de guerra sucede a NEP, a nova política económica.

Uma após outra, as grandes potências, tendo em conta a duração do governo soviético, aceitam reconhecê-lo. Em 1922 estabelecem-se conversações entre a República de Weimar e o governo soviético: é o famoso acordo firmado em Rapallo. A Itália de Mussolini é a primeira potência a reconhecer a Rússia soviética. A França esperará a vitória eleitoral do pacto das esquerdas e o governo Herriot em 1924. No mesmo ano, o governo trabalhista reconhece *de jure* a União Soviética. Os Estados Unidos esperarão por 1933 e pela presidência de Roosevelt.

3.2. A estabilização e o desanuviamento (1925-1929)

Anunciada pela fixação das fronteiras e o começo das relações entre a Rússia soviética e a Europa, é um período de estabilização e de desanuviamento.

As relações internacionais

No quadro das relações internacionais, a guerra entre a Turquia e a Grécia terminou com a assinatura do Tratado de Lausana (1923), que confere à Turquia

bem melhores condições do que o Tratado de Sèvres. A Grécia renuncia à Grécia asiática e os dois países acordam em regular definitivamente o seu diferendo territorial procedendo a uma troca de populações. A população grega da Ásia é enviada para a Grécia europeia. É a primeira vez que dois países operam transferências de população em tão grande escala: a iniciativa fará escola.

É também em 1923 que um estatuto pôs fim na Irlanda à guerra que opunha, desde 1919, os patriotas irlandeses aos ocupantes ingleses. O acordo não satisfaz todos os irlandeses, já que implica uma «partilha» da ilha: o Nordeste, o Ulster, continua unido à coroa britânica. Por isso, a fracção mais intransigente recusa reconhecer este compromisso e prosseguirá até aos nossos dias uma agitação terrorista endémica.

A França, após as eleições de 11 de Maio de 1924 e a vitória de uma maioria de esquerda, radical e socialista, renuncia à política de execução do tratado que Poincaré personificava. Um espírito novo preside à diplomacia francesa. Mais do que apoiar-se nas alianças tradicionais, nos acordos bilaterais e nos armamentos, a França investe a sua confiança na acção das instituições internacionais: a Sociedade das Nações, a organização de uma segurança colectiva e o recurso a processos de arbitragem que abrem a porta a um desarmamento controlado e generalizado. Como garantia da sua boa fé e da sua boa vontade, dá por finda a ocupação do Rur. O ponto de vista da França aproxima-se, assim, do da Grã-Bretanha. A política externa de Herriot, continuada por Briand, é uma política de paz, que vai facilitar a aproximação entre vencedores e vencidos.

Dois planos sucessivos, da autoria de dois especialistas americanos, pretendem regularizar o litigioso problema das indemnizações: o Plano Dawes, cuja aplicação implica a evacuação do Rur pela França, e, alguns anos mais tarde, o Plano Young.

O texto capital deste período é o Pacto de Locarno (Outubro de 1925), nome da pequena cidade suíça onde os diplomatas voltaram a encontrar-se. Assinala a transição de uma situação de força para um regime contratual. Até então a Alemanha sofrera as consequências da sua derrota, assinou, contrariada e forçada, o Tratado de Versalhes. Em 1925 é voluntariamente que adere às suas disposições territoriais. Passa-se então de uma paz ditada para um acordo consentido. O Pacto de Locarno parece ter afastado, definitivamente, todo o risco de retaliação e todo o germe de guerra. No ano seguinte, a Alemanha solicita e obtém a sua admissão na Sociedade das Nações. Até então a Sociedade das Nações permanecera tributária das circunstâncias da sua criação: continuava a ser o sindicato dos vencedores de 1918. Com a entrada da Alemanha torna-se uma efectiva Sociedade das Nações.

Os anos 1925-1930 constituem o melhor período da história da instituição de Genebra. Ela goza então de um prestígio que nada nem ninguém veio ainda contestar. Em mais de uma ocasião, a Sociedade das Nações exerce uma arbitragem, põe fim a conflitos ou evita a sua generalização. Pela primeira vez, uma instância internacional dita o direito e tem suficiente autoridade moral para fazer respeitar as suas decisões. É o grande período das conferências internacionais.

Em Genebra encontra-se uma geração de grandes europeus: Briand e Paul Boncour pela França, MacDonald e Austen Chamberlain pela Inglaterra, Benes, Titulescu e ainda outros que reconstituem o concerto europeu.

O ano de 1928 é uma data simbólica: a assinatura do Pacto Briand-Kellog, do nome do ministro francês dos Negócios Estrangeiros e do secretário de Estado americano. Por este pacto, ao qual vão aderir sessenta nações, os signatários renunciam formalmente a recorrer à violência nos diferendos internacionais. O Pacto Briand-Kellog põe a guerra fora da lei. Dez anos volvidos sobre o fim das hostilidades, o futuro da paz parece duradouramente assegurado, visto que todas as grandes potências aceitam submeter as suas dificuldades à Sociedade das Nações e dirigir-se-lhe para que ponha fim aos seus diferendos. Em 1930, Briand propõe uma organização federal europeia e, em Julho do mesmo ano, a França, a Grã-Bretanha e a Bélgica evacuam antecipadamente a Renânia: as cláusulas militares do Tratado de Versalhes previam que os aliados poderiam manter contingentes de ocupação até 1935. Mas, tendo em conta o desanuviamento internacional e a aceitação por parte da Alemanha das cláusulas do tratado, assim como a sua entrada na Sociedade das Nações, para quê prolongar ainda um estado de coisas directamente resultante da guerra?

A maior parte dos países reduziram as suas forças militares a um nível muito baixo. Assim, a Grã-Bretanha contenta-se com algumas dezenas de milhares de soldados profissionais e a França reduziu, em 1928, a duração do serviço militar para doze meses.

O clima é de desanuviamento internacional. A Europa parece ter liquidado as sequelas da guerra e encara o futuro com confiança.

A ordem interna

A situação interna, tão tensa, tão dramática em certos momentos, nos anos 1919-1920, foi-se apaziguando pouco a pouco. As rivalidades dos partidos circunscrevem-se às questões clássicas e adquirem uma feição tranquilizante pela sua banalidade. As principais potências ultrapassaram as suas dificuldades económicas, financeiras, sociais, e já quase todas superaram a crise do pós-guerra.

A França, após uma instabilidade ministerial acelerada entre 1924 e 1926, ligada à crise do franco, que provocou um surto momentâneo de antiparlamentarismo, entrou, depois de Julho de 1926, em águas mais calmas. O regresso de Poincaré, antigo presidente da República, à presidência do Conselho restabeleceu a confiança e tranquilizou os aforradores. Poincaré apoia-se numa ampla maioria, denominada União Nacional, que vai da direita aos radicais. As eleições de 1928 confirmam a sua posição e a sua política. Ele travou o descalabro financeiro e definiu o novo valor do franco em 1928. À instabilidade febril de 1924-1926 sucede a estabilidade da moeda e do poder. Briand é inamovível nos Negócios Estrangeiros, com Poincaré nas Finanças. A reconstrução está praticamente terminada por volta de 1929-1930. A economia atinge índices de actividade superiores aos de 1913, o ano de maior prosperidade antes da guerra.

A Alemanha seguiu uma evolução cuja orientação geral é idêntica, posto que comporte acidentes mais pronunciados; de resto, a sua queda fora também maior. Em 1923 conheceu uma inflação vertiginosa em que o marco se desvalorizava de hora a hora, obrigando os comerciantes a alterar os preços das mercadorias várias vezes no mesmo dia. Eram dignos de ser vistos os selos de correio várias vezes marcados e cujo último valor atingia 10, 100 ou 200 milhões de marcos. Esta explosão inflacionista, ligada à ocupação do Rur, parcialmente alimentada pelo governo, de tal modo que a Alemanha não estivesse em condições de pagar, teve consequências sociais e políticas graves. Arruinou toda uma classe que vivia dos rendimentos e de aforradores. Favoreceu igualmente a concentração, pois os industriais eram levados a investir: as grandes empresas absorveram as pequenas. No plano psicológico e político, esta crise provocou uma agitação que se traduziu no renascimento de um terrorismo de extrema direita e na actividade de corpos francos. Políticos caem sob as balas dos terroristas. Em alguns meses, cerca de duzentas personalidades foram vítimas de atentados. Um obscuro agitador, Adolf Hitler, desencadeia em Munique um *putsch* que aborta em 8 de Novembro de 1923.

A situação estabiliza-se pouco a pouco. O Dr. Schacht, nas Finanças, cria uma nova moeda. As bases da prosperidade económica não foram atingidas; pelo contrário, a concentração facilita a expansão. A partir de 1925, a República de Weimar parece consolidada. As instituições funcionam normalmente, a democracia consolida-se. Em 1925, os Alemães, que elegem por sufrágio universal o presidente da República, escolhem o velho marechal Hindenburg, cuja presença é o garante da ordem e da estabilidade social e política. É possível pensar então que a Alemanha saiu também da fase mais difícil e que ultrapassou a derrota e as respectivas consequências.

A Grã-Bretanha não foi poupada. A adopção do sufrágio universal, conjugada com a subida do Partido Trabalhista, desregulou a alternância tradicional entre dois partidos. Passa a haver três, o que torna difícil que um sozinho consiga a maioria absoluta. Em 1924, a chegada ao poder dos trabalhistas é acompanhada de uma fase de agitação, de amplas greves, mas, a partir de 1925, os conservadores retomam a direcção dos negócios públicos e a Inglaterra reencontra uma certa estabilidade.

Os Estados Unidos ficaram ao abrigo destas vicissitudes. Tendo entrado mais tarde na guerra e sido menos atingidos por ela, escaparam aos remoinhos da derrota, ou da vitória, e do pós-guerra. Depois de 1920, o Partido Republicano detém o poder com continuidade. O período caracteriza-se por uma crescente prosperidade e um rígido isolacionismo. Prosperidade: a prioridade é a economia. Só os negócios interessam. É um período de liberalismo absoluto: o governo federal renuncia de bom grado a numerosas atribuições de que a guerra o investira. O isolacionismo, por sua vez, triunfa em todos os planos — e não só nas relações entre governos —, com a rejeição do Tratado de Versalhes e a

recusa de ingressar na Sociedade das Nações. A partir de 1920, a grande república americana fecha-se à imigração. O Congresso adopta em duas etapas, em 1920 e em 1924, leis restritivas que visam fazer dos Estados Unidos uma coutada reservada aos imigrantes de outrora e aos seus descendentes. É uma política de estrito americanismo, de desconfiança de tudo o que vem do estrangeiro, produtos, ideias, homens. É o período da lei seca, da interdição das importações de álcool. É também o período do gangsterismo em Chicago.

A União Soviética está numa situação completamente diferente devido à originalidade do seu regime e ao estado das suas relações com o resto do mundo. Todavia, há algumas semelhanças entre a curva da sua evolução e a dos outros países. Fechada em si própria, recupera as suas forças, reconstitui a sua economia. Após os rigores do comunismo de guerra, surge a nova política económica (NEP). É também o apelo ao concurso externo: a União Soviética contrata a preço de ouro especialistas estrangeiros para a ajudarem a pôr a sua economia a funcionar. O ano de 1928 assinala uma mudança: é o começo dos planos quinquenais e está para breve a colectivização da agricultura e o fim dos *kulaks*, no Inverno de 1929-1930.

Assim, salvo algumas excepções, dez anos após o fim da guerra, as esperanças dos povos parecem prestes a realizar-se. A paz parece solidamente estabelecida, os diferendos ultrapassados. Regularizada a questão das reparações, o desarmamento está na ordem do dia das conferências internacionais. Na maior parte dos países, as instituições democráticas ultrapassaram vitoriosamente as suas dificuldades. A liberdade reina em Inglaterra, em França, na Alemanha. Quase por toda a parte, a situação é florescente, a economia próspera. No exterior, a Europa reconquistou o seu prestígio e a sua autoridade, os seus impérios coloniais fizeram prova de lealdade. Apenas a Grã-Bretanha se debate com algumas dificuldades na Índia. A Europa continua a ser o centro do mundo, tanto mais que a Rússia vive afastada da cena internacional e os Estados Unidos escolheram o isolamento. Paris, Londres e Genebra são as capitais políticas, económicas e intelectuais do mundo.

Dez anos mais tarde deflagrará a Segunda Guerra Mundial.

4

A crise das democracias liberais

Antes de descrever o processo pelo qual a Europa se precipitou num novo conflito, ao sair de uma paz precária e instável, é necessário regressar um ponto atrás e examinar uma por uma as componentes da crise que culminará com a entrada em guerra, em 1939. Veremos assim, sucessivamente, a crise da democracia parlamentar clássica, a crise económica a que o mundo tem de fazer frente

a partir de 1929 e cujas repercussões afectam todos os aspectos da vida em sociedade, a ascensão das doutrinas fascistas e dos regimes autoritários, o problema colocado pela existência de um regime comunista na União Soviética.

Voltaremos, por fim, ao desenrolar das crises internacionais que culminaram na declaração de guerra do dia 1 de Setembro de 1939. A crise das democracias encontra a sua razão de ser na conjunção dos ataques que lhe são dirigidos do exterior pelo fascismo e pelo comunismo e das imperfeições de ordem interna. É precisamente esta conjunção que provoca a sua gravidade. Se a democracia tivesse conhecido apenas dificuldades internas, a opinião pública teria tomado o seu partido e a democracia teria triunfado. O mesmo se teria passado se só tivesse de repelir ataques externos, sem encontrar conivências no seu interior. Mas há concomitância nos sinais de fraqueza e nos ataques que lhe movem inimigos irredutíveis que atingem os seus próprios fundamentos. O comunismo e o fascismo afiguram-se mais dinâmicos, mais modernos, mais bem adaptados, valem-se de uma eficácia considerada superior, colhem argumentos nas deficiências internas da democracia e pretendem, perante o formalismo da democracia burguesa, instaurar uma ordem mais justa e mais igualitária. Deixemos por ora as críticas dos adversários para nos debruçarmos sobre as imperfeições internas.

A democracia dá diversos sinais de fraqueza que é necessário assinalar para lhes perscrutar as causas. A crise da democracia está no sentimento, exacto ou errado, da inadequação dos princípios e das instituições da democracia clássica, isto é, parlamentar e liberal, às circunstâncias, aos problemas e às disposições do espírito público.

Reside aí o elemento comum a todos os países, quer se trate dos Estados Unidos ou dos jovens Estados surgidos dos escombros do Império Austro-Húngaro. As situações podem diferir muito, mas por toda a parte prevalece o sentimento de que a democracia já não se encontra adaptada à realidade.

Pode, *grosso modo*, resumir-se a diversidade dos casos a dois tipos distintos.

Por um lado, as velhas democracias, isto é, os países onde a democracia é desde há muito a forma de governo, onde está enraizada nos hábitos e nas instituições, onde se tornou também uma tradição. É o caso da Europa ocidental.

Nestes países é precisamente por se ter tornado uma tradição que a democracia sofre. É a sua antiguidade que é censurada. Aparece como caída em desuso, anarquista. Transporta o peso da idade, torna-se sinónimo de um passado desde então definitivamente ultrapassado. O atractivo da novidade joga a favor dos seus inimigos.

Por outro lado, nos países acabados de nascer, na Polónia ressuscitada, na Hungria ou na Jugoslávia, passa-se o inverso: a democracia não pode parecer — evidentemente — esmagada pelo seu passado; pelo contrário, parece prematura, pois a opinião pública e a sociedade não estão prontas para a acolher. Trata-se de uma mecânica demasiado complicada, um sistema excessivamente delicado para sociedades politicamente rudes. Assim, simultaneamente, a democracia vê-se reprovada, no Ocidente da Europa, por ser uma sobrevivência anacrónica e, no Leste, por ser uma antecipação não assimilável.

É à análise um pouco mais pormenorizada destes dois ramos da crise da democracia clássica que este capítulo é consagrado.

4.1. Uma antecipação mal adaptada para os jovens Estados

Nos países onde é totalmente nova, a democracia parece mal adaptada às circunstâncias e aos problemas.

Nos novos Estados que acabam de se constituir graças ao desmembramento do império dos Habsburgos ou por se terem separado do império dos czares, a forma democrática impôs-se sem discussão: essas jovens nações adoptaram com entusiasmo as instituições dos vencedores, aos quais deviam a sua independência e o seu renascimento.

Mas as condições elementares para que um regime parlamentar possa funcionar correctamente não estavam preenchidas. Precisamente por terem estado muito tempo submetidas a um domínio estrangeiro e privadas da sua personalidade nacional, nenhuma tradição tivera tempo ou ocasião para se formar; não tinham podido fazer a aprendizagem progressiva de uma vida política em liberdade.

As estruturas sociais também não se prestavam a isso: nesta parte da Europa não existe o equivalente da burguesia ocidental. Faltam essas categorias intermediárias entre os grandes proprietários rurais e os camponeses servos nas quais a administração e os partidos políticos recrutam naturalmente os seus quadros. A instrução elementar está muito pouco difundida. Os camponeses são iletrados. Acrescentem-se as rivalidades étnicas que subsistem internamente: na Polónia, entre Polacos e Ucranianos; o problema das minorias húngaras nos países da Petite Entente*. Por toda a parte, a experiência das instituições democráticas é imperfeita. A democracia parlamentar funciona mal, encontra pouco apoio num espírito público que ainda não existe. Mostra-se impotente para fundar um Estado estável, uma nação unificada.

Rapidamente, as instituições parlamentares são varridas por golpes de força que as substituem por regimes autoritários.

A Itália tinha dado o exemplo com a marcha sobre Roma e o estabelecimento do fascismo (Outubro de 1922). O modelo é imitado: outros países enveredam pela mesma via na década 1920-1930.

Na Polónia, o marechal Pilsudsky, o libertador da Polónia, o restaurador da sua independência, apoia-se no exército e também nos sindicatos: estes regimes autoritários apoiam-se amiúde em forças populares. São geralmente menos reaccionários do que os grandes proprietários rurais. Pilsudsky toma o poder. Embora conserve a fachada da Constituição revista, detém de facto a realidade do poder. O regime de ditadura sobreviver-lhe-á: Pilsudsky morre em 1935.

* Designação da aliança defensiva constituída, em 1921, pela Checoslováquia, Roménia e Jugoslávia. (*N. do R.*)

Segue-se-lhe o chamado governo dos coronéis. O ministro dos Negócios Estrangeiros, o coronel Beck, pertence a esta equipa de militares.

A Turquia apresenta um caso comparável, com a diferença de que a Polónia está do lado dos vencedores e a Turquia do lado dos vencidos. Todavia, nos dois países, um chefe militar que encarna a vontade de independência torna-se senhor incontestável do poder: Mustafá Kemal, que salvou o país da derrota e da ruína, que venceu os Gregos, acumula todas as funções. É ao mesmo tempo presidente da nova república (tendo sido deposto o sultão e abolido o califado) e presidente da «grande assembleia». Mustafá Kemal morrerá em 1938, mas o kemalismo, que é um despotismo esclarecido adaptado à Turquia do século XX, sobreviver-lhe-á: trata-se de modernizar o Estado, de o tornar eficaz e de consolidar a unidade nacional através de métodos autoritários.

Na Grécia, alguns anos mais tarde, o general Metaxas estabeleceu um regime ditatorial.

Na Jugoslávia é o rei Alexandre I que estabelece uma espécie de ditadura real para manter a coesão do jovem Estado multinacional, onde lavram forças centrífugas, onde Croatas e Eslovenos aceitam dificilmente a predominância dos Sérvios. O seu exemplo será seguido pelo rei Carol da Roménia.

Na Hungria, depois de esmagada a ditadura comunista de Bela Kun, o almirante Horty exerce a regência: a Hungria mantém ficticiamente a monarquia, mas o trono continua vago, pois as grandes potências opõem-se a que um Habsburgo reine na Hungria.

A Áustria, sob o impulso de Mgr Seipel e do chanceler Dollfuss, orientou-se também para um regime autoritário de um tipo algo particular, cristão-social e corporativo, que pretende aplicar a doutrina social da Igreja.

A enumeração destes países é, por si própria, assaz significativa: Polónia, Hungria, Roménia, Jugoslávia, Grécia, Turquia. É toda a Europa oriental, danubiana e balcânica, essa parte da Europa que sempre esteve atrasada política, intelectual e economicamente em relação à Europa ocidental, a mesma Europa do despotismo esclarecido, que, dois séculos mais tarde, recorre a formas de governo que ilustram a sua posteridade.

Nesta região só um país é excepção. Merece ser mencionado, pois as excepções têm com frequência uma virtude esclarecedora. Trata-se da Checoslováquia, que permanece fiel às instituições democráticas até Munique. Até ao desaparecimento do Estado checoslovaco, a democracia permanecerá a sua forma de governo. Porquê a presença deste enclave democrático no seio de uma região completamente dominada por regimes autoritários?

Distinguem-se, à partida, várias causas. Algumas são históricas: a Boémia representava no império dos Habsburgos uma das províncias mais ocidentalizadas. Contava já com uma burguesia liberal numerosa, activa, esclarecida. Foi uma das primeiras regiões a industrializar-se. Aí se encontra uma numerosa classe operária, um sindicalismo, uma social-democracia. São outros tantos factores favoráveis. Encontra-se na Checoslováquia o que a Europa ocidental tinha e que faltava ao resto da Europa oriental, uma sociedade com-

plexa e diferenciada, uma economia já parcialmente industrial, tradições políticas, hábitos de discussão, uma instrução elementar largamente difundida. A estas causas seria necessário juntar a acção das forças políticas, o papel dos «Jovens Checos», do movimento dos Sokols, a personalidade de homens de Estado, em primeiro lugar do presidente Masaryk, fundador da Checoslováquia independente.

O contágio autoritário não se limita à Europa oriental. Convém juntar a esta lista de países, que tinham em comum o facto de serem os vencidos de ontem ou novos Estados, o caso dos países mediterrânicos. A Itália, desde a marcha sobre Roma, com a ditadura fascista. Em Espanha, com o acordo do soberano, o rei Afonso XIII, o marechal Primo de Rivera torna-se, em 1923, um primeiro-ministro autoritário, e esta ditadura militar e real prolonga-se até 1930-1931. A seguir às eleições municipais de Abril de 1931, que dão a maioria aos candidatos republicanos, o rei abdica e a república substitui a monarquia. Mas a experiência será breve. Pode juntar-se a Espanha à família dos países onde a democracia se adapta mal. Os anos de 1931-1936 foram anos de agitação que preludiam a guerra civil de 1936-1939, que dilacerará a Espanha, preocupará o resto da Europa e preparará a instauração da ditadura franquista.

Em Portugal, em 1926, após uma quinzena de anos, o regime republicano, dilacerado, combatido pelas várias facções, é derrubado pelo exército, que instala no poder o general Carmona, à sombra de quem Salazar governará: ditadura técnica, discreta. O Estado Novo durará aproximadamente meio século, até ao seu derrube pelos militares, em Abril de 1974.

Assim, por toda a Europa, entre 1920 e 1930, a democracia clássica, caracterizada pela ligação aos princípios liberais, cede o lugar a regimes autoritários: a liberdade recua diante da autoridade. Pode falar-se de uma epidemia de ditaduras. Para se ter uma visão completa do fenómeno seria necessário juntar-lhes a União Soviética e a ditadura estalinista e, fora da Europa, os regimes autoritários aparentados na América Latina, no Brasil com Vargas, ou no Japão com a casta militar.

Assim, em numerosos países, a democracia não consegue lançar raízes duradouras. Aparece como um regime precário, inadaptado às condições, possibilidades e necessidades destes jovens Estados.

4.2. Uma sobrevivência anacrónica nas velhas democracias?

Ao mesmo tempo — ou um pouco mais tarde —, as instituições da democracia liberal conhecem também dificuldades nos países que eram o seu berço e o seu feudo privilegiado. Os países situados no Norte e no Oeste da Europa: monarquias escandinavas, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, estes países escaparão ao contágio das ditaduras, mas não estão completamente imunizados contra os germes. A tentação invade-os. Na sua maioria parte, têm também os

seus movimentos de agitação; alguns ambiciosos sonham derrubar a democracia parlamentar e substituí-la por um regime autoritário.

Se, em Inglaterra, Oswald Mosley nunca conseguiu reunir à sua volta mais do que alguns milhares de excêntricos, Léon Degrelle e os «rexistas» conhecem, na Bélgica, uma audiência muito mais vasta por volta de 1935: jovem líder dinâmico, saído da Acção Católica belga, funda um movimento que se propõe, contra uma democracia considerada senil ou débil, instaurar um regime mais musculado. Em França, os regimes autoritários estrangeiros exercem uma incontestável sedução sobre sectores mais ou menos extensos da opinião pública. Há a atracção exercida na esquerda pelo modelo soviético e, na opinião conservadora, a admiração pela ordem restabelecida por Mussolini em Itália. A expansão do antiparlamentarismo e a multiplicação das ligas ilustram o fenómeno.

Se mesmo nestes países, onde a democracia pode reclamar-se de uma longa prática, ela está exposta às críticas e aos ataques, é porque parece funcionar mal. Nos jovens Estados, a democracia parecia prematura; nos velhos afigura-se ultrapassada. No século XIX, a opinião democrática via nela a fórmula do futuro; agora era considerada inadequada, desajustada.

A crise das instituições representativas

A democracia clássica dá sinais múltiplos de desordem no funcionamento das instituições: o equilíbrio dos poderes é ameaçado ou rompido.

Por um lado, os governos caem na dependência estreita dos parlamentos, e a sucessão com curtos intervalos de crises ministeriais, a longa duração de algumas delas, revelam bem que alguma coisa deixa a desejar nas relações entre os poderes. É este o rumo que as coisas tomam em diversos países e não apenas em França: também a Grã-Bretanha dá sinais de desorganização dos poderes. O executivo parece impotente para conceber uma política a longo prazo e, mais ainda, para a aplicar.

Os inconvenientes desta situação seriam pouco importantes se o executivo tivesse apenas atribuições restritas ou o período fosse calmo. No século XIX, as instituições liberais eram mais eficazes e a instabilidade ministerial não ficava atrás da que reinou depois de 1918. Mas vivia-se então num regime efectivamente liberal: havia acordo entre os princípios e a prática. Como o Estado evitava intervir em muitos campos, pouco importava que houvesse ou não um Estado.

Ora, depois de 1918 modificou-se profundamente a relação entre a iniciativa privada e o papel do Estado. A guerra ampliou consideravelmente o campo de acção dos poderes públicos, levados a assumir a direcção da economia, assim como a regulamentar as relações sociais. As coisas não podiam voltar a ser o que eram antes de 1914. Com as sequelas da guerra, que obrigam a conservar as instituições e os mecanismos improvisados para a sua prossecução, e em breve com a crise económica, que assinala o dobre de finados do liberalismo econó-

mico e também, em consequência, do liberalismo político, quando os desempregados são aos milhões e a economia foi tomada por uma paralisia progressiva, os governos vêem-se obrigados a intervir, mesmo que não queiram. O aumento dos perigos internacionais constitui um motivo suplementar para se desejar um Estado forte.

Desequilíbrio dos poderes por omnipotência dos parlamentos, mas também no sentido inverso. Os governos solicitam aos parlamentos, e muitas vezes obtêm deles, uma delegação do poder legislativo. É a confusão entre poderes tradicionalmente separados. Verifica-se, relativamente à tradição democrática, uma heresia, uma aberração. Para um parlamento, autorizar plenos poderes ao governo é aceitar a própria demissão. É para o que tende, em França, o procedimento dos decretos-leis. O carácter híbrido do vocábulo denuncia a confusão dos poderes, uma vez que a mesma expressão procura reunir dois termos tradicionalmente opostos: lei e decreto.

É em benefício do governo de Poincaré que é concedida a primeira delegação legislativa ao executivo. Por sua vez, o gabinete de Doumergue, logo a seguir a 6 de Fevereiro de 1934, solicita uma autorização deste género e obtém-na. O recurso aos decretos-leis entra nos hábitos e torna-se uma maneira de governar. Note-se que estes decretos-leis não significam a suspensão do parlamento e menos ainda o advento de uma ditadura. Não são plenos poderes gerais, nem se trata de uma delegação incondicional. São limitados a um dado campo: os plenos poderes são concedidos ao governo, por exemplo, em matéria económica ou financeira, para recuperar a moeda ou conjurar a crise. Em segundo lugar, são sempre concedidos por tempo limitado: três ou seis meses. Finalmente, são revogáveis, pois mantém-se dependente da aprovação *a posteriori* do parlamento.

É nada menos do que uma alteração do mecanismo tradicional da democracia parlamentar. Estabelece-se um novo tipo de relações entre o executivo e o legislativo, em benefício ora de um, ora de outro. Já não se pode falar propriamente de equilíbrio, mas de confusão.

Nos Estados Unidos, o problema é diferente: a democracia americana nunca foi uma democracia parlamentar e a separação dos poderes, levada mais longe do que em Inglaterra e em França, excluía a responsabilidade do executivo perante o Congresso. A modificação processa-se de outro modo. A partir da altura em que Franklin Roosevelt chega à presidência, em 1933, investido pelo povo americano de um mandato implícito para conjurar a crise, opera-se uma mutação no regime americano. O traço mais característico dessa mutação é a ruptura do equilíbrio tradicional entre o estado federal — a administração sediada em Washington — e os diferentes estados. A Constituição de 1787 tinha velado por que o estado federal não pudesse sobrepor-se aos estados. Eram mesmo os estados que detinham mais poderes. Após 1933 é ao contrário. As necessidades do momento e a gravidade da situação económica investem a administração federal de poderes consideráveis: verifica-se a dilatação do orçamento federal, o aumento do número de funcionários, a crescente intervenção

do poder federal até na actividade de cada estado. Esta espécie de revolução silenciosa provoca controvérsias políticas e mesmo conflitos constitucionais que envolvem o Supremo Tribunal, que, durante o segundo mandato presidencial de Roosevelt, após a sua reeleição em 1936, anulará uma parte da legislação do *new deal* por ser contrária à interpretação tradicional da Constituição.

Eis um primeiro conjunto de sinais e de factores da desregulação da democracia clássica nos países onde era a forma de governo tradicional: desequilíbrio dos poderes em função da gravidade da situação, das sequelas da guerra e dos novos problemas.

As novas forças políticas

Uma segunda ordem de causas e indícios tem a ver com as forças políticas. O período entre as duas guerras é marcado pelo aparecimento — ou pelo reforço — de novas forças, que voltam a pôr em questão o sistema de forças no qual assentava o funcionamento harmonioso da democracia clássica.

Em 1848 e 1918, a prática regular do sufrágio universal em todos os países que o tinham adoptado mantivera no poder uma classe de notáveis: já foi chamada a atenção para o paradoxo dos efeitos conservadores do sufrágio universal. Em França, em 1848 e novamente em 1871, a consulta ao país renovou os mandatos que os notáveis detinham. O sufrágio universal não subvertera as condições de exercício do poder nem operara a transferência brutal de uma classe para outra. A evolução tinha-se efectuado por uma adaptação gradual dos partidos tradicionais.

No entanto, com a guerra precipitam-se certas transformações que tinham começado anteriormente. Por um lado, profundas mudanças assinalam a transição de uma sociedade de tipo individualista para uma sociedade de grupos. O fenómeno é particularmente manifesto em França. A sociedade saída da revolução caracterizava-se pela supressão de todos os agrupamentos intermediários. Deixava frente a frente o poder e o cidadão e nada entre eles. O individualismo era o princípio e a regra. Mas os grupos conquistaram pouco a pouco o direito de cidade. Em 1884, a lei Waldeck-Rousseau reconheceu a liberdade dos agrupamentos sindicais. Seguiu-se, em 1901, a grande lei sobre as associações. Em todos os sectores gera-se um movimento para constituir agrupamentos de defesa e de reivindicação. O fenómeno é geral. Nenhum país da Europa ocidental lhe escapa. É o surto das *trade unions* e de um novo sindicalismo, em Inglaterra, nos fins do século XIX; e o mesmo se passa na Alemanha e nos países do Norte. O Estado tem de contar a partir de então com novos interlocutores. Deixa de encontrar à sua frente uma miríade de individualidades, mas forças organizadas, sindicatos, agrupamentos profissionais, que têm as suas exigências, tomaram consciência dos seus interesses e exercem sobre o poder público uma pressão através dos meios mais apropriados.

A posição do Estado modifica-se assim profundamente: investido de novas responsabilidades e atribuições, mas cercado pelas forças sociais. Dividido no

seu interior entre poderes que se combatem, é assediado pelos agrupamentos. A relação de forças modificou-se contra si: a democracia paga o preço dessa mudança.

É também o aparecimento de um novo tipo de partido político. Reencontramos um dos aspectos da democratização da vida política. Aos partidos de tipo tradicional, que pouco mais eram do que círculos ou clubes mundanos, sucedem partidos realmente democráticos, que procedem a um amplo recrutamento dos membros, contam com centenas de milhares de apoiantes e possuem estruturas rígidas e uma disciplina mais apertada. Estes novos partidos modificam o funcionamento da democracia.

São sobretudo os partidos operários, primeiro socialistas e, mais tarde, a seguir à guerra, comunistas. Passa-se de uma democracia de notáveis, caracterizada por partidos de quadros, para uma democracia de massas, caracterizada por partidos de um novo estilo.

Mesmo na Grã-Bretanha, a crise política torna-se crónica: o bipartidarismo é abalado, a regra da alternância, que passava por ser quase tão fundamental como os princípios do parlamentarismo, é subvertida pela existência, a partir do princípio do século, de um terceiro partido: o Partido Trabalhista, constituído por iniciativa das *trade unions*, que conquistou pela primeira vez algumas dezenas de lugares nas eleições de 1906. De consulta em consulta, alarga a sua base eleitoral e reforça a sua representação parlamentar. A presença de outro partido, um terceiro entre os conservadores e os liberais, desorganiza o jogo parlamentar. O escrutínio à inglesa, onde a maioria relativa equivale à maioria absoluta, deixa de funcionar bem. Nenhum partido detém a maioria absoluta. Há apenas maiorias de coligação e a vida política inglesa caracteriza-se, pelo menos até à formação de um governo de união nacional (1931), por uma instabilidade quase comparável à do continente.

No continente, em França e na Bélgica, como o multipartidarismo é clássico, não reside aí a novidade. O facto novo que afecta o funcionamento do regime é a constituição de ligas, o surgimento de forças políticas que não praticam o jogo clássico, que se abstêm de apresentar candidatos às eleições, não estão representadas nas assembleias por grupos parlamentares, mas nem por isso contam menos na vida política. Exercendo, numa parte da opinião pública, a sedução da acção, da força, da eficácia, importunam os partidos clássicos e paralisam, muitas vezes, a acção dos governos. Estas novas forças, algumas hostis à democracia — é o caso das ligas —, fazem o julgamento do regime parlamentar e concorrem para lhe enfraquecer a credibilidade.

Para sua infelicidade, a democracia liberal está identificada com o capitalismo liberal, sendo prejudicada por esta confusão entre a economia e a política. A grande crise que virá abalar as estruturas do liberalismo capitalista não deixará de se reflectir nas estruturas políticas.

Assim, a democracia clássica, mesmo nos países que constituíam os seus bastiões, sofreu repetidos ataques, tanto internos como externos.

4.3. A crise de 1929 e a grande depressão

Para concluir a descrição da situação e medir-lhe a gravidade é necessário dizer uma palavra sobre a grande crise económica que, a partir de 1929, abalou as estruturas económicas, sociais, intelectuais e políticas da democracia ocidental.

Os anos de 1925-1930 afiguravam-se um período feliz, próspero, na Europa, mas não tarda a verificar-se uma inversão dessa tendência. É no plano da actividade económica, da produção, das trocas, que essa inversão é mais espectacular e mais brutal. E primeiro lugar, é superada. Vulgarmente, as mudanças da tendência económica são lentas, graduais, e os seus primeiros indícios chegam mesmo a passar despercebidos aos contemporâneos. É na ordem política que é costume notar soluções de continuidade. Ora, no período entre as duas guerras, deu-se uma convulsão económica que pode ser datada com extrema precisão: a data do seu nascimento é a segunda quinzena de Outubro de 1929.

Em que consiste o acontecimento de 1929?

Não se trata de uma revolução industrial. Não tem origem numa inovação técnica. É uma crise. Não é a primeira, visto que as crises económicas se tinham reproduzido no século XIX a um ritmo quase regular, a ponto de se afigurarem como constitutivas do regime capitalista. O espectáculo destas crises tivera um papel determinante no nascimento do pensamento socialista: de algum modo, pareciam ser a contrapartida das leis naturais e da concorrência. Porém, a crise de 1929 é diferente das precedentes, sobretudo pelas suas repercussões.

A crise estala nos Estados Unidos em Outubro de 1929, em plena prosperidade. O período que a precede continua a ser designado, na história americana, como a era da prosperidade, inaugurada logo a seguir à guerra.

É, em primeiro lugar, uma crise de crédito que estala na Bolsa de Nova Iorque, em Wall Street, uma falha do mecanismo do crédito, que se acredita ser momentânea. Na famosa quinta-feira negra, 24 de Outubro de 1929, os títulos postos à venda não encontram compradores, numa proporção inquietante: cerca de 70 milhões de títulos são lançados no mercado sem contrapartida. É a derrocada das cotações: a perda total é avaliada em 18 mil milhões. O fenómeno repete-se nos dias seguintes, amplia-se por um processo cumulativo que abala a confiança, mola real do crédito na economia liberal. O parentesco dos dois termos — confiança e crédito — sublinha a solidariedade entre os dois aspectos.

Esta crise de crédito revela a sobreavaliação dos valores: na maior parte tinham cotações muito superiores ao seu valor real e comercializável. A crise sanciona, pois, uma especulação excessiva, uma inflação de crédito. Para os especialistas, trata-se de um acidente técnico que saneará o mercado e permitirá um regresso à ordem, e o presidente dos Estados Unidos, o republicano Hoover, que ocupa a Casa Branca há apenas alguns meses, assegura aos seus compa-

triotas que o fim da crise está próximo e a prosperidade ao virar da esquina; repeti-lo-á durante quatro anos.

Todavia, contrariamente à expectativa geral dos técnicos, do presidente e dos eleitores que nele tinham votado, a crise instala-se: perdura e atinge outros sectores da economia americana e também outros países.

Avança-se de sector em sector por meio de um mecanismo de interdependência. As disponibilidades reduzem-se e não tardam a fazer falta às empresas. É como uma paragem cardíaca. Muitas empresas começam rapidamente a sentir dificuldades, vêem-se obrigadas a suspender os pagamentos, a abrandar as suas actividades. A crise de confiança amplia de semana para semana a gravidade da situação. A maior parte das empresas reduzem os horários de funcionamento e dispensam parte do seu pessoal; sobrevém o desemprego, total ou parcial, que provoca uma redução do poder de compra, que gera, por seu turno, uma redução da procura. Os *stocks* acumulam-se sem que surja comprador. A máquina gripou. Fenómeno cumulativo clássico, mas que jamais apresentara tal amplitude. Por sua vez, a agricultura é atingida: os consumidores diminuem, os excedentes agrícolas acumulam-se, os preços correntes dos produtos agrícolas afundam-se e os lavradores deixam de poder comprar.

A crise não tarda a alastrar a outros países. E isto é em parte também inédito. Tradicionalmente, a economia americana vivia voltada para o seu interior e as suas crises poucas consequências tinham na economia da Europa ocidental. Desta vez a crise transmite-se à Europa em virtude dos laços estabelecidos desde a guerra entre os Estados Unidos e as economias inglesa, alemã, austríaca.

Diversos factores que esperavam apenas este sinal para desenvolver os seus efeitos vêm conjugar-se com a propagação da crise americana, nomeadamente o relativo superequipamento do mundo. Devido à guerra, os novos países, até então clientes da Europa, tiveram de se industrializar para se bastarem a si próprios e responderem à procura de uma Europa que já não estava em condições de assegurar o aprovisionamento das suas populações e dos seus exércitos. Desde o fim da guerra, a Europa reconstituiu o seu potencial económico. Em 1929-1930, concluída a reconstrução, os novos países entram em competição com a Europa industrial: superprodução industrial, superprodução agrícola, inverte-se a tendência geral da economia para a alta desde 1895.

Os mesmos fenómenos que se verificam nos Estados Unidos repetem-se por toda a parte: queda das cotações, restrição da produção, que atinge gradualmente todos os ramos e todos os países. Empresas industriais e estabelecimentos bancários declaram falência. Entre as falências mais espectaculares e de mais pesadas consequências estão a de um grande organismo bancário austríaco, o Kreditanstalt de Viena, em Maio de 1931, a do grande especulador sueco Ivar Kruger, em Março de 1932, em França, da Citroën, da Compagnie Générale Transatlantique, do Banque Nationale du Commerce. O Estado vê-se obrigado a intervir para recuperar esta ou aquela empresa.

As trocas contraem-se, a marinha mercante é parcialmente imobilizada. Verifica-se também a redução das receitas fiscais, e o abrandamento da economia priva o orçamento de uma parte dos seus recursos. Como os orçamentos são deficitários, o reflexo dos governos é comprimir as despesas, reduzir os investimentos, acelerando, assim, a paralisia da actividade geral.

Os efeitos

Os países são mais ou menos rapidamente afectados, consoante estão mais ou menos associados à economia internacional. A Grã-Bretanha e a Alemanha são os primeiros a serem atingidos; a França mais tarde, não antes dos finais de 1931 ou princípios de 1932. As consequências têm uma gravidade desigual. A França só é parcialmente afectada por não estar ainda envolvida no ciclo de uma economia altamente industrializada; a Alemanha, por seu lado, é muito gravemente perturbada, por se ter superequipado em virtude da crise de 1923; na Grã-Bretanha, a crise conjuntural sobrepõe-se a uma crise estrutural, a do envelhecimento do equipamento industrial.

A mais visível consequência social é o desemprego. Formam-se bichas de desempregados para a distribuição das sopas populares diante das repartições públicas de assistência. Nos Estados Unidos avalia-se em 12 milhões o número de desempregados, 3 milhões na Inglaterra, 6 milhões na Alemanha, 1 milhão em Itália, meio milhão em França, sem contar com os desempregados parciais. Em 1932 existem, pelo menos, 30 milhões de desempregados no mundo que perderam o seu trabalho e os seus recursos e dezenas de milhões de desempregados parciais. No total, centenas de milhões de homens sofrem as provações da crise.

Estas convulsões, que abalam bruscamente uma economia que parecia ter reencontrado o segredo da prosperidade, tiveram, a breve trecho, consequências propriamente políticas que podem reduzir-se a dois tipos: os efeitos psicológicos na opinião pública, as consequências na estrutura do governo e a organização dos poderes.

Em primeiro lugar, as consequências psicológicas. A opinião pública perde confiança nas instituições democráticas, que identifica com o capitalismo, e na inspiração liberal da democracia parlamentar. Amplos sectores da opinião pública europeia tornam-se disponíveis para o aventureirismo e prontos a escutar os apelos de agitadores. Não há dúvida de que o nacional-socialismo recrutou nas massas de desempregados uma parte das suas tropas. Não significa isto que o nacional-socialismo tenha saído directamente da crise económica; a cronologia contesta este tipo de explicação, visto que a grande crise só atinge a Alemanha em 1930, num momento em que Hitler já está na posse do seu sistema, já constituiu o seu partido e conta com centenas de milhares de adeptos. O nacional-socialismo não sai da crise, e o mesmo se passa com o fascismo. Mas a crise ampliou certamente o fenómeno, trazendo ao movimento os grandes batalhões indispensáveis para chegar ao poder num regime de sufrágio universal. Sem a crise teria Hitler chegado, pela via legal, a chanceler?

Quanto às consequências objectivas sobre a política dos Estados e as estruturas do poder, é notável que a falência do sistema liberal e a coerência da

iniciativa privada obriguem o poder público a intervir. Os governos não podem furtar-se à expectativa de uma opinião pública pronta a repudiar os princípios, desde que se encontre o meio de repor a economia em marcha. São todos levados a transgredir as máximas liberais que interditavam ao Estado intervir em domínios deixados à iniciativa privada, individual ou colectiva. O fenómeno, já verificado por ocasião da guerra, reproduz-se com a grande crise. Os governos tomam nas suas mãos a direcção da economia: iniciam grandes obras para reanimar os mecanismos. A expressão mais completa desta mudança de política é, sem dúvida, a revolução que o *new deal* constitui no país da livre iniciativa. Os Estados intervêm também na esfera monetária, instituindo alguns o controle cambial.

Finalmente, as relações externas são afectadas pela política económica dos governos. A fim de protegerem a sua produção nacional contra a concorrência estrangeira, os países fecham-se às importações, agravam as suas tarifas alfandegárias, estabelecem contingentações. O país que era o símbolo do liberalismo económico, aquele que primeiro renunciara ao proteccionismo para se converter ao livre-câmbio, a Grã-Bretanha, regressa ao proteccionismo depois de oitenta anos de experiência livre-cambista (1846-1932): em 1932, o governo de união nacional, formado pelo trabalhista MacDonald em Setembro de 1931, abandona o livre-câmbio. O acontecimento tem o valor de um símbolo. Por toda a parte o nacionalismo económico encoraja um egoísmo sagrado nas relações comerciais. Convidam-se os consumidores a comprar *francês, inglês, alemão.* As trocas tornam-se raras e a Alemanha negoceia na base da troca directa com os países danubianos.

Assim, no lapso de alguns anos, entre 1929 e 1932, a grande depressão levou ao abandono dos princípios liberais — identificados com a prosperidade europeia —, à falência da economia liberal, à transformação das relações entre os grupos sociais e mesmo das relações entre nações. A democracia política é atingida pelo reflexo da provação por que passa o liberalismo económico. É mais um argumento a favor das doutrinas autoritárias e dos regimes totalitários. O fascismo italiano ou o comunismo soviético têm todos os trunfos para usarem a crise do liberalismo como pretexto para demonstrarem o fracasso da democracia.

5

O comunismo e a União Soviética

É necessário voltar um pouco atrás, aos anos 20, para evocar os ataques desferidos contra a democracia pelas doutrinas adversas. Enquanto a democracia clássica é encurralada na defensiva, surgem outras forças com todo o encanto da novidade, já que a experiência não lhes revelou ainda as insuficiências ou os defeitos. A Europa vê-se assim dilacerada entre os defensores da democracia

clássica, os adeptos dos novos regimes autoritários e os partidários da experiência soviética.

5.1. O alcance da revolução soviética

A revolução de Outubro de 1917 é o ponto de partida de um movimento histórico cujas consequências chegam até nós e que ainda não esgotou todos os seus efeitos.

A revolução soviética é, sob vários aspectos, largamente comparável à revolução de 1789, e numerosas observações inspiradas pelo processo da Revolução Francesa e pelas suas consequências poderiam aplicar-se-lhe. O paralelo impõe-se tanto pela duração da experiência como pela extensão no espaço.

À semelhança da revolução de 1789, a revolução soviética modificou um país, transformou-lhe as estruturas e estabeleceu uma nova ordem política e social. Como a revolução de 1789, também o alcance do acontecimento ultrapassa de longe o quadro nacional, da França ou da Rússia. A mesma dualidade: significado nacional, dimensão internacional.

As analogias estendem-se às relações diplomáticas entre o país que é o berço da revolução e os seus vizinhos. Tal como a Revolução Francesa a partir de 1792, também a revolução soviética foi banida pela Europa civilizada. Os governos ocidentais, os aliados vencedores — França, Inglaterra e ainda outros — mantêm-na à distância. Mas, ainda como a Revolução Francesa, a Rússia soviética faz-lhes frente e, finalmente, sai vencedora da prova de força. Esta prova traduz-se num endurecimento interno e o comunismo de guerra é a réplica do que tinha sido, em França, a experiência do governo revolucionário: o terror soviético dos anos 20 corresponde ao terror revolucionário de 1793-1794.

Assim como a Revolução Francesa despertara simpatias em todos os países da Europa, a revolução soviética divide os países estrangeiros, exerce uma influência duradoura em importantes fracções das suas populações e nelas recruta adeptos.

A história do comunismo e da Rússia soviética desenvolve-se, portanto, simultaneamente, em dois planos, que examinaremos sucessivamente.

Dentro dos limites da antiga Rússia — do império dos czares, amputado em 1918-1922 —, que se tornou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a história da luta da jovem revolução contra as forças contra-revolucionárias e dos seus esforços para construir um novo Estado, edificar uma sociedade, transformar a economia, é a história de uma experiência singular.

Fora deles, as relações, por vezes cordiais, muito mais vezes hostis: a acção da diplomacia soviética, o contágio do comunismo e a irradiação da experiência pelo mundo.

Entre estes dois aspectos, entre a face interna e a face externa, os laços são numerosos, mais numerosos mesmo do que no tempo da Revolução Francesa, pois aos laços espontâneos nascidos da simpatia instintiva juntam-se, com a Rús-

sia soviética, os laços orgânicos com a III Internacional, o Komintern, a Internacional Sindical Revolucionária e outras tantas estruturas que estabelecem entre a União Soviética e os partidos irmãos uma rede de laços duradouros e fortes.

5.2. A experiência soviética: a revolução na Rússia

Recordemos sucintamente as circunstâncias sob as quais o novo regime se estabeleceu, isto é, as peripécias que marcaram o ano de 1917. Esta revolução anunciava-se havia muito tempo. O mal-estar era antigo, o regime estava dilacerado por múltiplas forças de desagregação, oposições políticas, forças sociais, partidos socialistas, minorias alógenas resistindo à política de russificação. As reformas empreendidas tinham abalado mais a estabilidade do edifício do que contribuído para o regenerar. Os reveses militares da guerra russo-japonesa, em 1904-1905, tinham enfraquecido o regime. Uma primeira revolução terminara bruscamente, em 1905, sem renovar o império.

Após 1914, se os primeiros meses da guerra começaram por ter como efeito, como, aliás, em todos os países beligerantes, um reforço da coesão interna, impondo silêncio às oposições, a continuação da guerra cedo acordou o mal-estar e o descontentamento. Os desaires, os sofrimentos impostos ao povo russo, sem paralelo com os suportados pelos outros países, a organização deficiente do comando, dos reabastecimentos, da economia de guerra, prepararam a explosão que culmina com a abdicação do czar, em Março de 1917. É a segunda revolução russa.

Estabelece-se então uma república de facto, um governo provisório da burguesia liberal constitucional. Mas este regime será apenas uma transição: não possui autoridade, carece de apoios, não tem pessoal governamental preparado para enfrentar uma situação excepcional. É uma coligação heteróclita de forças que só têm em comum a oposição ao regime czarista. As forças centrífugas não tardam a sobrepor-se à autoridade do governo central, a quem a guerra põe um problema quase insolúvel. Pretende manter-se fiel aos seus compromissos, mas o povo quer a paz. O povo congratulou-se com a queda do czarismo, pois esperava que à mudança de regime sucedesse o fim da guerra. O governo provisório não está em situação de impor a continuação de um esforço sobre-humano. O poder desliza gradualmente dos liberais para os democratas, dos democratas para os socialistas: o governo de Kerensky.

Os bolcheviques mantêm-se numa oposição irredutível e apoiam-se num poder de facto: os sovietes. Estes são de algum modo o equivalente do que tinham sido, na Revolução Francesa, as sociedades populares. Neles coexistem várias tendências: é uma coligação onde os próprios bolcheviques são minoritários, mas é uma minoria homogénea, combativa, que sabe o que quer, conduzida por um chefe lúcido e decidido, Lenine: ela triunfará. No princípio de Novembro de 1917 — Novembro segundo o calendário ocidental, Outubro segundo o antigo calendário russo —, os bolcheviques desencadeiam uma terceira revolução, a definitiva, e tomam o poder quase sem um tiro.

É o início de uma experiência que ainda dura, o princípio de um capítulo absolutamente novo da história do mundo. Os não-bolcheviques são rapidamente expulsos dos sovietes, afastados do aparelho do poder. Nos primeiros anos, Lenine e os seus dispõem apenas de um poder limitado e precário; a sua situação não é invejável.

Distinguem-se, classicamente, três momentos na revolução soviética.

O primeiro, o do comunismo de guerra, vai da revolução de Outubro até ao fim do ano de 1921 e dura cerca de quatro anos.

O segundo retira o seu nome da NEP e decorre entre 1922 e 1927-1928.

O terceiro, dominado pela personalidade de Estaline e pela edificação do socialismo num só país, levar-nos-á até 1939.

O período do comunismo de guerra

Esta fase é dominada pela guerra, interna e externa, uma guerra que os bolcheviques não quiseram, que lhes é imposta, que é em parte uma herança do regime derrubado. Ao invés, optaram pela paz: o Conselho dos Comissários do Povo decide fazer a paz com a Alemanha a qualquer preço: a paz é comprada a alto custo através do Tratado de Brest-Litovsk, no princípio de 1918. O tratado pôs fim às hostilidades entre a Rússia e a Alemanha, mas nem por isso a guerra termina. Muda somente de forma e de teatro de operações. Ressurge numa guerra civil que opõe o incipiente exército vermelho aos exércitos brancos: no Sul, na Ucrânia; no Leste, na Sibéria; no Norte, na região do Murmansk. O governo bolchevique está completamente cercado por forças contra-revolucionárias. Esta guerra civil é ao mesmo tempo uma guerra estrangeira. As nacionalidades alógenas, ontem submetidas, aproveitam o ensejo para se emanciparem e lutam para arrancarem a sua independência a Moscovo: os exércitos brancos têm o apoio das grandes potências — Grã-Bretanha, França, Japão. Durante quatro anos, tudo é subordinado à condução da guerra. A estratégia tem a primeira e a última palavra. Trotsky organiza o exército vermelho. Trata-se de aniquilar o inimigo interno e repelir o externo.

A guerra dita os seus imperativos no plano interno. Depois de alguns meses de experiência relativamente liberal, a instituição do terror, que responde à acção contra-revolucionária. O processo reproduz fielmente o de 1792-1793. Há uma espécie de lógica das revoluções. Quando têm de fazer a guerra, são constrangidas a renunciar às suas veleidades e a adoptar medidas enérgicas. Estabelece-se um regime rigoroso em todos os domínios: coacção económica, direcção autoritária. Requisitam-se os produtos, destacamentos de operários armados vão para os campos e apoderam-se das colheitas que os camponeses recusam entregar. Os germes de anarquismo que a revolução de Outubro comportava são abafados: a partir de então, a anarquia será a inimiga mortal da revolução comunista. É a ditadura do proletariado, uma ditadura que prepara o poder concentrado de Estaline e anuncia a era estalinista.

Em 1921, a guerra está praticamente ganha: os exércitos brancos foram batidos; os aliados desistem da luta e a União Soviética impõe aos vizinhos o seu reconhecimento e a delimitação das fronteiras. A revolução está salva, o essencial preservado. É o fim deste período, em que tudo estava subordinado à vitória.

A NEP

Começa então um segundo período muito diferente do precedente: um período de desanuviamento, de liberalização. Se procurarmos analogias, encontrá-las-emos na convenção pós-termidoriana. Para a Rússia começa também o pós-guerra.

A situação exige um abrandamento das coacções. Trata-se antes de mais de uma necessidade psicológica. A população está exausta ao sair de oito anos de guerras estrangeira e civil. A fome causou milhões de vítimas. A sociedade russa desmoronou-se, os seus quadros desagregaram-se. É indispensável fazer uma pausa. Um incidente chama a atenção de Lenine para esta necessidade: a sublevação dos marinheiros de Cronstadt, em Março de 1921. Eles eram a ponta de lança da revolução: a sua intervenção tinha decidido a queda do governo, em Outubro de 1917. Em 1921 revoltam-se. Lenine compreende o aviso.

A esta necessidade psicológica juntam-se as necessidades práticas, nomeadamente as da economia, que exigem uma certa liberalização. A produção é quase nula. A economia está desorganizada e a coacção revela-se ineficaz para a pôr em marcha. É preciso fazer renascer a confiança, estimular a iniciativa, fazer apelo a motivações que sejam da ordem dos interesses. É esta a inspiração daquilo a que se chama a nova política económica.

No espírito de Lenine e dos seus, não se trata de uma negação dos princípios: não está em causa renunciar aos princípios do marxismo-leninismo. Trata-se somente de uma adaptação às necessidades e às possibilidades do momento. Um «recuo estratégico»: as metáforas militares têm sempre aplicação na estratégia do comunismo. A Rússia não está madura para criar imediatamente a sociedade sem classes. Em consequência, o governo empenha-se em reorganizar a economia e em reconstituir os quadros antes de retomar a marcha em frente para a instauração do socialismo.

É um regresso à liberdade económica: restitui-se ao capitalismo privado um sector de actividade. A partir de então coexistem dois sectores, um do Estado e o outro privado (o comércio interno, o artesanato). Recorre-se também aos capitalistas e técnicos estrangeiros.

Os efeitos deste desanuviamento não se fazem esperar. A produção recupera, o desemprego é reabsorvido, uma nova moeda é posta em circulação. A sociedade reconstitui-se aos poucos. A condição camponesa melhora. Sobre as ruínas da antiga sociedade edifica-se uma classe nova, uma burguesia de comerciantes, de artesãos, de proprietários: os *NEPmen* — os homens da NEP —, os *kulaks*, grandes ou médios proprietários endinheirados que são os principais beneficiários da destruição da sociedade tradicional.

Os resultados da NEP e as suas consequências sociais não são afectados pela rivalidade gerada pela sucessão de Lenine, falecido em Janeiro de 1924. Há já vários meses que Lenine estava gravemente doente e com as capacidades diminuídas. Trava-se uma viva competição entre vários candidatos, dos quais emergem dois: Trotsky e Estaline. Trotsky é seguramente o mais cotado, também o mais conhecido, é quase o símbolo da revolução. Tudo parecia predestiná-lo para ser o sucessor de Lenine. Conhecia o estrangeiro. Possuía uma brilhante folha de serviços: era o criador do exército vermelho, o organizador da vitória, o Carnot da União Soviética. Além disso, tinha dons intelectuais pouco comuns, uma imaginação romântica, o dom da palavra e da escrita. A seu lado, Estaline fazia fraca figura. Nunca saíra da Rússia senão para breves viagens, só sabia russo, tinha subido no interior do partido. Mas tinha a seu favor o controle do aparelho, trunfo capital. Entre os dois homens, a competição não se reduz a um simples conflito de ambições. Como sempre, e mais ainda num partido comunista, os diferendos pessoais estão ligados a desacordos ideológicos que não são somente o álibi ou o pretexto das ambições rivais. Por isso, a prova de força que vai opor ao longo de vários anos Estaline a Trotsky tem um alcance histórico. O debate gira em torno das modalidades e dos ritmos.

Trotsky, imaginativo, visionário, mais voltado para o exterior, sonha com a revolução permanente e universal. Viveu parte da sua vida no exílio. A sua análise da situação convence-o, com ou sem razão, de que ela é objectivamente revolucionária, de que encerra possibilidades que os comunistas devem explorar imediatamente para instaurarem a revolução no mundo inteiro. Na Europa, especialmente na Alemanha, na China também, afigura-se-lhe que a situação está madura e que importa explorá-la. O comunismo reduzido apenas à Rússia não é viável, está condenado ao estrangulamento. É, portanto, simultaneamente, o interesse vital e a sua missão que obrigam os comunistas russos a realizarem de imediato a revolução universal.

Estaline tem um raciocínio contrário, baseado na própria experiência, de acordo com o seu temperamento. Estaline está nos antípodas do romantismo visionário de Trotsky. É calculista, realista, prudente, e prefere realizar paulatinamente a edificação do comunismo. Parece-lhe mais sensato ganhar tempo, consolidar o comunismo na Rússia, aguardar circunstâncias mais favoráveis para sair da cidadela. De resto, Estaline não se preocupa com o que possa acontecer ao comunismo fora da Rússia. Não se deixa incomodar pelos escrúpulos de solidariedade em relação aos outros partidos comunistas. Sacrificá-los-á muitas vezes a considerações diplomáticas. Na verdade, Estaline não acredita no sucesso imediato da revolução universal. Está convencido de que o interesse da Rússia e o interesse do comunismo concordam na prioridade do socialismo num só país.

Trotsky ou Estaline, o romântico e o realista, o homem do exterior e o homem do interior, a revolução imediata e geral, a edificação do socialismo num só país: eis os termos do conflito, de pessoas e de tendências, que irá dilacerar durante vários anos o Partido Comunista da União Soviética.

As peripécias são variadas. Estaline joga habilmente com as divisões entre os seus rivais, apoia-se primeiro em Zinoviev e Kamenev para isolar Trotsky, antes de, por sua vez, os eliminar. Em 1927, a partida está ganha: Trotsky fica isolado, é derrotado. Exilar-se-á dois anos mais tarde, deixando definitivamente a União Soviética. Fora da Rússia, Trotsky não desarma. Exerce influência em minorias doutrinárias, sem conseguir formar um aparelho rival dos partidos comunistas. O trotskismo é mais uma corrente intelectual do que um verdadeiro partido. Mas Trotsky, tal como é, torna-se insuportável a Estaline. É uma espécie de censura viva da infidelidade doutrinal e Estaline não descansará enquanto não o mandar assassinar, no México, em 1940.

A partir de 1927-1928, Estaline torna-se o senhor incontestado da União Soviética durante um quarto de século, até à sua morte, em 1953.

A edificação do socialismo

A terceira fase da história vai de 1928 a 1939, da queda de Trotsky ao Pacto Germano-Soviético. Caracteriza-se, no tocante às estruturas económicas e sociais, pela edificação do socialismo e, na ordem política, pela instauração de um poder de Estado concentrado, praticamente absoluto, totalitário.

A edificação do socialismo: trata-se de aplicar a doutrina e fazer da União Soviética uma grande potência, igual às maiores. Esta edificação processa-se em duas direcções paralelas. Por um lado, com a sucessão dos planos quinquenais, opera-se uma industrialização intensiva. O primeiro plano é posto em vigor no princípio de 1928 e cobre os cinco anos até ao fim de 1932. O segundo vai de 1933 a 1937. O terceiro será interrompido durante a sua execução pela eclosão da guerra, em 1941. Os três planos têm um objectivo comum: dotar a Rússia de uma poderosa indústria pesada. Traduzem a opção tomada a favor da indústria pesada do equipamento, em detrimento da indústria ligeira de consumo. Trata-se de assegurar a independência e a segurança da União Soviética.

Esta planificação apresenta, no momento em que é concebida e empreendida, uma grande novidade para a opinião pública mundial. Nenhum país tinha ainda feito a experiência de uma direcção autoritária da economia, nem da definição de objectivos a médio prazo. Até então, a economia fora sempre empírica e pragmática. A Rússia soviética é a primeira a definir objectivos; alimenta uma verdadeira mística do plano. A partir de 1928, a Rússia oferece ao mundo uma nova imagem de si própria. Em 1918 e 1928, a imagem que apresentava era a da procura de uma experiência. A partir de 1928, acabada a efervescência, é a imagem da racionalidade, de uma organização eficaz e sistemática. Passa-se da anarquia dos primórdios à planificação voluntária. A mística do plano exalta o domínio do homem sobre a Natureza, sobre a matéria, sobre a energia. Todos os meios são utilizados para orquestrar este gigantesco empreendimento: o cinema, a poesia, a literatura, concorrem para fazer nascer um optimismo confiante nas possibilidades do homem soviético. Todos os meios são bons para estimularem a emulação socialista: stakhanovismo, distinções, condecorações aos heróis do trabalho.

A par da industrialização operada pelos planos quinquenais, verifica-se a colectivização dos campos. A NEP favorecera a constituição de uma nova classe, de uma burguesia rural de proprietários abastados, os chamados *kulaks*. Não existe, naturalmente, uma definição objectiva de *kulak*: é *kulak* aquele que se pensa que tem terra de mais. Nesta perspectiva, há muitos *kulaks*. Em 1929--1930, Estaline desencadeia bruscamente uma operação de deskulakização. São-lhes confiscadas as propriedades, são sujeitos ao trabalho assalariado ou colectivo. Em toda a Rússia europeia e asiática, os camponeses, de bom grado ou à força, têm de tomar parte na colectividade kolkhoziana. Criam-se *sovkhozes* — herdades do Estado —, mas constituem uma excepção. A operação, conduzida com grande brutalidade, acarreta muitos desenganos e numerosos camponeses preferem abater o seu gado a entregá-lo à colectividade. Os rendimentos decrescem, algumas terras deixam de ser cultivadas e a colectivização salda-se inicialmente por um recuo da produção. Mas a colectivização acaba por triunfar. É o fim da NEP e a liquidação da classe que tinha acreditado, com ela, que começavam para si tempos auspiciosos.

Na esfera da defesa, para garantir a segurança da União Soviética, o regime de Estaline empreende um grande esforço militar. O exército vermelho é alargado. Prezam-se de novo os valores militares e patrióticos, que o comunismo, de uma forma demasiado apressada, tinha condenado nos seus primeiros tempos como valores do passado. O patriotismo é reabilitado, a literatura e o cinema exaltam as glórias históricas: de Alexandre Nevsky a Pedro, *o Grande*, voltam a ser celebradas. A disciplina é restabelecida, reaparecem hierarquias militares, assim como as saudações aos superiores no exército, e os valores familiares. Assiste-se a uma restauração, limitada e condicional, de sentimentos julgados indispensáveis para a grandeza e a segurança da experiência socialista.

Na ordem política, Estaline é o senhor absoluto a partir de 1927. E assim continuará até à sua morte, em Março de 1953. A que título? Até à guerra, que se inicia em 1941, não detém nenhum cargo no aparelho de Estado. Não é o chefe do Estado nem do governo: tão-pouco é presidente do Presidium ou do Conselho dos Comissários do Povo. A sua única função é ser secretário-geral do partido, isto é, estar à cabeça da hierarquia paralela ao Estado e à administração. Só com a guerra assumirá oficialmente funções governamentais. Contudo, é ele o senhor absoluto porque o Estado é dominado pelo partido: a Rússia soviética oferece o primeiro exemplo do que voltará a ver-se em todos os regimes totalitários: a confusão entre o Estado e o partido, a apropriação do Estado por uma organização partidária, fenómeno que, aos olhos do liberalismo e da democracia clássica, constitui, mais do que uma anomalia, uma heresia. Na tradição política e jurídica do Ocidente, o Estado pertence a todos, está acima dos partidos, é o árbitro soberano. Para o comunismo, o Estado nunca é imparcial, a sua imparcialidade é apenas um logro. A única diferença reside no facto de, em vez de ser monopolizado pela burguesia capitalista, na União Soviética o Estado ser dominado pelo proletariado, de quem o Partido Comunista é a vanguarda. Esta confusão entre as duas estruturas e a subordinação da adminis-

tração ao aparelho do partido estão perfeitamente conformes à doutrina. Não é, portanto, uma anomalia o facto de Estaline se tornar o senhor efectivo da Rússia sem para tanto ter de exercer uma função no Estado. Basta-lhe controlar o Partido Comunista, do qual o próprio Estado depende.

Em princípio, este Estado não é unitário, é federativo e a sua denominação indica-o com clareza: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A designação afirma tanto a pluralidade dos elementos constituintes como o carácter federativo do sistema. Considera-se que a União federa repúblicas que gozam teoricamente do direito de fazerem secessão e de deixarem a União se lhes aprouver. Estaline orgulha-se de ter resolvido o difícil problema das nacionalidades. A partir de então, cada uma tem a sua personalidade, o seu governo, e dispõe de uma ampla autonomia no plano linguístico e cultural.

Sobreposta a estas repúblicas dotadas de instituições próprias, a União domina, com as suas instituições comuns. O carácter federativo traduz-se até nas instituições da União. O Soviete Supremo associa duas câmaras: o Conselho da União, onde a população da União Soviética está representada na base da proporcionalidade demográfica, e o Conselho das Nacionalidades, onde as nacionalidades estão representadas em igualdade. É, em suma, o sistema dos Estados Unidos, com a Câmara dos Representantes, que representa a população, e o Senado, que representa os estados. A prática é muito diferente: esta aparência de federação é equilibrada pelo peso predominante da República da Rússia, que detém a maioria nas instâncias federativas. Sobretudo, o Partido Comunista conserva uma coesão extremamente rígida. A sua hierarquia paralela assegura um controle que previne qualquer veleidade de secessão.

Em 1936, a União Soviética recebe uma nova constituição: é a terceira, após a do comunismo de guerra, em 1918, e a da NEP, em 1924. A cada período corresponde, deste modo, um texto constitucional. Esta rápida sucessão está conforme aos princípios do comunismo, que considera os textos constitucionais como meros instrumentos, a expressão de uma relação de forças momentânea. A Constituição de 1936 parece inteiramente democrática: enuncia todas as liberdades, todos os direitos sociais. Todos os poderes emanam do povo: o sufrágio é universal, o que não sucedia nas duas constituições precedentes, nas quais as incapacidades atingiam categorias inteiras em função da sua condição ou dos seus antecedentes. O poder é delegado no Soviete Supremo, que designa o executivo.

Na realidade, as coisas passam-se de modo bem diferente. O Soviete Supremo só reúne em sessões extremamente curtas, em que não pode fazer mais do que ratificar os projectos que lhe são apresentados. Acima de tudo, esta aparência de democracia e este simulacro de descentralização são moderados pela ditadura do partido, ao qual a Constituição reconhece uma missão particular. O partido é único, as candidaturas também o são. Ele é a mola essencial, o detentor do poder. Partido pouco numeroso, que constitui uma elite, na qual só se ingressa por recomendação e que é objecto de depurações periódicas, destinadas a conservar-lhe o dinamismo e a pureza. Partido disciplinado como um exército em combate. A sua existência e o seu poder limitam de forma singular

o carácter pretensamente democrático do regime, tanto mais que, a partir do fim de 1934, a liberalização que parecia desenhar-se como o resultado normal das reformas operadas e dos primeiros êxitos do comunismo é repentinamente suspensa. A URSS entra então num período de terror crónico, sancionado por processos em cadeia, por purgas maciças e pela instauração de um poder cada vez mais concentrado. As circunstâncias iniciais e as causas deste endurecimento permanecem ainda hoje mal elucidadas. O ponto de partida é o assassínio de um companheiro de Estaline, Kirov, mas em circunstâncias demasiado nebulosas para que seja possível escolher entre a tese do assassínio pela oposição e a da provocação policial. De qualquer modo, o assassínio de Kirov é o ponto de partida de um terror que durará até à morte de Estaline. Na verdade, não é a primeira vez que o terror policial se desenvolve na União Soviética: o comunismo de guerra tinha recorrido a ele para esmagar a contra-revolução. A novidade — relativa — do terror a partir de 1934-1935 é que a guerra civil já não assola o país e a repressão visa preferencialmente os comunistas. Antes eram os contra-revolucionários as vítimas; agora são os antigos companheiros de Lenine, os sobreviventes da primeira geração revolucionária: 70% dos membros do comité central dos primórdios da revolução vão desaparecer. Assim, ninguém está a salvo. O terror toma a forma de purgas repetidas que depuram o partido, a administração, o exército, e que liquidam fisicamente os protagonistas. Os episódios mais espectaculares são os quatro processos de Moscovo (1936 e 1938). À margem destes processos, que atraem as atenções, é a generalização do trabalho forçado, a condenação de milhões de cidadãos soviéticos aos campos de trabalho. O próprio desenrolar dos processos desorienta o mundo, nomeadamente a singularidade de todo um processo em que a acusação não encontra testemunhas de acusação mais severas do que os próprios acusados. O enigma é duplo: o das causas do terror e o do comportamento e das motivações dos interessados. Os processos e o que pode adivinhar-se das purgas alimentam o anticomunismo e perturbam a opinião pública democrática, mas esta receia denunciar as práticas de fazer o jogo dos regimes fascistas.

Objectivamente, tudo leva a crer que este terror enfraqueceu a União Soviética, privando-a de quadros políticos, administrativos, militares, e preparou em parte a derrocada militar de Junho de 1941. Porém, do ponto de vista das instituições políticas, a consequência é o estabelecimento, em proveito de Estaline, de um poder extraordinariamente concentrado, o mais temível de toda a história russa e um dos regimes mais despóticos da história da humanidade.

5.3. O comunismo no mundo

Chegou a altura de nos reportarmos à segunda linha de desenvolvimento: a sua dimensão externa, a sua irradiação fora da Rússia.

A influência do acontecimento extravasa amplamente dos limites da Rússia. Seguramente é próprio de todas as ideologias não haver fronteiras que as dete-

nham. E isso é ainda mais assim quando a ideologia se assume, à partida, como internacionalista, quando nega ou combate o nacionalismo e procura estender-se a todo o universo. A estrutura internacional de que a revolução soviética se dota com a criação da III Internacional, acompanhada de uma Internacional Sindical Revolucionária, com o Komintern como instância suprema, concorre para tal irradiação.

Por outro lado, à irradiação própria da ideologia e à organização de uma internacional junta-se a acção diplomática do Estado soviético: ambas se entreajudam.

A acção do comunismo vai exercer-se em duas direcções, cada uma correspondendo a um tipo de sociedade e a uma categoria de problemas. Por um lado, na direcção do que se designa hoje — o termo de 1920 seria anacrónico — por sociedades industrializadas e, por outro, dos países subdesenvolvidos, das sociedades coloniais.

Luta de classes nas sociedades industrializadas

Primeira direcção: as sociedades já atingidas pela revolução industrial e pelo maquinismo, onde um capitalismo activo e concentrado se opõe a um proletariado já numeroso de operários da indústria. Nestes países, o comunismo ateia a luta de classes do proletariado contra a burguesia capitalista, para subverter a ordem social, apoderar-se de um Estado dominado pelos possidentes e destruir o simulacro da democracia parlamentar.

Agindo assim, os partidos comunistas da Europa ocidental e central retomam a tradição de um dos ramos do movimento operário, o do socialismo. O comunismo beneficia da decepção que a falência da social-democracia causou na classe operária alemã, francesa, italiana. Desiludida pela importância dos socialistas, exasperada pela colaboração destes no governo de guerra, uma minoria de extrema esquerda põe as suas esperanças nesta nova revolução.

Aliás, a revolução soviética provocou, com a constituição de uma III Internacional, a cisão do movimento operário nas suas duas expressões, política e sindical. Os partidos socialistas, os sindicatos operários, em todos os países da Europa ocidental e central, dividem-se entre aqueles que alinham com Moscovo e aqueles que permanecem fiéis ao velho ideal da II Internacional ou da Federação Sindical Internacional. Daí resulta a divisão e o enfraquecimento duradouros das forças de esquerda e do movimento operário: sindicatos contra sindicatos, partidos contra partidos.

É este o panorama em todos os países industrializados. A Alemanha tinha, nas vésperas da guerra, o partido socialista mais numeroso e mais poderoso. É também a Alemanha que, depois da derrota de 1918, tem no Ocidente o partido comunista mais forte até 1933. Entre o desaire dos espartaquistas e a chegada de Hitler ao poder, durante catorze anos, é na Alemanha que o comunismo parece encontrar o seu país de eleição. A situação será exactamente inversa depois da Segunda Guerra Mundial: o Partido Comunista manter-se-á esquelético

na Alemanha Ocidental, até à sua interdição, em 1956, e é noutros países — França ou Itália — que o comunismo disporá dos partidos mais fortes depois de 1945.

Em França, o Partido Comunista Francês tem um começo bastante fácil: no Congresso de Tours — no Natal de 1920 — é a maioria do Partido Socialista que decide a adesão à III Internacional. Rapidamente, porém, registará uma importante baixa de efectivos e, dilacerada por querelas internas, exclui os seus próprios membros ou vê-os abandoná-lo. Por volta de 1930, o Partido Comunista Francês viu-se reduzido a cerca de 30 000 apoiantes. Em Itália, as possibilidades eram grandes, mas a chegada do fascismo ao poder reduz o comunismo à clandestinidade. Noutros casos, em Inglaterra, nos Países Baixos, nos países escandinavos, nos Estados Unidos, o comunismo não consegue penetrar.

Luta nacional nas colónias

Segunda direcção: os países que depois foram chamados subdesenvolvidos e que, a seguir à Primeira Guerra Mundial, estão quase todos ainda em situação de subordinação colonial. O comunismo vai cristalizar as aspirações nacionais à independência logo a seguir à revolução: é em 1920 que decorre em Bacu um congresso que, de certo modo, prefigura o encontro de Bandoeng (1955).

À primeira vista, pode parecer paradoxal que o marxismo, que se define como internacionalista, que recusa o nacionalismo, que o combate mesmo como uma perigosa ilusão, possa assim fazer causa comum com movimentos de inspiração propriamente nacionalista. Em sentido inverso, a maior parte dos chefes nacionalistas que vão acompanhar os partidos comunistas não são marxistas. A aproximação que se esboça entre eles, a aliança que estabelecem, é em grande parte táctica, mas pode reclamar-se também de afinidades ideológicas.

Com efeito, aos olhos do comunismo, não há contradição. A colonização representa uma das formas de exploração do homem. É o prolongamento da dominação capitalista, e Lenine, nos seus escritos, ao reflectir sobre a situação colonial, pouco conhecida de Marx — e com razão —, afirmou que o imperialismo era o estádio supremo do capitalismo. Ao combater o imperialismo colonial, o comunismo mais não faz do que alargar a luta que trava contra o capitalismo nas metrópoles.

Reciprocamente, aos líderes nacionalistas, aos animadores dos movimentos de emancipação, a União Soviética aparece como o modelo a imitar, menos pela sua revolução política do que por ser o primeiro país a libertar-se do domínio dos capitais estrangeiros. A Rússia czarista não era também dominada em 1913 pelo capitalismo ocidental, francês, belga, alemão ou britânico? Mas libertou-se dele.

Estas considerações ideológicas ditam as aproximações que se esboçam e que, em alguns casos, terminam mesmo em verdadeiras alianças com todas as formalidades preenchidas. É na China que a reaproximação é levada mais longe, em primeiro lugar, entre o partido nacionalista, o Kuomintang, fundado por Sun

Yat-sen, e a fracção de intelectuais e de sindicalistas chineses que fazem do comunismo a sua doutrina. Sun Yat-sen e a União Soviética estabelecem relações amigáveis, aliam-se para fazerem frente à Grã-Bretanha, que monopoliza o comércio externo da China. O testamento de Sun Yat-sen, falecido em 1925, recomenda expressamente aos seus herdeiros que tudo façam para preservar a amizade entre os dois povos, russo e chinês. Sun Yat-sen enviou Chang Kai-chek a Moscovo para receber uma educação militar. A União Soviética enviou conselheiros militares ou técnicos — Borodine, Jofe — para prestarem assistência ao Kuomintang na luta contra o estrangeiro. Existe assim uma aliança, até à ruptura, em 1927, quando Chang Kai-chek toma a ofensiva e desorganiza o Partido Comunista.

Noutros lugares a situação é idêntica: em Tonquim, a partir de 1930, o futuro Ho Chin Minh associa a causa nacionalista à do comunismo; no Norte de África, embora sejam apenas alianças estratégicas, entre o movimento de Messali Hadj, a Estrela Norte-Africana e o Partido Comunista. Em todos estes países, a questão social é mais agrária do que industrial: estes países encontram-se ainda fracamente industrializados e não possuem uma massa operária. Só a China conta com um proletariado, em Han-keu ou em Cantão, mas os elementos propriamente comunistas continuam minoritários, pequenos núcleos de intelectuais, de sindicalistas, vanguardas que não têm eco nas populações.

São estes os dois ramos sobre os quais se emprega o esforço da revolução soviética para se propagar nos anos 20 e seguintes.

A curva da evolução

Já vimos os primórdios desta propagação a seguir ao fim da Primeira Guerra Mundial, nas labaredas dos anos 1919-1920, quando se estabelecem sovietes em Munique, em Budapeste, nos arredores de Berlim. Após esta arrancada inicial, a revolução é rapidamente esmagada: a ditadura de Bela Kun, na Hungria, dura apenas uma centena de dias. Os espartaquistas são esmagados violentamente pelo ministro social-democrata Noske e Liebknecht e Rosa Luxemburgo são assassinados. Instalam-se regimes autoritários nas proximidades da Rússia, que fica isolada. A Polónia, a Roménia, a Bulgária, vigiam-lhe as fronteiras.

Os partidos comunistas são enfraquecidos pelas ocasiões, as expulsões, as divisões internas: entrincheirados num isolamento exacerbado, empreendem a «bolchevização do partido», que se traduz num endurecimento, na ruptura de todas as relações e na adopção de uma política de combate.

De resto, a União Soviética, a partir do momento em que optou claramente pela edificação do socialismo num único país em detrimento da revolução universal, deixa-os entregues a si próprios. Utiliza-os numa estratégia de conjunto, mas é raro preocupar-se com os seus interesses: abandona o Partido Comunista Chinês ao Kuomintang. Estaline mantém boas relações com Chang Kai-chek, envia-lhe mesmo conselheiros militares. Depois da Segunda Guerra Mundial, Estaline abandonará também os insurrectos gregos à repressão britânica e grega.

Em 1934, somente alguns meses antes do regresso ao terror interno, a diplomacia soviética esboça uma importante mudança. É, provavelmente, consequência da chegada de Hitler ao poder. Os dirigentes soviéticos previnem-se contra o perigo do isolamento, contra a situação precária em que se encontra a União Soviética, inimiga principal dos regimes autoritários e sem aliados entre as democracias ocidentais. No outro extremo do horizonte, no Japão, é o triunfo do partido militar sobre os liberais partidários da conciliação.

Por isso, a União Soviética empreende uma dupla evolução: uma diz respeito às relações internacionais propriamente ditas, a outra às relações, em cada um dos países, entre o Partido Comunista e as outras forças políticas. As duas evoluções são paralelas e tendem para o mesmo resultado.

Evolução diplomática: a União Soviética aproxima-se das democracias ocidentais. Muda de campo; o pós-guerra era dominado pela divisão em dois campos, o dos vencedores, beneficiários da guerra, naturalmente defendendo o respeito pelos tratados e a sua aplicação literal, e o dos vencidos, que tinham razões para desejarem a revisão dos tratados. A União Soviética pendia para o lado dos revisionistas. Só teria a ganhar com uma revisão dos tratados e um reordenamento das fronteiras poderia restituir-lhe algumas províncias perdidas. As suas simpatias vão primeiro para os vencidos: em Rapallo, o comissário do povo dos Negócios Estrangeiros assinou um acordo com a República de Weimar que permitiu à Alemanha preparar o seu rearmamento, enviar oficiais à União Soviética para aí fazerem experiências e treinarem os seus quadros (1922).

Depois de 1933, a União Soviética pensa que tem então maior interesse em manter o *status quo* do que em pô-lo em causa, correndo o risco de uma alteração a seu desfavor. O manual político de Hitler, *Mein Kampf*, revela que as suas ambições visam a Ucrânia. A União Soviética aproxima-se então das democracias ocidentais, sobretudo da França, que procura no Leste aliados que contrabalancem o rearmamento da Alemanha. A política estrangeira da França é dirigida, desde 6 de Fevereiro de 1934, por um estadista, Louis Barthou, que retoma a velha política das alianças inversas, prosseguida por Delcassé. A França patrocina a entrada da União Soviética na Sociedade das Nações. Até então, a União Soviética desprezava a Sociedade das Nações, que lhe parecia uma das instituições do capitalismo internacional. Solicita a sua admissão e obtém-na em Setembro de 1934. Alguns meses mais tarde (Maio de 1935) é assinado um acordo entre o presidente do Conselho francês, Pierre Laval, e Estaline e em Fevereiro de 1936 é ratificado o Pacto Franco-Soviético. A União Soviética aderiu à noção de segurança colectiva.

Paralelamente — segundo ramo da evolução —, modifica-se o comportamento dos partidos comunistas. A experiência deu-lhes a possibilidade de medirem os inconvenientes da política praticada até então, a política do quanto pior melhor, para a chamar pelo seu nome. Os partidos comunistas, entre 1920 e 1934, preferiam não fazer distinção entre a direita e a esquerda: de certo modo, preferiam a direita, que, pelo menos, tinha a vantagem de se mostrar como era na realidade. Na Alemanha, o Partido Comunista recusou aliar-se aos socialistas,

aos republicanos ou aos católicos para barrar o caminho ao nacional-socialismo. Daí resultou a entrada de Hitler na chancelaria, a dissolução de todos os partidos políticos e o envio para campos de concentração dos dirigentes e militantes comunistas.

Esse infortúnio abre os olhos aos dirigentes comunistas, tanto de Moscovo como dos outros países, sobre a ascensão do fascismo. Os partidos comunistas iniciam, primeiro discretamente, depois de maneira mais manifesta, uma aproximação às forças democráticas. Procuram sair do isolamento a que se tinham remetido, suspendem os ataques contra os outros partidos democráticos, estendem a mão aos socialistas, aos democratas, a todo o movimento operário.

A primeira etapa desta evolução decorre em França: a proposta dirigida ao Partido Socialista de um pacto de unidade assinado em 27 de Julho de 1934, seis meses depois do 6 de Fevereiro. As aberturas estendem-se aos radicais, aos republicanos, a todos os quadrantes democráticos, às classes médias, até aos sindicalistas cristãos e aos operários católicos. É a táctica da Frente Popular, que se desenvolve em 1935 e conduz, em 1936, em França, à vitória dos eleitos do *rassemblement populaire*. No plano sindical, visto que o Partido Comunista renuncia a subordinar a acção dos sindicatos aos imperativos políticos, a reunificação torna-se possível: no fim de 1935 e no princípio de 1936 opera-se a reunificação da Confederação Geral do Trabalho e da Confederação Geral do Trabalho Unitário, dissidente de inspiração comunista.

Assim, a partir de 1935 estabelece-se um novo sistema de relações entre as forças políticas que se caracterizavam até então por um sistema triangular, sendo a democracia clássica o alvo dos assaltos conjugados dos comunistas, pela esquerda, e do fascismo, pela direita. A situação tende a simplificar-se e a tornar-se dualista: ela opõe o conjunto das forças de esquerda reagrupadas sob a bandeira do antifascismo, abarcando a democracia clássica e o comunismo, aos regimes totalitários e aos seus aliados, os partidos fascistas.

6
Os fascismos

É a terceira linha de forças do período entre as duas guerras, juntamente com a crise da democracia clássica e a irradiação da experiência soviética.

O termo que designa estas diversas forças encontra a sua origem na experiência política italiana: tomaram o nome de *fascio* as associações compostas essencialmente por antigos combatentes que se formaram a seguir à guerra e conquistaram o poder em 1922. O nome alarga-se da organização ao regime: por extensão, denomina-se então *fascismo* o regime que em Itália durará de Outubro de 1922 — da marcha sobre Roma —, quando o rei Vítor Manuel III confia a Mussolini a responsabilidade de formar governo, até à queda de Mussolini, que

se desenrola em dois tempos (Julho de 1943 e Maio de 1945). Deste modo, o termo *fascio* tem um destino comparável ao do termo *soviete:* originalmente designa um agrupamento e acaba por rotular um regime e a sua ideologia. Passou-se de uma estrutura para uma política.

O uso do termo alarga-se seguidamente a outras experiências feitas noutros países e acaba por designar todos os regimes, todos os movimentos, todas as organizações, que apresentem alguma afinidade com o regime de Mussolini.

O fascismo torna-se um elemento essencial do quadro da Europa nos anos 30, uma das componentes do sistema de forças e, a partir de 1935, a opção entre fascismo e antifascismo torna-se a principal linha de separação, a ponto de eclipsar — momentaneamente — certos conflitos igualmente profundos e mais antigos, como o que opunha, havia gerações, a democracia de inspiração liberal à democracia socialista.

O uso da palavra pelos adversários é essencialmente polémico e conduziu à obliteração do seu significado, de tal modo que é necessário começar por defini-la. Qual é a realidade que o vocabulário designa e será a sua generalização legítima?

Na nossa perspectiva, a de uma história geral que ultrapassa o caso particular da Itália fascista do período entre as duas guerras, três questões se colocam a propósito do fascismo.

A primeira diz respeito à sua extensão no espaço. O fascismo propriamente dito será um fenómeno exclusivamente italiano? A experiência italiana será a única que merece ser chamada assim ou, na verdade, terá algum fundamento a comparação entre o fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão, os regimes autoritários da Europa danubiana e balcânica, as ligas da III República? A assimilação só se justifica se houver afinidade entre estes diferentes movimentos. Pertencerão eles, portanto, a uma mesma família e, em caso afirmativo, que terão em comum?

Segunda questão: supondo que a resposta seja afirmativa e que se distinguem traços comuns, constituirá esta família de regimes, de movimentos, de escolas políticas, uma variedade original e nova? Ou não será antes uma simples variante de uma forma tradicional? Trata-se de um problema de fundo: o fascismo não tem precedente ou é herdeiro de regimes que já encontrámos antes da revolução ou entre 1789 e 1914?

Várias interpretações negam ao fascismo toda a originalidade. É o caso daquela que pensa poder reconduzi-lo ao conservadorismo tradicional ou reduzi-lo à reacção mais clássica. O fascismo seria apenas outro nome para designar uma coisa bem conhecida: a extrema direita, as tentativas de restauração do antigo regime, a defesa da ordem estabelecida. Outras explicações, diferentes, conduzem ao mesmo resultado, isto é, à contestação da especificidade do fascismo, como aquela que nele vê unicamente a expressão política e o instrumento do grande capital. É a tese sustentada num livro que tem precisamente o título *Fascisme et grand capital*, de Daniel Guérin. Outra interpretação é a que acentua as consequências para a liberdade individual, o regime de terror, a repressão

policial. Pensando descobrir entre o fascismo e o comunismo numerosos pontos comuns, pretende ver neles duas formas gémeas de um mesmo fenómeno totalitário: é a tendência de muitos especialistas americanos de ciência política que negam a especificidade do fascismo, tanto como a do comunismo, e neles vêem apenas a forma contemporânea da tirania, apelidada por eles de *totalitarismo*. Todas estas interpretações convergem para uma mesma conclusão: o fascismo, enquanto tal, não existe.

É este axioma que é preciso analisar. Declaro, muito claramente, que não é esta a minha opinião: considero o fascismo um fenómeno original que não se deixa reduzir nem à reacção tradicional, nem ao capitalismo, nem ao totalitarismo.

A terceira e última questão diz respeito ao destino dos movimentos destas famílias: o exame da cronologia e a observação do mapa mostram que estes movimentos não conheceram todos idêntico sucesso. Alguns alcançaram o poder, outros ficaram sempre na oposição. Há, assim, dois grupos: de um lado, os fascismos que venceram e se tornaram os senhores exclusivos do poder, visto que a sua primeira preocupação foi suprimir todos os concorrentes. Puderam realizar o seu programa e modelar à sua imagem o país e a sociedade: Itália, Alemanha e ainda outros países. Os outros movimentos fracassaram: ficaram encerrados na oposição, reduzidos a acções de protesto ou de contestação. Entre os fascismos que tiveram êxito e os fascismos que falharam não há, à partida, uma diferença de natureza: o programa é o mesmo, a inspiração idêntica. Os sentimentos e as ideias estabelecem entre eles uma solidariedade de que são os primeiros a ter consciência.

Donde provém a diferença dos resultados? Por que triunfaram os fascismos numa dada região da Europa e noutras não foram bem sucedidos? Os motivos, indubitavelmente, não dizem respeito apenas ao fascismo, mas aos circunstancialismos: estruturas sociais, situação económica, antecedentes políticos, tradições de pensamento.

Tais são as três questões principais, expostas nas suas linhas mais gerais. A resposta deverá basear-se nas experiências do período entre as duas guerras, discorrendo sobre casos concretos, tendo em consideração simultaneamente o aspecto ideológico e a dimensão sociológica. Vamos retomar, com efeito, as duas abordagens que nos serviram para caracterizarmos, sucessivamente, o movimento liberal, a democracia e o socialismo.

6.1. A natureza do fascismo

Qual a definição a propor que possa convir a todas as variantes que eclodem na Europa entre 1919 e 1939?

Na sua maior parte, os fascismos definem-se progressivamente. Não todos, mas, deste ponto de vista, o nacional-socialismo representa uma excepção, pois surge completamente constituído: a sua ideologia é quase anterior ao movi-

mento. Desde 1923 que Hitler dispõe do seu corpo doutrinário: formula-o no *Mein Kampf*, que redigiu na prisão de Landsberg, a seguir ao malogro do *putsch* de Novembro de 1923. É só dez anos mais tarde, em 30 de Novembro de 1933, que ascende à chancelaria. Os dez anos nada acrescentaram, nem suprimiram, não alteraram o programa. Mas para diversos outros movimentos o caminho é inverso. À partida, é uma intuição e um conjunto de aspirações. Pouco racional, o fascismo é um protesto do instinto, um sobressalto das forças elementares contra o racionalismo. É também um movimento pragmático que põe a tónica na eficácia, nos valores da acção, e não se incomoda em propor ele mesmo um sistema completo, uma formulação explícita. O fascismo italiano só se define depois da tomada do poder e não antes. É também por reacção que os movimentos fascistas se afirmam: reacção contra os adversários, contra as restrições que lhes são impostas, contra os perigos. O fascismo é um combate, e o título que Hitler dá ao seu tratado é significativo: *O Meu Combate*.

Várias componentes se unem no fascismo, a maior parte das quais lhe são anteriores. A sua originalidade consiste precisamente em associá-las.

Uma reacção de tipo nacionalista

Reacção de um nacionalismo ferido, vencido ou inquieto, segundo as circunstâncias, contra a humilhação da derrota, ou, entre os vencedores, contra o esbanjamento da vitória e os governos que delapidam os resultados, ou ainda contra as ameaças que pesam sobre a segurança ou a integridade nacionais. Eis por que encontrou o fascismo o seu meio de eleição num país vencido: a Alemanha, onde encarnará o protesto contra o *Diktat* imposto pela violência, contra os vencedores e seus cúmplices. É a lenda da punhalada pelas costas: o exército alemão não foi vencido, foi traído no interior; a cumplicidade dos socialistas, dos comunistas, dos judeus, com os aliados do Ocidente desarmou a Alemanha. Nacionalistas vigilantes, sempre alerta, os fascistas caracterizam-se por um estado de inquietação permanente, e a palavra de ordem «Alemanha, acorda!» ecoa noutros países.

Encontram-se movimentos análogos entre os vencedores quando consideram que a vitória não foi compensadora, que os sacrifícios dos combatentes não proporcionaram tudo aquilo que, legitimamente, esperavam. Assim se explica a anomalia que o fascismo italiano constitui: objectivamente, a Itália faz parte dos vencedores, cresceu territorialmente, obteve a satisfação de várias das suas reivindicações sobre as terras irredentes. Mas, subjectivamente, não o sente, não esquece a humilhação da derrota de Caporetto. Só entrou nesta guerra às arrecuas. Tem o sentimento de ter merecido pouca atenção dos outros aliados; durante a Conferência de Paz, o presidente do Conselho, Orlando, amuou e regressou à Itália. Má resolução, já que a saída da Itália não impediu os três grandes de decidirem dos destinos da Europa. Orlando viu-se forçado a retomar o seu lugar. Em certos pontos, as potências ignoraram as suas reivindicações, arbitrando o diferendo entre a Itália e a Jugoslávia a propósito de Fiúme, na costa

dálmata, a favor desta. A Itália, jovem nação recentemente unificada, é vítima de um nacionalismo exacerbado. Daí que nela tenha podido constituir-se um caldo de cultura, um meio de eleição para a eclosão do fascismo.

O exame das bases sociais do fascismo confirma as conclusões que se deduzem do estudo das suas bases geográficas: são os meios, as instituições, que por natureza e por hábito são os guardiões tradicionais do sentimento nacional, os mais intransigentes na questão da grandeza nacional. O exército empresta muitas vezes o seu concurso ou mantém pelo menos uma neutralidade benevolente perante o fascismo italiano, o nacional-socialismo e por vezes as ligas, como em França. Os antigos combatentes terão também esta atitude. A Primeira Guerra Mundial suscitou o aparecimento de um tipo social e político desconhecido anteriormente (porque as guerras não duravam tanto tempo nem as nações tinham recorrido a uma mobilização em escala idêntica). A mobilização de dezenas de milhões de homens durante quatro anos criou em muitos deles como que uma segunda natureza. Os antigos combatentes consideram-se depositários de uma missão: cabe-lhes velar por que o sacrifício dos seus camaradas e o seu próprio sofrimento não tenham sido em vão. Ei-los, nos países vencedores, zelando pela observância dos tratados, pela execução das cláusulas, e, nos países vencidos, encarnando o sentimento nacional ferido e sofredor. Os movimentos de antigos combatentes desembocarão facilmente na agitação subversiva, serão um afluente do fascismo. É esta a evolução de várias ligas. O próprio *fascio* recrutou numerosos apoiantes entre os antigos combatentes. O capacete-de-aço Stahlhelm dará na Alemanha o seu concurso à agitação reaccionária de direita e colaborará até certo ponto com o Partido Nacional-Socialista; em França, a associação de antigos combatentes transformar-se-á em liga: é o caso dos Cruzes-de-Fogo.

O nacionalismo é, pois, a primeira componente do fascismo, da sua psicologia, da sua ideologia e da sua sociologia.

Antiparlamentarismo, antiliberalismo

Segunda componente do fascismo, negativa: uma reacção contra a democracia parlamentar e a filosofia liberal, inspiradora dos regimes democráticos que triunfaram em 1918.

Nos países vencidos, esta reacção contra a democracia confunde-se em muitos casos com a reacção patriótica contra a derrota: a democracia é responsabilizada. Na Alemanha, a República de Weimar nasceu da derrota e os meios conservadores sentem esse agravo; este pecado original estigmatiza-a aos olhos de uma parte da opinião pública alemã até à sua queda, em 1933.

Nos casos em que as origens estão menos estreitamente ligadas à situação externa, a democracia é, no entanto, suspeita aos olhos dos que se interessam pela grandeza e unidade nacionais, pois consideram-na incapaz de defender os direitos e os interesses do país. Regime fraco, impotente, que se avilta no plano externo e trai no plano interno. Os fascismos transformaram em argumento a

crise das democracias, a inadaptação das estruturas tradicionais aos novos problemas e às novas necessidades. O funcionamento defeituoso das instituições democráticas fornece um tema essencial à propaganda das doutrinas fascistas.

Nascida das derrota, ou incapaz de preservar os frutos da vitória, a democracia contém ainda aos olhos dos fascistas o erro de dividir. Em vez de fazer concorrer todas as energias para um objectivo comum, alimenta as divergências, cultiva as divisões, e o processo da democracia confunde-se com o requisitório erguido contra o regime pluripartidário. Se mudarmos do negativo para o positivo, notamos a aspiração fervorosa dos fascismos à unidade: encontra-se no princípio de todos os movimentos que se assemelham ao fascismo italiano.

Não obstante, a oposição do fascismo à democracia vai mais longe. Não se baseia apenas em argumentos de facto ou em considerações de oportunidade. Não é só porque a democracia é um regime fraco; os próprios valores e princípios de que a democracia se reclama são directamente opostos aos do fascismo.

A democracia clássica é individualista

Ela afirma a liberdade do indivíduo e este permanece o fim supremo das sociedades democráticas. A democracia dedica-se a preservar e a garantir os direitos dos indivíduos. O fascismo é anti-individualista. O indivíduo não tem direitos próprios, só tem aqueles que a colectividade entende por bem reconhecer-lhe. O indivíduo encontra a sua razão de ser na subordinação ao grupo e a sua realização na integração numa comunidade. O fascismo exalta os valores do grupo, da colectividade, da comunidade nacional. O sucesso do fascismo provém em parte da vontade de constituir uma só alma, na exaltação de todos pensarem, viverem, agirem em conjunto. O fascismo é todo um povo coerente e unido; a palavra de ordem do nacional-socialismo é *Ein Volk*. O «marchar em conjunto» germânico é um dos temas do nacional-socialismo, com os seus desfiles, as suas paradas, toda uma liturgia comunitária.

Também uma das primeiras medidas tomadas por estes regimes consiste em suprimir tudo o que é diferente, tudo o que sustenta a diversidade, o pluralismo: dissolução dos partidos políticos para se desembaraçarem da oposição, mas também dos sindicatos, dos agrupamentos profissionais. À diversidade sucedem-se organizações unitárias, fundadas na fidelidade ao regime e ao partido. Nada mais deve subsistir perante a unidade do povo reunido à volta do chefe, do partido, do regime. É uma religião do grupo.

A democracia é liberal

O fascismo é antiliberal. É contra todas as liberdades que possam enfraquecer a autoridade do poder e a coesão do grupo nacional, a liberdade de exprimir opiniões, a liberdade do debate oral e escrito: entre as primeiras medidas que consagram a tomada do poder — aquilo a que se chama na Alemanha nazi

«acertar o passo» —, aparecem no 1.º semestre de 1933 a censura a todas as informações, o controle das conversas, a vigilância policial, combinados com um aparelho de sanções e internamentos arbitrários. É, na Itália fascista, o desterro para as ilhas Lipari e, na Alemanha, a abertura em 1933 dos primeiros campos de concentração, cujos primeiros ocupantes, às centenas de milhares, muito antes que venham ocupá-los os oriundos de outros países, são socialistas, católicos, oposicionistas, alemães.

Sem dúvida, alguns destes regimes conservam um simulacro de assembleia representativa, mas que representa exclusivamente o partido no poder: o Reichstag na Alemanha nazi, a Câmara dos Fáscios e das Corporações instituída pela Itália fascista. Na verdade, estas assembleias não deliberam: não são mais do que câmaras de confirmação destinadas a dar publicidade às manifestações oratórias dos chefes do regime e a aprovar — por unanimidade — as decisões tomadas fora delas e que lhes são submetidas apenas pró-forma.

O racionalismo

A democracia apresenta-se como um regime racional. No princípio da democracia política, o postulado da racionalidade das condutas e dos comportamentos: a democracia esforça-se por convencer e dirige-se ao espírito dos cidadãos. O fascismo é uma reacção anti-intelectualista de todas as forças irracionais, dos poderes sensíveis, da afectividade contra a racionalidade da democracia. É uma vingança do instinto, o culto da força física e até da violência.

Daí a importância atribuída à encenação, o cuidado posto nos cenários, as grandes cerimónias, as paradas, os congressos de Nuremberga, uma liturgia nova, grandiosa e bárbara que opõe o canto, as tochas e o desfile à deliberação e à discussão. Neste aspecto, o fascismo aparece com um avatar do romantismo.

Estes elementos encontram-se em todas as doutrinas que se reclamam do modelo italiano e em todos os regimes que se vangloriam de se lhe assemelharem.

O fascismo não é a reacção tradicional

O fascismo é o adversário da democracia; no entanto, não se identifica com os seus adversários tradicionais. É a nossa segunda questão: tratar-se-á da reacção pura e simples, do conservadorismo tradicional, da direita autoritária, hierárquica e antidemocrática? A resposta, a meu ver, é negativa. O fascismo não se identifica com este adversário mais antigo da democracia liberal.

Entre a contra-revolução, no sentido original do termo, isto é, a tendência que, no século XIX, luta para apagar as consequências da revolução e exprime uma vontade sistemática de restauração do passado, de regresso ao antigo regime, e o fascismo, as diferenças são consideráveis.

À sua maneira, o fascismo emana da democracia. Sem a revolução de 1789 e a transferência de soberania do monarca para o povo, o fascismo seria inconcebível. O fascismo reclama-se da soberania nacional. Confisca-a, sem dúvida,

mas pressupõe-na. A sua legitimidade nada tem a ver com a legitimidade do antigo regime, que encontrava a sua justificação no passado, na ordem natural e na tradição. Entre o fascismo e a democracia há um certo parentesco. Ambos se referem ao povo e consultam-no: daí o lugar dos plebiscitos no regime hitleriano. Mantém-se um simulacro de eleições. Aquilo a que se chama o *Führer Prinzip*, o princípio em virtude do qual o *führer* recebe o seu poder do povo, que é precisamente o postulado da legitimidade, reclama-se da tradição democrática. Se o *führer* é o chefe legítimo do povo alemão, é porque o povo delegou nele o poder. Ele não o recebe de outra fonte.

Se dos princípios passamos à política, encontramos outras diferenças entre a contra-revolução e os fascismos. Todos os programas fascistas ostentam veleidades sociais, falam a linguagem da igualdade e da justiça social, praticam, pelo menos verbalmente, um certo anticapitalismo, tentam limitar o liberalismo económico, organizam obras sociais, que adoptam designações diferentes segundo os países: em Itália, o *dopolavoro* (depois do trabalho); na Alemanha, *a força pela alegria;* em Espanha, a Falange tenta instaurar um regime dito nacional-sindicalista. A presença do vocábulo *sindical* assinala preocupação com uma política social mais modernista do que a da tradição.

Se se classificarem os regimes em função dos tipos de sociedades onde aparecem e com os quais estão em harmonia, o fascismo é um regime mais industrialista do que agrário; a contra-revolução, por sua vez, era mais rural do que industrial.

Terceiro plano em que divergem os fascismos e a reacção: o da sociologia, dos homens, da clientela, dos próprios chefes. Os dirigentes da contra-revolução eram oriundos sobretudo da aristocracia tradicional, da nobreza hereditária. Tal não sucede nos estados-maiores fascistas. Nem Mussolini nem Hitler pertenciam a qualquer casta: são homens do povo. Não há praticamente descendentes de grandes famílias entre eles: na sua maior parte, fizeram-se a si próprios e os seus antecedentes políticos situavam-nos à esquerda. Mussolini militou no socialismo revolucionário antes de se tornar o animador do fascismo. O que se passa com os chefes passa-se igualmente com os aderentes. A maior parte daqueles que militam nos fáscios e nas SA ou SS não pertencem à aristocracia tradicional nem à alta burguesia: contam nas suas fileiras com numerosos desenraizados, antigos combatentes desmobilizados que vagueiam pelas cidades, jovens sem emprego, desempregados crónicos, toda uma população marginal, aventureiros.

O fascismo aparece — pelo menos numa primeira vaga e no seu núcleo inicial — como a expressão de uma recusa e de uma reacção de protesto de indivíduos a quem a sociedade vira as costas e que não conseguem integrar-se nos quadros tradicionais. É o caso de Hitler em 1918.

Na Alemanha, a esta primeira vaga vem juntar-se uma segunda, composta por pessoas que tiveram uma profissão, uma situação, mas que a crise económica privou da posição alcançada, lançando-as bruscamente na disponibilidade psicológica e política. É assim que a grande crise de 1929 teve uma importância decisiva no desenvolvimento do nacional-socialismo e dos movimentos parale-

los. A crise não criou estes movimentos — e a cronologia prova-o —, mas concedeu-lhes as massas que lhes faltavam. A grande crise económica, mergulhando na miséria e no desespero milhões de pequeno-burgueses, de empregados, de operários, aumenta os efectivos do partido e do eleitorado nacional-socialista. A clientela dos movimentos fascistas é muito diferente da dos partidos tradicionais.

Se a filosofia do fascismo não é igualitária, se é uma filosofia elitista convencida de que uma minoria de homens foi chamada a dirigir os outros, as elites que o fascismo atrai e suscita não são as elites tradicionais de nascimento, de fortuna e de educação. São elites novas, forjadas pelo partido, de quadros que se distinguiram pela sua combatividade, a sua disciplina, a sua fidelidade inquebrantável ao chefe, a sua adesão total ao partido.

Um último elemento vem completar o que os três primeiros sugeriam já: a diferença irredutível entre o conservadorismo, o antigo regime ou a restauração, e os movimentos fascistas, e que mostra até que ponto uma certa esquerda se engana sobre a natureza do fenómeno quando prefere ver nele apenas a expressão modernizada da reacção tradicional.

Este quarto elemento é a natureza das relações que se estabelecem, circunstancialmente, entre os movimentos fascistas e a parte da população ligada à tradição. As relações, em Itália, na Alemanha, em Espanha, na Europa danubiana, entre os aparelhos dos partidos fascistas e as classes dirigentes conheceram vicissitudes.

De um modo geral, ao princípio, não são más, enquanto os movimentos fascistas se mantiverem minoritários: as classes dirigentes colocam neles esperanças para fazerem frente à agitação revolucionária. Em Itália não desagrada aos grandes proprietários apoiarem-se nos grupos fascistas para conterem a agitação agrária. Na Alemanha, o grande patronato do Rur subvenciona Hitler e o estado-maior da Reichwehr conta com o Partido Nacional-Socialista para lutar contra a subversão comunista. Há, pois, uma aliança, mesmo que as relações permaneçam desiguais. O fascismo é utilizado como um instrumento pelas classes dirigentes e pelos partidos da ordem. Os conservadores subvencionam-no, e os seus apoiantes votam nos candidatos fascistas ou nacionais-socialistas.

Gradualmente, porém, as relações alteram-se e quase atingem a ruptura à medida que os movimentos autoritários se desenvolvem: a sua progressão preocupa as classes dirigentes, pois não era isso que tinham desejado. Desejavam um regime conservador, e não a instauração de um regime ditatorial levado por vezes a tomar medidas que lesam os seus interesses ou ferem as suas convicções. As classes dirigentes estão demasiado vinculadas ao respeito pela lei para não se indignarem com as liberdades que esta espécie de regime toma com a ordem jurídica. As relações pessoais tornam-se por vezes francamente más. É o que se passa entre o rei de Itália, Vítor Manuel III, e o *duce*, ou entre o marechal Hinderburg, presidente da República de Weimar, e o chanceler que ele próprio chamou no dia 30 de Janeiro de 1933, mas por quem nutre um desprezo que o

leva a chamar-lhe «o cabo da Boémia». As relações tornam-se tensas entre as classes dirigentes e o novo regime, entre a aristocracia de nascimento e os quadros dos partidos. É significativo que entre os conspiradores que esperavam, em 20 de Julho de 1944, ao desembaraçarem-se de Hitler, libertar a Alemanha do terror que pesava sobre ela se encontrasse uma percentagem elevada de nomes pertencentes às grandes famílias.

Entre o exército regular e as milícias do partido, as relações tomam algumas vezes a forma de ajustes de contas. É para fazer a vontade às exigências da Reichwehr que, em 30 de Junho de 1934, Hitler aceita que sejam chacinadas várias centenas dos seus companheiros na «noite das facas longas». Seguidamente, o partido desforrar-se-á e travará o passo à Reichwehr, que se transforma na Wehrmacht. Não se trata apenas de uma mudança de denominação, mas também de uma alteração institucional. Inverte-se a relação de forças. Já não é o exército que comanda o partido, mas o partido que comanda o exército. A prova está numa mudança que tem apenas um valor simbólico, mas muito representativo: a instituição da saudação nazi nas unidades do exército. Também as relações entre as igrejas e os regimes são tensas e muitas vezes más. Por isso, é errado identificar o fascismo com a reacção e a direita conservadora.

Será então o fascismo análogo ao comunismo?

Já se fez alusão à tendência de vários sociólogos americanos para apresentarem comunismo e fascismo como dois ramos de um mesmo fenómeno, ao qual lhes agrada apor a designação de *totalitarismo*. É indesmentível que as analogias não faltam. Nos métodos de governo, entre o terror que Estaline desencadeia na União Soviética e os métodos policiais utilizados por Hitler, as semelhanças saltam aos olhos. Assim como nas estruturas, com a subordinação de todas as instituições legais regulares ao partido, que é um dos traços mais característicos destes regimes do século XX. O século XIX acreditava na independência do Estado. Com os regimes fascistas, de um lado, e o comunismo, do outro, deixa de haver independência e imparcialidade do Estado. O Estado é conquistado pelo partido. Há, pois, certas analogias, mas permanecem exteriores. Dizem respeito aos comportamentos, aos métodos, à morfologia dos regimes, e não à sua natureza profunda.

Desde que se perscrute a sua inspiração, que se dê atenção às ideologias, descobrem-se diferenças consideráveis e mesmo contradições nos fins e nas doutrinas. O marxismo-leninismo afirma a universalidade da luta de classes; o fascismo pretende suprimi-la. Para os fascismos, as divergências entre classes são superficiais perante a unidade nacional. O marxismo-leninismo é universalista: a sua doutrina tem valor universal e a sua inspiração é internacionalista. O fascismo não procura converter o planeta aos seus princípios e aos seus valores. Na exacta medida em que a democracia parlamentar representa uma fraqueza para o adversário, o fascismo evitará comunicar-lhe a sua força.

O fascismo cultiva a diferença, é contra todos os internacionalismos, não apenas contra o internacionalismo proletário. Rompe os laços que ultrapassam o quadro das fronteiras nacionais; o internacionalismo vermelho proletário do comunismo, da social-democracia ou do sindicalismo, mas também o internacionalismo capitalista da finança «anónima e vagabunda», o internacionalismo negro das igrejas e, em primeiro lugar, da mais universal, a de Roma.

O fascismo exalta a grandeza da nação, aspira à hegemonia de uma raça ou de um povo. Foi, de resto, este nacionalismo hipertrofiado que impediu durante muito tempo que os fascismos descobrissem o seu parentesco, que retardou a tomada de consciência pela Alemanha nacional-socialista e a Itália fascista das semelhanças entre os seus regimes e da solidariedade entre as suas políticas: foi preciso esperar pelas consequências da guerra da Etiópia para que se reaproximassem estes dois regimes, que nos parecem, retrospectivamente, predestinados a fazer causa comum.

Assim, parece verdade que o fascismo seja um fenómeno original, irredutível tanto ao conservadorismo tradicional como ao comunismo ou à democracia. Certamente, é possível encontrar-lhe antecedentes, mas a combinação é nova e distingue radicalmente o fascismo de todas as experiências anteriores e de todas as correntes de ideias que evocámos nos séculos XVIII e XIX.

As variedades nacionais

Este fundo original é comum a todos os movimentos fascistas. Mas nele se inserem caracteres particulares que definem outras tantas variantes nacionais. Estas singularidades dependem tanto do passado do país em causa como da doutrina.

Em Itália, o fascismo exalta a grandeza de Roma. Reveste-se de um carácter vincadamente patriótico, interessado em restabelecer, depois de séculos de obscuridade, a glória do Império Romano: o restauro dos monumentos da antiguidade, as escavações do Fórum, o arranjo de um vasto espaço destinado a pô-los em relevo, a via que toma, em 1936, o nome de Via do Império, reunindo sob a mesma designação as reminiscências do Império Romano e a realização do império italiano na África oriental. O fascismo dá grande relevo na sua propaganda à orquestração dos temas de Roma como potência da ordem, do génio civilizador de Roma, que inventou o direito, o Estado, a civilização.

Singularidades devidas à doutrina

É o exemplo alemão que melhor mostra até que ponto, a partir de um tronco comum, os diferentes movimentos podem diferenciar-se. O nacional-socialismo retoma, por seu lado, toda uma herança. Não é difícil mostrar a sua filiação em relação a várias tradições: a tradição austríaca do Partido Cristão Social, anti-semita e socializante, e a tradição pangermanista da época de Guilherme II. Mas a estes elementos sobrepõe Hitler um novo, o racismo, teoria pretensamente científica, que erige em postulado a desigualdade das raças e afirma que as raças superiores têm o dever de preservar a sua pureza biológica. Na hierarquia das raças, a primazia é dada à raça ariana e à nação germânica, que dela descende. Esta doutrina não é uma mera roupagem pseudocientífica. É uma fé, uma religião, um dogma, que inspira uma política, que dita uma legislação — as famosas leis de Nuremberga, que realizam uma espécie de integrismo racial, tomando medidas preventivas ou repressivas para evitar a mistura de sangues —, que conduzirá aos campos de concentração, à chamada solução final, ao extermínio de 6 milhões de judeus, ao genocídio.

6.2. Destinos diferentes

Causas dos sucessos e dos desaires

A última das nossas questões diz respeito ao destino dos movimentos. Eles são numerosos: entre 1919 e 1939 quase não existe país que não tenha sido tentado pelo fascismo. Todavia, se sucumbiram, os outros souberam resistir-lhe. Donde provém a fraqueza dos primeiros e por que tiveram os outros força para resistir à contaminação? Distinguem-se vários tipos de causas, geralmente concorrentes e que não são exclusivas de uns e de outros.

Primeiro elemento de explicação: tradições intelectuais e políticas mais antigas. Nos casos em que podia basear-se em autores, em escolas, em partidos, que tinham estabelecido marcos e inoculado germes, o fascismo encontrava um terreno favorável. Na Alemanha, o nacional-socialismo insere-se numa tradição nacionalista, pangermanista, anti-semita. Em Espanha há a harmonia entre os temas do franquismo e o mito da hispanidade herdado do século de ouro: Franco apresenta-se como o herdeiro legítimo dos reis católicos, que unificaram a península e asseguraram a irradiação da Espanha e da sua civilização à escala do Globo.

Segundo factor: a posição internacional dos países considerados nos casos em que o sentimento nacional foi ulcerado pela derrota ou pela maneira sobranceira como os aliados trataram a Itália. Semelhante situação favorece as manobras fascistas e não espanta que este tipo de movimentos se tenha desenvolvido melhor na Alemanha vencida, na Itália humilhada, nos países da Europa danubiana, do que em Inglaterra ou em França.

Terceiro factor, este interno: as convulsões sociais que se seguem às crises económicas. No caso da Alemanha, convém falar no plural, visto que a grande depressão sobrevém num país cuja economia foi já atingida, em 1923, pela derrocada do marco. Os países que melhor resistiram à crise em virtude de a sua economia ser menos vulnerável, como a França, ou por a terem superado mais cedo, como os Estados Unidos, foram menos afectados pelo contágio fascista.

Em certa medida, pode dizer-se que os sucessos do fascismo são proporcionais à amplitude dos efeitos da crise. Nas sociedades abaladas em profundidade por ela, milhões de pessoas dispuseram-se a acolher todas as doutrinas.

Quarta causa: a gravidade do perigo comunista. O fascismo é uma reacção de defesa à sua infiltração. Quanto mais se afigura próximo o perigo — e está mais próximo na Alemanha do que na França —, mais violenta é a reacção. O nacional-socialismo especulou sobre o terror que o comunismo inspira à burguesia, pequena e média, ao campesinato, às classes dirigentes.

Finalmente, é preciso recordar o que se disse das dificuldades da democracia. O fascismo utiliza-as como argumento. Por seu turno, o desenvolvimento do fenómeno fascista paralisa o funcionamento do regime, entrava a política e os reflexos da democracia.

Os fascismos e a guerra

Ao terminar este estudo das doutrinas fascistas e dos regimes autoritários, resta enunciar uma questão que antecipa a análise das origens da Segunda Guerra Mundial. Em que medida foram os fascismos responsáveis pela eclosão deste conflito? Qual é a sua responsabilidade?

A guerra estala numa Europa onde os fascismos estão largamente implantados. Haverá uma simples concomitância ou uma relação de causa a efeito entre a vitória dos fascismos e o desenrolar da guerra? Haverá um nexo lógico, natural, entre a natureza destes regimes e uma política externa belicosa? Noutros termos, uma política aventureirista, susceptível de conduzir ao risco supremo, fará parte da essência do fascismo?

Provavelmente, é preciso distinguir entre os vários casos. Para o nacional-socialismo, a resposta não suscita muitas dúvidas: apela à aventura e traz consigo a fatalidade da guerra. Está escrito, com todas as letras, no *Mein Kampf.* Hitler e o nacional-socialismo visam empreender a dominação universal, e é inevitável que isso esbarre em resistências que só terminarão com o recurso à guerra. Tudo no nacional-socialismo implica a guerra: os métodos de governo no plano interno, a estratégia externa, o estilo imprimido às relações diplomáticas, o recurso aos golpes de força, à chantagem, ao *bluff.*

A resposta é menos evidente no caso de Mussolini e do fascismo italiano: entre 1922 e 1934, a Itália fascista pratica uma política de boa vizinhança, relativamente prudente, quase isenta de riscos, calculados ou irreflectidos. É somente a partir da guerra da Etiópia que a Itália fascista envereda por uma via perigosa, por imitação da Alemanha nazi. Portanto, o processo evolutivo não é inteiramente o mesmo. Hitler não perde tempo e, mal chega à chancelaria, relança o rearmamento.

No entanto, apesar destes matizes e destas distinções, pode dizer-se legitimamente que o fascismo conduz à guerra.

A guerra procede do fascismo de várias maneiras. Decorre da sua doutrina e das forças que o fascismo desencadeia, dos sentimentos a que apela: exaltando

a aventura, predispõe os espíritos a desejarem a guerra. Guerra que também prepara, ao empreender um esforço militar considerável. Os orçamentos de guerra crescem. Toda a nação está armada. Mussolini orgulha-se dos 8 milhões de baionetas que pode alinhar de um dia para o outro. Hitler fala menos disso, mas pensa o mesmo. O fascismo italiano e o nacional-socialismo orientam toda a economia para a preparação da guerra. É dirigida, planificada, em função da estratégia. O plano de quatro anos, à frente do qual é colocado Goering, visa duplicar os recursos e as forças produtivas da Alemanha.

Enfim, o fascismo tem muitas vezes necessidade da guerra como justificação. É para ele uma necessidade doutrinal, passional, sentimental e, finalmente, de política interna. Não se pode impunemente mobilizar as paixões sem, ao cabo de alguns anos, lhes propor um objectivo que seja o coroamento dos esforços empreendidos. As conquistas, as anexações e as vitórias são a indispensável justificação das obrigações impostas e dos esforços exigidos.

Por isso, é possível considerar legitimamente que a Segunda Guerra Mundial é consequência dos fascismos. Os fascismos não são a única causa: como para a Primeira Grande Guerra, a explicação das origens do conflito faz intervir várias componentes, que se prendem com a economia, a relação de forças, as paixões, as ideologias. Mas a presença dos fascismos constitui um risco objectivo de guerra, e foram eles, em definitivo, singularmente o nacional-socialismo, que assumiram tal responsabilidade.

7

As origens do segundo conflito

Os vinte anos que separam a assinatura do Tratado de Versalhes do desencadeamento do segundo conflito podem dividir-se em duas fases aproximadamente iguais. Até cerca de 1930 é o que pode chamar-se o pós-guerra, a liquidação das consequências da guerra. A partir de 1932-1933, são já os sinais precursores da outra guerra, é o segundo pré-guerra. Como passou a Europa do pós-Primeira Guerra Mundial ao pré-Segunda Guerra Mundial?

Se a eventualidade de uma nova guerra começa a definir-se apenas a partir de 1935, pode dizer-se que, desde 1933, os germes já estão activos. Esta guerra não é exactamente a reedição da precedente. Também não é um simples retomar das hostilidades após uma prolongada trégua, e é necessário examinar uma expressão que teve o seu curso, a de «nova guerra dos Trinta Anos», de 1914 a 1945. A expressão leva a pensar que os dois períodos de hostilidades seriam como dois capítulos separados de um mesmo e único conflito. Sugere uma similitude e uma continuidade entre as duas guerras que não existem de modo algum. A segunda guerra é profundamente diferente da primeira: mesmo que por certos traços resulte da precedente e com ela se aparente, numerosos aspectos

diferenciam-na suficientemente para que deva ser tratada à parte. Sem dúvida, um dos seus aspectos é ser uma tentativa de desforra dos vencidos da véspera: o revanchismo está na própria génese do nacional-socialismo. Mas existem outras componentes não menos determinantes.

7.1. As causas da guerra

É preciso voltar a afirmar, a propósito das causas da segunda guerra, o que já se disse sobre a primeira: ela não resulta de uma causa única. Aparece, ao ser examinada, como a resultante de diversos factores que somam os seus efeitos. Aliás, o termo *somar* é inexacto, visto que os efeitos se multiplicam: há um efeito cumulativo destas causas quando entram em combinação.

A herança dos anos 1919-1930

São os problemas em suspenso, os fermentos de divisão que subsistem na Europa de 1920 e aqueles que os tratados de paz suscitaram. Entre 1919 e 1930, a configuração diplomática da Europa opõe dois campos: o dos vencedores, potências satisfeitas, amarradas à aplicação literal das cláusulas dos tratados — de que a França é o chefe de fila —, e o campo revisionista dos que têm interesse numa revisão parcial ou total dos tratados: os países vencidos, a Alemanha em primeiro lugar, mas também outros pequenos países, como a Hungria, por exemplo, especialmente maltratada e cujas minorias estão submetidas ao domínio romeno ou checoslovaco. É também um pouco o caso da Itália por razões de amor-próprio. É ainda o caso da União Soviética até Estaline operar, em 1934-1935, a grande viragem que o faz aderir à segurança colectiva, pedir a sua admissão na Sociedade das Nações e assinar tratados com a Checoslováquia e a França. A força do sentimento revisionista variou ao longo do período: após Locarno, enfraquece na Alemanha, mas desperta a partir de 1933.

Este fogo que alastra encontra alimento nas lacunas e imperfeições dos tratados. A instabilidade política e económica da Europa danubiana desenha uma zona de menor resistência. É um ponto de fragilidade na organização territorial da Europa do pós-guerra. Existem aí Estados fracos, mas que se detestam e cujas dissensões agravam ainda mais a sua fraqueza, visto que os coíbem de oporem uma frente coesa às ambições hegemónicas da Alemanha. Ver-se-á ainda, logo depois de Munique, a Polónia — posto que ameaçada directamente pelas pretensões de Hitler — apressar-se em tomar parte no desmembramento da Checoslováquia, em vez de tentar barrar a expansão germânica.

Duas questões dominaram a conjuntura internacional no período entre as guerras e ocuparam a ordem do dia das conferências internacionais. A primeira foi, até cerca de 1928, a questão das reparações. A partir de 1928, o interesse volta-se para a questão do desarmamento. As conferências falham ao tentarem regulamentá-lo. O insucesso da conferência de desarmamento, consagrado pela

retirada da Alemanha, em Outubro de 1933, marca uma etapa decisiva no agravamento da situação internacional.

A crise económica e as suas repercussões

Repercussões internas: sabemos que lugar ocuparam na crise da democracia e na ascensão dos regimes autoritários. Agora é sobretudo às suas consequências que prestamos atenção. A grande crise económica que desabou sobre a Europa a partir de 1929-1930 teve como consequência o fechamento dos países em si mesmos.

Cada um entrincheira-se atrás das suas fronteiras económicas, agrava as tarifas alfandegárias e pratica uma política de estrita auto-suficiência, chamada «autarcia»: a palavra é então forjada. As relações comerciais tornam-se raras. Os nacionalismos económicos vêm apoiar ou reanimar os nacionalismos políticos e militares.

Esta política económica de inspiração nacionalista recorre a certos meios da guerra militar: conduz os Estados para formas de economia de guerra. Prepara também os espíritos para ela. Antecipa os resultados. Antes mesmo de as tropas alemãs terem entrado nos diversos Estados da Europa danubiana, a política económica de troca directa instaurada pela Alemanha já os colocara na sua dependência.

Os regimes autoritários

São fundados na ambição colectiva, na vontade de hegemonia, em especial o nacional-socialismo.

É em 30 de Janeiro de 1933 que o presidente Hinderburg faz de Adolf Hitler chanceler. Diga-se, de passagem, que Hitler chegou ao poder por vias legais: não houve golpe de força, tal como na Itália fascista, onde houve, sem dúvida, uma operação de *bluff* que foi a marcha sobre Roma, mas foi o rei que encarregou Mussolini de formar governo. O fascismo e o nacional-socialismo respeitaram, pelo menos nas aparências, a legalidade constitucional. Hitler encontra uma maioria no Reichstag: os partidos políticos são gravemente responsáveis em virtude da sua demissão pelo estabelecimento do regime. Sem demora, Hitler empreende a transformação do regime: dissolução dos partidos e dos sindicatos, supressão das liberdades. O incêndio do Reichstag é o pretexto para o início do terror policial.

Ao mesmo tempo, empreende a transformação da economia e da sociedade. Mobilizam-se as energias, é lançado um programa de grandes obras públicas, os desempregados são postos a trabalhar, precipita-se o rearmamento.

Em Outubro de 1933, a Alemanha abandona a Conferência do Desarmamento. É o fim da política baseada na assinatura e no respeito dos acordos diplomáticos. Em Março de 1935, Hitler anuncia que a Alemanha reconstitui uma aviação militar e restabelece o serviço militar obrigatório: as cláusulas militares

do Tratado de Versalhes são simultaneamente revogadas. A Alemanha alcançará depressa o nível dos armamentos franceses. A França, para não ser imediatamente ultrapassada, adopta o serviço militar de dois anos. A corrida aos armamentos está de volta à Europa. Mas a Alemanha, que partiu mais tarde, terá a vantagem de dispor de um material mais moderno. Esta máquina de guerra está ao serviço de uma política de conquista e de expressão territorial que vai provocar uma série de crises de gravidade crescente, ligadas umas às outras, e que culminam, no Verão de 1939, com a entrada das tropas alemãs na Polónia.

7.2. O encadeamento das crises

Estas crises, que preenchem os anos 1934-1939, são, na verdade, apenas o primeiro capítulo de dez anos de crise, sendo o segundo capítulo constituído pela própria guerra e pela queda do Reich nacional-socialista.

Ao princípio, as ambições confessas do III Reich são limitadas: trata-se unicamente de voltar a integrar no Reich as minorias da mesma língua e da mesma raça, afastadas da Alemanha pela coacção e que vivem separadas territorialmente, submetidas a dominações estrangeiras. Mas estas reivindicações ameaçam todos os Estados vizinhos que compreendem minorias de língua ou de raça germânica: a Áustria, é claro, a Checoslováquia, a Polónia e também a França por causa da Alsácia.

A Áustria na mira e a recuperação do Sarre

É primeiro para a Áustria que Hitler dirige os seus esforços: é o velho sonho do *Anschluss*, a reunificação. Para levar a bom termo este primeiro passo do seu programa, Hitler combina a pressão externa da Alemanha com as ofensivas internas: encontra conivência numa minoria activa de nacionais-socialistas austríacos. Estes tentam um golpe em Julho de 1934 e o chanceler Dollfuss, que personificava a vontade de independência da pequena Áustria, é assassinado. A fraqueza do regime resulta do facto de Dollfuss ter querido lutar simultaneamente em duas frentes. Em Fevereiro de 1934 tinha esmagado pela força os elementos de esquerda: a polícia e o exército tinham assaltado as cidades-dormitórios ocupadas pelos sociais-democratas nos arredores de Viena. Desde então, o governo estava isolado frente a duas oposições: nazi, à direita, socialista, à esquerda. Se, no entanto, o golpe falha, é menos pela acção do Estado austríaco, que não está em condições de se defender, do que pela firmeza da reacção estrangeira e, sobretudo, do vizinho mais próximo e mais interessado, Mussolini. Nessa época não se coloca à Itália a hipótese de manter boas relações com a Alemanha. A Itália faz ainda parte do campo dos vencedores e a solidariedade liga-a à França e à Inglaterra. Mussolini manda avançar imediatamente várias divisões na direcção da fronteira italo-austríaca. A Alemanha não está ainda em situação de tentar uma prova de força. A partida fica adiada.

Alguns meses mais tarde, Hitler e a Alemanha obtêm uma compensação para o seu amor-próprio com a reintegração do Sarre na unidade da mãe-pátria, em Janeiro de 1935. Tudo se faz no respeito da legalidade internacional, com a aplicação das disposições do Tratado de Versalhes, que previa que o território do Sarre, separado por quinze anos, teria de se pronunciar entre várias alternativas: anexação à França, regresso à Alemanha ou manutenção da situação de território independente sob a tutela da Sociedade das Nações. Uma forte maioria opta pelo regresso à mãe-pátria.

Nos anos que se seguem, o nacional-socialismo vai jogar com o princípio do direito dos povos enquanto servir os seus objectivos. Apresenta-se como o herdeiro do movimento das nacionalidades. É em nome do direito das minorias que o nazismo vai consumar o *Anschluss* e desmembrar a Checoslováquia e a Polónia.

O caso da Etiópia e a inversão das alianças

A partir de 1935, a cronologia deverá ser seguida ano a ano, constituindo cada um deles uma etapa na evolução, marcando uma viragem capital: a conjuntura internacional altera-se bruscamente. No 1.º semestre, a Itália figura ainda no campo dos vencedores ocidentais. Embora conte com amizades no campo revisionista — Hungria, Bulgária —, opõe-se aos arranjos territoriais e à discussão dos tratados de paz. Ainda em Abril de 1935, o encontro de Mussolini com o presidente do Conselho francês e o primeiro-ministro britânico, em Stresa, nas margens do lago Maior, atesta a solidariedade dos três países. A Alemanha fica isolada perante a «frente de Stresa». Enquanto os três países se mantiverem de acordo, não será possível a Hitler levar a bom termo o seu programa de revisão.

Contudo, em 1935, a frente desagrega-se. As relações entre a Itália e a Inglaterra deterioram-se rapidamente, ocupando a França uma posição hesitante entre os seus dois parceiros. A Itália fascista vira-se para a Alemanha, que sai do isolamento e constitui com ela aquilo a que virá a chamar-se o Eixo Roma-Berlim. A partir de então, o sistema de forças opõe, dois a dois, os quatro grandes da Europa ocidental e central.

Esta inversão das alianças, cujas consequências serão incalculáveis, é contemporânea da política italiana de aventura e expansão coloniais em África. A política estrangeira de Mussolini muda de estilo e adopta objectivos mais aventurosos. A Itália encontra-se na origem de várias das crises internacionais dos anos 1935-1939: Etiópia, Espanha, Albânia. Verifica-se uma espécie de partilha dos papéis entre Mussolini e Hitler.

1935: é o caso da Etiópia. A Itália dispõe já de posições na África oriental: nas costas do mar Vermelho, a Eritreira e, nas costas do oceano Índico, a chamada Somália italiana, estando os dois territórios separados um do outro pelo Jibuti, possessão francesa, pela Somália britânica e sobretudo pelo império da Etiópia. Há já muito tempo que a Itália sonhava conquistar territórios do interior

africano, submeter a Etiópia e constituir um vasto espaço territorial, a África oriental italiana. Tinha-o tentado outrora, em 1896, mas em vão, e o desejo de vingar a humilhação de Adua não é estranho ao empreendimento de Mussolini.

No fundo, a conquista da Etiópia não é mais do que uma operação colonial de tipo clássico, como as que a França e a Grã-Bretanha conduziram muitas vezes em África durante um século. Mas acontece que em 1935 a conquista de África está praticamente concluída: já não há territórios independentes em África, com excepção da Etiópia e da Libéria. A descolonização não foi ainda iniciada, mas o próprio princípio da conquista colonial começa a ser contestado. O empreendimento italiano chega demasiado tarde a uma África já excessivamente colonizada. Acontece também que, desde há uma dúzia de anos, a Etiópia foi admitida na Sociedade das Nações, o que modifica completamente o problema à luz do direito internacional: não se trata já da conquista de um território mal policiado, mas de uma guerra desencadeada por um membro da Sociedade das Nações contra outro. O pacto da Sociedade das Nações interdita a guerra e assegura garantias aos Estados aderentes. Será possível que os outros membros deixem esmagar um dos seus? Isso seria uma porta a todas as agressões. Não será ocasião para aplicar as sanções previstas pelo pacto contra os Estados agressores?

Tal é o ponto de vista da Grã-Bretanha, que se pronuncia por uma política de firmeza: é necessário dissuadir Mussolini de se envolver nessa aventura e a Grã-Bretanha envia para o Mediterrâneo a *home fleet*. Bastar-lhe-ia fechar o canal do Suez para que a empresa se tornasse um fiasco.

A França está mais dividida. Pierre Laval é então o presidente do Conselho. Hesita descontentar a Itália com receio de a lançar nos braços da Alemanha. Mas a França também não pode dissociar-se da Grã-Bretanha. Vai então tentar conciliar pontos de vista diametralmente opostos. Acabará por deixar os dois lados descontentes. Parece mesmo que Laval encorajou Mussolini a atacar a Etiópia; subsequentemente, adoptará as sanções, embora procure tirar-lhes toda a eficácia. A própria opinião pública francesa está profundamente dividida. É o momento em que as preferências ideológicas e as simpatias políticas começam a sobrelevar as considerações de interesse nacional. A partir da guerra da Etiópia, em parte por simpatia pelo fascismo italiano, a direita — que até então tinha como regra absoluta subordinar tudo ao interesse nacional — chega a preconizar uma política contrária à segurança do país. Tradicionalmente belicosa, torna-se pacifista, contra as chamadas guerras ideológicas.

A Itália inicia as hostilidades no princípio de Outubro de 1935 e conduz expeditamente as operações. Os meios utilizados são consideráveis: cerca de 400 000 homens passam o canal de Suez. Cinquenta e dois Estados adoptam sanções que perturbam a economia italiana sem a paralisarem, pois não se chega à única sanção que teria sido eficaz, a do petróleo. Estas sanções servem apenas para irritar o orgulho de Mussolini e ofender o amor-próprio da Itália: ela terá

o sentimento de ter triunfado sobre cinquenta e duas nações. Em Maio de 1936, as tropas italianas entram em Adis Abeba. A Etiópia é conquistada. Mussolini proclama Vítor Manuel «imperador da Etiópia e rei de Itália». A Sociedade das Nações não tarda a levantar as sanções, mas estes seis ou sete meses produziram consequências irreversíveis: a Itália aproximou-se da Alemanha. Os dois regimes descobriram-se irmãos e vão desenvolver o tema das nações proletárias contra as nações fartas e plutocráticas: França e Grã-Bretanha.

A remilitarização da Renânia

Eis então a Alemanha duplamente encorajada a agir: os outros países mostraram a sua impotência e ela escapou ao isolamento, visto que a Itália se passa para o seu lado.

As consequências desta mudança não se fazem esperar. No dia 7 de Março de 1936, tomando como pretexto o voto da Câmara dos Deputados que autorizava o presidente da República a ratificar o Pacto de Assistência Franco-Soviético, Hitler reocupa a margem esquerda do Reno. Uma cláusula do Tratado de Versalhes interditava à Alemanha manter qualquer guarnição na margem esquerda do Reno, arranjando assim um território que protegia as fronteiras da França e da Bélgica. A Alemanha declara que deixa de estar vinculada por tais cláusulas, e as tropas alemãs, atravessando o Reno, vêm estabelecer-se nas cidades do Palatinado e da Renânia. Trata-se de um acontecimento grave que coloca o governo francês perante um grave dilema: ceder ou reagir. O governo começa por fazer saber que não se curvará perante o facto consumado. O presidente do Conselho afirma, no dia seguinte à tarde, pela rádio: «A França não tolerará que Estrasburgo esteja sob o fogo dos canhões alemães.» Mas o estado-maior considera que só poderá ensaiar uma reacção mobilizando no mínimo três classes. O governo francês acaba por ceder. É uma etapa capital no caminho para a guerra. As tergiversações da França provocam uma perda de prestígio. Os seus aliados perderam a confiança: em vez de contarem com a hipotética protecção da França, preferem entender-se directamente com a Alemanha. A Polónia envereda por uma política já iniciada meses antes. A Bélgica decide-se pelo regresso à neutralidade. O bloco que até então estava na dependência francesa desfaz-se. É também o descalabro da Sociedade das Nações. A Alemanha abandonara-a em 1933, o Japão no mesmo ano, a Itália deixa-a em 1937. É o fim da segurança colectiva.

A partir de então, a situação diplomática é dominada pela existência do Eixo, assim chamado porque a linha que liga Berlim a Roma traça um eixo vertical norte-sul que divide a Europa em duas e isola o Leste do Oeste. A solidariedade dos parceiros atinge todos os planos, ideologias, ambições, apetites, e encontra no anticomunismo intransigente um pretexto e uma fachada. A Alemanha estabelece com o Japão o chamado pacto anti-Komintern, ao qual aderirão, sucessivamente, a Itália, a Espanha franquista e a Hungria. Desenha-se já uma espécie de sistema triangular, Berlim-Roma-Tóquio, que partilha o mundo.

A guerra de Espanha

O capítulo seguinte — eles sucedem-se a um ritmo acelerado — abre com o início da guerra de Espanha, em 19 de Junho de 1936. É uma guerra civil, mas que se torna uma guerra internacional por interpostas pessoas. A Espanha é o primeiro palco onde se defrontam os blocos adversários, e daí a violência desta guerra civil. Originariamente, trata-se de uma tentativa, clássica na história espanhola, de pronunciamento, um golpe de Estado militar. Em Abril de 1931, a república sucedera à monarquia. A Espanha era uma república havia cinco anos: cinco anos agitados — a insurreição das Astúrias, em 1934 —, nos quais se tinham sucedido dois anos de governo das esquerdas, depois dois anos em que a direita governara, de 1934 a Fevereiro de 1936. Em Fevereiro de 1936, as eleições repõem no poder as esquerdas coligadas: é a vitória da Frente Popular. Uma onda de agitação social e de desordem alarma os proprietários, os possidentes, os militares, a Igreja. Em 18 de Julho de 1936 estala uma sublevação militar que fracassa parcialmente; concebida para vencer em vinte e quatro horas, não vinga. A guarda civil permanece leal, a marinha também continua fiel ao governo e a sua atitude é decisiva, pois, ao controlar o estreito de Gibraltar, impede os insurrectos de fazerem passar do Marrocos espanhol para a Península Ibérica os regimentos marroquinos com que contavam. A Catalunha e o País Basco, agradecidos à república por ter reconhecido a sua autonomia, colocam-se ao lado do governo de Madrid. Mas o governo não tem exército: este passou-se para o lado da insurreição. Arma o povo, e as milícias improvisadas vão conseguir manietar durante as primeiras semanas as tropas regulares, incapazes de obterem uma vantagem decisiva. A operação, que deveria durar algumas horas, durará três anos. A guerra intensifica-se e generaliza-se.

Os insurrectos tinham obtido a promessa de uma ajuda dos regimes autoritários. Divisões de voluntários fascistas afluem. A Alemanha pratica uma política um pouco diferente: não joga na quantidade de homens, envia antes especialistas, técnicos da guerra aérea e dos blindados. Do lado republicano é a constituição das brigadas internacionais e a chegada de várias dezenas de milhares de voluntários oriundos de todos os países da Europa. A guerra internacionaliza-se, apesar do princípio, adoptado pelas chancelarias, de não intervenção.

No plano interno, à medida que a guerra se prolonga, do lado republicano, o Partido Comunista adquire maior importância. Seria negligenciável em Julho de 1936, mas tem a superioridade da disciplina e da coesão; gradualmente, a sua importância aumenta em relação à dos anarquistas ou dos socialistas.

A tragédia espanhola foi um episódio capital da história política e intelectual da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. A Espanha é o terreno onde os blocos fazem grandes manobras. A Alemanha experimenta o seu material, treina os seus especialistas, e a guerra de Espanha é um ensaio da Segunda Guerra Mundial. Bombardeamento das cidades abertas, destruição de Guernica, ataques de terror sobre a população civil de Madrid, de Barcelona, utilização da 5.ª

coluna: esboçam-se já os traços da guerra total, tal como a Alemanha a conduzirá. É também o palco em que os povos têm o sentimento de ver representar-se por interpostas nações o drama que os dilacera internamente.

A guerra civil só chegará ao fim em Março de 1939, passados trinta e dois meses, e depois de ter feito cerca de um milhão de mortos. Os nacionalistas triunfam. O general Franco, que se tornou o seu líder após a eliminação dos rivais mortos em viagem de avião ou em combate, assume o poder.

A França fica então cercada. Três regimes autoritários são seus vizinhos. Entre a Espanha franquista, a Itália e a Alemanha há uma solidariedade de interesses, de laços de reconhecimento. A partir desse momento, a França deve encarar a possibilidade de um conflito em três fronteiras: o Reno, os Alpes e os Pirenéus. Em Março de 1939 envia o marechal Pétain a Burgos para tentar restabelecer relações de amizade com a Espanha. Recebido com consideração, o marechal não consegue restabelecer a confiança. O bloco totalitário sai reforçado da guerra de Espanha e as democracias isoladas e enfraquecidas.

O *Anschluss*

Enquanto prosseguia a guerra civil espanhola, Hitler retomou as suas ofensivas e intensificou-as mesmo em 1938: está seguro da amizade italiana, as democracias estão ocupadas noutras frentes e o rearmamento alemão já fez grandes progressos. Os Estados Unidos estão paralisados pelo seu isolacionismo. Em 1937, o Congresso vota leis de neutralidade que determinam — para evitar o envolvimento involuntário num conflito — que os Estados Unidos, em caso de guerra, suspendam as relações comerciais com os beligerantes. Os navios mercantes americanos não se arriscarão a navegar até à Europa para evitarem a reedição dos torpedeamentos que tinham arrastado o presidente Wilson, em 1917, para a Primeira Guerra Mundial, Hitler tem então total liberdade de acção.

Apodera-se de novo da Áustria. Em Fevereiro de 1938 convoca para Berchtesgaden o chanceler Schuschnigg, que sucedeu a Dollfuss, e obriga-o, no decurso de uma dramática entrevista, a nomear um nacional-socialista para ministro do Interior. É introduzir o inimigo em casa. Schuschnigg imagina uma exibição. Para demonstrar o desejo do povo austríaco de preservar a sua independência, anuncia um plebiscito; é inverter o processo que mais de uma vez serviu a Hitler para demonstrar à Europa que o povo alemão o apoiava. Hitler não lhe dará tempo. Um ultimato é imposto à Áustria. O ministro do Interior, o nacional-socialista Seiss-Inquart, chama as tropas alemãs para restabelecerem a ordem, pretensamente alterada pelo chanceler. O governo de Schuschnigg só pode demitir-se. É a invasão. Em poucas horas, no sábado, 12 de Março de 1938, a Áustria é anexada à Alemanha.

A Europa não reagiu. A Itália, que, em 1934, tinha impedido a jogada, é cúmplice, e Hitler envia a Mussolini um telegrama no qual lhe promete jamais esquecer a dívida que contraiu para com ele. A Inglaterra mostra-se hesitante. Quanto à França, vive uma crise ministerial.

Munique

Cabe então a vez à Checoslováquia. O Estado checoslovaco era uma criação dos tratados de 1919-1920. Era um dos Estados mais sólidos, o único desta parte da Europa onde as instituições democráticas funcionavam correctamente e que não fora contaminado pelo autoritarismo. Um regime sólido, uma economia activa, uma burguesia numerosa, tradições democráticas, tudo isto fazia dele um Estado próspero, mas a sua fraqueza era ser multinacional, pois associava duas nacionalidades maioritárias: os Checos, na Boémia, e os Eslovacos, bem como uma diversidade de minorias: húngara, ucraniana na Rússia subcarpática e, sobretudo, 3 milhões de alemães dispostos na vertente interior do quadrilátero da Boémia, nas montanhas dos Sudetas. É por isso que se vai falar dos Sudetas, dos alemães dos Sudetas. A Checoslováquia ocupava uma posição estratégica capital — Bismarck tinha dito que «quem ocupasse o quadrilátero da Boémia era o dono da Europa» — no coração da Europa. Ocupava também uma posição diplomática decisiva por ser aliada da França e da União Soviética.

Para se apoderar da Checoslováquia, Hitler vai utilizar conjuntamente os dois métodos já usados contra a independência da Áustria: no plano interno, vai desagregá-la, servindo-se da minoria alemã, que se organiza num partido alemão dos Sudetas, liderado pelo professor de ginástica Conrad Heinlein, e, no plano externo, vai isolá-la dos seus aliados.

Um primeira crise estala em Maio de 1938, mas resolve-se amigavelmente. A segunda ocorre em Setembro de 1938 e provocará o desmembramento da Checoslováquia. Entre uma e outra, Hitler eleva as suas pretensões. A França e a Grã-Bretanha tergiversam. A opinião pública ocidental está profundamente dividida. Tem dúvidas sobre as intenções de Hitler. Uma parte pensa que ele só deseja o regresso à mãe-pátria dos seus irmãos de raça e acham-no sincero quando assegura que, uma vez os alemães dos Sudetas regressados à Alemanha, não fará mais nenhuma reivindicação. A opinião pública está também hesitante na escolha do momento. Valerá a pena resistir por causa da Checoslováquia? A Checoslováquia é impopular à direita. Não lhe perdoam ter-se desenvolvido sobre as ruínas da Áustria católica e monárquica. A opinião pública de direita vê nela uma criação da maçonaria. Em Inglaterra, Churchill, que vê claro e denuncia a hegemonia hitleriana, prega aos peixes. Dois pacifismos de inspiração oposta conjugam-se: pacifismo de direita, ditado pela simpatia ideológica pelos regimes autoritários ou pela antipatia pela Frente Popular e pela União Soviética; pacifismo de esquerda, socialista ou sindical, que encara a guerra como o pior dos males e entende que a paz, seja qual for o preço, vale sempre mais do que uma guerra. Eis a posição, em França, do Sindicato Nacional dos Professores Primários, de uma parte da CGT, de uma fracção do Partido Socialista SFIO.

A Grã-Bretanha procura uma solução de compromisso, envia um mediador, Lord Runciman, que sugere ao governo checoslovaco que faça substanciais concessões à Alemanha. Mais tarde é o primeiro-ministro britânico em pessoa,

Neville Chamberlain, que faz a viagem a Berchtesgaden para se entender com Hitler. A primeira viagem culmina num acordo. Porém, as reivindicações de Hitler aumentam e a segunda viagem a Bad Godesberg é um malogro. A Europa está à beira da guerra quando Mussolini, intrometendo-se entre Hitler, a França e a Grã-Bretanha, propõe *in extremis* uma conferência a quatro, que decorre em Munique, em 29 e 30 de Setembro de 1938. A conferência reúne os chefes de governo dos quatro Estados: Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha. A Checoslováquia, principal interessada, está ausente: o seu destino será decidido sem que seja ouvida. A União Soviética foi também mantida de fora e esta exclusão será um dos factores que vão conduzir Estaline a entabular negociações directas com a Alemanha. A França e a Grã-Bretanha concedem a Hitler praticamente tudo aquilo que ele exige. A Checoslováquia é desmantelada, os alemães dos Sudetas são integrados no Reich. O quadrilátero da Boémia é ocupado pela Alemanha, que se instala na vertente interior. A Checoslováquia deixou de contar como potência militar e as democracias perderam um aliado que não era negligenciável. Os seus outros aliados estão desencorajados. Todos concluem que mais vale entenderem-se directamente com Hitler do que contarem com a protecção aleatória de democracias incapazes de se entenderem.

Munique é, provavelmente, o acontecimento mais importante deste período. É um momento decisivo, que não pôs fim às incertezas da diplomacia ocidental nem às divisões das opiniões públicas francesa e inglesa. Logo após o acordo de Munique, diversos ministros britânicos demitem-se do governo, reprovando a atitude de fraqueza. Para uma parte da opinião pública, Munique assegura a paz durante uma geração; para a outra parte não passa de um adiamento e a guerra é agora uma certeza. Menos de seis meses mais tarde, Hitler reconcilia os dois sectores da opinião pública. No dia 15 de Março de 1939 desrespeita os seus compromissos, invade a Checoslováquia e constitui um protectorado da Boémia e da Morávia. Quanto à Eslováquia, forma um Estado ficticiamente independente, satélite da grande Alemanha, que une agora a Alemanha, a Áustria e a Boémia.

Em Abril de 1939, Sexta-Feira Santa, Mussolini, despeitado com os louros de Hitler, invade a Albânia.

A Polónia, o Pacto Germano-Soviético e a guerra

É então a Polónia que fica na mira. Encontra-se cercada, como a Checoslováquia antes dela, desde que as tropas alemãs penetram na Áustria. Depois de terem entrado na Boémia e na Morávia, é a vez de a Polónia ver o seu sistema defensivo contornado. O ponto de litígio são as suas fronteiras ocidentais: o corredor que isola a Prússia oriental do resto da Alemanha e o estatuto de Danzig, erigida em cidade livre.

Hitler dá a entender que a sua honra o impede de deixar durante mais tempo populações alemãs sob domínio polaco. É a partir de Março de 1939 que Hitler

levanta a questão. A Polónia está resolvida a defender-se, mesmo sozinha. Ora não está só, pois conta com o apoio da França e da Grã-Bretanha, cujas dúvidas foram varridas. Deixaram de acreditar nas promessas de Hitler. Deram as suas garantias à Polónia, assim como à Roménia e à Grécia. Preparam-se para a guerra: a Grã-Bretanha adopta, em Março de 1939, em plena paz, o recrutamento a que recorrera somente dois anos após o começo da Primeira Guerra Mundial, sinal inequívoco da sua determinação, mas que não é suficiente para assegurar a eficácia da sua máquina de guerra. A França e a Grã-Bretanha atrasaram-se vários anos em relação à Alemanha. Para compensarem a sua inferioridade, e sobretudo para estarem à altura de ajudarem a Polónia, de quem estão separadas pelo espaço alemão, empenham-se em negociações com a União Soviética. A Polónia não pode ser defendida sem o seu concurso. Uma missão militar franco-britânica parte para Moscovo e entra em conversações com o estado-maior soviético. As conversações parecem bem encaminhadas quando se dá um lance teatral: em 23 de Agosto de 1939 descobre-se que o governo soviético tinha realizado, paralelamente, encontros com a Alemanha, que culminaram na assinatura de um pacto germano-soviético. A que considerações obedeceu Estaline ao assinar este pacto? É, provavelmente, uma consequência do isolamento da Rússia na altura de Munique. Há também o desejo de ganhar tempo. Há, também provavelmente, um erro de avaliação: Estaline supôs a França militarmente mais forte do que ela era e pensou restabelecer o equilíbrio, aliando-se à Alemanha. O acordo prevê que a União Soviética vá cobrar a sua parte da Polónia dividida. Depois da derrota da Polónia, aproveita para anexar os Estados bálticos, reconquistar a Bessarábia e declarar guerra à Finlândia.

Logo que é conhecida a notícia do Pacto Germano-Soviético, torna-se evidente que a guerra é inevitável, excepto para o Partido Comunista, que se esforça por demonstrar tratar-se de um gesto altamente pacífico que garantirá uma paz duradoura. A notícia provoca, mesmo assim, uma perturbação profunda nas suas fileiras: um terço dos deputados deixará o grupo parlamentar comunista.

No dia 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia. Dois dias depois, a França e a Grã-Bretanha, mantendo a sua palavra, entram em guerra. A Segunda Guerra Mundial começou. Durará quase seis anos, até Abril de 1945.

8

A Segunda Guerra Mundial

Reencontrar-se-ão, com ligeiras diferenças, as três características enunciadas anteriormente para o primeiro conflito mundial: extensão no espaço, longa duração e intensidade crescente, que fazem desta guerra ainda mais total — se assim é lícito dizer — do que a precedente.

8.1. A extensão geográfica

A Primeira Guerra Mundial apresentara já, em relação aos conflitos do século XIX, uma amplitude muito superior, que permitira falar, sem exagero, de uma guerra mundial. A segunda é-o ainda mais, pois o número dos países que ficam à margem das hostilidades é ainda mais reduzido.

Inicialmente, é por iniciativa da Alemanha que a guerra alastra. É ela, com efeito, que leva a guerra para novos teatros de operações, envolvendo no conflito países que esperavam preservar a sua neutralidade, como o tinham podido fazer entre 1914 e 1918. É, em Abril de 1940, a invasão da Dinamarca e da Noruega a fim de garantir a segurança dos seus abastecimentos de minério de ferro sueco. É, um mês depois, em 10 de Maio de 1940, a abertura das operações efectivas na frente oeste e a invasão simultânea do Luxemburgo, da Bélgica e da Holanda. Um mês mais tarde, em 10 de Junho, a Itália passa da não beligerância à guerra. No princípio do Outono, a Itália ataca a Grécia. Na Primavera de 1941, Alemães e Italianos invadem a Jugoslávia e a Grécia.

Assim, é sempre por iniciativa do Eixo que a guerra alastra a novos sectores. Do mesmo modo — embora a iniciativa assinale uma viragem capital da guerra com a inversão diplomática das alianças —, em 22 de Junho de 1941, a abertura das hostilidades contra a União Soviética. A Alemanha obriga países que vão ser seus satélites a segui-la até que a posição geográfica destes e a sorte das armas voltem a colocá-los na dependência da União Soviética: de satélites da Alemanha, estarão condenados a sê-lo da União Soviética: Finlândia, Hungria, Roménia, Bulgária.

A fase europeia da extensão do conflito está então quase completamente terminada. Só ficam à margem da guerra a Suécia, a Suíça, a Espanha, Portugal e a Turquia, isto é, com excepção da Suíça, países situados na periferia do continente e que é mais vantajoso para os beligerantes deixar numa situação de expectativa do que transformar em adversários.

Em Dezembro de 1941, a guerra abre-se noutra frente por iniciativa do aliado japonês, um dos signatários do pacto anti-Komintern — instrumento diplomático dirigido, em princípio, contra a União Soviética, mas que associa com vista a uma política de hegemonia mundial três países ambiciosos. O Japão desencadeia as hostilidades contra os Estados Unidos: é o ataque-surpresa contra a base americana de Pearl Harbor, no arquipélago do Havai. Simultaneamente, ou quase, o Japão estende as operações ao Sueste asiático, contra a Grã-Bretanha, em Singapura e na Malásia, contra a Holanda, na Indonésia.

Os dois conflitos, até então separados por toda a massa do antigo continente, juntam-se: o conflito no Extremo Oriente, começado em 1932 com a conquista da Manchúria, alargado em 1937 com o ataque do Japão contra a China, une-se ao conflito que, na Europa, opõe as democracias ocidentais à Alemanha e à Itália e a União Soviética à Alemanha. Defrontam-se dois blocos: a Alemanha, a Itália e o Japão, com os seus aliados, contra as grandes democracias ocidentais e a União Soviética. Desde então é possível considerar que a guerra é, efecti-

vamente, planetária. Todos os continentes estão nela envolvidos e as operações desenrolam-se simultaneamente no Atlântico e no Pacífico.

8.2. A duração

A segunda característica da guerra, a sua duração, decorre da precedente. Com efeito, a partir da altura em que a guerra se desenrola à escala planetária, uma derrota localizada não põe fim ao conflito; «uma batalha perdida não implica a perda da guerra», pois há outros aliados disponíveis e há sempre recursos. Deste modo, a guerra durará muito mais tempo ainda do que a precedente. A duração do primeiro conflito já se afigurara insólita aos contemporâneos: 52 meses. A Segunda Guerra Mundial ultrapassará essa duração, visto que só na Europa, de 1 de Setembro de 1939 até 8 de Maio de 1945, dura um pouco mais de 68 meses, e, se se considerarem as operações no Extremo Oriente, até 15 de Agosto de 1945, quase seis anos.

O momento decisivo, aquele em que a maré-cheia das potências ditatoriais começa a refluir, situa-se entre Novembro de 1942 e Fevereiro de 1943. É então que cessa a série quase ininterrupta de sucessos militares conseguidos pelo Eixo desde Setembro de 1939. A derrota de Rommel diante de El-Alamein, a frente rompida na Tripolitânia, o desembarque anglo-americano no Norte de África, a vitória de Estalinegrado, a batalha aeronaval do mar de Coral, situam-se nestes três meses e patenteiam a inversão da tendência. A partir de então, a derrota do Eixo torna-se uma eventualidade razoável.

8.3. A intensidade

A terceira característica — a intensidade da guerra — situa-se na intersecção das duas precedentes: é ao mesmo tempo o seu efeito e a sua causa. Esta guerra é, seguramente, a mais total que o mundo conhecera. Todos os recursos dos beligerantes, tanto materiais como humanos, são mobilizados. A Alemanha acha ao seu dispor, graças aos sucessos iniciais, um reservatório aparentemente inesgotável: ocupa a Europa quase toda. Fez milhões de prisioneiros. Acrescenta--lhes milhões de trabalhadores deportados, arrancados à sua pátria para substituírem nas fábricas e nos campos os alemães mobilizados para combaterem na frente militar.

No campo adversário, os Estados Unidos tornam-se o arsenal das democracias. Desde o fim de 1941 que a administração americana fixa objectivos que parecem prodigiosos. Roosevelt propõe a construção de 60 000 aviões, 45 000 blindados, 20 000 canhões *DCA* e 18 milhões de toneladas de construções navais para proverem as necessidades dos comboios e substituírem a tonelagem afundada pelos submarinos alemães. Subitamente, a entrada na guerra dos Estados Unidos imprime à segunda parte do conflito a característica que se tornará dominante, a de uma guerra industrial. Os Estados Unidos reconvertem a sua economia e fazem dela o instrumento que lhes abrirá o caminho para Berlim.

São concebidas e executadas operações combinadas de uma amplitude e de uma complexidade sem precedentes. É no decurso da Segunda Guerra Mundial que, pela primeira vez, são realizadas operações aeronavais, e aquilo a que se chama «logística» adquire a sua autonomia em relação aos outros aspectos da condução da guerra.

Total, a guerra também o é nos métodos e nos objectivos. Já se tinha visto, no decurso da Primeira Guerra Mundial, os beligerantes tentarem enfraquecer as tropas que estavam na frente, desmoralizando-lhes a retaguarda. Este aspecto psicológico da guerra ocupa um lugar muito considerável nas operações de 1939--1945. Os beligerantes procuram atingir o poderio industrial do adversário desferindo golpes decisivos na sua economia e no moral das populações. A Alemanha abriu a via, dando início aos bombardeamentos contra as cidades abertas que visavam essencialmente provocar o terror. Este método tinha sido ensaiado pelos aviadores nazis na guerra civil de Espanha contra as populações de Barcelona, Bilbau e Madrid. A aviação alemã alarga esta estratégia à Polónia em Setembro de 1939. Segue-se Roterdão, que sofre os seus efeitos em Maio de 1940; depois, no Verão de 1940, as cidades britânicas: a primeira, Coventry, uma grande parte da qual é arrasada numa só noite, e em seguida Londres. Em 1941, Belgrado paga com a sua destruição quase total o desejo de independência do povo jugoslavo. Todavia, a partir do momento em que os Estados Unidos entraram na guerra, em que o poderio militar alemão é contido na frente russa, o poder muda de campo. Os Ingleses e os Americanos não tardam a dominar os ares. É a sua vez de seguirem o método que a Alemanha utilizou e esmagarem sob as suas bombas os centros industriais do Rur, os centros urbanos alemães: Hamburgo, Berlim, Dresden.

A capacidade de resistência da população civil é um elemento da vitória. Contudo, ela toma muitas vezes uma parte mais directa nas operações. É um dos aspectos desta guerra o desenvolvimento da guerrilha, da guerra dos resistentes. Nada de semelhante tinha existido entre 1914 e 1918, em parte devido à imobilidade das linhas de combate. Em 1939-1945, a situação é completamente diferente: a Alemanha ocupa três quartos da Europa; procura associar ao seu esforço de guerra as economias e os recursos dos países ocupados. Nos países ocupados nasce pouco a pouco uma resistência interna. Ela reveste-se das mais diferentes formas, desde a informação até ao combate: redes, *maquis*. É no Leste que primeiro surge esta forma de guerra, é lá que conhece a sua maior expansão: na Polónia, na Jugoslávia, com os *tchetniks* do general Mihajlovic, depois os guerrilheiros de Tito. Na própria Rússia, nas províncias ocupadas pelos Alemães, nas suas retaguardas, desenvolve-se uma luta de guerrilha; mais tarde, no Ocidente, em França, na Itália. A guerra utiliza a propaganda e a acção sobre a opinião pública. É o primeiro conflito no decurso do qual a rádio é chamada a desempenhar um papel.

A luta desenrola-se na Europa, na Ásia, em todos os mares, em África. Depois de vários anos em que a Alemanha conseguiu controlar a Europa, desde

o cabo Norte até à Sicília e da extremidade do Finisterra até ao Cáucaso, é obrigada a recuar pouco a pouco para o território alemão. A guerra cessa em Maio de 1945, na Europa, e em Agosto de 1945, na Ásia, quando já não tem mais matéria para devorar.

No entanto, com o fim das operações, as suas consequências nem por isso se apagam. Se em 1918 podíamos dizer da Primeira Guerra Mundial que modificara profundamente o rosto da Europa, di-lo-emos *a fortiori* da Segunda Guerra Mundial, que durou mais tempo, afectou um maior número de países e tomou formas ainda mais diversas.

9

As consequências da guerra

Impõe-se fazer agora um balanço das consequências da guerra e traçar um quadro da situação da Europa em 1945.

9.1. As consequências negativas

Convém começar por aqui — é a este aspecto que a opinião pública é naturalmente mais sensível: é a extensão das ruínas que põe também aos diversos governos os problemas mais prementes e cuja urgência vai obrigá-los a adoptar medidas de circunstância.

Em primeiro lugar, as perdas humanas. São, na verdadeira acepção da palavra, incalculáveis, isto é, não sabemos efectivamente o seu número exacto. Em relação a alguns países, não é possível avançar mais do que alguns números que apenas representam ordens de grandeza. Não sabemos, por exemplo, com exactidão as perdas da União Soviética: 17, 20 milhões? Em certo sentido, pouco importa. O que conta e o que deve ficar presente no espírito é que aproximadamente um décimo da população russa pereceu entre 1941 e 1945. Se se adicionarem as perdas civis provocadas pelos bombardeamentos, pelas execuções, pela deportação, pela fome, pelas perseguições raciais, às perdas militares, a Polónia perdeu cerca de um quarto da sua população, cerca de 6 a 7 milhões de habitantes. Na Jugoslávia é igualmente em milhões que se contam as vítimas da guerra. No total, foi talvez de 50 ou 60 milhões o número de pessoas que desapareceram na guerra de 1939-1945.

As perdas repartem-se pelo continente de maneira muito desigual. Impõe-se uma observação, prolongando de forma insólita uma verificação que percorreu todo o nosso estudo: a diferença entre duas Europas. No plano das perdas demográficas, não há de facto medida comum, na verdadeira acepção da palavra, entre as sofridas pelos países da Europa ocidental e os da Europa oriental. A proporção é sensivelmente da ordem de 1 para 10. O Leste foi incomparavelmente mais sacrificado do que o Ocidente. Não se trata de considerar negligenciáveis as perdas dos países ocidentais nem de minimizar os seus sofrimentos, mas de apurar que o total das suas vítimas é muito inferior: um pouco mais de 600 000 no caso da França, algumas centenas de milhares no caso da Grã-Bretanha.

Esta disparidade merece ser posta em relevo por causa das consequências que tem: explica, em particular, as diferentes reacções perante a Alemanha depois de 1945. Se a Europa ocidental aceitou rapidamente esquecer o passado e admitir a Alemanha Ocidental no concerto das nações atlânticas e se, pelo contrário, a Europa oriental se recusou durante muito tempo a fazê-lo, é porque esta não esqueceu a horrenda hemorragia que lhe foi infligida pela agressão e pelo imperialismo nacionais-socialistas. O sentimento antialemão mantém-se naturalmente mais vivo no Leste do que no Ocidente. Trata-se, para o Leste, de um reflexo espontâneo de receio e de desconfiança. Ele explica, em especial, que os países do Leste tenham aceite a hegemonia soviética com uma relativa resignação. Entre dois males, o domínio, mesmo prolongado, da União Soviética parecia-lhes menos temível do que a eventualidade de uma desforra alemã.

Segundo ponto deste balanço negativo: as ruínas materiais, bastante mais extensas do que as provocadas pela Primeira Guerra Mundial devido ao facto de a Segunda Guerra Mundial ter sido uma guerra de movimento. No Ocidente, a guerra de 1914-1918 estabilizara rapidamente em posições das quais não se afastara, e as regiões devastadas, que, no caso da França, constituíam uma importante parte do seu território, representavam, à escala europeia, apenas uma porção reduzida. Entre 1939 e 1945, a guerra de movimento percorreu várias vezes os mesmos países, acumulando as destruições. Basta recordar o exemplo da França, onde as destruições de 1940 foram repetidas, quatro anos mais tarde, pelas da libertação. Na Europa, as cidades destruídas contam-se às centenas e as comunicações estão desorganizadas.

Às perdas humanas, às destruições materiais, é preciso juntar ruínas de um carácter diferente: a desorganização da sociedade, sobretudo no Leste. É talvez a Polónia que apresenta, a este respeito, o caso mais dramático. Os Alemães, senhores do território durante seis anos, empreenderam a destruição sistemática de todas as elites — intelectuais, administrativas, espirituais, políticas —, de maneira a deixarem este país sem quadros nem possibilidades de se reerguer. No caso da Polónia, o balanço das perdas não se exprime somente pelo número global de 6 ou 7 milhões de mortos; traduz-se também por uma decapitação.

Nos países onde os quadros não foram assim suprimidos sistematicamente pelo ocupante, uma parte das elites sociais, políticas, administrativas e militares encontra-se marginalizada porque se deixou comprometer com o ocupante ou com os regimes instalados por ele ou por ele tolerados. Em 1945 nem o sentimento nacional nem a resistência organizada admitem deixar nos seus cargos aqueles que assim caucionaram a derrota.

Finalmente, na ordem dos sentimentos, a guerra e as suas atrocidades, o «universo concentradíssimo», o extermínio sistemático de milhões de judeus,

deixam vestígios duradouros, ressentimentos contra a Alemanha e a Itália, variando de intensidade segundo os países, mais intensos, por exemplo, na Holanda e na Noruega do que em França, e mesmo ressentimentos entre nacionalidades vizinhas ou fazendo parte do mesmo Estado. É o caso dos Sérvios contra os Croatas, os quais, aproveitando a ocupação, tinham alcançado um regime privilegiado e perseguido os Sérvios.

A tarefa de reconstrução parece, pois, em 1945, muito mais vasta e também muito mais difícil do que um quarto de século mais cedo.

9.2. As transformações territoriais

As mudanças de fronteiras são menos importantes do que em 1918.

Em muitos pontos, o saldo da guerra confirma as soluções adoptadas em 1918-1920.

Contudo, uma diferença essencial diz respeito à Alemanha. Em 1945, a Alemanha deixa de existir para os vencedores. Eles próprios assim o quiseram, na aplicação do compromisso assumido no princípio de 1943, na Conferência de Casablanca, pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, de exigirem da Alemanha uma capitulação incondicional. Em 1918, o armistício enunciava os termos da capitulação. Em 1943-1945, a Inglaterra e os Estados Unidos — seguidamente a União Soviética aderirá a este ponto de vista — exigem da Alemanha que se coloque à mercê dos vencedores. É um efeito da identificação do nacional-socialismo com a Alemanha. O açambarcamento do Estado pelo partido é o motivo pelo qual os aliados não querem negociar com um Estado que se confunde com o nacional-socialismo banido da humanidade — as organizações nazis serão reputadas de criminosas de guerra em Nuremberga. É inconcebível pactuar com criminosos. Tendo desaparecido o Estado, a capitulação abre um vazio total: deixa de haver Estado, governo, exército, autoridade.

É uma situação quase sem precedente na história das guerras e das relações internacionais. Os aliados tinham deduzido, com antecedência, as suas consequências. Tinham previsto os problemas que o desaparecimento da Alemanha colocaria: caber-lhes-ia a administração do território e da população. O fim das operações não os apanha desprevenidos. A fixação das disposições do regime de ocupação foi um dos pontos da ordem do dia das grandes conferências realizadas entre 1943 e 1945. Após as conferências a dois — Quebeque, Casablanca — entre Churchill e Roosevelt, começa a série de conferências tripartidas, que reúnem a Inglaterra, os Estados Unidos e a União Soviética. É primeiro, no Outono de 1943, a Conferência de Teerão. É sobretudo a Conferência de Ialta, na Crimeia, entre 4 e 12 de Fevereiro de 1945. A guerra ainda não acabou e uma parte dos trabalhos da conferência é precisamente consagrada a combinar o último acto das operações. Mas outra parte visa esboçar as grandes linhas da reorganização territorial e política da Europa. O conteúdo destes acordos suscitou uma controvérsia que ainda dura nos Estados Unidos. Censurou-se muito — sobretudo os republicanos — ao presidente Roosevelt o facto de ter sacrificado a independência da Polónia, de ter abandonado às ambições de Estaline a Europa oriental. Na verdade, estes juízos não têm em conta a situação tal qual era. A guerra não tinha terminado. Os Estados Unidos pensavam terem necessidade do auxílio soviético para triunfarem sobre o Japão, que estava longe de estar derrotado. Ingleses e Americanos tinham, em relação à Rússia, uma espécie de complexo de inferioridade e de gratidão devido aos enormes sacrifícios suportados por ela. Finalmente, é preciso lembrar o clima do fim da guerra, feito de confiança amigável entre parceiros. De qualquer modo, mesmo que Roosevelt desconfiasse de Estaline, as disposições dificilmente poderiam ter sido muito diferentes, pois as tropas russas estavam perto do teatro das operações e os Americanos muito longe.

Na verdade, existe uma lenda de que os acordos de Ialta teriam procedido de uma partilha da Europa. Não houve qualquer acordo formal, quando muito uma repartição tácita de zonas de influência. Mas nem por isso foi menor o alcande histórico da conferência: a partir daí, as linhas de demarcação entre o Ocidente e o Leste nunca mais foram postas em causa, mesmo no pior da guerra fria. Assim, quando o governo grego, com o apoio dos Britânicos, esmagou os seus próprios comunistas, Estaline não mexeu um dedo. Pelo contrário, quando os comunistas, através do golpe de Praga, derrubaram um governo representativo e instauraram uma ditadura comunista (1948), os Estados Unidos nem se mexeram. A Grécia fazia parte da zona de influência anglo-saxónica e a Checoslováquia estava na órbita soviética.

Alguns meses mais tarde é a Conferência de Potsdam (Julho de 1945). No intervalo, a Alemanha capitulou. A guerra continua com o Japão. Deste modo, a Conferência de Potsdam inscreve-se a meio caminho entre a capitulação da Alemanha e a derrota do Japão. Passaram só cinco meses desde o encontro de Ialta, mas Estaline é o único que toma parte na conferência. Entretanto, Roosevelt morrera subitamente, em 2 de Abril de 1945, e o vice-presidente Truman sucedera-lhe. Quanto aos eleitores britânicos, tendo a Inglaterra tido o escrúpulo democrático de convocar eleições menos de dois meses depois do fim da guerra na Europa, preferiram ao vencedor, ao chefe do governo da coligação, Churchill, o dirigente do Partido Trabalhista. É, pois, Attlee que representa a Grã-Bretanha em Potsdam.

A Conferência de Potsdam consagra a ocupação comum e total da Alemanha, ao contrário do sucedido em 1918-1919, em que só uma parte da Alemanha fora ocupada. A Alemanha é dividida em zonas de ocupação, em número de quatro, tendo Churchill conseguido fazer admitir a presença da França. A capital, Berlim, é dividida em quatro sectores, administrados conjuntamente pelos comandantes militares das quatro potências ocupantes. A soberania alemã é transferida para os aliados: os quatro ocupantes herdaram e exercem em comum os poderes administrativos. É uma das razões pelas quais a Alemanha não se torna imediatamente objecto de um tratado de paz.

A esta razão logo se junta uma segunda: o declínio da guerra fria, que vai sobrepor os seus efeitos aos da capitulação sem condições. Daí resulta que, mais

de quarenta anos depois do fim da guerra, a Alemanha esteja ainda na mesma situação, que o traçado das suas fronteiras não esteja decidido e que não tenha havido uma solução diplomática. Em 1919, a paz tinha sido assinada somente sete meses depois do fim da guerra, em 28 de Junho de 1919*. Depois da Segunda Guerra Mundial decorreram quatro décadas sem que a paz tenha sido assinada.

As dificuldades são menores com os outros beligerantes: os tratados definem o destino dos satélites da Alemanha. Em 1947 é a paz com a Itália. Esta paga caro por ter escolhido o campo errado: perde as suas colónias. Na altura mostrou-se amargurada. Mais tarde, ante o espectáculo da descolonização, muitos políticos italianos pensaram que os aliados tinham prestado à Itália um assinalável serviço, livrando-a dos problemas que a descolonização impôs aos vencedores. A Itália perde também um pouco das terras irredentas recuperadas em 1918. A Ístria é cedida à Jugoslávia: 1945 marca um novo avanço dos Eslavos em direcção ao Oeste. Trieste, separada da Itália e do continente, é considerada cidade livre. Acrescentem-se algumas ligeiras rectificações de fronteiras em proveito da França, do lado de Lansleburgo, do monte Cenis, de Tende e de La Brigue.

Os satélites orientais da Alemanha passam rapidamente para a órbita da Rússia: é a fatalidade geográfica destas pequenas nações situadas entre dois gigantes, o alemão e o russo. A Finlândia tem de consentir de novo na cedência à Rússia dos territórios que esta lhe conquistara em 1940, depois da breve «guerra de Inverno». A Roménia é obrigada a restituir a Bessarábia, com que tinha sido aumentada em 1918.

No caso da Polónia, a situação é diferente. Toda a nação polaca efectua uma translação de várias centenas de quilómetros para oeste. Cede à Rússia todos os territórios situados a leste do que se chama a «linha Curzon». A Rússia progride para oeste. Ocupa dois terços da Prússia oriental, cuja capital, Koenigsberg, recebe o nome de Kalininegrado. Em compensação, a Polónia recebe províncias alemãs: Pomerânia, Brandeburgo, Silésia, e avança a sua fronteira até aos cursos do Oder e do Neisse. Para ser reconhecido, este traçado terá de esperar que a Alemanha de Bona se comprometa, sob o chanceler Brandt, na *Ostpolitik* no início dos anos 70**.

No Extremo Oriente também não há uma solução definitiva. É uma das particularidades desta guerra a de desembocar num futuro indeterminado. Os conflitos de 1815 e 1918 tinham culminado em tratados em boa e devida forma. Nada de semelhante ocorre a seguir à Segunda Guerra Mundial. Nem com a

* De facto, só com o fim objectivo da guerra fria, decorrente das transformações ocorridas na União Soviética com a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchev, se abriu uma possibilidade de solução diplomática. As compensações dadas pela Alemanha à União Soviética e as garantias dadas à Polónia de pleno reconhecimento das fronteiras actuais, da linha Oder-Neisse, numa conferência de quatro (os vencedores da Segunda Guerra Mundial) mais dois (Alemanha e Polónia), permitiram regularizar definitivamente a situação, no contexto do processo de reunificação da Alemanha. *(N. do R.)*

** A reunificação alemã colocou novamente a questão na ordem do dia. A este propósito, v. nota anterior. *(N. do R.)*

Alemanha, nem com o Japão — isto é, com os dois principais beligerantes, os dois grandes responsáveis pela conflagração —, existe qualquer tratado geral, somente acordos particulares. O Japão assinou um tratado com os Estados Unidos em Setembro de 1951. Mas a União Soviética teve o cuidado de precisar que esse tratado não a obrigava de modo algum, que não se considerava vinculada pelas suas disposições. O Japão sofreu consideráveis perdas territoriais. Teve de ceder todas as suas conquistas e mesmo restituir a maior parte das anexações anteriores à guerra, nomeadamente a Manchúria e a Coreia.

A solução permanece, pois, muito incompleta. Esta situação não teria grandes consequências se, dois anos mais tarde, o mundo não tivesse entrado noutra guerra, com outra forma. Antes mesmo de ter esgotado os efeitos da precedente e resolvido os problemas da sua herança, uma nova guerra, a guerra fria, traz os seus problemas, as suas questões, os seus métodos. Isto pode ser perfeitamente captado através do caso de Berlim, dividida em consequência da Segunda Guerra Mundial, isolada e bloqueada por causa da guerra fria. As sequelas da Segunda Guerra Mundial tornam-se os objectivos da nova competição. É em torno desta guerra que a prova de força se institui na Coreia, em Berlim e ainda noutros lugares.

Para acabar de descrever a situação territorial, recordemos a reentrada da Rússia na Europa, o seu avanço para oeste, uma Rússia que reencontrou a Carélia, anexou os Estados bálticos, reconquistou a Bessarábia e metade da Polónia.

O contraste é uma vez mais surpreendente entre a relativa estabilidade das fronteiras na Europa ocidental e a instabilidade da Europa oriental, onde as fronteiras se deslocam, de uma guerra para outra, várias centenas de quilómetros.

9.3. Uma nova etapa da democratização

As forças políticas

É, uma vez mais, o triunfo da democracia. Já em 1918 a vitória dos aliados se impusera como a vitória não só dos Estados democráticos, mas também da democracia enquanto ideia e instituição. Da mesma maneira, em 1945, a vitória confere uma nova juventude às ideias democráticas; neste ponto, vem confirmar a de 1918 e amplia-lhe os resultados.

Em 1918 vira-se a derrocada dos grandes impérios — Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia, Império Otomano —, todas as dinastias tinham sido destronadas. O fenómeno repete-se em 1945 com outras dinastias, sobretudo na Europa oriental e meridional. Vários monarcas pagam com a perda do trono as hesitações da sua política externa ou o seu enfeudamento à Alemanha nazi: é o que se passa na Roménia, na Bulgária, sob a pressão do exército soviético. O exemplo da Jugoslávia é um pouco diferente, visto que o rei Pedro já tinha sido deposto pelos Alemães. A monarquia desaparece também como força política na

Hungria. Em Itália é de uma maneira muito regularmente democrática que a monarquia é deposta. Um referendo realizado em 7 de Junho de 1946 dá ensejo aos eleitores italianos de escolherem entre a manutenção da monarquia e a proclamação da república. Uma pequena maioria pronuncia-se a favor da república: uma dúzia de milhões, contra uma dezena de milhões de sufrágios monárquicos, repartidos de modo muito desigual, a ponto de fazerem recear na época uma ruptura geográfica da Itália. Todo o Norte e Centro, até Roma, votou pela república, enquanto o Sul e as ilhas votaram pela monarquia. A casa de Sabóia é vítima do seu prolongado conluio com o fascismo: com três quartos de século de atraso, Garibaldi consegue a desforra sobre Cavour e Vítor Manuel.

Só um reduzido número de Estados subsistem na Europa como monarquias, pequenas nações todas elas, com excepção da Grã-Bretanha: as três monarquias escandinavas — Suécia, Noruega e Dinamarca —, a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo. A forma monárquica, a mais difundida em 1914, torna-se excepção em 1945. A geografia é eloquente. Os sete países acabados de enumerar desenham uma região da Europa, a Europa do Norte e do Noroeste. Além disso, estas monarquias são monarquias constitucionais, democracias parlamentares, nas quais as forças de esquerda estão muitas vezes no poder. É o caso das monarquias escandinavas, onde os socialistas dirigem o governo, ou da Grã-Bretanha, onde os eleitores levaram várias vezes ao poder o Partido Trabalhista. A forma monárquica não é incompatível com a democracia política e mesmo social: a monarquia reencontrou recentemente um sentido em Espanha, onde a firmeza inteligente de um jovem rei salvou a democracia e reconciliou a coroa com o povo.

Pode, portanto, dizer-se que 1945 representa a última batalha da democracia e a derrota definitiva do antigo regime político. É em 1945 que acabam por desaparecer as monarquias autoritárias do século XVIII. Deste ponto de vista, a Segunda Guerra Mundial culmina um século e meio de revoluções e guerras.

É também a derrota dos regimes autoritários. Se é verdade, como procurei mostrar, que eles não se confundem com o conservadorismo puro e simples e com a reacção tradicional, o seu desmoronamento é um fenómeno distinto. A democracia não triunfa apenas sobre o que restou do antigo regime, fá-lo também sobre o fascismo. Os seus chefes estão mortos: Hitler suicidou-se, Mussolini cai nas mãos de resistentes que o enforcam em Milão. O mesmo acontece com a maior parte dos regimes satélites. Os chefes que não foram mortos fugiram ou foram encarcerados para serem julgados, condenados, executados. São únicas excepções os regimes autoritários da Espanha e de Portugal, que subsistirão até à morte dos respectivos fundadores, Franco e Salazar. Em Portugal, os militares derrubaram em 1974 o regime do Estado Novo; em Espanha foi o próprio rei quem conduziu a democratização do seu país.

Nos outros países, aqueles que há muito eram democracias, o aprofundamento da democracia ultrapassa o ponto que tinha atingido: 1945 assinala mais uma etapa na democratização do regime, das instituições, da vida política e das relações sociais. As transformações operam-se por inspiração da resistência. O seu nascimento e a sua participação na guerra constituíram um marco

original dos anos 1940-1945. Mas o papel da resistência não terminou com o fim das hostilidades. Com efeito, a resistência apresenta um duplo significado: sobressalto patriótico para libertar o território nacional e recuperar a independência, ela é também um combate político. Todas as guerras necessitam de uma inspiração, de fixar objectivos, de se alimentar de mitos. Entre 1940 e 1945, a resistência pensou no que seria o futuro. Por toda a parte repudia o passado, acusa os regimes anteriores de não se terem preparado convenientemente para a guerra e serem indirectamente reponsáveis pela derrota e pela ocupação. Por toda a parte se afirma uma vontade de renovação: renovação do Estado, renovação também da sociedade para a tornar mais justa.

Esta mística da resistência apresenta certas analogias com fenómenos encontrados antes, nomeadamente com o espírito de 1848, e a comparação entre a primavera dos povos de 1848 e a resistência europeia de 1945 seria sugestiva: tal como o espírito de 1848, o espírito da resistência é democrático e socialista. Exprime-se em numerosos textos, uns para uso interno, outros de alcance internacional. A Carta Atlântica, em Agosto de 1941, enunciava objectivos que cristalizavam as aspirações latentes das populações oprimidas. Para a França é o programa do Conselho Nacional da Resistência. A resistência jugoslava lança em 1943, em plena clandestinidade, os fundamentos de uma constituição federativa que visa resolver o problema da multiplicidade das etnias e superar os seus antagonismos seculares.

A resistência inspirou, portanto, movimentos de uma dupla natureza: organizações de combate contra o ocupante e movimentos políticos que se preocupam em lançar os fundamentos e delinear os traços dos regimes de amanhã. O fim da guerra põe termo à primeira razão de ser, mas não à segunda. As aspirações que estes movimentos formulam transmitem-se aos partidos políticos; durante vários meses, na euforia da libertação, uma unanimidade — que acabará por se revelar frágil — unifica as aspirações e as forças.

O sistema das forças políticas exprime um crescimento da esquerda. Com efeito, as direitas tradicionais estão desacreditadas e desorganizadas. Dadas as suas estruturas, estavam menos preparadas para a acção clandestina, menos aptas também para recolher os frutos da sua eventual participação na resistência, do que os partidos organizados e disciplinados da esquerda. Além disso, a direita sofre as consequências de se ter deixado identificar com um mundo antigo que a opinião pública, na sua quase totalidade, rejeita. A hora é das forças democráticas mais avançadas.

Três forças se salientam, as mesmas na maior parte dos países — é um facto que merece atenção. Esses seis anos de guerra, de ocupação e de resistência unificaram poderosamente a Europa. As mesmas correntes, em proporções desiguais, percorrem-na de uma ponta à outra. Sobressaem traços comuns que os diferentes programas sublinham. Do Ocidente ao Leste, são as mesmas três grandes forças que dominam a situação: o socialismo democrático da II Internacional; o comunismo, aliado da União Soviética; a democracia cristã. A conjunção destas três forças detém na maior parte dos países uma maioria

esmagadora. Ela exerce o poder, desenha a fisionomia dos novos regimes, elabora as constituições.

Consideremos estas três forças individualmente.

O socialismo que triunfa é um socialismo difuso, cujas fronteiras são mais vastas do que as das formações propriamente socialistas. Na época, toda a gente, ou quase, se reclama, mais ou menos, do socialismo, sem ter sempre uma noção clara do que este termo designa: essencialmente, a esperança de conciliar a liberdade e a justiça, a recusa de escolher entre uma liberdade cujo corolário seria a desigualdade e a injustiça e uma igualdade que suspenderia as liberdades tradicionais.

O socialismo goza de um grande prestígio e os seus chefes também. Léon Blum regressa da deportação: publica um livro que fez época, intitulado *À l'échelle humaine*. Na Grã-Bretanha, as eleições, algumas semanas depois da capitulação da Alemanha, antes mesmo que as hostilidades tenham chegado ao fim com o Japão, dão uma maioria completamente imprevista ao Partido Trabalhista. Clement Attlee assume a direcção do governo; nos Negócios Estrangeiros, um antigo operário, Bevin, e a nova maioria empreendem uma transformação profunda das estruturas económicas e sociais da Grã-Bretanha. A experiência trabalhista será um modelo para os socialistas continentais.

Por toda a parte, os partidos socialistas, quando estão divididos, estão associados ao poder. Já o estavam havia muito em certos países, nomeadamente na Escandinávia. Mas em nenhum país, com excepção da Grã-Bretanha, o socialismo detém a maioria absoluta; em todos os outros países está ainda muito fraco para governar sozinho. Deste modo, vê-se obrigado a participar numa maioria de coligação e a contar com os seus parceiros, os partidos comunistas e de democracia cristã.

A partir de 1941, o comunismo fez grandes progressos na clandestinidade. A participação na luta contra o ocupante granjeou-lhe simpatias. A União Soviética, pela sua resistência, goza de um prestígio que se projecta nos diferentes partidos comunistas. No Leste, o seu acesso ao poder é facilitado pela presença do exército vermelho; no Ocidente, pela sua participação nas organizações de resistência. A maior novidade, e que é sem dúvida a explicação mais decisiva do seu sucesso em 1945, é a conjunção que parece ter-se realizado aos olhos da opinião pública entre a ideia nacional e o comunismo, entre o sentimento patriótico e o partido comunista. Este partido, que, entre 1920 e 1935, era antimilitarista e internacionalista e vilipendiava o passado e o exército, esboçou uma primeira viragem em 1935-1936 e uma segunda, mais acentuada, durante a guerra. É na medida em que se nacionalizou que o comunismo se tornou uma grande força política na maior parte dos países da Europa. Em França, recolhe cerca de 5 milhões de votos nas primeiras eleições gerais. É desde então o primeiro partido da França, excepto em Junho de 1946, quando o MRP lhe arrebata o lugar e o título por alguns meses. Conta mais de cento e cinquenta deputados na Assembleia Nacional: no princípio de 1947 avizinha-se do milhão de apoiantes. Em Itália atinge o dobro. Tornou-se, a par de um partido nacional,

um partido do governo, associado ao exercício do poder. Manteve entre 1945 e 1947 a linguagem do possível: é preciso trabalhar, não é o momento de reivindicar. O partido comunista pronuncia-se contra qualquer agitação social.

É este o panorama geral em toda a Europa, salvo na Alemanha, onde se verificou uma completa inversão da tendência. Antes de 1933 era na Alemanha que o comunismo ocupava as posições mais sólidas; o mais poderoso partido comunista da Europa era o Partido Comunista Alemão. Depois de 1945 são os partidos italiano e francês. Se, em Itália e em França, o comunismo se identifica com a causa nacional, na Alemanha, pelo contrário, é prejudicado pelo facto de se confundir com o ocupante. O sentimento patriótico é-lhe desfavorável. Em 1945, porém, isso não tem ainda qualquer consequência prática, visto não haver vida política na Alemanha.

A terceira força, cujo sucesso é mais imprevisto, é a democracia cristã: a sua existência antes de 1939 reduzia-se a pequenas formações parlamentares sem grande audiência.

Mas a democracia cristã beneficia, em 1945, de um concurso de factores favoráveis. De uma maneira geral, fez boa figura na resistência aos regimes autoritários, fez frente ao fascismo italiano, ao nacional-socialismo. Por outro lado, a derrocada da direita conservadora deixa uma massa de eleitores desamparados que, não podendo transferir os seus votos para o socialismo ou o comunismo, escolherão, à falta de melhor, os candidatos da democracia cristã. O sucesso da democracia cristã consagra também a importância de uma nova geração de militantes formados nos movimentos de inspiração cristã, acção católica e sindicalismo cristão: é o que acontece na Bélgica, em França, na Itália.

A Itália cristã apresenta-se sob diferentes fisionomias conforme os países. Em Itália é um partido confessional, que se intitula, explicitamente, Democracia Cristã. Na Bélgica é o velho partido conservador e confessional, o Partido Católico, que muda a sua denominação para Partido Social Cristão. Em França é uma nova formação que não faz referência, nem nos seus estatutos, nem na sua designação, a qualquer confissão: o Movimento Republicano Popular. Na Alemanha, quando a vida política renasce, será a CDU, um partido interconfessional que associa protestantes e católicos e sucede, ainda que com inovações, ao velho Zentrum, que era apenas católico, da Alemanha bismarckiana e da República de Weimar.

A democracia cristã é um dado novo do sistema de forças políticas. É também uma componente essencial da nova Europa política.

De uma maneira geral, estas forças — com excepção dos trabalhistas na Grã-Bretanha — mostram-se insuficientes para constituírem, por si mesmas, uma maioria e um governo. Deste modo, estão condenadas a coabitar e a governar de forma concertada. É o que se chama, em França, o tripartismo — a aliança do comunismo, do socialismo e do MRP. A guerra está ainda suficientemente próxima para que aquilo que estas formações têm em comum possa prevalecer sobre as suas divergências.

9.4. As reformas políticas, económicas e sociais

A coligação destas três forças opera profundas transformações que afectam simultaneamente as instituições políticas, as estruturas económicas, as relações sociais e a organização do trabalho.

Traduzem-se geralmente nas instituições políticas pela elaboração de novas constituições de inspiração mais democrática do que as anteriores. Assim, a França dota-se em 1946 de uma nova constituição. Nos países que derrubaram o regime estabelecido, o vazio torna uma nova constituição uma necessidade: é o caso da Itália depois da abolição por referendo da monarquia. Isto sucede também nos países vencidos: ao Japão é outorgada pelo comandante americano, o general MacArthur, uma constituição inteiramente democrática.

A par das constituições, ou através delas, introduzem-se inovações no regime eleitoral. O direito de voto foi concedido às mulheres, em França, em 1945. A representação proporcional, considerada mais democrática do que o princípio maioritário, torna-se a regra para as consultas eleitorais no continente.

No plano das instituições parlamentares, observa-se um enfraquecimento da segunda assembleia, quando subsiste. O Conselho da República, em França, é uma sombra do poderoso Senado da III República. Acima de tudo, nas relações entre os poderes verifica-se o triunfo do regime parlamentar, que aparece como a expressão mais fiel dos princípios democráticos: uma assembleia soberana, reflexo tanto mais fiel da opinião pública quanto é composta por representação proporcional, detendo todos os poderes e mantendo os governos na sua estrita dependência.

A tendência é para um reduzido número de partidos, fortemente organizados, disciplinados, segundo o modelo dos partidos operários. A França, durante vários anos, não contará mais de três grandes partidos, que dispõem entre si de três quartos dos votos e de quatro quintos dos lugares. O acordo entre eles, quando é uma realidade, torna-se a lei do Estado.

A par destas reformas políticas, dão-se importantes e profundas transformações económicas. Trata-se, segundo a expressão então corrente, de reformas das estruturas. Elas põem à disposição da nação, através das nacionalizações, certos sectores industriais. A nacionalização obedece a diversas preocupações. Umas são propriamente ideológicas: a valorização da propriedade colectiva. Há também uma razão de ordem moral: sancionar empresas que colaboraram com o inimigo e obtiveram lucros substanciais. Eis o motivo por que as fábricas Renault são nacionalizadas. Há ainda o cuidado de impedir a constituição, no plano interno, de poderes capazes de pôr em causa a independência do Estado; um dos critérios observados nas nacionalizações será precisamente o do monopólio e do grau de concentração. Há, por fim, uma razão de ordem pragmática: em 1945, perante a amplitude das destruições e tendo em conta a necessidade de uma modernização — porque as economias sofrem os efeitos da dupla hipoteca da crise de 1930, que suspendeu os investimentos, e das destruições da guerra —, a unificação de empresas dispersas num serviço nacional afigura-se a melhor solução para realizar as reformas indispensáveis.

Na maior parte dos países são os mesmos sectores que constituem o objecto das nacionalizações: os sectores de base, as fontes de energia, as explorações carboníferas e, em França e na Grã-Bretanha, o gás, a electricidade, os transportes, os estabelecimentos bancários e as companhias de seguros. A fórmula da nacionalização surge então como a solução dos problemas económicos e sociais.

No plano social, finalmente, são então adoptadas por esmagadoras maiorias importantes reformas. Visam corresponder ao desejo da opinião pública e também à pressão dos trabalhadores. Os anos 1945-1946 conhecem uma explosão sindical comparável à verificada em França em 1936 (no caso de outros países seria preciso procurar outros termos de comparação). Os sindicatos reconstituíram-se na clandestinidade e aproximaram-se: a CGT e a CGTU, de novo divididas a seguir ao Pacto Germano-Soviético, reunificaram-se; foi mesmo estabelecido um acordo com a Confédération française des travailleurs chrétiens. A unidade sindical age como um íman sobre a massa dos trabalhadores, que aderem aos milhões. A reunificação opera-se também no plano internacional à volta da Federação Sindical Mundial.

As reformas sociais procuram pôr em prática um plano de protecção e de cobertura dos riscos sociais tão completo quanto possível. A Grã-Bretanha deu o exemplo com o Plano Beveridge. Em França é a adopção da segurança social, a generalização dos abonos de família e sua indexação relativamente aos salários, sendo a ideia mestra colocar os trabalhadores ao abrigo das incertezas do futuro. Isto vai ao encontro de um dos objectivos enunciados na Carta Atlântica em Agosto de 1941: libertar a humanidade do medo, da fome, da miséria.

O fim da Segunda Guerra Mundial marca, pois, em relação à Primeira Guerra Mundial e ao período entre as duas guerras, uma etapa decisiva na via para uma democracia política e social mais completa e mais efectiva.

A democracia alargada às relações internacionais

Em 1919-1920, a Sociedade das Nações nascera desta ideia; em 1945, a democracia vai tentar de novo traduzir-se em instituições intergovernamentais. A Carta Atlântica, com os seus oito pontos (1941), pode ser considerada equivalente aos catorze pontos da declaração wilsoniana de 1918, e a comparação dos dois textos é instrutiva.

Os governos procuram retirar ensinamentos do malogro da Sociedade das Nações. Os aliados propõem-se permanecer unidos para a desforra dos vencidos e a preservação da paz. Uma das razões às quais se imputa a ineficácia da Sociedade das Nações era a igualdade fictícia entre grandes e pequenos: todos os membros dispunham dos mesmos direitos, mesmo que houvesse entre eles uma disparidade gritante. Deste modo, na Conferência de São Francisco, que decorre antes do fim da guerra, quando se adopta a Carta das Nações Unidas, estabelece-se a distinção entre os grandes (em número de cinco), tidos como os detentores das responsabilidades mundiais, e os outros. Os grandes dispõem de

assento permanente no Conselho de Segurança, que é o órgão principal, e têm direito de veto. Os outros estão representados rotativamente no Conselho de Segurança e elegem seis membros, que vêm completar os cinco grandes.

A democracia parece, pois, estabelecida duradouramente nas instituições internacionais. Em 1945 pode sentir-se justificadamente que o fim da Segunda Guerra Mundial marca bem o triunfo da democracia em toda a Terra. Em cada país, o poder é exercido por forças democráticas e, no mundo, a aliança dos cinco grandes aliados parece susceptível de preservar a paz. É a mesma verificação que se fez em 1920, mas com a diferença de que se crê que foram aprendidas as lições da experiência. Parecem reunidas todas as condições — institucionais, políticas, psicológicas — para se preservar a liberdade e a paz.

Ora, menos de dois anos mais tarde, os vencedores estão desunidos; o termo *desunidos* é até fraco para caracterizar a situação em 1947. Dois blocos hostis confrontam-se numa forma de guerra inédita para a qual é necessário inventar um nome, mais exactamente uma imagem, a de guerra fria. A situação de 1947 é o mais diferente possível da que o mundo esperava em 1945.

10
A guerra fria

Por que e como se produziu esta inversão nitidamente mais cedo do que após a Primeira Guerra Mundial? Que a paz tenha podido parecer em 1945 mais bem assegurada do que vinte e cinco anos antes e que, de facto, a divisão se tenha declarado mais cedo não constitui o menor paradoxo deste segundo pós-guerra.

10.1. As origens da ruptura

É uma vez mais — aplicado a uma situação nova — o mesmo tipo de problema que nos deteve anteriormente em relação a duas guerras mundiais ou às revoluções. Por isso ninguém se espantará que a resposta seja do mesmo tipo: longe de haver uma causa única, vários factores convergiram.

A ruptura tem causas ideológicas. A guerra fria deve-se, em parte, a um desacordo doutrinal fundamental entre os aliados da véspera. Esse desacordo tem a ver com os fins e com os meios: os vencedores estão divididos, quer sobre a finalidade da ordem política, quer sobre os métodos a adoptar. Esta ruptura não é uma surpresa nem uma novidade. Estava em embrião havia tempo. A «grande aliança», para empregar a expressão churchilliana, entre o Ocidente e o Leste foi provocada pela agressão da Alemanha contra a União Soviética: as circunstâncias impuseram-na, não derivou dos sistemas ou dos sentimentos; era antes

a oposição que se inscrevia na natureza dos regimes e da sua filosofia. Os antagonismos haviam sido momentaneamente dissimulados pelas necessidades da luta contra o inimigo comum e também pelas ambiguidades do vocabulário, pois os dois campos tinham usado praticamente os mesmos termos, dando-lhes, porém, sentidos bem diferentes. Um e outro pretendem-se democráticos, mas referem-se a duas noções diferentes de democracia. Para o Ocidente, a democracia é a plena expressão das liberdades individuais herdadas dos regimes liberais, implica o pluralismo das opiniões políticas e das formações organizadas. Para o Leste, a democracia, porque põe a tónica na justiça a instaurar e na igualdade a promover, acarreta a suspensão das liberdades individuais: em vez de tolerar o pluralismo, identifica-se com o monopólio de um partido que exerce uma ditadura absoluta.

O bom entendimento entre os vencedores teria talvez podido prolongar-se se o desacordo tivesse sido meramente especulativo, se o desentendimento tivesse apenas sistemas ideológicos. Porém, este diferendo inscreve-se, além disso, no espaço e na geografia. Põe em confronto potências animadas por ambições, que perseguem objectivos a longo prazo, alimentam receios, preocupam-se com a sua segurança. São a interferência entre o antagonismo ideológico e a competição pela hegemonia ou as apreensões com a segurança que explicam a rapidez com que a situação internacional se degrada.

O estado de coisas em que a paz deixou a Europa contribui ainda mais para tal situação: a derrota da França, em 1940, tinha entregado aos Alemães todo o continente; a Europa só pôde desempenhar um pequeno papel na sua própria libertação. A resistência teve, certamente, uma grande importância psicológica e simbólica, mas é preciso reconhecer que, na hora dos balanços, a Europa está neutralizada. A vitória da Alemanha em 1940 e a sua derrota em 1945 colocam a Europa na dependência do exterior. A derrocada da Europa é mais acentuada na Alemanha, onde deixa de haver Estado ou soberania, mas toda a Europa se encontra numa situação análoga, incapaz de assegurar a própria defesa, de dirigir o próprio destino, de reanimar a própria economia. No centro, um vasto vazio constitui como que um foco de aspiração, uma espécie de zona depressionária que vai, o mais naturalmente possível, ser ocupada por influências externas.

Os vencedores não são europeus do continente. É a Inglaterra insular, à beira da Europa, virada tanto para a imensidão do mar (para retomar a famosa fórmula de Churchill) como para a Europa, são a Rússia e os Estados Unidos. Dos três, é a União Soviética que detém a posição dominante, pois é territorialmente contígua à Europa central. O exército vermelho não precisou de montar uma operação aeronaval para penetrar no continente europeu: bastou-lhe repelir o invasor até à própria casa. O exército vermelho está presente no coração da Europa, ocupa as capitais de dez países da Europa, de Viena a Berlim, passando por Budapeste, Varsóvia, Praga e Bucareste. A União Soviética aproveitou a situação para realizar anexações territoriais, remontando algumas ao tempo do bom entendimento germano-soviético: é o caso do Estados bálticos. Retoma a Ucrânia polaca, separa da Checoslováquia a pequena Ruténia subcarpática e a

Roménia teve de lhe devolver a Bessarábia. Progride em direcção ao centro da Europa e anula as consequências de 1917; reconstitui a fachada ocidental que os czares, de Pedro, *o Grande*, a Alexandre I, tinham edificado pacientemente em duzentos anos.

Mas é sobretudo a sua presença vitoriosa além-fronteiras, mesmo alargadas, que lhe assegura uma situação ímpar. Foi o exército vermelho que libertou toda a Europa oriental e central: a Polónia, a Roménia, a Bulgária, a Hungria, a Checoslováquia, a Áustria e a Alemanha Oriental. Só um país se libertou a si próprio: a Jugoslávia. Será por isso que menos de três anos depois do fim da guerra esta democracia popular, cuja ortodoxia não fica atrás das outras, é rejeitada pelo bloco soviético? As tropas russas ocupam dez capitais europeias para garantirem a segurança das linhas de comunicação com as suas zonas de ocupação na Alemanha e na Áustria.

Os Estados Unidos e a Inglaterra só estão presentes na Europa de forma ocasional, como que de passagem. A população americana, logo após a capitulação alemã, está apenas animada do desejo de ver regressar os soldados americanos o mais depressa possível. Será preciso dizer que este desejo é partilhado pelos próprios soldados? A palavra de ordem é, pois, uma desmobilização maciça e rápida; um único obstáculo, técnico, atrasa a desmobilização: a falta de capacidade de transporte. Não há navios suficientes para, em alguns meses, fazer regressar as tropas e o material que os Estados Unidos desembarcaram na Europa. Sem esta dificuldade material, no fim do ano de 1945, todos os exércitos americanos teriam regressado aos Estados Unidos.

A retirada dos Estados Unidos e a presença maciça da Rússia criam na Europa uma situação de desequilíbrio, tanto mais que a acção da União Soviética é secundada e apoiada pela dos partidos comunistas. Já referi o prestígio de que o comunismo desfrutava junto da opinião pública europeia, a força relativa dos partidos comunistas na maior parte dos países. No Leste, os partidos comunistas são, por razões diversas, muito minoritários. A economia destes países é essencialmente rural, há poucas indústrias, um reduzido proletariado operário. Por outro lado, no período entre as duas guerras, a maior parte destes países tinham tido regimes autoritários. O comunismo era o inimigo; os partidos estavam proibidos, os seus dirigentes eram perseguidos, lançados na prisão, condenados. Estes partidos são pouco representativos, numericamente, em 1945, mas a sua fraqueza é compensada pela presença do exército vermelho e pela tutela diplomática e militar que a União Soviética exerce nesta parte da Europa. Além disso, vão jogar a cartada dos governos de coligação. Não podem, evidentemente, pretender ocupar o poder sozinhos. Propõem então aos seus parceiros da resistência, aos partidos socialistas democráticos, de inspiração liberal ou radical, e porventura aos partidos conservadores de pequenos proprietários ou de camponeses, a formação de um governo de coligação sob uma designação geral de tipo «frente patriótica» ou «frente nacional». Os partidos comunistas moderam as suas exigências; contentam-se com um reduzido número de ministérios, que escolhem, porém, com discernimento. Reclamam postos-chaves, o Interior, a

Polícia, a Justiça, que lhes permitem, a pretexto da depuração, eliminar da vida política adversários que poderiam ser temíveis. As formações de direita sofrem, na Europa oriental, o mesmo descrédito que no Ocidente. Não estão em posição de servir de contrapeso aos disciplinados partidos comunistas, que vão minando pouco a pouco os adversários.

A conquista do poder opera-se em várias fases. É inicialmente o governo de coligação. Segundo passo, por vezes concomitante, os comunistas propõem ao partido socialista a unidade orgânica, isto é, porem termo à divisão das forças operárias, esquecerem as querelas do passado, fundirem-se numa única formação, partido operário ou socialista unificado. Os parceiros hesitam, mas os comunistas têm meios para precipitarem a decisão. Exercem pressão ao nível das bases, apoiam-se nos sindicatos que controlam, nas milícias populares, cuja razão de existir é garantir a segurança das fábricas ou das empresas, e encontram entre os socialistas a conivência de pessoas, umas sinceras, outras interesseiras. A operação vai conduzir à unificação. Em muito pouco tempo, os comunistas apoderam-se das alavancas de comando no interior do partido unificado. Este partido unificado aproxima-se do poder por etapas, afastando pouco a pouco os obstáculos, os liberais desacreditados, aos quais se censura não terem resistido suficientemente: assim acontece na Polónia, com os polacos vindos de Londres, que o comité de Lublin elimina.

Foi este o processo que conduziu os comunistas em dois ou três anos à detenção do monopólio do poder: o «golpe de Praga», em Fevereiro de 1948, culmina o processo. Assim se tornaram democracias populares os países da Europa oriental. Eis o que subverteu consideravelmente a situação inicial. Em 1945 reina por toda a parte uma coligação de forças democráticas. Em 1947-1948, a Rússia está rodeada de países satélites, que transformam as próprias estruturas políticas e económicas, decalcando-as sobre as da União Soviética, alinhando a sua produção, assim como as suas forças de defesa, pela economia soviética e pelo exército vermelho.

Antes que o processo chegue ao termo, muito antes do «golpe de Praga», a Europa ocidental e os Estados Unidos começaram a ficar alarmados. Temem que a Rússia submeta toda a Europa: de momento, a Europa é perfeitamente incapaz de se defender de uma agressão externa. Ela receia também a subversão no plano interno, pois os partidos comunistas são poderosos: controlam as forças sindicais, estão em posição de desencadear greves gerais, de paralisar a economia. Não é vão o receio de que provoquem a subversão das instituições no interior dos países e de que se aliem ao bloco soviético.

Esta eventualidade alarma primeiro os Britânicos e logo a seguir os Americanos. Uns e outros reagem com bastante rapidez. Churchill, enquanto ainda estava no poder, no 1.º semestre de 1945, interveio com as últimas energias na Grécia, onde as forças de esquerda, de inspiração comunista, desencadearam uma guerra civil; as tropas britânicas desembarcam em Atenas e restabelecem a ordem. Estaline não reage, e os acordos de Ialta colocam a Grécia na zona de influência britânica. Churchill, que passara para a oposição — foi afastado do

poder em Julho de 1945 —, é um dos primeiros a chamar a atenção para o que considera um perigo para a independência da Europa. É ele quem, em 1946, emprega a famosa expressão *cortina de ferro,* que se abateu sobre a Europa, dividindo-a em duas. No mesmo discurso, proferido em Zurique, falando a título pessoal, mas com o prestígio que lhe conferem as suas responsabilidades passadas e a parte que lhe cabe na vitória, preconiza uma união europeia defensiva contra a infiltração e a subversão comunistas. A primeira ideia de unificação europeia não é económica; é política e estratégica: a ideia de que, divididos, os países da Europa são outras tantas presas expostas à ambição soviética, mas que, unidos, podem opor uma barragem à invasão estrangeira e às desordens internas.

São estas as causas e as origens da ruptura.

10.2. O ano de 1947 e a fractura da Europa

É preciso seguir agora o desenrolar da guerra fria a partir do momento em que esta divisão se tornou um dado adquirido, reconhecido, da situação internacional, isto é, em 1947. É, com efeito, o ano de 1947 que assinala a viragem. Este ano é um ano capital, talvez o mais importante dos quinze ou vinte anos que se seguiram ao fim da guerra. Ainda hoje não desapareceram todos os efeitos do ano de 1947.

O ano de 1947 consagra a ruptura definitiva entre os aliados. É marcado por uma sucessão de acontecimentos com relações bastante complexas de interdependência que nos obrigam a entrar em alguns pormenores.

Há, em primeiro lugar, a inversão de tendência da política externa dos Estados Unidos. A partir do fim da guerra e da morte de Roosevelt, o grande pensamento da diplomacia americana tinha sido terminar a guerra com o Japão e, em seguida, repatriar os combatentes. Mas a conduta da União Soviética cedo obriga os responsáveis americanos a reverem a sua estratégia. No início de 1947, o governo americano faz uma paragem. Suspende a desmobilização e inicia o rearmamento. O orçamento militar vai, desde então, crescer de ano para ano. Além disso, o governo renuncia ao isolamento. É isso que é capital: pela primeira vez, os Estados Unidos extraem, de maneira duradoura e não apenas acidental, as conclusões do próprio poderio. É de 1947 que data a elevação dos Estados Unidos à posição de potência mundial. Até então eram-no virtualmente, mas não se tinham preocupado em retirar daí quaisquer efeitos e estavam como que ausentes do mundo. Em 1947, os dirigentes da política americana tomam consciência do seu poderio e das responsabilidades daí decorrentes.

Em 12 de Março de 1947, o presidente Truman, cujo nome voltará a ser referido várias vezes, pois teve um papel decisivo nas peripécias da guerra fria, anuncia ao Congresso a sua intenção de substituir a Grã-Bretanha na Grécia e na Turquia. Com efeito, os trabalhistas, no poder há ano e meio, debatendo-se com toda a espécie de dificuldades económicas, decidiram reduzir as despesas

e compatibilizar os seus objectivos com os seus meios. A Grã-Bretanha vai conceder a independência à Índia. Desde a intervenção de Churchill que as tropas britânicas asseguravam a manutenção da ordem pública na Grécia. O governo trabalhista anuncia que, a partir de então, deixa de estar em condições de desempenhar essa função. Ora, tanto a Grécia como a Turquia parecem ameaçadas pelas pretensões soviéticas: a União Soviética formula reivindicações sobre alguns territórios turcos. Quanto à Grécia, parece ameaçada do interior pela extrema esquerda. O presidente Truman considera que os Estados Unidos não podem deixar a Grécia e a Turquia cair, em luta, na órbita soviética e informa o Congresso — e ao mesmo tempo a União Soviética — de que os Estados Unidos, substituindo a Grã-Bretanha, protegerão a Grécia e Turquia. Os Estados Unidos correm um ferrolho diante da Grécia e da Turquia, criando um obstáculo à penetração soviética.

Março de 1947: neste mesmo mês azeda a conferência que reúne em Moscovo os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quatro grandes países, a que se chamou a conferência da última oportunidade. O desacordo entre Molotov, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França afigura-se irremediável. Até então, a grande ideia da diplomacia francesa, tanto sob a égide do general De Gaulle como após a sua retirada do poder, em 20 de Janeiro de 1946, era que a França constituísse um elo entre os dois campos. Tornou-se uma quimera. Em Março de 1947, a França tira as conclusões da situação e, em parte para ter o carvão do Sarre, junta-se às posições da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Três meses após o discurso que definia «a doutrina Truman», o discurso capital pronunciado na Universidade de Harvard pelo secretário de Estado americano, o general Marshall, nos princípios de Junho de 1947, assinala uma data importante na evolução das relações internacionais, tanto entre os Estados Unidos e a Europa como entre as duas Europas. O general Marshall propõe à Europa o auxílio americano para a sua recuperação económica, uma vez que a Europa é incapaz de se reerguer por si própria. O discurso de Marshall situa-se, assim, no plano económico, mas as preocupações que o inspiraram são de diversas ordens, entre outras o cuidado de impedir a Europa ocidental de resvalar para o caos. Isto significa também que, para os Estados Unidos, a Europa ocidental tem prioridade sobre a Ásia. É preciso sublinhar que a proposta, tal como é formulada no discurso de Harvard, se dirige a toda a Europa, sem excepção: não exclui a Europa oriental, nem mesmo a União Soviética, de tal forma que o governo checoslovaco começa por dar uma resposta favorável e dispõe-se a participar na conferência que vai reunir em Paris os representantes dos países interessados. A Checoslováquia não pôde dar seguimento às suas intenções: teve de recuar na sua aceitação devido à pressão do governo soviético, que teme que os seus satélites lhe fujam e receia que o contágio da economia liberal desintegre o sistema que está a tentar edificar na Europa de Leste.

Assim, é a conjugação da proposta americana e da recusa soviética que consuma a fractura da Europa em duas, e não apenas o Plano Marshall. A «cortina de ferro», de que falava Churchill, que tinha até então somente um significado político, passa também a ser uma barreira económica: a Europa está agora dividida em duas. A partir da recusa soviética e da conferência que dá consistência ao Projecto Marshall, as duas Europas seguirão evoluções divergentes: constituem-se dois blocos. No Ocidente, os países estão ligados aos Estados Unidos, antes de mais nada à sua economia. Em breve estarão ligados à estratégia americana: em 4 de Abril de 1949, a Europa ocidental liga-se por um prazo de vinte anos ao Pacto do Atlântico. Os Estados Unidos estão presentes na Europa; aceitam, pela primeira vez na sua história, em plena paz — mas uma paz que é também uma guerra fria —, enviar de modo permanente tropas para a Europa para assegurarem a segurança da Europa ocidental e garantirem que não deixarão estalar um terceiro conflito sem nele intervirem desde o princípio. No Leste, os países formam um bloco com a União Soviética. As suas economias tornam-se solidárias com a da Rússia e os seus sistemas militares também.

Edificam-se em todos os planos dois sistemas antagónicos. No plano militar: Pacto do Atlântico contra Pacto de Varsóvia. No plano económico, dois sistemas, que se revestem de consequências secundárias: partes da Alemanha encontram-se integradas num ou no outro bloco. No plano político, o desmembramento da Alemanha, que, em 1945, era apenas a consequência momentânea da sua derrota, torna-se um dado permanente: as duas Alemanhas são a partir de então integradas nos dois blocos. As quatro zonas passam a duas: a zona inglesa e a zona americana fundem-se para constituírem a «bizona», à qual se junta mais tarde a pequena zona de ocupação francesa. Em 1949, a divisão da Alemanha manifesta-se até nas instituições políticas. De um lado, entra em vigor no Ocidente a lei fundamental, que é a Constituição da República Federal da Alemanha, e as eleições gerais do Outono designam um chanceler: Adenauer. Do outro lado, no Leste, é, como réplica, a Constituição da República Democrática Alemã, com as suas próprias instituições e o seu governo.

A cisão estende-se a tudo: a todos os países, a todos os tipos de organização. No interior dos países da Europa ocidental, os ministros comunistas são afastados de todos os governos de que faziam parte: em Itália, em França, na Bélgica, na Dinamarca. A ruptura passa, em cada país, pelo interior dos parlamentos, isolando os partidos comunistas e remetendo-os para a oposição.

Ao mesmo tempo, o sistema desloca-se para a direita: socialistas e democratas-cristãos vêem-se obrigados a encontrar à sua direita um elemento que compense a perda sofrida à esquerda. O eixo de gravidade desloca-se da esquerda para a direita e toda a política vai ressentir-se disso, com a reintegração dos liberais ou dos radicais, até então na oposição.

A divisão afecta as organizações sindicais. A unidade reconstituída na resistência e na clandestinidade, em 1943-1944, firmada ao mais alto nível na Federação Sindical Mundial, não resiste à prova de força do ano de 1947. Desfaz-se em fragmentos: a Federação Sindical Mundial desconjunta-se e, em

cada país, as centrais sindicais dissociam-se. Em França, no fim de 1947, depois do malogro da grande greve de tipo insurreccional desencadeada por instigação dos elementos comunistas, é a constituição da CGT, dita Force ouvrière, pela minoria que abandona a CGT. Deslocamentos das coligações políticas, cisão dos sindicatos, das organizações de juventude, dos movimentos de estudantes, da Federação Mundial Democrática da Juventude. Por toda a parte é a ruptura e a confrontação de dois sistemas em provas de força, como, em 1948, o bloqueio de Berlim, que dura um ano inteiro e pelo qual os Russos esperam obrigar os aliados a abandonar a cidade.

10.3. A generalização da guerra fria

A guerra fria alastra para fora da Europa; atinge os outros continentes, o mundo inteiro; paralisa o funcionamento da Organização das Nações Unidas, onde a União Soviética, em minoria, apesar do apoio das democracias populares, usa sistematicamente o direito de veto, o que vale ao representante soviético a alcunha de «Sr. Niet». Este abuso obriga a ONU a rever as suas instituições a fim de transferir do Conselho de Segurança para a Assembleia Geral importantes atribuições: na Assembleia Geral, o número faz lei e os Estados Unidos conseguem formar uma maioria que ultrapassa a oposição do bloco soviético. A estrutura das relações internacionais é a partir de então «bipolar»: tudo se reduz ao confronto dos dois blocos, tudo se ordena em função de um ou de outro destes dois países. E tanto mais assim quanto ainda não há uma terceira força, pois o Terceiro Mundo não alcançou ainda existência política.

Em 1949, os comunistas chineses, quatro anos depois do fim da guerra no Extremo Oriente, apoderam-se de toda a China continental graças às suas próprias forças, já que não contaram com o auxílio da União Soviética. O mesmo não pode dizer-se dos seus adversários: os Estados Unidos prestaram assistência a Chang Kai-chek e ao Kuomintang. A vitória do comunismo na China tem como primeira consequência — a única que se destrinça no futuro imediato — a extensão do bloco comunista, que passa a contar com cerca de 1000 milhões de homens e cujo centro de gravidade virtualmente se desloca.

As repercussões não se fazem esperar no perímetro da China. É, no fim de Junho de 1950, uma guerra de tipo clássico: a guerra da Coreia. A Coreia apresentava uma situação muito semelhante à da Alemanha. É precisamente a analogia entre as duas situações que tanto inquieta a Europa ocidental. Se, no Extremo Oriente, o bloco comunista decidiu recorrer à prova de força para anexar a Coreia do Sul, por que é que a Alemanha Oriental, auxiliada pelo bloco soviético, não faria o mesmo em relação à Alemanha Ocidental? A Europa passará, no Verão de 1950, por uma psicose de pânico. A Coreia, como a Alemanha, tinha sido dividida em duas zonas de ocupação: a Coreia do Sul, ocupada pelos Americanos, e a Coreia do Norte, ligada ao bloco soviético; as duas eram separadas por uma linha de demarcação perfeitamente convencional,

já que segue o paralelo 39 de latitude norte. Na manhã do dia 25 de Junho de 1950, as tropas da República Popular da Coreia do Norte atravessaram o paralelo e invadiram a Coreia do Sul. O presidente Truman reage de imediato. Os Estados Unidos conseguem em seguida — aproveitando a ausência da União Soviética do Conselho de Segurança — que a sua intervenção seja colocada sob o patrocínio das Nações Unidas.

Mas, por sua vez, a China intervém e envia voluntários às centenas de milhares. A guerra durará três longos anos: acabará em Julho de 1953, após uma série de peripécias, entre as quais a destituição do general MacArthur, que queria bombardear a Manchúria chinesa, e intermináveis negociações.

Também no Sul da China a vitória dos comunistas chineses tem consequências: a sua chegada à fronteira do Vietname desfaz a esperança dos Franceses de esmagarem o movimento de independência vietnamita. A prazo, a vitória dos comunistas na China conduz à derrota de Dien Bien Phu, à Conferência de Genebra, à divisão do Vietname. Haverá dois Vietnames até à queda de Saigão e à reunificação sob a égide comunista, como havia duas Coreias e duas Alemanhas. Consequência tangível, manifestação topográfica da divisão ideológica do mundo em dois blocos: tanto na Europa como na Ásia, a confrontação dos dois blocos provoca a cisão. Em todos os países a opinião pública divide-se entre os dois blocos.

A guerra fria, pela sua própria natureza, tolera mal a neutralidade. Nenhum dos dois blocos aceita de bom grado que terceiros fiquem de fora. Um e outro esforçam-se por arregimentar o maior número de países possível. É o momento em que prolifera aquilo a que se chamou a *pactomia* dos Estados Unidos: edificam pacto sobre pacto, tendo em vista constituir a toda a volta do bloco soviético um cinto de segurança contínuo entre países ligados por acordos militares. Ao lado do Pacto do Atlântico (Abril de 1949), que associa a Europa ocidental à América do Norte — Estados Unidos e Canadá —, o ANZUS, das iniciais do nome de cada país pactuante — Austrália, Nova Zelândia e US (Estados Unidos) —, o chamado Pacto da OTASE, ou da Ásia do Sueste, que associa à Nova Zelândia e à Austrália as Filipinas e a Tailândia, e o chamado Pacto de Bagdade, ou ainda do CENTO, que comportava originalmente a Turquia — também ela membro do Pacto do Atlântico, elo de ligação que aproximava um pacto do outro —, o Iraque, o Irão e o Paquistão.

O sistema delineava um imenso arco de círculo que ia da extremidade setentrional da Noruega — membro do Pacto do Atlântico — ao Japão — ligado aos Estados Unidos por um tratado em 1951 — e ao Alasca, americano. Este dispositivo é materializado por mais de uma centena de bases, ocupadas pela aviação estratégica americana na Europa, em Marrocos, na Turquia, na Arábia e ainda noutros lugares. É a estratégia do «cordão sanitário» de 1919, retomada numa outra escala, alargada a todo o planeta, cercando, além da União Soviética, as democracias populares e a China comunista. A assistência sobrepõe-se, ano após ano, ao auxílio económico. A política do general Marshall é substituída por uma política verdadeiramente militar em que impera a estratégia.

As profundas transformações da tecnologia militar modificam as relações de força. Os Estados Unidos estão na posse da bomba atómica desde o Verão de 1945 e este monopólio confere-lhes uma posição excepcional. Mas cedo a Rússia anula o avanço americano e fabrica, por sua vez, a bomba *A*. É então a vez de os Estados Unidos recuperarem o avanço, inventando a bomba termonuclear. A Rússia alcançá-los-á.

1953 assinala em simultâneo o desaparecimento de Estaline — um dos responsáveis pela guerra fria —, a paz de Pan-Mun-Jom na Coreia e, poucos meses depois, o fim da guerra da Indochina. O mundo parece entrar então, em 1953-1954, numa fase de desanuviamento. Os novos dirigentes soviéticos, que naquela altura ainda são mal conhecidos, Bulganine e Khruchtchev, parecem desejosos de viajar por outros países e de retomar relações. Praticam uma diplomacia activamente itinerante. Em 1955 reatam relações com Tito. É também em 1955 que é concluído o acordo sobre a Áustria, um dos raros sucessos do entendimento entre os dois blocos. Ainda em 1955, em Genebra, o encontro ao mais alto nível: pela primeira vez dialogam Eisenhower pelos Estados Unidos, Bulganine e Khuchtchev pela União Soviética e os representantes da França e da Grã-Bretanha. Nada de concreto resulta desta conferência, mas a sua realização tem um valor simbólico; teria sido impensável em vida de Estaline. Estabelece-se um novo modo de relacionamento; já não se trata exactamente da guerra fria, mesmo que as suas formas subsistam. É a denominada «coexistência pacífica»; os dois gigantes resignam-se a viver um com o outro; não podem esperar suprimir-se. De resto, também não podem esperar cativar o outro para os seus próprios princípios. As relações internacionais conhecerão a partir de então uma alternância de crises e de desanuviamento em que é partilhada a vontade de não levar as coisas às últimas consequências.

Os principais episódios desta história depois da Conferência de Genebra, em 1955, são antes de mais o fracasso da cimeira que deveria realizar-se em Paris em Maio de 1960: Khruchtchev toma como pretexto a entrada de um avião espião no espaço aéreo soviético para fazer fracassar a conferência. Dois anos mais tarde, a crise de Cuba regista o paroxismo da confrontação; raramente os dois adversários estiveram tão perto da ruptura. Khruchtchev aceitara o grave risco de instalar em Cuba mísseis soviéticos. O ultimato dos Estados Unidos, o recuo da União Soviética, a prova de força de que ambos saíram favoravelmente, tornam-nos ainda mais solidários do que as suas relações anteriores. É, no Verão de 1963, o acordo assinado em Moscovo para pôr fim às experiências nucleares em terra, nos ares e nos mares, que tem um interesse imediato e mais ainda um valor simbólico: é o sinal de que os dois gigantes, detentores do poderio atómico, não o usarão um contra o outro e se consideram conjuntamente interessados na manutenção da paz.

A situação evoluiu notavelmente desde os tempos em que Truman correra um ferrolho diante da expansão soviética ou em que Estaline tentava, através do bloqueio de Berlim, fazer com que os Estados Unidos cedessem na Europa. A evolução explica-se pela própria duração: a experiência convenceu os dois antagonistas de que a guerra devia ser evitada.

Mas outros factores foram também importantes: em 1947 estavam em campo apenas a Rússia e os Estados Unidos. O resto não contava ou contava muito pouco. A Europa ainda não se recompusera. A África estava ainda colonizada. No entanto, anos após ano, os dois gigantes vão vendo surgir ao seu lado parceiros ou competidores. É a ascensão dos países recém-descolonizados, dos povos de cor, do Terceiro Mundo, a emancipação da Ásia, da África, o reacender do nacionalismo na América Latina. Dezenas de países, que acham por bem não estar sujeitos a um ou outro dos dois blocos, definem-se como «não alinhados», neutralistas; vão pesar cada vez mais nas instituições internacionais, até deterem a maioria.

Segundo fenómeno: a ruptura no interior do bloco comunista, o cisma sino-soviético, que modifica as relações de forças.

Haverá um terceiro facto, mas menos relevante em relação aos dois precedentes: a progressiva desintegração do bloco atlântico, com as aspirações de autonomia, nomeadamente da França, desde 1958. Há também a constituição por etapas de uma comunidade europeia que procura falar a uma só voz.

Eis os factos que, afectando profundamente a situação internacional, determinam que ela deixe nos anos 60 de ser caracterizada pela guerra fria e pela bipolaridade.

11

O mundo comunista a partir de 1945

11.1. Os elementos de unidade

Pode dizer-se, com rigor, o «mundo comunista»; trata-se realmente de um universo que é simultaneamente diferente do resto do mundo e tem uma unidade própria. É um dos dois blocos entre os quais o mundo se divide em 1947. Por isso, o comunismo surge a um tempo como um princípio de dissociação entre os países que a ele aderem e os que o rejeitam e como um princípio unitário para todos quantos entram na comunidade dos povos comunistas. O comunismo é, assim, um factor ambíguo que desencadeia duas ordens de consequências: divisão e unificação.

Como factor de reagrupamento, associa povos muito diferentes, separados pelo seu passado, pela sua cultura, pelas suas origens étnicas. Sobrepõe à sua divisão uma construção unitária e uma política comum.

A coesão deste bloco assenta na ideologia: a referência ao marxismo-leninismo é o cimento desta associação.

Todos estes países estão empenhados na construção de uma ordem que pretende romper radicalmente com o passado.

Em conjunto, ambicionam propagar além-fronteiras a doutrina que os une e estendê-la ao mundo inteiro.

Estas três características definem a originalidade deste agrupamento, muito diferente do Pacto do Atlântico, da Commonwealth ou da Comunidade dos Povos Francófonos: mesmo quando se regem por valores comuns, nenhum destes agrupamentos reserva um lugar tão importante à ideologia, nem aspira a reunir o mundo inteiro sob um sistema único.

Antes de mais, a doutrina: é o marxismo lido em Lenine e, temporariamente, no princípio do nosso período, interpretado por Estaline e apreendido, no caso dos demais países, além da União Soviética, através de uma experiência nacional, a da Rússia. Isto é capital nesta espécie de composto que o comunismo, tal como se apresenta às democracias populares ou aos partidos comunistas do estrangeiro, constitui: o papel da experiência soviética desde 1917 é considerável. Foi ela que transformou a teoria em prática. Por isso mesmo, a União Soviética ocupou durante meio século um lugar privilegiado nos sentimentos dos comunistas espalhados pelo mundo e foi uma referência indiscutível tanto nos debates como na estratégia dos partidos comunistas: em 1945-1950, o seu prestígio alcança o zénite, não teme comparações, nem dá azo a críticas. Não foi a Rússia a primeira? A sua prioridade torna-se uma primazia, não apenas honorífica, mas de comando: as suas orientações são ordens. A União Soviética é reconhecida como o guia incontestado, o modelo exemplar, a segunda pátria de todos os trabalhadores; possui a capacidade para definir os objectos comuns e determinar a estratégia do internacionalismo proletário. É a charneira e o centro do sistema.

Em 1945, a coesão é muito forte: a dissolução do Komintern, decidida em 1943 por Estaline para satisfazer Roosevelt, não afrouxou os laços no interior do bloco. É apenas depois da morte de Estaline (1953), a partir do XX Congresso (1956) e da desestalinização, que os laços vão distender-se, com a querela do policentrismo e, sobretudo, com a ruptura entre a União Soviética e a China. Voltaremos mais tarde a esta divergência e a este fenómeno inédito no mundo comunista que constitui a pluralidade dos centros de decisão — ou policentrismo.

Este sistema e esta ideologia estão muito mais virados para o futuro do que para o passado. O futuro constitui o comunismo a instaurar — tarefa de grande fôlego —, que não pode ser o efeito de uma transformação instantânea: o comunismo encontra demasiadas resistências, os vestígios do capitalismo são demasiado vivazes e numerosos. Serão necessárias décadas, talvez mesmo séculos, para apagar os efeitos da alienação. É então por etapas, que se escalonarão ao longo de gerações, que se fará a instauração progressiva de uma sociedade sem classes. É nesta perspectiva que a distinção clássica entre socialismo e comunismo toma o seu significado. Ela implica graus e matizes no interior do bloco soviético. Nem todos os países atingiram o mesmo grau de socialismo, e as próprias designações que se lhe dão sublinham estes desfasamentos. O primeiro estádio corresponde à democracia popular. O segundo estádio, quando a socialização da economia se torna suficientemente avançada, é a república

socialista: desde 1960 que a Checoslováquia é uma «república socialista», mas o comunismo constitui ainda uma outra etapa. A Rússia antecede, naturalmente, todos os outros países, pois obteve sobre eles um avanço de um quarto de século. O XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética previa, em 1960, que a Rússia entrasse na era do comunismo em 1980.

Esta ideologia aspira a transbordar do seu enquadramento momentâneo e transporta o germe da expansão universal. É verdade, para todas as ideologias, que tendem a extravasar mais ou menos da sua área original e exercem uma atracção contagiosa. Mas é-o ainda mais no caso do marxismo-leninismo, que nega a existência das fronteiras e defende a sua supressão. O internacionalismo é uma característica secundária; é constitutivo da ideologia.

A limitação a um espaço geográfico circunscrito só pode ser uma situação transitória: o comunismo postula a universalização. Mas adapta-se a todo o género de divergências sobre o calendário, os prazos, as modalidades. Era um dos pontos em jogo na controvérsia entre Estaline e Trotsky, que era já partidário da revolução universal imediata, enquanto Estaline afirmava a possibilidade de construir o socialismo num só país.

Este foi também um elemento da controvérsia que, a certa altura, opôs os dirigentes da China popular aos da União Soviética, tidos como revisionistas.

Em todo o caso, houve sempre uma correlação entre a acção dos partidos comunistas nos países que viviam sob outros regimes e a diplomacia da União Soviética. A manifestação mais espectacular deste facto era a reunião periódica, em Moscovo, dos delegados de cerca de 80 ou 85 partidos comunistas e operários, alguns no poder, a maior parte na oposição.

11.2. As etapas da formação do mundo comunista

O bloco comunista constituiu-se em quatro ou cinco etapas sucessivas, umas directamente relacionadas com as guerras, gerais ou locais, outras na sequência de sublevações de carácter revolucionário.

O núcleo inicial é a revolução de Outubro de 1917, que dá origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: a designação, que não comporta referência alguma a um determinado país, significa que a URSS tem, no espírito dos seus fundadores, vocação para agregar em qualquer parte do mundo todos os povos que optem por segui-la no caminho da construção de uma sociedade socialista. A União Soviética permanecerá sozinha por trinta anos: após o esmagamento das revoluções na Alemanha e na Hungria em 1919 e o refluxo da vaga revolucionária, a União Soviética ficou isolada e foi marginalizada pela Europa, contida por um «cordão sanitário» e ignorada pelos Estados ditos burgueses; os seus dirigentes tomam o seu partido: renunciando à realização imediata da revolução universal, Estaline opta pela edificação do socialismo num só país. Desde então, tudo está orientado para fazer da União Soviética uma grande potência dotada de um poder concentrado nas mãos de um só. A URSS não renuncia, porém, a uma intervenção

externa, por intermédio dos partidos comunistas nacionais, cuja acção está em vários países subordinada aos imperativos estratégicos do Estado soviético, combatendo a política dos seus próprios países quando esta é contrária aos interesses de Moscovo e apoiando-a sempre que está de harmonia com eles.

Aos poucos, a União Soviética sai do isolamento: já em 1924, a Itália de Mussolini, o governo trabalhista e o do cartel das esquerdas reconheceram-na *de jure*. Em 1934 é admitida na Sociedade das Nações; coloca-se então ao lado das democracias ocidentais e encoraja, quando não a suscita, a formação das frentes populares, que associam os comunistas a todas as forças democráticas na luta antifascista. Mas, no Verão de 1939, Estaline opera uma surpreendente inversão das alianças, assinando um pacto com Hitler que lhe permite apoderar-se de boa parte dos territórios polacos sem disparar um tiro. Alguns meses mais tarde, com a conivência de Hitler, Estaline procede à incorporação forçada dos três Estados bálticos. Em Junho de 1941, nova reviravolta, desta vez da iniciativa de Hitler, que ataca a União Soviética e a lança no campo das democracias, às quais permanece aliada até à derrota do Reich.

O fim da guerra inaugura uma segunda etapa na constituição do bloco, com a transformação de oito Estados em democracias populares: Polónia, Roménia, Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Jugoslávia, Albânia e República Democrática Alemã, um conjunto geográfico considerável de uma só penada. Em nenhum destes oito países os comunistas chegaram ao poder em resultado de uma consulta livre, pela qual o sufrágio universal lhes tivesse democraticamente dado a maioria: a conquista do poder fez-se em todos eles sob a protecção do exército soviético e a tutela dos seus diplomatas pela pressão, a intriga, a eliminação física de adversários e mesmo de partidários. Eis a União Soviética flanqueada por oito países satélites, cujos governos aderem à ideologia e procuram transformar a economia e a sociedade segundo o modelo soviético. Ela estabelece com eles laços de subordinação em tudo semelhantes aos que a Europa instaurara com as suas dependências coloniais: o paralelo pode ser sugerido sem medo de espantar ninguém, visto que o próprio Khruchtchev reconheceu após 1956 que Estaline impusera a esses países uma dominação colonial. É Moscovo que fixa os termos das trocas, isto é, as taxas e o valor do rublo, estabelecido arbitrariamente muito acima do seu valor real. O governo soviético começa a integrar as democracias populares num sistema unificado: politicamente, economicamente — o COMECOM — e militarmente — o Pacto de Varsóvia.

Este sistema conheceu alguns fracassos. Dois países subtraíram-se ao domínio de Moscovo: a Jugoslávia e depois a Albânia, em circunstâncias muito diferentes e com implicações ideológicas opostas. A ruptura com a Jugoslávia acontece em Junho de 1948: o Kominform — criado no Outono de 1947, na sequência da conferência que reunira na Polónia os partidos comunistas das democracias populares e os representantes dos dois grandes partidos ocidentais, o italiano e o francês, para coordenar a sua acção na guerra fria — excomunga Tito por presunção de «desviacionismo». Na realidade, essa acusação é apenas um pretexto: a verdade é que Estaline desconfia de Tito, que libertou o seu país

sem a ajuda do exército vermelho, e está preocupado com o projecto de uma federação balcânica, cuja realização seria um obstáculo à pretensão da União Soviética de não admitir senão relações bilaterais desequilibradas. Banindo Tito do mundo comunista, Estaline não tinha qualquer dúvida de que provocaria a sua queda. Ora, longe de se curvar, Tito resistiu e o povo jugoslavo cerrou fileiras em sua defesa. As outras democracias populares isolam-no e condenam todos os suspeitos de simpatia titista. A Jugoslávia faz frente à Estaline. À medida que os anos passam, afirma a sua originalidade: reagindo contra a burocracia soviética, o partido põe a tónica no progressivo «desaparecimento do Estado» contra o poder de Estado, proclama a autogestão, desenvolve o movimento cooperativo, pratica a descentralização, acentua o carácter federativo do país. O não alinhamento é a regra da sua política externa e a Jugoslávia reagrupa pouco a pouco à sua volta numerosos países que recusam associar-se a qualquer dos blocos. Dois anos após a morte de Estaline, Tito saboreia a vingança de acolher em Belgrado os seus herdeiros, que vêm retratar-se e reconhecer que pode existir mais do que uma via para construir o socialismo. A Albânia de Enver Hodja separar-se-á mais tarde do bloco por razões inversas: não admitirá a desestalinização; fiel ao exemplo do grande timoneiro, recusar-se-á a ter algo a ver com os seus sucessores, rotulados de revisionistas.

Se a segunda etapa do alargamento do bloco comunista deve tudo à acção da União Soviética, a terceira situa-se numa outra linha e Moscovo pouco ou nada tem a ver com ela. Trata-se da instauração do comunismo na China. As origens do comunismo chinês são quase tão antigas como as do russo, com a diferença de que para este bastou um golpe de força para a conquista definitiva do poder, enquanto na China a mesma conquista levou cerca de trinta anos. Foi apenas quatro anos depois da Segunda Guerra Mundial e após anos de guerra, tanto contra o invasor japonês como contra o governo nacional, que os comunistas se tornaram senhores da China continental. A república popular é proclamada a 1 de Outubro de 1949. Acontecimento histórico de alcance incalculável, a começar pelas consequências que teve para o mundo comunista. Há desde então um segundo pólo do bloco, e, mesmo que, no início, as relações parecessem boas entre as duas capitais, é inconcebível que entre Moscovo e Pequim não acabasse por surgir uma competição pela direcção do movimento. Tanto mais que desde logo a China reúne mais de três quintos dos homens que vivem no mundo comunista. Além disso, vai difundir o comunismo nos seus vizinhos. A Coreia do Norte vivia já desde 1945 sob um regime comunista. Em 1954 os acordos de Genebra, que põem termo à primeira guerra da Indochina, consagram a vitória do comunismo vietnamita no Norte da península. Vinte anos mais tarde, com a entrada das tropas comunistas em Saigão, rebaptizada Ho Chi Minh-ville, e a derrota dos Estados Unidos, todo o Vietname, o Camboja e o Laos passam ao domínio comunista. Recordemos a chegada ao poder dos comunistas num Estado do Sul da Índia, o Querala. Constituiu-se assim um vasto conjunto asiático que apresenta, em relação à URSS e às democracias populares da Europa oriental, diferenças consideráveis.

A China é o primeiro país de cor que pendeu para o lado comunista. Beneficia por esse facto junto dos países outrora colonizados de uma vantagem sobre a União Soviética, herdeira do imperialismo russo. Em segundo lugar, enquanto a revolução de Outubro fora feita pelos operários, o comunismo chinês é um comunismo de camponeses: mais de 80 % dos chineses cultivam a terra. A China propõe aos países em vias de desenvolvimento um modelo que lhes parece mais próximo, mais fácil de imitar, do que o modelo industrialista de uma Rússia que conhecera o capitalismo antes da revolução. Vai eclipsar o exemplo russo e arrebatar-lhe o papel de vedeta junto de todos os povos desfavorecidos, o que é já manifesto na conferência que reúne, em Bandung, no ano de 1955, os dirigentes da maior parte dos países subdesenvolvidos à volta de Nehru, Chu En-lai e Nasser.

A quarta etapa da expansão do comunismo no mundo, uma revolução cuja inspiração primeira nada deve ao marxismo e, por maioria de razão, ao marxismo-leninismo: a revolução cubana, conduzida por Fidel Castro, que triunfa sobre um regime corrompido e opressivo em 1959. Revolução mais próxima das insurreições liberais ou democráticas do século XIX do que de Outubro de 1917. Repelido pelos Estados Unidos, que apoiam os contra-revolucionários, e principalmente condenado à asfixia pela sua recusa em comprar-lhe a colheita de açúcar, único recurso da ilha, Castro procura e encontra assistência junto da União Soviética e integra-se no bloco comunista, a ponto de aceitar em 1962 que Kruchtchev instale mísseis em Cuba. A revolução cubana torna-se, por sua vez, um exemplo para os revolucionários da América central e meridional: inspira e apoia os movimentos de guerrilha na Bolívia, na Colômbia e no Peru. A revolução triunfa na Nicarágua, grassa em Salvador. O comunismo está a partir de então presente no hemisfério ocidental muito para além de alguns intelectuais ou de aparelhos clandestinos.

Nos anos 70, a União Soviética, aproveitando-se do apagamento momentâneo dos Estados Unidos, que operam um recuo depois do seu fracasso no Vietname, retomou a iniciativa e conduziu o que poderia esboçar uma quinta etapa: secundado por Cuba, que envia milhares de soldados para África, Brejnev desencadeia uma acção no mundo inteiro, desenvolve a marinha, pratica uma política de intervenção activa em Angola, na Etiópia, em Moçambique, noutros lugares ainda, e garante posições sólidas junto dos regimes que dependem da União Soviética para os respectivos armamentos. O ponto de suspensão desta quinta etapa acontece em 1979, com a invasão do Afganistão, ponto de partida de uma guerra de oito anos sem que os comunistas consigam uma vantagem decisiva.

Assim se constituiu, ora pela conquista, ora pela subversão, um bloco imenso de 1,5 mil milhões de homens numa pequena vintena de Estados, repartidos por quatro continentes: à cabeça, tanto pela cronologia como pelo poderio, a União Soviética; depois, as oito democracias populares da Europa de Leste, mesmo seguindo caminhos divergentes; a seguir, seis países da Ásia: Mongólia exterior, Coreia do Norte, China, Vietname, Camboja e Laos; por fim, Cuba e vários países africanos.

11.3. Um mundo dividido, uma ideologia contestada: a falência do comunismo

Na sua deliberada aridez, este resumo de um terço de século de expansão do comunismo no mundo poderia induzir a ideia de uma evolução perfeitamente linear, de um desenvolvimento contínuo e de um crescimento cujo fim inelutável seria o domínio universal pela supressão das classes e das nações, confirmando-se o pretenso carácter científico da ideologia marxista-leninista. Porém, a realidade histórica é completamente diferente: fizemos já referência a duas dissidências, a jugoslava e a albanesa. Não são as únicas: o mundo comunista está longe de ser esse conjunto harmonioso que eliminara as rivalidades, como a propaganda complacentemente descrevia. No seu interior lavravam forças centrífugas: conheceu tensões dramáticas, chegando às confrontações e à intervenção armada.

A direcção do Partido Comunista da União Soviética, depois de 1956, nunca conseguiu reconstituir a homogeneidade do bloco que Estaline impusera. Desde o XX Congresso que o Partido Comunista Italiano reivindicava, pela voz do seu secretário-geral, Palmiro Togliatti, o direito de cada partido alcançar o comunismo pela própria via: era a tese do policentrismo, contrária à pretensão de Moscovo de decidir por todos o caminho a seguir. Alguns anos mais tarde, a ruptura entre Pequim e Moscovo expunha a divisão do mundo comunista: Mao censurava aos Soviéticos a traição da doutrina e aos «novos czares» a perseguição de objectivos imperialistas. A União Soviética e a China combateram na Indochina por interpostos países, apoiando a China os Cambojanos contra as tropas do Vietname, que contavam com o apoio de Moscovo. Os partidos comunistas dividiram-se relativamente à política da URSS. A invasão da Checoslováquia em Agosto de 1968 pelos exércitos do Pacto de Varsóvia foi reprovada até pelo Partido Comunista Francês, um dos mais recalcitrantes à desestalinização. Diante da crescente afirmação das divergências, Moscovo teve de renunciar daí por diante à realização de conferências com a presença de todos os partidos irmãos. Em certos países os partidos comunistas rivais disputavam mesmo a herança e reivindicavam a honra de serem o único ortodoxo.

A parte da Europa submetida desde 1945 ao domínio soviético foi periodicamente abalada por revoltas. A primeira estalou na Alemanha de Leste: em 17 de Junho de 1953, em Berlim Leste, os operários insurgiram-se contra a instauração de novas normas para o cálculo da remuneração do trabalho. O exército vermelho reprimiu brutalmente o movimento. Foi a primeira vez que o partido que se dizia da classe operária mandou disparar sobre os trabalhadores. Na altura a opinião mundial não prestou grande atenção ao facto, mas o mesmo não se passou com os movimentos que fizeram estremecer, no Outono de 1956, a Hungria e a Polónia: consequências da desestalinização, da qual o XX Congresso dera indícios em Fevereiro, manifestaram estrondosamente que os seus povos não aceitavam a servidão a Moscovo nem o alinhamento ideológico. Kruchtchev, que encetava na URSS uma certa liberalização, não podia admitir o enfraquecimento da sua tutela sobre os países satélites; as tropas soviéticas entraram em força na Hungria e esmagaram a insurreição, a pretexto de impedirem uma contra-revolução. Na mesma altura, o Outubro polaco teve mais sorte: o dirigente comunista Gomulka, que fora afastado pela direcção estalinista, regressa ao poder e consegue convencer Moscovo a não intervir. Doze anos mais tarde, em 1968, foi a vez de a Checoslováquia fazer a experiência da incompatibilidade entre a pertença ao bloco soviético e a liberdade de optar pela sua via: o Partido Comunista Checo empreendera um processo de liberalização para edificar um «socialismo de rosto humano». Temendo o contágio, Brejnev decidiu-se pela intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia, que pôs fim à «primavera de Praga»: a nova direcção levou a cabo uma «normalização», isto é, pôs a Checoslováquia na ordem. Aquilo a que se chamou a «doutrina Brejnev» legitimava a ingerência nos assuntos internos de um país irmão e o direito de a União Soviética julgar da oportunidade de uma intervenção armada em nome da teoria da soberania limitada pelo imperativo da preservação do socialismo: um raciocínio bastante análogo — posta de lado a diferença das ideologias inspiradoras — aos princípios que tinham outrora inspirado os soberanos da Santa Aliança contra as insurreições liberais depois do Congresso de Viena. Por três vezes Moscovo mostrou que não deixaria que os povos escolhessem livremente a sua orientação.

Não obstante, a repetição destas crises dez ou vinte anos depois do estabelecimento da ditadura do partido demonstrava que o comunismo não conseguira granjear a adesão das populações. Contrariamente ao que postulava a ideologia oficial, a abolição da propriedade capitalista não fizera desaparecer todos os vestígios das mentalidades anteriores. O socialismo não suprimira as desigualdades, criara outras: uma classe de *apparatchiks*, a *nomenklatura*, substituiu as antigas classes dirigentes. Contrariamente aos prognósticos, a constituição de um vasto conjunto com base no internacionalismo proletário não tinha, de forma alguma, enfraquecido o sentimento nacional: pelo contrário, a oposição à tutela soviética avivara a consciência da identidade nacional. Na Polónia, onde a hostilidade à Rússia era secular, ela exasperara-se; nos países que tinham pelo grande irmão uma amizade histórica, o ressentimento substituía a simpatia. Os antagonismos ancestrais entre vizinhos não haviam perdido a sua acrimónia: era o caso das disputas entre Romenos e Húngaros sobre a Transilvânia. O advento de uma sociedade sem classes, suprimindo a alienação, deveria ainda apagar qualquer sentimento religioso. Ora, se este estava oculto na Checoslováquia e na Hungria, na Polónia exprimia a própria alma da nação: a Igreja católica identificava-se com a história e a personalidade da Polónia. A eleição em Outubro de 1978 de um polaco para o trono de São Pedro teria, obviamente, consequências incalculáveis: conferiria a tudo o que viesse a passar-se na Polónia uma dimensão universal. Por isso, foi na Polónia que a oposição irredutível da sociedade civil ao comunismo apareceu em primeiro lugar e da forma mais manifesta. A greve dos estaleiros navais de Gdansk em Agosto de 1988, na sequência das repressões de 1970 e 1976, arrancou ao poder concessões inéditas num regime comunista: o reconhecimento de um sindicato independente, o

Solidarnosc, que pôde contar com cerca de dez milhões de filiados voluntários, incluindo camponeses e estudantes. Durante dezasseis meses, a Polónia viveu uma experiência excepcional, que acabou brutalmente em 13 de Dezembro de 1981, com a declaração do estado de sítio pelo general Jaruselski, que dirigia simultaneamente o partido e o governo. Porém, apesar da opressão, foi impossível ao poder reduzir a fractura entre a nação e o regime. Perante a crescente deterioração da economia, teve de se render às evidências; no decurso de uma longa negociação, governo e oposição fizeram um compromisso: eleições semilivres deram origem a uma maioria não comunista e Jaruselski confiou a direcção do governo ao intelectual católico, conselheiro de Lech Walesa, Maziowieski. Pela primeira vez o poder escapava ao partido comunista numa democracia popular*.

As evoluções ulteriores foram precipitadas e mesmo tornadas possíveis pelas mudanças na direcção da União Soviética. Desde a morte de Estaline, em Março de 1953, a sua história interna desenhava uma linha quebrada, com impulsos reformadores seguidos de passos à retaguarda. O relatório apresentado ao XX Congresso do PCUS em Fevereiro de 1956 por Nikita Khruchtchev, que divulgava pela primeira vez os crimes de Estaline e denunciava o culto da personalidade, inaugurava uma tentativa de liberalização. O movimento não tardou a enredar-se. De resto, dizia apenas respeito à direcção da economia, não comportando qualquer moderação no plano ideológico. Khruchtchev foi afastado em 1964. Desde logo, sob a direcção de Brejnev e dos seus dois efémeros sucessores, velhos e doentes, triunfou o imobilismo, não tendo a direcção outra preocupação que não fosse manter o estado de coisas. Salvo em política externa, na qual, aproveitando o vazio das relações internacionais resultante do recuo dos Estados Unidos, ainda não totalmente recuperados da sua aventura vietnamita, a URSS praticou uma política ofensiva em todos os horizontes: penetrando em África e invadindo o Afganistão a partir de Dezembro de 1979. No interior, o anti-semitismo, as intrigas contra os intelectuais, a perseguição de Sakharov, significam a recusa ou a incapacidade de evoluir. Este comportamentos, depois das revelações sobre o *goulag* e os escritos de Soljenitsyne, arruínam o prestígio da União Soviética no estrangeiro; a sua imagem está gravemente manchada. A referência soviética, que fora durante muito tempo um trunfo para os partidos comunistas, torna-se, para aqueles que não se distanciam, um incómodo, que lhes custa a perda de muitas simpatias: o Partido Comunista Francês, que retomou o alinhamento incondicional com Moscovo e aprovou a intervenção no Afganistão, perderá dois terços dos seus eleitores.

O acesso à direcção suprema da União Soviética, em 1985, de um homem ainda jovem, Gorbatchev, abriu um novo capítulo na história da União e, por conseguinte, dos povos cujo destino dela dependia e mesmo do conjunto das relações internacionais. No interior, conduz com determinação uma política que

* Na sequência do processo de transformação política, a Polónia foi dotada de um regime em que tanto o parlamento como o presidente da República são escolhidos através do voto popular. *(N. do R.)*

se caracteriza pela modernização e pela transparência, a *perestroika* e a *glasnost*, e que vai virar do avesso as estruturas políticas e económicas da União. Pela primeira vez têm lugar eleições livres e constitui-se uma oposição que se exprime, conquista uma representação e chega mesmo ao poder em várias repúblicas. É o fim do regime de partido único. Gorbatchev substrai o Estado ao domínio do partido e faz-se eleger para presidente da União. A imprensa liberta-se da censura. Uma lei autoriza a liberdade religiosa. São propostos aos camponeses arrendamentos de longa duração em substituição da exploração colectiva das terras. Introduz-se uma economia de mercado. Estas reformas não fazem inicialmente senão agravar a desorganização da economia. No estrangeiro, extraindo as ilações de uma guerra colonial que corre mal e faz *pendant* com a derrota dos Estados Unidos no Vietname, retira-se do Afganistão. Contribui eficazmente para os esforços das Nações Unidas para a resolução de um certo número de conflitos regionais. Faz sobretudo propostas para um desarmamento progressivo e controlado, que dão lugar a acordos de grande alcance com os Estados Unidos. Está ao lado destes na condenação da invasão do Koweit pelo Iraque e vota as resoluções do Conselho de Segurança; à escalada sucedeu a concertação.

O dado absolutamente novo do sistema internacional que a personalidade de Gorbatchev introduz conduziu a uma reacção em cadeia nos países satélites. Em alguns meses, no Outono de 1989, mediante manifestações pacíficas, os povos impõem aos partidos comunistas a capitulação: sucessivamente, os Húngaros, os Alemães de Leste, os Checoslovacos, conquistam a liberdade. Regimes que se supunham solidamente enraizados desmoronam-se em algumas horas; em 9 de Novembro de 1989, a decisão do governo da RDA de abrir o muro de Berlim é o gesto histórico que fecha uma época e inaugura uma nova era. Desde então os acontecimentos precipitam-se; o curso das coisas arrasta os governos, constantemente ultrapassados pelo movimento da história, pelas aspirações dos povos, pelos constrangimentos da economia. A União Soviética não está em situação de se opor: esgotara-se nas intervenções em todos os continentes; asfixiada pela corrida aos armamentos, em que não conseguiu acompanhar os Estados Unidos, a sua economia está demasiado enfraquecida e tem uma necessidade premente de capitais estrangeiros para empreender a sua modernização. A Alemanha reunifica-se em torno da República Federal, solidamente ligada ao Ocidente, integrada na Comunidade Europeia e membro da Aliança Atlântica, cuja fronteira passa do Elba para o Oder. A URSS voltou a perder tudo o que reconquistara com o segundo conflito: o muro que criara, os satélites que se lhe escaparam. O Pacto de Varsóvia perdeu toda a consistência*.

Mas há mais: como consequência, as nacionalidades no interior da União reerguem a cabeça e reclamam a independência: primeiro, os três antigos Estados bálticos, que Estaline anexara em 1948; depois, umas após outras, todas as

* Com a dissolução do Pacto de Varsóvia (1991), o «bloco comunista» desapareceu enquanto tal. *(N. do R.)*

repúblicas, incluindo a Rússia, que declara a superioridade da sua legislação relativamente às leis da União. Até onde se estenderá este processo de desintegração, que arruína a obra dos czares unificadores de terras e desmente a pretensão dos dirigentes da URSS de que haviam resolvido o problema das nacionalidades*? É o fracasso do esforço secular de Moscovo para russificar os alógenos. O desmembramento do império soviético é o último capítulo da história da descolonização, a conclusão do grande movimento histórico que, desde a Revolução Francesa, se encaminhava para a independência de todas as nacionalidades.

A queda de todos os regimes comunistas na Europa e na União Soviética teve repercussões noutros continentes: os Estados recentemente independentes de África que haviam adoptado o marxismo-leninismo como filosofia oficial repudiam hoje o modelo comunista e, por vezes, banem mesmo qualquer referência ao socialismo. Fora da China e da península indochinesa, só Cuba, a Albânia e a Roménia se reclamam ainda do modelo comunista. Em vários países, os próprios partidos comunistas, da Itália à Alemanha, abandonaram a designação comunista para a substituírem por uma denominação que os aparente à social-democracia.

O comunismo arrastou o marxismo na sua esteira em virtude da sua identificação, o pensamento de Marx — embora estejam longe de se confundirem —, deixou um vazio que é preenchido pelo regresso em força da democracia pluralista de inspiração liberal, que se desforra assim de forma estrondosa. Este clarão que se acendeu no Leste em 1917 está hoje extinto, depois de ter iluminado ou incendiado o mundo durante sete décadas, criado esperanças imensas, suscitado abnegações inumeráveis e desviado o destino de numerosos povos.

12
A descolonização

12.1. Alcance histórico

A evolução das relações internacionais nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foi largamente dominada pela luta dos povos colonizados pela emancipação e pelo aparecimento de um terceiro mundo que aspirava a manter-se neutro entre os dois blocos antagonistas. Um dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea é o acesso das colónias à independência e a entrada na cena das relações internacionais, como actores e sujeitos, de povos que, durante muito tempo, apenas aí tinham figurado como objectos. Se se pretendesse reduzir a história política do mundo de há dois séculos para cá a alguns elementos fulcrais, seria absolutamente necessário reter a descolonização a par da revolução de 1789, do movimento das nacionalidades europeias e da revolução de 1917. É a sucessão, ou o concurso, destes importantes factos históricos que modelou o rosto do mundo contemporâneo e que lhe criou também alguns dos seus problemas. A descolonização alterou profundamente o estado das relações entre os continentes, a vida das antigas colónias e, por conseguinte, também a das antigas metrópoles. O sistema das relações internacionais deixou de se confinar ao concerto de um pequeno número de grandes potências, quatro ou cinco Estados europeus, os Estados Unidos e o Japão, ainda que se tenha constituído há cerca de quinze anos um directório dos sete países mais ricos do mundo, que anualmente reúnem*. O número de participantes multiplicou-se: a Sociedade das Nações nunca reuniu mais de cinquenta Estados; a ONU conta hoje em dia com mais do triplo.

Para se apreciar convenientemente o alcance do fenómeno é necessário situá-lo numa perspectiva histórica de longo prazo. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o mundo era quase inteiramente dominado pela Europa. Poucos países tinham escapado à sua dominação: o Japão era um deles, à custa de um esforço voluntário de modernização. Outras poucas regiões deviam a sua independência ao afastamento ou ao isolamento, pagando-a, na maior parte das vezes, com a estagnação. Tais eram os casos, por exemplo, da Etiópia e da Libéria. O movimento de colonização está ainda em fase ascendente no período entre as duas guerras e continua no seu rumo. Assim, a França prossegue, em Marrocos, a redução da dissidência: o movimento de pacificação só termina em 1935. É também em 1935 que a Itália desencadeia contra a Etiópia a última guerra de conquista colonial. Durante a Segunda Guerra Mundial não houve qualquer movimento que abalasse a coesão dos impérios e a fidelidade das colónias às metrópoles: mesmo a derrota da França, em 1940, não provocou a menor agitação em parte alguma do império, e a chegada de tropas japonesas às fronteiras da Índia não suscitou qualquer insurreição. É verdade que o racismo professado pela Alemanha nacional-socialista contribuiu eficazmente para manter os povos de cor na órbita das democracias ocidentais. O problema não se colocará, pois, antes de 1945 e com redobrada urgência.

Em poucos anos a situação transforma-se radicalmente. É uma das mais rápidas viragens que a história já registou. Tinham sido necessários quatrocentos ou quinhentos anos para edificar pacientemente os grandes impérios coloniais;

---

* O movimento de desintegração precipitou-se desde 1991. A perda de influência e o posterior afastamento do poder de Mikhail Gorbatchev, na sequência do golpe de Estado de Agosto de 1991, determinaram o insucesso da proposta de um tratado da União e ditaram o fim da União Soviética. A Comunidade de Estados Independentes, que apareceu em seu lugar, não pôde manter os laços que uniam as repúblicas soviéticas, ora independentes. O antigo território da União Soviética acha-se repartido por diversos Estados independentes, tanto na Europa como no Cáucaso e na Ásia central. As fronteiras ainda estão longe de estarem definidas e, se a Federação Russa preserva grande parte da sua hegemonia, a verdade é que as disputas territoriais prosseguem, os movimentos separatistas florescem e a desintegração das sociedades continua. *(N. do R.)*

* O chamado G7 é constituído pelos Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Comunidade Europeia. Recentemente, a Rússia obteve o estatuto de observador. *(N. do R.)*

duas décadas bastarão para os desmembrar. Se quisermos um exemplo que ilustre a tese da aceleração da história, não conheço nenhum mais apropriado.

Contudo, esta impressão global de uma surpreendente assimetria entre os quatrocentos ou quinhentos anos necessários para edificar os impérios e os vinte que os derrubaram exige algumas correcções. De facto, os movimentos de emancipação que triunfaram entre 1945 e o princípio dos anos 60 não constituíram um começo absoluto: havia antecedentes. Não é do fim da Segunda Guerra Mundial que data a reivindicação da independência. Salientámos anteriormente alguns indícios precursores: a ruptura dos laços políticos entre as colónias britânicas da América do Norte e Londres e entre as colónias espanholas e portuguesas da América Latina e as capitais ibéricas. Em 1825 verificámos o desaparecimento dos impérios europeus da América — britânico, francês, espanhol, português. Com excepção do Canadá, o continente americano é já praticamente independente. Existem, portanto, muito antes de 1945, fenómenos precursores. No entanto, uma diferença essencial entre estas guerras pela independência e as lutas pela descolonização nos anos 1945-1960 impede-nos de levarmos o paralelismo até ao fim. No caso das Américas do Norte e do Sul, os insurrectos eram de origem europeia e de raça branca. Eram os descendentes dos conquistadores: vieram das metrópoles que agora combatem. O verdadeiro nome do fenómeno não é *descolonização*, mas *secessão*. Só um desses movimentos constitui um precedente directo dos movimentos contemporâneos: a revolta de Santo Domingo, que deu origem à república negra do Haiti. É Toussaint Louverture o verdadeiro precursor das emancipações do século XX.

Os movimentos de emancipação actuais são desencadeados por populações autóctones, estabelecidas há milénios nos territórios onde habitam, e com outra cor. Deste modo, o fenómeno tem um alcance muito mais considerável e consequências mais graves, na medida em que pode afectar a própria civilização. A ruptura dos laços de dependência entre as colónias inglesas da América do Norte e a coroa britânica não alterara significativamente o modo de vida, as instituições ou as crenças dos brancos da América; a ruptura entre colónias e colonizadores, quando exprime um movimento que brota das profundezas nacionais, em reacção contra as influências externas, pode atingir a impregnação ocidental. A descolonização é normalmente acompanhada de um regresso ao passado pré-colonial, de um desejo de reencontrar as origens e de reafirmar originalidade, e traz consigo a contestação da universalidade da civilização europeia.

12.2. As origens do movimento de emancipação

Sobre as origens do movimento, o essencial ficou dito com a afirmação de que a descolonização sai da colonização. Lapalissada? Não só: o fenómeno não é unicamente o inverso da colonização, procede dela também por um laço de filiação. É, de facto, no contacto com o colonizador que os povos da Ásia e da África descobrem que são diferentes e tomam consciência da sua identidade.

Para além disso, foi da Europa que frequentemente retiraram a inspiração para os seus movimentos e o modelo a imitar.

Esta dualidade de factores confirma a distinção, já observada na Europa, entre as duas componentes principais de qualquer sentimento nacional: uma mergulha as suas raízes no passado; a outra tem a ver com as ideologias orientadas para a construção de um futuro. Tal como os nacionalismos europeus, seus antepassados, os nacionalismos coloniais apresentam, pois, duas faces, que só convergem na aspiração comum de se tornarem donos do próprio destino.

A face virada para o passado cultiva a história: em caso de necessidade, à falta de uma história comprovada, inventa-se ou recria-se uma história, que é a das resistências à colonização. E é um facto que a expansão europeia encontrou resistências que muitas vezes lhe foi extremamente difícil vencer. Seria uma perspectiva bastante imprecisa da história da conquista colonial imaginar que os conquistadores vindos da Europa foram por toda a parte recebidos de braços abertos e suscitaram apenas o reconhecimento pelos benefícios dos seus contributos. Se assim tivesse sido, seria muito difícil explicar por que motivo foram precisas por vezes várias gerações para submeter as populações indígenas.

Se as resistências foram relativamente fracas na África negra, onde os Europeus já não encontraram grandes Estados constituídos (os grandes impérios do Mali ou do Gana tinham desaparecido, em parte esgotados pelo tráfico de negros, que deportou para a América, provavelmente, 10 milhões de homens), a conquista foi bastante mais dura e mais prolongada no Norte de África. Abd el-Kader fez frente aos Franceses durante dez anos; em seguida, a submissão da Cabília mobilizou tropas numerosas e foi ainda necessário conter insurreições. Em Marrocos, a pacificação levou um quarto de século, desde a assinatura do Tratado de Fez, que instituiu o protectorado, em 1912, até à sua conclusão, em 1935. Os Franceses encontraram-se em dificuldades por diversas vezes, nomeadamente na altura da guerra do Rife, em 1925. Também na Ásia os Europeus depararam com fortes resistências: os Franceses na Indochina, os Holandeses em Samatra, no sultanato de Atjeh. Os Alemães só venceram a resistência no Sudoeste Africano à custa de uma repressão cuja crueldade indignou a opinião pública europeia. Na Índia, a Grã-Bretanha teve de fazer frente à revolta dos Cipaios, que por uns tempos comprometeu a sua presença (1857).

Podemos legitimamente interrogar-nos sobre o significado destas resistências iniciais e destes bruscos sobressaltos de rebelião: seriam verdadeiros precursores da luta pela independência? Pavilhões Negros, no Tonquim, Taipings ou Boxers, na China, Samory, no Sudão, terão sido todos animados por um sentimento patriótico? Os Ocidentais não quiseram ver nesses movimentos senão uma forma de banditismo ou de anarquia endémica, refactária ao progresso e à civilização. A descolonização obriga a reconsiderar estes juízos e a rever a interpretação tradicionalmente proposta pelos historiadores das potências coloniais.

É certo que no século XIX estes movimentos não podiam ser seguramente análogos aos do século XX e seria um anacronismo projectar neles a realidade de hoje: a sua inspiração e o seu conteúdo ideológico eram, inevitavelmente,

diferentes. Mas nesses movimentos havia algo mais do que simples oposição de potentados locais, que só contrariados e a custo renunciavam à dominação de povos oprimidos, que são colocados disciplinadamente sob a dependência dos colonizadores. As reacções contra o invasor eram uma forma fruste, uma expressão elementar de um patriotismo ainda pouco desenvolvido, mas que preparava já o aparecimento de um autêntico sentimento nacional. Não era ainda um verdadeiro nacionalismo, pois a consciência das diferenças estava ligada a comunidades restritas, à escala do clã ou da tribo, fundada na pertença comum a uma mesma etnia.

Esta componente da reacção contra a dominação estrangeira valoriza as tradições locais, cultiva tudo o que constitui o passado: crenças, costumes, trajos e línguas. Este nacionalismo está muitas vezes parcialmente ligado à religião, que faz parte do património mais antigo e constitui um elemento de identidade nacional. Por isso, está geralmente associado a uma interpretação intransigente, fundamentalista, do dogma e dos ritos e, nas sociedades islâmicas, apoia-se em irmandades e tende a reconstituir uma sociedade teocrática.

O despertar da aspiração à independência não é apenas a rejeição das contribuições externas e um desejo de regresso ao passado: procede também do contacto com as sociedades europeias e da impregnação da sua cultura. É a outra face do movimento da descolonização. No encontro com a Europa as elites cultas tomam consciência da própria identidade. Em especial, é a Europa que introduz a ideia de nação. À sua maneira, a história dos movimentos nacionalistas do século XX na Ásia, na África, no Médio Oriente, na América Latina, constitui um prolongamento do movimento das nacionalidades europeias do século XIX. Tendo alcançado os seus objectivos na Europa após a Primeira Guerra Mundial, com o desmembramento dos impérios multinacionais, a emancipação das nacionalidades dependentes e a reorganização do continente segundo o princípio do direito dos povos a disporem de si mesmos, o movimento propagou-se depois fora da Europa. As lutas dos povos coloniais a partir de 1945 são como um ressalto do combate conduzido pelas nacionalidades contra a dominação otomana, dos Habsburgos ou contra a russificação dos alógenos. É por esta via que a descolonização se inscreve na continuidade da história europeia e surge como a universalização de um fenómeno histórico cuja ideia fora, em primeiro lugar, concebida pela Europa, que enunciara os seus princípios e deles extraíra as primeiras aplicações. Assim, de alguma forma, a descolonização, que significa o recuo da Europa como potência, é também a vitória dos seus princípios e uma consequência da sua penetração.

Os nacionalismos coloniais procedem da Europa ainda por outra via. Se determinados nacionalismos sonham apenas com a restauração do passado e a abolição da herança colonial, outros há para os quais o regresso puro e simples a um estado anterior é utópico e apagar os vestígios da presença colonial constitui uma impossibilidade. Alimentam igualmente ambições para o seu povo e aspiram a dar-lhe os meios do poder: não será verdadeiramente independente se não for efectivamente senhor do seu destino. Ora, não existe nenhuma outra

via para chegar à igualdade com as grandes potências senão imitar os métodos que permitiram à Europa estabelecer o seu domínio sobre o mundo. Estes nacionalismos são, pois, modernistas e aceitam, a benefício de inventário, as contribuições do Ocidente. Esta difracção dos nacionalismos equivale à divisão observada na Europa entre eslavófilos e ocidentais na Rússia, ou entre os «Jovens Checos» e os «Velhos Checos» na Boémia; a cisão que surge em 1935 na Tunísia entre o «Velho Destour» e o «Néo-Destour» por iniciativa de Bourguiba é a transposição das rupturas que os nacionalismos da velha Europa haviam conhecido no seu tempo.

Acrescente-se que a ideia nacional não se basta a si própria: é uma forma vazia que reclama um conteúdo, uma vez que o sentimento nacional não predetermina nem a forma do regime nem as orientações da sua política. A ideia, o sentimento, associam-se geralmente a uma ideologia que preenche o vazio e define os objectivos. Pudemos verificar na história dos movimentos nacionais da Europa do século XIX sucessivas conjunções com o liberalismo, a democracia radical e até o socialismo, se bem que este se prestasse menos a esse fim por negar o carácter absoluto da realidade nacional. A mesma lei é válida para os movimentos dos povos colonizados. A única diferença — que não é pequena — é que estes movimentos foram beber a sua inspiração ideológica no colonizador. Encontramos nos seus manifestos, nas suas tomadas de posição, a maioria das filosofias políticas europeias, que os colonizados conheceram através do ensino, ministrado nos territórios coloniais ou na própria Europa, onde uma elite frequentou as universidades britânicas ou francesas, e também por intermédio da imprensa, dos contactos estabelecidos com os partidos políticos, das missões religiosas ou das lojas maçónicas. Os mais instruídos reclamaram então dos Europeus, em nome dos seus próprios princípios, o benefício dos mesmos direitos. É por isso que a colonização contém em si o germe do seu desaparecimento e a origem das revoltas se encontra frequentemente na contradição entre os valores professados pela Europa e a prática restritiva das administrações coloniais ou o comportamento dos colonos.

A curva ideológica dos movimentos de emancipação reproduz a sucessão das filosofias que inspiraram na Europa a acção dos movimentos nacionais. As primeiras gerações receberam os ensinamentos do liberalismo e da democracia. Assim, na Índia, o Partido do Congresso, fundado em 1885, responde ao projecto de formar uma elite anglo-indiana, que se prepara para reclamar o direito de se administrar a si mesma num quadro de instituições representativas copiadas do parlamentarismo britânico. Do mesmo modo, os três objectivos que constituem a essência do programa de Sun Yat-sen, fundador do Kuomintang, mais não são do que o decalque da ideologia da democracia americana, que consagra o direito dos povos a disporem de si próprios, a instituição de um governo autenticamente representativo do povo e o estabelecimento de uma democracia social. Se a partir de então outras ideologias tomaram o seu lugar, nem todos os vestígios desta primeira era desapareceram: o Partido do Congresso deteve o poder sem descontinuidade na Índia desde a independência.

Mais tarde, as ideias socialistas penetraram nos movimentos de descolonização, como na Europa as escolas de pensamento socialista tinham impregnado o pensamento de esquerda: os seus programas tingem-se de preocupações sociais e dão maior importância aos aspectos económicos. Também o seu recrutamento se torna mais popular: as primeiras gerações de dirigentes pertenciam normalmente a uma elite social e cultural: filhos de mandarins na Indochina francesa, herdeiros da alta burguesia na Índia, filhos de chefes na África negra, que tinham podido completar estudos superiores e exerciam profissões liberais (Ghandi era advogado). As gerações seguintes incluem mais militantes de origem popular, vindos do sindicalismo.

Entre todas as escolas que têm o socialismo como referência, o comunismo desempenhou um papel capital. Em relação à coerência lógica dos sistemas, nada mais paradoxal do que a aliança que se estabeleceu historicamente entre a aspiração dos povos a tornarem-se nações independentes e uma doutrina que considerava o fenómeno nacional como um logro condenado a desaparecer com os progressos do internacionalismo proletário. No entanto, esta reconciliação não obedeceu unicamente a cálculos estratégicos. Enraizou-se numa interpretação do fenómeno colonial que Lenine integrou na perspectiva marxista: o imperialismo é mais um aspecto da exploração do homem pelo homem que deve ser combatido como a exploração dos proletários pelos capitalistas. É o mesmo combate e o comunismo fixa dois objectivos concorrentes: nos países industrializados, apoiar a luta do proletariado; nos países sujeitos à dominação colonial, abraçar a causa dos povos dependentes contra a opressão estrangeira. Desde a sua constituição que o governo bolchevique se propõe dar assistência aos povos colonizados: o Congresso de Bacu, em 1920, elabora o programa desta acção. Na China, os comunistas combateram primeiro ao lado de Sun Yat-sen. A osmose entre nacionalismo e comunismo foi muito desigual, conforme os momentos e as regiões. No Vietname acabará por ser total. No continente americano a animosidade suscitada pela dominação económica dos Estados Unidos favorece a aproximação. Noutras regiões, o nacionalismo, pelo contrário, tomará uma tonalidade anticomunista, mas quase por toda a parte adquire preocupações económicas e sociais. É uma das diferenças entre os nacionalismos de um e de outro século. No século XIX, o nacionalismo era essencialmente político, depositando todas as esperanças na proclamação da independência e contando com a instauração de um poder público soberano para satisfazer as aspirações patrióticas. Os nacionalismos do século XX tomaram consciência de que a independência política podia não passar de uma aparência ou de uma ilusão se não fosse acompanhada pela independência económica. Por isso, a nacionalização dos recursos torna-se um objectivo fundamental, mesmo para as nações que há muito tempo tinham acedido à soberania jurídica: o Irão e o México nacionalizam o petróleo, a Bolívia as minas de estanho e o Egipto de Nasser o canal de Suez. Não se visa apenas a dominação política estrangeira, mas também a dominação do capitalismo estrangeiro: denuncia-se o poder das multinacionais. A reivindicação da independência económica é a forma de que se reveste a posteridade do anticolonialismo nos dias de hoje. Quando os

países subdesenvolvidos culpam o neocolonialismo, é essa forma de dominação e esse aspecto da desigualdade entre os povos que põem em causa.

O grande movimento pelo qual os continentes colonizados se subtraíram à dominação colonial a partir de 1945 não se operou ao mesmo ritmo nem ocorreu do mesmo modo em toda a parte. De continente para continente notamos desfasamentos, alguns dos quais apreciáveis, mas entre todos houve interacção; os primeiros a conquistarem a independência tornaram-se um exemplo para os outros. Deste modo, este estudo geral das origens e das características do fenómeno deverá ser completado e ilustrado pelos estudos de casos nas principais regiões do Globo.

13

O despertar da Ásia

Convém começar pela Ásia na descrição do processo de descolonização: foi, com efeito, o primeiro continente a «despertar». Precedeu a África na via da emancipação em cerca de meio século. Se a ordem de sucessão cronológica comporta sempre ensinamentos, por que se terá a Ásia antecipado à África?

13.1. A anterioridade do despertar da Ásia

Entrevejo pelo menos três respostas possíveis a esta questão fundamental.

A primeira tem por base as características da própria Ásia. É um continente com civilizações muito antigas, que não sofre do complexo de inferioridade relativamente ao Ocidente: os seus povos consideram-se mesmo mais civilizados do que os Europeus, que têm por «bárbaros». Não se antecipou a China à Europa num certo número de invenções técnicas: a pólvora, a roda, o papel? Na superioridade política, militar e técnica do Ocidente os Asiáticos não vêem senão o triunfo momentâneo da força bruta e não têm qualquer consideração pelos dominadores: acima da superioridade material, a sua civilização coloca a sabedoria, a educação e a cortesia nas relações sociais, a sofisticação dos costumes e a inteligência. Censuram a avidez dos Europeus, a cupidez que revelam nas relações comerciais, a sede de riquezas materiais. Em vez de seguirem os exemplos da Europa, a sua reacção consiste em cultivarem os valores tradicionais, celebrarem o culto dos antepassados e respeitarem a tradição. Por outro lado, a maior parte dos povos da Ásia têm uma história com uma duração incomparável, da qual não perderam a memória: a da China desenvolve-se ao longo de quatro milénios sem quaisquer interrupções, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, no Egipto. Quanto ao Japão, se a referência à origem divina da dinastia imperial é mítica, a sua história remonta a mais de dois mil

anos, o que lhe dá uma vantagem singular sobre as nações europeias, das quais as mais antigas não podem gabar-se de uma história superior a um milhar de anos. Estes dados culturais e históricos ainda hoje exercem grande influência no comportamento dos Estados asiásticos, mesmo daqueles que escolheram estabelecer-se sobre fundamentos novos, tal como a China comunista, ou optaram pela modernização, como o Japão.

Com o segundo tipo de explicação, passamos do domínio cultural ao político: a Ásia, quando a Europa a obriga a abrir-se à sua penetração, contava com grandes conjuntos politicamente organizados: nada que se comparasse com a miríade de etnias de África. A China e o Japão são Estados unificados pela civilização e pela religião, que têm plena consciência da sua singularidade.

Terceira causa possível do desfasamento entre os continentes: a Ásia entrara em contacto com a Europa mais cedo do que a África: dispunha, pois, de uma experiência mais longa, que a familiarizara com a sua civilização e os seus métodos e lhe ensinara também a arte de lidar com o Ocidente.

Nas diferentes partes da Ásia, as reacções foram muito diferentes ao desafio lançado pela expansão do Ocidente: em alguns casos verifica-se a recusa da sua influência; noutros seguem-se os seus exemplos. Mas o resultado final é o mesmo: as duas vias convergem para dar lugar ao que se convencionou chamar o «despertar da Ásia».

No princípio do século XX, a Ásia está quase totalmente submetida ao Ocidente, sob diversas formas. Toda a região meridional, com excepção do Sião — a Ásia das monções —, conhece a dependência colonial: a Índia, a Indochina, a Indonésia, foram conquistadas pela Grã-Bretanha, pela França e pela Holanda. O domínio da Europa unifica em certos casos, divide noutros, mas a sua influência nos costumes e nas crenças mantém-se superficial. A China preservou nominalmente a sua soberania, mas nem por isso escapou ao domínio da Europa, que lhe impôs o seu controle por meio de «tratados desiguais»: o «desmembramento» separou províncias do Império do Meio. As potências obrigam a China a outorgar-lhes concessões, controlando as suas relações externas. O Japão conseguiu manter a independência: impôs-se aos Ocidentais como um parceiro em igualdade de circunstâncias e participou na partilha dos despojos da China.

Estudaremos, um por um, três casos escalonados no tempo, de meados do século XIX a meados do século XX: o despertar do Japão data de 1868; o da China opera-se no século XX; a Índia teve de esperar até 1947 pela emancipação, ainda que o movimento para a obter tenha raízes num passado bem mais remoto. Estes três países ilustram três tipos de evolução e três formas de emancipação e de despertar.

13.2. A modernização do Japão

O alcance do exemplo japonês foi considerável. Único grande país da Ásia que soube preservar a independência, mostrou a via para o conseguir, que outros

países subsequentemente seguiriam: renovar-se, tomando a iniciativa das reformas. A originalidade e o sucesso da experiência japonesa residem no facto de se tratar de uma modernização conduzida no interior, e não imposta pelo exterior. O império do Sol-nascente foi também a primeira nação não europeia a vencer uma nação da Europa na guerra que o opôs em 1904-1905 ao império dos czares.

A era *meiji*

Intimado pela marinha americana a abrir os seus portos ao comércio internacional, o Japão, que vivia há séculos em total reclusão, decide transformar-se: o jovem imperador Mutsu-Hito inicia, em 1868, a chamada revolução *meiji*, isto é, a revolução das luzes, designação significativa, que sugere uma analogia com o movimento das luzes que a Europa conhecera no século XVIII, em particular com uma das suas expressões políticas, o despotismo esclarecido. O que o imperador empreende é a aplicação ao arquipélago nipónico daquilo que os déspotas esclarecidos tinham querido fazer na Europa central e oriental. Como eles, o imperador ataca as rotinas do tradicionalismo e quebra as resistências feudais; segue os ensinamentos do Ocidente e, como tinha feito Pedro, *o Grande*, envia à Europa missões para obterem informações.

A introdução dos métodos de produção ocidentais faz do Japão uma grande potência industrial. A modernização afecta simultaneamente a economia, as técnicas e o governo. Copiam-se as instituições, adoptam-se os códigos, imita-se o exército prussiano, a marinha britânica, a administração francesa.

O paradoxo da experiência japonesa é que esta modernização de grande envergadura se cumpriu sem romper com o passado. O admirável êxito do Japão deve-se ao facto de ter sabido justapor as contribuições externas e as imitações ao respeito pelas tradições; nada mudou nas relações entre os homens ou nas crenças: os Japoneses continuam a acreditar na divindade do imperador enquanto aplicam os métodos mais modernos e mais científicos. Salvaguardaram a alma da sua civilização, ascendendo à condição de potência de primeira grandeza.

Expansão económica e dominação política

O novo poderio proporcionado ao Japão por estes meios é rapidamente colocado ao serviço de uma grande ambição: ele aspira a tornar-se senhor de todo o Extremo Oriente. Para realizar este desígnio, abrem-se duas vias, a que correspondem duas formas de expansão, que os Japoneses empregarão sucessiva ou simultaneamente. O dilema opõe duas escolas.

Uma visa essencialmente a dominação económica: o Japão torna-se-ia a fábrica, o entreposto, o banqueiro, da Ásia, conquistando os mercados de todo o continente e expulsando os concorrentes ocidentais; compraria as matérias-primas e revenderia os produtos manufacturados. Tornar-se-ia a Inglaterra da Ásia: a própria geografia a isso convida — não ocupa o arquipélago uma posição

insular muito semelhante à da Inglaterra na periferia da Europa? Esta forma de expansão conta naturalmente com o apoio dos industriais, dos armadores, dos banqueiros, dos grandes *trusts* que se formam com a industrialização. A preferência de outros meios — o exército, a nobreza — recai sobre outra forma: uma expansão armada que culmine com a conquista política. O modelo já não é a Inglaterra do livre-câmbio, mas a Prússia bismarckiana: o sonho é agora construir um vasto império sujeito ao domínio do Japão. Entre 1890 e 1945 o Japão oscilará entre estas duas vias. Após a sua derrota em 1945, parece, à luz da experiência, ter optado definitivamente pela primeira forma de expansão, mas durante meio século as suas iniciativas contribuíram largamente para a tensão armada e a insegurança no mundo.

Este grande desígnio realizou-se por etapas. Primeiro, em 1894-1895, uma guerra contra a China: o Japão faz a primeira demonstração da sua força e triunfa sem dificuldade sobre o seu vizinho. A sua marinha moderna afunda os velhos navios de madeira da armada chinesa. O Japão participa, em 1900, na expedição internacional organizada para libertar as embaixadas cercadas pelos Boxers em Pequim. Está então mais preocupado em obter das potências ocidentais o reconhecimento como par do que em tirar partido de uma solidariedade com os povos de cor. Quando inicia, quatro anos mais tarde, as hostilidades contra a Rússia, não se trata de uma declaração de guerra ao Ocidente ou à raça branca, visto que, em 1902, o Japão assinou um tratado de comércio e aliança com a Grã-Bretanha e, em 1914, alinhará ao lado dos aliados contra a Alemanha, para poder estar presente no estabelecimento dos termos da paz, garantindo vantagens substanciais. Já referimos a importância histórica da guerra contra a Rússia e da derrota desta: é a primeira vez que uma nação branca e europeia é batida por um povo de cor. A repercussão do evento é imensa em toda a Ásia, na China, na Indochina, até na Índia. O Japão demonstrou que era possível vencer uma nação ocidental. É o ponto de partida de um movimento que acabará, sessenta anos mais tarde, com a emancipação de toda a Ásia e toda a África. De um ponto de vista arrojado, a vitória do Japão em 1905 anuncia a Conferência de Bandung, da qual, de resto, estará ausente.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o Japão, que já se instalara no continente, ao anexar a Coreia em 1910, começa a atacar a China. Em 1931-1932, o chamado «incidente da Manchúria» permite-lhe apoderar-se desta rica província, sobre a qual estabelece o seu domínio sob o véu transparente de uma independência fictícia: a impotência da Sociedade das Nações neste caso foi o seu primeiro revés que contribuiu para o seu descrédito. A partir de então, o partido da guerra prevaleceu no Japão sobre o partido da expansão pacífica pela via comercial: uma casta militar arrasta o Japão para a constituição pela força das armas daquilo que o pretensioso vocabulário da época denomina «a esfera da co-prosperidade asiática», eufemismo que designa a hegemonia do imperialismo nipónico. Em 1937, o Japão leva a guerra ao coração da China: os soldados ocupam o litoral e bloqueiam, uma após outra, todas as vias pelas quais o governo nacionalista chinês podia receber material e armas. A derrota da França

em 1940 serve os desígnios do Japão, entregando-lhe a via que vai do Tonquim ao Iunão: só subsiste a estrada da Birmânia, até que os Japoneses a cortam também. No entanto, o Japão não conseguiu eliminar a resistência chinesa, conduzida separadamente por Chang Kai-chek e pelos comunistas.

A partir de Dezembro de 1941, o conflito entre o Japão e a China funde-se com o conflito mundial e torna-se óbvio que o resultado deste decidirá o destino das ambições japonesas. O Japão, que desencadeou operações de surpresa contra os Estados Unidos, começa por obter êxitos espectaculares: desfere golpes terríveis, destrói em alguns meses todos os impérios coloniais do Ocidente, ocupa a Malásia e Singapura, as Filipinas e a Indonésia, a própria Birmânia, chega às portas da Índia e aos postos avançados da Austrália. Mas, pouco tempo depois, dá-se o refluxo e a derrota de 1945, que provoca, com a capitulação, o desmoronamento das ambições hegemónicas do Japão e a sua renúncia à expansão armada.

O Japão de hoje

Desde então, o Japão sofreu transformações muito profundas e, sem dúvida, irreversíveis. Retirando da derrota os devidos ensinamentos, renunciou à dominação política e militar. A constituição que lhe foi imposta pelo vencedor obrigou-o até a renunciar à sua defesa militar. O Japão adoptou um regime semelhante ao das democracias ocidentais. O imperador foi preservado, mas perdeu o essencial dos seus poderes. Passando por cima da derrota, o arquipélago estabeleceu relações de confiança com os Estados Unidos e as outras nações industrializadas. Fez prova de um admirável dinamismo e atingiu um nível tecnológico em muitos casos superior ao dos países mais avançados: tornou-se pioneiro tanto na miniaturização da electrónica como na robotização. O iene é uma das moedas mais fortes e mais estáveis. A bolsa de Tóquio ocupa nos mercados financeiros uma posição igual à das maiores praças. O primeiro-ministro japonês participa nas reuniões dos chefes de governo dos países mais industrializados. O modelo japonês está em vias de eclipsar e suplantar o modelo americano. O Japão é também referência obrigatória em matérias como a competitividade nos mercados externos e no sistema educativo. Com este êxito estrondoso quarenta anos depois de uma derrota sem precedentes, o Japão de hoje, democrático, industrializado, não se arriscará a perder, desta vez irreversivelmente, a sua alma e a originalidade da sua civilização tradicional? Seja como for, a sua história do último século oferece o exemplo de um país que conseguiu preservar a independência porque, em lugar de sofrer indistintamente influências estrangeiras, soube tomar a iniciativa e controlar a sua modernização.

13.3. As revoluções chinesas

A China seguiu um percurso completamente diferente do do Japão e o paralelo entre ambos é fértil em ensinamentos. O Japão constitui o exemplo da

continuidade. A sua unidade nunca foi ameaçada e os únicos períodos em que a concórdia foi perturbada foram os que opuseram, após a revolução *meiji*, a feudalidade ao micado e, nos anos 30, quando uma casta de oficiais confiscou o poder. Mas, atravessando a turbulência, a continuidade dinástica atesta a permanência das tradições e das forças políticas.

A história da China é, pelo contrário, feita de uma sucessão de crises e revoluções em que a unidade esteve em risco por diversas vezes. Em primeiro lugar, conheceu, mesmo no final do século XIX, a tentativa de reforma dos Cem Dias, inspirada pelas mesmas intenções do *meiji*. Se não tivesse sido interrompida pela imperatriz viúva Tsen-Hi, que se opunha aos projectos do imperador e dos seus conselheiros, esta tentativa poderia ter poupado ao Império do Meio muitas das perturbações posteriores. As reformas são adiadas e dois anos mais tarde a reacção xenófoba culmina no movimento dos Boxers e no cerco das embaixadas: eles são rapidamente neutralizados pela intervenção militar conjunta das potências ocidentais.

Uma vez que não foi capaz de reformar, a transformação vai efectuar-se pela via revolucionária. Enquanto no Japão a modernização se opera sob a direcção da monarquia, o movimento revolucionário na China derruba a dinastia manchu, que três séculos não tinham bastado para naturalizar completamente. O movimento foi conduzido por Sun Yat-sen, que conhecia bem os Estados Unidos e admirava as suas instituições, nas quais se inspira o seu programa, o seu triplo objectivo. A revolução eclode em 1911, em Cantão: fenómeno clássico, na China, os movimentos reformistas, revolucionários ou nacionalistas partiram quase sempre do Sul, tal como aconteceu com os Taipings no século XIX. A revolução estende-se rapidamente a todo o território. A república é proclamada, a dinastia manchu derrubada e o imperador, o pequeno Pou-Yu, deposto.

Com a revolução apresenta-se à China uma possibilidade de recuperar o atraso. De facto, vai abrir uma era de instabilidade prolongada e de guerra civil intermitente durante cerca de trinta anos. O poder não tarda a ser confiscado por um general, Yuan Shikai, o primeiro de uma longa série de «senhores da guerra», os Tukiun, que vão disputar todos os territórios da China com os seus exércitos privados: ao desmembramento da China pelas potências estrangeiras sucede a fragmentação interna pelo regresso ao feudalismo. Após a morte de Yuan Shikai, passa a haver dois governos rivais em Pequim e Nanquim. A anarquia coloca a China à mercê do Japão, que procura instalar-se no continente. A enorme massa territorial, mais do que a capacidade para se defender, preserva, porém, a China. Sun Yat-sen empenha-se na união das forças divididas, dirigindo-as contra os tratados desiguais e a exploração económica estrangeira e recorrendo a métodos inspirados no exemplo de Gandhi na Índia: boicote de Hong-Kong, greve das compras para lesar o comércio britânico. Sun Yat-sen aproxima-se da União Soviética, que surge como a protectora natural de todos os povos submetidos à dominação do Ocidente capitalista. O Kuomintang e o Partido Comunista Chinês fazem então uma causa comum. O Komintern envia

conselheiros militares para a China e Chang Kai-chek vai a Moscovo aperfeiçoar-se na arte da guerra. Mas depois da morte de Sun Yat-sen, em 1925, dá-se rapidamente a ruptura entre o partido nacionalista chinês, o Kuomintang, dirigido pelo marechal Chang Kai-chek, e os comunistas.

É o princípio de uma guerra civil de mais de vinte anos e que ainda não terminou completamente, visto que a Formosa — ou Taiwan — é governada pelos sucessores de Chang Kai-chek. Mas esta guerra civil é diferente das anteriores, já não é uma competição de generais ambiciosos que disputam o poder: opõe uma ideologia a outra — o comunismo ao nacionalismo. O Kuomintang é, durante muito tempo, o mais forte. Estaline desinteressa-se da competição, não acredita no futuro imediato do comunismo na China e, fiel à sua estratégia de negociar com o mais forte, entende-se com Chang Kai-chek, único governo que reconhece até 1945. Os comunistas chineses só podem, pois, contar consigo próprios; esta situação não será estranha à ruptura ulterior entre as duas metrópoles do marxismo-leninismo. Os comunistas são arrastados, para escaparem à destruição, numa «longa marcha», um êxodo de cem mil homens que dura um ano e meio, estende-se por cerca de 100 000 km e acarreta uma dupla mutação: geográfica e sociológica. Geográfica: uma transplantação do Sul para o Norte; implantado sobretudo na China meridional, de Cantão a Xangai, o comunismo é obrigado a procurar refúgio no extremo norte, onde se enraíza duradouramente. Esta conversão territorial faz-se acompanhar de uma transferência das cidades para os campos. Antes o comunismo era essencialmente urbano, recrutando os seus adeptos entre operários e intelectuais. Desde então tornou-se rural: é um exército de camponeses que funda o comunismo, e a reforma agrária será a pedra angular da transformação social. Ao lado do comunismo industrialista da União Soviética, o comunismo chinês faz emergir uma variante rural. É em Yenan que Mao Tsé-tung forja um exército, forma quadros militares e políticos, elabora uma estratégia da guerra revolucionária baseada na imersão do partido na população. O Partido Comunista Chinês controla tão-somente um quinto da China. Chang Kai-chek quase consegue reconstituir completamente a unidade chinesa em torno do Kuomintang e do movimento da Vida Nova, que procura insuflar na população chinesa um patriotismo moderno. O sentimento nacional desperta com a resistência aos avanços do Japão a partir de 1937. Na guerra que nacionalistas e comunistas conduzem, paralelamente, contra o invasor, a China toma consciência de si própria, não apenas como civilização comum, mas como nação. As anteriores reacções de animosidade contra os bárbaros do Ocidente relevavam de uma xenofobia primária. É possível falar, a partir de 1937, de um autêntico patriotismo. A China resistiu durante oito anos às ofensivas japonesas, entre 1937 e 1945, e a generalização do conflito a partir do ataque a Pearl Harbor salva-a do desastre. Em 1945 encontra-se do lado dos vencedores: obtém dos aliados a abolição dos tratados desiguais, recupera a soberania plena e dispõe de assento permanente na Organização das Nações Unidas, com direito de veto, à semelhança das grandes potências. Apagou os vestígios da dominação estrangeira.

Não obstante, o fim da guerra estrangeira faz recomeçar a guerra civil entre as duas Chinas. Entre elas, a relação de forças é muito desigual, muito desvantajosa para os comunistas, que apenas controlam cerca de 90 milhões de chineses. A China nacionalista conta com 450 milhões e estende a sua autoridade às províncias mais populosas, mais ricas, mais industrializadas, de comércio mais próspero, mais viradas para o exterior. Tudo dá vantagem a Chang Kai-chek e, mesmo assim, em quatro anos, os comunistas apoderam-se de toda a China continental. Devem-no quase tanto à fraqueza dos seus adversários como à própria coragem e ao génio de Mao: a corrupção e a venalidade levarão à desintegração do Kuomintang. Numa geração, o dinamismo mudou de campo: os comunistas têm a seu favor a simpatia das massas rurais, o contacto com o povo miúdo, o prestígio da reforma agrária e a sua integridade moral. Em 1949, o exército popular entra em Pequim, atravessa o Yang-tsé e torna-se em pouco tempo senhor de toda a China continental, cuja unidade é reconstituída em torno do Partido Comunista. Mao Tsé-tung conclui o que Sun Yat-sen começara e o Kuomintang havia prosseguido. De certa forma, a revolução comunista, que se cumpre com a proclamação, em 1 de Outubro de 1949, da República Popular da China, prolonga e conclui a revolução de 1911. A China libertou-se completamente das influências estrangeiras — excepto da soviética — e está reunificada.

Porém, o projecto inspirador desta revolução é singularmente mais ambicioso: fazer tábua rasa do passado e instaurar uma sociedade comunista. É um novo capítulo da história da China que se inicia. O regime é decalcado do marxismo-leninismo: o partido detém o essencial do poder. Teoricamente, estão-lhe associados outros partidos, representando diferentes categorias sociais, mas estes aliados não passam de simulacros. O Partido Comunista exerce uma ditadura sem partilha. Empreende a transformação da economia e da sociedade, as terras são reunidas em comunas populares, onde tudo é comum. Desejoso de dotar a China de uma indústria pesada que lhe dê os meios para se tornar uma grande potência, o poder suscita o desenvolvimento de uma pequena indústria metalúrgica nas comunas rurais à base de uma multiplicação de baixos-fornos: é um desastre económico, tal como o famoso salto em frente, mal concebido e precipitado. Mas a verdade é que a China consegue a bomba atómica, que a liberta da sua dependência relativamente à União Soviética, com a qual as relações se alteraram rapidamente, chegando ao ponto de se transformarem num antagonismo declarado. Para escapar ao isolamento, a China, depois de ter combatido os Estados Unidos, por intermédio de centenas de milhares de voluntários na guerra da Coreia (1950-1953), e de ter tomado o antiamericanismo como eixo da sua diplomacia, fazendo crer que tinha a terceira guerra mundial como uma eventualidade irrefutável que não a assustava, segura que se dizia de vencer aquilo que era apenas um tigre de papel, esboça uma reaproximação com os Estados Unidos.

Em 1966, Mao criou uma revolução dentro da revolução, lançando guardas vermelhos contra a burocracia do partido: é a revolução cultural, que alimenta a ambição demencial de apagar qualquer vestígio do passado e edificar um

homem inteiramente renovado. As universidades fecham durante muitos anos e as elites são dizimadas. Para quê conservar as instituições que transmitem um saber anterior à revolução? Esta é, antes da loucura sanguinária dos Khmers Vermelhos, que nela se inspiram, o exemplo mais extremo da história do voluntarismo, a aplicação mais sistemática da convicção de que tudo é possível para quem luta e de que toda a realidade deve inclinar-se diante da vontade de um governo. A revolução cultural revelar-se-á um desastre que fará a China perder dez anos; somadas aos erros do grande salto em frente, as orientações imprimidas pelo grande timoneiro durante a revolução saldam-se para a China num atraso considerável. Após a morte de Mao, a China desembaraça-se da sua influência: a desmaoização corresponde à desestalinização e traduz-se em medidas com a mesma inspiração. O regresso de Teng Hsiao-ping, a condenação sem apelo da revolução cultural, a denúncia do bando dos quatro, sublinham a inflexão do regime, que abandona o voluntarismo e subordina as suas escolhas à ambição de fazer da China uma grande potência económica por outros meios completamente diferentes: sem pôr de parte o rigor ideológico, o regime pratica uma abertura ao exterior, o apelo às técnicas e aos capitais estrangeiros. Procura suscitar a iniciativa, encoraja o regresso à economia de mercado; as comunas populares são dissolvidas e os camponeses passam a dispor livremente das terras. O paralelismo com as reformas que Gorbatchev introduziu na União Soviética é impressionante.

Com uma população avaliada em mais de mil milhões de homens — um homem em cada cinco é chinês — com tradições de capacidade inventiva, a China é virtualmente uma grande potência, mas pobre na realidade.

13.4. A emancipação da Índia

O terceiro grande conjunto asiático, a Índia, apresenta um terceiro tipo de evolução. O seu estatuto no princípio do século XX era diferente do do Japão, que salvaguardava uma independência efectiva, e do da China, que a considerava de forma fictícia. A Índia era uma colónia britânica. A presença dos Ingleses remontava ao século XVIII e desde então a Grã-Bretanha não cessara de alargar a sua autoridade, organizando em todo o perímetro do subcontinente indiano fronteiras «científicas». Após a guerra dos Cipaios (1857) e a abolição do estatuto que fazia da Índia uma propriedade da Companhia das Índias, transformou-se em colónia da coroa. Mas o governo britânico, procedendo com o seu empirismo habitual, manteve a soberania de centenas de principados ao lado dos territórios que dependiam da sua administração directa. Contudo, esta diversidade não impede que, sob a administração britânica, pela primeira vez na sua história, a Índia conheça a unidade: a construção de uma rede ferroviária cria um mercado nacional incipiente e a língua do conquistador permite às populações da Índia, que falam cerca de cento e oitenta línguas, comunicar entre si: é ainda o caso hoje em dia.

Nos finais do século XIX existe já uma elite anglo-indiana que estudou frequentemente nas universidades britânicas e aspira ao *self-government:* raciocina naturalmente tendo por referência às instituições britânicas, reclama as instituições representativas e concebe o futuro da Índia sob a forma de um domínio associado à metrópole; encontra no Partido do Congresso, fundado em 1885, o lugar para a sua aprendizagem política e um meio de expressão e reivindicação.

A seguir à Primeira Guerra Mundial, como retribuição pelo auxílio apreciável que a Índia prestou à metrópole — enviou 80 000 homens —, os nacionalistas esperavam reformas que os associassem ao governo. Nada de semelhante ocorreu, e a consequente decepção está na origem de um movimento de resistência que desde então encontra um eco profundo nas massas e torna popular o tema da independência. Gandhi começa a impor-se como a figura representativa da Índia. Preconiza formas de acção originais: boicote aos produtos britânicos, recuperação da roda de fiar para substituir os panos de algodão vindos de Inglaterra, recusa da compra de sal e do pagamento de impostos, desobediência civil sem violência, manifestações pacíficas — todas as formas que perturbem as autoridades coloniais. O período entre as duas guerras é uma alternância de concessões e repressões, de negociações e rupturas. De tempos a tempos, os vice-reis da Índia encetam conversações com os dirigentes do Congresso, na Índia ou em Londres, onde o governo organiza uma mesa-redonda. As reuniões fracassam diante da intransigência de uns e outros e os dirigentes voltam para a prisão, donde acabavam de ter sido libertados, até ao recomeço das negociações. Em 1935, o governo britânico outorga uma constituição que inicia uma certa repartição das competências nas províncias, mas estas concessões chegam tarde de mais: as reivindicações indianas endurecem. Com a Segunda Guerra Mundial, o governo volta a prender a maior parte dos dirigentes: Gandhi, Nehru e outros mais. Em 1945, a Índia encontra-se pouco mais ou menos na mesma situação que em 1919.

A mudança será extremamente rápida: o governo trabalhista decide conceder a independência à Índia, que vai passar, quase sem transição, do estatuto da mais completa dependência à independência total. Na prática, a ruptura é menos brutal, pois, ao longo de meio século, os Ingleses tinham preparado uma classe política para os substituir. A Índia oferece, provavelmente, o exemplo da colónia mais bem preparada para dispensar o colonizador, ao contrário de outros países, como, por exemplo, o Congo Belga a quem faltaram os quadros administrativos e os responsáveis políticos. Mas não era essa a origem das dificuldades que assolaram a Índia: emergem de tensões e animosidades entre populações que, melhor ou pior, e muitas vezes explorando as suas divergências, a Grã-Bretanha obrigara a viver juntas.

A unidade do continente indiano não resistiu ao anúncio da independência: as forças centrífugas foram mais fortes do que o desejo de unidade. A iniciativa da separação veio dos muçulmanos, que formavam cerca de um quinto da população e se aglomeravam principalmente nas duas extremidades da Índia setentrional. Tinham-se organizado no quadro de uma liga muçulmana, encabeçada por um líder cuja autoridade moral servia de contrapeso à de Gandhi, o Dr. Jinnah. Os mulçumanos, que não aceitavam ser uma minoria num Estado dominado pelos hindus, reivindicaram a constituição de um Estado distinto. A data da independência — 15 de Agosto de 1947 — é também a do desmembramento da península: Índia, Paquistão (nesta data o mais importante Estado muçulmano do mundo, constituído por dois territórios, separados pela massa da Índia), Ceilão e Birmânia. A fragmentação far-se-á acompanhar de massacres que ofuscam a alegria da independência. A partir de então, Índia e Paquistão não deixaram de se opor, praticando políticas externas contrárias, a Índia mais próxima da União Soviética, o Paquistão alinhando com o campo ocidental. A Índia apoiou pelas armas a secessão da parte oriental do Paquistão, que se constituiu como Estado independente — o Bangladesh. Os Estados sucessores do império das Índias conheceram a partir de então movimentos separatistas que contestam o traçado dos limites territoriais: no Ceilão, os Tamils reivindicam a independência e o governo central da Índia está a braços com a agitação sikh.

13.5. O Sueste asiático

Entre a China, a norte, e a Índia, a oeste, estende-se um vasto domínio, encruzilhada de civilizações, onde se misturam há séculos as influências chinesa, indiana e malaia. É o Sueste asiático, expressão geográfica forjada durante a última guerra, que abrange a Indochina, a Malásia e a Indonésia. A maior parte desta região estava dependente do Ocidente antes de 1939: o sentimento nacional e a reivindicação da independência existiam já nessa altura; na Indochina a administração local tivera de enfrentar agitações desde 1930: motins de atiradores anamitas, revoltas camponesas. A guerra e a ocupação japonesa, que fez perder a face às potências europeias e suplantou a sua administração, seguida da queda do Japão — que tivera a habilidade de antes da capitulação ceder o poder aos nacionalistas locais —, e por vezes as intrigas americanas precipitam o processo: nem os Vietnamitas, novo nome dos Anamitas, nem os Indonésios estavam dispostos a aceitar o restabelecimento da ordem colonial; a França e a Holanda desencadeiam uma luta armada que, na Indochina, toma a forma de uma verdadeira guerra a partir do fracasso das conversações e da ofensiva do *Vietmihn* em 19 de Dezembro de 1946. A Indonésia obterá a independência em primeiro lugar, pois os Estados Unidos pressionaram a Holanda. Na Indochina, a situação é mais complexa, em virtude da osmose entre o nacionalismo e o comunismo: a guerra da Indochina inscreve-se na perspectiva da guerra fria e a eclosão da guerra da Coreia em Junho de 1950 vem justificar a posição da França, que apresenta o seu combate como um elemento da defesa do Ocidente contra o imperialismo soviético. Mesmo assim, o Vietname encaminha-se para a independência por etapas: em 1949, a França assina com o antigo imperador de Annam, Bao-Dai, acordos pelos quais reconhece a independência dos Estados associados; depois de oito anos de guerra e da queda de Dien Bien Phu, os convénios de Genebra (1954) consagram a divisão do Vietname em dois Esta-

dos, um dominadó pelos comunistas, que integra o bloco soviético, o outro pertencente à zona de influência ocidental. Os Estados Unidos substituem-se à França e são progressivamente arrastados para uma segunda guerra, que dura uma dezena de anos e opõe o povo vietnamita à máquina de guerra mais poderosa do mundo, terminando, também ela, com a derrota do Ocidente: os Estados Unidos evacuam o Vietname do Sul, os Viets entram em Saigão e unificam os dois Vietnames. A partir de então, a antiga Indochina fica inteiramente sob domínio comunista, incluindo o Laos e o Camboja.

No termo desta longa história, tumultuosa e frequentemente dramática, das relações entre a Ásia e o Ocidente, a Ásia emancipou-se completamente: já não subsiste qualquer colónia desde que a Holanda restituiu a Nova Guiné à Indonésia. A Grã-Bretanha negociou a devolução de Hong-Kong à China*. Não é que tenham desaparecido os vestígios da presença europeia ou que a Ásia se tenha de novo isolado. Pelo contrário, nunca ela teve relações mais estreitas com o resto do mundo. Pesa cada vez mais no equilíbrio mundial. Conta, por si só, com mais de metade dos 5 mil milhões de homens que vivem na Terra. Inclui os conjuntos políticos mais povoados: a China, com mais de mil milhões de indivíduos, a Índia com mais de 700 milhões.

Na verdade, este vasto conjunto geográfico e demográfico está longe de ser homogéneo; decompõe-se em vários subconjuntos que seguem vias cada vez mais divergentes. Na Ásia encontram-se alguns dos povos mais pobres do Globo, como o Bangladesh, com os seus 100 milhões de habitantes. O Vietname e a Birmânia estão condenados ao subdesenvolvimento: o nível de vida não pára de descer. Centenas de milhares de vietnamitas tentaram fugir por mar ou por terra, correndo perigo de vida, para escaparem a um regime sufocante e a uma economia em perigo de naufrágio. Pelo contrário, vários países da Ásia descreveram expansões fulminantes e ascenderam em duas décadas à dianteira dos novos países industrializados, cuja concorrência é temível para as antigas potências. O Japão ultrapassará, provavelmente, em breve os Estados Unidos. Ocupa um lugar importante na gestão colectiva da economia mundial. Na sua esteira estão pequenos países a que chamamos dragões, Estados insulares, cidades-Estados ou penínsulas, que desenham no perímetro da massa continental uma espécie de grinalda: Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, Singapura, Malásia, Tailândia, constituem uma zona de prosperidade. A sua taxa anual de crescimento económico é de 7 % a 8 %: numa década, a sua participação nas exportações mundiais passou de 5 % para 10 %; desde 1986 os produtos manufacturados constituem mais de metade das suas exportações. A Índia também é uma grande potência: resolveu o problema da agricultura sem recorrer a soluções colectivistas, realizou a «revolução verde» e basta-se em tempo normal para a sua subsistência.

* Até final do século, Hong-Kong e Macau, últimos territórios sob administração de países ocidentais, passarão, ainda que conservando direitos especiais, a integrar a República Popular da China. *(N. do R.)*

Também politicamente, esta região do mundo está longe de celebrar os mesmos valores: divide-se entre os grandes sistemas, e esta divisão não deixa de corresponder aos resultados económicos, seja porque o acesso à propriedade desperta as aspirações à liberdade, seja porque, inversamente, os encorajamentos prodigalizados pelas sociedades liberais à iniciativa privada concorrem para o progresso económico. Os países sob regime comunista fazem figura de ilhas de pobreza comparados com a riqueza dos vizinhos. Recentemente, a democracia marcou pontos: sob a pressão das massas populares, as ditaduras tiveram de ceder terreno perante a agitação estudantil, a intervenção das religiões, a Igreja católica nas Filipinas e na Coreia do Sul, os bonzos na Birmânia; uma sublevação geral originou a queda do regime de Marcos nas Filipinas e tanto na Coreia do Sul como na Birmânia o regime teve de alijar a carga para evitar a guerra civil. Em cada dia que passa esta parte do mundo desempenha um papel cada vez mais importante na história da humanidade.

14

O islão e o mundo árabe

Do Extremo Oriente e da Ásia continental, passemos mais para ocidente, em direcção à Asia anterior, esse vasto conjunto de territórios que designamos vulgarmente por «mundo árabe». O termo impõe uma precisão: refere-se a três realidades geográficas, étnicas e culturais, que se encaixam umas nas outras e desenham como que três círculos concêntricos, cobrindo superfícies desiguais em torno de um mesmo ponto central.

O espaço povoado pelos Árabes estende-se do Tauro, a norte do golfo a que se chamava Pérsico, e das margens do Mediterrâneo oriental ao planalto iraniano: nem a Anatólia nem o Irão fazem parte dele. Em rigor, só esta porção da superfície do Globo pode ser designada por mundo árabe. Em torno deste primeiro círculo constituiu-se desde os primórdios da história do islão, pela conquista e pela conversão, um segundo círculo, bastante mais vasto, que se estende na direcção do Ocidente até ao Atlântico e inclui todo o Norte de África, do Egipto a Marrocos. As suas populações não são árabes, mas arabizadas, e a a Liga Árabe agrupa, assim, Estados cuja população não é inteiramente árabe. O arabismo deixa então de ser uma referência para a identidade étnica, passando a constituir um facto de civilização: designa a impregnação por uma cultura comum, ligada à difusão do islão; o árabe impôs-se como língua sagrada e língua de cultura; um pouco como a Gália, latinizada, dera origem a uma civilização galo-romana. A religião constitui o princípio unificador. Terceiro círculo: o mundo muçulmano. O seu centro é o mundo árabe no primeiro sentido do termo, mais precisamente a península arábica, com as cidades santas de Medina e Meca, de que o reino saudita é guardião; mas as suas fronteiras estendem-se por

milhares de quilómetros: o islão é uma religião universal. De facto, o mundo muçulmano espalhou-se por todo o mundo antigo. Na Ásia chegou até à Indonésia, que, em número de crentes, é um dos primeiros países, com o Paquistão e o Bangladesh; o centro de gravidade do mundo muçulmano deslocou-se em grande parte para o Extremo Oriente. Os muçulmanos contam-se por dezenas de milhões na China e nos territórios da União Soviética*. O islão transpôs o Sara e conta com mais de cem milhões de fiéis na África negra. Está também presente na Europa: algumas repúblicas federadas pela Jugoslávia são povoadas por uma maioria de muçulmanos**. A emigração implantou núcleos importantes na Europa do Norte e na Europa ocidental. Encontramos muçulmanos nos Estados Unidos e o islão faz conversões entre os intelectuais do Ocidente. As massas muçulmanas não têm a ver com o mundo árabe, nem geograficamente, nem etnicamente, mas, uma vez que o árabe é a língua sagrada, as cidades sagradas situam-se na Arábia e a peregrinação a Meca é uma das obrigações prescritas aos crentes, todos os muçulmanos se viram para o mundo árabe e nada do que afecta o seu destino os deixa indiferentes. Assim, tudo o que acontece no espaço original repercute-se nos outros círculos e tem consequências em cadeia para a história geral.

14.1. O despertar do mundo árabe

O movimento das nacionalidades tocou também o mundo árabe. As suas fontes são análogas àquelas que inspiraram os povos da Europa: procura das origens, consciência da identidade, reacção contra a dominação estrangeira. No princípio do século XX, os Árabes adquirem a memória e, naturalmente, a nostalgia de uma história que fora gloriosa nos primeiros tempos do islão: entre os séculos VI e XII, esta parte do mundo estava adiantada em relação à Europa. Até às cruzadas é o Ocidente que é bárbaro e o mundo árabe que detém a civilização mais sofisticada. De resto, uma parte da cultura antiga foi transmitida ao Ocidente por intermédio dos Árabes: tanto a filosofia aristotélica como a medicina de Hipócrates. Depois, a relação inverteu-se, como se o mundo árabe tivesse adormecido. Além disso, a direcção do mundo muçulmano mudara de mãos: desde a chegada dos Turcos e a formação do Império Otomano, os Árabes eram súbditos de Constantinopla. Alguns escaparam ao jugo turco no século XIX, para caírem na dependência dos Europeus: os Egípcios sob a tutela britânica, os Magrebinos sob o domínio da França, a Líbia sob o poder da Itália. No princípio do século XX, o mundo árabe e arabizado está simultaneamente fragmentado e submetido a dominações estrangeiras — dos Otomanos e das nações cristãs. O despertar do mundo árabe e arabizado exprime uma dupla aspiração: à independência e à unidade. Este último tema é específico e fundamental: refazer

* Mormente nos territórios do Cáucaso e da Ásia central. *(N. do R.)*

** Em particular a Bósnia. *(N. do R.)*

a unidade da nação árabe, traduzir a comunidade de crença — a *umma* — numa comunidade política. O nacionalismo árabe inspira-se também no exemplo dos movimentos unitários europeus. No pensamento dos doutrinários do movimento árabe conjuga-se a memória da grandeza do mundo árabe e a referência ao sucesso dos nacionalismos alemão e italiano. Pode, pois, afirmar-se que o movimento procede também da Europa.

O despertar foi precipitado pelo primeiro conflito mundial, para o qual o mundo árabe foi arrastado por fazer parte do Império Otomano, que alinhou ao lado dos impérios centrais. Por tabela, os aliados, que se converteram também, por meio dos seus prolongamentos ultramarinos, em potências muçulmanas — a Grã-Bretanha no Egipto e nas Índias, a França na Argélia e nos seus protectorados tunisino e marroquino, a Itália desde que conquistou a Tripolitânia —, procuram atiçar o nacionalismo árabe contra Constantinopla. A diplomacia britânica encoraja, em especial, as ambições da dinastia hachemita, que controla as cidades santas. É o grande projecto de Lawrence, que procura reconstituir um reino árabe, do Mediterrâneo ao oceano Índico e da Anatólia ao mar Vermelho, em benefício de Hussein e da sua casa.

A queda do Império Otomano, em 1918, consumada pela assinatura do Tratado de Sèvres, é um acontecimento capital para o mundo árabe, de importância comparável ao desmoronamento do império dos Habsburgos: os dois impérios, rivais durante tanto tempo, desaparecem simultaneamente, arrastados pela mesma tempestade. É a ruína de uma construção com meio milénio que havia aterrorizado a Europa cristã: a Turquia fica reduzida a Constantinopla e à Anatólia. Sob o choque da derrota, enceta a sua regeneração; Kemal, um general que repeliu os Gregos, extrai os ensinamentos da derrota: se o império sucumbiu, foi porque não conseguira modernizar-se. É preciso aprender com o Ocidente: Kemal rompe com o passado otomano, suprime o califado, laiciza o Estado e a sociedade, funda um regime modernista e autoritário. Mustafá Kemal faz da Turquia uma nação, em lugar do aglomerado de povos que o império dos sultões justapunha.

Também para os Árabes a queda do Império Otomano é um acontecimento capital da sua história: bruscamente libertados do jugo turco, não poderão realizar o seu duplo sonho — independência e unidade? Será um duplo desapontamento. As dissensões levam a melhor sobre a aspiração unitária. Ao mesmo tempo que Hussein e os filhos, apoiados pela Grã-Bretanha, talham reinos no Crescente Fértil, entre o Mediterrâneo e o Tigre e o Eufrates, Ibn Saud expulsa-os das cidades santas e une a península arábica sob o seu domínio. Os Franceses reconquistam Damasco e a Síria a Hussein: é o fracasso do grande projecto de Lawrence. A Síria e o Líbano são atribuídos à França, que recebe um mandato da Sociedade das Nações. A Palestina forma um mandato britânico. Os dois filhos de Hussein têm de contentar-se, Faiçal, com o Iraque, Abdallah, com a Transjordânia. O sonho árabe desfaz-se em pó. Do mesmo modo que o desaparecimento do Império Austro-Húngaro conduziu à fragmentação da Europa danubiana, a queda do Império Otomano conduz ao esboroamento do Médio Oriente: pode, a este respeito, falar-se de uma balcanização.

Quanto à aspiração à independência, foi igualmente traída: as populações árabes só mudaram de amos; as potências ocidentais, que têm as mais variadas razões para se interessarem por esta região — uma tradição histórica para a França, a preocupação estratégica de assegurar o controle das vias de comunicação, a rota das Índias e o canal de Suez para a Inglaterra, as riquezas petrolíferas —, substituem Constantinopla. A França e a Grã-Bretanha dividem entre si os mandatos: Líbano e Síria para uma, Palestina, Iraque e Transjordânia para a outra.

Nem por isso o nacionalismo árabe renuncia aos seus objectivos: a emancipação e a unidade. A emigração judaica para a Palestina, que cresce na sequência da promessa feita por Londres ao movimento sionista, em 1916, de autorizar o estabelecimento de um domínio nacional para o povo judeu, concita a animosidade dos Árabes contra as colónias sionistas e a potência mandatária e cimenta a sua unidade, contrariada em todas as outras questões pelas rivalidades. Tendo em conta a dominação ocidental, certos nacionalistas árabes vêem numa vitória do Eixo a via para a independência: para além disso, não declarou o nacional-socialismo guerra aos Judeus? É em Berlim que o grande mufti de Jerusalém se refugia. Quando o *Afrika Korps* de Rommel chega a poucas centenas de quilómetros do canal de Suez, os Egípcios não são aliados seguros para os Britânicos. Em 1941 estala no Iraque uma insurreição que ameaça a presença britânica: é para enviar aos homens de Rachid Ali material e reforços que o governo alemão exige então do governo de Vichy, que não lha recusa, desprezando os compromissos do armistício de 1940, a autorização para a utilização dos aeródromos da Síria. E é pela mesma razão que os Britânicos invadem a Síria e o Líbano. Aqui também o futuro dos nacionalismos locais está ligado ao curso da guerra mundial.

14.2. A conquista da independência depois de 1945

O primeiro objectivo foi atingido: em poucos anos o mundo árabe subtraiu-se integralmente ao domínio político ocidental. Antes de 1939 já a Grã-Bretanha renunciara ao seu mandato sobre o Iraque. É sobre a França, enfraquecida pela derrota e contra a qual os nacionalismos têm o apoio da Grã-Bretanha, que são alcançados os primeiros êxitos: o governo francês é obrigado a conceder a independência ao Líbano e à Síria. Os nacionalismos viram-se então contra a presença britânica. Todo o Médio Oriente, sobretudo após a expulsão da França, é uma zona de influência britânica. Sem dúvida, Londres aceitara satisfazer em 1936 a reivindicação nacional dos Egípcios, cuja expressão principal era o Partido Wafd, concedendo-lhes a independência. Mas esta era mais nominal do que real: com base no tratado, os Ingleses continuavam a ocupar o país, onde mantinham bases militares, e exerciam um domínio conjunto com o Egipto sobre o Sudão, no qual a partilha dos poderes era desigual. É sob a égide da Grã-Bretanha que se constitui a Liga Árabe, que agrupa todos os Estados da região. Na época, os Estados Unidos estão ausentes; não intervirão antes de finais dos anos 50, em especial no Líbano, onde os *marines* desembarcarão em força. Os

nacionalistas minam as bases estratégicas e económicas da supremacia britânica e atacam as suas criaturas: o rei da Transjordânia, Abdallah, é assassinado em 1951 em Jerusalém; em 1958, a dinastia iraquiana e o inamovível primeiro-ministro, suspeitos de complacência em relação aos interesses britânicos, são massacrados. No Egipto, uma guerrilha persegue as unidades britânicas na zona do canal: em Julho de 1952, o rei Faruk é obrigado a abdicar sob a pressão do movimento militar dos oficiais livres. Por toda a parte se estabelecem, através de golpes de Estado militares, regimes autoritários, que assumem referências a um vago socialismo, cujas primícias julgam por vezes poder encontrar no Corão e que é uma forma de oposição ao Ocidente capitalista e de reconhecer o apoio solícito de uma União Soviética satisfeita por conquistar posições no seu confronto com o bloco do Atlântico.

Os movimentos combatem tanto contra a supremacia económica do Ocidente como contra a sua hegemonia política. Neste combate, duas decisões fazem história: em 1951, o governo iraniano do Dr. Mossadegh nacionaliza o petróleo, pondo fim ao monopólio da Anglo-Iranian Oil Company; em Julho de 1956, o coronel Nasser, ferido pela recusa dos Estados Unidos em financiarem a construção da barragem de Assuão, anuncia a nacionalização do canal de Suez. Ambas as nacionalizações infligem uma perda de prestígio ao Ocidente e lesam os seus interesses. Relativamente ao regime de capitulações, herdado do Império Otomano, é uma inversão da situação, comparável ao que a China tentara com o movimento dos Boxers; mas a diferença está em que, depois de 1945, o Ocidente tem de aceitar a afronta: a expedição ao Suez, desencadeada pela França e pela Grã-Bretanha com a colaboração de Israel para obrigar Nasser a recuar e provocar a sua queda, salda-se por um fiasco; os dois governos têm de regressar, sob a pressão dos dois grandes, por uma vez solidários (1956). Acabaram os tempos da política da canhoneira: esgotou-se a solidariedade das potências ocidentais, a Europa deixa de poder impor a sua lei.

No Médio Oriente foi indirectamente sobre os escombros do domínio otomano que se estabeleceu a independência dos Estados da região. Mais a ocidente, da Cirenaica ao Atlântico, o despertar do sentimento nacional está perante governos europeus, francês e italiano, uma colonização europeia, uma impregnação ocidental mais profunda. As fontes do nacionalismo não diferem, porém, substancialmente: a influência ocidental é apenas mais forte e a reivindicação alimenta-se de referências aos princípios democráticos. A derrota custou à Itália a Líbia, que alcançou a independência em 1950. Na África do Norte francesa, a reivindicação era anterior à Segunda Guerra Mundial: a Tunísia foi palco de uma agitação intermitente nos anos 30; sob o impulso de Habib Burghiba, o movimento do Néo-Destour reclama a autonomia. Na Argélia, o nacionalismo de inspiração religiosa, que opõe a fidelidade ao islão às influências do Ocidente, cristaliza no movimento dos ulemás em torno do *sheik* Badis; por volta de 1936, uma outra corrente mais populista, que a certa altura esteve próxima do comunismo, surge pela iniciativa de um tribuno popular: Messali Hadj; ao mesmo tempo, os elementos letrados e reformistas encontram no

manifesto de Fehrat Abbas a expressão da sua aspiração a uma Argélia que se administre livremente, mas continuando associada à França. Em Marrocos constituiu-se em torno da figura de Allal El-Fasi o Partido do Istiqlal, designação que significa independência. As desordens que agitaram Constantina em 8 de Maio de 1945, na região de Setif, são reprimidas com as últimas energias. O parlamento adopta em 1947 um estatuto para a Argélia, mas as suas disposições tornam-se inoperantes perante as fraudes sistemáticas e as pressões administrativas. A insurreição que começa em Toussaint em 1954 coloca a questão em termos radicalmente novos: já não se trata de autonomia e os elementos moderados agrupam-se progressivamente na Frente de Libertação Nacional. Ao cabo de oito anos de guerra, que determinaram a queda da IV República e conduziram ao poder o general De Gaulle, os acordos de Évian (Março de 1962) concederam a independência total à Argélia: concluem a emancipação de todo o Norte de África depois da independência da Tunísia e de Marrocos, negociada em 1954-1955. Em 1962, o mundo árabe, do golfo Pérsico ao Atlântico, conquistou inteiramente a independência.

14.3. O fracasso da aspiração unitária

Se o nacionalismo árabe alcançou o seu primeiro objectivo, a independência, não conseguiu constituir uma nação árabe unificada. O sonho da unidade permaneceu uma quimera, mas nem por isso faltaram as tentativas de reagrupar, total ou parcialmente, o mundo árabe em torno de um Estado (podem contar-se uma boa meia dúzia) ou os pretendentes à direcção desse conjunto: Nasser e Kadhafi tentaram-no sucessivamente. Contudo, frustraram-se todos os projectos e os agrupamentos que ultrapassaram a fase das intenções pouco duraram: a tentativa que foi mais longe, fundindo a Síria e o Egipto numa república árabe unida sob a autoridade de Nasser, durou apenas três anos e meio (Fevereiro de 1958-Setembro de 1961). Os outros projectos — Federação Iraquiano-Jordana, Confederação dos Estados Árabes Unidos, união total do Egipto e da Líbia, ou da Líbia e da Tunísia — não ultrapassaram o estádio de projectos e abortaram ao primeiro obstáculo.

São numerosas as causas desta impotência para dar consistência à aspiração unitária. Em primeiro lugar, as contradições entre as ambições concorrentes dos Estados, cada um sonhando realizar a unidade sob a sua autoridade: no tempo de Nasser, cuja popularidade entre as massas não tinha equivalente, o Egipto era o mais bem posicionado; a morte do *raïs* e depois a paz separada que Sadat concluiu com Israel, eliminaram as suas possibilidades: por ter negociado com o inimigo sionista, foi posto de quarentena pelos outros Estados. Kadhafi, com a força da riqueza que o petróleo lhe providenciava, pretende reacender o facho, mas as suas iniciativas desastradas subtraem-lhe as simpatias e suscitam uma desconfiança generalizada. Entre os Estados vizinhos, os litígios fronteiriços e a cobiça sobre os mesmos territórios provocam tensões; é o caso do antigo Sara

espanhol, entre Marrocos, que, em nome dos laços históricos, o considera parte integrante, e a Argélia, que não poupa o seu auxílio à Frente Polisário, que combate pela fundação de uma república saraui, ou entre o Iraque e o Irão, que se consumiram durante oito anos numa guerra fratricida a propósito do Chate Alárabe*.

Outro obstáculo a qualquer progresso em direcção à unidade: as diferenças de regimes e o antagonismo das ideologias. O mundo árabe está dividido entre regimes conservadores — monarquias, como as da Arábia Saudita e da Jordânia, que praticam um anticomunismo implacável e uma política externa geralmente solidária com o Ocidente — e regimes ditos progressistas, que, em geral, se construíram sobre as ruínas de uma monarquia e se proclamaram repúblicas — a Síria, o Iraque —, que se afirmam revolucionárias, tomando como referência um socialismo mal definido como forma de obterem o apoio das massas e adoptando uma política externa conforme às orientações soviéticas. A divisão dos dois grandes blocos também atravessava esta parte do mundo.

A posse de vastas reservas petrolíferas, cujo embargo em 1973 revelou que podiam constituir um meio de pressão sobre a Europa, cavou um fosso entre os Estados ricos em petrodólares, onde o PNB *per capita* atinge o nível dos países mais ricos, e aqueles que as privações e o superpovoamento precipitam no campo dos países pobres.

A própria religião, que constitui o principal factor de unidade, a referência comum, divide por vezes mais radicalmente ainda do que todos os outros factores: o ódio que desde há mais de mil e quinhentos anos sunitas e xiitas se juraram é uma das componentes da guerra entre o Irão e o Iraque.

O único elemento que mantém, ou restabelece, alguma unidade no mundo fragmentado é a existência de Israel: inicialmente contra o sionismo e a partir de 1948 contra o Estado hebraico, o conjunto do mundo árabe torna-se solidário. Desde a proclamação da existência de Israel, os exércitos egípcio, sírio, jordano, iraquiano, convergem para liquidar no ovo o Estado nascente: em vão. A partir de então, outras três guerras, ora por iniciativa dos Árabes, ora de Israel, opõem o Estado hebraico aos seus vizinhos: 1956, 1967, 1973. Todas terminaram com a derrota dos vizinhos de Israel. As derrotas sucessivas não deixaram de ter consequências para os beligerantes: no Egipto a queda da monarquia foi a sanção do azedume dos militares. A repetição dos fracassos rompe a frente unida: o Egipto, que alcançara algum prestígio com os sucessos iniciais de 1973, aceita dialogar com Israel, e os acordos de Camp David, negociados sob a égide dos Estados Unidos, restauram a paz numa das frentes. A partir da sua vitória fulminante em 1967, Israel ocupa a

* Após o final da guerra com o Irão, que terminou sem vantagem significativa de qualquer dos contendores, o Iraque de Saddam Hussein levou muito longe as suas pretensões hegemónicas no mundo árabe, chegando a ocupar o Koweit em 1990. A nova situação internacional permitiu, porém, a intervenção de uma força militar multinacional conduzida pelos Estados Unidos no sentido de fazer respeitar as resoluções das Nações Unidas. Esta intervenção militar e as condições que lhe foram impostas levaram ao enfraquecimento do Iraque enquanto potência regional. *(N. do R.)*

Cisjordânia: desde então a reivindicação de uma pátria afirma-se entre os habitantes dos territórios ocupados. Enquanto não for encontrada uma solução para o conflito que opõe o Estado de Israel aos seus vizinhos e o destino dos Palestinianos não tiver sido decidido externa ou internamente, não poderá haver paz no Médio Oriente*.

O último grande acontecimento que afectou esta região com um alcance histórico que se aproxima, pelo menos para o mundo árabe e talvez para o conjunto do mundo muçulmano, do da revolução de 1917 ou da vitória do comunismo na China, foi a revolução islâmica que depôs o xá da Pérsia. A onda de choque que se sucedeu ao regresso do Khomeyni varreu todo o mundo islâmico, atacando violentamente os regimes conservadores, desenvolvendo aspirações revolucionárias e pondo em causa o equilíbrio de forças na região. O temor que o regime dos ayatollahs inspira aos regimes monárquicos e conservadores explica que na guerra entre o Irão e o Iraque tenham feito votos pela vitória deste, ainda que fosse o agressor e eles não tivessem qualquer simpatia pelo seu regime e pela sua inspiração.

14.4. O islão no mundo

Olhemos agora para lá do segundo círculo — o mundo árabe no sentido restrito ou amplo do termo — e ampliemos a perspectiva à dimensão do conjunto dos países onde o islão está presente: o islão é uma das grandes religiões universais, possuindo uma mensagem que se dirige a todos os homens e que não se circunscreve portanto às circunstâncias de lugar e de tempo que rodearam o seu aparecimento. O islão está, efectivamente, espalhado por todo o mundo, mas principalmente na Ásia e em África. O número de crentes aproxima-se dos mil milhões; um homem em cada seis é muçulmano; um quarto dos Estados membros da ONU fazem também parte da Organização da Conferência Islâmica. O mundo muçulmano é, pois, uma componente fundamental do mundo de hoje e constitui potencialmente uma das linhas de força que desenharão a imagem do mundo de amanhã.

O seu peso no destino da humanidade será tanto mais decisivo quanto mais, ao contrário do cristianismo — que recebeu do Evangelho a distinção entre o religioso e o político, o domínio da consciência individual e a competência da sociedade —, o islão ignorar a laicidade e a diferença entre as condutas privadas e os comportamentos colectivos. A lei religiosa é a lei do Estado, o Corão é simultaneamente o código civil e a constituição. Esta confusão, que implica um

* Com o regresso dos trabalhistas ao poder em Israel encetaram-se conversações de paz em que, para além do Estado hebraico e dos seus vizinhos, participaram representantes locais dos Palestinianos. Mais tarde, e depois de contactos mantidos em segredo, o governo de Israel negociou directamente com a Organização de Libertação da Palestina, tendo em vista a concessão de um estatuto de autonomia aos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia. *(N. do R.)*

Estado confessional — o rei de Marrocos é também o chefe dos crentes —, proíbe aos muçulmanos a mudança de religião, exclui a liberdade de outros cultos, interdita todo o proselitismo e condena os cidadãos ou os sujeitos de uma outra religião a um estatuto de menoridade — como a minoria copta no Egipto, que conta sete ou oito milhões de apoiantes, com direitos inferiores aos dos seus compatriotas muçulmanos. As sociedades onde o islão domina vivem sempre sob o regime da religião de Estado, que as nações ocidentais repudiaram gradualmente. Alguns destes Estados incluem na sua designação oficial a referência explícita ao islão: Républica Islâmica do Irão ou da Mauritânia. A capital do Paquistão chama-se Islamabad e Paquistão significa país dos puros. A Arábia Saudita, que é, em certos aspectos, um país bastante moderno, não tolera qualquer actividade religiosa ou qualquer outro culto que não seja o islâmico.

Existe também, mas o facto não é exclusivo do islão, uma osmose entre a fidelidade às prescrições do Corão e o sentimento nacional: a observância escrupulosa do ramadão num país europeu, por exemplo, é tanto uma maneira de afirmar a identidade nacional como um sinal de fidelidade religiosa. A adesão ao islão é a mola do nacionalismo: no Afganistão, a resistência à invasão do exército soviético procede quer da rejeição de uma ideologia ateia, quer do impulso de independência de um povo invadido e ocupado. Isto equivale a dizer que a realidade do islão tem grandes consequências nas relações internacionais.

Ora, o mundo islâmico é percorrido há algumas décadas por um movimento de renovação que se caracteriza pela rejeição de qualquer valor estrangeiro pelo islão, por uma interpretação literal do Corão, rigorista das suas prescrições e que para o islão é o homólogo dos fundamentalismos protestantes ou do integrismo católico: os islamólogos convencionaram aplicar a esta forma de despertar a designação de islamismo*. O fenómeno não é de ontem — manifesta-se periodicamente na história do islão: o vaabismo, em que se inspira ainda hoje a dinastia reinante na Arábia, era no seu tempo uma variante deste movimento recorrente. Mais perto de nós a confraria dos Irmãos Muçulmanos, fundada no Egipto em 1929, conheceu um rápido desenvolvimento, contando com milhões de adeptos já no princípio dos anos 50 e causando graves dificuldades aos governos. Longe de perder a sua combatividade com a emancipação da dominação ocidental, o islamismo encontrou na evolução recente do mundo árabe novas razões de ser: a revolução iraniana conferiu-lhe um dinamismo acrescido. Milita para que a *charya,* a lei religiosa, se torne a lei do Estado e se imponha a todos, crentes ou não, o que é um facto consumado em alguns países: Paquistão, Irão, Sudão. Nos países onde, em virtude da presença europeia, se elaborara uma síntese feliz entre as raízes históricas e as influências ocidentais, em particular

* Na linguagem de uso corrente, o termo *islamismo* é identificado com a religião islâmica, reservando-se expressões como *fundamentalismo* ou *integrismo* a este movimento de regresso à pureza dos princípios. *(N. do R.)*

no Norte de África, a atracção do islamismo compromete os frutos desta simbiose: a reacção contra o modernismo e o laicismo ameaça apagar os efeitos da educação democrática*.

Analisado numa perspectiva de longo prazo, o despertar do fundamentalismo muçulmano comporta uma incógnita, cujo desfecho interessa a todo o mundo. Esta região do Globo é chamada a desempenhar um papel crescente, quanto mais não seja pela sua explosão demográfica perante o envelhecimento da Europa: ora, ela é solicitada por correntes opostas e influências que se opõem. De um lado, uma solidariedade, a que chamaria horizontal, porque se exerce no sentido das latitudes, de leste para oeste, que procede da comunidade de religião e de civilização, que tem a sua sede no coração do mundo árabe e o seu epicentro na Ásia: Marrocos e o Iraque, a Tunísia e o Paquistão têm em comum o facto de pertencerem ao islão. É o legado de uma história mais que milenária. Entretanto, outras influências orientam estes países no sentido vertical, em direcção à Europa, em resultado de uma simbiose mais ou menos prolongada com as metrópoles. A primeira joga a favor do regresso às tradições mais antigas, da restauração de um islão fechado em si mesmo; as segundas militam a favor da abertura e da modernidade.

Destas duas tendências, quem poderá prever qual prevalecerá? Podia pensar-se, na época da descolonização, que a influência do passado mais recente, a do Ocidente, seria mais forte e que o tempo favoreceria a sua consolidação. Mas a experiência do último quarto de século mostra que o passado mais remoto não foi abolido: ele emerge das profundezas da memória colectiva. Esta incerteza é um exemplo, talvez o mais impressionante, de uma interrogação que domina o futuro do mundo desde o fim da supremacia do Ocidente: a colonização assegurara, em condições porventura discutíveis, mas que foram eficazes, uma certa unidade de civilização, a referência a valores comuns, ainda que por vezes os comportamentos os desmentissem. Na ausência deste constrangimento, saberá a humanidade encontrar o meio de edificar uma civilização comum, ou terão os particularismos de toda a ordem, históricos, religiosos, ideológicos, culturais, a última palavra, transformando o mundo numa imensa Babel e arruinando o que permanece, provavelmente, como a melhor parte da colonização?

* Na Argélia, por exemplo, o movimento integrista, dotado de uma organização política, a Frente Islâmica de Salvação (FIS), teve uma vasta adesão, que se exprimiu, inclusivamente, em vitórias eleitorais. Para excluírem a possibilidade da formação de um governo da FIS, os militares tomaram o poder e suprimiram os direitos políticos. Em resposta, os integristas passaram à clandestinidade e desencadearam uma campanha de terror, que se concretizou em numerosos atentados. Os Estados ocidentais, designadamente a França, hesitaram entre o apoio a um regime que impediu o acesso ao poder do islamismo — tido como um perigo maior para o Ocidente — e a defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos. *(N. do R.)*

15

Os outros mundos

Se, imediatamente a seguir à guerra, o confronto entre os dois grandes vencedores e a constituição, forçada ou voluntária, de dois blocos antagonistas em torno deles causaram, durante algum tempo, a impressão de que o mundo se reduzia a essa bipolaridade, depressa se verificou que nem todos os parceiros se acomodariam a tal situação: desde 1948 que a dissidência jugoslava abalava a coesão do bloco comunista. A descolonização, emancipando numerosos povos, diversificava a paisagem internacional. Nem todos estes países, que começavam a existir por si próprios, estavam dispostos a passar de um estado de submissão e dependência colonial para o de satélites de um ou outro dos dois grandes: por muito pouco que a sua localização no planeta ou os próprios recursos lhes permitissem subtrair-se a uma dependência total dos mais ricos, optaram por um não alinhamento. Desde 1955 que o encontro, em Bandung, de países que acabavam de ascender à soberania, em torno do Egipto de Nasser, da Índia de Nehru, da China representada por Chou En-lai, manifestava a necessidade da emergência de um terceiro mundo e afirmava um desejo de neutralidade.

O rápido êxito da designação de «Terceiro Mundo», inventada por Alfred Sauvy e adoptada universalmente em poucos anos, foi o sinal do aparecimento de um terceiro grupo de países com o qual os Ocidentais e o mundo comunista teriam cada vez mais de contar. Hoje, com a multiplicação dos Estados nominalmente soberanos, esta terceira componente do sistema das relações internacionais é de longe a mais numerosa: perto de três quartos das Nações Unidas.

A denominação de «Terceiro Mundo» tinha também um outro significado que, na origem, se confundia com o precedente: designava países que, pela sua pobreza natural ou pelas sequelas da descolonização, sofriam de um atraso económico e de um nível de vida muito inferior. A designação era sinónima de países subdesenvolvidos, expressão que, considerada pejorativa e aviltante pelos interessados, deu rapidamente lugar a outra, menos ofensiva, de países em vias de desenvolvimento.

Em trinta anos as grandes mudanças que se operaram nestes países romperam a unidade do grupo: o Terceiro Mundo amalgamaria uma grande variedade de situações. Seguiram evoluções divergentes: certos países atingiram um grau de desenvolvimento muito avançado e quase alcançaram os países mais desenvolvidos; já evocámos os «dragões» da Ásia. Outros estagnam, outros ainda regridem, seja pela aplicação de uma política subordinada a quimeras ou a utopias ideológicas, seja pelo excesso de população, de tal modo que o número de bocas a alimentar cresce mais depressa do que os meios de subsistência: é o caso de diversos países africanos ou asiáticos. Para evitarem perder irremediavelmente a corrida de velocidade entre a progressão demográfica e os progressos da agricultura, alguns governos tentaram travar o crescimento da população,

recorrendo a soluções radicais, como a Índia, impondo a vasectomia, ou a China, aplicando sanções pesadas aos segundos nascimentos. Isto quer dizer que, sob a rubrica «Terceiro Mundo», coexistem os mais diversos casos citados. Com os grandes países da Ásia e o mundo árabe evocámos já vários tipos.

Dois outros mundos fazem parte deste Terceiro Mundo: dois grandes conjuntos geográficos e demográficos, à escala de um continente cada um; de um lado, a África ao sul do Sara, povoada principalmente por negros; do outro, a América Latina, do Rio Grande até aos confins do oceano Antárctico. Duas grandes massas humanas, mais de 400 milhões de habitantes para cada uma, mas com taxas de crescimento que fazem prever que, no próximo século, terão grande peso na balança de forças.

15.1. A África negra

Este continente é o exemplo mais acabado da colonização. Foi objecto de uma partilha integral entre as potências europeias: a Conferência de Berlim, em 1885, registou as conquistas feitas e formulou simultaneamente as regras para a ulterior apropriação dos territórios que ainda não haviam sido colonizados. Alguns anos mais tarde, quase não restava um que não estivesse sob dominação estrangeira. A maioria das nações europeias participam na divisão, ainda que em proporções desiguais. As primeiras, Grã-Bretanha e França, talharam vastos impérios, cujos fragmentos reuniram pacientemente para constituírem um todo; os outros, que chegaram mais tarde, contentaram-se com os restos e preencheram os vazios intersticiais, mas que eram ainda bons bocados: a Alemanha, a Bélgica, por intermédio do rei Leopoldo II, a Espanha, Portugal.

Os Europeus, ainda que aqui e ali tenham enfrentado vivas resistências, não encontraram, como na Ásia ou no Norte de África, grandes impérios e reinos com uma história gloriosa. O subpovoamento de algumas regiões, as rivalidades étnicas, o atraso económico, a ausência de elites letradas, conduziram a que as populações desta África suportassem o estatuto de colónias com mais resignação do que em qualquer outro lugar e explicam que não tivessem aparecido até à Segunda Guerra Mundial movimentos de revolta comparáveis aos que, noutros quadrantes, haviam começado a pôr em causa a dominação europeia.

É a partir de 1945 que se inicia o movimento que vai conduzir quase toda a África à independência. Realiza-se a ritmos desiguais, em momentos escalonados no tempo, e escolhe vias diferentes, consoante as metrópoles, mas o resultado é o mesmo em toda a parte: o fim da dependência, pelo menos política. Tal como se antecipara na Ásia às outras potências, também em África a Grã-Bretanha é a primeira a conceder a independência a um território: em 1954, a Gold Coast, rebaptizada de Gana pelos novos dirigentes com base no nome de um antigo império que tivera uma história gloriosa, e depois a Nigéria. A França, fiel à sua política tradicional de assimilação, recusa separar-se das colónias: na sequência da conferência de Brazzaville, propõe-se tornar franceses os seus habitantes. A evolução

das relações entre a metrópole e os territórios ultramarinos ajusta-se às flutuações da política interna. A Constituição da IV República integra a África negra na República Francesa: todos os habitantes, europeus ou africanos, elegem deputados à Assembleia Nacional, que participam nas deliberações parlamentares e mesmo nas responsabilidades governamentais. Assim se prepara a independência por intermédio de um pessoal que faz a aprendizagem da vida política no quadro das instituições francesas. O trabalho forçado — sobrevivência ou prolongamento da escravatura — é abolido em 1946: a partir de então não existe senão trabalho voluntário e remunerado. Uma lei-quadro assinala em 1956 uma nova etapa, organizando o acesso ao *self government*. Respondendo maciçamente *sim* ao referendo de 28 de Setembro de 1958 — com excepção da Guiné, cuja recusa é sancionada imediatamente com a exclusão da comunidade —, a África e Madagáscar exprimem o desejo de permanecerem num conjunto francês: quatro anos bastarão para que todos peçam e obtenham do general De Gaulle a independência e a admissão na ONU com o patrocínio da França. Se os laços de dependência política são cortados, subsistem todos os outros: económicos e culturais.

Se a emancipação se realizou, desta forma, para as colónias francesas da África negra por etapas e sem violência, o mesmo não aconteceu com o Congo Belga e as colónias portuguesas de Angola e Moçambique. Como o governo belga não previra nem preparara a independência, a ruptura fez-se nas piores condições: a ausência de elites preparadas para conterem a explosão das rivalidades tribais precipitou a colónia, rebaptizada de Zaire, no caos. Quanto a Portugal, o regime de Salazar opunha uma recusa categórica à ideia de perder os últimos vestígios do que fora um dos mais antigos impérios e enviou um contingente para África para enfrentar a guerrilha. Foi a revolução dos cravos que, ao derrubar o regime em 1974, pôs fim à guerra: os novos dirigentes saídos da sublevação militar concederam a independência às colónias.

O movimento de descolonização progrediu, assim, de norte para sul, detendo-se à entrada da África do Sul: vinte anos depois da independência do primeiro território, todo o continente fora libertado, excepto a África austral, onde a situação apresenta características absolutamente particulares: nela coexistem uma população branca — africânderes (descendentes dos emigrantes holandeses, os Bóeres) e britânicos — e uma população autóctone muito mais numerosa. Para preservar o seu domínio, a minoria branca instaurou, em 1948, o *apartheid*, um regime de separação rigorosa entre as duas populações, cujas disposições discriminatórias reúnem contra si a unanimidade dos povos africanos*. É mesmo

* O isolamento da África do Sul, as sanções estabelecidas pela comunidade internacional e o recrudescimento do protesto da maioria negra levaram o presidente Frederik de Klerk a iniciar um processo de transição, tendo em vista a criação de um regime que, abolindo o *apartheid*, configurasse um Estado multirracial. Após prolongadas negociações com as diferentes forças da oposição, designadamente com o Congresso Nacional Africano (ANC), foi definida uma constituição provisória e marcaram-se eleições legislativas e presidenciais. Em 1994, o sufrágio universal, que deu voz à população negra, conferiu a maioria absoluta ao ANC e colocou na presidência da República o seu dirigente Nelson Mandela, que passara largos anos na prisão. A África do Sul deixou então de ser o único território da África negra governado por uma minoria branca. *(N. do R.)*

o único ponto em que se mostram solidários, do mesmo modo que a luta contra o Estado de Israel é o único ponto que cimenta a unidade árabe. A aspiração à unidade do continente, herdada do movimento pan-africanista, suscitou a criação da Organização de Unidade Africana, que reúne periodicamente todos os chefes de Estado da África que se tornou independente, mas a instituição revelou-se impotente para arbitrar os diferendos entre os membros e para definir e aplicar uma política comum.

O acesso à independência fez-se no quadro das antigas colónias: foi, pois, a divisão operada pelas potências europeias, pela conquista ou pela negociação, que condicionou o número e a configuração dos novos Estados: divisão eminentemente artifical, que não teve em conta os dados geográficos e menos ainda os demográficos, resultando apenas de circunstâncias contingentes. Por exemplo, na África tropical, a colonização, partindo da costa, penetrara em cunha no interior, reunindo diferentes zonas climáticas e de vegetação, da floresta tropical à savana, dissociando umas etnias, agregando outras. O facto de o sentimento de pertença étnica ser ainda mais forte do que a consciência nacional é uma circunstância que não favorece a constituição das novas entidades, em que o Estado precede a nação. Pior ainda, como as mesmas etnias foram frequentemente partilhadas por Estados vizinhos, enquanto outras etnias que combatiam há séculos foram obrigadas a viver no interior das novas fronteiras, a colonização legou aos novos Estados uma herança de aspirações à fuga para lá dos limites das invejas intestinas. Por isso, a emancipação foi seguida de uma profusão de guerras tribais, de tentativas de secessão: do Catanga contra o governo de Kinshasa no antigo Congo Belga, dos Ibos para criarem um Estado do Biafra na Federação da Nigéria, entre Tutsis e Hutus no Burundi*. Por todo o lado estes movimentos foram reprimidos e sufocadas as tentativas para pôr em causa as fronteiras herdadas da colonização. Se há um ponto sobre o qual os governos africanos se mostram todos solidários, esse é o da inviolabilidade da divisão territorial: sabem muito bem que a unidade nacional é ainda demasiado precária para correrem o risco de uma revisão das fronteiras.

A construção territorial é frágil, mas a constituição política não o é menos. Na ausência de uma consciência nacional, de uma tradição de serviço público, de uma elite culta, a maioria dos Africanos instruídos preferem ficar na Europa. Com excepção de alguns países que escaparam à instabilidade, como o Senegal de Léopold Senghor, a Costa do Marfim dirigida desde a independência por Houphouët-Boigny, que tinham adquirido grande experiência nos governos da República Francesa, ou da Tanzânia, os governos civis foram derrubados por golpes de Estado militares. O exército não é apenas a única força, presume-se investido de uma responsabilidade nacional, porque é o cadinho da unidade nacional. A ditadura militar é hoje em dia a forma de regime mais difundida ao

* Onde mesmo a secessão não resolveu a questão. Em 1993-1994, no Ruanda, a guerra tribal entre Tutsis e Hutus atingiu uma violência extrema, provocando mais de meio milhão de mortos, para além de inúmeros refugiados. *(N. do R.)*

sul do Sara. Oficiais cuja carreira se iniciara ao serviço da antiga metrópole e que guardaram hábitos de disciplina e por vezes de autoridade, revoltados com a corrupção dos dirigentes políticos ou preocupados com ameaças de divisão que o regime dos partidos comporta, tomaram o poder, suspenderam as liberdades e as garantias jurídicas, desbarataram os políticos e dissolveram os partidos. Nem mesmo estes governos militares podem estar certos da estabilidade, porque frequentemente um oficial mais jovem e ambicioso derruba o mais velho por um novo golpe de força. Para justificarem a sua intervenção estes ditadores defendem que o Estado é demasiado jovem para adoptar as instituições ocidentais tal como são, que o povo ainda não tem maturidade para a democracia e que apenas um poder autoritário pode ao mesmo tempo extirpar os germes de dissensão, recuperar o atraso da economia e garantir um mínimo de igualdade e justiça social.

De facto, a situação económica da maioria destes países não é satisfatória. A dependência económica subsistiu para além do fim da subordinação política. Muitas vezes a prosperidade colectiva e o nível de vida individual estão estreitamente dependentes de uma monocultura, o cacau para o Gana ou a Costa do Marfim, ou da exploração de um único recurso mineral, o cobre para a Zâmbia. O país produtor não é senhor do processo de fixação dos preços: as cotações variam em função da procura e os termos de troca são estabelecidos na Europa ou nos Estados Unidos: uma simples diminuição da procura pode levar os produtores à ruína. A venda dos produtos nacionais não é suficiente para formar um capital que permita investir e diversificar as fontes de riqueza. Destes Estados, muitos só equilibram o orçamento graças aos empréstimos ou aos subsídios a fundo perdido das antigas metrópoles. Alguns anos após a independência, o agrónomo René Dumont publicava um livro que causou então alguma celeuma: tinha por título *L'Afrique noire est mal partie**. Vinte anos depois, não parece que, à excepção de alguns êxitos, haja razão para mudar este juízo.

Como a descolonização se operou quase por todo o lado de forma amigável e sem guerra aberta, ao contrário do curso que tomara na Ásia ou no Norte de África, a maioria dos novos Estados conservaram ou restabeleceram relações estreitas e cordais com as antigas metrópoles. As antigas colónias britânicas aderiram à Commonwealth e preservaram os usos, os costumes, a língua e os desportos britânicos. As antigas colónias francesas fazem parte da zona do franco e beneficiam de uma cooperação técnica e cultural importante por parte da França. O francês é a língua comum deste vasto conjunto e foram os dirigentes africanos que desempenharam o papel principal na constituição de um espaço francófono em todo o mundo: o Zaire e as colónias espanholas aproximaram-se dele, formando uma vasta área onde a cultura latina encontrou um campo para se desenvolver. Em compensação, estes agrupamentos de povos e de Estados cujo princípio de unidade reside na herança do período colonial abrem-nos ao mundo e substraem-nos aos inconvenientes do isolamento, que o caso da Guiné,

* A África negra começou mal. *(N. do R.)*

onde o nível de vida se degradou, mostrou que não poderia ser a solução para sair do subdesenvolvimento.

15.2. A América Latina

Ainda que se inclua frequentemente a África e a parte meridional do continente americano sob a designação comum de Terceiro Mundo, na perspectiva da história as diferenças entre estas duas regiões suplantam aquilo que pode aproximá-las. Têm seguramente em comum o facto de terem sido colonizadas pela Europa, mas, se o momento na sucessão temporal é um elemento determinante da dimensão histórica dos factos sociais, as diferenças são gritantes: a América Latina foi descoberta, conquistada e dominada cerca de trezentos anos antes da África e emancipou-se muito antes de a colonização penetrar na massa do continente africano: os Estados da América Latina são independentes há mais de um século e a sua existência tem, portanto, uma antiguidade superior à da maioria dos Estados hoje representados nas Nações Unidas. No entanto, o senso comum não deixa de ter razão ao aproximar estes dois conjuntos geográficos: apresentam semelhanças nas instituições políticas, em certos aspectos da economia e mais ainda nos problemas que o seu desenvolvimento hoje coloca.

A história política desta parte do mundo não fica atrás da dos novos Estados da África em instabilidade. Assim, contam-se na Bolívia quase tantos golpes de Estado ou revoluções — uns 130 — como anos decorridos desde a sua independência. A democracia teve grandes dificuldades em implantar-se e o seu enraizamento é ainda precário: dever-se-á à herança de trezentos anos de domínio colonial, às circunstâncias em que a independência foi arrancada, à inexistência de uma burguesia entre os grandes proprietários rurais e uma massa de camponeses sem terra, ao povoamento índio nos Estados dos Andes? Seja como for, o poder foi tomado com frequência por generais: é a terra de eleição daquilo a que se chamou o caudilhismo. No século XX estes regimes são invadidos por preocupações sociais e satisfazem algumas aspirações populares; ditadores como Getúlio Vargas, no Brasil, e Péron, na Argentina, apoiam-se nas massas populares — os descamisados argentinos — e efectuam reformas que lhes granjeiam o reconhecimento e a afeição duradouros dos mais desfavorecidos: ainda hoje o peronismo conserva na Argentina simpatias poderosas. Estes regimes apresentam alguma afinidade com os fascismos europeus contemporâneos pela mistura de autoritarismo, populismo, ambição de combinar a autoridade do Estado com a política social. Exploraram o sentimento nacional contra a dominação dos Estados Unidos e procederam à nacionalização de alguns recursos nacionais.

Desde há cerca de trinta anos uma outra força contribui para a fragilidade dos regimes: uma corrente revolucionária de inspiração marxista que toma Cuba como modelo. Em vários países as forças revolucionárias recorreram à guerrilha e ao terrorismo para desestabilizarem os governos: os Tupamaros no Uruguai,

o Sendero Luminoso no Peru, outros movimentos semelhantes na Bolívia e na Colômbia. Na Nicarágua os sandinistas derrubaram uma tirania e levaram a cabo uma transformação revolucionária. A ameaça de subversão que esta agitação envolve suscitou como reacção um contraterrorismo e forneceu um pretexto ou uma justificação para a tomada do poder pelos movimentos contra-revolucionários: entre 1960 e 1980 instauram-se ditaduras militares no Brasil, no Uruguai, no Chile, na Argentina. As juntas militares, que gozavam frequentemente da simpatia dos Estados Unidos, inspiravam-se numa ideologia dita de segurança nacional e fizeram reinar um terror ofical. Mas nos últimos anos a violência parece recuar, a guerrilha perdeu a sua virulência, salvo na Colômbia e no Peru, e quase todos estes regimes autoritários tiveram de se apagar diante do restabelecimento de uma vida política democrática: primeiro no Brasil, depois na Argentina, na sequência da infeliz guerra das Malvinas, onde os generais se envolveram levianamente. O Chile, que tinha a reputação de ser um dos Estados mais solidamente democráticos do hemisfério sul, é hoje o único onde desde 1973 subsiste um regime deste tipo com o general Pinochet*.

A instabilidade crónica e as convulsões políticas que abalaram este continente encontram uma das suas explicações numa das mais desiguais repartições da riqueza ou mesmo dos bens de primeira necessidade: a opulência está lado a lado com a miséria extrema. No Nordeste brasileiro, os camponeses sofrem de fome e enfrentam a recusa dos grandes proprietários de toda e qualquer reforma agrária. Nos planaltos dos Andes, milhões de índios vivem ainda à margem da civilização. Esta situação não é nova: em certos aspectos remonta aos tempos da dominação colonial, mas a novidade, como acontece em outras regiões do mundo, está no facto de as massas miseráveis que se amontoam nas favelas ou trabalham a terra por um salário irrisório terem tomado consciência de que a sua sorte não era uma fatalidade da Natureza ou da história e de que as reformas ou uma mudança revolucionária poderiam transformar a sua condição; já não se resignam com o mesmo fatalismo a suportar a ordem social estabelecida. A revolução mexicana outrora, a revolução cubana mais recentemente, despertaram ecos: a guerrilha encontra nas massas rurais simpatias que lhe permitem fazer frente às ofensivas das forças governamentais. Principalmente — é talvez o dado que mais modifica o estado de coisas — a Igreja católica, que nesta parte do mundo permanece a força mais importante, apesar do progresso das seitas, especialmente no Brasil, e que tradicionalmente defendia a ordem estabelecida e preconizava a resignação, legitimando indirectamente as desigualdades, tende cada vez mais a colocar-se do lado dos pobres. Se só alguns se envolvem na luta armada ao lado dos revolucionários (como o padre Camillo Torrès na Colômbia), na maioria dos países uma parte do clero, e mesmo do episcopado, denuncia situações de injustiça e toma a defesa das reivindicações populares, em

* No Chile, após um processo de transição sem ruptura, restabeleceu-se entretanto um regime democrático, em que, contudo, o anterior ditador Pinochet preservou para si um lugar na chefia das forças armadas. *(N. do R.)*

particular da reforma agrária. Sempre sem chegar ao ponto de abraçar as posições dos teólogos da libertação, a igreja oficial tomou nos últimos vinte anos uma «opção preferencial» pelos pobres: primeiro, Paulo VI em Medelim e, depois, João Paulo II caucionaram esta orientação. Se esta evolução enfraquece a resistência dos conservadores, poderá indicar uma terceira via entre a defesa incondicional dos regimes sociais e o recurso à violência revolucionária.

A economia destes países padece de um desequilíbrio estrutural nas suas relações externas. Por um lado, alguns obtêm o essencial dos seus recursos de um ou dois produtos, vegetais ou minerais, e encontram-se, por isso, na situação de todos os países de monocultura e de monoindústria, ou seja, na dependência absoluta do mercado internacional. Por outro lado, os mais avançados envolveram-se numa política de investimentos e contraíram empréstimos junto dos países mais ricos ou de organismos internacionais: o seu endividamento atingiu um nível tal que a simples satisfação dos juros absorve a totalidade das suas disponibilidades. Vários foram mesmo obrigados a suspender o pagamento das anuidades e os credores tiveram de negociar um reescalonamento da dívida para evitarem a derrocada de toda a economia mundial. O peso dos capitais norte-americanos e a dependência em relação aos Estados Unidos para o escoamento da produção provocam uma animosidade contra o grande vizinho que serve também para alimentar as correntes revolucionárias.

Não obstante, o conjunto da América Latina tem grandes recursos, um dinamismo demográfico, uma população jovem, riquezas abundantes, economias em expansão, que farão, provavelmente, de alguns destes Estados grandes potências no próximo século. Acresce que, na América do Norte, o elemento hispanófono cresce mais depressa do que os outros e afirma-se cada vez mais: em vários Estados do Oeste dos Estados Unidos o espanhol faz concorrência ao inglês. A hispanidade tornar-se-á porventura no século XXI um contrapeso eficaz à influência anglo-saxónica dominante.

15.3. Países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento

Com a descolonização, a divisão tradicional do mundo entre potências coloniais e colónias desapareceu para dar lugar a outra, que é hoje uma dimensão constitutiva do mundo: entre países ricos e países pobres. A oposição que nos anos 30 os regimes totalitários se comprazem em evocar entre os países capitalistas, supostamente abastados, e as nações consideradas proletárias, os *having* e os *having not*, parece irrisória em comparação com as distâncias que hoje separam os países desenvolvidos dos outros. A consciência desta disparidade suscitou nos últimos trinta anos todo o tipo de iniciativas: mobilizou a reflexão dos economistas, a atenção dos políticos, a generosidade das igrejas e das boas vontades. O desenvolvimento tornou-se a palavra de ordem das relações inter-

nacionais. Desde os anos 70 que a ideia do diálogo ou do triálogo entre grupos de países distinguidos em função do seu nível de vida é um lugar-comum.

Ora, longe de retroceder, o desnível entre ricos e pobres tende a acentuar-se. Apesar das crises, a despeito dos acidentes de conjuntura, em particular dos dois choques petrolíferos, os países mais ricos prosseguem o seu desenvolvimento: não param de aumentar a sua produtividade e o nível médio de vida dos seus habitantes eleva-se, enquanto o atraso dos outros se agrava e em alguns, na Ásia e na África, a explosão demográfica destrói por completo o fruto dos esforços para elevar os rendimentos. A complexidade das evoluções revela o carácter demasiado grosseiro de uma divisão dualista, ou mesmo trialista, com um terceiro mundo constituído em entidade distinta relativamente aos dois blocos baseados na natureza dos regimes e das ideologias. É impossível falar hoje em dia do Terceiro Mundo como um conjunto homogéneo. No grupo de países dos quais se dizia por volta de 1960 que estavam atrasados, alguns fizeram tais progressos que estão em condições de se reunirem ao pelotão da frente e de se tornarem concorrentes temíveis para os países mais desenvolvidos: é o caso dos pequenos «dragões» do Extremo Oriente, que desenham uma espécie de grinalda de penínsulas e ilhas em torno da massa da China continental: Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, Singapura, Malásia e mesmo a Tailândia. Pelo contrário, outros não param de perder terreno e afundam-se no subdesenvolvimento: é o caso da maior parte do continente africano. Distingue-se hoje em dia uma nova categoria, a dos países ditos menos adiantados, em número de 41. Os países que escolheram a via do comunismo e tomaram como modelo a União Soviética ou a China conheceram graves contratempos: o Vietname, atingido pela guerra, está rodeado de vizinhos que alcançaram uma certa prosperidade. A queda do comunismo na URSS e na Europa de Leste exibiu cruelmente o atraso destes países e a falência de um sistema que uma propaganda hábil tinha feito crer que registara desempenhos excepcionais e que era uma solução alternativa ao capitalismo. A Polónia, a Checoslováquia, saíram de quarenta anos de uma economia subtraída às regras do mercado num estado de penúria generalizada, para já não falar da infeliz Roménia, que a megalomania de um tirano precipitou a passos largos no subdesenvolvimento. A reunificação da Alemanha revelou subitamente que mesmo a República Democrática Alemã, a quem se creditavam êxitos industriais, acusava um atraso considerável relativamente à República Federal da Alemanha: a diferença dos níveis de vida entre estas duas partes da Alemanha é, aproximadamente, de dois para cinco. O contraste entre estas duas Europas, cuja supressão será um problema crucial na próxima década, renova uma clivagem que vimos reproduzir-se em todas as eras, a despeito dos esforços de todos os regimes autoritários que se sucederam na parte oriental — dos déspotas esclarecidos aos partidos comunistas — para recuperarem o atraso em relação à outra Europa, a Europa aberta ao mar, a Europa mercantil, a Europa industrial, a Europa liberal e democrática.

O relacionamento mais recente é que os países que estão na dianteira sabem hoje que dependem dos outros: a sua prosperidade exige que os outros participem

nela. Já não pode haver progresso económico no quadro estreito de um Estado-nação, mesmo dos mais ricos e mais extensos; o comércio internacional é o motor da expansão. Por ocasião dos choques petrolíferos a opinião pública dos países desenvolvidos descobriu até que ponto a sua economia era tributária do fornecimento externo de energia e de matérias-primas e tomou consciência da sua fragilidade. A magnitude da dívida dos países que procuram desenvolver-se constitui outra via pela qual se confirma a interdependência das economias: a bancarrota dos países devedores arrastaria a derrocada da economia mundial. Para prevenir semelhante catástrofe, os credores foram obrigados, no seu próprio interesse, a consentir prazos maiores, a reduzir as taxas de juro e mesmo a perdoar parte da dívida. Assim, a crescente diversificação das evoluções e a interdependência cada vez mais estreita de todos os países definem o estado actual das relações entre os povos e os continentes, que sucedem ao estatuto colonial.

16
E a Europa?

No fim deste périplo através dos diferentes continentes, regressemos ao nosso ponto de partida: a Europa, cuja história foi o fio condutor de todo este estudo. É preciso sublinhar que, se a narrativa destes dois séculos e meio de história do mundo, sobretudo no período mais antigo, foi organizada essencialmente em torno dos acontecimentos de que a Europa foi palco e dos quais os Europeus foram os actores, isso não significa que essa história seja a única que merece ser contada, nem tão-pouco, como os Ocidentais muitas vezes pensaram ao falar de continentes de povos adormecidos ou de história imóvel, que os outros continentes não tenham história. Vimos que, nomeadamente na Ásia, tinham a sua história: à medida que progride o conhecimento dos outros continentes, descobrimos a antiguidade das suas civilizações e a riqueza do seu passado. Mesmo naqueles que a ausência de escrita priva das fontes vulgares da historiografia, como a África ao sul do Sara, a tradição oral e até certos vestígios arqueológicos atestam que houve realmente uma história. Mas foi da Europa que se partiu à descoberta dos outros continentes, e não o contrário: foram os Europeus que se aventuraram nos mares e descobriram a existência de outros mundos; que puseram, assim, em contacto grupos humanos que, sem eles, teriam continuado a ignorar-se e permanecido separados. Foi, por isso, a Europa que presidiu às tentativas de unificação do Globo por meio da constituição dos impérios coloniais. Foi ela ainda que exportou os seus homens, os seus modos de vida e de organização, as suas instituições, as suas ideias, a sua religião, a sua civilização. Eis a razão que justifica que concedamos à sua história uma atenção preferencial: ela é a chave para a inteligência do mundo contemporâneo. Porém, que lugar ocupa hoje a Europa no universo? É fundamental situá-la relativamente a si própria, ao seu papel no passado e ao resto do mundo.

16.1. Decadência da Europa?

O tema da decadência da Europa, e, mais genericamente, da decadência do Ocidente, não data de hoje nem dos dias que se seguiram à Segunda Guerra Mundial: a partir de 1918 as nações da Europa tomaram consciência da fragilidade da sua civilização. Antes mesmo do fim do século XIX os Europeus assustavam-se com o perigo amarelo: a ascensão fulminante do Japão, a percepção da massa demográfica asiática, os primeiros sobressaltos da China, suscitavam já preocupação. Prematuros em 1900, estes receios não se terão antecipado à evolução?

Um declínio — ou a ascensão — de um país ou continente aprecia-se, em termos relativos, por comparação com o seu estado anterior e com o dos outros, próximos ou distantes, que participam na competição: a decadência da Espanha no século XVIII mede-se apenas por referência ao século de ouro e ao tempo da preponderância espanhola na Europa. Se os Europeus — e o mundo com eles — têm hoje a sensação de uma decadência da Europa, é porque tanto uns como o outro conservam a recordação, por vezes idealizada, da situação no princípio do século. Em 1900, embora fosse o continente mais pequeno e estivesse longe de ser o mais povoado, a Europa era o primeiro em todos os aspectos. A sua primazia manifesta-se em todos os planos. É a primeira potência política e militar do mundo. As outras não tinham meios para se lhe oporem: quando tentaram levantar obstáculos aos seus intuitos, a sua resistência foi esmagada pela força; geralmente, bastou à Europa uma simples demonstração para obter as concessões exigidas; mesmo quando a resistência foi mais tenaz, ela acabou por alcançar os seus objectivos. Até ao conflito russo-japonês, a Europa não perdeu uma única guerra. As provas de força decidiram-se sempre a seu favor. Por outro lado, eram raros os países povoados de outros continentes que escapavam ao seu domínio; quanto àqueles a que chamamos as novas Europas, que nasceram dela, ainda não faziam figura de concorrentes, nem aspiravam, mesmo os Estados Unidos, a uma sucessão que ainda não estava aberta.

A preponderância económica da Europa não era menos indiscutível: organizou o mundo, do qual era ao mesmo tempo a fábrica (visto que transformava os produtos que chegavam do mundo inteiro), a bolsa e a banca. Os outros continentes — incluindo os Estados Unidos — eram seus devedores, seus clientes, seus fornecedores. Eram ainda raras as relações bilaterais entre países não europeus; a Europa desempenhava o papel de regulador da actividade internacional. Quase tudo passava por ela, partia dela e a ela regressava: compras, vendas, investimentos, transacções.

Gozava de um prestígio ímpar no que diz respeito às actividades do espírito. Não se concebia que pudesse existir uma civilização exterior a ela e os outros povos inspiravam-se no seu exemplo, seguindo as suas ideias, copiando as suas instituições e os seus comportamentos, decalcando os seus costumes, falando as suas línguas, adoptando as suas crenças. Os mais ambiciosos, ao imitá-la, esperavam furtar-lhe os segredos do êxito. Esta é a situação no início deste século, que marca o apogeu do poder e da irradiação do continente europeu.

Desde então a sua posição modificou-se em virtude das provas por que passou. A Europa conheceu grandes infortúnios. As duas guerras a que chamamos mundiais foram essencialmente guerras europeias, em que a Europa se dilacerou, delapidou os seus recursos e voltou contra si as próprias forças. Não era, obviamente, a primeira vez que as nações da Europa combatiam umas contra as outras: teriam feito outra coisa durante séculos? Outrora as guerras não eram, porém, tão ruinosas e os outros continentes não estavam em condições de tirarem partido do enfraquecimento da Europa. Desde a Primeira Guerra Mundial a necessidade em que os beligerantes se encontram de recorrer a apoios externos e de solicitar créditos, de procurar no exterior alimentos, armamentos, munições, altera as posições relativas na escala das potências financeiras e industriais. Se a expressão *guerra civil europeia*, por vezes usada para qualificar a Primeira Guerra Mundial, tem qualquer coisa de excessivo, também não é completamente destituída da verosimilhança.

Com o recuo do tempo, reconhecemos que certos aspectos do reordenamento territorial que se seguiu à Primeira Guerra Mundial causaram prejuízos a todo o continente: a destruição da Áustria-Hungria, fragmentando a Europa danubiana, criou uma zona de fragilidade cujo vazio teria de excitar a cobiça das nações de proa. No plano cultural, os danos foram imensos e descobre-se tudo o que Viena representou na civilização europeia. O desmembramento da dupla monarquia, o resultado final do grande movimento das nacionalidades, se, por um lado, realizou uma poderosa aspiração dos povos, por outro, debilitou a Europa como entidade colectiva.

Estas consequências não são nada, comparadas com as da Segunda Guerra Mundial: o quadro da Europa libertada em 1945 faz o mais impressionante contraste com a evocação da sua situação em 1900. Será impossível imaginar uma inversão tão completa e dramática da situação. A Europa deixa de existir como potência; na prova suprema que é a guerra constituiu um campo de batalha, um palco, e não um actor. Os vencedores são exteriores ao continente: o mais europeu dos três, a Grã-Bretanha, é insular e mais virado para os grandes espaços ultramarinos, a Rússia está a cavalo entre a Europa e a Ásia, os Estados Unidos ficam para lá do oceano. O destino da Europa decide-se fora dela. A Europa já não conta como potência militar: os únicos exércitos que ainda fazem figura depois de 1945 pertencem aos países neutrais — a Suécia e a Suíça. A sua segurança depende da protecção dos dois grandes: a Europa está dividida em pedaços integrados nas alianças rivais, cuja direcção é exercida do exterior: a Aliança Atlântica, dirigida pelos Estados Unidos, e o Pacto de Varsóvia, pela União Soviética. A Europa está arruinada, delapidou todas as riquezas para financiar o esforço de guerra; teve de liquidar a sua carteira de valores e contrair empréstimos: está endividada. Se inicia uma recuperação a partir de 1947 e recomeça a galgar a encosta, é graças a uma ajuda externa, dos Estados Unidos, com a aplicação do Plano Marshall.

A Europa não recuperará tão cedo a possibilidade de uma acção autónoma: a este respeito, o fiasco da expedição ao Suez no Outono de 1956 é elucidativo. As duas antigas grandes potências conduzem em comum uma expedição contra

uma pequena nação e vêem-se obrigadas a regressar sob a ameaça da URSS e a pressão dos Estados Unidos. A Europa já não pode permitir-se ir contra a vontade dos dois grandes, que não são europeus.

O sistema de relações internacionais que se ordenava desde o dealbar dos tempos modernos em torno de algumas capitais europeias — Paris, Viena, Londres, Berlim, Sampetersburgo — e às quais praticamente se reduzia deixou de gravitar à volta da Europa. Se quisermos um símbolo, encontrá-lo-emos na mudança da localização das sedes das instituições internacionais. Depois do primeiro conflito foi naturalmente na Europa que se sediou a Sociedade das Nações: em Genebra. Em 1945 é em São Francisco que tem lugar a conferência que tem por objectivo redigir a Carta das futuras Nações Unidas e ninguém pensa que elas possam domiciliar-se no Velho Continente. É em Nova Iorque que a ONU fixa a sua sede, que aí permanece. E há mais: entre as guerras, os Estados Unidos e a Rússia estavam ausentes da Sociedade das Nações* — a Rússia até 1934. A sua ausência não impede a organização de ser, entre 1920 e 1932, centro de decisão, uma tribuna muito pretendida e um ponto de confluência e influência sem par. Seria possível imaginar que os Estados Unidos e a União Soviética se retiravam hoje das Nações Unidas sem arrastarem a instituição para um fracasso irremediável? Ela perderia toda a autoridade e toda a eficácia. A comparação da composição das duas instituições corrobora a demonstração. A Sociedade das Nações contava com meia centena de membros, dos quais pelo menos metade eram Estados europeus. A ONU compreende actualmente mais do triplo e o número de Estados europeus, como é óbvio, não aumentou**; de repente, a Europa encontra-se em minoria, pesa pouco na Assembleia Geral relativamente à massa de novos Estados. Como foi que os Europeus não se aperceberam de que habitavam o menor de todos os continentes? A Europa despovoa-se.

Para além disso, a Europa não está unida. É certo que nunca o esteve, mas, com a excepção das conjunturas que opunham duas coligações, nunca se dividiu duradouramente em dois blocos antagonistas: cada Estado fazia e desfazia alianças. Nos últimos quarenta anos o continente cindiu-se em dois sistemas em tudo contrários. A linha divisória passa a meio do continente, separando artificialmente países que tinham estado associados durante séculos. Por causa desta divisão, cujo símbolo é o muro que segmentou Berlim e a Alemanha, a parte ocidental diminuiu e a parte oriental estava ligada ao império russo. Praga, Varsóvia e Budapeste são cortadas do Ocidente, a que outrora tinham estado ligadas. Nos anos 50 a Europa está fragmentada, repartida em pedaços, que, por sua vez, estão agregados a sistemas que têm centros exteriores à Europa, não estando, pois, nas mãos dos Europeus pôr fim a semelhante situação.

---

* Os Estados Unidos, após a não ratificação pelo Senado do Tratado de Versalhes, afastaram-se da Sociedade das Nações. *(N. do R.)*

** O reconhecimento internacional dos Estados que resultaram da fragmentação da União Soviética e da Jugoslávia e da cisão da Checoslováquia fez crescer o número de países europeus representados na ONU. *(N. do R.)*

Percebe-se que, terminada a guerra, diante da acumulação das ruínas, muitos europeus tenham tido uma sensação de decadência e pensado que a história do seu continente chegara ao fim. Muitos foram então os que pensaram emigrar e fizeram bicha diante dos consulados dos países estrangeiros. A maior parte dos que fugiram das democracias populares não ficaram, como os emigrantes dos anos 30, na Europa ocidental: dirigiram-se imediatamente para o Novo Mundo. Quanto aos Ocidentais, viviam no duplo receio da subversão interna e da invasão pelo exército vermelho, a menos que estivessem fascinados pelo modelo soviético. Quando eclodiu a guerra entre as duas Coreias, muitos estavam à beira de uma vaga de pânico. Que futuro para a Europa?

16.2. O «milagre» europeu: um verão de S. Martinho?

Apenas quinze anos decorridos sobre o fim das hostilidades, o pessimismo estava fora de moda: os receios haviam-se dissipado e tinham-se frustrado os prognósticos apocalípticos. O desanuviamento internacional afastara o espectro de uma terceira guerra mundial e de uma invasão dos exércitos do Leste. A Europa ocidental conseguira uma recuperação espectacular. Reencontrara a prosperidade e ultrapassara os resultados dos melhores anos do período anterior à guerra, os de antes da crise. Tinha uma taxa de crescimento regular que só era superada pela do Japão. Sendo isto globalmente verdadeiro para o conjunto da Europa ocidental, era-o também, em particular, para a maioria dos países que a compunham. Os vencidos, a Alemanha e a Itália, não eram os últimos, como se a necessidade de partir do nada tivesse estimulado a actividade e procurassem no sucesso económico uma compensação para o fracasso das suas aspirações hegemónicas. Observa-se o mesmo fenómeno no Japão. Tem certamente algum significado que os dois Estados que precipitaram o mundo na guerra e que tiveram de capitular incondicionalmente se encontrem vinte anos mais tarde no pelotão da frente e que os seus dirigentes participem nos encontros anuais dos sete países mais ricos do planeta. É verdade que foram aliviados pelos vencedores da preocupação da sua defesa e do encargo que ela faz pesar sobre a riqueza nacional. A economia da Alemanha Ocidental, totalmente devastada em 1945 — ano zero para ela —, conheceu a partir da reforma monetária de 1948 uma recuperação extraordinária, que permitiu que se falasse de um «milagre alemão». A Itália também teve, por volta dos anos 60, o seu milagre, tanto mais meritório quanto o Estado, dada a sua debilidade e ao contrário do que se passou em França, onde teve um papel decisivo, em quase nada contribuiu para ele. Se bem que, a seu respeito, se tenha falado bem menos de milagre, o comportamento da França suporta a comparação: concluída a reconstrução, a um ritmo mais elevado do que depois de 1918, empreendeu um processo de modernização que, depois da recomposição das finanças públicas operada por Charles de Gaulle em 1958-1959, fez da França a quarta potência industrial e o terceiro país exportador do mundo. Entre os princípios dos anos

50 e o início dos anos 70 efectuou a mais profunda e rápida mutação da sua história. A Grã-Bretanha, mais a reboque, deixava-se ultrapassar pela França. Mas toda esta parte da Europa reequilibrou a sua balança de pagamentos e fortaleceu as suas moedas, algumas das quais figuram entre as mais estáveis. Ao mesmo tempo, a Europa rejuvenesceu: reencontrou uma vitalidade demográfica que repôs as perdas da guerra e insuflou na sociedade um ânimo renovado. O caso da França é a este respeito o mais significativo: este velho país, que fora o primeiro a praticar a restrição dos nascimentos desde o século XVIII e cuja população, depois de ter sido a primeira da Europa, quase não tinha variado desde 1870, deixando-se ultrapassar por todos os vizinhos, conheceu a partir de 1943 uma elevada natalidade: em vinte anos a população francesa aumentou perto de um terço. Este afluxo de jovens foi uma das chaves da reconstrução da Europa. As nações europeias, libertas do fardo colonial, umas pela derrota, outras pela guerra ou pelas negociações, reencontram a sua liberdade de acção diplomática. Nos anos 60 esta Europa que em 1945 se interrogava sobre as suas oportunidades no futuro e duvidava de si mesma, que esperava tudo da ajuda ou da protecção externa, voltou a ter confiança no seu destino. Livre dos pesadelos da guerra, da invasão, da revolução, passou então a empreender, a investir, a inovar.

Como se explica uma tal inversão de tendência? A questão volta a colocar-nos perante uma interrogação que encontrámos no novo ponto de partida: quais teriam sido as causas do dinamismo europeu? Quais os factores da sua superioridade sobre os outros continentes? A resposta, tendo em conta a diferença das situações — já não uma iniciativa adiantada relativamente ao resto do mundo, mas uma recuperação —, não pode ser a mesma. A parte das causas externas ou dos factores comuns a todos os países é necessariamente mais importante. Foi toda a economia mundial que, entre o início dos anos 50 e o primeiro choque petrolífero em 1973, viveu uma fase de expansão sem precedentes pelo seu ritmo e pela sua regularidade: a Europa participou nela, mas nem sempre foi ela que tomou a iniciativa. Os Estados Unidos tiveram um papel mais determinante. A Europa foi ajudada: o impacto da ajuda externa, em especial do Plano Marshall, foi decisivo. Surgiu num momento crítico em que os países europeus careciam de um mínimo para voltarem a pôr a sua economia em movimento. A ajuda americana trouxe-lhes esse elemento indispensável: foi a alavanca que fez deslocar o peso dos constrangimentos.

Mas a Europa também se ajudou a si mesma. Pobre em recursos naturais, dispunha de um capital em recursos humanos: uma mão-de-obra qualificada, tradições seculares de competência técnica, um nível relativamente elevado de instrução, grandes capacidades de invenção e de organização. Mencionámos o seu rejuvenescimento demográfico. Os Europeus trabalharam incansavelmente: durante anos, alemães, franceses, italianos, trabalharam cinquenta ou sessenta horas por semana, fazendo pesados sacrifícios pela reconstrução. Em grande medida, o milagre europeu foi fruto do trabalho e do engenho dos Europeus. Houve também vontade política, particularmente nítida em França, em virtude

de uma longa tradição de intervenção estatal; exprimiu-se por uma planificação flexível, que fixou as prioridades, definiu objectivos e colocou ao serviço de uma estratégia modernizadora os meios consideráveis que a nacionalização das fontes de energia, dos transportes, de uma parte do crédito, punham à disposição dos poderes públicos. Houve, por fim — voltaremos a este ponto —, o início de um processo de unificação da Europa ocidental e um começo de concertação que evitou que os países caíssem de novo nos erros do período anterior à guerra, entricheirando-se atrás das fronteiras económicas ou consagrando uma parte das suas energias a combater uns contra os outros.

No entanto, a partir de 1973 o vento mudou: a tendência inverteu-se mais uma vez. A crise mundial deixou a economia europeia muito mal tratada: os dois choques petrolíferos de 1973-1974 e de 1979 relançam a inflação. A crise da energia fez com que a Europa tomasse plena consciência da sua dependência no tocante aos aprovisionamentos externos e aos preços a que compra o petróleo, das decisões dos países produtores, bem como da cotação do dólar para o pagamento da factura energética. O sistema monetário europeu e o progresso da concertação entre ministros das finanças e governadores dos bancos centrais europeus atenuaram as incidências das variações da moeda americana. Mais grave para o futuro: a emergência no mercado internacional dos novos países industriais da Ásia ou da América Latina, cuja concorrência arruína sectores inteiros do aparelho industrial da velha Europa. A siderurgia, as construções navais, já não podem suportar a competição da Coreia do Sul ou do Japão. O desemprego progride insidiosamente e os países da Comunidade Europeia contam cerca de 12 milhões de desempregados, com uma taxa que anda à roda de 10% da população activa.

A diminuição da natalidade ameaça, a longo prazo, riscar a Europa do mapa do mundo, enquanto os outros continentes continuam a crescer a um ritmo elevado: a Alemanha Ocidental, mas também a Itália e a Espanha, têm uma taxa de fecundidade de 1,4 ou 1,5, quando o número mínimo para assegurar a simples substituição das gerações é de 2,1. Os efeitos desta diminuição e do consequente envelhecimento já começam a fazer-se sentir na Alemanha Ocidental. Recorde-se que no século XIX a demografia europeia era suficientemente forte para exportar 60 milhões de homens sem travar o crescimento dos povos europeus. Os ensaístas falam de um suicídio colectivo do Ocidente. Teria o instinto de morte suplantado o instinto de sobrevivência? Era impossível pensá-lo quando, diante da ameaça lançada sobre a segurança da Europa ocidental pela implantação dos mísseis soviéticos *SS 20*, uma vaga de pacifismo eclodiu na maioria dos países para obstar à colocação dos mísseis americanos *Pershing*, que restabeleciam um certo equilíbrio entre os armamentos das duas metades da Europa, proclamando a preferência de ser vermelho a morto. Vastos sectores da opinião pública pareciam renunciar à defesa da sua existência independente como nações. A bonança dos anos 1950-1970 não teria sido então mais do que um verão de S. Martinho, as melhoras que precedem a morte? A Europa perdeu a direcção do mundo com a descolonização: terá perdido também o sentimento da própria

existência e a vontade de sobreviver? E, em termos mais gerais, a história do mundo será daqui por diante escrita exclusivamente por outros? A conclusão seria tão abusiva como se tivéssemos extrapolado da recuperação dos anos 60 uma restauração do poderio europeu.

No decurso das últimas duas décadas os países da Europa ocidental superaram com sucesso as provações a que foram sujeitos e mostraram uma sabedoria política que será porventura fruto das experiências infelizes do período entre as duas guerras. A democracia parece mais firme: os dois povos que haviam suportado regimes autoritários, a Alemanha e a Itália, enfrentaram o desafio do terrorismo, de direita ou de esquerda, sem traírem os princípios fundamentais da democracia nem suspenderem as garantias essenciais de um Estado de direito. E aqueles que viviam há muito ou pouco tempo sob regimes de ditadura militar saíram deles sem convulsões nem derramamento de sangue: a Grécia dos coronéis, a Espanha depois de um terço de século de franquismo e Portugal ao fim de meio século de regime salazarista. A democracia é hoje o regime de toda a Europa ocidental. Esta universalidade regional, que concorre para singularizar esta parte do mundo, também facilita muito a reaproximação entre estes povos, que durante tanto tempo combateram uns contra os outros.

16.3. A unificação europeia

O movimento que promove a unificação europeia altera também radicalmente os dados do nosso problema e autoriza uma visão menos pessimista do futuro do continente, desde que o movimento prossiga.

O programa pelo qual se edifica uma comunidade europeia, tanto pela sua inspiração como pela forma de que se reveste a sua concretização, é radicalmente novo na história do continente e mesmo do mundo. É certo que a ideia de uma união da Europa não é nova e para os historiadores é um exercício evocar os teóricos ou os utopistas que ao longo dos séculos conceberam projectos de união. Mas estes projectos nunca passaram disso mesmo. Os únicos empreendimentos unitários foram ditados pela ambição de um homem ou pela vontade hegemónica de uma nação: o grande império de Napoleão, a Alemanha bismarckiana ou o III Reich nacional-socialista. A Europa conheceu, finalmente, coligações ou sistemas de alianças, mas que não eram mais do que combinações militares ou diplomáticas com vista à segurança ou à dominação. Regidos pela preocupação de manterem o *status quo* de um equilíbrio a preservar, ou, pelo contrário, de imporem uma revisão, estes sistemas eram sempre dirigidos contra um inimigo real ou potencial. Na verdade, este tipo de preocupação não esteve completamente ausente no início do movimento para a constituição de uma Europa unida: o temor da União Soviética foi um factor determinante. E o movimento foi vivamente encorajado pelos Estados Unidos: o Plano Marshall subordinava a ajuda americana a uma concertação entre os Europeus para recensearem as necessidades e organizarem a repartição dos créditos. A Organização Europeia

de Cooperação Económica (OECE), criada com esse fim, foi a primeira forma de organização europeia e a matriz de outras instituições. Sem a conjugação da ameaça soviética e da pressão americana, talvez a Europa tivesse permanecido uma justaposição desorganizada de Estados concorrentes.

Mas outros motivos para além dos puramente negativos ou defensivos e outros factores para além dos constrangimentos externos concorreram para a Europa unida. Saídos de uma guerra que um melhor entendimento entre nações poderia porventura ter evitado e que constituíra o fruto da exasperação dos nacionalismos, os espíritos estavam preparados para aceitar outras soluções que prevenissem a repetição de tais erros. Uma vez que a autarcia na qual a maioria dos Estados se haviam precipitado contribuíra para o nascimento do conflito, era preciso reduzir as barreiras alfandegárias. Na resistência muitos tinham também tomado consciência de uma solidariedade à escala de todo o continente e de valores comuns que definiam uma civilização europeia. A novidade do que então se esboça — e que depois se desenvolveu — é que a unificação, em lugar de se fazer pela força e sob coacção, opera-se por uma negociação em pé de igualdade entre todos os parceiros, independentemente da dimensão ou do poder, que termina com a elaboração de textos que serão submetidos aos parlamentos e que obtêm o assentimento da opinião pública. Procedimento necessariamente lento, que exige concessões recíprocas, mas cujas conquistas são irrevogáveis. Este processo não se assemelha à forma como se constituíram os Estados Unidos da América, a despeito da confusão que possa provocar a designação de Estados Unidos da Europa, que parece implicar que a Europa reproduz com duzentos anos de atraso o procedimento adoptado do outro lado do Atlântico: ainda que as treze colónias tivessem um certo passado, a União formou-se a partir do nada, ou quase, num espaço mais ou menos vazio e sobretudo sem história. Bem pelo contrário — e é esse o maior obstáculo que se coloca ao empreendimento —, trata-se agora de realizar uma união de nações que têm, cada uma, uma identidade intensamente afirmada, à qual não pretendem renunciar, e uma história feita principalmente de antagonismos e confrontos com as outras, bem como das recordações que guardam de tais conflitos e que conservam religiosamente. E, no entanto, a operação está em vias de ter êxito: transpôs já as etapas decisivas. Desde Maio de 1948 que se afirma a vontade de trabalhar para a união no Congresso da Haia, onde se encontra a maior parte dos homens de Estado. Daqui decorre a formação, em 1949, do Conselho da Europa, que encarnou temporariamente uma grande esperança, antes de esta se transferir para outras instituições. Em Maio de 1950, cinco anos depois da capitulação do Reich, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, inspirando-se numa ideia de Jean Monnet, propõe aos países europeus que juntem os seus recursos de carvão e de aço e confiem a sua gestão a um organismo supranacional: as conversações terminam em 1952, com a assinatura do tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), de que seis países aceitam fazer parte: França, Alemanha Ocidental, Itália e os três países do Benelux, primeiro esboço de reagrupamento. Esta pequena Europa vai tornar-se o núcleo integra-

dor. Depois do fracasso do projecto da Comunidade Europeia de Defesa (CED), concebida para resolver o problema do rearmamento alemão e que, à semelhança do carvão e do aço, integraria contingentes nacionais num exército supranacional — e que foi abandonado na sequência da sua rejeição pelo parlamento francês em 1954 —, o processo é retomado com a constituição da EURATOM, que devia gerir a utilização pacífica da energia nuclear, e principalmente com a assinatura, em Março de 1957, dos tratados de Roma, que criam a Comunidade Económica Europeia (CEE). Estes tratados entram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1959: a sua aplicação foi entrecortada por crises, mas o movimento estava lançado e nos últimos trinta anos ainda não parou de progredir. Os prazos previstos para o desarmamento alfandegário foram abreviados. Elaborou-se uma política agrícola comum. Noutros sectores uma política concertada coordenou também as actividades dos países membros. A Comunidade alargou-se com a entrada de novos parceiros: a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Dinamarca, em 1972, e, mais recentemente, a Grécia, a Espanha e Portugal. Os seis tornaram-se hoje os doze*.

Paralelamente a este alargamento, que não deixa de colocar problemas — em virtude da disparidade dos rendimentos nacionais —, a união desenvolveu-se em duas outras linhas. Pouco a pouco alargou o campo das suas competências, que hoje extravasam claramente da economia, por uma lógica que obedece mais a necessidades práticas do que a uma perspectiva teórica e que leva a que a designação de comunidade económica designe apenas uma parte das atribuições que lhe foram delegadas e das actividades que ficaram sujeitas à comunidade: depois de uma política agrícola comum, que foi o primeiro grande passo, uma política das pescas ou da siderurgia, para remediar o excesso de equipamento. Mas também a formação de homens, o ensino superior, a difusão das línguas, a cultura, a investigação. A maioria dos Estados, a Grã-Bretanha em último lugar, aderiram a um sistema monetário europeu que estabelece uma zona de estabilidade e reduz as variações dos câmbios. A Europa dispõe de uma unidade de conta comunitária, o ecu, antes da realização de uma união monetária total que se perfila no horizonte. A adopção por todos os Estados do Acto dito «único» estabeleceu em 1 de Janeiro de 1993 a unificação completa das trocas e a livre circulação de homens e produtos, o que obrigou todos os governos a unificarem os regimes fiscais e a reduzirem as disparidades. E já está em curso a construção da unificação monetária. As instâncias da Comunidade são chamadas a intervir na legislação dos Estados: calcula-se que perto de metade do que é matéria de lei será objecto de directivas de Bruxelas e todos os Estados admitiram, mais ou menos de bom grado, que as decisões comunitárias tenham

* Entretanto, a Áustria, a Suécia, a Noruega e a Finlândia acordaram as condições da sua adesão à União Europeia como membros de pleno direito, ficando a sua integração apenas dependente do resultado das consultas às respectivas populações. A Turquia solicitou também formalmente o seu pedido de adesão. A Polónia, a Hungria e a República Checa manifestaram igualmente o seu interesse em integrarem a Europa unida. *(N. do R.)*

precedência sobre as legislações nacionais: os acórdãos do Tribunal de Justiça do Luxemburgo têm força de lei nos doze países. A defesa já não é um assunto tabu e fala-se de uma defesa comum. A Europa começa a desenvolver uma acção comum em política externa e tenta falar a uma só voz.

Progressivamente, com o mesmo empirismo, a Comunidade adapta as suas instituições e dota-se de órgãos, de regras, de práticas. Desde 1975, sob proposta da França, os chefes de Estado e de governo encontram-se regularmente várias vezes por ano para concertarem posições sobre todas as questões decorrentes da aplicação dos tratados e para prepararem novas etapas. No intervalo entre estas cimeiras, o chefe de governo que assegura por seis meses a presidência do Conselho exerce a função de presidente da Comunidade: representa-a no exterior. Nas relações com o resto do mundo o presidente da Comissão fala em seu nome e a Comunidade é reconhecida como parceira de pleno direito nas grandes negociações comerciais. Também assiste às reuniões do grupo dos sete países mais ricos do planeta. Desde 1979, o Parlamento Europeu, que saiu da fusão das diversas assembleias e tem sede em Estrasburgo, é eleito de cinco em cinco anos pela totalidade dos cidadãos dos doze Estados membros. É certo que estas instituições são ainda frágeis e as suas competências restritas e que pode dizer-se da Comunidade o que se dizia ainda há pouco tempo da Alemanha: que é um anão político. Porém, mesmo que a opinião pública tenha mais a impressão da lentidão dos progressos do que a consciência do caminho percorrido, este é apreciável. A Europa entrou nos usos e costumes. Ninguém propôs que se voltasse atrás ou pensou em retirar-se. Esta comunidade dispõe de um potencial que desde já faz dela um dos pólos dominantes no mundo; 340 milhões de homens, desde a recente incorporação da antiga República Democrática Alemã na Alemanha reunificada, tradições de saber técnico, uma mão-de-obra qualificada, indústrias competitivas, uma agricultura exportadora. No grupo dos sete países mais industrializados, nada menos de quatro fazem parte da Comunidade Europeia*. Se conta cerca de 10 milhões de desempregados, também criou nestes últimos anos vários milhões de empregos.

A construção está já bastante avançada para que possamos pensar que voltará atrás. Por outras palavras, é irreversível. Resistiu à tentação da autarcia e do recuo de cada um para trás das próprias fronteiras, que teria podido prevalecer com os dois choques petrolíferos, como outrora durante a grande crise que levou os países a barricarem-se. De cada provação, perante a qual nos interrogamos se a construção ainda frágil resistirá, ela sai reforçada**. A coesão prevalece sobre as forças centrífugas. A questão voltou a ser colocada com uma acuidade e uma urgência proporcionais à gravidade do desafio quando soçobraram os regimes comunistas que tinham mantido a Europa de Leste afastada do resto do continente. Disse-se então que a progressão da construção a ocidente, demasiado lenta, estava ultrapassada. Alguns meses mais tarde, porém, parece que o acontecimento estimulou as iniciativas e que a Comunidade deu mais um passo em frente. O desmoronamento do comunismo, a deslocação do bloco que se constituíra sob coacção, modificando radicalmente o mapa político e a relação de forças, restituem à Europa possibilidades acrescidas de desempenhar um papel relevante. Enquanto o sistema das relações internacionais foi dominado pelo duopólio de duas superpotências, que eram extra-europeias, a Europa, apesar dos seus esforços, não podia ser mais do que um campo de batalha e um objecto de disputa. Hoje tudo se modificou. Se, durante quatro décadas, a Europa ocidental viveu no temor do Leste e os bons espíritos, tal como a opinião pública, se interrogavam acerca das suas possibilidades de escapar ao fascínio ideológico, à subversão ou à invasão, as atracções funcionam hoje em sentido inverso. O centro das altas pressões já não está sobre Moscovo, mas sobre as democracias liberais. As capitais do Leste voltam-se para o Ocidente e todos os Estados recentemente emancipados, logo que recuperam a sua autonomia, solicitam a admissão no Conselho da Europa e apresentam a sua candidatura a relações que desejam privilegiadas com a Comunidade.

De qualquer forma, seja qual for o futuro da construção europeia, impõe-se uma distinção que dita uma perspectiva mais justa das coisas: entre a Europa como potência, política ou económica, e a Europa como fonte de cultura e como foco de civilização. Como potência, isto é, como entidade que impõe ao mundo a sua dominação, que o organiza em seu proveito, explorando os seus recursos; como civilização, isto é, contribuindo com as suas ideias, as suas invenções científicas e técnicas, os seus modos de governo, os seus valores. Por muito diferentes que sejam, os dois aspectos confundiram-se desde a aurora da colonização. Como seria possível dissociá-los? Estavam historicamente ligados: foi por dispor de uma superioridade material, técnica, militar, que a Europa inculcou nos outros os seus valores e as suas ideias. Hoje a dissociação está consumada. A Europa teve de renunciar à dominação mundial. A hegemonia mudou de mãos. Já não conta como uma grande potência, ainda que o seu peso pudesse ser por vezes determinante se se unisse para falar a uma só voz.

Poderá inferir-se daqui que a Europa cessou de existir como foco de civilização e deixou de exercer uma certa influência nos outros continentes? Por

* Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha. *(N. do R.)*

** O culminar do período de maior entusiasmo em toda a história da construção de uma Europa unida foi a assinatura do Tratado de Mastricht, que definiu os objectivos e os caminhos para a união económica e monetária da Europa e colocou no horizonte a união política. Alguns meses mais tarde, porém, a rejeição do Tratado, ainda que por pequena margem, num referendo realizado na Dinamarca introduziu uma onda de cepticismo sobre o futuro da construção europeia. A profunda crise económica que em 1993 se abateu sobre a Europa, com um brutal aumento do desemprego, que a própria recuperação posterior não terá condições para reabsorver completamente, concorreu também para a propagação do pessimismo e para o adiamento de alguns objectivos da união económica e monetária. Para tanto contribuíram também as enormes oscilações dos mercados cambiais, que puseram em causa o mecanismo. Na frente política, a incapacidade de a Europa agir uniformemente para resolver um conflito como o da antiga Jugoslávia veio lançar interrogações sobre o alcance da construção europeia. No entanto, a ideia da Europa unida continua a mobilizar vontades e a alimentar aspirações, como o comprovam os sucessivos pedidos de adesão à União Europeia. *(N. do R.)*

outras palavras, a sua irradiação estará de tal modo associada à sua presença política que será medida pelo grau de dependência dos outros? Se é, sem dúvida, muito cedo para responder definitivamente a esta questão, não o é para raciocinar a partir da experiência dos trinta ou quarenta anos decorridos sobre a colonização, que sugere que a distinção entre poder e civilização não é despropositada nem utópica. Nas antigas colónias o fim da dominação não arrastou consigo uma quebra da influência cultural. Pelo contrário, a cultura europeia, desembaraçada da confusão que resultava da submissão política e que conduzia os nacionalistas a rejeitarem em bloco qualquer contribuição estrangeira para a sua própria cultura, progrediu em diversos países: já não era preciso escolher entre a dependência e a afirmação da identidade. As línguas da Europa conheceram uma maior difusão: o esforço dos governos independentes para escolarizarem a população tem geralmente como consequência o aumento do número dos que falam uma das grandes línguas europeias: a língua do colonizador é na Ásia e na África negra a única que unifica populações diversas. O inglês não recuou na Índia depois de 1947 e o francês é hoje falado por mais africanos do que no tempo da colonização. O inglês, o francês, o espanhol, são hoje falados nas organizações internacionais pelos representantes de várias dezenas de países. Ora, se admitirmos que uma língua é não só um meio neutro de comunicação, um instrumento indiferente, mas uma estrutura mental, um modo de pensar, e que, como tal, estabelece e desenvolve entre todos os que a falam um parentesco, seremos levados a concluir que a difusão linguística abre caminho a uma profunda influência cultural.

Ideias, sistemas filosóficos, modelos de organização política, económica ou social, continuam a ser importados da Europa ou dos países que são seus herdeiros directos, como os Estados Unidos. Na ordem política, logo que alcançam a independência, todos os povos, assim como os respectivos governos, aspiram a criar Estados concebidos segundo o modelo do Ocidente, que foi quem o inventou. As próprias noções a que se referem, Estado, nação, democracia, povo, foram elaboradas e experimentadas pela Europa. Os ideais de liberdade, de igualdade, de soberania, os princípios de governo, vêm também do Ocidente. Com as ideologias acontece o mesmo: os dois grandes sistemas que disputaram a adesão dos espíritos e o domínio do mundo depois da Segunda Guerra Mundial — a democracia liberal e pluralista, a democracia socialista e popular — são produtos da inteligência europeia. A este respeito, o triunfo do comunismo na China, se constitui de certa forma uma derrota para a Europa como potência, é também uma vitória do pensamento europeu, uma vez que o marxismo é uma combinação de filosofia alemã, economia política britânica e política francesa. O desmoronamento dos regimes comunistas em todo o mundo deixa o campo livre à democracia liberal e pluralista, à filosofia dos direitos do homem, que nasceram na Europa. Se o mundo tivesse de convergir para uma civilização comum, esta civilização deveria certamente muito às ideias que surgiram na Europa e às experiências realizadas neste continente desde há alguns séculos.

Conclusão — o mundo de amanhã: factores de unidade, fermentos de divisão

Esta última reflexão conduz-nos, no fim deste percurso, a uma derradeira questão, que decorre de um olhar retrospectivo sobre as grandes mudanças que afectaram o mundo e a sua história nos últimos duzentos ou trezentos anos: como será o mundo amanhã? Assistiremos, pela primeira vez, ao nascimento de uma civilização única para toda a humanidade e caminharemos para uma unificação progressiva ou, pelo contrário, para a perpetuação das divisões tradicionais e o aparecimento de novos antagonismos?

Em rigor, a análise histórica não dá uma resposta decisiva a este tipo de questões; não existe um sentido da história, se a expressão significa que a marcha da humanidade se orienta para um desfecho predeterminado. A história não está programada: a contingência desempenha um papel considerável que escarnece das mais razoáveis previsões. O que não quer dizer que a história não seja inteligível, não tenha um sentido, se a expressão desta feita significar que a razão é capaz de decifrar uma certa lógica na sucessão dos acontecimentos. Mas não pode penetrar nos segredos do futuro. A análise histórica pode apenas procurar extrair do presente, à luz do passado, algumas grandes linhas de evolução, que será lícito a cada um prolongar. Em todo o caso, se há uma certeza, é que nenhuma ideia é mais quimérica do que a de um fim da história: imaginar que tenhamos chegado ao termo da história e que as nossas sociedades alcançaram o estádio último do seu desenvolvimento é ir ao encontro da negação dos acontecimentos.

A observação distingue a um tempo factores que agem no sentido de aproximar os povos, apagar as diferenças, desenhar convergências e forças que, em sentido inverso, alimentam as dissensões, acentuam as divisões, valorizam as diferenças. Destes dois conjuntos contraditórios, qual vingará, supondo que a última palavra tenha de caber a um deles? A resposta é tanto mais arriscada quanto diversos fenómenos sociais que caracterizam a situação actual e a sua evolução são ambivalentes e podem conter em si, quer o germe da unificação, quer o da desunião. Em definitivo, o resultado será o que os homens fizerem com eles.

Os factores de unificação

Uma vez que as mudanças mais manifestas das últimas décadas se inscreveram principalmente no sentido da unificação, comecemos por enunciar aquelas que respeitam aos factores que a análise assinala nesta vertente da realidade, partindo dos dados mais estranhos à iniciativa do homem para os que mais reflectem a sua inteligência e a sua vontade.

Em primeiro lugar, um conjunto de dados de ordem material, que resultam do progresso técnico. A revolução dos transportes iniciada no século XIX, con-

tinuada no século xx por uma profusão de invenções, reduziu prodigiosamente as distâncias, encurtou as demoras, tornou o mundo mais pequeno, aproximou fisicamente os grupos humanos dispersos pela superfície do Globo. Hoje bastam algumas horas para unir pontos que outrora estavam separados por semanas ou meses de cavalgadas ou de navegação. Esta revolução prolongada foi completada pela que atingiu os meios de comunicação, a difusão da informação: hoje a instantaneidade da transmissão e a sua simultaneidade no planeta inteiro permitem que cada país possa viver à hora dos outros. A este respeito, é justa a fórmula que compara o mundo a uma grande aldeia global onde tudo se sabe num instante. A expansão do audiovisual amplifica o impacto desta revolução: se a palavra constitui por vezes um obstáculo intransponível à comunicação em virtude das diferenças entre as línguas, a imagem, essa é uma linguagem universal, imediatamente compreendida por todos; a eurovisão, a mundovisão, tornam possível a milhões de homens viverem em conjunto um acontecimento.

A despeito do que acabámos de dizer sobre o obstáculo linguístico, a difusão de algumas grandes línguas, que se tornaram efectivamente universais, é um factor de compreensão e de aproximação. Há cem ou cento e cinquenta anos, as línguas europeias não eram faladas fora da sua área de origem*: os Europeus, para se fazerem entender pelos indígenas, tinham de recorrer ao serviço de intérpretes, de tradutores, de drogomanos. Hoje, onde quer que vamos, com o uso de certas grandes línguas, fazemo-nos entender de uma ponta à outra do mundo. Sem esquecer que elas permitiram também aos indígenas compreenderem-se entre si: o árabe estabeleceu uma civilização comum em todo o mundo muçulmano. O inglês, desde a Segunda Guerra Mundial, em virtude da superioridade financeira e do avanço técnico dos Estados Unidos, tornou-se a *língua franca* do nosso tempo: é em inglês que os pilotos comunicam com as torres de controle; nas organizações internacionais, a tendência é cada vez mais a de transformar a língua falada nos Estados Unidos no dialecto universal.

Um terceiro aspecto toca mais no fundo das coisas: o princípio igual de evolução das sociedades modernas. Evoluem todas a partir das mesmas causas: primeiro, o progresso das técnicas de produção, depois, o de organização e gestão. Ora, o progresso técnico é, por natureza, uniforme: são as mesmas invenções que todos os países põem em prática; todos aplicam, com maior ou menor êxito, os mesmos processos de utilização da energia e de transformação da matéria. Os plásticos, as fibras têxteis, a energia nuclear, propagaram-se a partir dos países que os inventaram ou aperfeiçoaram aos que pretendiam participar na corrida. Ora, hoje já não é possível ficar de fora, quando outrora os povos e os continentes, em resultado das distâncias e da ignorância recíproca, podiam permanecer em estádios de desenvolvimento muito desiguais. As revoluções industriais de que a Europa foi o centro estenderam-se aos outros continentes e o processo reproduziu-se, ponto por ponto, em todos os países que, por sua vez, se industrializaram: foi a mesma sucessão de indústrias têxteis, depois de indústrias pesadas e metalúrgicas. Por toda a parte, estas revoluções sucessivas provocaram as mesmas perturbações sociais: a passagem de sociedades quase exclusivamente agrárias, compartilhadas em milhares de pequenas células aldeãs fechadas em si mesmas, para sociedades urbanizadas. Este processo põe a todas as sociedades, em momentos diferentes, um problema análogo: a ruptura dos quadros tradicionais e das condições habituais com as consequentes tensões sociais entre cidades e campos e os conflitos de classes. O problema é mais acentuado nas sociedades não ocidentais por causa da brutalidade do choque e porque, ao contrário da Europa, o movimento é exógeno. Mas os velhos países da Europa também já não estão a salvo das consequências sociais de rápidas mutações: a explosão urbana suscita a delinquência, o recrudescimento da criminalidade, a marginalização dos excluídos. Mas, do ponto de vista da unidade do género humano, a identidade do fenómeno e a analogia dos seus efeitos não deveriam permitir uma melhor compreensão e uma aproximação entre sociedades diferentes?

As economias nacionais e mesmo continentais são cada vez mais interdependentes, e não apenas as dos países menos desenvolvidos, como na época do sistema colonial. Sem dúvida, a dependência destes é mais completa: o Fundo Monetário Internacional exerce sobre eles uma tutela vigilante e dita-lhes planos de saneamento antes de lhes entregar créditos cuja concessão é indispensável à sua sobrevivência. Mas os outros países, mesmo os mais desenvolvidos e ricos, não escapam à interdependência: a elevação das taxas de juro nos Estados Unidos relança a inflação na Europa ocidental; a França sofre os efeitos das decisões dos países produtores de petróleo na sua factura energética. As empresas mais intervenientes tendem a tornar-se multinacionais para diversificarem os seus produtos e mercados. Os industriais dos países mais evoluídos subcontratam uma parte cada vez maior da produção aos países em vias de desenvolvimento, que têm salários mais baixos. As siderurgias da Europa sofrem na pele a concorrência dos novos países industrializados. O desemprego exporta-se de país para país, enquanto as correntes migratórias fornecem uma mão-de-obra estrangeira. Mesmo os países que escolheram outra via que não a capitalista e que durante muito tempo se julgaram a salvo das vicissitudes que põem à prova uma economia liberal, já não conseguem escapar às consequências da evolução geral: os países do bloco comunista também conhecem o afrouxamento da actividade e a contracção do comércio internacional; têm fome de divisas fortes e solicitam aos países ocidentais o reescalonamento de uma dívida que é, com frequência, muito pesada. O mundo económico já não constitui senão um conjunto único.

* O autor refere-se naturalmente às populações autóctones, pois nas colónias americanas de povoamento europeu o espanhol, o português, o inglês, mesmo o francês e o holandês, eram falados pelas populações de extracção europeia e também por alguns elementos mestiços e até indígenas. Em certos momentos e regiões, mesmo no Oriente, as línguas ocidentais funcionaram como língua da actividade comercial. *(N. do R.)*

Também os costumes, os gostos, os tempos livres, tendem a uniformizar-se e, portanto, a aproximar os homens. O cinema e a televisão, de longe os divertimentos mais apreciados e seguidos, modelam sensibilidades semelhantes e alimentam o imaginário com os mesmos sonhos: contribuem poderosamente para a fusão das culturas. As viagens, raras no princípio do século, tornaram-se uma actividade de massas: reservadas outrora a uma elite social, democratizaram-se. Mas, se outrora podiam provocar a estranheza e a desadaptação perante as diferenças entre países, ou constituíam oportunidades para descobrir a diversidade das culturas e dos costumes, fazem hoje com que se encontrem sob todas as latitudes os mesmos fenómenos culturais. A própria exterioridade da existência se uniformizou: o vestuário internacionalizou-se a partir do Ocidente por meio da difusão do fato completo. A arquitectura reproduz cânones universais: há um mesmo estilo funcional para a habitação ou para os edifícios administrativos. Todas as grandes cidades do mundo estão rodeadas de complexos imobiliários semelhantes. Os jogos e os desportos concorrem também para a uniformização: antigamente podia medir-se a penetração ocidental e identificar o colonizador pela natureza dos desportos praticados pelos indígenas: críquete ou pólo nas colónias britânicas, futebol nas possessões francesas. Hoje em dia esses desportos conquistaram todo o planeta e os campeonatos do mundo, as taças de todos os tipos, consagram a sua universalização: os torneios de ténis, o mundial de futebol ou os jogos olímpicos são acompanhados apaixonadamente através da televisão no mundo inteiro.

Se subirmos mais um degrau na escala das criações do génio humano, verificamos a existência de um fundo de ideias comum, em grande parte inspirado no Ocidente. Os dirigentes políticos de todos os países falam uma mesma linguagem: trate-se do presidente dos Estados Unidos, do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética ou dos dirigentes dos novos Estados de África ou da Ásia, todos falam de democracia, de independência, de progresso, de liberdade, de expansão, ainda que a sua prática traia estes ideais. É o sinal de que se constituiu uma vulgata que beneficia de uma espécie de consenso universal, a homenagem que o erro presta à verdade. Existe, na realidade, um património comum de valores, que, de resto, as Nações Unidas proclamaram em 1948 na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é como que a lei deste novo evangelho.

Certos espíritos acreditaram mesmo discernir sinais de convergência nos dois grandes tipos de regimes que desde 1945 disputavam entre si a hegemonia mundial. Antes do reaganismo argumentavam com o reforço contínuo do poder federal nos Estados Unidos e a sua crescente intervenção na vida dos estados e dos cidadãos americanos para defenderem que mesmo as sociedades mais agarradas ao dogma liberal não conseguiam escapar ao movimento que conduzia o poder público a introduzir cada vez mais regulamentos. Reciprocamente, os observadores da sociedade soviética chamavam a atenção para uma certa liberalização: com a desestalinização o terror deixava de ser a forma de governo habitual — os campos abriam-se e libertavam os prisioneiros. Depois de Gorbatchev ter chegado ao poder supremo, a evolução precipitou-se, separando

o Estado do partido, introduzindo a economia de mercado, o pluralismo dos partidos, a livre expressão das opiniões, mesmo as mais hostis ao comunismo. Longe de os dois tipos de regimes se aproximarem progressivamente para se fundirem num modelo comum, como alguns espíritos haviam prognosticado, o desaparecimento do antagonismo entre os dois sistemas realizou-se pelo abandono do comunismo e a adesão da União Soviética aos postulados da sociedade ocidental: Gorbatchev proclamou a superioridade de certos valores comuns sobre as ideologias. E as duas grandes potências descobriram-se solidárias na defesa do direito e da instauração da paz no mundo.

Por fim, existem correntes intelectuais, comunidades espirituais, forças ideológicas, que laboram para fazerem da unidade do género humano uma realidade consciente e institucional. Foi, em especial, o caso das grandes religiões universalistas, o cristianismo ou o islão. Se no Ocidente, tendo em vista o retrocesso das práticas, isso pode dar a sensação de que as igrejas perderam influência, tal não aconteceu à escala do Globo: o factor religioso permanece uma componente principal na vida da humanidade e nos últimos trinta anos as igrejas empenharam-se muito mais directamente na aproximação entre os povos e no desenvolvimento, em particular a Igreja católica, desde o Concílio Vaticano II, que tomou a iniciativa de encontros entre as grandes religiões para rezarem pela paz e unirem os esforços nesse sentido.

Os fermentos de divisão

Esta apresentação, por muito precisa que seja, não descreve senão uma face da realidade. Outras observações obrigam a matizar o quadro e a inverter qualquer prognóstico. Para encontrar o outro lado da situação bastará retomar, com pequenas diferenças e quase pela mesma ordem, os mesmos elementos e descobrir-lhes consequências opostas. Tal é a ambivalência da maioria dos factos sociais e, por conseguinte, a ambiguidade dos juízos que sugerem. Contrariamente ao que se supõe ou ao que os sistemas ideológicos afirmam, não são benignos ou malignos em si mesmos. Os seus efeitos dependem da utilização que os homens sabem ou decidem fazer deles: conforme o partido que disso tiram, consolidam a unidade ou acentuam as divisões. Os mesmos factores, técnicos, económicos, linguísticos, políticos, ideológicos, culturais, tanto podem aproximar rapidamente as sociedades humanas como criar antagonismos entre povos e continentes.

Assim, o processo de evolução das sociedades modernas é o mesmo, mas essa identidade não gera necessariamente uma maior compreensão: a difusão do progresso técnico suscita novas divisões, introduz lutas de classes onde não existiam, sem por isso suprimir os conflitos mais antigos; por exemplo, nos países da América Latina, a luta do proletariado urbano e industrial sobrepõe-se à questão agrária, que opõe há séculos os latifundiários aos camponeses miseráveis. Da justaposição destes dois grandes conflitos advém em parte a instabilidade dos regimes e a violência crónica que abala estes países.

O mesmo acontece com a crescente interdependência das economias: não diminui as distâncias entre os mais ricos e os mais desfavorecidos. Pelo contrário, contra o que se esperava nos princípios dos anos 60, na euforia da expansão que conduzia a economia mundial, o desnível entre os extremos, longe de retroceder, acentuou-se. Agrava-se objectivamente, porque os países mais desenvolvidos dispõem de meios para prosseguirem o seu progresso enquanto o que define os outros é precisamente o facto de não disporem de tais meios: assim, todos os anos o hiato entre uns e outros tende a alargar-se. Para além disso, a consciência deste desnível e o sentimento da sua impotência agudizam-se nos países onde a população cresce rapidamente, enquanto nos países desenvolvidos tendem a diminuir. Significa isto que a relação numérica entre os mais ricos e os outros evolui no sentido inverso ao da aproximação e unificação do mundo.

Quanto à difusão das línguas, se é verdade que facilita a comunicação entre grupos humanos separados, ergue também novas barreiras: em África abre-se um fosso entre uma África francófona e uma África anglófona de hábitos mentais diferentes. Constituem-se dois grupos de Estados, que prolongam as divisões da Europa colonial: não é a herança menos importante da colonização.

E as ideologias? São responsáveis por uma parte das guerras que dilaceram o mundo no século xx. Mesmo as mais universalistas, como o marxismo, que aspira a reconciliar a humanidade consigo própria, suprimindo a luta de classes, e tem por objectivo a realização de um universo sem classes e sem fronteiras, recriam divisões insuperáveis. E as religiões? Se o cristianismo é hoje, sem dúvida, um factor poderoso de superação dos egoísmos nacionais, as guerras religiosas entre confissões cristãs que ensanguentaram outrora a Europa não se extinguiram completamente: na Irlanda, depois de três séculos, o conflito entre protestantes e católicos é a componente principal da guerra que assola o Ulster. No mundo muçulmano, o islamismo suscita um terrorismo cego e relança a intolerância. Provoca conflitos: uma das guerras com maior número de mortes neste último meio século foi a que opôs o Iraque ao Irão, da qual os motivos religiosos não estiveram ausentes.

Assim, tendo em conta a complexidade de uma situação que associa dados tão diferentes e a ambivalência dos movimentos que revolvem o nosso mundo, o historiador não está em posição de decidir entre as duas eventualidades contrárias — a unificação progressiva da humanidade e a constituição de uma civilização comum ou, pelo contrário, o agravamento das divisões e a exasperação dos conflitos — qual tem mais possibilidades de se cumprir. Na verdade, sente-se tentado a responder que nenhuma destas duas hipóteses se concretizará, mas que o futuro do mundo será, mais provavelmente, um compromisso precário, contantemente posto em questão, mas também permanentemente restaurado, entre aspirações unitárias e fermentos de divisão. De qualquer forma, o historiador terá cumprido o seu papel se tiver contribuído para uma melhor compreensão do presente, se tiver fornecido algumas pistas para uma análise sem preconceitos, se tiver sabido criar o gosto pela observação e inspirado a simpatia pelo mundo em que vivemos.